O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927)  150 ANOS **Quinta-feira** 13 de FEVEREIRO de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 47966 | **estadao.com.br**

Nova peça no tabuleiro __A12 e A13

Negociação entre Trump e Putin prevê fim da guerra e Ucrânia sem área original

__Chefe do Pentágono indica que Kiev deve desistir de fronteira pré-guerra e de entrar na Otan; Zelenski ganha papel secundário

Após conversa por telefone com o russo Vladimir Putin, Donald Trump disse que começou a negociar o fim da guerra na Ucrânia. O gesto sinaliza mudança na relação dos EUA com a Rússia. Trump escreveu em sua rede social que ele e Putin haviam "concordado em trabalhar juntos". Horas antes, o chefe do Pentágono, Pete Hegseth, havia dito que restabelecer a fronteira pré-guerra entre Ucrânia e Rússia é meta "irrealista". A conversa com Putin ocorreu antes de Trump telefonar para Volodmir Zelenski, presidente ucraniano, e de fazer qualquer aceno para os aliados europeus. Essa movimentação do presidente americano arrefeceu a esperança da Ucrânia de garantir sua entrada na Otan e de restaurar as fronteiras de antes da anexação da Crimeia pela Rússia, em 2014.

José Serra __A4
O fascínio da dominação

Steven Erlanger / NYT __A12
Condições para que uma paz venha a durar

REPRODUÇÃO TV GLOBO



Fogo, drama e feridos em incêndio na fábrica de fantasias

Incêndio atingiu uma fábrica de fantasias de carnaval em Ramos, no Rio. Dez pessoas ficaram feridas ou foram intoxicadas enquanto esperavam resgate (foto). O negócio funcionava de forma irregular. Todas as peças feitas para o Império Serrano se perderam. __A16

Música __C6 e C7

Seis décadas de uma voz inconfundível

Maria Bethânia comemora hoje 60 anos de sua participação no show 'Opinião', ao lado de Zé Kéti e João do Vale.



Público recorde em Itaquera __A22
Corinthians vence o Santos por 2 a 1; Neymar ainda não marcou

E&N Alta de preços __B6
Inflação sobe nos EUA e pode ter consequências no Brasil

C2 'Sing Sing' __C1 e C2
A história real de peça de teatro encenada dentro de uma prisão

Notas e Informações __A3

O 'vale-tudo' dos penduricalhos

Em decisão contra um pagamento, Flávio Dino manda duros recados ao Judiciário.

O IPCA que engana

E&N Margem Equatorial __B1 e B2

Lula pressiona por pesquisa de petróleo e vê 'lenga-lenga' no Ibama

Em entrevista, presidente fez pressão pela concessão de licença para a Petrobras iniciar estudos de exploração na bacia da Foz do Amazonas, zona marítima ao norte do País.

"O que não dá é para (...) o Ibama, sendo órgão do governo, parecer ser contra o governo"
Lula, presidente da República

Educação __A15

TCU cede e libera os pagamentos da bolsa Pé-de-Meia fora do Orçamento

Repasses haviam sido bloqueados por desrespeito às regras fiscais e foram liberados até o Congresso decidir sobre o tema.

E&N Tecnologia __B18

Cade avança em ações que podem render sanção a Apple e Google

As big techs são alvo de denúncias de práticas anticoncorrenciais nas suas lojas de aplicativos.

Ambiente de negócios __A6

Lei antidesmate da UE faz Tarcísio cobrar posição do governo Lula

Governo de SP vê risco para o agronegócio em novas regras que serão implementadas pela União Europeia.

William Waack __A8
O Brasil diante de Trump

Celso Ming __B2
Energia elétrica, jabutis e subsídios

Alvaro Gribel __B16
O ponto da Fazenda na questão fiscal

Edição de hoje
4 CADERNOS – 76 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, Para fechar...
E&N. Destacar Economia & Negócios

C2. Cultura & Comportamento, A fundo

Tempo em SP
25° Mín. 31° Máx.

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO E IANDER PORCELLA
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Governo de SP edita decreto inconstitucional, abre crise com MP e corrige 'trapalhada'

O governo de São Paulo publicou um decreto esta semana que deu poderes inconstitucionais ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). O texto que criou o Comitê de Assessoramento Estratégico para Políticas de Segurança Pública (Caesp) colocava o Ministério Público como órgão de assessoramento do Executivo e dava a Tarcísio a prerrogativa de convocar o procurador-geral de Justiça. A publicação abriu uma crise com integrantes do MP, e o procurador-geral Paulo Sérgio de Oliveira e Costa reagiu. A *Coluna* teve acesso a uma troca de mensagens na qual ele classificou a redação de "trapalhada" do governo e de equívoco "no que toca ao MP". Informado da confusão, Tarcísio publicou novo decreto com correções na terça-feira, 11.

● **ESCLAREÇO.** Por meio da assessoria, o governador de São Paulo informou que o ajuste no texto do decreto foi feito "para que ficasse claro que as atribuições e competências de cada entidade envolvida foram respeitadas".

● **SEM QUERER.** Para o procurador-geral de Justiça de SP, Tarcísio foi induzido ao erro ao assinar o decreto e não houve má-fé do governador. Em entrevista à *Coluna*, Paulo Sérgio foi taxativo ao dizer que "não há crise" entre as instituições Ministério Público e Poder Executivo estadual.

● **RESSALVA.** "A minha indignação foi com os termos do decreto e jamais com a iniciativa", ressaltou o procurador. Ele também lamentou que o mal-estar tenha vindo à tona. "O Ministério Público é um ambiente político intenso, de disputa eleitoral interna e é evidente que um ou outro opositor aproveita uma bola dessa que está lá em cima e corta", disse ele.

● **DIVERGÊNCIA.** Pesquisa do Instituto Locomotiva aponta que 97% dos motociclistas de aplicativo de São Paulo acham que o serviço de mototáxi deveria ser permitido. O segmento pede para ser ouvido. A Prefeitura da capital conseguiu, na Justiça, suspender a operação de motos por aplicativo da 99 e da Uber, desde o último dia 27.

● **DUELO.** O senador Cleitinho (Republicanos-MG) protocolou ontem uma PEC que transforma a atual escala de trabalho 6x1 em 5x2. O objetivo é tirar o protagonismo da esquerda, que encampou a defesa da medida com uma proposta da deputada Erika Hilton (PSOL-SP) pela escala 4x3.

● **TENTATIVA.** Com um texto mais brando, Cleitinho acredita que sua PEC pode ser mais viável para os empresários. A proposta do senador, que é apoiador de Jair Bolsonaro, contou até mesmo com o apoio do petista Paulo Paim.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, procurador-geral de Justiça de São Paulo

● **PARE.** O Ministério Público Federal recomendou a suspensão de um projeto de exploração de madeira na Amazônia, em Mazagão (AP), por indícios de extração em escala empresarial na área de manejo sustentável. Quando o projeto foi lançado, o governo do Amapá citou articulação do senador Davi Alcolumbre (AP) para viabilizá-lo. O presidente do Senado não é mencionado pelo MPF. Procurado, Alcolumbre não comentou. O governo do Amapá não respondeu. A empresa Atexma, responsável pelo projeto, não foi localizada. O espaço segue aberto.

COLABOROU ANDRÉ SHALDERS

PRONTO, FALEI!



Marco Aurélio Mello
Ex-ministro do STF

"Com o enterro da Lava Jato sem direito a missa de sétimo dia, houve enorme retrocesso no combate à corrupção. Sofrida República. Que tristeza."

CLICK

JOÃO CARLOS SILVA/DIVULGAÇÃO



Marcelo Barbieri
Ex-deputado federal

Em reunião com o ex-presidente José Sarney, que foi padrinho de casamento do ex-deputado federal. Sarney e Marcelo Barbieri são amigos há 40 anos.

e|investidor
ESTADÃO
Tudo sobre o Tesouro Direto



Um mergulho no **investimento mais escolhido** entre os brasileiros.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e acesse agora o nosso conteúdo exclusivo e gratuito



O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)
LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

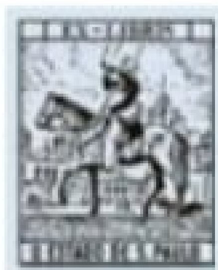
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO PEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

O 'vale-tudo' dos penduricalhos



Em decisão contra pagamento retroativo de um auxílio, ministro Flávio Dino critica profusão de benefícios, lembra da importância de seguir as leis e manda duros recados ao Judiciário

Ao barrar o pagamento retroativo de um penduricalho a um juiz federal de Minas Gerais, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), teceu duras críticas à profusão de benefícios autoconcedidos pelo Judiciário. Em uma decisão de apenas cinco páginas, Dino afirmou que há um "inaceitável 'vale-tudo'" na criação de auxílios que culminam nos chamados supersalários, violações grosseiras do teto constitucional para remuneração dos servidores públicos.

No caso concreto, o juiz pleiteava receber desde 2007 um auxílio-alimentação criado em 2011. O magistrado fora atendido em instâncias inferiores, mas, ao julgar um recurso da União, Dino disse que não cabe ao Judiciário conceder auxílios, além de emitir considerações que, a bem da moralidade pública, deveriam sensibilizar seus colegas de toga.

Esse penduricalho nasceu de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), editada para espelhar auxílios do Ministério Público (MP) à magistratura. Justifica essa medida uma tal simetria entre as carreiras, segundo a qual juízes e membros do MP têm direito aos mesmos benefícios.

Ocorre que, com base nesse argumento, passou-se a irrigar os contracheques de juízes com os mais diversos tipos de pagamento. E, para Dino, não são razoáveis as "infinitas demandas por 'isonomia'" entre as carreiras jurídicas que, na prática, impedem a "organização, congruência e previsibilidade no sistema de remuneração".

Tantos são os penduricalhos criados, e não raro de forma opaca, que a sociedade é sempre surpreendida com essas benesses. Chamadas de indenizações, elas burlam o Imposto de Renda e o teto constitucional, hoje de R$ 46,4 mil, o salário de um ministro do STF. Essa falta de transparência não passou despercebida pelo ministro.

Segundo Dino, "hoje é rigorosamente impossível alguém identificar qual o teto efetivamente observado, quais parcelas são pagas e se realmente são indenizatórias, tal é a multiplicidade de pagamentos, com as mais variadas razões enunciadas (isonomia, 'acervo', compensações, 'venda' de benefícios etc)". De uns tempos para cá, proliferaram, por exemplo, penduricalhos para compensar juízes por um alegado excesso de trabalho com a concessão de folgas que podem ser convertidas em dinheiro.

Como este jornal revelou, há ainda a "dezembrada", quando, em fim de ano, os cofres do Judiciário são abertos para bancar toda sorte de privilégios incompatíveis com a própria ideia de República. Não à toa, Dino citou um "auxílio-alimentação natalino" como sinônimo do "vale-tudo". Impossível não lembrar o "vale-peru" de até R$ 10 mil pago aos servidores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT), a título da "cobertura das necessidades nutricionais diárias da pessoa humana, com dignidade". Dino destacou ainda que o Judiciário não pode driblar o Legislativo no que concerne à autoconcessão de benefícios, pois seguir a Constituição e as leis é uma "orientação fundamental para evitar abusos, como rotineiramente tem sido noticiado acerca de pagamentos denominados de 'supersalários'".

Quando um ministro do STF chega à conclusão de que há tanta coisa fora do lugar, passou da hora de o País discutir seriamente o fim desses penduricalhos. Não se trata, como disse há poucos dias o ministro Luís Roberto Barroso, presidente da Corte, de críticas "injustas" ou "fruto da incompreensão do trabalho dos juízes", até porque Dino conhece bem a magistratura. Antes de enveredar pela política e de chegar ao STF, Dino foi juiz federal e presidiu a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

Ainda não é possível dizer se Dino é uma voz isolada no STF, se catalisou um movimento de indignação na Corte ou se está alinhado com o governo Lula da Silva, que chegou a propor limites aos supersalários, o que levou à reação imediata e refratária no Judiciário. O que se pode afirmar é que, num movimento raro, um integrante da mais alta Corte do País manifestou desconforto com o que grande parcela de seus colegas de toga parece não se incomodar há tempos. E só isso basta para que os recados dados por Dino nos autos recebam a atenção de seus pares.●

O IPCA que engana

Bônus de Itaipu contribui para a desaceleração da inflação em janeiro, mas não passa de alívio pontual no bolso de consumidores ainda muito pressionados pelo aumento dos preços dos alimentos

O alívio da inflação em janeiro, com alta de apenas 0,16%, depois de um aumento de 0,52% em dezembro, poderia ser auspicioso para a economia, não fosse o bônus de Itaipu, que deixou a energia elétrica 14,21% mais barata no mês. A redução com o custo da eletricidade gerada pela usina impactou o IPCA em -0,55 ponto porcentual. Sem essa contribuição, a inflação de janeiro teria chegado a 0,71%, e a taxa acumulada em 12 meses teria alcançado 5,13%, segundo cálculo do economista André Braz, do FGV Ibre.

A questão é que o "desconto" nas tarifas de energia tem fôlego curto, e a queda verificada no mês passado virá como alta em fevereiro. É um movimento natural, haja vista que não houve mudança estrutural na formação de preços, mas apenas um encontro de contas no saldo da usina administrada paritariamente por Brasil e Paraguai. E, mesmo com a forte desaceleração que o bônus de R$ 1,3 bilhão repassado às contas de luz representou para a inflação em janeiro, a taxa anualizada continuou acima do teto da meta de 3% fixada pelo governo, chegando a 4,56% em janeiro.

Importantes grupos de preços continuam subindo, como transportes e alimentos, estes em sua quinta alta mensal consecutiva, e o peso da inflação sobre o consumidor não ficou atenuado pelo resultado fora da curva do mês de janeiro. Apesar do respiro do IPCA, a escalada dos preços continua preocupante – ou, para usar a linguagem do Banco Central, o cenário é adverso para a inflação dos alimentos no médio prazo.

Mas o governo Lula da Silva decidiu entrar no modo negação e desdenhar olimpicamente da pressão inflacionária e seus efeitos na economia. Primeiro, o presidente recomendou à população que deixasse de comprar produtos caros para forçar a queda de preços. O roteiro resultou numa enxurrada de críticas, pois a carestia à qual se refere o petista abrange itens essenciais, como café, óleo, leite e carne, e não supérfluos ou produtos sofisticados.

Na sequência, ministros também minimizaram a inflação dos alimentos, justamente um dos itens que mais pesam no bolso dos mais pobres. De acordo com o IBGE, famílias com renda mensal de até dois salários mínimos gastam mais de 60% de seu orçamento mensal para custear casa e comida.

Antes mesmo da divulgação da desaceleração do IPCA de janeiro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista a uma rádio de Caruaru (PE), disse que "todos os preços" hoje estão abaixo dos que "o presidente Lula herdou de Bolsonaro", e sustentou que a política de valorização do salário mínimo, com reajustes acima da inflação, vai manter o poder de compra. Há pouco tempo, era Haddad quem insistia em mais medidas de ajuste fiscal para compensar o minguado pacote fiscal anunciado em novembro na busca pelo reequilíbrio das contas públicas.

Agora, o ministro atribui quase exclusivamente ao aumento do dólar – e seu impacto nas exportações – a alta dos preços internos, e coloca a pressão cambial tão somente na conta da eleição de Donald Trump como presidente dos EUA. Este, aliás, foi um dos argumentos que sustentaram a ideia de uma ala do PT segundo a qual a taxação das exportações poderia reduzir a inflação, uma possibilidade que causou reação negativa tão forte que obrigou o governo a descartá-la oficialmente.

Taxar produtos exportados ou fixar novas regras para os cartões de refeição não resolverá o problema da inflação, mas o governo segue tentando subestimar a alta inflacionária. Em entrevista a uma rádio na Bahia, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, que chegou a falar em um "conjunto de intervenções" para baratear preços nos supermercados, disse que a inflação foi "infinitamente menor" nos dois anos do governo Lula do que nos quatro de Bolsonaro.

Houve, de fato, expressivos estouros de meta na gestão Bolsonaro, especialmente nos dois últimos anos, quando a inflação bateu 10,06% (2021) e 5,79% (2022), parte pelas ações de combate à pandemia de covid-19, parte por gastos em ano de campanha eleitoral. Em vez de buscar se eximir de sua responsabilidade com base em comparações, o governo deveria olhar para si mesmo e concentrar esforços na redução de seus próprios gastos.●

ESPAÇO ABERTO

Governo Trump, o fascínio da dominação

José Serra

Os primeiros movimentos do segundo governo Trump vão mostrando um líder em transição para o autoritarismo ilimitado. A dúvida que fica é se esse perfil é uma estratégia política, no contexto das políticas interna e externa da América, ou uma efetiva intenção de recolocar os Estados Unidos no papel de controlador imperial do mundo.

A segunda hipótese parece mais provável. A retórica que levou Trump ao poder teve como pilar o "*Make America Great Again*". Em verdade, essa mensagem já confessa que a hegemonia americana passa por fortes questionamentos. Trump apostou (e ganhou) em mostrar o declínio para assumir o posto de timoneiro da recuperação do poder americano.

Sua ação já de início foi pautada por uma virulência típica dos impérios em declínio. Os impérios contemporâneos constroem uma hegemonia baseada em relações comerciais, financeiras, culturais, tecnológicas e étnicas. Há uma espécie de dependência de todos em relação ao centro do império, seja para vender produtos, seja para lastro financeiro e creditício, mas os outros aspectos dos costumes e da própria construção dos valores sociais estão presentes no conceito de hegemonia.

Geralmente, quando os impérios têm seu papel hegemônico contestado, passam ao uso do poder militar ou desandam pela via da demonização dos parceiros comerciais insubordinados. Os dois instrumentos estão na pauta, mas as tarifas estão ainda ocupando o lugar dos mísseis, como no caso do nosso aço.

A metralhadora giratória de Trump contra os parceiros comerciais é uma aposta arriscada. A elevação de tarifas tem o efeito colateral de estressar os complexos formatos de negócio das cadeias de suprimento das grandes empresas americanas.

Hoje, China e Índia representam alternativas de negócio ao centro dominante americano. É até mais provável que a postura de Trump acelere os movimentos de criação e consolidação dos novos blocos de comércio. Note-se que toda a virulência contra os Brics expressa menos força do que temor quanto ao futuro.

> ***Já de início, a ação de Donald Trump foi pautada por uma virulência típica dos impérios em declínio***

Ficou evidente na reta final da campanha e nos primeiros movimentos do novo governo que Trump estava muito bem articulado com o que de mais novo existe na economia americana, as *big techs*. Depois de perder a supremacia em diversos segmentos da indústria manufatureira, a aposta é na tecnologia para recuperar sua posição de centralidade na economia global, o que deve envolver bilhões de dólares do Tesouro para os grandes contratos com o setor privado.

Parecia um reencontro com o sonho americano, só que ele se transformou em pesadelo. Bastou a notícia de que uma empresa chinesa conseguia produzir inteligência artificial melhor e mais barata do que as *big techs* americanas para que um US$ 1 trilhão de valor de mercado dessas empresas virasse pó.

Além das questões de mercado, a realidade colocou uma interrogação sobre o segmento que aparecia como grande polo dinâmico da reestruturação da economia americana na "era Trump". Pior, esse setor foi protegido com políticas do Estado americano, o que fazia com que as empresas beneficiárias parecessem muito mais sólidas do que na realidade são.

Não é só na economia que o jogo de Trump é de alto risco. Na execução de sua grande promessa eleitoral, a retirada de milhões de imigrantes ilegais do território americano e a inviabilização do fluxo migratório, um certo tom medieval vai dissolvendo o ar de civilização que ainda era preservado pelo governo anterior.

Ao que parece, Trump não compreendeu que a mão de obra estrangeira joga um papel-chave na economia americana. Os primeiros dias de terror vão desestruturando a construção civil e os serviços. A provável elevação de salários, decorrente da escassez de trabalhadores dispostos a realizar tarefas de baixa qualificação, pode resultar em aumento generalizado de custos na estrutura produtiva americana.

O lamentável é que o histórico de exploração econômica do México e da América Central, em que o Estado americano teve grande responsabilidade, resultou em péssimas condições de vida que são o elemento propulsor da imigração para os Estados Unidos. Evidentemente, o crime e o narcotráfico se associam a esses processos, gerando um barril de pólvora. O muro e as deportações são a negação da posição de centro dominante, ao recusar suas responsabilidades sobre a situação social dos países sob sua influência.

O desespero para recuperar as condições de controle da geopolítica e dos fluxos comerciais é a outra face da incapacidade em lidar com as fronteiras e a gestão dos fluxos migratórios.

Não poderia faltar ao império em decadência a bravata militar. Anexar a Groenlândia e o Canal do Panamá, além de transformar o Canadá no 51.º Estado, parece jogo de cena, mas não podemos esquecer que um senhor de bigode no centro da Europa começou exatamente assim.

Infelizmente, a truculência ampla, geral e irrestrita de quem não tem noção de seu papel no mundo deve acelerar a fragmentação da economia internacional e ampliar os conflitos. ●

ECONOMISTA

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Percepção da corrupção

A nota do Brasil

O Brasil ficou na 107.ª posição na edição de 2024 do Índice de Percepção da Corrupção (IPC), da Transparência Internacional, empatado com Argélia, Malauí, Nepal, Níger, Tailândia e Turquia (**Estadão**, 12/2, A9). É a pior colocação do País na série histórica, iniciada em 2012. Uma vergonha diante do mundo. O caminho da luta contra a corrupção iniciado, ainda que de maneira torta, pela Operação Lava Jato está sendo bloqueado por autoridades dos Três Poderes. Muito especialmente no âmbito do Judiciário, onde falhas processuais têm levado à anulação de processos e até de condenações de réus confessos, trazendo prejuízos enormes ao erário e à credibilidade da Justiça no País. A vergonha e a indignação atingem quem espera das autoridades o trato sério da coisa pública, da mesma forma que seriedade é imposta ao cidadão comum trabalhador.

Arnaldo Goltcher
São Paulo

Guerra comercial

Coisa de maluco

Alguém poderia me explicar a lógica trumpista? Somos o segundo maior fornecedor de aço dos EUA. O sr. Trump, *dono do mundo*, sobretaxou a importação do aço brasileiro em 25%, colocando uma barreira significativa para a indústria siderúrgica brasileira. Nossa indústria nacional. As reservas internas de minério de ferro dos EUA estão praticamente esgotadas por terem explorado tanto suas jazidas. Essa diminuição das importações, que resultará em corte na mão de obra utilizada pelo setor em nosso país, certamente vai favorecer as siderúrgicas americanas, que poderão se aproveitar dessa taxação para aumentar o preço dessa matéria-prima para fornecimento ao mercado interno americano. Mas, como o aumento dos preços, obviamente as indústrias que utilizam o aço para a produção de produtos vão reajustar seus preços para os americanos, gerando aumento de preços e, com isso, da inflação. Decerto, isso é coisa de maluco. Ou não?

Valdecir Ginevro
São José dos Campos

Mobilidade

Pesquisa Origem e Destino

Especialistas responsáveis pela condução da pesquisa Origem e Destino, realizada pelo Metrô de São Paulo em 2023 e divulgada nesta semana (**Estadão**, 12/2, A12 e A13), estão intrigados com alguns dos resultados, entre eles a redução, de 2017 a 2023, do número de viagens diárias na capital e região metropolitana (15%), com pessoas se deslocando menos para trabalhar, estudar ou ir ao supermercado; e a queda de 11,1% nas viagens motorizadas. Realmente estranho, pois a percepção de quem mora e se movimenta diariamente em São Paulo é de que o trânsito, que sempre foi ruim, está cada vez mais caótico, e o transporte público continua abarrotado de pessoas, principalmente nos horários de pico, coisas que não deveriam acontecer se esses números refletissem a realidade. Logicamente existem variáveis complexas que precisam ser computadas e analisadas, mas o fato é que, no que concerne à mobilidade em São Paulo, não há motivos concretos para regozijo. Muito pelo contrário e longe disso.

Luciano Harary
São Paulo

Oriente Médio

Os reféns do Hamas

A aparência dos três últimos reféns libertados pelos terroristas do Hamas denotava acentuado estado de subnutrição e perda de peso. Relatos dão conta de sua permanência em túneis durante o período de cerca de 500 dias, com pouca ou nenhuma luz, ventilação deficiente, acorrentados e pendurados pelos pés. Proibidos de usar sapatos, queimados e submetidos a interrogatórios sob tortura. Durante todo esse período, onde estavam os organismos de saúde e de direitos humanos para denunciar os maus-tratos e as condições indignas de saúde física e psicológica às quais estavam sujeitos esses civis inocentes? Onde estão os representantes de países e organizações que ainda têm um mínimo de moral e ética para impedir essa desonrosa montagem midiática que antecede a entrega dos reféns, portando um "certificado de libertação", sendo filmados e entrevistados num palanque com perguntas de conteúdo duvidoso e expostos à multidão e à milícia mascarada e armada do Hamas, antes de embarcarem em ambulâncias da (patética) Cruz Vermelha? O tempo pressiona para que a totalidade dos reféns – vivos e mortos – seja libertada. Lembrando que há entre eles duas crianças, cujo estado de saúde se ignora. Nunca o lema "tragam os reféns para casa – agora" e sua ação foram tão prementes e necessários.

Claudio Silberberg
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

Tarefa da Fazenda é cortar R$ 35 bilhões

Felipe Salto

Em janeiro, o governo central deve ter registrado superávit primário de R$ 89,3 bilhões, pouco acima da projeção da Warren Investimentos, de R$ 88,2 bilhões. Os dados são do portal Siga Brasil, coletados por minha equipe no último dia 10. O Siga compila dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), permitindo a antecipação do resultado do Tesouro Nacional.

No mesmo mês do ano passado, o superávit primário foi de R$ 79,5 bilhões ou R$ 83,1 bilhões quando corrigido pela inflação. A melhora de R$ 6,2 bilhões no resultado deu-se com altas reais de 4,6% da receita líquida (receita total menos transferências a Estados e municípios) e de 3,2% da despesa, na comparação com janeiro de 2024.

A receita total foi de R$ 303,9 bilhões, com crescimento real de 4,1%. Dada a centralidade da arrecadação para o alcance da meta de resultado primário no ano passado – como havia planejado o Poder Executivo –, é necessário o acompanhamento detalhado do desempenho das receitas também no exercício presente. Isso pois a estratégia permitiu uma melhora do déficit primário de 2,3% do PIB em 2023 para 0,4% do PIB no ano passado.

Ademais, a alta do mês passado foi conduzida pelo conjunto de rubricas chamado de receitas administradas (impostos e contribuições), que avançou 5,5%, já descontada a inflação. Esse grupo, além de ser o maior, é o mais sensível ao ciclo econômico e às medidas de recomposição da base tributária adotadas pelo governo.

Vale notar ainda o ingresso de R$ 4,3 bilhões, em janeiro de 2024, a preços corrigidos pelo IPCA, derivado da tributação extraordinária do estoque de rendimentos dos fundos exclusivos. Portanto, no início de 2025, há consistência no desempenho das receitas, que continuam avançando mesmo na ausência de novas receitas não recorrentes.

Subtraídos R$ 43,8 bilhões da arrecadação total, a título de transferências constitucionais, chegamos à receita líquida de R$ 260,1 bilhões, 4,6% superior ao mesmo mês do ano passado, como mencionado.

Já os gastos somaram R$ 170,9 bilhões, maiores em 3,2%. Alguns dos principais componentes da despesa já tinham aumento previsto e devem seguir em alta. A Previdência somou R$ 73,2 bilhões e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), R$ 10,1 bilhões, crescimentos de 2,4% e 14,8%, respectivamente. Isso se explica pelo maior número de beneficiários e da valorização do salário mínimo.

> *O histórico de contingenciamentos aponta que é possível, mas também ressalta a importância de contenção já no início do ano*

A complementação da União ao Fundeb chegou a R$ 11 bilhões no mês, aumento de 21,9%, e deve continuar crescendo até 2026, por determinação constitucional. As despesas chamadas obrigatórias com controle de fluxo somaram R$ 28,3 bilhões, com alta de 5,3%. Dentro desse conjunto, vale destacar a queda real de 7,9% nos gastos com Bolsa Família, possivelmente associados a um "pente-fino" no programa no decorrer de 2024, e a alta de 23,2% nos dispêndios com saúde, cujo valor desembolsado é vinculado às receitas da União.

Outro ponto de atenção são os gastos com pessoal, de R$ 30,9 bilhões no mês passado. Esse montante representa diminuição real de 4,5% frente a janeiro de 2024, pois em termos nominais o valor continuou praticamente constante. A atenção, mesmo com queda, se deve à não aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) até o momento. Apenas após a efetivação da LOA é que podem ser concedidos aumentos ao funcionalismo, com essa valorização salarial sendo então aplicada de maneira retroativa.

Finalmente, as despesas não obrigatórias, chamadas discricionárias, somaram R$ 7,9 bilhões, com aumento real de 19,1%. Remanesce uma dúvida sobre o ritmo de execução desses dispêndios enquanto não for aprovada a LOA. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) permite gastos de até 1/12 da dotação do Projeto de Lei Orçamentária (Ploa) enviado pelo Poder Executivo em 2024. Porém, há especulações sobre possível adoção de ritmo mais lento de desembolsos discricionários, como 1/18 do valor do Ploa.

Fato é que janeiro não irá dirimir essa questão, e será necessário observar o resultado de fevereiro para aferirmos qual a cadência dos gastos não obrigatórios até a aprovação do Orçamento. Porque tradicionalmente o dispêndio é baixo nessas rubricas no primeiro mês do ano, dados certos trâmites orçamentários, independentemente de LOA aprovada ou não.

De 2019 a 2025, a fração gasta do que era previsto para as discricionárias no Orçamento anual, em janeiro, foi de 3,1% em média, valor bastante inferior a 1/12 (8,3%) e 1/18 (5,6%). Em 2025, tais dispêndios foram de 3,6% da previsão contida no Ploa.

A importância de se gastar lentamente o orçamento de despesas discricionárias, nesse momento, reside na necessidade premente de contingenciar despesas para cumprir a meta fiscal anual. Isso é mais difícil de ser feito caso a execução esteja acelerada, reduzindo a margem de manobra do governo em consequência.

Calculamos que serão necessários cortes de R$ 35 bilhões para atingir o limite inferior de tolerância da meta legal de resultado primário. O histórico de contingenciamentos aponta que isso é possível, mas também ressalta a importância de contenção já no início do ano. Essa será a grande medida fiscal deste ano. E precisará vir com brevidade. ●

ECONOMISTA-CHEFE E SÓCIO DA WARREN INVESTIMENTOS. FOI SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

TEMA DO DIA

DIVULGAÇÃO/TJ-MA



No Maranhão

PF indicia 3 desembargadores, 2 juízes e 7 advogados por venda de sentenças

A PF concluiu o inquérito da Operação 18 Minutos, que investigou a venda de sentenças no Tribunal de Justiça do Maranhão, e indiciou no total 23 pessoas por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. ●

8.970 interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Está aí a prova de uma justiça que não deu certo. Será que eles estão condenados pelos seus amigos???? Pobre Brasil."
SHEYLA ORANGE VIANA

● "Caráter e honestidade não têm relação nenhuma com posição social e profissional!!!"
EDUARDO SILVA DE CAMARGO FERRAZ

● "O que eles vão ganhar de punição? Aposentadoria compulsória!!!"
LEANDRO OLIVEIRA

● "Tem que mudar a lei para esse povo."
CLÁUDIA LIMA

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão
https://bit.ly/LDBEstadao

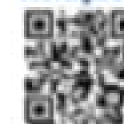
Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

HÉLVIO ROMERO/ESTADÃO

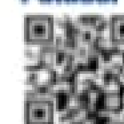


Aviação



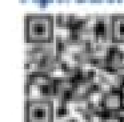
Brasil tem 2 cias. aéreas entre as mais pontuais. ●
https://l1nq.com/Jhg9t

Paladar



Quais os 3 melhores gins para gin tônica.
https://l1nq.com/uxZ3m

Aplicativo do Estadão



Receba alertas em tempo real das últimas notícias. ●
https://bit.ly/3D0iGb6

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02588-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● Fax: (11) 3856-2940 ● E-Mail: forum@estadao.com ● Central de assinante: Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● Central ao leitor: (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 Preços venda avulsa: SP: R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). RJ, MG, PR, SC E DF: R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). ES, RS, GO, MT E MS: R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). BA, SE, PE, TO E AL: R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO: R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$ 13,00 (domingo). ● Vendas de assinaturas: 0800-014-9000 ● Whatsapp: (11) 99248-2333 ● Vendas corporativas: (11) 3856-2524 ● Agências de publicidade: (11) 3856-2531 ● cas@estadao.com

Federação

Lei antidesmatamento da UE faz gestão Tarcísio cobrar posição do governo Lula

Administração estadual vê risco para agro em novas regras que serão implementadas pela União Europeia; avaliação é de que perspectiva de 2026 gera resistência no Planalto

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

A lei antidesmatamento da União Europeia (UE), conhecida também pela sigla em inglês EUDR, é o novo capítulo de uma rixa entre a administração do governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O secretário de Agricultura de São Paulo, Guilherme Piai, enviou ofício ao Ministério da Agricultura e ao Itamaraty cobrando providências para que o agronegócio paulista não seja prejudicado pela forma como as novas regras estão sendo implementadas.

A avaliação no governo estadual é de que o cenário atual prejudicará especialmente as exportações do café paulista, que somaram R$ 7,71 bilhões no ano passado. A UE é o principal destino do produto, com quase metade das compras.

Café

Governo de SP vê risco especialmente para as exportações de café, que somaram R$ 7,7 bi em 2024

Procurado por meio do Ministério da Agricultura e do Itamaraty, o governo federal não respondeu.

Piai quer mudanças na análise de risco ambiental para a aplicação da EUDR e também na forma como é feita a geolocalização das florestas. Os pedidos, porém, se chocam com a avaliação no Palácio dos Bandeirantes de que, historicamente, o governo federal é resistente a sugestões e pleitos de São Paulo, principal centro econômico do País.

A leitura é de que a situação teria se agravado à medida que Tarcísio passou a ser visto pelo governo Lula como principal adversário na disputa pela Presidência em 2026, já que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) está inelegível. No ano passado, por exemplo, uma queda de braço entre os governos Tarcísio e Lula ameaçou atrasar a obra do túnel no Porto de Santos, mas depois houve acordo e o empreendimento foi anunciado conjuntamente pelo governador e pelo presidente.

O governador repete que será candidato à reeleição e não disputará a Presidência da República no próximo ano. Nos bastidores, Tarcísio costuma dizer que é o governador de oposição "dos sonhos", pois não faz críticas nem tenta antagonizar Lula publicamente.

ÁREAS DESMATADAS. A lei antidesmatamento proíbe a comercialização na União Europeia de produtos como carnes, cacau, café, soja, madeira e óleo de palma se eles forem produzidos ou tiverem alguma ligação com áreas desmatadas. Entre as exigências, estão a geolocalização das fazendas onde essas commodities são produzidas e que as empresas europeias adotem procedimentos para garantir que suas cadeias de abastecimento não tenham produtos originados em áreas desmatadas.

A lei entraria em vigor em 30 de dezembro de 2024, mas, após pressão do Brasil e de outros países exportadores, foi adiada para 30 de dezembro de 2025, no caso de grandes operadores e comerciantes, e 30 de junho de 2026 para micro e pequenas empresas (*mais informações nesta página*).

No ofício enviado no dia 31 de janeiro e obtido pelo **Estadão**, Piai elogiou a atuação dos ministérios para obter o adiamento, mas pediu que as pastas atuem na Comissão Europeia e no Parlamento Europeu para que o risco ambiental brasileiro seja analisado de forma regional e não nacionalizada.

A aposta é que São Paulo conseguirá uma classificação ambiental melhor do que a média brasileira – o Estado tem 25% do território preservado, acima dos 20% exigidos pelo Código Florestal Brasileiro, e 100 mil cadastros no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Quanto menor a classificação de risco, mais brandas são as exigências e a burocracia para que produtores e exportadores comprovem que seus produtos não têm origem em áreas desmatadas.

"É preciso que cada região tenha uma avaliação considerando suas características. O Brasil tem dimensões continentais e seis biomas em seu território. O que São Paulo precisa é de uma medida que minimize distorções na aplicação da legislação europeia, o que vai evitar sanções indevidas aos nossos produtores que atuam com responsabilidade ambiental em todas as cadeias agropecuárias", disse Piai.

ALERTAS. Outro ponto levantado pelo secretário no ofício é que as ferramentas de geolocalização sugeridas pela União Europeia podem levar a alertas falsos de desmatamento. Piai afirma no documento que os mapas de cobertura florestal sugeridos pelo bloco europeu, gerados com auxílio de inteligência artificial e algoritmos, indicam como áreas de floresta locais onde o café é cultivado há décadas.

"Trazemos à baila tais questões para demonstrar efetivamente que existem ferramentas alternativas que podem ser utilizadas com maior precisão do que as que estão sendo, ao menos até o presente momento, sugeridas pela União Europeia", argumentou o secretário. ●

TARCÍSIO DE FREITAS VIA TWITTER



Aliados

Tarcísio posta 'agenda com o mito' em Brasília

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) se encontrou ontem com Jair Bolsonaro (PL) em Brasília. "Pausa na agenda para reabastecer ao lado do mito", escreveu Tarcísio. ●

Para lembrar

União Europeia adiou por um ano aplicação de lei

● Pressão

Em dezembro do ano passado, a União Europeia (UE) adiou por mais um ano a aplicação da lei antidesmatamento. A medida foi formalizada no Diário Oficial do bloco econômico no dia 23. Inicialmente, o regulamento começaria a valer em 30 de dezembro de 2024. Contudo, após pressão de diversos países exportadores, incluindo o Brasil, e também de produtores locais, as regras passarão a vigorar a partir de 30 de dezembro de 2025 para grandes operadores e comerciantes. Já as micro e pequenas companhias terão até o dia 30 de junho de 2026 para se adequarem

● Adaptação

O Parlamento e o Conselho Europeu justificaram a decisão como uma medida essencial para garantir que todos os envolvidos – incluindo operadores, comerciantes, Estados-membros e países exportadores – tenham tempo suficiente para adaptar seus sistemas e processos. No início de dezembro, as duas instituições legislativas da UE tinham fechado posição a favor do adiamento.

'NÃO DÁ PARA FICAR NESSA LENGA-LENGA', AFIRMA LULA SOBRE FOZ DO AMAZONAS. PÁG. B2

'Saldo positivo' de governador supera o de petista

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), superou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no saldo de imagem positiva dos políticos. Segundo pesquisa do instituto AtlasIntel, divulgada na terça-feira, 44% dos brasileiros aprovam e 48% reprovam Tarcísio. No caso de Lula, o índice positivo é de 42% e o negativo é de 51%. A margem de erro é de dois pontos porcentuais.

A pesquisa AtlasIntel foi feita em parceria com a Bloomberg e ouviu 3.125 brasileiros, por meio de um recrutamento digital aleatório, entre os dias 27 e 31 de janeiro. O índice de confiabilidade é de 95%.

Na pesquisa anterior, realizada em dezembro, a imagem de Lula era aprovada por 51% e reprovada por 46%. Nos dois meses que antecederam a divulgação da nova pesquisa, o governo sofreu crises relacionadas à comunicação do governo, sobretudo a envolvendo a fiscalização do Pix pela Receita.

No mesmo levantamento de dezembro, Tarcísio tinha 50% de avaliação negativa e 46% positiva. Tanto a aprovação quanto a desaprovação recuaram dois pontos porcentuais, enquanto os que não sabem opinar sobre o governador saltaram de 4% para 9%. ● GABRIEL DE SOUSA E GEOVANI BUCCI

Eufrázio

'Preços dispararam'

Para 'economizar', Zema come banana com casca

Governador de Minas Gerais critica alta dos alimentos em vídeo; Lula pediu boicote a produtos caros contra a inflação

HEITOR MAZZOCO

Para criticar a alta de preços dos alimentos, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), publicou ontem, no Instagram, um vídeo em que aparece comendo uma banana com casca. "Desta vez eu recorri a uma nutricionista para ver se podia ou não (*comer banana com casca*), e ela falou que sim. Não fica tão bom quanto a banana pura, mas dá para encarar nesses tempos em que os preços dispararam. Fica aí uma sugestão que pode funcionar", diz o governador no vídeo.

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva orientou a população a deixar de comprar produtos que estejam muito caros. "Uma das coisas mais importantes para a gente poder controlar o preço é o próprio povo. Se você vai ao supermercado e desconfia que tal produto está caro, você não compra. Se todo mundo tiver a consciência e não comprar aquilo que acha

@ROMEUZEMAOFICIAL/INSTAGRAM



'Fica aí uma sugestão', afirma Zema em vídeo publicado

que está caro, quem está vendendo vai ter de baixar para vender, porque, senão, vai estragar", declarou o petista, durante entrevista às rádios Metrópole e Sociedade, da Bahia.

Lula afirmou ainda que é preciso "educar" as pessoas para trocar produtos caros por opções mais baratas. "Esse é um processo educacional que nós vamos ter que fazer com o povo brasileiro. O povo não pode ser extorquido", disse o presidente.

TELETUBBIES. O ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), criticou o vídeo de Zema. "Tenho respeito por você, mas suas redes sociais estão cada vez mais Teletubbies. Comer banana com casca para tratar de inflação, politizando até o café da manhã, está muito falso", disse o ministro. ●

Eleições 2024

Candidata usou fundo de campanha para compra de perfumes, crepes e festa, diz MP

O Ministério Público Eleitoral (MPE) impugnou as contas da ex-candidata a vereador em São Paulo Ale Marques (Podemos) por indícios de desvios do fundo de campanha nas eleições de 2024. O "Estadão" não obteve resposta da ex-candidata. Ale Marques recebeu R$ 100 mil do fundo de financiamento de campanha e teve 108 votos no pleito do ano passado. Segundo o MPE, a então candidata usou o dinheiro para cobrir despesas como perfumes, crepes e festa. ●

PCC

MP pede cassação de vereador de Santos por doações de 'laranjas' de facção

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) pediu a cassação do mandato do vereador Marcelo Correia, o Marcelo Téo (PP), de Santos, no litoral paulista, por suspeita de envolvimento com o Primeiro Comando da Capital (PCC). O "Estadão" pediu, mas não obteve resposta do vereador. O Ministério Público afirma que o vereador recebeu doações de "laranjas" da facção na campanha de 2024. ●

Operação

PF investiga supostas ameaças a Lula em Belém, onde o presidente desembarca hoje

A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem uma operação para investigar ameaças ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A investigação foi aberta a partir de publicações nas redes sociais. Um homem teria ameaçado matar o presidente durante visita a Belém. Lula desembarca na cidade hoje para fazer a inspeção de obras da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP-30). ●

NCL NORWEGIAN CRUISE LINE

Cruzeiros Internacionais? Pense Norwegian.

Há mais para ver, fazer e aproveitar em mais de 450 destinos ao redor do mundo, incluindo Europa, Caribe, Alasca e Ásia. Embarque em nossa frota premiada com saídas disponíveis até 2027.



Atendimento exclusivo: (11) 3177-3135
ou consulte o seu agente de viagens

©2025 NCL Corporation Ltd. Ships' Registry: Bahamas and USA 2086021 01/25

experimente MAIS no mar™



William Waack
O Brasil diante de Trump

Não há muita margem de manobra para o Brasil frente a Trump. No plano geral geopolítico, o presidente americano está desfazendo a ordem internacional que nos foi vantajosa. No plano imediato das tarifas impostas contra exportações de aço e alumínio brasileiras, o espaço de resposta é reduzido comparado ao que aconteceu no primeiro mandato de Trump.

A causa imediata é a probabilidade de que Trump implemente tarifas elevadas para outros setores. O agro aguarda isso a qualquer momento. É séria e real a ameaça de Trump de impor reciprocidade nas tarifas. Em outras palavras, mesmo que o Brasil retalie aqui ou ali, o buraco é bem maior.

O setor privado tem tentado ajudar discretamente o governo através dos canais tradicionais com parceiros americanos, mas a questão não é apenas compensar a inexistência de ligações "diretas" de governo a governo. Trump não faz mais distinções entre amigos e inimigos e abraçou a ideia de que o declínio americano teria sido causado pelo livre comércio.

O Brasil há décadas afirma que a ordem internacional pós-Segunda Guerra, liderada pelos EUA, deveria ser "corrigida" em favor do que hoje se chama de Sul Global. Ironicamente, para o atual governo americano é exatamente essa ordem liberal a responsável pela "fraqueza" do país, que tem de ser "great again". Daí ser tão central em Washington a arma da política protecionista.

> ***Não parece haver boas opções para enfrentar quem não diferencia entre amigos e inimigos***

Na visão de Trump, essa arma serve não só para obter concessões também em instâncias que nada tem a ver com déficits comercial. Ela "reverteria" décadas de liberalidade em relação a concorrentes como a China, mas também a União Europeia. Fato que se revela na brutalidade de sanções tecnológicas e financeiras americanas.

Há certo consenso entre analistas distantes do embate ideológico quanto à visão de que não havia muito mesmo o que os americanos pudessem ter feito para "frear" a China e sua capacidade de desafiar a potência hegemônica agora também em termos militares. Trump não dá indicações de perceber, porém, que o imenso vigor da economia americana e sua capacidade de inovação estão associados a um sistema internacional que depende de regras, cooperação, integração e essencialmente de alianças.

Para o Brasil, essa "virada para dentro" dos Estados Unidos é negativa em vários sentidos, e "schadenfreude" pelo que está acontecendo com o "império" é resultado genuíno do famoso complexo de vira-lata. Nossa situação é delicada não só pelo que Trump faz e desfaz mas, principalmente, pelas nossas próprias vulnerabilidades. ●

JORNALISTA E APRESENTADOR DO PROGRAMA WW, DA CNN

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Algo em comum

Bolsonaro repete tática do 'Lula livre' e tenta interditar direita

Anistia a condenados no 8 de Janeiro e reforma da Lei da Ficha Limpa são projetos para o ex-presidente, não para do seu campo político

ESTADÃO ANALISA

CARLOS PEREIRA

O slogan "Lula Livre", que ganhou força quando o ex-presidente estava preso por condenações de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, serviu essencialmente aos interesses de Lula e do PT. A narrativa, ao invés de fortalecer a esquerda como um todo, aprisionou o campo progressista à candidatura do próprio Lula em 2018. Agora, a história se repete na direita.

A pauta da anistia para os condenados pelos atos de 8 de janeiro e a tentativa de reduzir o prazo de inelegibilidade da Lei da Ficha Limpa de oito para dois anos interessam apenas a Bolsonaro, não à direita de forma geral. São medidas que reforçam seu protagonismo e minam o surgimento de novas lideranças conservadoras e comprometidas com a democracia no País.

Em 2018, mesmo preso, Lula conseguiu se manter politicamente relevante e praticamente inviabilizou a construção de candidaturas alternativas e competitivas na esquerda. A percepção de que apenas ele teria força eleitoral para derrotar Bolsonaro consolidou sua hegemonia e interditou o caminho para candidatos alternativos.

Agora, a defesa da anistia aos envolvidos nos ataques às instituições democráticas e a proposta de flexibilização da inelegibilidade têm o mesmo efeito para Bolsonaro. Essas pautas impedem a direita de se renovar, mantendo-o no centro da discussão política e garantindo sua influência na eleição de 2026, seja como candidato, seja como fiador de uma candidatura de sua estrita confiança.

O maior beneficiado por essa movimentação é o próprio ex-presidente. Se anistiado, ele pode disputar as eleições novamente. Mas, mesmo sem concorrer, seguirá como líder incontestável da direita, dificultando o surgimento de novos nomes competitivos.

Construir uma candidatura viável à Presidência da República em um sistema presidencialista multipartidário já é um grande desafio. Além de exigir um nome carismático e com projeção nacional, a empreitada demanda altos investimentos e um grande esforço político dos partidos. Muitas legendas preferem focar em candidaturas legislativas ou estaduais, que oferecem menor risco e retorno eleitoral mais previsível.

Nesse cenário, figuras carismáticas de perfil populista como Bolsonaro bloqueiam o surgimento de alternativas. Quando um nome já consolidado monopoliza o eleitorado e os recursos, partidos hesitam em lançar novas candidaturas.

O novo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), parece ter caído nessa armadilha. Ao minimizar os eventos do 8 de Janeiro e considerar legítima a proposta de flexibilizar a Lei da Ficha Limpa, ele reforça a ideia de que apenas Bolsonaro teria condições de derrotar Lula.

No fim das contas, a anistia e a flexibilização da inelegibilidade não servem à direita, mas a Bolsonaro. O que está em jogo não é o futuro do campo conservador, mas a manutenção de um projeto político personalista, que impede a renovação e mantém o ex-presidente como peça central do jogo eleitoral. ●

WESLLEY GALZO/ESTADÃO



Deputados bolsonaristas durante manifestação em favor da anistia para implicados no 8 de Janeiro

Lava Jato

Nomes do 1º escalão do ex-presidente trocam ofensas

O senador Sérgio Moro (União Brasil-PR), ex-juiz da Lava Jato, rebateu críticas do deputado Mário Frias (PL-SP) à operação. Ex-secretário de Cultura de Jair Bolsonaro (PL), Frias afirmou na segunda-feira que a Lava Jato realizou um combate "abstrato" à corrupção, em prol de poderes absolutos a promotores e juízes. "Perca sua liberdade, para fazer feliz um burocrata não eleito", disse o deputado no X.

Moro, que foi titular da Justiça de Bolsonaro, reagiu ao ex-secretário chamando-o de "palhaço". "A Lava Jato prendeu o Lula, enquanto você fazia papel de palhaço na televisão", escreveu na mesma rede social, ontem, se referindo à carreira de Frias como ator e apresentador de TV. O deputado chamou Moro de "lixo".

Frias já trocou ataques também com Ricardo Salles (Novo-SP) após a eleição na Câmara. O ex-secretário disse que o partido do ex-ministro do Meio Ambiente montou um "teatro às custas de desgastar" Bolsonaro. ● JULIANO GALISI

Congresso

Alcolumbre reforça 'pé em duas canoas' no seu retorno

Presidente do Senado faz aliança com o presidente Lula, mas mantém acenos aos bolsonaristas por mais um mandato

VERA ROSA
BRASÍLIA

Há 12 dias no comando do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) já traçou uma estratégia de sobrevivência: trabalhar desde já por sua reeleição à presidência da Casa de Salão Azul, daqui a dois anos. Para conquistar esse objetivo, "Ghost", como é conhecido por colegas, permanece com um pé em cada canoa. Ao mesmo tempo que afaga o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem viajará hoje para o Amapá, faz acenos aos bolsonaristas.

Mas por que senadores chamam Alcolumbre de "Ghost", se de fantasma ele não tem nada? "É porque, quando menos se espera, Davi aparece e depois some. Está em todos os locais", afirmou o líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB), que é seu amigo de longa data.

Há quem diga, nos bastidores, que a alcunha vem dos tempos do orçamento secreto, administrado por Alcolumbre desde o governo Jair Bolsonaro (PL), quando ele presidiu o Senado pela primeira vez.

Por enquanto, Alcolumbre dá sinais de que está em lua de mel com o presidente da República. Anteontem, ele compareceu a um encontro promovido pelo governo com novos prefeitos e prefeitas, em Brasília, fazendo coração com as mãos para a plateia. Sentado ao lado de Lula, parecia aquele amigo de fé, irmão, camarada: cochichou várias vezes no ouvido do petista, fez piada e até lhe deu um tapinha na perna. Os dois não paravam de rir.

WILTON JUNIOR/ESTADÃO



Davi Alcolumbre faz gestos a petistas e a bolsonaristas

"Vamos deixar as divergências de lado", anunciou Alcolumbre ao fim do encontro. "Estamos abertos ao diálogo e ao entendimento com o governo. Quero me colocar como esse interlocutor", prosseguiu ele, ao pregar que intervenções ideológicas ficassem fora daquelas reuniões. À noite, Alcolumbre promoveu um encontro de senadores com o decano do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, a fim de discutir o impasse do marco temporal para demarcação das terras indígenas.

EMENDAS. Não é de hoje, no entanto, que o novo comandante do Senado tem avisado ao STF e ao Planalto que o Congresso não abrirá mão do controle das emendas parlamentares. E, nesse jogo, está em sintonia com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). "Todo mundo sabe que ele (*Alcolumbre*) opera atendendo os senadores. É o estilo dele, que, querendo ou não, cativa", disse o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), ao *Estadão/Broadcast*.

O problema é que, com o Centrão dando as cartas, a queda de braço ameaça provocar mais uma crise entre Congresso, STF e Planalto. Não foi à toa que a PEC do Semipresidencialismo, feita sob medida para alargar os poderes do Congresso, acabou ressuscitada como instrumento de pressão.

Chegaram à Câmara e ao Senado, ainda, informações de que uma nova leva de diligências da Polícia Federal sobre desvios de recursos das emendas parlamentares atingirá mais congressistas.

Enquanto isso, nada anda no Congresso, que ainda precisa votar a lei orçamentária de 2025 e parece estar à espera da reforma ministerial. Alcolumbre, por sinal, foi o avalista das indicações do União Brasil para os ministérios de Comunicações, Integração e Turismo na primeira metade do governo.

> Semipresidencialismo
> **Feita para ampliar poderes do Congresso, PEC foi resgatada como instrumento de pressão**

Apesar do momento "paz e amor" com Lula, o presidente do Senado está numa encruzilhada política. Não sem motivo: precisará do apoio de aliados de Bolsonaro para ser reconduzido ao comando da Casa, em fevereiro de 2027. A interlocutores, Alcolumbre observou que, com a renovação de 54 dos 81 senadores nas eleições de 2026, bolsonaristas têm chance de ganhar mais cadeiras e obter maioria. Se esse cenário se confirmar, como ele prevê, o pragmatismo falará mais alto e mais acenos à direita serão feitos. ●

Presidente da Câmara

Motta recebe mulher de condenado pelo 8/1

RAISA TOLEDO

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), recebeu anteontem a mulher de um dos condenados por participação no 8 de Janeiro. Vanessa Vieira chegou ao gabinete do deputado acompanhada pelo líder da oposição na Casa, Zucco (PL-RS).

Vanessa é casada com Ezequiel Ferreira e tem seis filhos, que estavam com ela na visita à Câmara. O teor da conversa com o novo presidente da Casa não foi divulgado. A família mora em Ji-Paraná (RO). O encontro, seguido de uma entrevista à imprensa, ocorreu depois de uma mobilização de deputados bolsonaristas em favor da anistia aos presos do 8 de Janeiro. Os parlamentares caminharam pelos corredores da Câmara com cartazes.

A ala bolsonarista da oposição ao governo Lula se animou com sinalizações de Motta em relação ao tema. Na semana passada, o presidente da Câmara disse que condenados pelos ataques na Praça dos Três Poderes em 2023 "estão recebendo penas muito severas" e que a destruição dos prédios do Congresso, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Palácio do Planalto foi "grave, mas não uma tentativa de golpe". A declaração provocou críticas entre parlamentares da base do governo Lula e também de alguns ministros do STF.

Zucco elogiou o posicionamento do presidente da Câmara. "Já nas declarações a gente vê que há o entendimento de se avançar (*na questão da anistia*) na Câmara com Hugo Motta", afirmou o deputado.

> Poderes
> **Presidente da Câmara já disse que o 8 de Janeiro não foi tentativa de golpe e que penas são 'severas'**

COMISSÃO. No ano passado, o projeto que trata da anistia foi retirado da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara pelo ex-presidente da Casa Arthur Lira (PP-AL). Ele determinou a criação de uma comissão especial, que ainda não iniciou os trabalhos. ●

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500



FERIADO COM
DESCANSO
GARANTIDO!

No Carnaval, viva momentos tranquilos e únicos no Hotel Resort e Golfe Clube dos 500. Um refúgio perfeito para relaxar com a família ou amigos.

FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

CLUBE DOS 500

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!





COMPROMISSO E PARCERIA QUE IMPULSIONAM O SETOR

agro.estadao.com.br

1 ANO
PORTAL AGRO ESTADÃO

PRÊMIO
ABAG/RP DE JORNALISMO 2024

+ 9,3
MILHÕES DE PAGEVIEWS



+ 6,7
MILHÕES DE USUÁRIOS ÚNICOS





1 M
DE PESSOAS IMPACTADAS NAS REDES SOCIAIS

MARCAS PATROCINADORAS





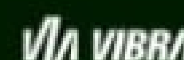














Uma parceria:
ESTADÃO 150 broadcast agro PYXYS

Criação:
ESTADÃO BLUE STUDIO

Operação Panaceia

Gilmar suspende investigação sobre Marconi Perillo

RAYSSA MOTTA

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu o inquérito da Polícia Federal que investiga o ex-governador de Goiás e atual presidente do PSDB, Marconi Perillo, por suspeita de desvios na Saúde do Estado durante sua gestão.

A decisão é provisória e vale até a análise detida do caso. Em nota, o advogado Romero Ferraz Filho, que representa o tucano, afirmou que acionou o STF para "resguardar os direitos" do cliente, "tendo em vista que o ex-governador pode ser prejudicado". "Enquanto isso, a defesa de Marconi Perillo reafirma sua confiança na Justiça e nega qualquer irregularidade cometida pelo ex-governador", diz a manifestação.

Após uma primeira análise, Gilmar concluiu que o caso não deve tramitar na primeira instância porque, na avaliação do ministro, Perillo tem direito ao foro por prerrogativa de função. "Considerando a iminência de imaginável constrangimento ilegal com a conclusão das investigações, conforme determinado na parte final do ato reclamado, e a possível apresentação de eventual denúncia por órgão oficiante indevido e perante Juízo incompetente, entendo ser o caso de conceder a medida cautelar postulada", diz um trecho da decisão do decano da Corte.

O Supremo mudou recentemente o entendimento sobre o alcance do foro privilegiado. Há maioria formada para reconhecer que a prerrogativa vale mesmo após o político ou autoridade deixar o cargo.

BUSCAS. Endereços ligados a Perillo foram alvo de buscas na semana passada durante a Operação Panaceia. A PF e a Controladoria-Geral da União (CGU) afirmam ter encontrado indícios de desvios no governo estadual entre 2012 e 2018. As suspeitas de irregularidades envolvem a gestão de dois hospitais referência em atendimentos de urgência e emergência – o Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) e o Hospital de Urgências de Trindade (Hutrin).

Ex-governador

Hoje presidente do PSDB, Perillo nega irregularidade durante sua passagem pelo governo de Goiás

A organização social Instituto Gerir, contratada pelo governo para fazer a gestão dos hospitais, recebeu mais de R$ 900 milhões. A OS teria fechado contratos falsos com empresas ligadas a aliados do ex-governador para repassar propinas, de acordo com as investigações da PF.

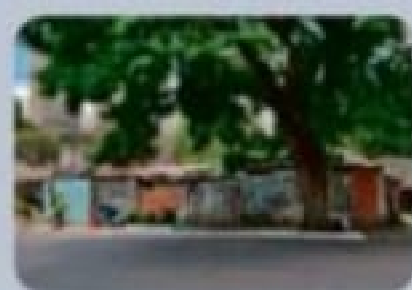
O advogado João Paulo Brzezinski da Cunha, amigo de Perillo, foi o pivô que o colocou na mira da PF. O escritório de advocacia e uma empresa de consultoria de Brzezinski foram contratados pelo Instituto Gerir. Para a PF, não há comprovação de que os serviços contratados tenham sido prestados pelo advogado.

DESAFETO. Perillo diz que é inocente e afirma que a operação foi "encomendada" pelo atual governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), seu desafeto. Caiado rechaçou a acusação. A defesa também sustenta que a investigação já excedeu prazo razoável e que, até o momento, não foram encontradas provas contra ele. ●

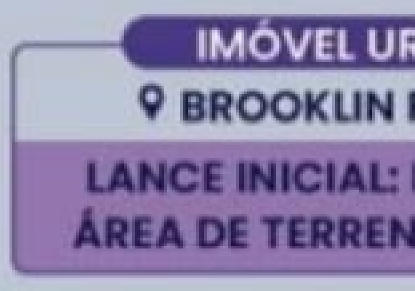
OPORTUNIDADES DE IMÓVEIS EM SP
20/02/25 A PARTIR DAS 9H
POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATÉ 60X
LEILÃO ONLINE



IMÓVEL URBANO
VILA CARMOSINA
LANCE INICIAL: R$1.155.000
ÁREA DE TERRENO: 650M²



IMÓVEL RESIDENCIAL
CAMPO BELO
LANCE INICIAL: R$2.865.000
ÁREA DE TERRENO: 1.000M²



IMÓVEL URBANO
BROOKLIN PAULISTA
LANCE INICIAL: R$1.410.000
ÁREA DE TERRENO: 238,00M²



IMÓVEL
VILA PRUDENTE
LANCE INICIAL: R$4.115.000
ÁREA DE TERRENO: 1.998M²



DESOCUPADO

• LOTE 1: IMÓVEL URBANO. RUA ARRAIAL DE SÃO BARTOLOMEU (ANTIGA RUA ITATIBA), Nº 590 E 598, BAIRRO DA VILA CARMOSINA, SÃO PAULO/SP. ÁREA DE TERRENO DE 650M². MATRÍCULA ÚNICA (DESMEMBRADO EM DOIS LOTES Nº 590 E 598): 118.165, DO 09º CRI DE SÃO PAULO/SP. • LOTE 2: TERRENO URBANO. RUA ANTÔNIO DE MACEDO SOARES (ANTIGA RUA PRUDENTE DE MORAES), Nº 584, CAMPO BELO, SÃO PAULO/SP. ÁREA DE TERRENO DE 1.000M². PADRÃO CONSTRUTIVO: RESIDÊNCIA. ECONÔMICO 200,00 M², 1 PAVIMENTO. IMÓVEL ATRIBUÍDO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO ATRAVÉS DE DOAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO DER NO ANO DE 2020. • LOTE 3: OCUPADO. IMÓVEL URBANO. AV. PORTUGAL, Nº 1.074 COM RUA ARIZONA, BROOKLIN PAULISTA (ITAIM BIBI), SÃO PAULO/SP. ÁREA CONSTRUÍDA DE 238,00 M². MATRÍCULA Nº 55.824 DO 15º CRI DE SÃO PAULO/SP, CONTRIBUINTE Nº 085.122.0030- 8. IMÓVEL ADQUIRIDO POR DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL REALIZADA EM 1974 PELO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO - D.E.R. • LOTE 4: IMÓVEL URBANO. RUA JUSTINIANO, Nº 1.115, COM A RUA MARQUÊS DE SANTO AMARO, VILA PRUDENTE, SÃO PAULO/SP. ÁREA DE TERRENO DE 1.998M². MATRÍCULA Nº 242.665 DO 06º CRI DE SÃO PAULO/SP.O IMÓVEL FORA INCORPORADO AO PATRIMÔNIO ESTADUAL POR DESAPROPRIAÇÃO, TAL REGISTRO SE DEU NA MATRÍCULA Nº 242.665DO 06º CRI DE SÃO PAULO/SP, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2021 (R.2/242.665). DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO RESSALTAMOS QUE O PRESENTE LEILÃO TERÁ INÍCIO ÀS 9H COM ENCERRAMENTO PREVISTO PARA ÀS 15H, SENDO QUE O LEILOEIRO OFICIAL INICIARÁ O APREGOAMENTO DOS LOTES A PARTIR DAS 12H, OCASIÃO EM QUE O EVENTO PODERÁ SERENCERRADO A QUALQUER MOMENTO, COM OS INTERESSADOS TENDO A POSSIBILIDADE DE OFERTAR DESDE A SUA ABERTURA ÀS 9H. A HORA PREVISTA PARA O INÍCIO DOS PREGÕES SEMPRE SERÁ A DE BRASÍLIA. A HORA INDICADA PARA A COLOCAÇÃO DOS LOTES NO PREGÃO SERÁ APENAS ESTIMADA, PODENDO SER ANTECIPADA OU POSTERGADA, CONFORME O ANDAMENTO DO LEILÃO, CABENDO AOS INTERESSADOS ACOMPANHÁ-LO DO COMEÇO AO FIM.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2404-6404
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Moacir De Santi, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 315

Partidos

Leite defende projeto alternativo para PSDB em 2026

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), afirmou ontem que uma das condições para o seu partido aceitar compor uma federação ou uma fusão é ter um "projeto alternativo" na eleição presidencial de 2026, sem alianças com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ou com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Mais cedo, o presidente do PSDB, Marconi Perillo, havia recuado da possibilidade de o partido ser incorporado ou se fundir com outras siglas neste momento. Atualmente, há negociações com PSD e MDB.

"Queremos ajudar o País a construir um projeto nacional alternativo a esse que está aí. Se observarmos nessas agremiações uma disposição de construir apoio ao atual governo ou ao grupo mais ligado ao ex-presidente Bolsonaro, não há possibilidade de avançar nessa direção", disse Leite. Questionado se quer disputar o Planalto, o governador respondeu que a aspiração é "natural", mas que o projeto deve ser coletivo. ● VICTOR OHANA

Eufrázio



Telefonema

Trump e Putin iniciam negociação para o fim da guerra na Ucrânia

Em cúpula da Otan, chefe do Pentágono diz que volta das fronteiras pré-guerra é meta 'irrealista'

WASHINGTON

Donald Trump disse ontem que começou a negociar o fim da guerra na Ucrânia com o presidente russo, Vladimir Putin. A declaração foi feita após uma ligação entre os dois e sinaliza uma mudança na relação dos EUA com a Rússia. Um exemplo do novo cenário foi a declaração do chefe do Pentágono, Pete Hegseth, feita horas antes, de que restabelecer a fronteira pré-guerra entre os dois países é uma meta "irrealista".

Falando a jornalistas ontem, Trump concordou com Hegseth e disse que é "improvável" que as fronteiras voltem a ser as mesmas de 2014. Ele escreveu em sua rede social que ele e Putin haviam "concordado em trabalhar juntos", expressando confiança nas conversas e prometendo que "mais nenhuma vida deveria ser desperdiçada" na guerra. O americano afirmou que os dois também concordaram em conversar pessoalmente – ele recebeu um convite para ir a Moscou, embora a viagem ainda não tenha data confirmada.

A ligação de 90 minutos foi a primeira vez que os presidentes de EUA e Rússia conversaram desde a invasão russa da Ucrânia, em fevereiro de 2022. A conversa ocorreu antes de Trump telefonar para Volodmir Zelenski, presidente ucraniano, e de qualquer aceno para os aliados europeus, um sinal de que a Casa Branca não está disposta a trabalhar com Ucrânia e Europa para encontrar uma estratégia comum de negociação.

> *"Devemos começar reconhecendo que restaurar as fronteiras da Ucrânia anteriores a 2014 é um objetivo irrealista"*
> **Pete Hegseth**
> Secretário de Defesa dos EUA

> *"Como nós dois concordamos, queremos parar as milhões de mortes que estão acontecendo na guerra entre Rússia e Ucrânia"*
> **Donald Trump**
> Presidente dos EUA

"Queremos parar as milhões de mortes que estão ocorrendo na guerra", disse Trump sobre o telefonema com Putin. "Concordamos que nossas equipes iniciem as negociações imediatamente. E começaremos ligando para o presidente Zelenski para informá-lo sobre a conversa."

Com a movimentação de ontem, os EUA jogaram água fria nas esperanças da Ucrânia de garantir sua entrada na Otan e de restaurar as fronteiras de antes da anexação da Crimeia pela Rússia, em 2014. O anúncio de Trump e as declarações de Hegseth confirmaram os temores de que os americanos suavizaram o cerco a Moscou.

OTAN. Em uma cúpula da Otan em Bruxelas, o chefe do Pentágono afirmou que nenhum soldado americano será enviado à Ucrânia e a Europa é que deve fornecer a maior parte da ajuda letal e não letal ao país. "Para deixar claro, como parte de qualquer garantia de segurança, não haverá tropas americanas mobilizadas", disse.

Hegseth falou em obter uma "paz duradoura" para que a guerra não comece novamente, mas jogou no colo da Europa a responsabilidade de garantir a segurança de um acordo. A missão, segundo ele, não pode ser da Otan e não seria protegida pelo Artigo 5.º da aliança, que fala em defesa mútua – um ataque a um país-membro deve ser respondido por todos de forma coletiva.

Diplomatas europeus ainda tentaram, sem sucesso, convencer o governo americano a aceitar a participação da Europa nas negociações. O argumento é que o estado pós-conflito na Ucrânia seria uma parte essencial da arquitetura de segurança da Europa.

Em vez disso, os europeus agora acreditam que serão pressionados a financiar sozinhos qualquer acordo alcançado com a Rússia, incluindo o envio de armas, equipamento e tropas de manutenção da paz.

A Rússia estabeleceu uma posição firme antes de iniciar qualquer negociação, exigindo que a Otan reverta a maior parte de sua expansão após o fim da Guerra Fria no leste da Europa e insistindo que a Ucrânia reconheça a anexação russa de quatro regiões do sudeste e leste do país, nenhuma das quais Moscou controla totalmente.

MOSCOU. A versão do Kremlin do telefonema foi mais contida do que a da Casa Branca e sugere que a Rússia não pretende flexibilizar suas exigências. Dmitri Peskov, porta-voz de Putin, disse que o russo concordou que é "hora de trabalhar junto" com Trump em uma "so-



Brigada ucraniana dispara morteiro contra posições da Rússia

As garantias para que a guerra não recomece no futuro

ANÁLISE

STEVEN ERLANGER
THE NEW YORK TIMES

Donald Trump prometeu acabar com a guerra na Ucrânia assim que assumisse o poder, mas não está claro como ele poderia fazer isso, visto que Vladimir Putin está vencendo. À sua maneira, no entanto, Trump abriu negociações. Se um acordo for fechado, dizem analistas, ele pediria à Europa para colocá-lo em prática e assumir a responsabilidade pelos ucranianos, reduzindo o compromisso dos EUA.

Mas resta uma questão fundamental: como proteger o que resta da Ucrânia e impedir que Putin reinicie a guerra? A perspectiva de um acordo acelerou o debate sobre mobilização de forças europeias para monitorar um cessar-fogo e dissuadir a Rússia de futuras agressões. A questão é de quem seriam as tropas, quantos militares estariam envolvidos e se Putin concordaria.

O tópico será o centro da discussão desta semana na conferência de segurança de Munique, com participação do vice-presidente, J.D. Vance, e do secretário de Estado, Marco Rubio. Alguns países europeus levantaram a possibilidade de incluir soldados em uma força de paz, mas a Alemanha acha precipitado.

Com a adesão da Ucrânia à Otan vetada, a ideia de ter forças europeias de países da Otan parece imprudente para muitos analistas. Sem o envolvimento americano – com cobertura aérea, defesas antiaéreas e inteligência –, os europeus correriam risco de incursões russas.

GARANTIAS. O presidente da Ucrânia, Volodmir Zelenski, indicou que está pronto para negociar o fim da guerra, desde que tenha garantias de segurança. Sem a filiação à Otan, ele falou em 200 mil soldados estrangeiros. Isso é quase três vezes o tamanho de todo o Exército britânico e considerado impossível por analistas.

Um alto funcionário europeu disse que o continente não tem 200 mil soldados para oferecer e o apoio americano é crucial. Sem isso, eles ficariam vulneráveis. Mesmo um número mais modesto de soldados, como 40 mil, seria uma meta difícil para um continente com crescimento lento, escassez de tropas e necessidade de aumentar os gastos militares.

Tudo isso seria insuficiente para dissuadir a Rússia. "Uma força real exigiria mais de 100 mil militares, para rotações regulares e emergências", disse Lawrence Freedman, professor do King's College London.

AFP - 8/2/2025



Temas centrais

A distância entre Moscou e Washington

• Ucrânia
EUA e Rússia negociam o fim do conflito. O problema agora, para a Ucrânia, é a proximidade de Trump com Putin.

• Dólar
A Rússia vive sob sanções americanas e vem sugerindo alternativas ao dólar em transações comerciais. Trump prometeu reagir contra quem abrir mão da moeda americana.

• Oriente Médio
Em razão das sanções, a Rússia se aproximou do Irã e resiste à tentativa de conter o programa nuclear do país. Putin defende ainda a criação de um Estado palestino, enquanto Trump propõe realocar a população de Gaza.

• China
Putin formou uma aliança com o presidente da China, Xi Jinping, que tem ajudado Moscou a driblar as sanções americanas. Dificilmente Trump conseguiria apoio para apertar o cerco econômico a Pequim.

drones e outras produções modernas".

Uma autoridade ucraniana revelou que Zelenski fez uma atualização sobre a situação no campo de batalha e o envio de tropas norte-coreanas para lutar ao lado das forças russas na região de Kursk. Mais tarde, Trump escreveu no Truth Social que a ligação com Zelenski "foi muito boa".

Após três anos da invasão russa, a Ucrânia enfrenta dificuldades na linha de frente e incerteza sobre a continuidade da ajuda dos EUA, depois que Trump voltou à Casa Branca. Os republicanos, que controlam a Câmara e o Senado, estão cada vez mais refratários em financiar a resistência aos russos.

Nas últimas semanas, os três países – Ucrânia, Rússia e EUA – emitiram sinais que apontam para a possibilidade de uma negociação. O fim da guerra foi uma promessa de campanha de Trump. Ele garantiu que o conflito terminaria no primeiro dia após a posse. Depois, pediu mais 100 dias para concluir um acordo de paz.

Amanhã, Zelenski se reunirá com o vice-presidente dos EUA, J.D. Vance, durante a conferência de segurança em Munique, na Alemanha. Kellogg, o enviado de Trump à Ucrânia, que ficou encarregado de elaborar uma proposta para o fim do conflito, visitará Kiev na semana que vem.

⊝ lução de longo prazo", mas advertiu que é "essencial resolver as causas do conflito".

A declaração foi vista como um sinal de que a Rússia não aceitará um simples cessar-fogo e buscará concessões mais amplas, incluindo uma garantia de que a Ucrânia não seja aceita na Otan – com o que Trump indicou ontem que teria concordado.

Peskov confirmou ainda que Putin convidou Trump para ir a Moscou e estava preparado para se reunir com autoridades dos EUA para discutir "questões de interesse mútuo". Os dois também discutiram a cooperação econômica e o programa nuclear iraniano, de acordo com Peskov.

Por fim, o porta-voz disse que a Rússia não aceita trocar território com a Ucrânia, como sugeriu Zelenski, em entrevista publicada na terça-feira pelo jornal britânico *The Guardian*. A proposta do ucraniano seria abandonar as áreas tomadas por suas tropas na região russa de Kursk, e receber de volta as províncias ocupadas por Moscou no leste e sudeste do país.

"Isso é impossível", afirmou Peskov. "A Rússia nunca discutiu e nunca discutirá a troca de seu território." As forças ucranianas em território russo, segundo o porta-voz do Kremlin, serão destruídas e expulsas do país.

DESPRESTÍGIO. Em outro sinal preocupante para a Ucrânia, Trump disse que havia indicado como negociadores o secretário de Estado, Marco Rubio, o diretor da CIA, John Ratcliffe, o conselheiro de Segurança Nacional, Mike Waltz, e o enviado especial para o Oriente Médio, Steve Witkoff. A lista não inclui seu enviado para a Ucrânia, Keith Kellogg. A conversa com Zelenski, além de ter acontecido depois do telefonema com Putin, durou apenas uma hora, segundo a Casa Branca.

Em comunicado, Zelenski disse que teve com Trump uma "longa conversa" sobre as chances de paz. O ucraniano relatou que o americano deu detalhes de sua conversa com Putin e falaram sobre "capacidades tecnológicas, incluindo

TROCA. Por enquanto, o único acordo entre EUA e Rússia foi uma troca de presos. Na terça-feira, Trump recebeu na Casa Branca Marc Fogel, jornalista americano que foi detido na Rússia em 2021, acusado de posse de drogas. Ontem, o americano afirmou que a Rússia agiu "muito bem" e disse esperar que o gesto de boa vontade seja "o começo de uma relação que possa acabar com a guerra". O Kremlin afirmou que a libertação ocorreu em troca de um cidadão russo preso nos EUA, cuja identidade não foi divulgada. ● NYT, AFP e AP

O risco seria a Rússia ignorar o blefe, segundo Claudia Major, especialista em defesa do Instituto Alemão de Assuntos Internacionais e de Segurança. "O blefe poderia convidar a Rússia a testar o terreno, e a Otan dificilmente seria capaz de responder", escreveu ela, em artigo com Aldo Kleemann, tenente-coronel alemão.

EXIGÊNCIAS. É por isso que a Polônia, vizinha da Ucrânia, rejeitou participar de tal força. "Os poloneses sabem que os EUA precisam estar envolvidos e querem ver o que Trump pretende fazer", afirmou Alexandra de Hoop Scheffer, diretora do German Marshall Fund.

"A disposição para fazer algo pela Ucrânia sem os americanos será importante para garantir que a Europa tenha um assento à mesa de negociação", disse Anthony Brenton, ex-embaixador britânico na Rússia.

Diálogo
Convencer Putin a sentar na mesa de negociação será um teste para a diplomacia de Trump

Os objetivos de Putin não mudaram: subordinação da Ucrânia, fim da ampliação da Otan e redução de suas forças, para criar uma transição entre Ocidente e sua zona de influência. Também é improvável que a Rússia concorde com a presença de tropas da Otan, que a chancelaria russa já considerou "inaceitável".

Lawrence Freedman cita três modelos possíveis: manutenção da paz, detecção e dissuasão – todos imperfeitos. Forças de paz são equipadas com armamento leve para autodefesa e usam soldados de muitos países, quase sempre sob bandeira da ONU. "Mas, visto que a linha de contato na Ucrânia é de 1,3 mil quilômetros, um grande número de soldados seria necessário", disse Freedman.

Uma força de detecção é o que a Otan implantou em oito países próximos da Rússia. Não há soldados suficientes para impedir uma invasão ou para que os russos se sintam ameaçados, mas o conceito só funciona se houver certeza do envio de reforços, assim que o alarme for disparado.

DISSUASÃO. O terceiro tipo, uma força de dissuasão, é de longe o mais confiável, mas também precisa ser grande e bem equipada, exigiria 150 mil soldados, além de compromissos na defesa aérea, inteligência e armamento. "É difícil imaginar que a Rússia concordaria com isso pelas mesmas razões pelas quais Zelenski quer uma força assim", disse Freedman.

Então, a melhor resposta sobre o futuro da Ucrânia pode ser uma versão do modelo "porco-espinho": dar aos ucranianos armamento, recursos e treinamento para convencer a Rússia a não tentar atacar novamente. Tal compromisso, porém, teria que ser de longo prazo.

Primeiro, a Ucrânia deve deter o lento avanço da Rússia no leste e Putin deve ser convencido a acabar com a guerra. Como fazer isso será um dos principais testes para Trump, caso ele queira de fato acabar com a matança, como ele prometeu. ● TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

É CORRESPONDENTE EM BERLIM

NOTAS E INFORMAÇÕES

Polarização total no Equador



Eleição equatoriana é teste para liderança do Brasil na região, vença quem vencer

Assolado pelo crime organizado e por apagões energéticos frequentes, o outrora estável Equador decidirá em 13 de abril quem será seu próximo presidente: Daniel Noboa, que cumpre mandato-tampão, ou Luisa González, apadrinhada do ex-presidente Rafael Correa, a quem Noboa já derrotou em 2023. Tal polarização, para o bem do Equador e também do Brasil, precisa ficar para trás tão logo o segundo turno seja realizado.

González perdeu há dois anos, mas saiu fortalecida do primeiro turno eleitoral recém-realizado. Pesquisa de boca de urna chegou a cravar a reeleição do atual presidente em primeiro turno, mas os resultados finais foram bem apertados. Em uma eleição com 16 candidatos, Noboa e González tiveram algo como 44% dos votos válidos cada um, com ligeira vantagem para o incumbente, o que antecipa uma intensa disputa por votos nos próximos dois meses.

Desencantados com a democracia, apenas 42% dos equatorianos apoiavam o sistema em 2024, depois de um pico de 71% em 2015, segundo o Latinobarómetro. De um lado está Noboa, filho do homem mais rico do Equador, fã de Donald Trump e defensor de linha duríssima contra o crime. Do outro, está González, uma esquerdista evangélica cujo partido, o Revolução Cidadã, busca restaurar o auge do correísmo, movimento do ex-presidente, condenado por corrupção à revelia e atualmente exilado na Bélgica.

Além de importante do ponto de vista da liderança regional brasileira e do equilíbrio de forças ideológicas na região – Noboa tende a se alinhar a Trump, enquanto o partido de González é próximo do ditador Nicolás Maduro –, as eleições equatorianas são particularmente relevantes para o Brasil em razão da internacionalização cada vez maior do tráfico de drogas na Região Amazônica.

Há evidências de laços entre o crime equatoriano e facções criminosas brasileiras, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). O país andino, que faz fronteira com os grandes produtores de cocaína Colômbia e Peru, serve como entreposto de armazenamento de drogas, que depois são escoadas pelo Brasil, tanto para o abastecimento interno como para o envio a grandes centros consumidores na Europa e nos Estados Unidos.

Cada vez mais conectados, os grupos criminosos de países sul-americanos exploram o tráfico na região de maneira profissional, maximizando ganhos enquanto aterrorizam as empobrecidas populações locais, que, sem oportunidades, se tornam presas fáceis do crime organizado.

Vença quem vencer no Equador, cabe ao Brasil exercer a liderança que lhe cabe como maior economia da região e buscar integração regional efetiva. Além do compartilhamento de inteligência policial, a elaboração de plano de desenvolvimento efetivo para a população local é fundamental para que a criminalidade não encontre mais ali terreno fértil para a proliferação de negócios sangrentos.

Não se trata de tarefa fácil nem para o conflagrado Equador nem para o Brasil, mas é algo necessário e urgente. Se o clima de polarização não for superado tão logo o resultado do segundo turno seja conhecido, as perspectivas para a região serão sombrias.●

Oriente Médio

Jordânia e Egito agem em conjunto contra plano de Trump para Gaza

Estratégia parece ser a de apaziguar presidente dos EUA e evitar pressão para receber palestinos retirados do enclave

CAIRO

Na mira do presidente americano, Donald Trump, e de sua ideia de tomar a Faixa de Gaza, Jordânia e Egito agiram rapidamente para dissuadir, distrair e desviar a atenção dele da ideia de forçá-los a acolher 2 milhões de palestinos do território.

O presidente do Egito, Abdel Fatah el-Sisi, e o rei da Jordânia, Abdullah II, emitiram comunicados para demonstrar unidade, recusando o deslocamento forçado proposto por Trump. Ao mesmo tempo, os dois garantiram que queriam cooperar com o presidente para alcançar "uma paz justa e duradoura" no Oriente Médio.

Para os dois governos, a estratégia parece ser a de apaziguar o presidente com ofertas para trabalharem juntos. Isso poderia ajudá-los a ganhar tempo, segundo analistas, talvez o suficiente para Trump desistir da complicada ideia ou reconhecer as desvantagens estratégicas e de segurança de se desestabilizar dois dos mais próximos aliados dos EUA na região.

O rei Abdullah usou um tom conciliatório em seu encontro com Trump no Salão Oval, na terça-feira, dizendo a ele que seu país acolheria 2 mil crianças palestinas de Gaza com câncer e outras doenças.

GESTO. A Jordânia já vem tratando alguns pacientes com câncer de Gaza há meses, tornando a oferta mais um gesto simbólico do que uma concessão real. Mas Trump chamou isso de um "gesto lindo".

Outros líderes mundiais descobriram que elogiar Trump tende a ajudá-los a conseguir o que querem. Abdullah seguiu a cartilha, elogiando o presidente como "alguém que pode nos levar até a linha de chegada da estabilidade, paz e prosperidade" no Oriente Médio.

HAZEM BADER/AFP



Grafite em Belém, na Cisjordânia, retrata reconstrução de Gaza

O Egito também disse que queria trabalhar com Trump para "alcançar uma paz abrangente e justa na região", segundo declaração divulgada na terça-feira. Mas o comunicado não menciona participação na proposta de Trump e reitera a posição do Egito de que a paz só pode ser alcançada concedendo aos palestinos um Estado. Diversos países árabes rejeitaram a proposta de deslocamento, considerando-a como limpeza étnica.

O Egito buscou, em vez disso, apresentar um plano alternativo para Trump, dizendo na declaração que "apresentará uma visão abrangente para a reconstrução de Gaza que garanta que o povo palestino permaneça em sua terra natal".

> ***"Afirmamos a unidade das posições de Egito e Jordânia, incluindo a implementação do cessar-fogo em Gaza, a libertação de reféns e prisioneiros e a facilitação da entrada de ajuda humanitária"***
> **Comunicado do governo do Egito**

Nos últimos dias, à medida que a ideia do presidente aumentava a preocupação no Cairo, oficiais egípcios enfatizaram que o país está pronto para ajudar a reconstruir Gaza, com a qual compartilha uma passagem de fronteira vital, como fez após conflitos anteriores.

ALTERNATIVA. Um magnata do setor imobiliário egípcio, Hisham Talaat Moustafa, que, como Trump, desenvolveu uma cadeia de propriedades residenciais e hotéis, apareceu em um programa de notícias, na noite de domingo, para falar de uma proposta de US$ 20 bilhões para a construção de 200 mil unidades habitacionais em Gaza. Moustafa, que é próximo do presidente egípcio, no entanto, disse que imaginava reconstruir Gaza sem mover nenhum palestino do território.

Durante a reunião com Trump, o rei Abdullah também falou sobre a necessidade de consultas com outros países árabes, mencionando uma reunião em Riad com o príncipe herdeiro, Mohamed bin Salman. O Egito também convocou uma cúpula de líderes árabes no Cairo, dia 27, e cancelou uma viagem de Sisi a Washington, no dia 18. ● NYT e AFP

Áustria

Extrema direita fracassa em formar governo

O Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ) encerrou ontem negociações de coalizão com os conservadores para formar o primeiro governo de extrema direita do país, após divergências sobre cargos. Herbert Kickl, líder do FPÖ, exigiu os ministérios do Interior e das Finanças, mas não conseguiu. O impasse deve levar a novas eleições. ●

HEINZ-PETER BADER/AP



Itália

Polícia prende 181 integrantes da Cosa Nostra

A polícia italiana prendeu 181 pessoas acusadas de ligação com a Cosa Nostra, a máfia siciliana. Segundo autoridades da Itália, foi um "golpe importante" contra uma organização criminosa que dominou o sul do país por gerações. As prisões foram realizadas em Palermo e cidades vizinhas, envolvendo cerca de 1.200 oficiais. ●

Eufrázio

Educação

TCU cede e libera os pagamentos da bolsa Pé-de-Meia fora do Orçamento

Bloqueio de janeiro foi suspenso, mas governo tem 120 dias para dar solução orçamentária para programa do ensino médio; gestão queria usar verba de fundos e jogar questão para 2026

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) cedeu aos apelos do governo Lula e liberou os pagamentos do programa Pé-de-Meia, que foram bloqueados em janeiro por operarem fora do Orçamento, em desrespeito às regras fiscais. Integrantes da Corte de Contas cobraram a inclusão do programa na peça orçamentária, mas liberaram os repasses até que o Congresso decida sobre o tema, sem um prazo específico. A decisão contrariou a área técnica do tribunal.

O governo agora terá 120 dias para apresentar uma solução que coloque o Pé-de-Meia dentro das regras legais. Essa bolsa é paga a estudantes do ensino médio para incentivar a permanência nos estudos e a lista de nomes precisa ser enviada à Caixa nesta semana.

Em janeiro, o TCU bloqueou R$ 10 bilhões do programa e mandou o Executivo incluir os valores no Orçamento. O governo recorreu da decisão e insistiu em operar o programa de forma paralela neste ano, alegando que a política pública corria o risco de ser interrompida e de os estudantes ficarem sem o benefício.

Ontem, os ministros do TCU derrubaram o bloqueio e autorizaram o Executivo a continuar com o programa. Mas o tribunal ainda vai julgar o mérito da operação. De acordo com os ministros, integrantes do governo poderão ser responsabilizados se no futuro se entender que houve irregularidades.

PARA ENTENDER. O governo Lula recorreu a dois fundos privados, dos quais a União é cotista, para financiar o Pé-de-Meia. Do total, R$ 6 bilhões vieram do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), ligado ao Fies. Outros R$ 4 bilhões chegaram a ser autorizados via Fundo Garantidor de Operações (FGO), que financia pequenas empresas, mas não foram efetivamente repassados. O uso dos fundos foi aprovado por lei, mas não passou pelo Orçamento – o que, na prática, contraria a Constituição e outras normas técnicas, segundo especialistas em contas públicas.

> **Contrariados**
> **A decisão de ontem do Tribunal de Contas da União contrariou a área técnica**

Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e da Educação, Camilo Santana, se reuniram com integrantes do TCU nesta semana para negociar um acordo. O governo prometeu incluir a verba no Orçamento só em 2026 e defendeu enfaticamente a continuidade dos pagamentos para evitar um "apagão" no programa. "Nós apresentamos (*ao TCU*) a validade da lei aprovada quase por unanimidade no Congresso, mas estamos dispostos a ouvir os técnicos e ministros para adequar, se for necessário. Mas há uma lei aprovada que está sendo cumprida", afirmou Haddad.



TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO

Bolsa é paga para incentivar permanência do aluno no ensino médio

A decisão de desbloquear os repasses contrariou a área técnica da Corte de contas, que recomendou a rejeição do recurso apresentado pelo governo e a obrigação de o Poder Executivo incluir o programa no Orçamento para manter a poupança dos estudantes. "É inquestionável que a suspensão dos pagamentos causará relevante impacto social negativo aos milhões de estudantes brasileiros pertencentes às camadas menos favorecidas", afirmou o relator do processo, Augusto Nardes. "Temos de sanar essa questão da irregularidade, da falha indevida, e assegurar as despesas do programa com o pagamento que está previsto para a próxima semana."

Durante o julgamento, o relator afirmou que o governo é responsável pelo risco de paralisação dos programas por não destinar o recurso corretamente, e não o tribunal, que determinou o bloqueio. "O Executivo assumiu o risco de interrupção dos pagamentos. Não tem um calendário operacional e nós não podemos mais fazer improvisação."

GASTO E SOLUÇÃO. Para 2025, o governo calcula que precisará de até R$ 15,5 bilhões para pagar a poupança aos estudantes, mas só colocou R$ 1 bilhão no Orçamento, contando com a continuidade dos gastos paralelos. Essa inclusão dos recursos no Orçamento ocuparia o espaço de outros gastos. Se o governo Lula quiser, no entanto, é possível incluir as verbas na peça orçamentária cumprindo as regras fiscais e sem pressão adicional sobre as contas públicas, conforme o economista e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Camilo Bassi disse ao **Estadão**.

O dinheiro pode vir da verba reservada ao ensino em tempo integral, que passará a ser bancada com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e abrirá um espaço fiscal, e de recursos que ficarão livres após aplicação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que destrava verbas antes carimbadas para fundos específicos. As duas medidas foram aprovadas no pacote de corte de gastos no ano passado e agora deverão ser incorporadas ao Orçamento, em votação que só deve ocorrer depois do carnaval. ●

Sobre o programa federal

● O que é o Pé-de-Meia

É uma bolsa criada pelo governo para beneficiar estudantes de ensino médio com R$ 200 por mês e uma poupança adicional de R$ 1 mil ao término de cada ano da etapa – que deve ser pago agora.

● Por que o Pé-de-Meia foi criado?

A política foi criada para tentar reduzir a evasão escolar no ensino médio. No Brasil, cerca de 20% dos alunos não concluem a educação básica por questões como necessidade de arrumar emprego, gravidez na adolescência e dificuldade de aprendizagem.

● O que aconteceu com o programa?

O governo Lula recorreu a dois fundos privados, dos quais a União é cotista, para financiar o Pé-de-Meia com um valor R$ 10 bilhões em 2024. O TCU questionou a prática porque os recursos não passaram pelo Orçamento e desrespeitaram as regras fiscais. O uso dos fundos foi aprovado por lei, mas não passou pelo Orçamento – o que, na prática, contraria a Constituição e outras normas técnicas, de acordo com especialistas em contas públicas.

NICOM
LUGAR DE GENTE MUITO, MUITO FELIZ!
TEL.:(11) 5033-2000
(11) 98200-1400
ESTA BMW pode ser SUA!
Novacor-Esmalte
Acetinado 3,6l Branco
De: 149,90
Por: 119,90
Votomassa-Argamassa
Porcelanato Cinza Interno
20kg
De: 29,90
Por: 22,90
AMPLO ESTACIONAMENTO:
200 VAGAS
R. ÁTICA, 47
BROOKLIN
SÃO PAULO/SP
VISA
SAC (11) 5033-2020
www.NICOM.com.br

Eufrázio

Rio

Incêndio em fábrica de fantasias irregular fere 10 e causa pânico

Roupas de Império Serrano, Unidos da Ponte e Unidos de Bangu queimaram; funcionários foram retirados pelas janelas

RENATA OKUMURA
ROBERTA JANSEN

Um incêndio de grandes proporções atingiu uma fábrica de confecção de fantasias de carnaval em Ramos, na zona norte do Rio, na manhã de ontem. Pessoas precisaram ser retiradas pelos bombeiros após serrarem esquadrias de janelas – dez tiveram ferimentos graves. O local operava de forma irregular e não tinha alvará dos bombeiros. Todas as fantasias da Império Serrano, tradicional escola fluminense que está no Grupo Ouro, foram perdidas, segundo a agremiação.

Pelo menos 30 pessoas, incluindo adolescentes e idosos, dormiam no local quando o fogo começou, no início da manhã. Cenas de desespero marcaram o resgate das pessoas. "Estávamos dentro do ateliê trabalhando e comecei a ouvir os gritos de fogo", contou uma funcionária identificada como Roberta. "Quando eu abri a porta, o fogo veio e só deu tempo da gente correr, se jogar pela escada e sair. Mas tinha mais gente lá em cima. Pegou fogo em tudo, tudo, nas máquinas. Está desesperador, foi horrível."

Segundo a TV Globo, o local operava em turnos até noturnos para dar conta da alta demanda de produção. Mas não está claro se todas as pessoas que estavam no local eram funcionárias. O Ministério Público do Trabalho abriu uma investigação para apurar o caso.

E o carnaval?
Na Série Ouro, que dá acesso ao Grupo Especial, as 3 agremiações não poderão ser rebaixadas

REPRODUÇÃO TV GLOBO



Houve 21 resgates, mas dez feridos continuavam em estado grave

Moradores dos prédios vizinhos acordaram com os pedidos de socorro e tentaram ajudar no resgate das vítimas. Muitos prédios foram evacuados por risco de que o fogo se alastrasse pela vizinhança.

A imagem que ficou da situação é de Wesley da Cruz Ricardo, de 27 anos, o rapaz que aparece preso em uma janela da fábrica enquanto o incêndio avança. Nas imagens divulgadas pela TV, ele está sem camisa e de bermuda amarela, usando uma toalha molhada para ajudar a respirar. Ele e outras três pessoas foram resgatadas pelo Corpo de Bombeiros por meio de uma escada. Ele foi levado para o Hospital Municipal Souza Aguiar, no Centro, por causa da inalação de fumaça e de cortes no braço.

Segundo a Secretaria da Saúde, dez vítimas estão no Hospital Estadual Getúlio Vargas, todas em estado grave por queimadura por via aérea e inalação de fumaça tóxica. As vítimas estão entubadas para proteção das vias aéreas e foram encaminhadas para a UTI.

A Império Serrano e a Unidos da Ponte divulgaram notas pelas redes sociais, lamentando o fogo na Maximus Confecções, responsável por todas as fantasias das duas agremiações. O mesmo ocorreu com a Unidos de Bangu, conforme informado pela Liga das Escolas de Samba do Rio. Pelas imagens internas, pouco restou do material de carnaval – o que levantou dúvidas sobre o desfile das escolas na Série Ouro e, consequentemente, sobre um possível não rebaixamento de escolas neste ano.

O prefeito do Rio, Eduardo Paes, adiantou em postagem nas redes sociais que conversou com o presidente da Série Outro, e as três agremiações afetadas não seriam rebaixadas. Mais à noite, essa decisão foi formalizada em reunião com os presidentes de todas as escolas de samba.

IRREGULARIDADES. O coronel Luciano Sarmento, subcomandante do Corpo de Bombeiros, disse que o incêndio começou pouco antes das 8 horas e 21 pessoas foram resgatadas. "Era uma edificação com muitos materiais de alta combustão, como plásticos e papéis. Não possui certificado de aprovação do Corpo de Bombeiros e, por consequência, não tinha condições de segurança para o funcionamento", explicou.

A confecção também está em situação irregular com a Receita Federal e, portanto, inapta a funcionar. A empresa está inadimplente desde outubro de 2023. Apesar disso, a prefeitura do Rio afirmou que o imóvel tinha o alvará de funcionamento para a atividade de confecção.

Especialista em Gestão de Riscos da Universidade Federal do Rio (UFRJ), Gerardo Portela afirmou que a construção não era apropriada para abrigar uma confecção de fantasias com tantos materiais inflamáveis, como isopor, plástico, tinta e cola. "É um prédio vertical, sem saídas alternativas amplas, janelas gradeadas ou basculadas, um conjunto aglutinado de diferentes edificações construídas para outros fins e cercada de prédios e residências", disse. "Esses elementos agravam o cenário, confinando calor e fumaça."

Se as condições fossem distintas, ponderou Portela, com sistemas de prevenção de incêndios ativos, portas antipânico, rotas de fuga e funcionários treinados, o fogo poderia ter sido pontual. "Houve inalação de fumaça em quantidade suficiente para intoxicação", afirmou. ●

Assassinato no Jardim Botânico

Marido de galerista morto no Rio vira réu

Daniel Carrera Sikkema, de 54 anos, compareceu diante de um juiz do Distrito Sul de Nova York (EUA) e foi acusado de conspirar para cometer assassinato por encomenda no exterior e de falsificação de passaporte. Brent Sikkema, um rico e famoso galerista, foi assassinado no dia 15 de janeiro de 2024 no Rio, cidade que visitava com frequência e na qual possuía propriedades.

De acordo com a acusação, desde 2023, Carrera Sikkema, que morava em Nova York, ofereceu dinheiro a uma pessoa para matar seu marido, com o qual estava em um processo de divórcio litigioso. Ambos tinham um filho adolescente. Ele enviou dinheiro ao assassino – que usava uma identidade falsa – por meio de intermediários, tentando ocultar a origem dos pagamentos, segundo a promotoria. A promotora do tribunal federal que investiga o caso, Danielle Sassoon, descreveu o crime como "um complô frio para assassinar".

18 FACADAS. A polícia encontrou o corpo de Brent com 18 facadas dentro de seu apartamento no bairro do Jardim Botânico, na zona sul carioca. Além disso, gravações das câmeras de segurança mostraram um ex-segurança, Alejandro Triana Prévez, entrando e saindo da residência na noite do crime. Após Triana Prévez ser preso, o advogado do assassino de aluguel disse que Carrera Sikkema havia oferecido US$ 200 mil pelo assassinato de Brent. ● AFP

UNIVERSIDADE CORPORATIVA SECOVI SP

Informe Publicitário

Jornalista Responsável: Silvia Carneiro - MTb 19.466 | Ano 19 - Nº 183 - Fevereiro/2025 | www.unisecovi.com.br

Universidade Corporativa Secovi-SP é pilar da qualificação do mercado imobiliário

Criada em maio de 2001, a Universidade Corporativa Secovi-SP, primeira e mais tradicional universidade corporativa do setor imobiliário, é reconhecida como centro de excelência em educação e qualificação profissional na área.

Sua diversificada gama de cursos e programas contribui para aquisição e atualização de conhecimentos, inovação e aprimoramento de práticas, bem como a oportunidade de conviver com grandes nomes empresariais.

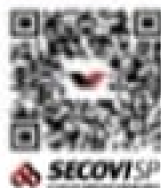
A instituição oferece conteúdo programático alinhado com as demandas e os desafios do segmento, abrangendo desde as bases do mercado imobiliário até temas mais específicos e avançados, como investimentos, legislação, tecnologia e gestão de projetos.

Os cursos e eventos promovidos pela UniSecovi-SP, cujo corpo é integrado por empresários reconhecidos e profissionais atuantes no mercado, proporciona aos participantes expandir sua rede de contatos e realizar networking de alta importância estratégica.



Desafios e demandas do mercado imobiliário exigem profissionais cada vez mais bem preparados

Em resumo, a Universidade Corporativa Secovi-SP é um importante pilar para o desenvolvimento do mercado imobiliário, contribuindo para a melhoria da qualidade dos produtos e serviços aos clientes, o aumento da competitividade e o fortalecimento de todas as atividades do setor. Vários cursos estão com inscrições abertas e empresas associadas possuem condições únicas e exclusivas. Confira a grade completa, acessando o QR Code.



Eufrázio

Criminalidade no Rio

Tiroteio causa até pouso forçado de helicóptero

Operação que mirava o traficante Peixão deixou cinco pessoas feridas e causou a interdição de vias na zona norte carioca

FABIO GRELLET
JOSÉ MARIA TOMAZELA

Um helicóptero da Polícia Militar foi atingido durante uma operação no Rio, na tarde de ontem, e precisou fazer um pouso forçado. O tiroteio deixou cinco pessoas feridas – duas dentro de um ônibus que passava pela região – e provocou o fechamento da Avenida Brasil e da Linha Vermelha, nos dois sentidos.

Segundo informações da Secretaria da Segurança Pública do Rio, durante o confronto, o helicóptero foi alvejado com dois tiros e fez um pouso forçado no Comando Naval da Marinha, na Penha. Naquele momento, policiais militares e civis realizavam uma ação conjunta para prender o traficante Álvaro Malaquias Santa Rosa, o Peixão. Ele ganhou destaque após uma série de invasões de áreas rivais, a partir de 2019, e ao intitular a área sob seu controle de Complexo de Israel.

Tido como autoritário e vingativo, Peixão impôs seu domínio baseado no chamado fundamentalismo evangélico, expulsando praticantes de religiões afro-brasileiras. Ele estaria escondido no complexo de comunidades de Cordovil, Parada de Lucas e Vigário Geral, na zona norte do Rio.

Dois baleados no tiroteio foram levados ao Hospital Adão Pereira Nunes, em Duque de Caxias, e um ao Hospital Getúlio Vargas, na Penha (zona norte do Rio). Eles não correm risco de morrer, segundo a polícia. De acordo com a prefeitura de Duque de Caxias, uma mulher teve ferimentos superficiais no cotovelo esquerdo. Um homem identificado como André de Oliveira, de 50 anos, também teve só ferimentos superficiais e recebeu alta.

> **Intolerância religiosa**
> **Tido como autoritário e vingativo, bandido impôs o chamado fundamentalismo evangélico na região**

O ônibus da linha 774 (Madureira-Jardim América) foi atingido por um tiro e dez linhas precisaram ser desviadas, de acordo com o Rio Ônibus, o sindicato das empresas, que se queixou da situação em nota oficial. "Mais uma vez reiteramos o apelo às autoridades de segurança pública, ressaltando a necessidade urgente de se tomar providências para devolver o direito de viver em paz da população carioca."

O prefeito Eduardo Paes (PSD) também comentou a situação: "É muito ruim isso que acontece na cidade, (*mas*) nesse caso é bom porque, pelo menos, me parece que vão prender esse líder. Está mostrando que a polícia está agindo e, pelo jeito, cercando um delinquente, que está aterrorizando uma área da cidade."

MAIS PREJUÍZOS. Também por causa do tiroteio nas proximidades da estação de trens de Vigário Geral, o trecho entre Penha e Vigário Geral foi fechado para embarque e desembarque. Os criminosos atearam fogo em barricadas e incendiaram um caminhão na Cidade Alta para dificultar a entrada da polícia. Uma passarela também foi queimada. ●

LEILÃO IMPERDÍVEL
OPORTUNIDADES EM SANTOS/SP

DIA 14/02 A PARTIR DAS 9H ONLINE
COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO ATÉ 60X
É AMANHÃ!



TERRENO NA VL. MACUCO, SANTOS/SP
LANCE INICIAL: R$3.220.000
ÁREA DE TERRENO: 1.056M²



DESOCUPADO
IMÓVEL COMERCIAL NO CENTRO, SANTOS/SP
LANCE INICIAL: R$6.150.000
ÁREA CONSTRUÍDA: 1.895M²
ÁREA DE TERRENO: 266M²

EDITAL DE LEILÃO DE IMÓVEIS Nº 002/2024 • Nº DO PROCESSO: 018.00022354/2024-38 • COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO DO ESTADO - CPE • SEI Nº 018.00016005/2024-87 • ALIENAÇÃO ONEROSA DE 02 IMÓVEIS LOCALIZADOS EM SANTOS/SP • TORNA-SE PÚBLICO QUE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DA COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO DO ESTADO DA SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE LEILÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, COM O CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MAIOR LANCE POR ITEM, PARA VENDA DOS IMÓVEIS DESCRITOS E CARACTERIZADOS NO EDITAL DESTE LEILÃO, NA SITUAÇÃO JURÍDICA E NO ESTADO DE CONSERVAÇÃO EM QUE SE ENCONTRA. LOTE 01 – TERRENO - 1.056M², RUA JOSÉ DO PATROCÍNIO, Nº 112, VILA MACUCO-SANTOS/SP – OCUPADO. LOTE 02 - IMÓVEL COMERCIAL - ÁREA DE TERRENO DE 266M² E COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 1.895M², RUA JOÃO PESSOA, NO 122/124, ESQUINA COM A RUA ITORORÓ, CENTRO - SANTOS/SP - DESOCUPADO.• LEILOEIRO OFICIAL JOSÉ EDUARDO DE ABREU SODRÉ SANTORO - JUCESP, Nº 195 • ESTA LICITAÇÃO SERÁ REGIDA PELA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, PELO DECRETO Nº 21.981, DE 19 DE OUTUBRO DE 1932, PELO DECRETO ESTADUAL Nº 68.422, DE 2 DE ABRIL DE 2024, E PELAS DEMAIS NORMAS DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E, AINDA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS, OBSERVANDO-SE AS SUBDIVISÕES SUBSEQUENTES NA FORMA DE ITENS QUE COMPÕEM ESTE INSTRUMENTO. • DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: DIA 14/02/2025 A PARTIR DAS 9H00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA) NECESSÁRIO CADASTRAMENTO PRÉVIO DOS INTERESSADOS NO SITE DO LEILÃO WWW.SODRESANTORO.COM.BR . A ABERTURA PARA LANCES SERÁ A PARTIR DAS 09H00 (NOVE) HORAS DO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2025 ATÉ AS 15H00 (QUINZE) HORAS DO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2025. • O CONTEÚDO INTEGRAL DO EDITAL PODERÁ SER CONSULTADO PELOS INTERESSADOS NOS SÍTIOS ELETRÔNICOS WWW.SODRESANTORO.COM.BR, E-NEGOCIOS PUBLICOS - IMPRENSA OFICIAL E LEILÕES (SGGD.SP.GOV.BR) (SGGD/-TRANSPARÊNCIA/EDITAIS/LEILÕES), OU NA SEDE DA UNIDADE CONTRATANTE, MEDIANTE SIMPLES REQUERIMENTO OU POR MEIO ELETRÔNICO. • EDITAL COMPLETO: WWW.SODRESANTORO.COM.BR OU E-NEGOCIOSPUBLICOS - IMPRENSA OFICIAL E LEILÕES (SGGD.SP.GOV.BR) (SGGD/TRANSPARÊNCIA/EDITAIS/LEILÕES), OU NA SEDE DA UNIDADE CONTRATANTE, MEDIANTE SIMPLES REQUERIMENTO OU POR MEIO ELETRÔNICO. DÚVIDAS: 11-2464-6460. DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO RESSALTAMOS QUE O PRESENTE LEILÃO TERÁ INÍCIO ÀS 9H COM ENCERRAMENTO PREVISTO PARA ÀS 15H, SENDO QUE O LEILOEIRO OFICIAL INICIARÁ O APREGOAMENTO DOS LOTES A PARTIR DAS 12H, OCASIÃO EM QUE O EVENTO PODERÁ SER ENCERRADOA QUALQUER MOMENTO, COM OS INTERESSADOS TENDO A POSSIBILIDADE DE OFERTAR DESDE A SUA ABERTURA ÀS 9H. A HORA PREVISTA PARA O INÍCIO DOS PREGÕES SEMPRE SERÁ A DE BRASÍLIA. A HORA INDICADA PARA A COLOCAÇÃO DOS LOTES NO PREGÃOSERÁ APENAS ESTIMADA, PODENDO SER ANTECIPADA OU POSTERGADA, CONFORME O ANDAMENTO DO LEILÃO, CABENDO AOS INTERESSADOS ACOMPANHÁ-LO DO COMEÇO AO FIM.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
José Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195

Aviação

Avião bate em carro de manutenção no Galeão

Por volta das 22 horas de anteontem, um avião colidiu com um carro de manutenção na pista do Aeroporto Internacional Tom Jobim, o Galeão, no Rio. No momento do choque, o Boeing 737 Max 8 da Gol já havia iniciado os procedimentos para decolar, processo que foi interrompido na sequência. Ninguém ficou ferido. ●

REPRODUÇÃO VIA TWITTER/X/@AERO_IN



Educação

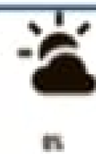
Projeto pune escolas por recusa de matrícula

A Câmara dos Deputados aprovou, por 297 votos a 107, projeto de lei que estabelece punições para escolas que recusarem matrícula de estudantes de forma injustificada, que vão de uma advertência até suspensão de funcionamento. A regra vale para todos os níveis de ensino e todas as modalidades. Agora, o texto segue para análise do Senado. ●

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital

Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 12/02



HOJE: MANHÃ 27° — 0%



HOJE: TARDE 31° — 48%



HOJE: NOITE 25° — 55%

VOLUME DE CHUVA 4MM

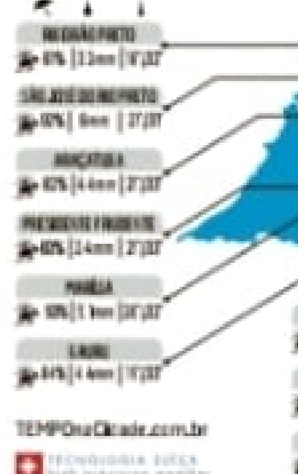
UMIDADE RELATIVA 30 a 80%

AMANHÃ	SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA
22°/29°	21°/30°	21°/33°	22°/34°

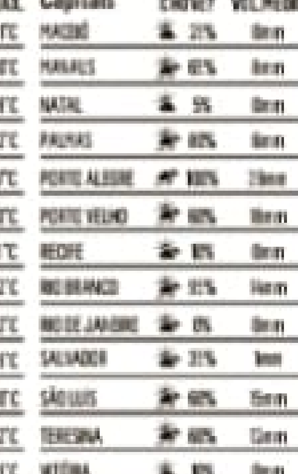
SOL — NASCENTE: 5h52 / POENTE: 18h48

LUA: CHEIA — CHEIA 12/02 10h54 / MINGUANTE 20/02 14h32 / NOVA 27/02 21h44 / CRESCENTE 06/03 13h31

Regiões do Estado de SP — Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperatura (mín.|máx.)







Capitais	CHOVE?	VEL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJÚ	10%	0mm	26°C/31°C
BELÉM	61%	14mm	24°C/30°C
BELO HORIZONTE	35%	1mm	20°C/30°C
BOA VISTA	25%	0mm	25°C/32°C
BRASÍLIA	35%	1mm	18°C/27°C
CAMPO GRANDE	80%	5mm	21°C/30°C
CUIABÁ	61%	8mm	23°C/31°C
CURITIBA	81%	15mm	20°C/32°C
FLORIANÓPOLIS	51%	18mm	23°C/32°C
FORTALEZA	70%	18mm	26°C/31°C
GOIÂNIA	61%	1mm	20°C/30°C
JOÃO PESSOA	0%	0mm	24°C/32°C
MACAPÁ	60%	18mm	23°C/31°C

Capitais	CHOVE?	VEL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
MACEIÓ	21%	0mm	24°C/31°C
MANAUS	61%	8mm	24°C/30°C
NATAL	5%	0mm	25°C/31°C
PALMAS	80%	8mm	23°C/31°C
PORTO ALEGRE	100%	29mm	24°C/32°C
PORTO VELHO	60%	18mm	23°C/30°C
RECIFE	8%	0mm	26°C/30°C
RIO BRANCO	91%	14mm	23°C/31°C
RIO DE JANEIRO	0%	0mm	26°C/33°C
SALVADOR	31%	1mm	25°C/32°C
SÃO LUÍS	60%	5mm	24°C/30°C
TERESINA	60%	12mm	25°C/32°C
VITÓRIA	8%	0mm	23°C/32°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	25°C/37°C
ATENAS	+5h	7°C/11°C
BARCELONA	+4h	12°C/17°C
BERLIM	+4h	0°C/2°C
BRUXELAS	+4h	1°C/3°C
BUENOS AIRES	0h	20°C/30°C
CARACAS	1h	19°C/30°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	12°C/21°C
ESTOCOLMO	+4h	-3°C/0°C
GENEBRA	+4h	5°C/11°C
JOANESBURGO	+5h	16°C/27°C
LIMA	-2h	22°C/28°C
LISBOA	+3h	10°C/17°C
LONDRES	+3h	1°C/6°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
LOS ANGELES	-5h	11°C/14°C
MADRID	+4h	5°C/13°C
MIAMI	-2h	21°C/27°C
MONTEVIDÉU	0h	20°C/24°C
MOSCOU	+6h	1°C/1°C
NOVA YORK	-2h	2°C/8°C
PARIS	+4h	3°C/8°C
ROMA	+4h	11°C/16°C
SANTIAGO	0h	15°C/31°C
SIDNEY	+14h	21°C/26°C
TEL AVIV	+5h	13°C/21°C
TÓQUIO	+12h	4°C/12°C
TORONTO	-2h	4°C/8°C
WASHINGTON	-2h	2°C/12°C

Transportes

Nunes diz que não pode garantir 50% dos ônibus elétricos em SP até 2028

Após ser derrubada pela Câmara em janeiro, exigência, que era prevista em lei de 2018, foi mantida pela Justiça em liminar

FABIO GRELLET

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), afirmou que "não tem como garantir" que até 2028 metade da frota de ônibus da capital seja movida a eletricidade, como prevê lei municipal de 2018. Segundo o prefeito, a indústria não conseguiria produzir a quantidade necessária de veículos elétricos e a Enel, concessionária e distribuidora de energia na capital, não teria condições de garantir o abastecimento desses veículos.

Em decisão emitida no dia 6 e divulgada na segunda, a Justiça de São Paulo suspendeu de forma liminar (provisória) uma lei aprovada pela Câmara Municipal paulistana em 15 de janeiro que extinguiu a exigência prevista na outra lei, de 2018. A nova lei manteve o prazo para que todo veículo da frota seja movido a eletricidade: 2038. Mas o prazo intermediário, que era de ter 50% da frota a eletricidade até 2028, foi excluído. Hoje circulam na cidade 428 ônibus elétricos, que fazem parte da frota de aproximadamente 12 mil coletivos.

A ação que originou essa decisão foi proposta pelo Diretório Estadual do Psol em São Paulo e defende que a mudança é inconstitucional. "É possível entrever a plausibilidade do alegado no tocante à violação das normas constitucionais (...), bem como inferir o grave risco de sobrevirem danos ao meio ambiente", escreveu na decisão o desembargador Mário Devienne Ferraz.

> **Argumentos do prefeito**
> **Indústria não conseguiria produzir nº de veículos necessário e Enel não teria como garantir energia**

REAÇÃO. Na terça, Nunes disse que o Município vai recorrer da decisão judicial e que "está fazendo tudo aquilo que é necessário" para avançar na substituição dos ônibus. "A gente não tem como garantir que vai ser possível fazer 50% (*da frota movida a eletricidade*) até 2028 por conta das realidades, da atualidade. Quais são? Falta de ônibus por parte da produção da indústria e também falta de infraestrutura por parte da Enel", disse Nunes. "O que a gente vai responder para a Justiça? Que a gente precisa ter propostas plausíveis. Vamos recorrer, a gente vai explicar isso. Da nossa parte, tudo aquilo que é necessário fazer para poder ter um avanço na questão da substituição dos ônibus a gente está fazendo", concluiu.

Em nota, a Associação Brasileira do Veículo Elétrico, que se manifestou em nome das empresas BYD, Eletra, Giaffone, Higer e Marcopolo, declarou que, com a capacidade produtiva já instalada, é possível produzir até 9.920 ônibus elétricos por ano, e essa produção anual pode chegar a 25 mil ônibus elétricos com os investimentos previstos pelas empresas até 2028. "Os gargalos na implementação do cronograma de transição de frota paulistana não se encontram na capacidade produtiva da indústria, e sim nas deficiências de planejamento da infraestrutura de recarga elétrica e em eventuais desajustes nos modelos de financiamento das operadoras de transporte – problemas alheios às empresas de ônibus elétricos", diz a nota.

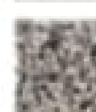
Já a Enel Distribuição São Paulo disse que, sobre a infraestrutura para abastecimento de energia das garagens, tem tido reuniões semanais com os operadores. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitora narra golpe após encomendar serviço

Reclamação de Francine Mejan: "Solicitei na plataforma GetNinjas um serviço de reparo de ventilador de teto. No dia seguinte, recebi o contato de uma prestadora ligada à Getninjas, me passando o orçamento e o preço de uma peça que fui instruída a comprar. Recebi um entregador da suposta peça e, ao tentar realizar o pagamento por cartão de aproximação (crédito), este informou que a maquininha estava com erro, e que era preciso inserir o cartão na máquina. Inseri, mas voltou a dar erro. Neste instante, o entregador telefona para a suposta prestadora e, com isso, eu me distraí. É quando ele rapidamente passa meu cartão em outra maquininha, digita a senha e passa uma compra de R$ 20 mil. Só depois vi que ele passou esse valor."

Resposta: "O GetNinjas é um app que conecta prestadores de serviços e clientes potenciais. Todo usuário cadastrado é submetido a validação documental antes de sua adesão ao app. Após a denúncia, realizamos o bloqueio do perfil do profissional e contatamos a usuária, fornecendo orientações necessárias para acionamento em instâncias administrativas. É possível contactar o suporte no e-mail contato@getninjas.com.br." ●



Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome das envolvidas na questão, para o spreclama@estadao.com

HÁ 150 ANOS

Noticiario

Jacarehy
A ponte sobre o rio Parahyba está em varios pontos suspensa por um fio. Há mezes que ella se acha n'aquelle estado deploravel, ameaçando quem passa, sem que alguem procure obstar a sua quéda. Já por vezes temos pedido a attenção de quem compete e tem sido em vão.

Nova obra de Victor Hugo
O grande poeta acaba de entregar ao seu editor as duas primeiras partes da sua grande obra poetica em continuação da Legenda dos Seculos. Intitula-se ella: Os quatro ventos do espirito, e é dividida em quatro partes: o Drama, a Ode, a Satyra e a Comedia. ●


ANNUNCIOS

GABINETE MEDICO CIRURGICO

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmera do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena**.

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2135 / (11) 3855-3523 / WHATSAPP (11) 91123-8351 ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Laercia Bonim da Silva - Dia 12, aos 82 anos. Filha de Natal Bonim e Maria Munhoz Bonin. Era viúva de João da Silva. Deixa as filhas Elaine Cristina, Edna Regina, Eliane Aparecida, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Bebedouro.

MISSAS

Ignez Basso Olivi - Dia 15, às 17 horas, na Paróquia Santa Generosa, na Av. Bernardino de Campos, 360, Paraíso (10 anos).

Cemitério Israelita do Butantã (Shloshim)

Eneyde Mattenhauer Rosenblat - Amanhã, às 9 horas, no S R - Q 380 - Sep. 35.

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:

A prestação dos serviços é feita por concessionárias autorizadas.

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br

Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br

Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/

Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/



NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Eufrázio

Saúde

Estado de SP registra a 1ª morte por chikungunya

Paciente tinha 60 anos e diabete, uma condição que pode agravar riscos da doença; Tupã tem aumento de casos

O Estado de São Paulo registrou a primeira morte por chikungunya. O óbito ocorreu em Tupã, município a 436 km da capital. Segundo a Secretaria de Saúde municipal, a vítima era um homem de 60 anos. A informação foi divulgada pela Agência Brasil.

Conforme a prefeitura, o paciente tinha diabete – condição que pode potencializar os riscos da doença – e apresentou os primeiros sintomas, como febre alta e dores articulares intensas, em 1.º de janeiro. Dois dias depois, teve de ser internado, mas morreu no dia 11 do mesmo mês.

O número de casos de chikungunya continua crescendo em Tupã. Dados do painel de arboviroses da Secretaria de Saúde de São Paulo apontam que a cidade tem 613 casos confirmados da doença e 670 em investigação. Já o Estado relata 1.064 confirmados e 2.549 sob análise. Além da morte em Tupã, outras quatro estão em investigação.

A chikungunya é uma doença viral transmitida pela picada de mosquitos do gênero *Aedes*, principalmente o *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* (mesmos mosquitos que transmitem a dengue e a febre amarela, respectivamente).

Os sintomas em geral surgem após uma semana de infecção e podem incluir febre, dor nas articulações, dor muscular e de cabeça, fadiga e manchas na pele.

DENGUE NA CAPITAL. No dia 30 de janeiro, a capital paulista registrou a primeira morte por dengue em 2025. De acordo com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (SMS-SP), a vítima é uma menina de 11 anos, que residia na região de Ermelino Matarazzo, na zona leste do Município.

A SMS segue apurando se a criança tinha histórico de problemas de saúde. "Pessoas com doenças crônicas, como diabete, anemia, asma, doenças cardíacas, entre outras, têm um risco maior de agravamento", afirma Renato Kfouri, que é infectologista pediátrico e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (Sbim).

Chikungunya no Estado
SP relata 1.064 casos confirmados e 2.549 sob análise. São investigadas mais 4 mortes

O Brasil tem um imunizante disponível contra a dengue, a vacina Qdenga, fabricada pela farmacêutica japonesa Takeda. Ela começou a ser oferecida ainda em julho de 2023 pela rede privada no Brasil e, em dezembro do mesmo ano, foi incorporada ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O País se tornou o primeiro no mundo a oferecer a vacina na rede pública. Pelo número limitado de doses, contudo, inicialmente apenas crianças e adolescentes de 10 a 14 anos de 521 municípios foram selecionados pelo Ministério da Saúde para receber a vacina pelo SUS. ●

LEILÃO EXCLUSIVO DE FINANCEIRAS
14/02 ÀS 14H | SOMENTE ONLINE | É AMANHÃ!


MERCEDES-BENZ C180 18/19


VOLKSWAGEN JETTA CL AF 16/17


FORD ECOSPORT FSL 1.6B 16/17


FIAT SIENA ESSENCE 1.6 15/15


RENAULT SANDERO SW1616VA 12/12

ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS!
NOVIDADE!
COM POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO
B3Capital



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Saúde

Anvisa barra 19 produtos de marca de suplementos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proibiu fabricação, venda e propaganda de 19 produtos da Oficial Med Apucarana Ltda licenciados pela Black Skull Pharma, braço de uma das maiores empresas do setor de suplementos no País.

Em resposta, a companhia afirma que foram tomadas medidas judiciais para a comercialização das fórmulas e a denúncia partiu de "concorrentes insatisfeitos". Segundo a Anvisa, a proibição ocorre por publicidade e exposição ao público de produtos manipulados padronizados – e não individualizados – por meio do site da Black Skull Pharma. A prática, diz a Anvisa, desrespeita a Resolução 67/2007, que dispõe sobre boas práticas de manipulação de preparações magistrais (fórmulas prescritas pelo médico) ou oficinais (quando a formulação consta no Formulário Nacional ou em formulários internacionais reconhecidos pela Anvisa).

DETALHE. Pela norma vigente no País, a preparação magistral deve ser produzida a partir da prescrição de um profissional habilitado e destinada a um paciente individualizado, com informações detalhadas sobre sua composição, forma farmacêutica, posologia e modo de usar. ●

Das páginas para as ruas

Em 150 anos, jornal viu nascer os símbolos e locais emblemáticos de SP

'Estadão' esteve presente em algumas das principais discussões que movimentaram a metrópole nas últimas décadas, incluindo as criações de Congonhas e do Minhocão

Em 2 de setembro de 1927, **O Estado de S. Paulo** publicou: "como único meio de eliminar o congestionamento do Triângulo (*como se chamava a região central da cidade*), recomendamos que se dê início a um sistema subterrâneo e de linha em planos diferentes para ser propriedade da cidade e pago por um pequeno incremento nas passagens, devendo a própria seção ser uma estação subterrânea no Largo da Sé e uma linha em direção leste". E o jornal, que completa 150 anos em 2025, estaria entre os primeiros a anunciar o metrô em São Paulo.

Em sua história, o **Estadão** viu nascer alguns dos principais ícones de São Paulo, como a Avenida Paulista, o Teatro Municipal, o Parque do Ibirapuera e o Museu do Ipiranga. Também participou desde o início de discussões que movimentaram a metrópole, como a criação da "Ponte dos três Vinténs' (atual Viaduto do Chá) e a construção do Elevado Costa e Silva (o popular Minhocão).

Suas páginas trouxeram ainda histórias e narrativas únicas para São Paulo, como em março de 2010, quando revelou que o atual Pátio do Colégio é a quarta versão do templo jesuíta que está na origem da capital paulista. E quando o Hospital das Clínicas recebeu seus pacientes mais "inusitados", em 20 de março, 20 de abril e 10 de agosto de 2012 – em total sigilo, mas com acompanhamento exclusivo do jornal. Eram os restos mortais de Dom Pedro I (1798-1834), primeiro imperador do Brasil, e suas duas mulheres, Dona Leopoldina (1797-1826) e Dona Amélia (1812-1873). Confira abaixo algumas histórias. ●



NA WEB
Mapa interativo mostra a história do jornal espalhada pela cidade
www.estadao.com.br

SÍMBOLOS DA CIDADE PELO 'ESTADÃO'

MANGA MECÂNICA/ADOBE STOCK



● Teatro Municipal
Trânsito recorde é notícia recorrente nas páginas. A primeira vez que isso aconteceu, contudo, São Paulo tinha apenas 300 automóveis. Foi na inauguração do Teatro Municipal, quando mais de cem carros saíram de suas garagens com o mesmo destino. Entre eles, o Packard da família Matarazzo.

● Parque da Luz
Segundo registrou **A Província de São Paulo** em outubro de 1883, para o povo todo aparecia uma "maravilha tecnológica". E para ver aquele "espetáculo" era preciso pagar ingresso. O evento? A primeira vez que uma lâmpada elétrica foi acesa na cidade, no Parque da Luz.

● Avenida Paulista
O **Estadão** cobriu a sua inauguração, em 8 de dezembro de 1891, com o início do tráfego dos bondes. Foi a primeira avenida planejada da cidade.

● Catedral da Sé
Em 26 de janeiro de 1954 se noticiou que "a inauguração da Catedral, na manhã de ontem, assinalou indelevelmente o transcurso do IV Centenário da Cidade". A praça central da cidade é o endereço da igreja principal de São Paulo desde o século 17.

● Parque do Ibirapuera
Aberto em 21 de agosto de 1954, nunca deixou de ter espaço nas páginas do **Estadão**. À época, o jornal noticiou a inauguração do novo espaço de lazer. "Às 15h, foram abertos ao público todos os portões do Ibirapuera, havendo, nessa ocasião, profusa distribuição de bandeirolas do IV Centenário."

ACERVO ESTADÃO



● Elevado Presidente João Goulart (O Minhocão)
Em 23 de janeiro de 1971, dois dias antes da inauguração, o jornal publicou uma reportagem com provocativo título: "Quem diz que o Minhocão é útil?". O texto informava que, "até o momento, a Prefeitura não produziu provas convincentes da prioridade de construção do Minhocão".

● Jockey Club de São Paulo
"Toda a nossa cidade rejubila-se com o grande acontecimento desta tarde, na Cidade Jardim, onde será solenemente inaugurado o novo e majestoso Hipódromo do Jockey Club de São Paulo", publicou **O Estado de S. Paulo** na edição de 25 de janeiro de 1941.

● Autódromo José Carlos Pace – Interlagos
Foram sete as edições da Fórmula 1 que terminaram com vitória de pilotos do País. Emerson Fittipaldi venceu em 1973 e 1974; José Carlos Pace (1944-1977) em 1975; Ayrton Senna (1960-1994) em 1991 e 1993; Felipe Massa em 2006 e em 2008. Inaugurado "brilhantemente" em 12 de maio de 1940, foi "o primeiro (*autódromo*) da América do Sul", enfatizou o **Estadão**.

● Museu de Arte Moderna de São Paulo
Em 1948, por iniciativa do industrial Francisco Matarazzo Sobrinho (1898-1977) e de sua mulher, Yolanda Nogueira Penteado, foi fundado o MAM. Conforme escreveu o crítico de arte Sergio Milliet (1898-1966), São Paulo deixaria de passar vergonha — porque "não havia museus de pintura" na cidade.

● Mercado Municipal
A inauguração em 25 de janeiro de 1933 dobrou a área "dos cinco mercados existentes no perímetro urbano de São Paulo", conforme reportagem do dia.

● Museu Paulista – Museu do Ipiranga
O jornal antecipou que o Museu Paulista, instituição mantida pela USP, precisaria fechar suas portas em 2013 para obras de recuperação.

ACERVO ESTADÃO



● Aeroporto de Congonhas
Proprietária de terras entre Santo Amaro e o Ibirapuera, a Cia. Auto-Estradas fez uma estrada ligando São Paulo ao então município de Santo Amaro – a atual Washington Luís. Em 10 de abril de 1936, para pressionar o governo a criar um aeroporto, publicou um convite na capa do **Estadão**, dizendo que "acabamos de construir uma pista de experiência, para aterrissagem de aviões, à beira da Auto Estrada Santo Amaro".

ACERVO ESTADÃO



● Museu de Arte De São Paulo (Masp)
A abertura do Masp foi em 1947. A construção do icônico edifício projetado por Lina Bo Bardi (1914-1992) foi entre 1958 e 1968. A inauguração no novo local teve a presença de celebridades como a rainha Elizabeth II (1926-2022), da Inglaterra. Tudo levou a reportagens do jornal que, em agosto de 2011, foi, oficialmente, o "visitante de número 382" em toda a história a entrar no porão – a reserva técnica.

● Edifício Martinelli
Projetado pelo arquiteto húngaro Vilmos Fillinger (1888-1968), e inaugurado em 1929, causou controvérsias, como registrou **O Estado de S. Paulo** em 3 de janeiro de 1929. Não só porque alguns acreditavam que não havia garantia de segurança para uma construção dessa altura. O jornal também escreveu que havia argumentos que consideravam "antiestética a desproporção entre aquele prédio e os demais do centro".

● Estádio do Pacaembu
Sua inauguração, conforme noticiado em abril de 1940, contou com a presença do então presidente Getúlio Vargas (1882-1954). E se seguiram as narrativas de diversos jogos: o Palmeiras é quem mais vezes foi campeão nesse estádio — 26 taças foram levantadas ali pelo alviverde.

Eufrázio

Receita de bolo para aniversário de 150 anos

Ingredientes:

- Ideal republicano
- Profissionais renomados
- Tradição em jornalismo
- Independência
- Análises precisas
- Opiniões embasadas
- Leitores exigentes

Modo de preparo:

Em um grupo de pessoas, insira o ideal republicano e deixe-o agir. Com o tempo, a tradição se formará na superfície. Misture bem até que leitores exigentes comecem a crescer na massa. Em outro recipiente, una as análises precisas às opiniões embasadas e bata com o resto da receita

A Febraban parabeniza o Grupo Estado por seu século e meio de luta pela liberdade de imprensa no Brasil

FEBRABAN FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS

Campeonato Paulista

Com Neymar travado, Yuri Alberto faz dois gols e Corinthians bate o Santos

Em jogo cheio de faltas e cartões, time do técnico Ramón Díaz consegue anular as ações do craque santista e vê seu principal atacante resolver a partida no 1º tempo

RODRIGO SAMPAIO

Mesmo já classificado às quartas de final do Campeonato Paulista, o Corinthians demonstrou a entrega habitual e bateu o Santos por 2 a 1 ontem, em noite de público recorde na Neo Química Arena. Em partida com muitas faltas e cartões amarelos, o time da casa anulou Neymar e foi letal nas poucas vezes em que teve chances no ataque. Yuri Alberto marcou para a equipe corintiana, e Guilherme descontou para os santistas.

Dono da melhor campanha do Paulistão, o Corinthians chega a 25 pontos e amplia a vantagem na liderança do Grupo A. Já o Santos deixa escapar a chance de voltar à zona de classificação do Grupo C e estaciona na terceira posição, com apenas nove pontos.

Antes do início da partida, os torcedores do Corinthians celebraram a estreia de Memphis Depay com a camisa 10. Com a bola rolando, foi o 10 do Santos, Neymar, quem fez a primeira finalização do jogo. O lance deu o tom dos primeiros minutos. Apesar da improvisação do zagueiro Luan Peres na lateral-esquerda, o time santista rechaçou ficar na defesa e buscou atacar, pressionando no campo adversário e aproveitando erros do rival em trocas de passe.

O Corinthians demorou a encaixar o seu jogo, mas quando o fez, foi mortal. Ao errar saída para o contra-ataque, o time santista deixou um buraco na defesa. O espaço foi suficiente para Matheuzinho acionar José Martínez, que cruzou para Yuri Alberto abrir o placar com um toque de pé esquerdo em dividida com o zagueiro João Basso, aos 16 minutos do primeiro tempo.

Regente da equipe santista, Neymar clareou jogadas e deu dinamismo ao meio-campo santista, mas sofreu com a marcação pesada dos corintianos. Vaiado a cada toque na bola, o craque quase fez o seu primeiro gol no retorno ao Brasil aos 27, quando aproveitou sobra na grande área e bateu colocado, obrigando Hugo Souza a operar um milagre. As disputas pela bola ficaram ríspidas, com entradas fortes e cartões para os dois lados.

O Santos não conseguiu manter o ímpeto inicial e, aos poucos, o Corinthians passou a mandar na partida. Aos 41, os homens de frente do time corintiano protagonizaram uma jogada digna de aplausos. Rodrigo Garro deu bonito lançamento para Depay, que recebeu livre na grande área e tocou de primeira para Yuri Alberto empurrar para as redes.

Próximos jogos
O Corinthians joga sábado com a Portuguesa; o Santos vai enfrentar o Água Santa no domingo

ALEX SILVA/ESTADÃO



O atacante Yuri Alberto chegou a marca de 100 gols na carreira

9ª RODADA DO PAULISTÃO

CORINTHIANS	SANTOS
2	1

Gols: Yuri Alberto, aos 16 e aos 41 do 1º tempo. Guilherme, aos 33 do 2º.
CORINTHIANS: Hugo Souza; Matheuzinho (Léo Maná), A. Ramalho, João Pedro e Hugo; Raniele (Alex Santana), Martínez (Ryan), Carrillo e Garro (T. Magno); Memphis (Romero) e Y. Alberto. **Técnico:** Ramón Díaz.
SANTOS: Brazão; Léo Godoy (Escobar), Zé Ivaldo, J. Basso (JP Chermont) e L. Peres; T. Rincón (J. Schmidt), Pituca (G. Bontempo) e Neymar (Soteldo); Guilherme, T. Soares e Thaciano. **Técnico:** P. Caixinha.
Árbitra: Edina Alves Batista.
Amarelos: Matheuzinho, Raniele, Ryan, J. Pedro, A. Ramalho, Luan Peres, Tiquinho Soares e Zé Ivaldo.
Público: 48.169 (total)
Renda: R$ 2.955.248,30.
Local: Neo Química Arena.

RUSGAS. Os times voltaram do intervalo com ânimos exaltados. Neymar recebeu faltas duras, e a árbitra Edina Batista precisou intervir quando Zé Ivaldo se estranhou com Garro. O Santos não desistiu e tentou mais uma vez pressionar a saída de bola adversária. Em vantagem, o Corinthians cerrou a marcação e foi para o ataque somente "na boa".

Cansado, Neymar foi substituído aos 22 minutos. Bastante xingado, ele retribuiu o "carinho" dos corintianos de maneira irônica, aplaudindo e mandando beijo para quem estava nas arquibancadas.

Conforme o relógio foi avançando, os times diminuíram o ritmo, a partida foi ficando morna e com poucas emoções. A guarda baixa permitiu ao Santos descontar com Guilherme, aos 33 minutos. O artilheiro do Paulistão aproveitou cochilo da defesa alvinegra para subir e marcar de cabeça seu oitavo gol no torneio. Mas foi só. ●

PAULISTA SÉRIE A1

GRUPO A	PG	J	V	E	D	SG
1º Corinthians	25	10	8	1	1	7
2º Mirassol	16	9	5	1	3	5
3º Botafogo	10	9	2	4	3	-2
4º Inter de Limeira	6	8	0	6	2	-3

GRUPO B	PG	J	V	E	D	SG
1º Guarani	10	8	3	1	4	1
2º Portuguesa	10	9	2	4	3	-1
3º Santos	9	9	2	3	4	-2
4º RB Bragantino	8	9	2	2	5	-5

GRUPO C	PG	J	V	E	D	SG
1º São Paulo	14	8	4	2	2	4
2º Novorizontino	11	9	2	5	2	0
3º Noroeste	7	9	1	4	4	-3
4º Água Santa	6	9	1	3	5	-10

GRUPO D	PG	J	V	E	D	SG
1º São Bernardo	19	9	6	1	2	4
2º Ponte Preta	18	9	5	3	1	5
3º Palmeiras	13	8	3	4	1	5
4º Velo Clube	5	8	1	2	5	-5

■ CLASSIFICADOS - OS DOIS PIORES NA CLASSIFICAÇÃO GERAL SERÃO REBAIXADOS

9ª RODADA

TERÇA			
	Botafogo-SP	1 x 0	RB Bragantino
ONTEM			
	Água Santa	0 x 0	Portuguesa
	Mirassol	1 x 2	Ponte Preta
	Noroeste	2 x 3	São Bernardo
	Corinthians	2 x 1	Santos
HOJE			
19h30	Inter de Limeira	x	Palmeiras
19h30	Guarani	x	Novorizontino
21h30	São Paulo	x	Velo Clube

Em Limeira, Palmeiras tenta reagir no torneio



19h30: TNT e MAX

O Palmeiras corre o risco de cair na primeira fase no Paulistão. O time treinado por Abel Ferreira tem de vencer a Inter de Limeira hoje para que a chance de se classificar volte a subir. A bola rola às 19h30, no estádio Major José Levy Sobrinho, em Limeira.

O atual tricampeão paulista é apenas o terceiro colocado do grupo D. Tem 13 pontos, fruto de três vitórias e quatro empates, e está atrás de São Bernardo e Ponte Preta, que venceram ontem e abriram ainda mais do Alviverde – o clube corre sério risco de não avançar para o mata-mata do Estadual pela primeira vez em 15 anos.

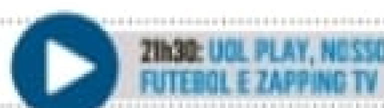
O desempenho ruim e os tropeços não farão Abel Ferreira modificar seu plano de rodar o elenco. "Sei que tenho mexido muito na equipe, mas não vou matar meus jogadores pelo calendário", justificou. Suspenso, o técnico será substituído por um dos seus auxiliares. ●

9ª RODADA DO PAULISTÃO

INTER	PALMEIRAS

INTER DE LIMEIRA: Igo Gabriel; Eduardo, Carlão e Alysson; Felipe Albuquerque, Bernardo Lemes, Marlon e Juninho; Albano, Rhuan e Alex Sandro.
Técnico: Márcio Fernandes.
PALMEIRAS: Weverton, Marcos Rocha, Gustavo Gómez, Murilo e Piquerez; Aníbal Moreno, Richard Ríos e Raphael Veiga; Maurício, Facundo Torres e Estêvão.
Técnico: João Martins (auxiliar).
Árbitro: Matheus Delgado Candançan.
Horário: 19h30.
Local: Estádio Major José Levy Sobrinho, em Limeira (SP).

São Paulo pega Velo Clube em Brasília e busca retomar o rumo



21h30: UOL PLAY, NOSSO FUTEBOL E ZAPPING TV

São Paulo encara o Velo Clube na Arena BRB Mané Garrincha esta noite com o desafio de voltar a vencer. O time vem de derrota para o RB Bragantino e empate com a Inter de Limeira. Luciano estará de volta, depois de cumprir suspensão.

Para o Velo, a partida será histórica. É a primeira vez que o clube, fundado em 1910, viaja de avião. Também é a primeira vez que a equipe vai jogar fora do Estado de São Paulo. ●

9ª RODADA DO PAULISTÃO

SÃO PAULO	VELO CLUBE

SÃO PAULO: Rafael; Cédric, Allan Franco, Ruan e Patryck; Bobadilla e Marcos Antônio; Lucas Ferreira, Luciano e Ferreirinha; André Silva.
Técnico: Luis Zubeldía.
VELO CLUBE: Pablo; Rafael Ribeiro, Marcelo Augusto e Gabriel Mancha; Yuri Ferraz, Pedro Favela, Léo Baiano e Léo Campos; Sillas e Jefferson Nem; Daniel Amorim.
Técnico: Guilherme Alves.
Árbitra: Marianna Nanni Batalha.
Horário: 21h30.
Local: Arena BRB Mané Garrincha, em Brasília (DF).

Tênis

João Fonseca se impõe, bate tenista local e vai às oitavas em Buenos Aires

Brasileiro não sente a pressão da torcida argentina, passa fácil por Tomas Etcheverry e vai ter pela frente outro jogador da casa

FELIPE ROSA MENDES


GUSTAVO GARELLO/AP

João Fonseca teve uma estreia consistente em Buenos Aires

O brasileiro João Fonseca estreou ontem com vitória no ATP 250 de Buenos Aires, na Argentina. O tenista de apenas 18 anos superou o local Tomas Martin Etcheverry, atual 44º do mundo, por 2 sets a 0, com duplo 6/3, e assegurou seu lugar nas oitavas de final do torneio disputado no saibro.

A partida entre Fonseca e Etcheverry estava marcada para terça-feira, mas foi adiada por causa da chuva na capital argentina. O carioca vinha de duas derrotas seguidas, a queda na segunda rodada do Australian Open, em janeiro, e o revés no único jogo que disputou no confronto entre Brasil e França, pela Copa Davis, no dia 1º deste mês.

Ontem, ele superou o rival argentino com evidente superioridade e resistiu à pressão da torcida local. O rival de 25 anos é bem mais experiente e já foi o 27º do ranking. Fonseca é o atual 99º do mundo.

Foram 34 winners do brasileiro contra apenas 13 do argentino, mostrando o jogo agressivo de Fonseca na quadra.

Nas oitavas de final, o brasileiro vai enfrentar outro tenista da casa. Federico Coria (115º do mundo) avançou na chave ao superar o francês Hugo Gaston (91º) por 6/3 e 6/2. Fonseca e Coria nunca se enfrentaram no circuito, mas recentemente treinaram juntos durante o Aberto da Austrália. No ano passado, o argentino chegou à semifinal do torneio.

IMPOSIÇÃO. Apesar da torcida contra, Fonseca não demonstrou nervosismo nos primeiros games da partida e fez um duelo equilibrado até o sexto game, quando passou a dominar o set. Ele aproveitou o primeiro break point para faturar a quebra de saque e abrir vantagem no placar. Ao sacar para fechar o set, Fonseca encarou seu primeiro break point e a pressão da torcida. Mas não oscilou, evitou a quebra e fechou a parcial em seguida, esbanjando solidez em quadra.

> **Agressividade**
> **João Fonseca aplicou 34 winners, as bolas indefensável, na partida contra Tomas Etcheverry**

O segundo set começou com pancadaria de fundo de quadra e seguidas bolas vencedoras do brasileiro, que arrancava aplausos da torcida argentina. Neste ritmo, faturou outra quebra e fez 1/0. A vantagem, contudo, durou pouco porque o argentino devolveu a quebra logo no game seguinte.

Apesar disso, Fonseca seguia superior em quadra. No quinto game, teve oportunidade de nova quebra, mas não teve sucesso. A vantagem veio no sétimo game: 4/3. Superior tanto no fundo de quadra quanto na rede, o brasileiro encaminhou a vitória e a vaga nas oitavas, confirmando o bom momento no circuito.

Foi a quarta vitória de João Fonseca sobre um tenista colocado entre os 50 do ranking desde dezembro. Ele também superou uma marca de Rafael Nadal, que em 2005 venceu sua primeira partida no ATP de Buenos Aires com 18 anos e oito meses. O carioca tem 18 anos e cinco meses.●

Champions League

Na Escócia, Bayern de Munique bate o Celtic e abre boa vantagem nos playoffs

Cotado entre os favoritos no início da competição, o Bayern de Munique começou bem os playoffs de classificação para as oitavas de final da Champions League. Ontem, em Glasgow, na Escócia, o time alemão venceu o Celtic por 2 a 1 e poderá empatar o jogo de volta, semana que vem em Munique. Olise e Kane marcaram para o Bayern e Maeda fez o gol escocês.●

Copa do Rei

Barcelona e Atlético de Madrid se encaram na semifinal; Real enfrenta a Real Sociedad

O sorteio das semifinais da Copa do Rei apontou o clássico entre Barcelona e Atlético de Madrid e o duelo entre Real Madrid e Real Sociedad. As partidas de ida estão marcadas para os dias 25 e 26 de fevereiro e as de volta para 1º e 2 de abril. O Barça faz o primeiro jogo em casa e depois vai a Madri. O Real viaja a San Sebastian antes de atuar no Santiago Bernabéu.●

Campeonato Inglês

Everton busca empate no fim com o Liverpool, que segue firme na liderança

Com um gol nos acréscimos, o Everton estragou a festa do Liverpool ao arrancar o empate de 2 a 2 no Goodison Park, ontem, em partida atrasada do Campeonato Inglês. O português Beto abriu o placar para os anfitriões, Mac Allister e Salah viraram o jogo para o time vermelho e, no último lance, Tarkowski decretou a igualdade. O Liverpool segue na liderança, agora com 57 pontos, 7 a mais que o Arsenal. O Everton tem 27 pontos, está no 15º lugar e briga contra o rebaixamento.●

PAUL ELLIS/AFP


Estados Unidos

Funcionário da Fifa é preso após ser acusado de crime sexual em Miami

Um funcionário da Fifa foi preso em Miami sob acusação de ter tido relações sexuais com um menor de idade, informou o jornal americano *Miami Herald* ontem. Sem confirmar a prisão, a entidade anunciou que o britânico Jack Coles, 39 anos, foi suspenso. Coles é o responsável pelo projeto Fifa Sound, que organiza as músicas para os eventos e transmissões da entidade.●

Futebol

Embaixador saudita proíbe álcool na Copa de 2034

Anunciada como sede da Copa do Mundo de 2034, a Arábia Saudita não vai permitir o consumo de bebida alcoólica durante a competição. Em entrevista à LBC, uma emissora inglesa, o príncipe Khalid bin Bandar Al Saud, embaixador saudita no Reino Unido, confirmou a proibição.

"No momento não permitimos álcool. É possível se divertir bastante sem álcool. Não é 100% necessário e se você quiser beber, depois de sair (do país), fique à vontade", disse.

Al Saud ainda foi questionado se os torcedores poderiam ingerir bebidas alcoólicas quando retornassem a seus hotéis. Rígido em relação a esse tema, ele disse que essa regra não permite álcool em nenhum lugar no país.

Para justificar a decisão, o embaixador disse que o costume local não pode ser modificado em função de um evento esportivo. "Cada um tem a sua própria cultura. Estamos felizes em acomodar as pessoas dentro dos limites do nosso costume, mas não queremos mudar nossos hábitos para outras pessoas", afirmou o príncipe.

Relações entre pessoas do mesmo sexo também são ilegais na Arábia Saudita. Ser transgênero também não é reconhecido no país. Sobre essa questão, no entanto, o príncipe saudita se mostrou muito mais amistoso. "Receberemos todos. Não é um evento saudita, mas mundial, e em grande medida, receberemos todos."●

O MELHOR DA TV

FUTEBOL

● Campeonato Saudita
Al Ahli x Al Nassr
14h15 / BandSports

● Liga Europa
Union Saint-Gilloise x Ajax
14h45 / Band

● Sul-Americano Sub-20
Paraguai x Uruguai
17h / SporTV
Brasil x Argentina
21h30 / SporTV

● Copa do Nordeste
CSA x Sampaio Corrêa
19h / Premiere

● Campeonato Paulista
Guarani x Novorizontino
19h30 / UOL Play
Inter de Limeira x Palmeiras
19h30 / TNT e Max
São Paulo x Velo Clube
21h30 / UOL Play

VÔLEI

● Superliga Feminina
Pinheiros x Minas
17h40 / SporTV 2
Fluminense x Praia Clube
20h40 / SporTV 2

BASQUETE

● NBB
Minas x Corinthians
18h45 / SporTV 2

● NBA
Minnesota Timberwolves x Oklahoma City Thunder
22h30 / Prime Video

Fãs decepcionados

Fomos enganados pelo cinema. E a culpa é do Nemo

Rara aparição do peixe Diabo Negro mostrou que ele nada tem a ver com o monstro assustador do filme da Pixar

DANIEL VILA NOVA

Nos últimos dias, um vídeo que mostrava o peixe Diabo Negro nadando próximo à superfície do mar de Tenerife, na Espanha, viralizou nas redes sociais. A criatura abissal é habitante das profundezas do oceano. Costuma ficar em regiões entre 200 e 2 mil metros de profundidade – e não sai muito de lá. O registro, não por acaso, foi considerado histórico.

No X, o antigo Twitter, biólogos compartilharam mais detalhes sobre o *Melanocetus johnsonii*, mas, no processo, acabaram frustrando a fantasia de alguns internautas. O peixe tem apenas alguns centímetros, o que foi uma enorme surpresa para o público. E eles não perderam tempo: passaram a culpar um filme pelos padrões irrealistas estabelecidos para o Diabo Negro: *Procurando Nemo*, de Andrew Stanton.

No longa da Pixar, o peixe abissal engana Marlin e Dory e os ataca nas profundezas do oceano, mas os protagonistas conseguem prendê-lo em uma máscara e escapam ilesos. O visual do animal é sinistro e ameaçador. O seu tamanho na produção, ao menos em comparação a Marlin e Dory, é grandioso, o que gerou brincadeiras entre os fãs.

Os internautas também demonstraram sua decepção com Lady Gaga. Isso mesmo. É que a cantora, durante a turnê *The Monster Ball Tour*, entre 2010 e 2011, usou uma versão mecânica gigantesca do peixe no palco. A construção foi utilizada durante a apresentação da canção *Paparazzi* e, de acordo com a artista, representa o "Monstro da Fama". Ao final da performance, Gaga mata a criatura com a ajuda dos fãs.

Mistério
Ele vive em regiões entre 200 e 2 mil metros de profundidade⊠não se sabe por que subiu à superfície

CIÊNCIA. Há uma diferença de tamanho entre os machos e as fêmeas da espécie. Enquanto os machos costumam medir cerca de 3 cm, as fêmeas podem chegar até 20 cm. Elas, inclusive, são as únicas que possuem os grandes dentes e o apêndice que emite luz. No vídeo que viralizou, feito por biólogos da ONG Condrik Tenerife, organização dedicada à pesquisa e preservação de tubarões e raias nas Ilhas Canárias, na Espanha, não é possível identificar o gênero da espécie.

Ao perceber que o animal não sobreviveria na superfície, a equipe o levou para o Museu de Natureza e Arqueologia, em Santa Cruz de Tenerife. Há quatro hipóteses para explicar por que o peixe teria subido à superfície: estava doente; fugia de um predador; foi carregado por uma corrente; ou teria sido engolido e depois rejeitado por um predador. ●

YOUTUBE/@LADYGAGA/@ORCUADRADOS



O peixe retratado no filme e no show de Lady Gaga; na vida real, ele cabe na palma da mão

Especial
150 anos

Em 2025, o **Estadão** completa **150 anos** de **história** e **tradição** no jornalismo.

Para celebrar essa data inesquecível, lançaremos ao longo do ano uma programação com **conteúdos exclusivos** que conectam passado, presente e futuro em torno de **seis eixos** temáticos:

01 República
02 Economia
03 Terra
04 Tecnologia
05 São Paulo
06 Viver

Tudo isso integrado em um grande projeto multiplataforma, com Hub Digital, edições comemorativas impressas e uma série de eventos especiais.

Sua **marca pode ser protagonista** desse marco histórico!

Entre em contato pelo e-mail **publicacoes@estadao.com** e conheça as oportunidades comerciais

ESTADÃO 150 ANOS

Realização: ESTADÃO 150
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Apoio: ELDORADO FM 107.3 paladar 20

Eufrázio

B11 **Antimonopólio.** Apurações que têm big techs como alvo avançam no Cade; órgão marca audiência pública

ECONOMIA & NEGÓCIOS E&N

QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO

INCLUI CLASSIFICADOS

B1



DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B24)

Ambiente **Combustíveis fósseis**

Por petróleo, Lula pressiona o Ibama

Presidente critica o que classifica como 'lenga-lenga' de órgão ambiental para liberar autorização para a Petrobras explorar Foz do Amazonas

MAIS INFORMAÇÕES NA PÁG. B2

Banco Daycoval S.A. | CNPJ 62.232.889/0001-90 | Companhia Aberta - Categoria B

daycoval.com.br

BancoDaycoval

RESULTADOS 2024

INOVAÇÃO E CRESCIMENTO LEVAM A RESULTADOS SUSTENTÁVEIS

Lucro Líquido Recorrente - (R$ Bilhões)

Ano	Valor
2024	1,5 (↑ 25,9%)
2023	1,2
2022	1,3

Captação Total (R$ Bilhões)

Ano	Valor
2024	65,1 (↑ 17,8%)
2023	55,3
2022	50,2

Carteira de Crédito Ampliada - (R$ Bilhões)

Ano	Valor
2024	65,5 (↑ 14,4%)
2023	57,2
2022	55,5

Empresas R$ 46,8 Bilhões | Varejo R$ 18,7 Bilhões | Inadimplência 1,9% acima de 90 dias

Patrimônio Líquido (Bilhões)	Ativos Totais (Bilhões)	ROAE Recorrente (Anual)	Índice de Basileia	Índice de Eficiência (Recorrente)	Colaboradores
R$ 7,1	R$ 90,9	22,4%	12,5%	32,5%	3.852

Diversificação e pluralidade de serviços

Administração e Custódia de Fundos - SMC R$ 150 bilhões de ativos sob serviços. 1.013 fundos | 197 gestoras

Daycoval Asset Management R$ 21 bilhões de ativos sob gestão. 103 fundos

Daycoval Investe R$ 5,8 bilhões de ativos sob custódia. + 200 opções de investimentos

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R$)

ATIVO

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Disponibilidades	1.182.271	593.175
Reservas no Banco Central do Brasil	2.360.045	1.321.373
Relações interfinanceiras	146.654	3.932
Instrumentos financeiros	**82.459.203**	**72.838.245**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.038.191	3.457.712
Títulos e valores mobiliários	21.529.834	17.001.225
Derivativos	837.212	244.702
Carteira de crédito		
Operações de crédito	34.180.102	32.643.826
Arrendamento mercantil financeiro	3.073.476	2.737.012
Arrendamento mercantil operacional	875	10.623
Outros créditos com características de concessão de crédito	14.117.068	12.110.300
Carteira de câmbio	5.602.545	3.702.845
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(1.839.360)**	**(2.092.712)**
Ativos fiscais correntes e diferidos	**2.669.043**	**2.504.179**
Devedores por depósitos em garantias de contingências	**1.082.177**	**1.950.488**
Outros créditos	**2.311.779**	**426.083**
Outros valores e bens	**169.967**	**106.398**
Investimentos	**34.388**	**43.415**
Imobilizado de uso	**218.430**	**56.836**
Imobilizado de arrendamento mercantil operacional	**109.580**	**145.460**
Intangível	**1.353**	**918**
Total do ativo	**90.925.534**	**77.097.638**

PASSIVO

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Instrumentos financeiros	**78.661.813**	**65.867.788**
Captações	27.576.203	22.070.548
Operações compromissadas	8.517.999	8.234.579
Emissões de títulos		
No Brasil	26.414.994	24.238.738
No Exterior	2.272.499	2.799.702
Obrigações por empréstimos	7.211.337	4.586.694
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	583.132	535.219
Dívidas subordinadas	1.027.324	1.042.763
Derivativos	186.872	273.561
Carteira de câmbio	4.871.453	2.085.176
Relações interfinanceiras e interdependências	**413.517**	**290.742**
Provisões para riscos	**1.560.138**	**2.271.678**
Provisão para garantias financeiras prestadas	**41.361**	**30.265**
Obrigações fiscais correntes e diferidas	**1.873.549**	**1.580.609**
Outras obrigações	**1.276.452**	**899.047**
Patrimônio líquido	**7.098.712**	**6.157.509**
Patrimônio líquido de acionistas controladores	7.073.422	6.136.380
Patrimônio líquido de acionistas não controladores	25.290	21.129
Total do passivo e patrimônio líquido	**90.925.534**	**77.097.638**

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R$)

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receitas da intermediação financeira	13.557.358	9.764.812
Despesas da intermediação financeira	(7.591.351)	(4.971.580)
Resultado bruto da intermediação financeira	**5.966.007**	**4.793.232**
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.222.650)	(1.075.346)
Resultado da intermediação financeira	**4.743.357**	**3.717.886**
Outras receitas / despesas operacionais	(2.126.558)	(1.960.179)
Resultado operacional	**2.616.799**	**1.756.907**
Resultado não operacional	104.598	11.715
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**2.721.397**	**1.768.622**
Imposto de renda e contribuição social	(812.271)	(462.575)
Participações no resultado	(218.425)	(202.569)
Participações de acionistas não controladores	(1.442)	(1.549)
Lucro líquido do exercício	**1.689.279**	**1.101.929**
Quantidade de ações	1.890.672.918	1.890.672.518
Lucro líquido por ação - em R$	0,8935	0,5828

A íntegra das Demonstrações Contábeis auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu, sem ressalvas, está sendo publicada no jornal "O Estado de São Paulo" na edição de 13/02/2025.

daycoval.com.br

D



Celso Ming celso.ming@estadao.com

Energia elétrica, jabutis e subsídios

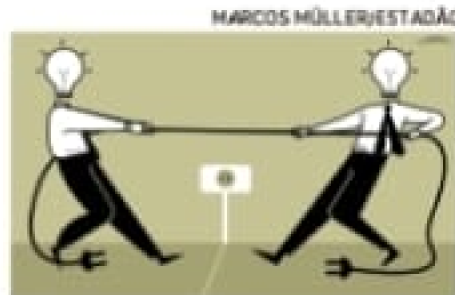
É em momentos de crise severa, como a produzida pela seca recorde de 2024, que se percebe como o setor elétrico brasileiro vem acumulando problemas que corroem sua resiliência e encarecem a conta de luz.

Os interesses de quem atua para acumular benefícios próprios e o enorme poder de interferência do Congresso vêm prejudicando a capacidade de organização e de regulação dos órgãos técnicos do setor.

O exemplo mais recente desse desequilíbrio foi a votação do marco regulatório da energia eólica offshore (em alto-mar). O texto aprovado seguiu para sanção presidencial enxertado de jabutis, como são chamadas as matérias contrabandeadas na letra da lei que nada têm a ver com a proposta central. Pelos cálculos da Frente Nacional dos Consumidores de Energia, o custo adicional desses penduricalhos foi estimado em R$ 20 bilhões por ano, o que, até 2050, perfaria R$ 545 bilhões – impacto de 9% ao ano a ser descarregado sobre a conta de luz. O presidente Lula vetou esses jabutis. Cabe agora ao Congresso decidir se derruba ou mantém esses vetos presidenciais.

Edvaldo Santana, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, adverte que "a política de subsídios continua desgovernada. O problema principal é o de que a discussão sobre a diversificação da matriz energética

MARCOS MÜLLER/ESTADÃO



está dominada pelo Congresso, onde predominam "os interesses locais, que impõem o planejamento, determinam quanto deve ser instalado e de qual fonte".

Os subsídios do setor elétrico corresponderam no ano passado a 13% da conta de luz paga pelo consumidor. Para este 2025, o total deve chegar a R$ 40,6 bilhões. Destes, R$ 36,5 bilhões serão pagos pelo consumidor, aumento de 18,2%. É um modelo tarifário injusto, aponta Santana, porque a conta pesa mais no bolso de quem não usufrui de nenhum benefício.

Além disso, a criação e a prorrogação desses subsídios acabam gerando distorções na estrutura de incentivos do mercado de energia que, por sua vez, prejudicam a confiabilidade do sistema, em que é essencial a operação integrada e equilibrada entre as fontes renováveis e intermitentes e as outras fontes.

O excedente de energia impulsionado pelos subsídios vem forçando o Operador Nacional do Sistema Elétrico a cortar a geração solar e eólica (*curtailment*) em determinados momentos para não sobrecarregar a rede e evitar apagões, como o de 2023.

Para o professor da UFRJ Nivalde de Castro, o saldo de 2024 foi negativo. Esses cortes programados na geração criam um "ovo da serpente", pois abrem brechas para judicialização e novos desarranjos. Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça julgou a favor da Aneel o recurso contra liminar que estabelecia um ressarcimento aos geradores pela incidência desses cortes. Nivalde acredita que a solução para essas distorções passa pela retomada da formulação da política energética pelo Ministério de Minas e Energia, o que não dispensa o diálogo com o Congresso e com os agentes do setor. ● / COM PABLO SANTANA

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Ambiente **Combustíveis fósseis**

'Não dá para ficar nessa lenga-lenga', afirma Lula sobre Foz do Amazonas

Presidente diz que Casa Civil vai se reunir com órgão ambiental para definir exploração de petróleo na área

BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aumentou ontem a pressão sobre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ao falar que existe uma "lenga-lenga" em relação à concessão de licença para a Petrobras iniciar a exploração na Foz do Amazonas, no litoral do Amapá – uma das cinco bacias que compõem a chamada Margem Equatorial do País.



MARGEM EQUATORIAL BRASILEIRA

Poços de petróleo da região são explorados pelo Brasil, Guiana, Guiana Francesa e Suriname

FONTE: ESTADÃO/INFOGRÁFICO/ESTADÃO

"Se depois a gente vai explorar, é outra discussão. O que não dá é para a gente ficar nessa lenga-lenga, com o Ibama sendo um órgão do governo e parecendo ser contra o governo", disse Lula, em entrevista à Rádio Diário FM, de Macapá (AP).

Órgãos ligados ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, liderado por Marina Silva, têm feito críticas à concessão da licença, sob o argumento de que haveria riscos para o ecossistema da região. Essa posição, porém, é rebatida por outros setores do governo, que veem como estratégica para o País a exploração da área. Existe ainda a avaliação de que a Petrobras precisa explorar novas regiões como alternativa ao Pré-sal.

Ainda na entrevista, Lula afirmou que a Casa Civil deve ter uma reunião até a próxima semana com o Ibama para discutir o aval para essas pesquisas. "Não é que vou mandar explorar. Quero que ele seja explorado. Agora, antes de explorar, temos de pesquisar. Temos de ver se tem petróleo e a quantidade. Talvez na próxima semana, ou na outra, vai ter uma reunião com a Casa Civil e o Ibama. Precisamos autorizar que a Petrobras faça pesquisa", declarou o presidente.

RECADO POLÍTICO. No meio político, a bronca dada por Lula na direção do Ibama foi interpretada como um sinal de que haverá mudanças na cúpula do instituto ambiental. Embora o presidente ainda não tenha fechado o desenho da reforma ministerial, a fritura do presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, indica que ele pode ser substituído. Agostinho é filiado ao PSB do vice-presidente Geraldo Alckmin e muito próximo de Marina Silva.

A saída de Marina do governo, porém, nunca chegou a ser cogitada, tanto que Lula sempre faz questão de dizer que ela não tem responsabilidade pela demora do Ibama em emitir um parecer sobre esse imbróglio.

Até agora, o nome mais citado nos bastidores do Palácio do Planalto para uma possível troca de comando no Ibama é o do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo (PT). Biólogo, Macêdo foi superintendente do Ibama em Aracaju, de 2003 a 2006, e secretário do Meio Ambiente do governo de Sergipe entre 2007 e 2010.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, foi convidada para assumir a Secretaria-Geral da Presidência, como mostrou o **Estadão**. A pasta cuida da relação do governo com os movimentos sociais.

Lula quer para esse ministério, que fica no Planalto, um perfil mais voltado à articulação política. Chamou a atenção do governo, nos últimos dias, o fato de o presidente ter perdido popularidade entre os mais pobres, os eleitores do Nordeste e as mulheres, justamente os segmentos que ajudaram Lula a vencer o então presidente Jair Bolsonaro, em 2022.

Ao mesmo tempo, Lula avalia que o Ibama parece estar atuando contra o governo. O presidente quer resolver o impasse sobre a Margem Equatorial antes da Conferência do Clima (COP-30), marcada para novembro, em Belém. Em várias ocasiões, ele expôs a contrariedade com a demora do instituto em autorizar a licença para a Petrobras estudar a viabilidade dessa exploração.

Na semana passada, em conversa reservada com Lula, o novo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), reclamou da demora do Ibama em autorizar o licenciamento para exploração de petróleo na Margem Equatorial. O senador é do Amapá e o local em questão compreende a fronteira da costa que se estende do seu Estado até o Rio Grande do Norte.

Em nota, a Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema Nacional) rebateu as declarações de Lula. "O Ibama é um órgão de Estado, cuja missão é a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais do Brasil, e todas as suas decisões são baseadas em critérios técnicos, científicos e legais", afirmou a entidade. "O processo de licenciamento ambiental é conduzido de maneira rigorosa, transparente e responsável, levando em consideração a proteção da biodiversidade e o bem-estar das populações que dependem diretamente dos ecossistemas afetados, mas também o desenvolvimento econômico do País." ● VERA ROSA, GABRIEL HIRABAHASI e CAIO SPECHOTO

> ***"Se depois a gente vai explorar, é outra discussão. O que não dá é para a gente ficar nessa lenga-lenga, com o Ibama sendo um órgão do governo e parecendo ser contra o governo"***
> **Luiz Inácio Lula da Silva**
> **Presidente da República**

Eufrázio

Vida Corporativa

Cacá Fernandes
Diretor de Marketing



APRESENTADO POR



Integração de mão de obra e tecnologia

Os temas de inovação e tecnologia no mundo da segurança são recorrentes, mas quero tratar neste texto de uma particularidade que vem ganhando importância na discussão deles: a cada vez maior necessidade de integração da tecnologia com a mão de obra, ou seja, com o ser humano.

As soluções de controle de acesso e de monitoramento a distância vêm aumentando sua participação nas atividades de segurança, porém a sensação do usuário é muito sensível ao tratamento humano que se dá na hora desse tipo de interação. Portarias, corporativas ou residenciais, que tenham apenas os equipamentos tecnológicos causam um estranhamento no usuário, uma sensação de desassistência. Falar com alguém ou pelo menos ter a certeza de que na hora que você precisar falar será atendido por uma pessoa é um alívio e aumenta muito a sensação de segurança do usuário.

No ano passado, escrevi em um texto, aqui mesmo neste espaço, sobre quanto maior a presença da tecnologia em nossas vidas mais valorizada estava se tornando a presença de pessoas nessas interações. Na segurança isso está se tornando cada vez mais evidente. E as soluções que entendem as expectativas e necessidades dos seus usuários estão sendo mais valorizadas.

As tecnologias mais inovadoras do mercado estão disponíveis e cada vez mais acessíveis. Com esse novo cenário, as soluções de segurança e serviços mais híbridos vêm ganhando espaço e relevância. Essas soluções geralmente apresentam todo um arcabouço tecnológico para ajudar na performance de atendimento de uma mão de obra mais ocupada com a experiência dos usuários do que com o preenchimento de formulários, atendimento de processos rígidos de controle e até da vigilância em si. Uma solução de segurança que seja bem balanceada nos aspectos humanos e tecnológicos, além de mais eficiente, gera certamente uma experiência melhor, mais positiva, aos usuários.

Para obter um resultado ainda mais impactante e positivo, tornam-se essenciais o treinamento e o preparo dessa mão de obra, que vai atuar em soluções híbridas de segurança ou de controle de acesso. Fica cada vez mais evidente essa necessidade na hora de pensar esse tipo de solução. No mesmo texto já citado aqui, em referência ao aumento da utilização de inteligência artificial nas soluções mais inovadoras, eu alertei para essa tendência: "Está na hora de pensarmos, cuidarmos e evoluirmos a inteligência mais desenvolvida que existe, a humana".

Além da qualificação dessa mão de obra, todo o treinamento e preparo, ela precisa ter a atenção e todo o cuidado necessários para que possa agregar esse valor desejado a essas soluções. Prestar atenção na pessoa que está envolvida nesse tipo de solução é fundamental e deve ser um dos pilares no desenvolvimento de uma solução tecnológica mais humana.

Uma solução de segurança que seja bem balanceada nos aspectos humanos e tecnológicos, além de mais eficiente, gera uma experiência mais positiva aos usuários

Conteúdo patrocinado

Quando se trata de segurança e serviços todo o cuidado é pouco



Escolha quem cuida muito



Guerra comercial **Pressão americana**

Alckmin fala em negociar com EUA e defende sistema de cotas para aço

Vice-presidente diz que já conversou com embaixadora do Brasil em Washington; articulação também tem aval das empresas

BRASÍLIA

O vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, afirmou ontem que o Brasil vai procurar o governo americano para negociar uma solução para as tarifas de 25% sobre o aço e alumínio, anunciadas na segunda-feira pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Ele disse já ter conversado com a embaixadora do Brasil nos EUA, Maria Luiza Viotti, para iniciar o contato. "Sempre é um bom caminho a gente buscar o ganha-ganha", disse Alckmin, ao ser questionado sobre medidas de reciprocidade. Alckmin deu as declarações em entrevista a jornalistas no Palácio do Planalto.

Para o vice-presidente, uma boa alternativa a ser negociada seria a manutenção de cotas para importação de aço pelos Estados Unidos. A taxa de 25% imposta pelo governo americano atinge diretamente o Brasil, que em 2024 foi o segundo maior exportador de aço para os EUA, só atrás do Canadá. Segundo Alckmin, há "várias interlocuções" com o país.

Atualmente, o Brasil exporta para os americanos pelo sistema de cotas, de 3,5 milhões de toneladas de aço semiacabado e 687 mil toneladas de laminados por ano. O modelo foi estabelecido em 2018, durante o primeiro governo Trump, quando o País negociou uma saída para escapar da sobretaxa imposta pelo republicano à época. O governo brasileiro quer fazer o mesmo agora.

"Porque, quando lá atrás foi aumentado (*a tarifa*), foram estabelecidas as cotas. Que é um mecanismo inteligente, porque, se você aumenta o Imposto de Importação, o aço, para os Estados Unidos, isso tem um efeito na cadeia. Você tem um encarecimento na cadeia. Então, o que foi feito anteriormente? Cotas. Essa é uma boa solução. Então, o caminho é o diálogo", disse.

> **Antecedente**
> **O sistema de cotas até agora em vigor foi negociado em 2018, no 1º mandato de Trump**

Alckmin foi questionado sobre a possibilidade de o Brasil responder com tarifas para produtos americanos, como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia indicado que poderia fazer na semana passada, e desconversou. Repetiu que o caminho é o diálogo.

FOCO NA NEGOCIAÇÃO. As declarações de Alckmin confirmam que, ainda que a sanção imposta pelo governo Trump afete todos os países que exportam aço e alumínio para os EUA, o Brasil deve iniciar uma negociação individual com o governo americano – e não retaliar, como chegaram a defender aliados do presidente Lula.

A sinalização ocorre nas primeiras reuniões de auxiliares de Lula com representantes do setor privado para coletar informações sobre como atuar contra a tarifa de 25%. Nas conversas de técnicos e diplomatas com representantes do setor privado, os auxi-

WILTON JUNIOR/ESTADÃO

Alckmin (com Lula na foto) defendeu que 'o caminho é o diálogo'

DEXCO

Dexco S.A.

CNPJ 97.837.181/0001-47 — Companhia Aberta — NIRE 35300154410

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2024

DATA, HORA, FORMA E LOCAL: em 29 de novembro de 2024, às 11h00, realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica "ALFM Easy Voting", nos termos do artigo 5º, §2º, inc. I, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81/22 ("Resolução CVM nº 81/22"), conforme alterada, razão pela qual é considerada como realizada na sede da Dexco S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo (SP), CEP 01310-942, nos termos do artigo 5º, §3º, da Resolução CVM nº 81/22. **MESA:** Gustavo Conte Jakovac (Presidente) e Camila Iasmin Celento Vasconcellos da Silva (Secretária), por indicação da maioria dos acionistas presentes. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** publicado em 07, 08 e 09 de novembro de 2024 no jornal "O Estado de São Paulo", em versões física (págs. B9, B15 e B11, respectivamente) e digital (https://estudiosi.estadao.com.br/publicacoes/) e no website da Companhia (https://ri.dex.co), nessas mesmas datas. **QUÓRUM DE INSTALAÇÃO:** acionistas representando mais de 1/4 do capital social total e votante, desconsideradas ações em tesouraria, nos termos do art. 125 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), que se verifica pelas presenças registradas no sistema eletrônico de participação à distância disponibilizado pela Companhia, nos termos do artigo 47, inciso III, da Resolução CVM nº 81/22, conforme Mapa de Votação (Anexo I). Presentes, ainda, para atender a pedidos de esclarecimentos dos acionistas: Francisco Augusto Semeraro Neto, Diretor de Administração e Finanças e representante da administração da Companhia; Guilherme Setubal Souza e Silva, Diretor de RI, ESG e RIG e representante da administração da Companhia; Guilherme Tadeu Pereira Júnior, representante do Conselho Fiscal; José Maria Rabelo, representante do Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos; Marcelo Palmeira dos Santos, Contador; Vanessa Pereira e Drayton Melo, representantes da Avaliadora. **DIVULGAÇÕES:** Os documentos referentes aos assuntos integrantes da ordem do dia, incluindo a proposta da administração para esta Assembleia, foram colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da CVM, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e da Companhia, nos termos da Lei das S.A. e da regulação da CVM. **ORDEM DO DIA:** reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, deliberar e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a aprovação do "*Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Duratex Florestal Ltda. com Incorporação da Parcela Cindida pela Dexco S.A.*", datado de 06 de novembro de 2024 ("Protocolo"), referente à cisão parcial da Duratex Florestal Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 43.059.559/0001-08, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.938, 9º andar, Bela Vista, CEP 01310-200 ("Duratex"), e a aprovação da incorporação da parcela patrimonial cindida da Duratex pela Companhia, nos termos do Protocolo, sem alteração do capital social ou do estatuto social da Companhia; (ii) a ratificação da nomeação da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., sociedade simples inscrita no CNPJ sob nº 61.366.936/0001-25, registrada no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo/SP sob o nº 034519/O, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitscheck, nº 1.909, Torre Norte, 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04543-011 ("Avaliadora"), que avaliou, a valores patrimoniais contábeis, o acervo patrimonial da Duratex a ser cindido e vertido para a Companhia, nos termos e condições do Protocolo, e elaborou o correspondente laudo de avaliação; (iii) a aprovação do laudo de avaliação, com data base de 31 de agosto de 2024, elaborado pela Avaliadora para fins da incorporação da parcela patrimonial cindida da Duratex pela Companhia, de acordo com o qual o valor da parcela patrimonial cindida da Duratex, a ser absorvido pela Companhia em razão da cisão parcial da Duratex, corresponde ao valor de R$ 145.909.929,70 (cento e quarenta e cinco milhões, novecentos e nove mil, novecentos e vinte e nove reais e setenta centavos), na referida data base; e (iv) a autorização aos administradores da Companhia para que pratiquem todos e quaisquer atos necessários para a efetivação da cisão parcial da Duratex e da incorporação da parcela patrimonial cindida pela Companhia. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Autorizada a publicação da ata com omissão dos nomes dos acionistas, nos termos do artigo 130, § 2º, da Lei das S.A. **Aprovadas as seguintes deliberações:** **1)** Aprovado o Protocolo, referente à cisão parcial da Duratex, e aprovada a incorporação da parcela patrimonial cindida da Duratex pela Companhia, nos termos do Protocolo, sem alteração do capital social ou do estatuto social da Companhia. **2)** Aprovada a ratificação da nomeação da Avaliadora, que avaliou, a valores patrimoniais contábeis, o acervo patrimonial da Duratex a ser cindido e vertido para a Companhia, nos termos e condições do Protocolo, e elaborou o correspondente laudo de avaliação. **3)** Aprovado o laudo de avaliação elaborado pela Avaliadora para fins da incorporação da parcela patrimonial cindida da Duratex pela Companhia, de acordo com o qual o valor da parcela patrimonial cindida da Duratex, a ser absorvido pela Companhia em razão da cisão parcial da Duratex, corresponde ao valor de R$ 145.909.929,70 (cento e quarenta e cinco milhões, novecentos e nove mil, novecentos e vinte e nove reais e setenta centavos), com data base de 31 de agosto de 2024. **4)** Aprovada a autorização aos administradores da Companhia para que pratiquem todos e quaisquer atos necessários para a efetivação da cisão parcial da Duratex e da incorporação da parcela patrimonial cindida pela Companhia. **QUÓRUM DAS DELIBERAÇÕES:** Os votos de aprovação, rejeição e abstenção das matérias constam do Mapa de Votação (Anexo I). **DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA COMPANHIA:** A proposta da administração, o Protocolo, o laudo de avaliação, o edital de convocação, os mapas de votação, os documentos de representação dos acionistas e a gravação integral da Assembleia. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi encerrada para a lavratura da presente ata, na forma sumária, que lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes. Nos termos da legislação e da regulação em vigor, serão considerados signatários desta ata os acionistas que registraram a sua presença no sistema eletrônico de participação a distância. O registro da presença dos acionistas foi realizado, nos termos do artigo 47, §2º, da Resolução CVM nº 81/22, mediante assinatura do presidente e da secretária da mesa, que declararam que a Assembleia foi integralmente gravada, com a participação e votação de acionistas por áudio e vídeo via sistema eletrônico, além de terem sido disponibilizadas salas para comunicação entre acionistas, observadas as demais formalidades previstas na regulação da CVM. São Paulo (SP), 29 de novembro de 2024. **Mesa:** Gustavo Conte Jakovac - Presidente da Assembleia; Camila Iasmin Celento Vasconcellos da Silva - Secretária da Assembleia. **Representantes da Administração:** Francisco Augusto Semeraro Neto - Diretor de Administração e Finanças; Guilherme Setubal Souza e Silva - Diretor de RI, ESG e RIG; Guilherme Tadeu Pereira Júnior - Representante do Conselho Fiscal; José Maria Rabelo - Representante do Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos. **Acionistas Presentes:** ANDREA LASERNA SEIBEL; LIGNA II FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; SALO DAVI SEIBEL (*participação exclusivamente por meio da plataforma digital pp. Elvis Aparecido Ferreira*) (p. Gustavo Conte Jakovac e Camila Iasmin Celento Vasconcellos da Silva). JUCESP sob nº 49.858/25-7, em 06.02.2025. (a) Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 23 de Janeiro de 2025

Certifico o registro na **JUCESP** sob o nº 49.523/25-9 em 11/02/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

AVISO DE LICITAÇÃO

A SUPERINTÊNDENCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA TORNA PÚBLICO O PREGÃO ELETRÔNICO 90007/2025
CONTRATANTE (UASG) 180216
OBJETO: Aquisição de produtos químicos de alto grau de pureza para uso em equipamentos de Análise Instrumental
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 87.152,79
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 25/02/2025 às 10h30min (horário de Brasília)
Critério de Julgamento: menor preço
Modo de disputa: Aberto
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO
Link PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
https://compras.sp.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO

A SUPERINTÊNDENCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA TORNA PÚBLICO O PREGÃO ELETRÔNICO 90003/2025
CONTRATANTE (UASG) 180216
OBJETO: Aquisição de produtos químicos – solventes e soluções orgânicas, soluções de manutenção, de calibração e de limpeza de vidrarias
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 77.088,08
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 27/02/2025 às 10h30min (horário de Brasília)
Critério de Julgamento: menor preço
Modo de disputa: Aberto
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO
Link PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
https://compras.sp.gov.br

CIDADE DE SÃO PAULO — **SAÚDE**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE torna público as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço http://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/

PROCESSO: 6018.2025/0006320-6 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025-SMS.G
Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS: SOLUÇÃO COLOIDAL, CLORETO DE SÓDIO, ÁGUA PARA INJEÇÃO. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00, do dia 25 de fevereiro de 2025, a cargo da 6ª CPL/SMS.

PROCESSO: 6018.2025/0011427-4 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90155/2025-SMS.G
Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS: MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, NORETISTERONA ENANTATO, PANCURONIO, BICARBONATO DE SÓDIO 84 MG/ML, ÁCIDO AMINOCAPROICO 1, CLORETO DE SÓDIO 200 MG/ML. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00, do dia 25 de fevereiro de 2025, a cargo da 6ª CPL/SMS.

PROCESSO: 6018.2024/0117248-4 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90153/2025-SMS.G
Tipo menor preço - Objeto: A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00, do dia 26 de fevereiro de 2025, a cargo da 2ª CPL/SMS.

PROCESSO: 6018.2025/0012048-3 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90157/2025-SMS.G
Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE UPADACITINIBE 15 MG - AÇÃO JUDICIAL. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h30, do dia 25 de fevereiro de 2025, a cargo da 7ª CPL/SMS.

PROCESSO: 6110.2025/0001385-1 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90156/2025-SMS.G
Tipo menor preço - Objeto: destinado ao registro de preços objetivando o fornecimento de materiais de opme grampeadores circular, hérnia, telas de polipropileno com entrega em consignação, necessários para o atendimento de cirurgias na especialidade de cirurgia geral, a serem utilizados nas unidades hospitalares pertencentes à Secretaria Municipal da Saúde de SP, para o período de 12(doze) meses. Aquisição de materiais de uso e consumo/escritório, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para atendimento das necessidades de expediente e bom funcionamento da rede hospitalar municipal sob gestão desta Secretaria Municipal da Saúde. Registro de preços para o fornecimento de canabidiol 200 mg/ml contendo 50 mg/ml de CBD e máximo 0,2% de THC 2 mg/ml (promediol) - Ação Judicial. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00 do dia 26 de fevereiro de 2025, a cargo da 9ª CPL/SMS.

PROCESSO: 6018.2025/0003168-7 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90158/2025-SMS.G
Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00 do dia 25 de fevereiro de 2025, a cargo da 10ª CPL/SMS.

PROCESSO: 6018.2024/0099008-2 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90054/2025-SMS.G
Tipo menor preço - Objeto: A abertura/realização da sessão pública ocorrerá a partir das 09h00 do dia 17 de fevereiro de 2025, a cargo da 9ª CPL/SMS.

COOPERATIVA HABITACIONAL DINÂMICA
Av. Líder, 1.150, Cidade Líder, São Paulo, Capital
CNPJ nº. 03.000.477/0001-65
NIRE 35400055901

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Sr. Diretor Presidente da Cooperativa Habitacional Dinâmica, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, faz saber aos cooperativados da Cooperativa Habitacional Dinâmica, que fará realizar às 17:00 horas, do dia 25 de fevereiro de 2025, em primeira chamada, no Salão do Condomínio, Bloco 02, sito na Avenida Líder nº 1.150, bairro Cidade Líder, São Paulo, segunda chamada 18:00h e terceira e última chamada às 19:00h, Assembléia Geral Ordinária, com a seguinte ordem do dia:

- Apreciação de contas de 2022;
- Apreciação de contas de 2023;
- Apreciação de contas de 2024;
- Apreciação do custo final da obra e das unidades de 02 e de 03 dormitórios;
- Apreciação dos atos da Diretoria;
- Situação da escritura de apartamentos quitados;
- Liquidação extrajudicial da Cooperativa na forma dos incisos III e V do art. 63 da Lei 5764/71 e do inciso III do art. 37 do Estatuto Social e,
- Eleição do liquidante e do Conselho Fiscal.

A assembléia será realizada respeitando o seguinte "quorum": a) Em 1ª convocação, com a presença de dois terços dos associados ativos; b) Em 2ª convocação, a ser efetuada uma hora após a primeira, com a metade mais um dos associados ativos; c) Em 3ª e última convocação, uma hora após a 2ª convocação, com o mínimo de dez associados. Para a apuração do "quorum", o número de associados ativos da Cooperativa, nesta data é de 21 cooperados. Entende-se por Cooperativado ativo os titulares de cota-social que estejam rigorosamente em dia com as suas obrigações estatutárias, conforme estatui o parágrafo único, do art. 43 do Estatuto Social. Nos termos dos artigos 43 e 45 do Estatuto Social, **não poderão se manifestar, votar e serem votados na Assembléia os cooperativados inativos, os cooperativados que não sejam titulares das respectivas cotas e os cooperativados que não estejam em dia com as suas obrigações legais e estatutárias**, sendo também vedada a participação por meio de mandatário. Os livros contábeis, o Relatório da Diretoria e do Conselho Fiscal estão à disposição para consulta dos Associados Ativos. Observado o disposto no artigo 45 do Estatuto Social. Solicitamos, para evitar contratempos, que seja efetuado agendamento prévio pelo e-mail coopdinamica563@gmail.com. Os candidatos aos cargos de liquidantes e conselho fiscal devem estar regularmente em dia e apresentar, por requerimento protocolado na sede da Cooperativa, seus currículos, conforme prevê o artigo 67 do Estatuto Social e documentação constante do artigo 68 do Estatuto Social, conforme prevê no artigo 68 do Estatuto Social. Excepcionalmente, se aceitará a apresentação por requerimento dos currículos para candidatos de que trata o artigo 67 do Estatuto **até as 18:00 horas do dia 21/02/2025, Av Líder, 1.150** e dos documentos constantes do artigo 68 do Estatuto **até as 18:00 horas do dia 21/02/2025, Av Líder, 1.150**.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025
Coutival dos Santos Prates
Diretor Presidente.

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

liares do presidente têm se concentrado em questões sobre o que é prioritário para as empresas brasileiras. E a resposta tem sido manter o atual acordo de comércio. Ou seja, agir de maneira pragmática.

Pessoas que acompanham esse trabalho afirmam que o Brasil tem uma situação diferente da europeia, por exemplo, que na terça-feira se manifestou com críticas à decisão de Donald Trump e ameaçou retaliar os EUA. Em 2018, os europeus não escaparam da taxação dos americanos e, provavelmente, isso deve se repetir agora.

O governo brasileiro está reunindo informações das siderúrgicas brasileiras, mas principalmente está formando opinião sobre quais argumentos deve defender na negociação com os Estados Unidos.

Já o setor privado se prepara para contratar escritórios de lobby e de consultoria em Washington, nos mesmos moldes do que foi feito em 2018, e elaborar material em inglês que possa subsidiar missões brasileiras aos Estados Unidos. A expectativa é de que governo e empresários atuem juntos na negociação com os representantes comerciais americanos.

Um dos pontos que, já se sabe, deverão ser destacados nessas tratativas é o superávit que os americanos têm na relação comercial com o Brasil, além da relevância das siderúrgicas brasileiras na compra de carvão de coque dos Estados Unidos. No caso do aço, as atividades das fábricas americanas e brasileiras são consideradas complementares e não concorrentes, uma vez que o Brasil exporta matéria-prima. Os argumentos são semelhantes aos apresentados na negociação de 2018.

"Todo dia você tem essas questões de alteração tarifária. O caminho é o diálogo e nós vamos procurar o governo americano para buscar a melhor solução"
Geraldo Alckmin
Vice-presidente

Dessa vez, porém, há informações falsas sobre as exportações do Brasil que precisarão ser atacadas, como o argumento de que o País passou a importar aço da China para vender aos Estados Unidos. As empresas brasileiras reuniram dados para mostrar que o País vem tentando se defender da enxurrada de produtos siderúrgicos chineses desde então. Em outra frente, afirmam que, pelo sistema alfandegário americano, é impossível entrar mais produtos nos Estados Unidos do que o fixado pelas cotas, como também chegou a especular o decreto de Trump.

O momento é de coleta de informações para abrir a negociação, com o argumento de que não se trata de uma medida contra o Brasil ou contra setores específicos, mas uma estratégia política de Trump que pode ter efeitos negativos para os próprios americanos.

Publicamente, o governo brasileiro tem mantido uma postura de cautela que vem sustentando desde domingo, mantendo o trabalho nos bastidores, o que provocou alívio entre empresários do setor siderúrgico e a confiança de que o caminho será pela negociação. A diplomacia brasileira aguarda ainda a comunicação formal, pelos EUA, das sanções impostas e considera haver tempo para negociar, dado que a medida só entrará em vigor em 12 de março. ● CAIO SPECHOTO, AMANDA PUPO e MARIANA CARNEIRO

Governo precisa ser estratégico na negociação

ANÁLISE

YASMIN RIVELI

A imposição de tarifa de 25% sobre o aço e o alumínio é tema sensível ao Brasil, especialmente em relação ao comércio do aço semiacabado. Se a medida for de fato implementada, será importante entender se haverá espaço para flexibilização, com destaque para situação das cotas de exportação isentas da cobrança de tarifa que estão em vigor desde 2018.

Diferentemente de outros países, o Brasil exporta majoritariamente um produto intermediário, o aço semiacabado, que passa por etapas adicionais de transformação realizadas por empresas localizadas nos EUA até se tornar um produto final. Assim, diante do reconhecimento da relação complementar com o próprio desenvolvimento da indústria siderúrgica nos EUA, foi negociada uma cota rígida de 3,5 milhões de toneladas anuais isenta da tarifa.

Para o Brasil, a medida de tarifa tem efeitos negativos para a indústria siderúrgica local, que já sofre internamente com a competição com o aço chinês e, nos últimos anos, tem operado abaixo dos 70% de utilização de capacidade instalada.

Adicionalmente, a imposição de tarifas sobre a produção siderúrgica chinesa pode ampliar ainda mais o escoamento da produção chinesa para o Brasil, tornando o cenário doméstico ainda mais complicado.

O País tem de negociar estrategicamente, dada a importância do aço semiacabado para a produção americana e também pelo fato de o Brasil acumular déficit comercial com os EUA (US$ 283,8 milhões em 2024, de acordo com a Secex), o que, se bem costurado, poderia nos colocar em uma posição de alvo menos prioritário nas empreitadas protecionistas do governo Trump. ●

ECONOMISTA E ANALISTA DA TENDÊNCIAS CONSULTORIA

DO
NORDESTE
PARA A [B]³

5 ANOS DE IPO
+ R$ 7,5 BILHÕES EM LANÇAMENTOS
+ R$ 7,0 BILHÕES EM VENDAS
+ 40 % CRESCIMENTO OPERACIONAL MÉDIO ANUAL
+ 30 PROJETOS ENTREGUES

5 ANOS QUE FORTALECERAM A MOURA DUBEUX PARA OS SEUS PRÓXIMOS CICLOS.

Em 2020, a **Moura Dubeux** chegou à B3 - A bolsa do Brasil. Mas essa é uma história que começou muito antes. Há mais de 40 anos, temos orgulho de contribuir para o desenvolvimento do Nordeste e para a valorização da nossa gente. Somos a incorporadora líder na região e seguimos crescendo, pautados no compromisso de entregar valor para nossos clientes, investidores e toda a sociedade.

MD moura dubeux
MDNE
B3 LISTED NM

Eufrázio

Indicadores **Em alta**

Pressionada por alimentação e gasolina, inflação nos EUA acelera em janeiro

Dado indica que corte de juros básicos pelo Fed, o banco central americano, deve ficar mais distante, o que afeta também o Brasil

WASHINGTON

Pressionada por alimentos e energia (incluindo gasolina), a inflação nos Estados Unidos voltou a acelerar em janeiro e fechou em 3% na taxa anualizada, ante 2,9% em dezembro. A alta deve estender por mais tempo a manutenção do atual patamar das taxas básicas de juros pelo Fed (o banco central americano).

A carestia cria um problema a mais para o presidente Donald Trump, empenhado em taxar parceiros comerciais num movimento que, para economistas, pode agravar o aumento dos preços. Também causa embaraços ao Brasil, pois juros altos nos EUA indicam a valorização da moeda americana ante o real, ao mesmo tempo que investidores tendem a optar por títulos americanos em vez de papéis de economias emergentes.

Ontem, o mercado brasileiro já sentiu o impacto do dado americano, com queda na Bolsa, mas foi beneficiado pelo início das tratativas do presidente Donald Trump para o fim da guerra na Ucrânia, o que fez o dólar cair. O Ibovespa, principal índice da Bolsa do País, fechou em baixa de 1,69%, aos 124.380,21 pontos. Já a divisa americana caiu a R$ 5,76 (-0,08%).

Segundo o Departamento de Estatísticas Trabalhistas do governo federal dos EUA, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) subiu 0,5% no mês passado, acima das previsões dos economistas. Trata-se do maior aumento no período desde agosto de 2023.

Entre 2022 e 2023, o Fed aumentou as taxas de juros ao maior nível em duas décadas, quando chegou a um patamar entre 5% e 5,50%, na tentativa de conter um pico de inflação de 9,1%, registrado em junho de 2022. Hoje, o juro básico está entre 4,25% e 4,50%, após três cortes no ano passado.

Em janeiro, a autoridade monetária decidiu manter a faixa atual e não indicar mais cortes. A meta de inflação anualizada perseguida pelo Fed é de 2%.

"Não estamos progredindo na redução da inflação", afirmou Sarah House, economista sênior do banco Wells Fargo. "E isso só deve estender a manutenção das taxas de juros pelo Fed."

Perspectiva
Economistas dizem que tarifaço e política de imigração de Trump podem piorar o cenário

O grande vilão da inflação americana no mês passado foi o ovo, que registrou alta de 15,2%, a maior elevação mensal desde junho de 2015. Desde o ano passado, o produto já subiu 53%. Já o óleo combustível subiu 6,2%, e a gasolina, 1,8%.

TARIFAS. Analistas disseram que o cenário pode piorar com a tarifa de 25% para o aço importado pelos EUA determinada por Trump nesta semana. A medida, dizem, pode aumentar o custo de carros, eletrodomésticos e maquinário industrial.

"Há um caldo de incerteza que, se durar e persistir nos próximos meses, poderá fazer com que a confiança dos empresários caia", disse Anthony Saglimbene, estrategista-chefe de mercado da Ameriprise.

Mesmo com o número ruim, Trump voltou a pressionar o Fed ontem para que baixe as taxas de juros em sua próxima reunião, em 18 e 19 de março. "As taxas de juros devem ser reduzidas, algo que deve acontecer com as tarifas iminentes!", escreveu ele, na Truth, sua rede social.

O presidente do Fed, Jerome Powell, não pareceu incomodado. "As pessoas podem ficar tranquilas, pois continuaremos a fazer nosso trabalho e tomar nossas decisões com base no que está acontecendo na economia", disse Powell na Comissão de Finanças na Câmara ontem (*mais informações nesta página*). Segundo ele, o Fed fez um "grande progresso" para conter a inflação. "Mas ainda não chegamos lá", disse.

Segundo economistas, taxas de juros mais baixas são improváveis no curto prazo. "A incerteza política generalizada em razão da política de comércio exterior provavelmente alimentará as crescentes expectativas de inflação para os próximos meses", disse Joe Brusuelas, economista-chefe da RSM.

Outra iniciativa que pode piorar a inflação é a política de deportação em massa de imigrantes. Com menos força de trabalho, os salários podem aumentar e os consumidores terão de pagar por eles.

Para o presidente do Fed de Atlanta, Raphael Bostic, o dado de janeiro deve ser levado em conta para as projeções de todo o ano. "Este é um solavanco bem significativo", disse o executivo regional – alguns Estados americanos têm sua autoridade monetária e seus representantes integram o colegiado do Fed.

REAÇÃO. "Esta é uma notícia ruim para todos os envolvidos: o governo, Trump e Fed", disse Douglas Holtz-Eakin, presidente do American Action Forum, uma consultoria conservadora.

Trump deve muito de sua vitória em novembro à inflação que incomodou quase todo o governo de Joe Biden. Ontem, o republicano disse que o índice de janeiro seria culpa do antecessor. "Presidentes recebem crédito e culpa por coisas que acontecem sob seu comando, e isso é sob o comando dele (*Trump*). Essa é a realidade política", disse Holtz-Eakin. ● NYT, WP e AP

ALEX WONG / GETTY IMAGES VIA AFP



Jerome Powell, em comissão no Congresso: 'Ainda não chegamos lá'

Criticado por Trump, presidente do Fed diz que não vai renunciar

Em audiência na Comissão de Finanças da Câmara, ontem, o presidente do Fed (o banco central americano), Jerome Powell, afirmou que não vai renunciar ao cargo caso haja um pedido de Donald Trump. "Não", disse ele, ao ser questionado se deixaria a cadeira do Fed.

Powell foi indicado por Trump, em 2017. O ex-presidente Joe Biden, em 2021, o manteve no cargo para um segundo mandato, que expira em maio de 2026.

No entanto, o republicano parece ter mudado de ideia em relação às competências de Powell para o cargo. Desde o ano passado, ele tem criticado a política monetária adotada pelo Fed e pede um corte de juros, que agora está cada vez mais improvável.

Especialistas dizem que a demissão de um presidente do Fed não é algo trivial. Seria preciso um longo processo, que passaria por uma comissão do Senado, que teria de provar que Powell agiu de má-fé ou foi ineficiente.

Em entrevista recente, ao ser indagado se o titular da Casa Branca poderia demiti-lo, Powell foi mais sucinto: "Não é permitido por lei". ● NYT, WP e AP

No Brasil, Armínio pede que Galípolo convença o governo a cortar gastos

O ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga disse ontem ao atual chefe da autarquia, Gabriel Galípolo, que a instituição precisa de ajuda do governo na área fiscal para conseguir controlar a inflação e resumiu o quadro econômico atual dizendo que "a coisa não está bem".

Galípolo participou de seminário promovido pelo Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG), no Rio. Fraga estava na plateia.

"A curva de juros está lá na lua, a perder de vista. As expectativas de inflação, não as de curto prazo, mas as taxas implícitas, em 6%, estão a perder de vista, sugerem um problema. Eu acho que o problema, em última instância, é que o Banco Central precisa de ajuda. E só tem um lugar que pode ajudar, que é o fiscal", avaliou o economista, que dirigiu o BC entre 1999 e 2002 (governo de Fernando Henrique Cardoso).

Ele sugeriu ainda que Galípolo, "como uma pessoa de confiança das altas autoridades do País", pode tentar convencê-las de que "não há mágica". "Isso que aconteceu até agora foi muito bom: o emprego estar baixo é um sonho, mas agora a festa meio que acabou", considerou. Para o economista, não há um problema de comunicação no governo ou no BC. "O Banco Central não faz milagres, não é?"

'CRUZAR A LINHA'. Em sua fala, Galípolo destacou que o BC tem ferramentas para colocar a Selic em "nível restritivo" – o que, na prática, significa juros mais altos por mais tempo. Ele manteve a linha das mensagens do Comitê de Política Monetária (Copom), com a indicação de mais uma alta da taxa básica de juros em 1 ponto porcentual em março.

Galípolo evitou sinalizar uma tendência para as reuniões a partir de maio, mas enfatizou a disponibilidade das ferramentas. "Cabe agora o Banco Central ter a devida parcimônia e serenidade na observação dos dados." Ao falar especificamente sobre a questão fiscal, Galípolo disse que o "BC não pode cruzar a linha e transcender o quadrado da autoridade monetária".

Galípolo voltou a enfatizar a necessidade de se avançar no aperfeiçoamento do arcabouço institucional e legal da instituição e disse que um dos grandes desafios para todos os bancos centrais é o da comunicação. "É quase uma arte." ● FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/SÃO PAULO e CÉLIA FROUFE/BRASÍLIA

> *"O desemprego está baixo, é um sonho. Mas a festa agora meio que acabou"*
> **Armínio Fraga**
> Ex-presidente do BC

Eufrázio



BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BR Advisory Partners Participações S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Destacamos os seguintes fatos no quarto trimestre de 2024:

Contexto econômico

O quarto trimestre de 2024 trouxe ajustes significativos no cenário global e local, com a Europa avançando em sua flexibilização monetária, enquanto os Estados Unidos mantiveram um cenário de incerteza, especialmente após as eleições. A China, por sua vez, continua enfrentando desafios de crescimento, com uma demanda interna fraca e persistentes desafios no setor imobiliário. No Brasil, o Banco Central manteve sua política monetária restritiva, elevando a taxa Selic para 12,25% ao ano, em um esforço contínuo para controlar as expectativas inflacionárias, embora a atividade econômica tenha permanecido resiliente.

No Brasil, o Banco Central elevou a taxa Selic para 12,25% ao ano no quarto trimestre de 2024, aprofundando o ciclo de aperto monetário iniciado no terceiro trimestre. Esse movimento é uma resposta às pressões inflacionárias, em que o IPCA projetado é de 4,6% para 2024 e 4,2% para 2025, acima da meta central de 3,0%. A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) foi motivada pela necessidade de ancorar as expectativas de inflação, que permanecem desalinhadas com o objetivo do Banco Central, além de conter os riscos de descontrole fiscal e os impactos de um cenário externo ainda volátil. A alta da Selic deverá impactar diretamente o custo do crédito, encarecendo o financiamento para famílias e empresas, o que poderá moderar o consumo, diminuir o poder de compra das famílias, bem como frear os investimentos corporativos enquanto a política monetária restritiva continuar ativa. No entanto, a atividade econômica segue mostrando resiliência, com o PIB revisado para 3,0% em 2024, impulsionado principalmente pela demanda interna, que se beneficia de um mercado de trabalho ainda aquecido e de níveis elevados de confiança do consumidor. Para 2025, as projeções de crescimento foram ajustadas para 2,0%, refletindo os efeitos cumulativos da política monetária restritiva e a expectativa de queda nos preços das *commodities*, que impactam negativamente as exportações brasileiras. O *déficit* primário do governo central foi revisado para 0,5% do PIB em 2024, acima da meta inicial, devido ao aumento de gastos públicos e à desaceleração das receitas. Apesar de o governo ter se beneficiado de receitas extraordinárias no início do ano de 2024, a trajetória fiscal permanece incerta, com sinais de expansão dos gastos e pressões políticas para aumentar investimentos e transferências de recursos a programas sociais, o que pode continuar gerando pressões inflacionárias e levar o Banco Central a continuar aumentando a SELIC ao longo de 2025.

Essa dinâmica fiscal expansionista tem elevado o prêmio de risco exigido pelos investidores para alocar recursos no Brasil, refletindo preocupações com a sustentabilidade da dívida pública e a possibilidade de uma taxa terminal de juros ainda mais alta no futuro. A taxa de câmbio, por consequência, tem enfrentado pressões de desvalorização, impulsionada pela saída de capitais e pela percepção de risco país elevado.

No bloco europeu, a economia mostrou sinais de estabilização no quarto trimestre, com inflação em trajetória descendente e uma leve recuperação na confiança dos consumidores. O Banco Central Europeu (BCE) deu continuidade ao processo de flexibilização monetária, reduzindo a taxa de juros em 0,25 ponto percentual, refletindo a melhora nos indicadores econômicos e na desaceleração da inflação. A projeção de crescimento do PIB para 2024 foi ajustada para 0,8%, com expectativas de uma recuperação gradual em 2025, impulsionada por políticas monetárias e fiscais mais acomodativas. A inflação no bloco está projetada em 2,2% para 2024, próximo da meta do BCE, o que abre espaço para novos cortes de juros no próximo ano.

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve (FED) manteve sua política monetária restritiva, com a taxa de juros permanecendo em patamares elevados. A inflação, que encerrou o ano em 2,3%, ainda está acima da meta de 2%, mas mostra sinais claros de desaceleração. O mercado de trabalho continua resiliente, embora com leve desaceleração, o que mantém o FED cauteloso em relação a cortes mais agressivos. O crescimento do PIB em 2024 foi revisado para 2,1%, refletindo a força da economia americana, mas com incertezas persistentes em relação ao impacto das políticas monetárias restritivas no médio prazo.

Na China, a economia continuou a enfrentar desafios no quarto trimestre, com o crescimento do PIB anualizado revisado para 4,7%, abaixo das expectativas iniciais. A demanda interna permanece fraca, com dados varejistas e inflacionários abaixo do esperado. O setor imobiliário, ainda em crise, continua a pressionar as finanças públicas e a classificação de crédito do país. Em resposta, o governo anunciou um novo pacote de estímulos fiscais e monetários, visando impulsionar a demanda interna e estabilizar o setor imobiliário. No entanto, as incertezas sobre o modelo de crescimento econômico do país persistem, com riscos significativos para as finanças públicas e a estabilidade financeira. A inflação na China está projetada em 1,8% para 2024, refletindo a fraqueza da demanda e os desafios estruturais da economia.

Desempenho dos negócios

Ao longo do ano de 2024, a área de Assessoria Financeira permaneceu ativa, com atuações e mandatos diversificados, contemplando fusões e aquisições, reestruturações, bem como *fairness opinions* a empresas de diferentes setores econômicos. Foram anunciadas 14 transações, contemplando um volume total de R$ 15,9 bilhões. No último trimestre, a Companhia assessorou a venda da Linhares Geração S.A. para a Eneva S.A.

A área de Mercado de Capitais apresentou volume recorde de emissões no ano, somando R$10,5 bilhões distribuídos em 57 operações de dívida. No trimestre, a área manteve o forte ritmo, aproveitando a contínua demanda dos emissores por instrumentos de dívida e um apetite maior do investidor de renda fixa pelo mercado primário. No trimestre, a área emitiu R$4,4 bilhões e estruturou 21 operações de dívida, entre CRIs, Debêntures, CCIs, FIIs e FIDCs.

A área de tesouraria para clientes (*Treasury Sales & Structuring*) encontrou boas oportunidades de negócios ao longo de 2024, fruto da diversificação das suas fontes de receita através de novos produtos e clientes, bem como pela forte atividade do mercado de dívida primário, que propiciou o fomento do negócio de derivativos e produtos estruturados. No ano de 2024, a área estruturou mais de R$74 bilhões em derivativos e câmbio. No trimestre, a área apresentou mais um sólido desempenho na geração de receitas, o que é explicado, principalmente, pelas operações estruturadas de *swap* e pela abertura de relacionamento com novos clientes. No trimestre, o volume negociado de derivativos e câmbio atingiu R$14,8 bilhões.

A área de *Wealth Management* mostrou uma grande capacidade de escalar seus negócios ao longo de 2024, com a prospecção e integração de grandes clientes. Ao final de dezembro de 2024, o *Wealth Under Advisory* atingiu R$ 4,7 bilhões, um crescimento de 108% em relação ao final de dezembro de 2023. Já a soma dos volumes de ativos sob gestão da área de investimentos, contemplando o FIP *Outlet* e FIP *Pet*, atingiu R$ 421 milhões ao final de dezembro de 2024.

Desempenho financeiro consolidado

As receitas totais atingiram R$581,2 milhões em 2024, um crescimento de 33% em relação ao ano anterior. O lucro líquido atingiu R$193,7 milhões, um crescimento de 25% em relação ao ano anterior. Já o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) atingiu 23,8% no ano. A Companhia encerrou o exercício com um patrimônio líquido de R$804,6 milhões.

Outras informações das empresas investidas

O BR Partners Banco de Investimento S/A., investida indireta da Companhia, está sujeito às novas regulamentações estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela Resolução BCB nº 352/23 do Banco Central do Brasil. Essas resoluções estabelecem novos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Os impactos estimados das novas normas, que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, serão divulgados nas demonstrações financeiras do Banco, com impacto estimado de 0,59% sobre o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a operar de acordo com o Banco Central do Brasil.

Iniciativas sociais

A Companhia apoia, através das leis de incentivos fiscais, organizações não governamentais com projetos ligados principalmente à saúde, educação, esporte, diversidade e equidade de gênero. No ano de 2024, a Companhia realizou aportes de incentivos fiscais ao Instituto Ana Rosa (Lei de incentivo FumCad).

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

A Companhia não tem política formal de reinvestimento por parte de seus acionistas e todos os reinvestimentos até aqui verificados foram deliberados pelos acionistas em sede de AGO/AGE.

A política de dividendos da Companhia prevê a distribuição anual do dividendo mínimo obrigatório no valor de 25%, contudo a Companhia pretende remunerar seus acionistas de acordo com a apuração dos resultados auferidos ao longo do exercício, envidando melhores esforços para distribuir dividendos a um percentual superior ao estabelecido pela legislação vigente.

Relacionamento com auditores independentes

Em conformidade com o disposto na Resolução CVM nº 162/22 da Comissão de Valores Mobiliários, a Companhia possui política e processo estabelecido para contratação de auditoria independente, considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência. Ademais, são avaliados aspectos de potenciais conflitos de interesse na contratação da mesma empresa de auditoria para serviços de outras naturezas, de modo a mitigar riscos de perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	Controladora Saldo em 31/12/2024	Controladora Saldo em 31/12/2023	Consolidado Saldo em 31/12/2024	Consolidado Saldo em 31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	2	2	575.235	287.188
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	6a	117.865	101.929	9.273.217	7.718.246
- Títulos públicos		–	–	8.684.734	6.811.802
- Títulos privados		–	–	405.612	741.657
- Cotas de fundos de investimento		117.865	101.929	182.871	164.787
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6b	–	–	2.379.657	1.190.450
- Títulos privados		–	–	1.063.568	707.383
- Cotas de fundos de investimento		–	–	1.316.089	483.067
Instrumentos financeiros derivativos	7a	–	–	1.071.190	236.186
Ativos financeiros ao custo amortizado	8a	–	–	1.576.438	1.198.556
- Operações de crédito		–	–	346.523	199.686
- Outros ativos financeiros ao custo amortizado		–	–	1.229.915	998.870
Dividendos a receber		11.105	12.970	–	–
Outros ativos		54	128	27.260	27.302
Ativo fiscal diferido	18b	3.060	3.060	95.639	25.229
Investimentos em controladas	10	696.170	727.542	–	–
Imobilizado		–	–	42.329	44.063
Intangíveis		–	–	15.522	18.487
Total do ativo		**828.286**	**845.631**	**15.056.487**	**10.745.707**

Passivo	Notas	Controladora Saldo em 31/12/2024	Controladora Saldo em 31/12/2023	Consolidado Saldo em 31/12/2024	Consolidado Saldo em 31/12/2023
Passivos financeiros ao custo amortizado	12	–	–	13.664.510	9.289.745
- Recursos de operações compromissadas		–	–	8.056.208	5.680.720
- Recursos de clientes		–	–	2.627.471	2.057.405
- Recursos de emissão de títulos		–	–	1.841.558	607.683
- Outros passivos financeiros		–	–	1.139.273	943.937
Instrumentos financeiros derivativos	7a	–	–	317.315	425.537
Valores a pagar		2.739	7.245	93.253	88.783
- Fornecedores		237	677	16.022	4.727
- Outros valores a pagar	11	2.502	6.568	77.231	84.056
Impostos a recolher		117	117	12.806	26.749
Passivo fiscal corrente		–	–	15.914	23.848
Passivo fiscal diferido	18b	20.840	17.452	148.099	70.228
Total do passivo		**23.696**	**24.814**	**14.251.897**	**9.924.890**
Patrimônio líquido					
Capital social	13a	674.940	674.940	674.940	674.940
Reserva de capital		(30.193)	(30.193)	(30.193)	(30.193)
Reserva de lucros		169.245	180.317	169.245	180.317
Outros resultados abrangentes		(9.402)	(4.247)	(9.402)	(4.247)
Total do patrimônio líquido		**804.590**	**820.817**	**804.590**	**820.817**
Total do passivo e patrimônio líquido		**828.286**	**845.631**	**15.056.487**	**10.745.707**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

	Notas	Controladora Saldo em 31/12/2024	Controladora Saldo em 31/12/2023	Consolidado Saldo em 31/12/2024	Consolidado Saldo em 31/12/2023
Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros		10.204	7.645	7.049.611	6.310.038
Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros		(218)	(350)	(6.833.214)	(6.120.890)
Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	15	**9.986**	**7.295**	**216.397**	**189.148**
Receitas de prestação de serviços		–	–	364.822	246.665
Total de receitas de prestação de serviços		–	–	**364.822**	**246.665**
Total de receitas	14	**9.986**	**7.295**	**581.219**	**435.813**
Despesas de pessoal		(5.869)	(4.666)	(143.901)	(122.500)
Despesas administrativas	16	(2.386)	(2.738)	(136.658)	(72.045)
Despesas tributárias	17	–	–	(45.052)	(36.705)
Provisão por redução ao valor recuperável		–	–	(14.355)	(1.490)
Outras receitas		3	16	1.253	1.281
Outras despesas		(543)	(422)	(2.178)	(4.588)
Despesas operacionais		**(8.795)**	**(7.810)**	**(340.891)**	**(236.047)**
Resultado não operacional		–	–	(898)	463
Resultado antes dos tributos sobre o lucro e resultados de equivalência patrimonial		**1.191**	**(515)**	**239.430**	**200.229**
Resultado de equivalência patrimonial	10	195.867	157.973	–	–
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**197.058**	**157.458**	**239.430**	**200.229**
Tributos sobre o lucro	18a	(3.388)	(2.374)	(45.760)	(45.145)
Lucro líquido do exercício		**193.670**	**155.084**	**193.670**	**155.084**
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	13c			193.670	155.084
Resultado atribuível as ações ordinárias R$				123.306	98.739
Resultado por ação ordinária R$				0.61	0.49
Resultado atribuível as ações preferenciais R$				70.364	56.345
Resultado por ação preferencial R$				0.61	0.49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

	Controladora Saldo em 31/12/2024	Controladora Saldo em 31/12/2023	Consolidado Saldo em 31/12/2024	Consolidado Saldo em 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**193.670**	**155.084**	**193.670**	**155.084**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(5.155)	111	(5.155)	111
- Ajuste ao valor justo (ORA)	(10.005)	640	(10.005)	640
- Efeitos tributários	4.502	(288)	4.502	(288)
Ajuste de conversão de investimento no exterior	348	(241)	348	(241)
Resultado abrangente do exercício	**188.515**	**155.195**	**188.515**	**155.195**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

Fluxos de caixa de atividades operacionais	Controladora Saldo em 31/12/2024	Controladora Saldo em 31/12/2023	Consolidado Saldo em 31/12/2024	Consolidado Saldo em 31/12/2023
Lucro líquido	**193.670**	**155.084**	**193.670**	**155.084**
Ajustes para:				
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	–	–	(46.131)	(53.314)
Perda por redução ao valor recuperável	–	–	14.355	1.490
Depreciações e amortizações	–	–	7.509	6.727
Impostos diferidos	3.388	2.374	7.461	(6.060)
Provisão para contingências	–	–	162	143
Resultado de participações em controladas	(195.867)	(157.973)	–	–
Despesas de juros – letras financeiras subordinadas	–	–	25.511	165
Lucro líquido ajustado	**1.191**	**(515)**	**202.537**	**104.235**
Variação em:				
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	(15.966)	(10.269)	(1.554.971)	(1.356.361)
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	(943.226)	342.881
Ativos financeiros ao custo amortizado				
- Operações de crédito	–	–	(161.192)	36.361
- Outros ativos financeiros ao custo amortizado	–	–	(231.044)	(961.408)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	–	(1.194.362)	(409.373)
Outros ativos	1.940	36	42	(5.170)
Valores a pagar – fornecedores	(440)	–	11.295	1.382
Passivos financeiros ao custo amortizado				
- Recursos de operações compromissadas	–	–	2.375.488	697.305
- Recursos de clientes	–	–	570.066	760.393
- Recursos de emissão de títulos	–	–	842.650	74.988
- Outros passivos financeiros	–	–	195.336	939.589
Impostos a recolher	–	15	14.359	59.494
Outros valores a pagar	(4.067)	2.390	(568)	7.099
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	**(17.342)**	**(8.343)**	**126.410**	**291.415**
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(36.236)	(58.628)
Caixa líquido gerado (utilizados nas) atividades operacionais	**(17.342)**	**(8.343)**	**90.174**	**232.787**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Integralização de capital em controladas	–	(1.498)	–	–
Dividendos recebidos	222.084	148.437	–	–
Aquisição de imobilizado de uso	–	–	(2.810)	(2.233)
Aquisição de intangível	–	–	–	(5.767)
Caixa gerado (utilizado nas) atividades de investimento	**222.084**	**146.939**	**(2.810)**	**(8.000)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de juros de letras financeiras subordinadas	–	–	(7.186)	–
Passivo de arrendamento	–	–	(6.420)	(2.388)
Emissão de letras financeiras subordinadas	–	–	372.900	72.600
Dividendos pagos	(204.742)	(138.595)	(204.742)	(138.595)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	**(204.742)**	**(138.595)**	**154.552**	**(68.383)**
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**–**	**1**	**241.916**	**156.404**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	1	287.188	77.470
Efeito das mudanças das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	–	–	46.131	53.314
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2	2	575.235	287.188
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**–**	**1**	**241.916**	**156.404**
Informações suplementares dos fluxos de caixa operacionais				
Juros recebidos	–	–	1.236.819	826.401
Juros pagos	–	–	(1.386.180)	(656.957)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua ...



BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Outras reservas de lucros	Outros resultados abrangentes: Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes: Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022	**674.940**	**(30.193)**	**37.249**	**126.579**	**(3.879)**	**(479)**	–	**804.217**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	155.084	155.084
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	352	(241)	–	111
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	**674.940**	**(30.193)**	**37.249**	**126.579**	**(3.527)**	**(720)**	**155.084**	**959.412**
Transações com acionistas e constituição de reservas								
Constituição de reservas								
· Legal	–	–	7.754	–	–	–	(7.754)	–
· Expansão e investimentos	–	–	–	109.532	–	–	(109.532)	–
Dividendos intercalares/intermediários pagos – 2023	–	–	–	(81.897)	–	–	(25.199)	(107.096)
Dividendos adicionais pagos – 2022	–	–	–	(31.499)	–	–	–	(31.499)
Dividendos adicionais propostos – 2023	–	–	–	12.599	–	–	(12.599)	–
Total das transações com acionistas e constituição de reservas	–	–	**7.754**	**8.735**	–	–	**(155.084)**	**(138.595)**
Em 31 de dezembro de 2023	**674.940**	**(30.193)**	**45.003**	**135.314**	**(3.527)**	**(720)**	–	**820.817**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	193.670	193.670
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	(5.503)	348	–	(5.155)
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	**674.940**	**(30.193)**	**45.003**	**135.314**	**(9.030)**	**(372)**	**193.670**	**1.009.332**
Transações com acionistas e constituição de reservas								
Constituição de reservas								
· Legal	–	–	9.683	–	–	–	(9.683)	–
· Expansão e investimentos	–	–	–	95.159	–	–	(95.159)	–
Dividendos adicionais pagos – 2023	–	–	–	(12.599)	–	–	–	(12.599)
Dividendos intercalares/intermediários pagos – 2024	–	–	–	(78.747)	–	–	(31.499)	(110.246)
Dividendos extraordinários pagos	–	–	–	(43.467)	–	–	(38.430)	(81.897)
Dividendos adicionais propostos – 2024	–	–	–	18.899	–	–	(18.899)	–
Total das transações com acionistas e constituição de reservas	–	–	**9.683**	**(20.755)**	–	–	**(193.670)**	**(204.742)**
Em 31 de dezembro de 2024	**674.940**	**(30.193)**	**54.686**	**114.559**	**(9.030)**	**(372)**	–	**804.590**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

	Notas	Controladora: Saldo em 31/12/2024	Controladora: Saldo em 31/12/2023	Consolidado: Saldo em 31/12/2024	Consolidado: Saldo em 31/12/2023
Receitas		**10.207**	**7.661**	**7.401.331**	**6.557.558**
Intermediação financeira		10.204	7.645	7.049.611	6.311.102
Prestação de serviços	14	–	–	364.822	246.665
Perda por redução ao valor recuperável		–	–	(14.355)	(1.490)
Outras		3	16	1.253	1.281
Despesas financeiras		**(218)**	**(350)**	**(6.833.214)**	**(6.120.954)**
Insumos adquiridos de terceiros		**(2.929)**	**(3.160)**	**(126.881)**	**(75.967)**
Materiais, energia e outros		(2.386)	(2.738)	(38.341)	(42.668)
Serviços de terceiros		–	–	(86.362)	(27.711)
Outras despesas operacionais		(543)	(422)	(2.178)	(5.588)
Valor adicionado bruto		**7.060**	**4.151**	**441.236**	**360.637**
Depreciação e amortização		–	–	**(7.509)**	**(6.727)**
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**7.060**	**4.151**	**433.727**	**353.910**
Valor adicionado recebido em transferência		**195.867**	**157.973**	**(898)**	**463**
Resultado de equivalência patrimonial		195.867	157.973	–	–

	Notas	Controladora: Saldo em 31/12/2024	Controladora: Saldo em 31/12/2023	Consolidado: Saldo em 31/12/2024	Consolidado: Saldo em 31/12/2023
Resultado não operacional		–	–	(898)	463
Valor adicionado total a distribuir		**202.927**	**162.124**	**432.829**	**354.373**
Distribuição do valor adicionado		**202.927**	**162.124**	**432.829**	**354.373**
Pessoal		**4.722**	**3.595**	**118.830**	**100.665**
Remuneração direta		4.123	2.947	100.839	86.720
Benefícios		480	409	13.241	9.380
FGTS		119	239	4.750	4.565
Impostos, taxas e contribuições		**4.535**	**3.445**	**115.872**	**94.819**
Federais		4.535	3.445	97.895	86.559
Municipais		–	–	17.977	8.260
Remuneração de capitais de terceiros		–	–	**4.457**	**3.805**
Aluguéis		–	–	4.457	3.805
Remuneração de capitais próprios		**193.670**	**155.084**	**193.670**	**155.084**
Lucro líquido do exercício		193.670	155.084	193.670	155.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional

A BR Advisory Partners Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora" e, em conjunto com suas companhias controladas, "Grupo BR Partners" ou "Grupo"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 – 28º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e ações negociadas em units na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3 S.A.") sob o código BRBI11. Cada unit é composta por 2 ações preferenciais e 1 ação ordinária da Companhia.

Tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, e a administração de bens próprios. Seu controle é exercido pela BR Partners Holdco Participações S.A. ("Holdco"), por meio de acordo de acionistas, o que representa 76,45% das ações ordinárias e 55,01% em 31 de dezembro de 2024 (55,01% em 31 de dezembro de 2023) do capital social total da Companhia.

O Grupo está inserido em um contexto de negócios relacionados à *investment banking*, mercados de capitais, tesouraria para clientes, investimentos e *wealth management*.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (*IASB*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 13 de fevereiro de 2025.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado nas rubricas de "Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros" ou "Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros".

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final de cada período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos nas demonstrações financeiras como receitas ou despesas de juros e ganhos em instrumentos financeiros. Para o investimento no exterior que possua moeda funcional diferente do real, os efeitos da conversão estão registrados no patrimônio líquido na rubrica de "Outros Resultados Abrangentes".

c. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo.

d. Demonstrações financeiras consolidadas

No processo de consolidação das demonstrações financeiras foram eliminadas as participações, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

Destacamos as empresas controladas (diretas e indiretas) incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Controladas diretas	Ramo de atividade	País	% Participação 31/12/2024 [1]	% Participação 31/12/2023 [1]
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	Prestação de Serviços	Brasil	99,99	99,99
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	Prestação de Serviços	Brasil	99,99	99,99
BR Partners Participações Financeiras Ltda.	*Holding* Financeira	Brasil	99,99	99,99
BR Partners Mercados de Capitais Ltda. [3]	Prestação de Serviços	Brasil	99,99	99,99
BR Partners Assessoria em Reestruturação Financeira Ltda. [4]	Prestação de Serviços	Brasil	99,99	99,99
Controladas indiretas				
BR Partners Banco de Investimento S.A.	Banco de investimento	Brasil	99,99	99,99
BR Partners Europe B.V.	Prestação de Serviços	Países-Baixos	100	100
BR Partners Corretora de Seguro Ltda. [4]	Prestação de Serviços	Brasil	99,99	99,99
Fundos de investimento [2]				
Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado	Fundo de investimento	Brasil	100	100
BR Partners Capital	Fundo de investimento	Cayman	100	100

(1) Percentuais inferiores a 100% referem-se à participação da BR Partners Holdco Participações S.A. (Holding).

(2) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Grupo assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

(3) Empresa constituída no primeiro trimestre de 2023, com objetivo de prestar serviços de intermediação de valores mobiliários.

(4) Empresas constituídas no terceiro trimestre de 2023, com objetivo de prestar serviços de reestruturação financeira e comissão sobre intermediação de seguros.

3. Políticas contábeis materiais

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses a partir da data de aplicação, que são conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Para o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, o Grupo realiza: (i) modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros; (ii) mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros; e (iii) requisitos sobre a contabilização de *hedge*, mantendo as principais orientações relacionadas ao reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do *IAS 39*.

Classificação e mensuração de ativos financeiros

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensuração pelo valor justo por meio de resultados ("VJR"), valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e custo amortizado. A classificação depende da análise realizada no modelo de negócio e o teste de Somente Pagamento de Principal e Juros ("SPPJ").

• Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é obter fluxos de caixa contratuais; e

- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais com apenas pagamentos de principal e juros.

O valor contábil desses ativos é ajustado para qualquer provisão para perda esperada reconhecida e a receita de juros desses ativos financeiros está incluída em "Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros", utilizando o método da taxa de juros efetiva.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreende instrumentos financeiros mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, ativos financeiros com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído para refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado se eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio e de dívida

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor, ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos e títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e

- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado pela combinação de obtenção de fluxos de caixa contratuais e pela venda do instrumento financeiro.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. Já os ganhos e perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

i. Avaliação do modelo de negócio e avaliação de SPPJ

A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo com base nas análises do teste de SPPJ.

O modelo de negócios reflete como o Grupo gerencia seus ativos financeiros. Isto é, avalia prospectivamente as perdas esperadas sempre utilizando como critério de provisão os valores/ procedimentos/ metodologias/ dispositivos definidos em nossos manuais internos.

A classificação dos ativos ao custo amortizado refere-se aos ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, sendo que esses fluxos de caixa representam SPPJ, e que não são designados ao valor justo por meio do resultado, são mensurados ao custo amortizado. Essa categoria inclui empréstimos, financiamentos (operações de crédito) e outros recebíveis. Inclui-se também nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários que atendam os critérios desta categoria. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, deduzidos das perdas para redução ao valor recuperável e a receita reconhecida por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, inclui os instrumentos de dívida que em função do modelo de negócios tem como objetivo coletar os fluxos de caixa contratuais ou venda e tenham fluxos de caixa contratuais que correspondam exclusivamente aos pagamentos de principal e juros. Esses instrumentos são reconhecidos pelo valor justo, cujas variações decorrentes desse valor justo são reconhecidas em componente destacado do patrimônio líquido, na rubrica de "Outros resultados abrangentes", deduzido dos efeitos tributários, com exceção das perdas de crédito esperadas e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

ii. Identificação e avaliação de *Impairment*

Modelo de perdas em créditos esperadas: O CPC 48/IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros não classificados como VJR, com base em 12 meses ou por toda a vida da operação. Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia adotou os critérios de *default* e aumento significativo de risco de crédito e levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas esperadas, as características de risco de crédito das operações, seus segmentos de atuação e dos clientes, sua taxa histórica de inadimplências, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área de atuação da Companhia.

Para o critério de *default* a Companhia adota 90 dias de atraso, quanto ao critério de aumento significativo de nível de risco, a Companhia considera o diferencial de dois pontos para cima entre a classificação inicial de nível de risco da operação e a avaliação de nível de risco atual. Esse diferencial pode ser dado pela avaliação do *rating* do cliente pela Área de Crédito com a posterior aprovação em Comitê de Crédito. A Companhia avalia o perfil de risco de cada cliente sempre levando em consideração os seguintes tópicos, entre outros aspectos: i) perfil da empresa; ii) setor de atuação; iii) desempenho macroeconômico; e iv) estrutura da operação e suas garantias.

c. Instrumentos financeiros derivativos e *Hedge Accounting*

Derivativos

Essas operações são registradas e custodiadas na B3 S.A.. A área de gestão de riscos monitora diariamente o enquadramento do Grupo aos parâmetros definidos na Política de Riscos. Essa política tem como objetivo estabelecer as tolerâncias

continua ....



BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do Comitê de Gestão do Grupo BR Partners às exposições ao risco de mercado, definir as técnicas para efetivamente gerenciar, mitigar e prevenir a exposição excessiva ao risco de mercado. O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado com base nos preços de mercado dos seus ativos-objetos ("mark-to-market"). As informações utilizadas são de fontes oficiais e a metodologia de apuração respeita o que foi aprovado internamente pela Diretoria e área de riscos. As operações atualmente têm como objetivo compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos e são contabilizadas pelo valor justo em contas patrimoniais, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos contratos ou valores referenciais são registrados em contas de compensação. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As operações que utilizam instrumentos financeiros para *hedge* de carteira, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Hedge Accounting

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para fins de *Hedge Accounting* estão registrados no Banco, classificado como *Hedge* de valor justo, baseado na estratégia de mitigar riscos de taxas de juros das captações, operando com contratos futuros de DI e DAP, como forma de compensar as exposições às variações no valor justo. Os riscos protegidos e os seus limites são definidos em comitê. O Banco determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos esteja em sentidos opostos e nas mesmas proporções. O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%. Para avaliar a eficácia da estratégia, o Grupo adota a metodologia do "*dollar offset method*", que consiste em calcular a diferença entre a variação do valor justo do instrumento de *hedge* versus a variação no valor justo do objeto de *hedge* atribuído às alterações na taxa de juros.

O Grupo mantém estrutura de *hedge* de valor justo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme evidenciado na nota explicativa 7e.

d. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Móveis e equipamentos de uso	10 anos
Direito de uso de imóvel [1]	10 anos
Equipamentos de informática e telefonia	5 anos

[1] Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

e. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são representados pelo ágio pago para operar e exercer as atividades privativas de Instituições Financeiras anteriormente realizadas pelo Banco Porto Seguro S.A. no processo de cisão parcial registrada na Ata de Assembleia de Sócios do dia 30 de abril de 2012, e registrado na BR Partners Participações Financeiras Ltda. controladora do BR Partners Banco de Investimento S.A. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzido pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As licenças de *software* adquiridas também fazem parte do intangível e são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por *impairment* acumuladas. A amortização, quando determinada, é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças de *software* adquiridas durante a vida útil estimada em contrato.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Softwares e outros intangíveis	1 a 5 anos
Ágio – licença adquirida	indeterminado

f. Passivos financeiros

Os passivos são demonstrados pelos fluxos de caixa conhecidos ou calculáveis, deduzido das correspondentes despesas a apropriar e acrescido dos encargos e variações monetárias (em base "*pro-rata*") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

g. Tributos sobre lucros

As despesas de tributos sobre lucros compreendem o imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social ("CSLL") correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Para a Controladora e a BR Partners Assessoria Financeira Ltda., o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Para o BR Partners Banco de Investimento S.A., a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro tributável.

Para as empresas BR Partners Gestão de Recursos Ltda., BR Partners Mercados de Capitais Ltda., BR Partners Assessoria em Reestruturação Financeira Ltda. e BR Partners Corretora de Seguros Ltda. utiliza-se o método do lucro presumido para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social, aplicando as taxas nominais sobre o lucro presumido apurado com base em suas receitas operacionais e sobre suas receitas financeiras, sendo 32% de presunção de lucro, 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 60 por trimestre e 9% para a contribuição social, respectivamente.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

h. Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados conforme segue:

Passivos contingentes: são constituídos levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o Grupo provisiona a integralidade do processo, para perda avaliada como possível, apresenta-os em nota explicativa, e para perda avaliada como remoto, não há divulgação nas demonstrações financeiras.

Os registros de processo judicial de natureza ativa e passiva no âmbito cível, tributário e trabalhista estão apresentados na nota explicativa 20b.

i. Arrendamento

Conforme CPC 06(R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação. Assim, a Companhia passa a reconhecer os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os imóveis e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de pagar o arrendamento de tais imóveis.

j. Capital social

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais e o direito de receber um dividendo mínimo obrigatório de acordo com as diretrizes do Estatuto Social da Companhia, bem como pela Lei 6.404/76.

k. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

l. Receita de contrato com cliente

O reconhecimento da receita ocorre quando o serviço é concluído e entregue ao cliente.

Reconhecimento de receitas com prestação de serviços

A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços, bem como o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato.

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes:

Tipo de serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho	Política de reconhecimento da receita
Comissão estruturação e colocação de títulos	Comissão sobre colocação e intermediação de títulos no mercado e por diversos tipos de serviços financeiros. Atua na estruturação e distribuição de produtos financeiros desenvolvidos especificamente de acordo com as necessidades de cada cliente.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, no momento da colocação do título, por meio de taxas e percentuais de comissão contratuais, sendo também estipulado em contrato a data de pagamento.
Administração e gestão de ativos	A BR Partners assessora seus clientes no processo de gestão de ativos e administração de carteiras de fundos, bem como no segmento de *wealth management*.	O reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelo recebimento mensal de taxas de gestão cobradas pelo serviço prestado.
Assessoria e consultoria financeira – *Investment Banking*	A BR Partners oferece serviços de consultoria financeira e estratégica relacionada a fusões e aquisições, captação de recursos, parcerias estratégicas, *joint ventures* e reestruturação societária.	O reconhecimento da receita se dá em um momento específico do tempo, quando há o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato. Reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelas obrigações firmadas em contrato, na assessoria financeira e apoio na reestruturação de negócios.

m. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente e as informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da controladora e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que essas empresas possuem recursos para dar continuidade os seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras em CPC/IFRS foram preparadas com base nesse princípio.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistem, principalmente, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Os instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, utilizamos nosso próprio julgamento para chegar a mensuração do valor justo.

Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos. A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação. Para uma discussão detalhada da determinação do valor justo de instrumentos financeiros, vide Nota 3n.

Ativos fiscais diferidos

Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração nas projeções de lucros futuros e determinação da expectativa do tempo de realização.

Redução ao valor recuperável do ágio ("*impairment*")

O Grupo avalia se o valor contábil corrente do ágio sofreu redução ao seu valor recuperável, pelo menos uma vez ao ano. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa ("UGCs") independentes e a alocação de ágio para essas unidades.

A modelagem econômico-financeira foi conduzida de forma a demonstrar sua capacidade de geração de caixa estimada no período considerado sob plenas condições operacionais e administrativas, com as seguintes premissas:

- O fluxo de caixa livre foi projetado analiticamente para um período de 8 anos e considerada a perpetuidade após 2027, com crescimento nominal de 5,7%, percentual referente a 31 de dezembro de 2024;
- Para o período anual, foi considerado o ano fiscal de 1 de janeiro até 31 de dezembro;
- Para o cálculo do valor presente, foi considerada a convenção de meio ano (*mid-year Convention*) ou seja, considera-se que os fluxos de caixa são gerados linearmente ao longo do ano e que, portanto, a metade do ano (*mind-year point*) é aquele que melhor representa o ponto médio de geração de caixa da Companhia; e
- O fluxo foi projetado em moeda corrente e o valor presente calculado com taxa de desconto nominal (considerado a inflação).

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia *Capital Asset Pricing Model* ("CAPM"), na qual o custo de capital é estimado com base no retorno estimado exigido pelos acionistas da Companhia.

O cálculo do valor operacional é a partir do fluxo de caixa dos dividendos projetados para os próximos 8 anos e do valor residual do Banco a partir de então (considerando uma taxa de crescimento na perpetuidade "g" de 6,5%, percentual referente a 31 de dezembro de 2024), descontados estes valores a valor presente, utilizando a taxa de desconto nominal.

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 8 anos e perpetuidade.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia realizou o teste anual de *impairment* da sua UGC e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.

Passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente e são constituídas levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o Grupo provisiona a integralidade do processo.

n. Estimativa de valor justo

A Companhia classifica o valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – A avaliação utiliza informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – A avaliação utiliza informações significativas que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

i. Classificação contábil e valores justos

Controladora	VJR	Custo Amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo em 31/12/2024
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	–	2	2	–	–	–	–
Cotas de fundos de investimento [1]	117.895	–	117.895	–	–	117.895	117.895
Total	117.895	2	117.897	–	–	117.895	117.895

Controladora	VJR	Custo Amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo em 31/12/2023
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	–	2	2	–	–	–	–
Cotas de fundos de investimento [1]	101.929	–	101.929	–	–	101.929	101.929
Total	101.929	2	101.931	–	–	101.929	101.929

Consolidado	VJR	VJORA	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo em 31/12/2024
Ativos financeiros								
Títulos públicos								
- Letras financeiras do tesouro (LFT)	354.910	–	–	354.910	354.910	–	–	354.910
- Letras do tesouro nacional (LTN)	425.016	–	–	425.016	425.016	–	–	425.016
- Notas do tesouro nacional (NTN-B)	7.884.500	–	–	7.884.500	7.884.500	–	–	7.884.500
- Títulos públicos de governos estrangeiros	20.308	–	–	20.308	20.308	–	–	20.308
Derivativos								
- Swap	834.744	–	–	834.744	–	743.896	90.848	834.744
- NDF (*non-deliverable forward*)	196.357	–	–	196.357	–	196.357	–	196.357
- Opções	18.817	–	–	18.817	–	–	18.817	18.817
- Futuros	21.272	–	–	21.272	21.272	–	–	21.272
Títulos privados								
- Certificados de recebíveis imobiliários	152.762	857.201	–	1.009.963	–	1.009.963	–	1.009.963
- Certificados de recebíveis do agronegócio	64.427	30.012	–	94.439	–	94.439	–	94.439
- Debêntures	97.906	75.688	–	173.594	–	173.594	–	173.594
- Cédula do produto rural	–	74.766	–	74.766	–	74.766	–	74.766
- Notas comerciais	–	25.901	–	25.901	–	25.901	–	25.901
- Cédula de crédito imobiliário	90.517	–	–	90.517	–	90.517	–	90.517
Cotas de fundo de investimento [1]								
- Cotas de fundo de investimento	182.871	1.316.089	–	1.498.960	61.059	1.320.007	117.895	1.498.961
Operações de crédito e outros créditos	–	–	346.523	346.523	–	–	–	–
Outros ativos financeiros ao custo amortizado								
- Câmbio	–	–	1.139.273	1.139.273	–	–	–	–
- Serviços a receber	–	–	83.821	83.821	–	–	–	–
- Reembolso de clientes	–	–	33	33	–	–	–	–
- Outros	–	–	6.788	6.788	–	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	575.235	575.235	–	–	–	–
Total	10.344.407	2.379.657	2.151.673	14.875.737	8.767.065	3.729.440	227.560	12.724.065
Passivos financeiros								
- Recursos de clientes	–	–	2.827.471	2.827.471	–	–	–	–
- Recursos de emissão de títulos	–	–	1.841.558	1.841.558	–	–	–	–
- Recursos de operações compromissadas	–	–	8.056.208	8.056.208	–	–	–	–
- Outros passivos financeiros	–	–	1.139.273	1.139.273	–	–	–	–
Derivativos								
- *Swap*	170.417	–	–	170.417	–	170.417	–	170.417
- *NDF (non-deliverable forward)*	107.118	–	–	107.118	–	107.118	–	107.118
- Opções	17.837	–	–	17.837	–	–	17.837	17.837
- Futuros	21.943	–	–	21.943	21.943	–	–	21.943
Total	317.315	–	13.864.510	13.981.825	21.943	277.535	17.837	317.315

continua ...

Eufrázio



BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	VJR	VJORA	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo em 31/12/2023
Ativos financeiros								
Títulos públicos								
· Letras financeiras do tesouro (LFT)	251.984	–	–	251.984	251.984	–	–	251.984
· Notas do tesouro nacional (NTN-B)	6.530.897	–	–	6.530.897	6.530.897	–	–	6.530.897
· Títulos públicos de governos estrangeiros	28.921	–	–	28.921	28.921	–	–	28.921
Derivativos								
· Swap	110.772	–	–	110.772	–	110.772	–	110.772
· NDF (*non-deliverable forward*)	98.664	–	–	98.664	–	98.664	–	98.664
· Opções	4.924	–	–	4.924	–	–	4.924	4.924
· Futuros	21.826	–	–	21.826	21.826	–	–	21.826
Títulos privados								
· Certificados de recebíveis imobiliários	228.927	315.982	–	544.909	–	544.909	–	544.909
· Certificados de recebíveis do agronegócio	64.626	28.537	–	93.163	–	93.163	–	93.163
· Debêntures	139.199	187.806	–	327.005	–	327.005	–	327.005
· Cédula do produto rural	–	49.904	–	49.904	–	49.904	–	49.904
· Notas comerciais	–	125.154	–	125.154	–	125.154	–	125.154
· Cédula de crédito imobiliário	308.905	–	112.071	420.976	–	308.905	–	308.905
Cotas de fundo de investimento [1]								
· Cotas de fundo de investimento	164.787	483.067	–	647.854	67.600	478.326	101.929	647.855
Operações de crédito e outros créditos	–	–	199.686	199.686	–	–	–	–
Outros ativos financeiros ao custo amortizado								
· Câmbio	–	–	943.937	943.937	–	–	–	–
· Serviços a receber	–	–	50.733	50.733	–	–	–	–
· Reembolso de clientes	–	–	3.724	3.724	–	–	–	–
· Outros	–	–	477	477	–	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	287.188	287.188	–	–	–	–
Total	**7.954.432**	**1.190.450**	**1.597.816**	**10.742.698**	**6.901.228**	**2.136.802**	**106.853**	**9.144.883**
Passivos financeiros								
· Recursos de clientes	–	–	2.057.405	2.057.405	–	–	–	–
· Recursos de emissão de títulos	–	–	607.683	607.683	–	–	–	–
· Recursos de operações compromissadas	–	–	5.680.720	5.680.720	–	–	–	–
· Outros passivos financeiros	–	–	943.937	943.937	–	–	–	–
Derivativos								
· *Swap*	292.922	–	–	292.922	–	292.922	–	292.922
· *NDF (non-deliverable forward)*	104.673	–	–	104.673	–	104.673	–	104.673
· Opções	4.561	–	–	4.561	–	–	4.561	4.561
· Futuros	23.381	–	–	23.381	23.381	–	–	23.381
Total	**425.537**	**–**	**9.289.745**	**9.715.282**	**23.381**	**397.595**	**4.561**	**425.537**

[1] Para os Fundos de Investimento em Participações ("FIP") que integram os valores da rubrica de "Cotas de fundo de investimento", foi emitido laudo de avaliação por empresa especializada – com objetivo de apoiar a conclusão da Administração na avaliação de perda por redução ao valor recuperável – cuja conclusão não indicou redução ao valor recuperável (*impairment*) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

ii. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo – Nível 2

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado (títulos públicos e privados)	Títulos públicos: A metodologia utilizada para o cálculo de valor justo dos títulos públicos consiste em capturar as taxas e curvas divulgadas pelo mercado para cada vencimento de título público, obtendo assim o *MtM* (*Mark to Market*) ao multiplicar pela quantidade existente em carteira. Títulos privados: A metodologia utilizada para o cálculo de valor justo dos títulos privados consiste em capturar as taxas dos respectivos indexadores (Pré, CDI, IPCA, IGPM, etc.), calcula-se então os juros e o valor futuro das operações multiplicando pelo principal, e após capturar suas respectivas curvas, obtém-se então o *MtM* trazendo a valor presente pela respectiva curva no vencimento do título.	Não aplicável	Não aplicável
Instrumentos financeiros derivativos (*Swap, NDF*)	Modelos de Swap: O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de Swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar Swap de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito do Grupo e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de *Credit Default Swaps* ou preços atuais de títulos negociados. *Swap* de fluxo de caixa: o valor justo (MtM) corresponderá ao somatório dos MtMs de cada fluxo (conforme metodologia descrita acima), onde a data de início e de vencimento dos fluxos serão aplicadas em substituição a data inicial e de vencimento da operação, e também o saldo remanescente em substituição ao principal. NDF: O produto NDF (Non Deliverable Forward), ou mesmo Contrato a Termo, é um contrato de balcão de compra e venda futura de um ativo objeto, por paridade negociada entre as partes. Por ser um contrato de balcão, o tamanho do contrato, bem como a data de vencimento são livremente pactuados entre os participantes. Ademais, a liquidação se dá exclusivamente por diferença (liquidação financeira) entre o preço de mercado na data de vencimento do contrato (ou outras datas, no caso de asiático) e o preço acordado (no caso de posição comprada para posição vendida, é o oposto), não havendo, desta forma, a entrega física do ativo objeto. O valor justo de uma NDF é obtido estimando um valor futuro com base no preço atual do ativo objeto, levado até o vencimento pelas respectivas curvas construídas a partir de fontes similares e que refletem as taxas de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado e trazidas a valor presente pela respectiva curva de mercado.	Não aplicável	Não aplicável

iii. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo – Nível 3

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado – Cotas de fundo de investimento em participações	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco.	Os fundos de investimentos em participações que possuem investimentos em companhias de empreendimentos imobiliários e comerciais, nas quais dependem de fatores não observáveis de mercado, que utiliza entre outras premissas as expectativas e projeções de resultados futuros, taxas de crescimentos, taxas de descontos e taxas de inflação entre outros.	O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se: · o fluxo de caixa esperado fosse maior (menor); ou · a taxa de desconto ajustada ao risco fosse menor (maior).
Instrumentos financeiros derivativos – Opções	O valor justo (preço) de uma opção, ou seja, o seu prêmio é dado pela possibilidade de exercício da mesma. De um modo mais específico, ele é dado pela possibilidade imediata de exercício ou pela possibilidade de ser exercida posteriormente. Assim, o apreçamento do prêmio consiste em dois tipos de valores, respectivamente: • Valor intrínseco: que só existe quando o valor do ativo no mercado à vista for superior ao preço de exercício no caso de opção de compra e ao contrário para a opção de venda. Portanto, uma opção *in-the-money* possui valor intrínseco. • Valor temporal: é a diferença entre o prêmio e o valor intrínseco da opção. De modo que esse valor depende do preço do ativo objeto, tempo de vencimento da opção, da volatilidade esperada das cotações do ativo objeto, da taxa de juros e no caso da ação como ativo objeto, os dividendos esperados como demonstrado abaixo: Preço do ativo objeto: de acordo com a relação do preço do ativo objeto no mercado à vista com o preço de exercício da opção, as opções podem ser classificadas como: i. Opção *in-the-money* (dentro do dinheiro): preço do ativo objeto é superior ao preço de exercício da opção no caso da opção de compra e inferior no caso da opção de venda; ii. Opção *at-the-money* (no dinheiro): preço do ativo objeto é igual ao preço de exercício da opção para opção de compra e venda; iii. Opção *out-of-the-money* (fora do dinheiro): preço do ativo objeto é inferior ao preço de exercício da opção para opção de compra e superior para opção de venda. • Tempo: quanto maior o tempo para o vencimento da opção, maior é o valor do prêmio, pois maior será a probabilidade de exercício; • Volatilidade: quanto maior e mais frequentes as oscilações de preço, maior será a imprevisibilidade de exercício e, portanto, maior será o risco do lançador o que decorre em um prêmio maior também; • Taxa de Juros: representa o custo de oportunidade de adquirir o ativo objeto, de modo que quanto maior esse custo do dinheiro mais vantajoso se torna comprar a opção do que comprar diretamente o ativo objeto. No caso da opção de compra essa relação é inversa. • Dividendo: quanto maior é a expectativa do pagamento de dividendos maior será o benefício de adquirir a ação e, portanto, maior será o prêmio da opção. O valor temporal reduz-se gradualmente até atingir o valor zero na data de vencimento da opção.	Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (Opções) classificados como Nível 3 são: • taxas de juros, • preços de ativo objeto e • a volatilidade	Variações significativas em quaisquer desses *inputs* isolados ou combinados podem resultar em alterações significativas no valor justo
Instrumentos financeiros derivativos – Swap	Os ajustes a valor justo, provenientes dos custos de financiamentos de determinados contratos de derivativos, refletem as mudanças no valor justo desses contratos dado o seu perfil de fluxo de caixa no tempo e/ou pelas garantias atreladas.	Os dados não observáveis utilizados na metodologia de valor justo de alguns swaps estão relacionados às taxas de captação interna.	Variações significativas nas taxas de captação interna podem resultar em alterações relevantes no valor justo

iv. Conciliação dos valores justos de Nível 3

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de todos os ativos e passivos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3) durante os anos de 2024 e 2023:

• Cotas de fundos de investimento

	VJR FIP Outlet (1)	VJR BR FIM (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**75.948**	**15.712**	**91.660**
Aquisição de cotas [2]	–	3.000	3.000
Variação líquida no valor justo	4.271	2.998	7.269
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**80.219**	**21.710**	**101.929**
Aquisição de cotas [3]	–	6.000	6.000
Variação líquida no valor justo	7.736	2.230	9.966
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**87.955**	**29.940**	**117.895**

(1) Vide nota de rodapé apresentada na nota explicativa 3n(i).
(2) Cotas adquiridas em 15 de setembro de 2023.
(3) Cotas adquiridas em 27 de julho de 2024.

• Opções

	VJR – Opções Ativo	VJR – Opções Passivo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.657**	**(2.762)**	**(1.105)**
Prêmios pagos (recebidos)	8.564	(7.746)	818
Variação líquida no valor justo	(1.921)	2.701	780
Resultado líquido no período	(3.376)	3.246	(130)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4.924**	**(4.561)**	**363**
Prêmios pagos (recebidos)	59.693	(81.331)	(21.638)
Variação líquida no valor justo	(5.475)	14.050	8.575
Resultado líquido no período	(40.325)	54.005	13.680
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**18.817**	**(17.837)**	**980**

• Swap

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–
Novas operações	59.046
Variação líquida no valor justo	31.802
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**90.848**

v. Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados como Nível 3

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. Dada a subjetividade descrita acima e o pequeno número desses instrumentos na carteira da Companhia, a análise de sensibilidade é executada individualmente para cada instrumento financeiro.

4. Gerenciamento de risco

No curso normal de suas operações, o Grupo está exposto a diversos riscos financeiros, sendo divididos em: mercado, crédito, liquidez e gestão de capital. As políticas de gestão de risco do Grupo visam definir um conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes ao gerenciamento de riscos, alinhado com a estratégia de negócios das empresas que fazem parte do Grupo BR Partners. Esses riscos contam com uma estrutura de políticas e com os seguintes comitês: Comitê de Risco e Compliance, Comitê de Crédito, Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) e Comitê de Underwriting, observando-se as suas responsabilidades e atribuições. Para a efetividade do gerenciamento de risco, a estrutura prevê a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e a correlação entre os riscos. Os limites são monitorados pela área de Gestão de Riscos. A área Gestão de Riscos se reporta diretamente à Diretoria, atuando, portanto, de forma independente das áreas de negócio.

a. Limites operacionais

A Gestão de Capital é exercida pela Administração do Grupo BR Partners e visa assegurar que a análise da suficiência do

continua ...



BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

capital (índice de basileia) seja feita de maneira independente e técnica, levando em consideração os riscos existentes e os inerentes no planejamento estratégico.

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Patrimônio de Referência (PR) – (a)	**1.077.498**	**747.889**
Nível I	**833.550**	**675.124**
Capital principal	613.508	675.124
Capital complementar	220.042	–
Nível II	**243.948**	**72.765**
Letras Financeiras Subordinadas Elegíveis a Capital	243.948	72.765
Exposição total ponderada pelo risco – (b)	**5.992.233**	**4.117.764**
Risco de Crédito	3.812.736	2.527.930
Risco de Mercado	1.750.868	1.254.485
Risco Operacional	428.629	335.349
Índice de Basileia – (a/b)	**17,9%**	**18,2%**
Capital de Nível I	13,9%	16,4%
Capital de Nível II	4,0%	1,8%

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os limites estão enquadrados de acordo com o mínimo requerido pelo Banco Central do Brasil (mínimo requerido 10,5%).

b. Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de incorrer em perdas devido a flutuações adversas de preços, taxas de mercado, ações e *commodities* nas posições da carteira do Grupo. A gestão de risco de mercado é definida como o processo contínuo de identificação, mensuração, avaliação, mitigação, monitoramento e reporte das exposições decorrentes de posições detidas em câmbio, taxas de juros, ações e *commodities*, com o objetivo de mantê-las dentro dos limites regulatórios e de gestão que são estabelecidos nos respectivos comitês internos e reportados à Diretoria.

i. Gerenciamento de risco de mercado

O Grupo segrega suas exposições ao risco de mercado entre carteiras *Trading* e *Banking*. A carteira de *Trading* inclui posições proprietárias, que são representados por instrumentos financeiros ativos e passivos geridos com base no valor justo. A carteira *banking* é predominantemente caracterizada por operações do negócio bancário e relacionadas à gestão de instrumentos financeiros ativos (títulos e valores mobiliários) e passivos (captação) do Grupo.

O Comitê de Ativos e Passivos ("ALCO") é o responsável por estabelecer limites para cada tipo de risco em agregado e por tipo de carteiras, mitigando e prevenindo a exposição ao risco de mercado. A política de risco de mercado, revisada anualmente, define a estrutura de gestão de risco de mercado.

ii. Exposições ao Risco de Mercado – Carteira *Trading*

Os principais tipos de riscos dessa carteira são câmbio, taxas de juros, índice de preços e taxas de inflação. A ferramenta utilizada para medir e controlar a exposição ao risco de mercado na carteira de *trading* do Grupo é o *Value-at-Risk* ("*VaR*"). O *VaR* de uma carteira *trading* é a perda máxima estimada que pode ocorrer com uma probabilidade especificada (nível de confiança), durante um período determinado, considerando movimentos adversos do mercado. O modelo de *VaR* utilizado pelo Grupo é o paramétrico, baseado em um nível de confiança de 99%, para perdas diárias.

O modelo de *VaR* utilizado é baseado em uma abordagem paramétrica, com as volatilidades diárias calculada para cada fator de risco através da metodologia *EWMA ("Exponentially Weighted Moving Average")*, aplicando-se um fator *Lambda* de 0,96 (com base em um período efetivo de 126 observações). Além disso, calcula-se a correlação entre os retornos diários dos fatores de riscos, resultando na criação de uma matriz de correlação que é aplicada no cálculo do *VaR* da carteira.

Embora o *VaR* é uma importante ferramenta para mensurar o risco de mercado, as premissas nas quais o modelo é baseado possuem algumas limitações, incluindo:

- O uso de volatilidades e correlações, com base em dados históricos, para prever o comportamento futuro dos fatores de riscos pode não fornecer resultados precisos, especialmente se houver dados insuficientes de períodos de intensa volatilidade nos mercados financeiros;
- Um nível de confiança de 99% não reflete perdas que podem ocorrer além desse nível. Mesmo dentro do modelo utilizado, há uma probabilidade de 1% de que das perdas possam exceder o *VaR* calculado;
- O *VaR* é calculado no final do dia e não reflete exposições que podem surgir em posições durante o dia de negociação.

A estrutura geral dos limites de *VaR* está sujeita à revisão e aprovação pelo ALCO e sua mensuração é realizada diariamente, de modo a garantir o devido monitoramento do risco de mercado. Mensalmente são submetidos relatórios para aprovação do ALCO e, também, são realizados *back-testing* como forma de validar os modelos calculados.

Apresentação dos valores de VaR (no ano) – Carteira Trading

(Em milhares de Reais)	Fechamento 31/12/2024	31/12/2023
- Taxa de Juros	177	15
- Índice de Preços/Taxa de inflação	541	125
- Moeda Estrangeira	113	512
- Outros	180	46
Total sem correlação	**1.011**	**698**
Total com correlação	**696**	**364**

iii. Exposições ao Risco de Mercado – Carteira *Banking*

O principal risco ao qual a carteira *banking* está exposta é o risco de perda devido a flutuações nos fluxos de caixa futuros ou no valor justo dos instrumentos financeiros por causa de uma mudança nas taxas de juros de mercado, índice de preços e taxa de inflação. O ALCO é o comitê responsável pelo monitoramento e conformidade dos limites diários para essa carteira.

Os riscos da carteira *Banking* são calculados com base nos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros elegíveis, com base na metodologia Delta NII, conforme estabelecido pelo regulador. A análise de sensibilidade para instrumentos na carteira *Banking* sujeitos ao risco de mercado, inicia-se com a classificação das exposições por fatores de riscos. O Grupo aplica choques paralelos nas respectivas curvas de juros como metodologia de análise de sensibilidade, acompanhando o comportamento das exposições e os *gaps* de cada fator de risco. A metodologia utilizada para definir as mudanças razoavelmente possíveis nos fatores de riscos para um período de 1 ano, considera intervalos de probabilidade de 95% e 99%, com base em um período histórico de 10 anos para cada fator de risco.

Para analisar a sensibilidade, foram definidos possíveis cenários de *stress*, cujos choques foram aplicados às operações contidas na carteira *Banking*, considerando as mudanças que afetariam negativamente as posições do Grupo, com base nos dados de mercado nas respectivas datas.

Os choques utilizados em cada cenário estão descritos abaixo (em Delta NII de milhares de Reais):

Taxa de Juros

Os fatores de risco estão relacionados com instrumentos financeiros (ativos e passivos) que são sensíveis a alterações nas taxas de juros. Os choques foram calculados considerando os fluxos de caixa desses instrumentos financeiros.

- Cenário 1: +11pb (0,1% a.a.) na taxa de juros em Reais.
- Cenário 2: +54pb (0,5% a.a.) na taxa de juros em Reais.
- Cenário 3: +69pb (0,7% a.a.) na taxa de juros em Reais.

Carteira	31/12/2024 Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	31/12/2023 Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Banking	2.925	13.888	17.690	2.427	11.523	14.678
Total	2.925	13.888	17.690	2.427	11.523	14.678

Índice de Preços/Taxa de Inflação

São exposições sensíveis a variações nas taxas de cupom relacionadas a índices de preços e taxa de inflação. Os choques foram calculados sobre os fluxos de caixa dos instrumentos financeiros (ativos e passivos).

- Cenário 1: +20pb (0,2% a.a.) no índice de preços/taxa de inflação em Reais.
- Cenário 2: +57pb (0,6% a.a.) no índice de preços/taxa de inflação em Reais.
- Cenário 3: +83pb (0,8% a.a.) no índice de preços/taxa de inflação em Reais.

Carteira	31/12/2024 Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	31/12/2023 Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Banking	4.444	12.527	18.304	1.866	5.541	8.087
Total	4.444	12.527	18.304	1.866	5.541	8.087

c. Risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A mensuração e o acompanhamento das exposições ao risco de crédito abrangem todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas, eventuais riscos de liquidação das operações, entre outros. O Grupo avaliou que o risco de crédito dos ativos financeiros não aumentou significativamente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com relação aos contratos com cliente.

O Risco de Crédito é monitorado utilizando, principalmente, as seguintes métricas:

- Exposição potencial futura para derivativos;
- Exposição corrente de crédito (valor presente das operações);
- Enquadramento nos limites de risco de crédito, tanto individuais e consolidados; e
- Concentração da carteira, segregando as operações por tipo de produto, prazo, grupo econômico, tamanho, setor de atuação e região geográfica.

O risco de crédito do Grupo decorre das operações estruturadas como Debêntures, Cédulas de Crédito Bancário ("CCB"), Cédulas de Crédito Imobiliários ("CCI"), Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI"), Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), Cédula do Produto Rural ("CPR"), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") e Notas Comerciais ("NC"). Adicionalmente, a fim de oferecer proteção de caixa para os fluxos dos clientes, a Companhia também realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplências dessas contrapartes.

O critério adotado para a inadimplências parte da análise inicial da qualidade de crédito da contraparte, estimando um *rating* para o cliente, o limite a ser concedido e as garantias que serão exigidas de acordo com o risco que o cliente representa e com base nestes dados são estimadas as perdas decorrentes de inadimplência daquela contraparte.

A Companhia avaliou que o risco de crédito dos ativos financeiros não aumentou significativamente na data do relatório, com relação aos contratos com cliente. Para os títulos privados, o Grupo avaliou o risco de crédito e concluiu que a perda por redução do valor recuperável é de R$ 15.806 para os próximos 12 meses (R$ 7.201 em 31 de dezembro de 2023). No nível da controladora não há nenhum saldo a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

Reversão por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidos no exercício foram:

Qualidade do crédito dos ativos financeiros

i. Exposição ao risco de crédito

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Ativo financeiro ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	2	2
brAAA [1]	2	2

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado		
Títulos públicos	**8.684.734**	**6.811.802**
brAAA [1]	8.664.426	6.782.879
A-1+	20.308	28.923
Títulos privados	**405.612**	**741.657**
AA [2]	111.240	235.849
A [2]	175.822	203.012
B [2]	118.550	302.796
Cotas de fundos de investimentos [2]	**23.087**	**37.209**
B [2]	4.983	13.164
C [2]	18.104	24.045
Derivativos	**1.071.190**	**236.186**
AA [2]	122.338	105.560
A [2]	608.848	23.385
B [2]	317.384	80.491
Outras contrapartes [3]	22.620	26.750
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Títulos privados	**1.063.568**	**707.383**
AA [2]	282.969	12.703
A [2]	300.252	287.484
B [2]	434.110	407.196
C [2]	28.697	–
D [2]	17.540	–
Cotas de fundos de investimentos	**1.296.920**	**441.117**
AA [2]	271.596	404.811
A [2]	875.894	–
B [2]	130.132	11.025
C [2]	19.298	25.281

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Ativo financeiro ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	**575.235**	**287.188**
brAAA [1]	28.378	113.526
AA	546.857	173.662
Operações de crédito e outros	**346.523**	**199.686**
AA [2]	268.566	8.775
A [2]	63.070	166.369
B [2]	14.887	24.542
Contas a receber e outros ativos financeiros	**83.822**	**50.733**
Contrapartes sem classificação externa de crédito [4]	83.822	50.733

[1] Os *ratings* foram baseados na avaliação de mercado de escala nacional pela *S&P – Standard & Poor's Financial Services LLC.*

[2] Antes de aceitar qualquer novo cliente, uma equipe dedicada responsável pela determinação dos limites de crédito utiliza um sistema de pontuação de crédito interno ou externo para avaliar a qualidade de crédito do potencial cliente e definir limites de crédito por cliente. Os limites e pontuações atribuídos aos clientes são revisados e aprovados pelo comitê de risco de crédito. Para minimizar o risco de crédito, o Grupo adotou uma política de lidar apenas com contrapartes solventes e obter garantias suficientes, quando apropriado, como forma de mitigar o risco de perdas financeiras por incumprimento. O Grupo apenas transaciona com entidades com classificação equivalente a grau de investimento. As informações de classificação de crédito são fornecidas por agências de classificação independentes quando disponíveis e, se não estiverem disponíveis, o Grupo utiliza outras informações financeiras disponíveis publicamente e os seus próprios registos comerciais para avaliar os seus principais clientes. O Grupo avalia o perfil de risco de cada cliente, considerando sempre os seguintes fatores: i) perfil de negócio e perfil financeiro da empresa; ii) setor de atividade; iii) desempenho econômico-financeiro; iv) estrutura da operação e suas garantias; e outros aspectos. A exposição do Grupo e as notações de crédito das suas contrapartes são monitorizadas continuamente e o valor agregado das transações concluídas é repartido entre as contrapartes aprovadas.

[3] Refere-se a contratos futuros, cujas contrapartes centrais são as Bolsas de Valores (sem risco de crédito).

[4] Outros recebíveis sem características significativas de risco de crédito.

ii. Análise dos estágios:

As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de "rolagem" com base na probabilidade de um valor a receber segregadas por estágios sucessivos de inadimplências até a baixa total da operação.

O Grupo registra as perdas de crédito esperadas em seus ativos financeiros não classificados como VJR, com base em classificações por 3 estágios, sendo o primeiro referente às perdas esperadas pelo período de 12 meses e os demais por toda a vida da operação.

Na avaliação do modelo de perdas esperadas, foram adotados critérios para caracterizar *default* e aumento significativo de risco de crédito. Foram levados em consideração o procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos; as características de risco de crédito das operações; sua taxa histórica de inadimplência; estimativas futuras de perdas e indicadores aplicáveis à área da atuação.

A BR Partners adota 90 dias de atraso para o critério de *default*. Quanto ao critério de aumento significativo de nível de risco, considera o diferencial de dois pontos para cima entre a classificação inicial de nível de risco da operação e a avaliação de nível de risco atual. Essa variação do nível de risco é dada pela avaliação do *rating* do cliente pela Área de Crédito com a posterior aprovação em Comitê de Crédito.

A qualidade de crédito de cada cliente é avaliada de forma julgamental, baseada em fatores qualitativos e quantitativos, incluindo o perfil de risco do negócio e financeiro da empresa, setor de atuação e desempenho econômico-financeiro. Além disso, leva em consideração informações prospectivas, a estrutura da operação e suas garantias, entre outros aspectos.

A classificação dos ativos financeiros é realizada por estágios, da seguinte forma:

Estágio 1 – São estabelecidas as perdas de crédito esperadas para o máximo de 12 meses, assim que um ativo financeiro é originado ou adquirido. Este estágio se aplica aos ativos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito e sem problemas de recuperação de crédito.

Estágio 2 – Perdas de crédito esperadas ao longo de toda a vida do instrumento financeiro. Este estágio se aplica aos ativos financeiros com aumento significativo no risco de crédito em relação ao momento que foram originados, mas que ainda não são considerados com problemas de recuperação.

Estágio 3 – Perdas permanentes de crédito esperadas para ativos com problemas de recuperação de crédito. Aplicável aos ativos financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito devido à ocorrência de um ou mais eventos que impactam os seus fluxos de caixa futuros estimados. Na hipótese de aquisição de ativos financeiros com problemas de recuperação, tais ativos se enquadram nesse estágio.

Um ativo financeiro poderá migrar de estágio se apresentar deterioração significativa do nível de risco de crédito. Na hipótese de melhora do risco de crédito em estágio subsequente, com uma reversão do risco significativo detectado anteriormente, o ativo poderá voltar para o estágio anterior, caracterizando o processo de cura, a menos que seja um ativo adquirido com problemas de recuperação de crédito na origem.

Análise dos estágios:

Saldo em 31/12/2024	Estágio 1	*Impairment*	Estágio 2	Estágio 3	*Impairment*	Total
Operações de crédito	347.283	(760)	–	–	–	346.523
Certificados de Recebíveis Imobiliários	864.587	(6.605)	–	–	–	857.982
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	30.257	(246)	–	–	–	30.011
Cotas de Fundo de Investimento	1.322.402	(6.313)	–	–	–	1.316.089
Debêntures	77.331	(1.250)	–	–	–	76.081
Notas Comerciais	26.033	(130)	–	–	–	25.903
Cédula do Produto Rural	75.267	(502)	–	–	–	74.765
Outros Créditos	–	–	–	14.777	(14.777)	–
Total	**2.743.160**	**(15.806)**	**–**	**14.777**	**(14.777)**	**2.727.354**

Saldo em 31/12/2023	Estágio 1	*Impairment*	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito	200.012	(326)	–	–	199.686
Certificados de Recebíveis Imobiliários	318.031	(2.049)	–	–	315.982
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	28.762	(225)	–	–	28.537
Cotas de Fundo de Investimento	484.384	(1.317)	–	–	483.067
Debêntures	189.575	(1.769)	–	–	187.806
Notas Comerciais	126.418	(1.264)	–	–	125.154
Cédula do Produto Rural	50.155	(251)	–	–	49.904
Total	**1.397.337**	**(7.201)**	**–**	**–**	**1.390.136**

Não houve alteração conceitual na alocação dos estágios quando comparado com as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

d. Risco de liquidez

Define-se como risco de liquidez a possibilidade do Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Adicionalmente, define-se como risco de liquidez a possibilidade de o Grupo não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos no caixa do Grupo dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos do grupo quanto fatores externos. O caixa do Grupo é gerenciado de forma centralizada pela área de Tesouraria. O controle do risco de liquidez no Grupo BR Partners é realizado pela área de Riscos e pelo ALCO por meio de ferramentas como o Plano de Contingência de Risco de Liquidez, o RML (Reserva Mínima de Liquidez), o controle de esgotamento do caixa, a avaliação diária das operações com prazo inferior a 90 (noventa) dias e a aplicação de cenários de *stress* nas condições de liquidez do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de ativos e passivos financeiros. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem *accrual* de juros contratuais acrescidos sobre os saldos contábeis na respectiva data base.

	Total contábil em 31/12/2024	Consolidado – Fluxos de caixa contratuais: 3 meses ou menos	3-12 meses	1-3 anos	Mais que 3 anos	Saldo Projetado
Ativos financeiros						
- Caixa e equivalentes de caixa	575.235	575.235	–	–	–	575.235
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	9.273.217	8.068.272	275.465	235.103	1.635.851	10.214.691
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.379.657	–	36.286	238.954	6.382.881	6.658.121

continua ...



BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Total contábil em 31/12/2024	Consolidado – Fluxos de caixa contratuais: 3 meses ou menos	3-12 meses	1-3 anos	Mais que 3 anos	Saldo Projetado
- Ativo financeiro ao custo amortizado	1.576.438	1.229.514	–	–	784.705	2.014.619
Instrumentos financeiros derivativos						
- Swap	834.743	8.347	16.695	258.770	2.120.248	2.404.060
- NDF	196.358	159.050	31.417	9.818	–	200.285
- Opções	18.817	10.726	8.844	–	–	19.570
- Futuros	21.272	18.719	2.553	638	–	21.910
Total	**14.875.737**	**10.070.263**	**371.260**	**743.283**	**10.923.685**	**22.108.491**
Passivos financeiros						
- Fornecedores	16.022	16.022	–	–	–	16.022
- Recursos de clientes	2.627.471	630.593	1.261.186	1.103.538	26.275	3.021.592
- Recursos de emissão de títulos	1.641.556	9.435	19.689	1.703.098	3.734.238	5.466.460
- Recursos de operações compromissadas	8.056.208	8.056.208	–	–	–	8.056.208
- Outros passivos financeiros	1.139.273	1.139.273	–	–	–	1.139.273
- Passivo de arrendamento	29.441	1.662	6.466	17.758	19.732	45.618
Derivativos						
- *Swap*	170.417	1.704	3.408	52.829	432.860	490.801
- *NDF*	107.118	86.766	17.139	5.355	–	109.260
- Opções	17.837	10.167	8.383	–	–	18.550
- Futuros	21.943	19.310	2.633	658	–	22.601
Total	**14.027.288**	**9.971.140**	**1.318.904**	**2.883.236**	**4.213.105**	**18.386.385**

	Total contábil em 31/12/2023	Consolidado – Fluxos de caixa contratuais: 3 meses ou menos	3-12 meses	1-3 anos	Mais que 3 anos	Saldo Projetado
Ativos financeiros						
- Caixa e equivalentes de caixa	287.188	287.188	–	–	–	287.188
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	7.718.246	6.585.756	16.209	187.715	834.990	7.624.670
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.190.450	–	21.940	274.246	2.287.031	2.583.217
- Ativo financeiro ao custo amortizado	1.198.556	998.870	1.121	–	348.187	1.348.178
Instrumentos financeiros derivativos						
- Swap	110.772	1.108	11.077	23.262	145.111	180.558
- NDF	98.664	25.653	62.158	14.800	–	102.611
- Opções	4.924	–	5.121	–	–	5.121
- Futuros	21.826	4.365	13.750	4.365	–	22.480
Total	**10.630.626**	**7.902.940**	**131.376**	**504.388**	**3.615.319**	**12.154.623**
Passivos financeiros						
- Fornecedores	4.727	4.727	–	–	–	4.727
- Recursos de clientes	2.057.405	226.315	1.069.851	720.092	41.148	2.057.406
- Recursos de emissão de títulos	607.683	198.793	279.503	25.138	118.832	622.266
- Recursos de operações compromissadas	5.680.720	5.680.720	–	–	–	5.680.720
- Outros passivos financeiros	943.937	943.937	–	–	–	943.937
- Passivo de arrendamento	29.699	1.529	4.588	16.956	23.485	46.558
Derivativos						
- *Swap*	292.922	2.929	29.292	61.514	383.728	477.463
- *NDF*	104.673	27.215	65.944	15.701	–	108.860
- Opções	4.561	–	4.743	–	–	4.743
- Futuros	23.381	4.676	14.729	4.676	–	24.081
Total	**9.745.708**	**7.090.841**	**1.468.650**	**844.077**	**567.193**	**9.970.761**

e. Risco cambial

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, se o Real tivesse variado em 10% em relação ao Dólar, Euro ou Iene, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro líquido do período não apresentaria nenhuma variação significativa em Reais, em decorrência da exposição líquida não significativa.

Um resumo da exposição ao risco cambial do Grupo, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo, destacando-se que os valores em reais podem ser diferentes dos números apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas devido às regras de contabilização conterem divergências das regras de exposição gerencial.

Saldo em 31/12/2024	R$ (Real)	US$ (Dólar)	€ (Euro)	¥ (Iene)	Total
Exposição em Moedas Estrangeiras	(70.271)	62.629	7.642	–	–
Derivativos					
Swap	50.905	(50.905)	–	–	–
NDF	(130.264)	144.805	–	(14.541)	–
Opções	(19.671)	19.671	–	–	–
Futuros	168.154	(178.357)	(4.017)	14.220	–
Total	**(1.147)**	**(2.157)**	**3.625**	**(321)**	**–**

Saldo em 31/12/2023	R$ (Real)	US$ (Dólar)	€ (Euro)	Total
Exposição em Moedas Estrangeiras	(140.901)	133.796	7.105	–
Derivativos				
Swap	(41.283)	41.283	–	–
NDF	(204.834)	206.348	(1.514)	–
Opções	4.882	(4.882)	–	–
Futuros	381.173	(378.463)	(2.710)	–
Total	**(963)**	**(1.918)**	**2.881**	**–**

5. Caixa e equivalentes de caixa

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Bancos – Conta corrente e caixa [1]	2	2
Total	**2**	**2**

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Bancos – Conta corrente e caixa [1]	62	9
Reservas livres	380	1.914
Disponibilidades em moedas estrangeiras [1]	27.936	111.603
Aplicações em compromissadas [2]	546.857	173.662
Total	**575.235**	**287.188**

[1] Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no Banco Itaú S.A., *JP Morgan Chase N.Y.*, *JP Morgan Chase Frankfurt* e Bradesco *Cayman* e 3S *Money*.

[2] Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as aplicações compromissadas estavam, substancialmente, com data de revenda para o dia 2 de janeiro de 2025 e 3 de janeiro de 2024, respectivamente.

6. Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Controladora	Valor de mercado/ contábil: Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Cotas de Fundos de Investimento		
- Cotas de fundos de investimento	117.895	101.929
Total	**117.895**	**101.929**

Consolidado	Valor de mercado/ contábil: Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Títulos públicos [1]	**8.684.734**	**6.811.802**
- Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	354.910	251.984
- Letras do Tesouro Nacional (LTN)	425.016	–
- Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	7.884.500	6.530.897
- Títulos públicos de governos estrangeiros	20.308	28.921
Títulos privados [2]	**405.612**	**741.657**
- Certificados de Recebíveis Imobiliários	152.762	228.927
- Certificados de Recebíveis do Agronegócio	64.427	64.626
- Debêntures	97.906	139.199
- Cédula de Crédito Imobiliário	90.517	308.905
Cotas de fundos de investimento	**182.871**	**164.787**
- Cotas de fundos de investimento	182.871	164.787
Total	**9.273.217**	**7.718.246**

b. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Consolidado	Valor de mercado/ contábil: Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Títulos privados [2]	**1.063.568**	**707.383**
- Certificados de Recebíveis Imobiliários	857.201	315.582
- Certificados de Recebíveis do Agronegócio	30.012	28.537
- Cédula do Produto Rural	74.766	49.504
- Debêntures	75.688	187.606
- Notas Comerciais	25.901	125.154
Cotas de fundos de investimento	**1.316.089**	**483.067**
- Cotas de fundos de investimento	1.316.089	483.067
Total	**2.379.657**	**1.190.450**

[1] Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("SELIC") do Banco Central do Brasil, cujo valor de mercado foi calculado através dos preços divulgados pela ANBIMA.

[2] Os Certificados de Recebíveis Imobiliários, Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Cédulas de Produto Rural, Debêntures, Cédulas de Crédito Imobiliário e Notas Comerciais são classificados como Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"), e estão registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("B3 S.A."), cuja valorização é efetuada por IPCA ou CDI + taxa de juros prefixadas.

7. Instrumentos financeiros derivativos – Consolidado

a. Composição por indexador

Saldo em 31/12/2024	Ativo: Valor a receber	Ativo: Valor nominal	Passivo: Valor a pagar	Passivo: Valor nominal
Swap	**834.744**	**9.132.766**	**(170.417)**	**3.779.579**
IPCA x CDI	41.009	357.838	(5.569)	44.280
CDI x Dólar	19.888	410.087	(7.318)	24.673
IPCA x Pré	2.776	32.950	–	–
CDI x IPCA	638.920	6.608.426	(77.126)	2.455.378
CDI x Pré	129.684	1.581.558	–	–
CDI x CDI	2.328	111.465	–	–
Pré x CDI	139	30.436	(80.404)	1.246.248
NDF	**196.357**	**5.048.666**	**(107.118)**	**2.411.536**
Termo de moedas	**152.775**	**4.259.104**	**(70.332)**	**1.805.233**
Dólar x Pré	151.034	3.078.120	(560)	33.713
Pré x Dólar	170	1.143.146	(68.657)	1.748.315
Euro x Pré	–	–	–	177
Pré x Iene	443	14.810	(1.115)	23.028
Iene x Pré	1.128	23.028	–	–
Termo de *commodities*	**43.582**	**789.556**	**(36.786)**	**606.303**
Commodities	43.582	789.556	(36.786)	606.303
Opções	**18.817**	**666.593**	**(17.837)**	**580.038**
Compra de opção de compra	18.215	488.637	–	–
Compra de opção de venda	602	177.956	–	–
Venda de opção de compra	–	–	(17.233)	293.696
Venda de opção de venda	–	–	(604)	286.342
Futuros	**21.272**	**5.260.584**	**(21.943)**	**4.918.192**
Posição comprada	**859**	**1.867.692**	**(19.530)**	**4.626.465**
DAP	–	–	(11.655)	1.457.382
DDI	–	–	(151)	52.682
DI1	32	1.650.880	(2.526)	982.772
DOL	–	–	(4.940)	2.119.259
CCM	545	126.561	–	–
Commodities – Local	282	90.251	–	–
Commodities – Internacional	–	–	(258)	14.370
Posição vendida	**20.413**	**3.393.292**	**(2.413)**	**291.727**
DAP	155	259.142	–	–
DDI	3.670	1.307.850	–	–
DI1	1.683	449.622	(10)	91.499
WDO	2.252	1.192.993	(583)	125.623
Moedas – FX	12.589	181.956	(1.025)	32.855
Commodities – Local	64	1.729	–	–
Commodities – Internacional	–	–	(795)	41.750
Total	**1.071.190**	**20.108.997**	**(317.315)**	**11.680.345**

Saldo em 31/12/2023	Ativo: Valor a receber	Ativo: Valor nominal	Passivo: Valor a pagar	Passivo: Valor nominal
Swap	**110.772**	**2.902.628**	**(292.922)**	**5.432.387**
IPCA x CDI	36.096	210.205	–	–
CDI x Dólar	31.142	449.054	(214)	69.725
CDI x IPCA	40.079	1.840.332	(246.889)	4.585.748
CDI x Pré	13	30.250	(7.710)	452.703
Dólar x CDI	–	–	(36.043)	200.000
CDI x CDI	–	–	(2.010)	111.465
Pré x CDI	3.442	372.787	(56)	12.756
NDF	**98.664**	**5.087.930**	**(104.673)**	**3.633.853**
Termo de moedas	**45.655**	**4.594.667**	**(54.210)**	**2.409.430**
Dólar x Pré	11.826	2.401.174	(48.627)	1.316.458
Pré x Dólar	33.800	2.191.948	(5.583)	1.092.972
Pré x Euro	29	1.545	–	–
Termo de *commodities*	**53.009**	**493.263**	**(50.463)**	**624.423**
Commodities	53.009	493.263	(50.463)	624.423
Opções	**4.924**	**155.237**	**(4.561)**	**134.800**
Compra de opção de compra	231	54.087	–	–
Compra de opção de venda	4.693	101.150	–	–
Venda de opção de compra	–	–	(206)	45.950
Venda de opção de venda	–	–	(4.355)	88.850
Futuros	**21.826**	**2.460.713**	**(23.381)**	**3.061.048**
Posição comprada	**3.719**	**1.298.561**	**(6.188)**	**1.233.479**
DAP	226	233.856	(34)	174.664
DDI	2.318	480.434	–	–
DI1	–	289.087	(2.178)	858.851
DOL	95	31.468	–	–
WDO	738	246.827	–	–
Commodities – Local	342	16.889	–	–
Commodities – Internacional	–	–	(3.976)	199.964
Posição vendida	**18.107**	**1.162.152**	**(17.193)**	**1.827.569**
DAP	43	97.762	(253)	401.384
DDI	–	–	(2.962)	782.997
DI1	46	646.619	–	–
DOL	–	–	(325)	507.597
Euro x Dólar	–	–	(20)	2.687
Commodities – Internacional	18.018	417.771	(13.633)	132.904
Total	**236.186**	**10.606.508**	**(425.537)**	**11.662.098**

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 S.A., são representadas por títulos públicos federais e totalizam R$ 380.628 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 258.590 em 31 de dezembro de 2023), registradas como vinculados à prestação de garantias.

b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

Saldo em 31/12/2024	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Ajuste de Risco de Crédito	Valor de mercado
Ativo				
Swap	92.355	747.151	(4.762)	834.744
NDF	197.560	(44)	(1.159)	196.357
Opções	10.771	8.213	(167)	18.817
Futuros	21.272	–	–	21.272
Total	**321.958**	**755.320**	**(6.088)**	**1.071.190**
Passivo				
Swap	(311.850)	141.107	326	(170.417)
NDF	(107.034)	(181)	97	(107.118)
Opções	(14.343)	(3.496)	2	(17.837)
Futuros	(21.943)	–	–	(21.943)
Total	**(455.170)**	**137.430**	**425**	**(317.315)**

Saldo em 31/12/2023	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Ajuste de Risco de Crédito	Valor de mercado
Ativo				
Swap	105.979	5.286	(493)	110.772
NDF	81.946	17.155	(437)	98.664
Opções	3.887	1.037	–	4.924
Futuros	21.826	–	–	21.826
Total	**213.638**	**23.478**	**(930)**	**236.186**
Passivo				
Swap	(262.128)	(30.886)	92	(292.922)
NDF	(87.048)	(17.879)	254	(104.673)
Opções	(3.008)	(1.553)	–	(4.561)
Futuros	(23.381)	–	–	(23.381)
Total	**(375.565)**	**(50.318)**	**346**	**(425.537)**

c. Composição por vencimentos

Saldo em 31/12/2024	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Swap	4.961	7.019	167.954	654.810	834.744
NDF	126.182	55.160	4.224	10.791	196.357
Opções	10.349	8.468	–	–	18.817
Futuros	9.725	6.917	3.307	1.323	21.272
Total	**151.217**	**77.564**	**175.485**	**666.924**	**1.071.190**
Passivo					
Swap	(130)	(17.623)	(14.234)	(138.430)	(170.417)
NDF	(53.306)	(42.696)	(2.744)	(8.372)	(107.118)
Opções	(3.370)	(14.467)	–	–	(17.837)
Futuros	(9.153)	(529)	(1.042)	(11.219)	(21.943)
Total	**(65.959)**	**(75.315)**	**(18.020)**	**(158.021)**	**(317.315)**

Saldo em 31/12/2023	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Swap	1.685	12.138	70.604	26.345	110.772
NDF	70.799	18.058	9.807	–	98.664
Opções	4.065	859	–	–	4.924
Futuros	12.613	8.789	372	52	21.826
Total	**89.162**	**39.844**	**80.783**	**26.397**	**236.186**
Passivo					
Swap	(29)	(39.356)	(14.108)	(239.429)	(292.922)
NDF	(62.371)	(34.011)	(8.291)	–	(104.673)
Opções	(2.944)	(1.617)	–	–	(4.561)
Futuros	(6.745)	(4.768)	(11.650)	(218)	(23.381)
Total	**(72.089)**	**(79.752)**	**(34.049)**	**(239.647)**	**(425.537)**

d. Valor de compensação dos derivativos

Não há contratos nos quais o Grupo ou contraparte tenham o direito de compensar as quantias a receber e a pagar dos contratos separados em caso de inadimplência.

e. Derivativos designados como contabilidade de *hedge*

Saldo em 31/12/2024 — Estratégias	Instrumento de hedge valor de mercado [1]	Objeto de hedge valor de mercado	Ajuste a mercado acumulado do objeto de hedge registrado no resultado [2]
Risco de taxa de juros			
Hedge de Captações [3]			
Captações prefixadas	(134.088)	163.812	–
Captações pós-fixadas	(378.686)	396.116	2.158
Total	**(512.774)**	**559.928**	**2.158**

continua ...

BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estratégia	Instrumento de hedge valor de mercado [1]	Objeto de hedge valor de mercado	Saldo em 31/12/2023 Ajuste a mercado acumulado do objeto de hedge registrado no resultado [2]
Risco de taxa de juros			
Hedge de Captações [3]			
Captações prefixadas	(250.480)	232.896	644
Captações pós-fixadas	(190.660)	222.260	1.855
Total	(441.140)	455.156	2.499

[1] O Grupo utiliza contratos futuros de DI e DAP negociados na B3 S.A., como instrumento de proteção relacionado ao risco de taxa de juros das captações prefixadas e pós-fixadas selecionadas para *hedge*. Os ajustes diários relacionados aos contratos futuros estão registrados na rubrica de "Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros" ou "Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros".
[2] Saldos apresentados em base acumulada para fins de comparação da variação do valor justo dos instrumentos versus objeto de *hedge*.
[3] Captações prefixadas e pós-fixadas registradas na rubrica de "Recursos de clientes", relacionadas ao produto de Certificado de Depósito Bancário ("CDB").

8. Ativos financeiro ao custo amortizado e outros ativos

a. Avaliados ao custo amortizado

Não houve saldo na controladora referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente.

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Operações de crédito [1]	346.523	199.686
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	1.229.915	998.870
- Operações de câmbio [2]	1.139.273	946.937
- Serviços a receber [3]	83.821	50.733
- Outros valores	5.785	234
- Depósitos judiciais	1.036	966
Total	1.576.438	1.198.556

[1] Saldo refere-se a operações com clientes do BR Partners Banco de Investimento S.A., representado por Cédulas de Crédito Bancário e Cédulas de Crédito Imobiliário.
[2] Refere-se a contrato de câmbio comprado a liquidar, cuja liquidação foi realizada no dia 2 de janeiro de 2025.
[3] Referem-se a serviços prestados a clientes e reembolsos a receber sobre gastos definidos em contrato na prestação de serviço.

9. Transações com partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas abaixo foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes.

Controladora	Controlador direto [1] Saldo em 31/12/2024	Controlador direto [1] Saldo em 31/12/2023	Coligadas [2] Saldo em 31/12/2024	Coligadas [2] Saldo em 31/12/2023	Total Saldo em 31/12/2024	Total Saldo em 31/12/2023
Ativo/(Passivo)						
Valores a receber	–	–	11.105	12.971	11.105	12.971
Cotas de fundos	–	–	117.895	101.929	117.895	101.929
Valores a pagar	(735)	(735)	–	(4.034)	(735)	(4.769)
Resultado/(Despesas)						
Receita de juros	–	–	–	25	–	25
Outras despesas	–	–	–	440	–	440
Resultado de aplicação em fundo de investimento	–	–	9.966	7.619	9.966	7.619

Consolidado	Controlador direto [1] Saldo em 31/12/2024	Controlador direto [1] Saldo em 31/12/2023	Coligadas [2] Saldo em 31/12/2024	Coligadas [2] Saldo em 31/12/2023	Pessoal-chave da Administração [3] Saldo em 31/12/2024	Pessoal-chave da Administração [3] Saldo em 31/12/2023	Total Saldo em 31/12/2024	Total Saldo em 31/12/2023
Ativo/(Passivo)								
Cotas de fundos	–	–	117.895	101.929	–	–	117.895	101.929
Certificado de depósito a prazo – Recursos de clientes [4]	(1.250)	(369)	(13.788)	(10.924)	(2.553)	(2.357)	(17.591)	(13.650)
Letras de Crédito Imobiliário [5]	–	–	–	–	(2.709)	(3.492)	(2.709)	(3.492)
Letras de Crédito do Agronegócio [6]	–	–	–	–	(91)	(397)	(91)	(397)
Valores a pagar	(735)	(735)	–	–	–	–	(735)	(735)
Resultado/(Despesas)								
Receita de aplicação em fundo de investimento	–	–	9.966	7.619	–	–	9.966	7.619
Despesa de juros	(41)	(366)	(1.338)	(1.348)	(653)	(1.559)	(2.032)	(3.273)

[1] BR Partners Holdco Participações S.A.
[2] Demais empresas do Grupo BR Partners, BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações e BR Partners Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado.
[3] Membros do Conselho de Administração e Diretoria.
[4] Representado por captações realizadas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento em até 13 de dezembro de 2027 à taxa variável de 100% a 111% do DI.
[5] Representado por captações realizadas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento em até 9 de maio de 2028 à taxa variável de 100% do DI + 1% a.a..
[6] Representado por captações realizadas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento em até 15 de janeiro de 2025 à taxa variável de 95% do DI.

As taxas de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2024.

a. Remuneração do pessoal-chave

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31.12/2023
Pró-labore	2.610	1.282
Encargos sociais	522	256
Total	3.132	1.538

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Pró-labore	38.397	24.430
Encargos sociais	7.679	4.886
Total	46.076	29.316

O pessoal-chave da Administração é representado pela diretoria estatutária e Conselho de Administração que, além dos dividendos decorrentes de suas participações na BR Partners Holdco Participações S.A., recebem uma remuneração pelos serviços prestados na Companhia, que é registrada em "Despesas de pessoal".

b. Outras informações

São consideradas como partes relacionadas:

• Diretores e membros dos conselhos administrativos da Companhia, bem como os respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; e

• Pessoas físicas ou jurídicas que possuam participação superior a 10% do capital social na Companhia.

10. Investimentos em controladas

i. **Controladas diretas**

• **BR Partners Assessoria Financeira Ltda.**

Empresa prestadora de serviços de assessoria e consultoria financeira, particularmente em finanças corporativas, incluindo fusões, aquisições, vendas, incorporações, cisões, reestruturações societárias e demais operações de intermediação de participações societárias, dentro e fora do território nacional, e a participação no capital de outras sociedades de qualquer natureza, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou quotista.

• **BR Partners Gestão de Recursos Ltda.**

Prestadora de serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários e de gestão de recursos de terceiros, a atuação nos mercados financeiros e de capitais como gestor ou administrador de fundos de investimento em geral, nos termos da regulamentação aplicável e a participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, no Brasil e no exterior, quaisquer que sejam seus objetos.

• **BR Partners Participações Financeiras Ltda.**

Empresa detentora de participações societárias no BR Partners Banco de Investimento S.A., na qualidade de acionista.

• **BR Partners Mercados de Capitais Ltda.**

Empresa prestadora de serviços de intermediação de valores mobiliários, particularmente a atuação como coordenador de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, bem como a prestação de serviços de assessoria financeira na estruturação e originação de operações de dívidas e na reestruturação de dívidas e a participação no capital de outras sociedades de qualquer natureza, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou quotista.

• **BR Partners Assessoria em Reestruturação Financeira Ltda.**

Empresa prestadora de serviços de assessoria e consultoria financeira, particularmente em finanças corporativas, incluindo reestruturação financeira, renegociação de dívidas, fusões, aquisições, vendas, incorporações, cisões, reestruturações societárias e demais operações de intermediação de participações societárias, dentro e fora do território nacional, e a participação no capital de outras sociedades de qualquer natureza, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou quotista.

ii. **Controladas indiretas**

• **BR Partners Europe B.V.**

Empresa com sede em Amsterdam, Países Baixos, cujo objeto social são atividades de consultoria em gestão empresarial.

• **BR Partners Banco de Investimento S.A.**

O Banco BR Partners tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de investimento e câmbio. É constituído sob a forma de sociedade por ações e domiciliado no Brasil, sendo controlado diretamente pela BR Partners Participações Financeiras Ltda. e indiretamente pela Companhia, *holding* do Grupo.

• **BR Partners Corretora de Seguro Ltda.**

Empresa prestadora de serviços de atividade de corretagem de seguros nos ramos elementares, de seguro de vida, capitalização, planos previdenciários e de saúde, bem como administração de bens próprios, incluindo a prestação de serviços correlatos, desde que devidamente autorizada pela autoridade competente na forma da legislação aplicável, além de participação, diretamente ou através de subsidiárias no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou quotista.

iii. **Fundos de investimento ("Fundos exclusivos")**

• **Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado ("Total FIM")**

O Total FIM foi constituído em 29 de dezembro de 2010 sob a forma de condomínio aberto, iniciou suas atividades em 10 de janeiro de 2011, com prazo indeterminado de duração. Destina-se, exclusivamente, a receber investimentos de seu único cotista, o Banco BR Partners, investidor qualificado e tem por objetivo proporcionar ao seu cotista, rentabilidade por meio das oportunidades oferecidas pelos mercados de taxa de juros pós-fixadas e prefixadas, índices de preço, moeda estrangeira, renda variável e derivativos, de forma que o Total FIM fique exposto a vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator especial. Trata-se de um fundo exclusivo da Companhia.

• **BR Partners Capital ("BR Capital")**

O BR Capital é um fundo domiciliado nas Ilhas *Cayman*, administrado pelo Banco Bradesco S.A., com prazo indeterminado de duração, cuja estratégia de investimento é obter rentabilidade em títulos e valores mobiliários, incluindo ações e títulos de dívida, moedas, opções, futuros e outros derivativos, com foco no mercado brasileiro. Trata-se de um fundo exclusivo da Companhia.

O quadro a seguir demonstra a participação da Companhia em subsidiárias:

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos/ a receber	Outros resultados abrangentes [1]	Alienação de investimento	Saldo em 31/12/2024
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	979	42.453	(42.454)	348	–	1.326
BR Partners Mercados de Capitais Ltda.	1.000	44.334	(44.334)	–	–	1.000
BR Partners Participações Financeiras Ltda.	723.063	17.294	(43.510)	(5.503)	–	691.344
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	2.000	31.428	(31.428)	–	–	2.000
BR Partners Assessoria em Reestruturação Financeira Ltda.	500	60.358	(60.358)	–	–	500
Total	727.542	195.867	(222.084)	(5.155)	–	696.170

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos/ a receber	Outros resultados abrangentes [1]	Alienação de investimento	Saldo em 31/12/2023
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	1.220	20.093	(20.093)	(241)	–	979
BR Partners Mercados de Capitais Ltda.	–	60.175	(60.174)	–	999	1.000
BR Partners Participações Financeiras Ltda.	689.622	33.589	(500)	352	–	723.063
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	2.000	5.149	(5.149)	–	–	2.000
BR Partners Assessoria em Reestruturação Financeira Ltda.	–	38.967	(38.966)	–	499	500
Total	692.842	157.973	(124.882)	111	1.498	727.542

[1] Representado por ajustes reflexos de avaliação patrimonial registrados no BR Partners Banco de Investimento S.A. e BR Partners Assessoria Financeira Ltda.

11. Outros valores a pagar

	Controladora Saldo em 31/12/2024	Controladora Saldo em 31/12/2023	Consolidado Saldo em 31/12/2024	Consolidado Saldo em 31/12/2023
Dividendos a pagar	735	735	735	735
Valores a pagar a sociedades ligadas	–	4.034	–	–
Passivo de arrendamento [1]	–	–	29.441	29.699
Provisão a pagar despesas de pessoal	1.767	1.799	42.998	48.224
Provisão para contingência (nota 20.b)	–	–	1.368	1.206
Provisão para garantias de fianças prestadas [2]	–	–	532	1.128
Resultado de exercício futuro	–	–	1.772	2.265
Outros	–	–	385	799
Total	2.502	6.568	77.231	84.056

[1] O Grupo arrenda andares de prédio comercial e que tem duração de 10 anos. Em 31 de dezembro de 2024 os valores mínimos não canceláveis de arrendamentos estão apresentados entre 1 e 10 anos.
[2] Refere-se a comissões sobre avais e fianças que se encontram na carteira de crédito do BR Partners Banco de Investimento S.A. Nota explicativa 20.a.

12. Passivos financeiros

Depósitos, Captações de recursos e obrigações por empréstimos e repasses

Consolidado	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Recursos de clientes	612.764	709.643	1.228.273	76.791	2.627.471	2.057.405
- Depósitos a Prazo [1]	502.295	699.299	891.877	76.791	2.170.262	1.705.561
- Depósitos Interfinanceiros [2]	110.469	10.344	336.396	–	457.209	351.844
Recursos de operações compromissadas	8.056.208	–	–	–	8.056.208	5.680.720
- Títulos públicos [3]	7.113.234	–	–	–	7.113.234	4.832.669
- Títulos privados [3]	942.974	–	–	–	942.974	848.051
Recursos de emissão de títulos	13.643	22.636	1.338.580	466.699	1.841.558	607.683
- Letras de Crédito Imobiliário [4]	–	–	–	2.709	2.709	260.604
- Letras de Crédito do Agronegócio [5]	8.751	34	–	–	8.785	45.790
- Letras Financeiras [6]	4.892	22.602	1.338.580	–	1.366.074	228.524
- Letras Financeiras Subordinadas Elegíveis a Capital – Nível II [7]	–	–	–	243.948	243.948	72.765
- Letras Financeiras Subordinadas Elegíveis a Capital Complementar [8]	–	–	–	220.042	220.042	–
Outros passivos financeiros	1.139.273	–	–	–	1.139.273	943.937
- Obrigações por compra de câmbio [9]	1.139.273	–	–	–	1.139.273	943.937
Total	9.821.888	732.279	2.566.853	543.490	13.664.510	9.289.745

[1] Para os Certificados de Depósito Bancário ("CDB") prefixado, a taxa de remuneração está entre 9,80% a 16,49% a.a. e para os CDB pós-fixado a taxa de remuneração está entre 97,2% a 113,8% do DI, 100% DI + 0,09% a 1,37% a.a. e IPCA + 4,36% e 9,18% a.a..
[2] Para os Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") pós-fixado, a taxa de remuneração está entre 100% do DI e 100% do DI + 0,85% a 1,13%.
[3] Para as operações compromissadas atreladas aos títulos públicos ("NTN-B", "NTN-F" e "LTN") a taxa de remuneração é de 12,15% a.a. e para os títulos privados ("Debêntures", "CRI", "CRA" e "CCI") a taxa de remuneração média é de 93% do DI.
[4] Para as Letras de Crédito Imobiliário ("LCI") pós-fixados, a taxa de remuneração é 100% do DI + 1%.
[5] Para as Letras de Crédito do Agronegócio ("LCA") pós-fixados, a taxa de remuneração está entre 89% a 97% do DI.
[6] Para as Letras Financeiras ("LF") prefixado, a taxa de remuneração está entre 11,62% a 13,95% a.a., e para os pós-fixado a taxa de remuneração está entre 112% a 113% do DI, 100% do DI + 0,48% a 1,66% e 100% do IPCA + 6,57% e 6,65% a.a..
[7] Para as Letras Financeiras Subordinadas Elegíveis a Capital ("LFSN") prefixado, a taxa de remuneração é de 11,38%, e para os pós-fixado a taxa de remuneração está entre 100% a 109% do DI, 100% do DI + 1% a 2,94% e 100% do IPCA + 6,39%.
[8] As Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas, elegíveis a composição do capital complementar, são remuneradas por taxas pós-fixadas em 100% do DI + 2,50% a.a..
[9] Refere-se a obrigação vinculada a contrato de câmbio comprado, cuja liquidação ocorreu em 2 de janeiro de 2025.

As taxas de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2024.

13. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$ 674.940 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 674.940 em 31 de dezembro de 2023), está representado por 314.987 ações, sendo 200.546 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 114.441 ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal (314.987 total de ações, sendo 200.546 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 114.441 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2023).

b. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Outras reservas de lucros referem-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Resultado líquido por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais do exercício.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existem ações ordinárias e preferenciais potenciais no Grupo para fins de diluição e, portanto, os resultados básico e diluído por ação são iguais.

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	193.670	155.084
Quantidade média ponderada de ações emitidas	314.987	314.987
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)	0,61	0,49

d. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório não cumulativo correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme definido no Artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações, diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.

A distribuição do dividendo mínimo não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar aos acionistas, com exposição justificada e aprovada por unanimidade, ser ela incompatível com a situação financeira da Companhia, caso em que poderá ser distribuída parcela do lucro líquido ou aprovada a sua retenção como reserva, conforme o caso. Os lucros que deixarem de ser distribuídos na forma deste parágrafo serão pagos assim que o permitir a situação financeira da Companhia, aplicando-se as disposições do artigo 202, § 5º da Lei das Sociedades por Ações.

continua ...



BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	193.670	155.084
Constituição de reserva legal	(9.683)	(7.754)
Lucro líquido ajustado	**183.987**	**147.330**
Destinações		
Dividendos intercalares/intermediários [1]	110.246	107.096
Dividendos adicionais propostos [2]	18.899	12.599
Dividendos extraordinários [3]	38.430	–
Reservas para expansão e investimentos [4]	16.412	27.635
Dividendos por ação ordinária/preferencial	0,67	0,38

[1] Durante o exercício de 2024 a Companhia efetuou pagamentos, em linha com os termos de seu Estatuto, de dividendos intercalares. Os valores pagos foram descontados da apuração do dividendo anual apurado com base no lucro líquido do exercício da Companhia. Salienta-se que os dividendos intercalares pagos ao longo do exercício de 2024 foram superiores ao dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto.

[2] Em 31 de dezembro de 2024 foi registrado no patrimônio líquido o montante de R$ 12.599 (R$ 12.599 em 31 de dezembro de 2023) a título de dividendos adicionais propostos, conforme item 24 da Interpretação Técnica ICPC 08 (R1). Esse montante será objeto de deliberação na ocasião da Assembléia dos acionistas.

[3] Em 27 de novembro de 2024, foi deliberado o pagamento de dividendos extraordinários no montante de R$ 81.897, sendo que o saldo de R$ 38.430 foi descontado no lucro líquido do exercício de 2024 e o saldo remanescente de R$ 43.467 foi descontando da rubrica de "Reserva para expansão e investimentos".

[4] O montante de R$ 16.412 registrado na rubrica de "Reservas para expansão e investimentos" em 31 de dezembro de 2024 (R$ 27.635 em 31 de dezembro de 2023) refere-se ao resultado da subtração do lucro líquido ajustado de R$ 193.670 (R$ 147.330 em 31 de dezembro de 2023), com os pagamentos de dividendos intercalares/intermediários ocorridos no exercício R$ 78.747 e R$ 31.499 (R$ 25.159 e R$ 81.897 em 31 de dezembro de 2023), dividendos extraordinários de R$ 38.430 e dividendos adicionais propostos de R$ 18.899 (R$ 12.599 em 31 de dezembro de 2023).

e. Dividendos de subsidiárias pagos à controladora

Os dividendos recebidos de suas subsidiárias estão compostos da seguinte forma:

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	42.454	51.704
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	31.428	9.706
BR Partners Mercados de Capitais Ltda.	44.334	58.509
BR Partners Assessoria em Reestruturação Financeira Ltda.	60.358	28.018
BR Partners Participações Financeiras Ltda.	43.510	500
Total	**222.084**	**148.437**

f. Plano de outorgas de ações restritas

Em 1 de setembro de 2020, conforme a Ata da Assembléia Geral Extraordinária, foi aprovado o Plano de Outorgas de Ações Restritas da Companhia, onde poderá ser outorgado às pessoas elegíveis, no âmbito deste Plano, o direito ao recebimento de Ações Restritas representativas de, no máximo, 1,5% do total de ações em que se divide o capital social da Companhia naquela data. Não houve outorgas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

14. Resultado por linha de negócio

O resumo a seguir apresenta as receitas de prestação de serviço (receita de contratos com clientes) e as demais rubricas contábeis consolidadas que compõem o total de receitas consolidado desagregadas por linha de negócio:

Linha de negócios	Saldo em 31/12/2024 – Receitas de prestação de serviços	Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	Total
Investment Banking e Mercado de Capitais	352.818	–	352.818
Treasury Sales & Structuring	4	88.328	88.332
Investimentos e *Wealth Management*	12.000	–	12.000
Remuneração do Capital	–	128.069	128.069
Total	**364.822**	**216.397**	**581.219**

Linha de negócios	Saldo em 31/12/2023 – Receitas de prestação de serviços	Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	Total
Investment Banking e Mercado de Capitais	240.678	–	240.678
Treasury Sales & Structuring	19	65.081	65.100
Investimentos e *Wealth Management*	5.968	–	5.968
Remuneração do Capital	–	124.067	124.067
Total	**246.665**	**189.148**	**435.813**

15. Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
- Rendas com ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	10.204	7.645
- Despesas com ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(218)	(350)
Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	**9.986**	**7.295**

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Receitas de juros		
- Rendas de operações de crédito e outros créditos	17.866	45.612
- Rendas de garantias prestadas	1.961	1.751
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.382.973	1.300.960
Total de receitas de juros	**1.402.800**	**1.348.323**
Despesas de juros		
- Despesas de captação	(1.028.134)	(923.076)
- Ajuste negativo de valor de mercado – captação (Objeto de *Hedge*)	(340)	(2.514)
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(1.060.311)	(180.712)
Total de despesas de juros	**(2.088.785)**	**(1.106.302)**

Ganhos (perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Rendas de câmbio	105.494	88.255
Despesas de câmbio	(65.278)	(98.592)
Total	**40.216**	**(10.337)**

Ganhos (perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Rendas em operações com derivativos	5.541.317	4.873.458
Despesas em operações com derivativos	(4.679.151)	(4.915.994)
Total	**862.166**	**(42.536)**
Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	**216.397**	**189.148**

16. Despesas administrativas

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Despesas de publicação	259	23
Despesas administrativas com rateio (*Cost Sharing Agreement*)	480	440
Despesas do sistema financeiro	498	527
Despesas de serviços de terceiros	781	812
Despesas de processamento de dados	120	116
Despesas de viagem	141	114
Outras despesas tributárias	43	38
Outras despesas	64	668
Total	**2.386**	**2.738**

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Despesas administrativas no exterior	436	331
Despesas de serviços de terceiros	85.131	27.711
Despesas de processamento de dados	9.549	9.686
Despesas de serviços do sistema financeiro	8.518	5.463
Despesas de promoções e relações públicas	2.472	1.624
Despesas com amortização e depreciação	7.509	6.727
Despesas de comunicações	4.555	3.944
Despesas de aluguéis	4.457	3.805
Outras despesas tributárias	2.960	3.357
Despesas de propaganda e publicidade	2.547	1.743
Despesas de viagem	2.884	2.435
Despesas de condomínio	1.864	1.609
Despesas de manutenção e conservação de bens	618	484
Despesas de água, energia e gás	253	259
Despesas de serviços de segurança e vigilância	198	185
Despesas com seguros	255	299
Despesas de material	276	122
Outras despesas	2.176	2.261
Total	**136.658**	**72.045**

17. Despesas tributárias

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Receitas de prestação de serviços		
- PIS	3.426	2.455
- COFINS	16.039	11.541
- ISS	17.977	12.101
Resultado de instrumentos financeiros líquido de juros		
- PIS	1.064	1.564
- COFINS	6.546	9.044
Total	**45.052**	**36.705**

18. Tributos sobre o lucro

a. Tributos correntes

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**197.058**	**157.458**
Alíquota (25% de IR e 9% de CSLL)	(67.000)	(53.536)
- Adições/(exclusões) permanentes	(408)	(383)
- Adições/(exclusões) temporárias	3.541	2.367
- Adições/(exclusões) de equivalência patrimonial	66.595	53.711
Prejuízo fiscal e base negativa	(2.728)	(2.159)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.388)	(2.374)
Imposto de renda e contribuição social nos exercícios	**(3.388)**	**(2.374)**

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**239.430**	**200.229**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(81.406)	(68.078)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
- Adições/(exclusões) permanentes	1.359	169
- Adições/(exclusões) temporárias	187	(104)
- Outros valores [1]	34.100	22.868
Imposto de renda e contribuição social dos exercícios	**(45.760)**	**(45.145)**
Alíquota efetiva	19,1%	22,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.199)	6.349
Imposto de renda e contribuição social correntes	(34.873)	(52.529)
Imposto de renda e contribuição social exercícios anteriores	1.312	1.035
Imposto de renda e contribuição social dos exercícios	**(45.760)**	**(45.145)**

[1] Inclui basicamente: (i) equalização da alíquota de empresas não financeiras tributadas pelo lucro presumido (BR Partners Gestão de Recursos Ltda., BR Partners Mercados de Capitais Ltda., BR Partners Assessoria em Reestruturação Financeira Ltda. e BR Partners Corretora de Seguros Ltda.); e (ii) diferença de alíquota de instituição financeira.

b. Tributos diferidos

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização /(Baixa)	Saldo em 31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.060	–	–	3.060
Total de ativo fiscal diferido	**3.060**	–	–	**3.060**
Obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor justo de ativos financeiros	17.452	3.962	(574)	20.840
Total de passivos diferidos	**17.452**	**3.962**	**(574)**	**20.840**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**(14.392)**	**(3.962)**	**574**	**(17.780)**

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização /(Baixa)	Saldo em 31/12/2023
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.060	–	–	3.060
Total de ativo fiscal diferido	**3.060**	–	–	**3.060**
Obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor justo de ativos financeiros	15.078	2.894	(520)	17.452
Total de passivos diferidos	**15.078**	**2.894**	**(520)**	**17.452**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**(12.018)**	**(2.894)**	**520**	**(14.392)**

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização /(Baixa)	Saldo em 31/12/2024
Diferenças temporárias	19.282	32.126	(18.230)	33.178
Ajuste a valor justo de ativos financeiros registrados no Patrimônio líquido	2.887	9.654	(4.915)	7.626
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.060	67.205	(15.430)	54.835
Total de ativo fiscal diferido	**25.229**	**108.985**	**(38.575)**	**95.639**
Obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor justo de ativos financeiros	66.105	89.489	(13.778)	141.816
IRPJ e CSLL diferido s/ receitas no regime caixa	4.123	12.736	(10.576)	6.283
Total de passivos diferidos	**70.228**	**102.225**	**(24.354)**	**148.099**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**(44.999)**	**6.760**	**(14.221)**	**(52.460)**

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização /(Baixa)	Saldo em 31/12/2023
Diferenças temporárias	18.722	17.943	(17.383)	19.282
Ajuste a valor justo de ativos financeiros registrados no Patrimônio líquido	3.175	4.719	(5.007)	2.887
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.060	–	–	3.060
Total de ativo fiscal diferido	**24.957**	**22.662**	**(22.390)**	**25.229**
Obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor justo de ativos financeiros	76.016	36.550	(42.338)	70.228
Total de passivos diferidos	**76.016**	**36.550**	**(42.338)**	**70.228**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**(51.059)**	**(13.888)**	**19.948**	**(44.999)**

Com base nas projeções de resultados, a Administração entende que irá auferir resultados tributáveis para absorver os créditos tributários registrados conforme demonstrado a seguir:

Consolidado	Expectativa de realização – Saldo em 31/12/2024	Expectativa de realização – Saldo em 31/12/2023	Valor presente – Saldo em 31/12/2024	Valor presente – Saldo em 31/12/2023
2025	37.152	22.268	33.225	19.832
2026	17.802	67	14.238	54
2027	20.242	202	14.477	142
2028	7.108	461	4.546	290
2029	507	211	290	119
A partir de 2030	12.830	2.020	4.681	647
Total	**95.639**	**25.229**	**71.457**	**21.084**

O valor presente dos créditos tributários foi calculado considerando a taxa média do DI de 0,9353% ao mês em 2024 (0,9701% em 2023).

O imposto de renda e contribuição social diferido, ativo e passivo, estão compensados no balanço patrimonial por entidade tributável. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

O montante de crédito tributário não registrado em 31 de dezembro de 2024 foi de prejuízo fiscal de R$ 15.277 (R$ 13.271 em 31 de dezembro de 2023) e em 31 de dezembro de 2024 a base negativa foi de R$ 5.572 (R$ 5.142 em 31 de dezembro de 2023), os quais serão registrados quando apresentarem efetiva perspectiva de realização.

19. Segmentos operacionais

O Grupo possui um segmento reportável em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Esse segmento oferece serviços de bancos de investimentos, que são administrados e gerenciados de acordo com os produtos oferecidos.

O seguinte resumo das linhas de negócio do Grupo descreve os principais serviços prestados pelo segmento reportável do Grupo:

• *Investment Banking*

Oferece serviços de assessoria financeira e estratégica em transações de fusões e aquisições, vendas de participações, captação de recursos, parcerias estratégicas, reestruturações societárias e reestruturações financeiras. Desse modo, atua junto ao cliente na preparação dos materiais, levantamento de informações, modelagem financeira, estruturação do negócio, negociação de contratos e aconselhamento de acionistas e da administração em todas as etapas dos processos mencionados.

• Mercado de capitais

Assessora seus clientes na captação de recursos junto a investidores por meio de instrumentos de dívida. Atua na estruturação e distribuição de produtos financeiros desenvolvidos de acordo com as necessidades de cada cliente. A área participa ativamente durante todo o processo da estruturação dos instrumentos de dívida, de forma a orientar seus clientes da melhor forma possível.

• *Treasury Sales & Structuring*

Assessora e executa operações de câmbio, derivativos e fianças junto a seus clientes corporativos e institucionais. Atua na captação de recursos junto a clientes e terceiros utilizando seus produtos de tesouraria como CDBs, LCI/LCA e LFs. A área também é responsável pela gestão de tesouraria e ALM (*Asset and Liability Management*) e todos os acessos aos diferentes mercados primários de negociação local e internacional.

• Investimentos

Desenvolve novas teses de investimentos ilíquidos, negocia transações minoritárias, estrutura veículos de investimento, capta recursos de terceiros, aloca capital proprietário, presta serviços de gestão de recursos para os fundos e contribui para a estratégia de desenvolvimento das respectivas teses. Possui relacionamento com grande parte dos *family offices* brasileiros e base de investidores que comprometem capital de forma recorrente e permitem o acesso a negócios proprietários através da extensa rede de relacionamento com empresários locais.

• *Wealth Management*

Realiza a gestão de fortunas por meio da alocação de recursos de investimentos para clientes de alta renda. Sendo assim, faz toda a gestão do patrimônio dos clientes. Atua na gestão de investimentos, riscos, tributária, no planejamento imobiliário, presta serviços de administração e sucessão familiar.

• Remuneração do Capital

Concentra as receitas obtidas com a construção da carteira de crédito em TVM e créditos em transição. Adicionalmente remunera o capital pelas áreas que o utilizam (*e.g. Investments, Treasury Sales & Structuring*).

a. Informações sobre o segmento reportável

Considerando que o Grupo possui apenas um segmento reportável, as informações financeiras gerenciadas pela Administração são aquelas apresentadas no balanço patrimonial e demonstração de resultado.

b. Segmentos geográficos

As operações da Companhia são, substancialmente, realizadas no país (Brasil) e possui uma empresa com sede em Amsterdam, Holanda, cujo objeto social são atividades de consultoria em gestão empresarial. Além disso, conta também com um fundo de investimento domiciliado nas Ilhas *Cayman*, cuja estratégia de investimento é obter rentabilidade em títulos e valores mobiliários, incluindo ações e títulos de dívida, moedas, opções, futuros e outros derivativos, com foco no mercado brasileiro.

20. Outras informações

a. Garantias, Avais e Fianças

São concedidos créditos por meio de avais e fianças, através do veículo BR Partners Banco de Investimento S.A.. Em 31 de dezembro de 2024, o montante de limite de garantias prestadas foi de R$ 157.118 (R$ 222.081 em 31 de dezembro de 2023) e a provisão para perdas esperadas foi de R$ 532 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 1.128 em 31 de dezembro de 2023).

b. Contingências

Provisões tributárias

No Grupo BR Partners, não há registro de processo judicial de natureza passiva no âmbito tributário nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Provisões cíveis

No âmbito cível não existem processos cujo risco seja provável ou possível em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Provisões trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024 as ações trabalhistas classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda possível foi de R$ 164 (R$ 735 em 31 de dezembro de 2023). Os processos trabalhistas classificados como perda provável estão registrados sob o montante de R$ 1.368 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 1.206 em 31 de dezembro de 2023).

c. Gestão de recursos de terceiros

A Companhia faz a gestão de fundos de investimentos e os patrimônios sob gestão são:

Modalidade	Montante sob gestão – Saldo em 31/12/2024	Montante sob gestão – Saldo em 31/12/2023
Fundo de Investimento Multimercado	1.474.540	1.318.801
Fundo de Investimento em Participações	437.973	508.532
Fundo de Investimento Internacional	697.742	711.437
Carteiras Administradas Domésticas	333.808	36.881
Carteiras Administradas Internacionais	2.241.500	885.923

continua ...



BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

As seguintes alterações/emissões de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram adotadas pelo Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

• **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Financeiras"**: determina que para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, devem possuir o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. As alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

• **Alteração ao IFRS 16 – "Arrendamentos"**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (*sale and leaseback*). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

• **Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação"**: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (*Supplier Finance Arrangements* (SFAs)) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

e. IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Na data de autorização destas demonstrações financeiras, o Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas abaixo.

• **Alterações ao IAS 21 "Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intitulada falta de conversibilidade"**: as alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações executáveis. Quando a moeda não é conversível por outra moeda na data de mensuração, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista naquela data. O objetivo da entidade ao estimar a taxa de câmbio à vista é refletir a taxa na qual uma transação de câmbio organizada ocorreria na data de mensuração entre partes participantes de mercado em condições econômicas vigentes. A Administração espera que a aplicação dessas alterações não tenha impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo no futuro.

• **IFRS 18 "Apresentação e divulgações nas demonstrações financeiras"**: a IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação. As novas exigências da IFRS 18 são:

- Apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- Apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) nas notas explicativas à demonstrações financeiras;
- Melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

O Grupo deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando o Grupo aplicar a IFRS 18. Essa norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. Salienta-se, ainda, que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis no Brasil não emitiu – até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas -, o pronunciamento contábil corresponde ao IFRS 18.

A Administração da Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas no futuro.

• **IFRS 19 "Subsidiárias sem responsabilidade pública"**: essa norma permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade públicas e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis em IFRS. A Administração do Grupo não espera que a IFRS 19 seja aplicada nas demonstrações financeiras consolidadas.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que: i) somos responsáveis pelas informações contidas neste arquivo; e ii) revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BR Advisory Partners Participações S.A. ("Companhia"), relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo (SP), 13 de fevereiro de 2025

Marcelo Nóbrega da Costa

Diretor Financeiro

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que: i) somos responsáveis pelas informações contidas neste arquivo; e ii) revisamos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BR Advisory Partners Participações S.A. ("Companhia"), relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo (SP), 13 de fevereiro de 2025

Marcelo Nóbrega da Costa

Diretor Financeiro

DECLARAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Prezados Conselheiros,

Os membros do Comitê de Auditoria da BR Advisory Partners Participações S.A. ("Companhia"), órgão não estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, em atendimento ao item 3.1 (iv) de seu Regimento Interno, revisou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Comitê de Auditoria, com base nas informações prestadas pelos auditores independentes KPMG, bem como nas discussões mantidas e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Informações Financeiras.

Permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento adicional que venha a ser requerido por V.Sas.

São Paulo (SP), 13 de fevereiro de 2025

Comitê de Auditoria

Marcelo Nóbrega da Costa — Luiz Henrique Lobo — Carla Alessandra Trematore

A Diretoria — **Hideo Antonio Kawassaki** – Contador CRC 1SP 184.007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores da

BR Advisory Partners Participações S.A.

São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BR Advisory Partners Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BR Advisory Partners Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração de instrumentos financeiros

Veja as notas explicativas 3.c e 6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia possui aplicação em instrumentos financeiros representados por cotas de fundos de investimento em participações classificada como nível 3 na hierarquia de valor justo. Esses fundos possuem investimentos em ações de companhias fechadas, sem cotação em bolsa ou mercado ativo, registrados pelo seu valor justo. A mensuração do valor justo foi efetuada por meio do método de fluxo de caixa descontado, a qual considera premissas e expectativas de projeções de resultados futuros das companhias investidas, tais como: taxas de crescimento, taxas de desconto e taxas de inflação, estabelecidas internamente pela Administração.

Devido à relevância e às incertezas relacionadas as premissas para a determinação do valor justo dos fundos que podem resultar em um ajuste material nos saldos contábeis das demonstrações financeiras da Companhia, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:

- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da técnica de avaliação (fluxo de caixa descontado) e a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação do laudo, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto e taxas de inflação;
- Análise, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas da adequação dos cálculos matemáticos incluídos em tais laudos de avaliação; e
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos instrumentos financeiros classificados como nível 3, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

A demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar em relação as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2025.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 027.685/O-0 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP 153.569/O-0

www.brpartners.com.br

Eufrázio



Alvaro Gribel *E-mail: alvaro.gribel@estadao.com; X: @alvarogribel*

O ponto da Fazenda na questão fiscal

Os gastos do governo caíram em 2024, na comparação com o ano anterior, seja como proporção do PIB, seja em termos reais, já descontada a inflação. Ao mesmo tempo, a arrecadação subiu, mas ainda não atingiu o mesmo patamar de 2022, o último ano do governo Bolsonaro. Esses são os principais argumentos usados por integrantes do Ministério da Fazenda para se defender das críticas de que não vêm promovendo ajuste fiscal.

Pelo lado das receitas, Fernando Haddad diz que recebeu um Orçamento prevendo apenas 17% do PIB de arrecadação para 2023. Isso consta no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado pela equipe do então ministro da Economia, Paulo Guedes, ao Congresso. Para efeito de comparação, a receita no ano de 2022 foi de 18,4% do PIB, ou seja, 1,4 ponto porcentual maior.

Haddad sustenta que seria impossível reequilibrar as contas públicas com uma arrecadação tão baixa, o que parece fazer sentido. Por isso, começou a adotar medidas para recompor a base arrecadatória.

Mesmo com a série de propostas que o levaram a ganhar o apelido de "Taxad" nas redes, a arrecadação subiu para 17,4% do PIB em 2023. Em 2024, saltou para 18,3%. Em ambos os casos, sem atingir o nível de 2022.

Pelo lado do gasto, há uma confusão estatística que deixa qualquer análise mais difícil. O problema começou com o calote dado nos precatórios em 2022, pelo governo Bolsonaro. Isso fez com que a despesa daquele ano ficasse em 18% do PIB, menor do que deveria ser de fato. Em 2023, após a aprovação da PEC da Transição, que ampliou gastos em R$ 145 bilhões, e mais o pagamento do calote dos precatórios, a despesa subiu para 19,5% do PIB.

Haverá redução nos gastos com PIB mais fraco, eleição batendo à porta e indexações que voltaram?

A Fazenda alega, porém, que em 2024 o gasto voltou a cair, para 18,7% do PIB, o que mostraria o ajuste fiscal. Mas, há a ajuda do crescimento mais forte da economia e do chamado "deflator", uma espécie de impulso que a inflação dá para o cálculo do PIB nominal e que ajuda diluir o gasto em relação ao tamanho da economia.

Olhando por outro ângulo, em termos reais, houve queda de 0,7% na despesa primária total do Tesouro, sobre 2023.

A Fazenda tem o seu ponto sobre a condução das contas públicas, embora haja economistas apontando para gastos por fora do Orçamento, o chamado "parafiscal". A nota da pasta ontem não esclarece totalmente as dúvidas.

Tudo leva a crer que a prova dos nove será 2025, quando a economia tende a desacelerar. Haverá redução nos gastos com o PIB mais fraco, as eleições batendo à porta e todas as indexações que voltaram no governo Lula? As incertezas continuam. ●

REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles (revezam quinzenalmente) e Antonio Penteado Mendonça ● TER. Demi Getschko (quinzenalmente) ● QUA. Fábio Alves ● QUI. Alvaro Gribel ● SEX. Elena Landau e Laura Karpuska (revezam quinzenalmente) ● SAB. Fabio Giallo ● DOM. José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman (revezam quinzenalmente); Roberto Rodrigues (2.º domingo do mês), Albert Fishlow (3.º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

Indicadores **Em queda**

Serviços desaceleram em dezembro, mostra IBGE

RIO

O setor de serviços encerrou o ano de 2024 com perda de fôlego. O volume de serviços prestados caiu 0,5% em dezembro ante novembro, após já ter diminuído 1,4% naquele mês. Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar dos resultados negativos no mês, a prestação de serviços no País cresceu 3,1% em 2024, quarto ano seguido de alta, sequência positiva inédita na série histórica da pesquisa, iniciada em 2012.

"Os dados (*de dezembro*) apoiam nossa visão de que a atividade econômica desacelerou no quarto trimestre", disse Mario Mesquita, economista-chefe do Itaú Unibanco, em relatório. ● DANIELA AMORIM

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES

COMUNICADO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2024

PROCESSO CMSP-PAD-2024/00613
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
OBJETO: Contratação de serviços de manutenção e conservação predial, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas, parte integrante do Edital.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras, UASG 925109
DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 13/02/2025
DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 27/02/2025 às 14h30 - Poderá o interessado obter o edital, gratuitamente, no site da Câmara Municipal de São Paulo: https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais-em-aberto/, ou solicitar via e-mail, no endereço eletrônico: cjl@saopaulo.sp.leg.br.

PORTO DE SANTOS AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A. MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

A **Autoridade Portuária de Santos (APS)**, por meio da Superintendência de Governança, Riscos e Compliance, torna público, para conhecimento dos interessados, o edital de Consulta ao Mercado com vistas ao Projeto de Desenvolvimento do Selo de Certificação ESG do Porto de Santos. O prazo para o recebimento das propostas será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de publicação deste edital, o documento poderá ser acessado no site www.portodesantos.com.br.

Santos, 12 de fevereiro de 2025
ANDERSON POMINI
Presidente

Fortaleza PREFEITURA **AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90008/2025
PROCESSO: P473992/2024
ORIGEM: Fundação de Apoio à Gestão Integrada em Saúde de Fortaleza - FAGIFOR
OBJETO: Registro de Preços visando a seleção de empresa para aquisições futuras e eventuais de Medicamentos Gerais XI para atender as necessidades da Fundação de Apoio à Gestão Integrada em Saúde de Fortaleza - FAGIFOR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.
DO TIPO: Menor preço total do grupo
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado
O Agente de Contratação (Pregoeiro) da Fundação de Apoio à Gestão Integrada em Saúde de Fortaleza - FAGIFOR, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 13 de fevereiro de 2025 a 25 de fevereiro de 2025 até às 09h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico https://www.gov.br/compras. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 25 de fevereiro de 2025, às 09h00min. **(Horário de Brasília)**. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta no site da FAGIFOR (https://www.fagifor.fortaleza.ce.gov.br), no Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (https://www.pncp.gov.br) Maiores informações estarão disponíveis pelo telefone (85) 3224-8856 e por meio do correio eletrônico licitacao@fagifor.fortaleza.ce.gov.br.

Fortaleza (CE), 10 de fevereiro de 2025.
Jorge Braga Neto
Agente de Contratação
Fundação de Apoio à Gestão Integrada em Saúde de Fortaleza – FAGIFOR

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA
Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras**, cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br).
CONCORRÊNCIA:
FFM 0194/2025-00 "FREEZER PARA CONGELAMENTO RAPIDO (ULTRAFREEZER)"
ADJUDICAÇÃO – COMPRAS REGULAMENTO FFM
FFM 2107/2024-00 (PI 20240196) HAMISHIM TRADING INC., REPRESENTADA PELA EMPRESA HEALTH RESOURCES COMERCIO, IMPORTACAO, EXPORTACAO E SERVICOS LTDA, 28.643.200/0001-61. **FFM 1634/2024-00** (RC 42.395) TRACKSALE INTERNET LTDA, 22.687.094/0001-51. **FFM 1738/2024-00** (RC 41.757) VICTOR SCRIPNIC DOS SANTOS 32507432837-ME, 43.841.473/0001-24. **FFM 1881/2024-00** (RC 41.938) NOGUEIRA & NOGUEIRA COM. DE MIUDOS E VISCERAS DE ANIMAIS P/ PESQUISA LTDA-ME, 10.863.583/0001-38
REVOGAÇÃO
A FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA, comunica a **REVOGAÇÃO** do PROCESSO DE COMPRA REGULAMENTO FFM: **FFM 1849/2024-00** – "GRAMPEADOR ENDOSCOPICO CORTANTE E CARGA PARA GRAMPEADOR", por solicitação do requisitante.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"
Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19 3818-4505 / 19 3891-4489

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 03/2025
O Consórcio Intermunicipal de Saúde "8 de Abril", com endereço à Rua Dr. José Alves, 403, Centro, Mogi Mirim/SP, CEP 13.800-050, Telefone (19) 3891-4505 / 3891-4489, e-mail compras@conti.gov.br, realizará o Pregão Eletrônico 03/2025 (Lei Federal 14.133/2021), com vistas a contratação de empresa especializada para prestação de serviço técnico e contínuo de fornecimento da licença de uso de software por prazo determinado (locação), hospedados em nuvem, com implantação, migração de dados, treinamento, suporte remoto e presencial para atender aos setores de Recursos Humanos, Suprimentos, Contabilidade, Tesouraria, Protocolo e ainda, atender ao Portal Transparência, contemplando evoluções tecnológicas em consonância com a legislação vigente e suas alterações posteriores, visando atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde "8 de Abril". O início do cadastro das propostas financeiras será às 9:00 horas do dia 13/02/2025. O término do cadastro das propostas financeiras será às 9:00 horas do dia 26/02/2025. A abertura das propostas financeiras será às 9:15 horas do dia 26/02/2025. O início da disputa de preços será às 9:30 horas do dia 26/02/2025 na plataforma eletrônica https://novobbmnet.com.br/. Todas as referências de tempo do edital, avisos e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF. O edital e anexos poderão ser baixados em www.conti.gov.br. Mogi Mirim/SP, 12/02/2025.
RAFAELA FERNANDA SUTANI HASS
Secretária de Suprimentos

Cruzeiro do Sul Educacional **Cruzeiro do Sul Educacional S.A.**
CNPJ/MF nº 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000 - Companhia Aberta
Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 16 de Janeiro de 2025
Data, Hora e Local: No dia 16/01/2025, às 16h, de modo exclusivamente digital, considerada como realizada na sede da Companhia ou CSED. **Presença:** A presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Sr. Wolfgang Stephan Schwerdtle - **Presidente;** e Sra. Jéssica Caroline Angeiras Passolongo Pereira - **Secretária. Deliberações:** (i) tomaram conhecimento sobre a renúncia apresentada pelo Sr. Fabio Marcel Fossen, RG nº 11.750.617-6 SSP/SP, CPF/ME nº 125.618.518-40, ao cargo de Diretor Presidente, que se tornará eficaz em 14/02/2025, conforme Carta de Renúncia arquivada na sede da Companhia; e (ii) aprovaram, por maioria de votos, a eleição do Sr. **Renato Padovese**, RG nº 17.027.031-1 SSP/SP, CPF/ME nº 151.905.258-80, ao cargo de Diretor Presidente de forma interina, com eficácia a partir de 14/02/2025, para um mandato unificado com os demais membros da Diretoria eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 10/09/2024, estendendo-se até 10/09/2026. Consignar que, com base nas informações recebidas pelos membros do Conselho de Administração, o Sr. Renato Padovese ora eleito está em condições de firmar as declarações de desimpedimento mencionadas no artigo 147, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e no "Anexo K" da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, conforme alterada, ("Resolução CVM 80/2022") que ficarão arquivadas na sede da Companhia. Ainda, consignar que o membro da Diretoria ora eleito tomará posse em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse, nos termos do artigo 147, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações e do "Anexo K" da Resolução CVM 80/2022, a ser lavrado em livro próprio da Companhia, acompanhado da declaração de desimpedimento nos termos do parágrafo acima, e da sua anuência aos termos da cláusula compromissória de que trata o atual artigo 48 do Estatuto Social da Companhia e as demais declarações exigidas nos termos da lei e da regulamentação aplicáveis, e permanecerá no exercício de seu cargo até a eleição e posse de seu sucessor, nos termos do artigo 14, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Companhia. Foi, então, consignado que, a partir de 14/02/2025, a Diretoria da Companhia será composta pelos seguintes membros, com mandato unificado até 10/09/2026: (a) Sr. **Renato Padovese**, Diretor Presidente; (b) Sr. **Luis Felipe Silva Bresaola**, Diretor de Relações com Investidores; e (c) Sr. **Felipe Coragem Negrão**, Diretor Financeiro e Administrativo. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. São Paulo, 16/01/2025. **Mesa: Jéssica Caroline Angeiras Passolongo Pereira** - Secretária. **JUCESP** nº 45.522/25-5 em 11/02/2025. Aloízio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Fique por dentro dos principais Fatos Relevantes das companhias de seu interesse.

AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS
INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL
BUSCADOR INTELIGENTE
PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS
CONTEÚDOS DE E&H RELACIONADOS

PORTAL ESTADÃO RI

ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM:
ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO 107,3
broadcast

Com a bola, o ministro Wellington Dias

ARTIGO

Raul Velloso
Consultor econômico

As pessoas ainda não se deram conta, mas na evolução recente das contas públicas, o "xis" da questão é a explosão do peso do componente Previdência mais Benefício de Prestação Continuada (BPC), este último uma transferência destinada a idosos e deficientes pobres. O salto da soma desses dois tipos de gasto na União, nos últimos 37 anos, foi de 22,3% para 56,2% do total, algo chocante.

Somando-se aí os demais itens da área social, como o Bolsa Família, o abono salarial do PIS/Pasep, o seguro-desemprego e o seguro-defeso, tal peso ficou bem maior e bem mais difícil de administrar.

Uma consequência básica disso foi a desabada dos investimentos públicos em infraestrutura, e, por isso, das taxas de crescimento do PIB e do emprego. Para reconstruir tal espaço orçamentário, cabe equacionar os passivos atuariais das respectivas previdências. Já no tocante aos benefícios assistenciais, a prioridade deveria ser um combate acirrado às inúmeras e expressivas fraudes sobre as quais também se sabe pouco, mas que passaram a surgir para explicar a explosão recente desses benefícios.

Basicamente, a União partiu para encolher ao máximo os investimentos em infraestrutura, o item menos rígido, embora seja exatamente o que faz a economia crescer. Por mais que as pessoas pasmem, dos anos 1980 até 2022, tivemos a razão investimento público em infraestrutura/PIB, que era de 5,1% em 1987, caindo para 0,6% do PIB em 2023.

> *Cabe ressaltar esforço que vem sendo feito no combate às fraudes que têm ocorrido na gestão da área assistencial*

Ou seja, ele quase simplesmente desapareceu.

Sem tais ações (ou seja, o citado equacionamento), o financiamento desses regimes não terá mais, em breve, como se basear apenas nas atuais cobranças de contribuições, pois os déficits financeiros vão ficando gigantescos. Terá chegado, então, a hora em que a capitalização da previdência pode ter se tornado inevitável.

Para concluir, cabe ressaltar o esforço que já vem sendo feito no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social no combate às fraudes que têm ocorrido intensamente na gestão da área assistencial, entre outras iniciativas.

Diante do reconhecimento da importância desse tipo de ação, o titular da pasta, o piauiense Wellington Dias, acaba de se destacar das demais autoridades ao ser eleito presidente mundial do Conselho da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, com a missão de promover um debate estratégico entre os países e órgãos membros sobre ações imediatas a serem tomadas para criar melhores condições de funcionamento da citada Aliança. Com ele, então, a bola estará. ●

IMPERDÍVEL
LEILÃO DE IMÓVEIS
EXCELENTE TERRENO

VILA AMÁLIA
SÃO PAULO/SP

28/02 ÀS 11H
SOMENTE ONLINE

TERRENO COM
1.000M²

LANCE INICIAL:
R$1.520.000

TERRENO APROVADO PARA INCORPORAÇÃO DE PRÉDIO. TERRENO LIMPO E PLANO, DE ESQUINA, COM 1.000M² E PROJETO APROVADO NA PREFEITURA DE SÃO PAULO PARA EDIFÍCIO DE 49 APARTAMENTOS, 100% ENQUADRADOS NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA. PRONTO PARA INCORPORAÇÃO/LANÇAMENTO IMEDIATO.

SÃO PAULO/SP. VILA AMÁLIA. UM TERRENO SITUADO NA RUA ELZA GUIMARÃES Nº 717, ESQUINA COM A RUA TITO NICOLAU, LOTES Nº 102, 103,104 E 105 DA VILA AMÁLIA, COM ÁREA DE 1.000M², MATRÍCULA SOB Nº 154.698 DO 3º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO/SP. INSCRIÇÃO MUNICIPAL – 305.020.0105-1. IMÓVEL POSSUI ALVARÁ DISPONÍVEL PARA CONSTRUÇÃO IMEDIATA SOB O NÚMERO 2021/06303-00 PUBLICADO EM 08/10/2021. TERRENO LIMPO E PLANO, DE ESQUINA, COM 1.000M2 E PROJETO APROVADO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO PARA EDIFÍCIO DE 49 APARTAMENTOS, 100% ENQUADRADOS NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA. PRONTO PARA INCORPORAÇÃO/LANÇAMENTO IMEDIATO. DESOCUPADO. É PERMITIDA A VISITAÇÃO, QUE DEVERÁ SER PREVIAMENTE AGENDADA COM SR. EMERSON PELO NÚMERO TEL: 11 - 2464-6480 / CELULAR 11 - 97777-0753 OU ATRAVÉS DO E-MAIL AF@SODRESANTORO.COM.BR.

CONSULTE O EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA AGENDAR VISITAS AOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS PARA VISITAÇÃO OU ESCLARECER DÚVIDAS, ENTRE EM CONTATO PELO TELEFONE (11) 2464-6460.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Indústria aeronáutica **Aportes**

Embraer deve investir R$ 20 bi até 2030, diz CEO

O CEO da Embraer, Francisco Gomes Neto, disse ontem que a empresa investirá algo próximo de R$ 20 bilhões até 2030. Ele deu a declaração no Palácio do Planalto, em cerimônia do Nova Indústria Brasil (NIB), programa do governo para o desenvolvimento industrial, que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Esse valor será destinado a atender ao aumento da produtividade. De aeronaves e desenvolvimento de novos produtos, como as aeronaves elétricas Iviton, os nossos carros voadores, que serão fabricados no Brasil pela EVE, empresa do Grupo Embraer", disse, acrescentando que a empresa trabalha "intensamente" para aumentar eficiência e produtividade.

Segundo Gomes Neto, a Embraer ampliou vendas e está alcançando novos mercados, avanços que foram possíveis com o apoio institucional do governo. Ele também disse estar satisfeito com o avanço das discussões de políticas públicas para retenção de talentos no País.

● CAIO SPECHOTO e AMANDA PUPO/BRASÍLIA

Tecnologia Abuso de poder

Cade fecha cerco e avança em ações que têm as big techs como alvo

Na próxima semana, órgão de defesa da concorrência fará audiência pública para ouvir plataformas sobre série de denúncias que recebeu de empresas e consumidores

MARIANA CARNEIRO
ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o órgão brasileiro de defesa da concorrência, prepara-se para julgar sanções às gigantes Apple e Google por práticas anticoncorrenciais nas suas lojas de aplicativos, abrindo o que deve ser a primeira frente de confrontos do Brasil com empresas americanas de tecnologia, empoderadas sob o governo de Donald Trump.

Na próxima semana, o Cade fará uma audiência pública para ouvir as empresas do setor sobre a regulação de práticas comerciais. Procurada, a Câmara Brasileira de Economia Digital (Câmara-e.net), que representa as big techs, não se manifestou.

Em outra frente, o governo federal quer acelerar o envio de um projeto de lei para ampliar o poder do Cade e torná-lo o principal regulador do mercado de big techs, as gigantes globais da tecnologia, com a função de evitar práticas predatórias, ao limitar ou encarecer o acesso de consumidores a produtos e empresas.

Há seis processos em análise no Cade envolvendo as big techs. O primeiro da fila, que tem previsão para entrar na pauta de julgamentos ainda neste semestre, segundo apurou a reportagem, é um recurso da Apple contra a proibição imposta pelo órgão à cobrança de desenvolvedores de aplicativos que estão na Apple Store.

A investigação constatou que a empresa cobra 30% dos desenvolvedores de apps a título de taxa de solução de pagamentos, o que a Apple nega.

Segundo a empresa, a comissão caiu e, em alguns programas, é de 15%. A Apple também alega, para justificar a cobrança, que mantém em sua plataforma um sistema de segurança de pagamentos que impede fraudes, permite o cancelamento de compras e facilita a avaliação dos usuários.

Em novembro, o Cade instaurou um processo administrativo contra a Apple por práticas anticoncorrenciais, com base em uma queixa do Mercado Livre, e determinou que a companhia removesse restrições de meios de pagamento no sistema iOS e permitisse a compra de aplicativos fora de sua loja online.

Dez dias depois, a Justiça Federal do Distrito Federal derrubou a medida preventiva, que considerou "desproporcional" e "desnecessária". Diante dessa decisão favorável na Justiça, a Apple recorreu ao Cade para derrubar de vez a sanção. O recurso será levado a julgamento no tribunal do Cade, que também já investiga prática semelhante adotada pelo Google na Play Store.

ÓRGÃO REGULADOR. Desenvolvedores como a Match, dona do Tinder, e a Epic Games, dona do Fortnite, fizeram queixas ao Cade e ao Ministério da Fazenda contra práticas adotadas pelas lojas de aplicativos.

CASOS DE 'BIG TECHS' NO CADE

Ações foram iniciadas a partir de denúncias recebidas pelo órgão

CASO	REPRESENTANTE	REPRESENTADO	CONDUTA PRINCIPAL
GOOGLE NEWS	CADE	GOOGLE BRASIL	SCRAPPING: INDEXAÇÃO DE BUSCAS NOS NAVEGADORES
GOOGLE ANDROID	CADE	GOOGLE INC. E GOOGLE BRASIL	FECHAMENTO DE MERCADO
MERCADO LIVRE X APPLE	EBAZAR E MERCADO PAGO	APPLE INC. E APPLE LATAM	ABUSO DE POSIÇÃO DOMINANTE, PRÁTICAS RESTRITIVAS VOLTADAS A EXCLUSÃO DE CONCORRENTES
GOOGLE PLAYSTORE	CADE	GOOGLE INC. E GOOGLE BRASIL	ABUSO DE POSIÇÃO DOMINANTE, PRÁTICAS RESTRITIVAS VOLTADAS A EXCLUSÃO DE CONCORRENTES
IDEC X META	INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC)	META	ABUSO DE POSIÇÃO DOMINANTE, PRÁTICAS RESTRITIVAS VOLTADAS A EXCLUSÃO DE CONCORRENTES
STOPCLUB X UBER	STOPCLUB	UBER	INFRAÇÃO DA ORDEM ECONÔMICA

FONTE: CADE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Os movimentos do Cade coincidem com o cerco que o governo vem fazendo às big techs desde que a Meta – dona do Facebook, Instagram e WhatsApp – anunciou que vai afrouxar a moderação de conteúdo. A leitura do governo é de que a falta de controle sobre os conteúdos dará mais espaço a discursos de ódio e também à extrema direita.

Na mira
Nos últimos dois anos, cresceram as denúncias que chegam ao Cade contra as big techs

A regulação das big techs é assunto espinhoso, já que Donald Trump se aproximou dessas empresas no atual mandato e pode adotar retaliações caso o Brasil tente restringir seus negócios.

A situação entre os dois países se tornou mais delicada depois da aplicação de tarifas de 25% sobre o aço e o alumínio importados pelos EUA – decisão que atinge o Brasil, grande exportador de produtos siderúrgicos.

Há dois projetos de lei que tratam da atuação das big techs em discussão no governo. Um trata de moderação de conteúdo e outro, que é conduzido pelo Ministério da Fazenda, aborda as práticas comerciais dessas empresas.

Neste segundo tema, a proposta do time do ministro Fernando Haddad é transformar o Cade no agente regulador das big techs no País. Além de empoderar o Cade, a Fazenda quer criar regras com base em critérios como faturamento e a relevância em múltiplos mercados para cada uma das grandes big techs.

A regulação da atuação comercial das big techs decorre de denúncias que têm chegado ao Cade há cerca de dois anos, feitas inclusive por empresas estrangeiras. Como acontece em outros países, a ideia é garantir que essas empresas não abusem de sua dominância de mercado para dificultar o acesso de empreendedores ou de consumidores, o que poderia afetar a competição.

Além de Apple e Google, estão na mira do Cade a Meta, Amazon, Booking, ByteDance (TikTok) e Microsoft, consideradas "gatekeepers" – que funcionam como porta de acesso para empresas e consumidores ao mercado e, por isso, merecem ser reguladas. ●

Provável aliança com a Apple valoriza Alibaba

As ações do Alibaba Group, dono do AliExpress e do braço tecnológico da empresa Alibaba Cloud, subiram 8,6% ontem depois que notícias sobre o possível fornecimento de base para a inteligência artificial (IA) da Apple na China foram divulgadas. Os papéis da gigante chinesa registraram a maior alta desde setembro, quando, ao citar uma fonte interna, o site especializado The Information disse que Apple e Alibaba submeteram recursos de IA para aprovação do regulador da rede de internet chinês. A Baidu, por vezes considerada o equivalente ao Google no país, caiu quase 3% na Bolsa de Hong Kong.

Conquistar um espaço no iPhone para sua IA, por si só, já representaria avanço importante para a Alibaba, cujos modelos recentes tiveram bom desempenho em testes globais de referência. A principal tecnologia de IA da gigante é o Qwen, uma família de modelos de código aberto focados em programação.

Em janeiro, a Alibaba lançou uma atualização que, segundo a empresa, tornava o Qwen capaz de superar a DeepSeek e outros concorrentes do setor, como o Llama, da Meta. O upgrade se chama Qwen 2.5 Max e "alcança desempenho competitivo em relação aos modelos de primeira linha", afirmou a companhia.

Em alta
Neste ano, as ações da companhia chinesa já subiram mais de 30% com seus avanços na IA

Este ano tem sido particularmente bom para a empresa com sede em Hangzhou, no sul da China. Suas ações já subiram mais de 30% desde o início do ano, impulsionadas pelo otimismo de que a companhia – mesmo em um cenário de queda no consumo chinês – progride no desenvolvimento de serviços e plataformas de IA para o maior mercado de internet do mundo. Representantes da Alibaba e da Baidu não comentaram o assunto.

Do lado da Apple, a parceria é uma jogada estratégica para reativar suas vendas na China. Isso porque a principal novidade da fabricante do iPhone para seus dispositivos, a Apple Intelligence, ainda não estreou na China. Tim Cook, CEO da Apple, citou essa ausência como um dos fatores que levaram a uma recente queda de 11% nas vendas dos smartphones da empresa na China. A tendência, caso a Apple não recupere esse consumidor, é que a brecha seja preenchida por marcas locais, como a Huawei.

● JOÃO PEDRO ADANIA

EMBRAESP
LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS
www.embraesp.com.br
(11) 3665-1590

COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE

GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO

NÚCLEO DE FINANÇAS, SUPRIMENTOS E GESTÃO DE CONTRATOS.

LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/25
PROCESSO Nº 024.00190144/2024-47

Encontra-se aberta no DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SOROCABA – DRS XVI, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO número 90005/2025, do tipo MENOR PREÇO, objetivando a AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE HOME CARE PARA ATENDIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico compras.gov, cuja abertura está marcada para o dia 26/02/2025, às 09:00 horas.
Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 13/02/2025, o site https://www.gov.br/pncp/pt-br.

COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE

GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO

NÚCLEO DE FINANÇAS, SUPRIMENTOS E GESTÃO DE CONTRATOS.

LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/25

PROCESSO Nº 024.00190141/2024-11

Encontra-se aberta no DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SOROCABA – DRS XVI, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO número 90003/2025, do tipo MENOR PREÇO, objetivando a AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE HOME CARE PARA ATENDIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico compras.gov, cuja abertura está marcada para o dia 06/03/2025, às 09:00 horas.
Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 13/02/2025, o site https://www.gov.br/pncp/pt-br.

COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE

GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO

NÚCLEO DE FINANÇAS, SUPRIMENTOS E GESTÃO DE CONTRATOS.

LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90004/25

PROCESSO Nº 024.00217793/2024-01

Encontra-se aberta no DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SOROCABA – DRS XVI, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO número 90004/2025, do tipo MENOR PREÇO, objetivando a AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE HOME CARE PARA ATENDIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico compras.gov, cuja abertura está marcada para o dia 27/02/2025, às 09:00 horas.
Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 13/02/2025, o site https://www.gov.br/pncp/pt-br.

e|investidor ESTADÃO

Planilha de gastos

ACESSE JÁ!

Drogaria Super Popular Hortolândia S.A.

CNPJ: 15.839.321/0001-51

Balanço Patrimonial consolidado de 31/12/2020 e 31/12/2019 (Em reais)

	2020	2019
Ativo	21.062.246,21	23.638.248,99
Ativo Circulante	15.374.838,51	14.778.174,83
Disponibilidades	731.485,24	866.988,00
Caixa	583.416,67	551.597,69
Bancos Conta Movimento	45,50	35.580,35
Aplicações Financeiras	148.023,07	279.809,96
Direitos Realizáveis a Curto Prazo	14.595.602,56	13.858.712,68
Clientes Nacionais	1.672.240,96	1.717.100,86
Adiantamentos	1.177.547,02	1.387.372,00
Tributos e Contribuições a Compensar	68.513,37	98.327,49
Empréstimos	266.646,28	312.095,45
Estoques	11.410.654,93	10.343.816,88
Despesas do Exercício Seguinte	47.750,71	52.474,15
Despesas a Apropriar	47.750,71	52.474,15
Ativo Não Circulante	5.687.407,70	8.860.074,16
Investimentos	38.401,66	61.040,65
Investimentos	38.401,66	61.040,65
Imobilizado	5.519.311,54	8.611.629,91
Bens e Direitos em Uso	18.768.224,15	18.784.226,42
Imobilizado em Andamento	103.771,27	82.759,09
(-) Depreciação Acumulada	(13.352.683,88)	(10.255.355,60)
Ativo Intangível	129.694,50	187.403,60
Bens de Natureza Intangível	410.075,55	422.829,39
(-) Amortização Acumulada	(280.381,05)	(235.425,79)

	2020	2019
Passivo	21.062.246,21	23.638.248,99
Passivo Circulante	22.576.828,43	21.973.810,65
Fornecedores	11.740.269,64	12.425.758,38
Fornecedores	11.740.269,64	12.425.758,38
Empréstimos e Financiamentos	4.352.323,04	3.253.304,65
Empréstimos e Financiamentos	3.521.388,33	2.930.025,43
Empréstimos de Pessoas Ligadas	1.242.904,73	841.280,08
(-) Encargos a Transcorrer	(411.970,02)	(518.000,86)
Obrigações Trabalhistas	2.099.357,99	2.228.804,45
Folha de Pagamento de Empregados	250.666,62	255.658,32
Folha de Pagamento de Dirigentes	5.225,00	5.224,00
Encargos Sociais a Pagar	851.160,86	892.886,79
Provisões da Folha de Pagamento	992.305,51	1.075.035,34
Obrigações Tributárias	190.186,29	94.072,94
Impostos e Contribuições Retidos a Recolher	40.744,54	53.237,72
Impostos e Contribuições sobre o Lucro	80.316,32	-
Impostos e Contribuições s/Receitas	69.125,43	40.835,22
Contas a Pagar	2.743.638,71	2.755.793,83
Contas a Pagar	2.743.638,71	2.755.793,83
Parcelamentos de Impostos	1.339.052,76	1.104.076,40
Parcelamentos de Impostos	1.339.052,76	1.104.076,40
Cheques a Compensar	112.000,00	112.000,00
Cheques a Compensar	112.000,00	112.000,00
Passivo Não Circulante	5.108.234,07	9.194.820,72
Empréstimos e Financiamentos	1.686.619,07	2.606.675,86
Empréstimos e Financiamentos	1.999.298,48	2.874.088,64
(-) Encargos a Transcorrer	(312.679,41)	(267.412,78)
Parcelamentos de Impostos NC	3.035.234,98	3.483.158,12
Parcelamentos de Impostos NC	3.035.234,98	3.483.158,12
Contas a Pagar	386.380,02	3.104.986,74
Contas a Pagar	386.380,02	3.104.986,74
Patrimônio Líquido	(6.622.816,29)	(7.530.382,38)
Capital	1.605.000,00	1.605.000,00
Capital Social	1.605.000,00	1.605.000,00
Reservas	(1.126.987,53)	(626.987,53)
Reservas de Capital	(500.000,00)	-
Reservas de Lucros	(626.987,53)	(626.987,53)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(7.100.828,76)	(8.508.394,85)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(2.543.375,58)	(2.543.375,58)
Resultado do Exercício	(4.557.453,18)	(5.965.019,27)

Demonstração dos Resultados Abrangentes de 31/12/2020 e 31/12/2019

	2020	2019
Resultado Líquido do Exercício	1.599.336,61	(3.164.865,95)
Lucros ou Prejuízos do Exercício	1.599.336,61	(3.164.865,95)
Resultado Abrangente do Exercício	1.599.336,61	(3.164.865,95)

Demonstração dos Fluxos de Caixa de 31/12/2020 e 31/12/2019

Atividades Operacionais	2020	2019
Resultado Líquido do Exercício	1.599.336,61	(3.164.865,95)
Ajustes para Conciliar o Lucro Líquido ao Caixa Oriundos/Aplicados nas Atividades Operacionais		
Depreciação e Amortização	3.142.283,58	3.792.422,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	(191.770,52)	943.819,41
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	-	(326.741,00)
Fluxo de Caixa Originário de Atividades Operacionais		
Redução(Aumento)em Despesas Antecipadas	4.723,44	(47.714,08)
Redução(Aumento) de Clientes	44.859,90	750.365,59
Redução(Aumento) Pagamentos Funcionários	(129.446,46)	(1.631.877,98)
Redução(Aumento) de Adiantamentos	209.824,98	(465.028,64)
Redução(Aumento) Estoques	(1.066.838,05)	(1.865.792,72)
Redução(Aumento) em Tributos a Compensar	29.814,12	(96.287,51)
Redução(Aumento) Fornecedores	(685.488,74)	1.848.885,60
Redução(Aumento) Contas a Pagar	(2.996.586,87)	1.752.556,66
Redução(Aumentos) Impostos e Tributos	96.113,35	(12.822,61)

Atividades Operacionais	2020	2019
Disponibilidades Líquidas Geradas nas Atividades Operacionais	56.825,34	1.476.818,49
Fluxo de Caixa Originário de Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizado/Intangível	(439.377,86)	(1.159.351,00)
Aumento(Redução) Outros Investimentos	22.638,99	130.980,50
Disponibilidades Líquidas Geradas Atividades Investimentos	(416.738,87)	(1.028.370,50)
Fluxo de Caixa Originário de Atividades de Financiamentos		
Empréstimos Tomados a Curto Prazo	1.099.018,39	(924.811,81)
Empréstimos Tomados a Longo Prazo	(920.056,79)	1.553.595,67
Aumento (Redução) Empréstimos Concedidos	45.449,17	(68.275,85)
Aquisição de Ações e Tesouraria		(626.988,00)
Disponibilidades Líquidas Geradas Atividades Financiamentos	224.410,77	(66.479,99)
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	(135.502,76)	381.968,00
Disponibilidades no Início do Período	866.988,00	485.020,00
Disponibilidades no Final do Período	731.485,24	866.988,00
Variação das Disponibilidades	(135.502,76)	381.968,00

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado de 31/12/2020 e 31/12/2019 expresso em R$

	2020	2019
Receita Bruta	74.758.063,71	72.461.175,05
Revenda de Mercadorias	74.758.063,71	72.461.175,05
(-) Deduções da Receitas	(2.345.135,79)	(2.066.223,74)
ICMS sobre Vendas	(1.127.768,87)	(887.652,13)
PIS sobre Vendas e Serviços	(189.392,08)	(180.934,25)
Cofins sobre Vendas e Serviços	(872.354,62)	(833.396,40)
Devoluções e Abatimentos de Vendas	(160.687,64)	(164.516,66)
ICMS sobre Devolução de Vendas	3.801,87	3.577,52
Outros ICMS	1.265,55	(3.301,82)
(=) Resultado Operacional Bruto	72.412.927,92	70.394.951,31
Custo das Mercadorias Vendidas	(48.872.959,06)	(50.656.223,78)
(+) Estoque Inicial	(125.705.190,01)	(109.399.524,26)
Compras de Mercadorias para Revenda/Industrialização	(49.939.618,28)	(51.317.773,89)
(-) Estoque Final	126.771.849,23	110.061.074,37
Resultado Operacional Líquido	23.539.968,86	19.738.727,53
Despesas Operacionais	(22.076.220,29)	(22.630.183,78)
Despesas Trabalhistas	(10.858.697,93)	(10.562.423,29)
Despesas com Encargos Sociais	(3.024.706,70)	(3.495.277,01)
Outras Despesas	(42.866,02)	-
Despesas Tributárias	(631.617,68)	(1.504.262,14)
Despesas Gerais	(101.890,80)	(328,50)
Despesas Não Dedutíveis	(2.502,77)	(31.941,89)
Despesas Gerais com Vendas	(7.412.938,39)	(7.035.950,95)
Resultado Financeiro	1.401.000,06	1.659.588,62
Despesas Financeiras	(1.431.734,03)	(1.736.629,97)
Receitas Financeiras	30.733,97	77.041,35
Lucro (Prejuízo) Operacional Bruto	62.748,51	(4.551.044,87)
Lucro Antes do IRPJ e CSLL	62.748,51	(4.551.044,87)
Lucro Operacional Bruto	62.748,51	(4.551.044,87)
(-) Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(340.085,95)	(14.150,93)
(-) Contribuição Social sobre o Lucro	(130.520,18)	(7.254,33)
Resultado Não Operacional	2.007.194,23	1.407.584,18
Receita na Venda de Imobilizado	-	77.770,27
Receitas Não Operacionais	2.007.194,23	1.329.813,91
Lucro (Prejuízo) Operacional Líquido	1.599.336,61	(3.164.865,95)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 31/12/2020 e 31/12/2019

Saldo no Início do Período	2020	2019
Capital Social	(7.530.382,38)	(6.001.563,83)
(-) Ações/Quotas em Tesouraria	1.605.000,00	840.000,00
Prejuízos Acumulados	(626.987,53)	-
Incorporação SPMG	(8.508.394,85)	(6.841.563,83)
Incorporação SPMG	-	554.215,52
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	554.215,52
Ajustes de Exercícios Anteriores	(191.770,52)	943.819,41
Reservas de Capital	-	765.000,00
Aumentos de Capital	-	765.000,00
Investimentos dos Sócios	-	765.000,00
(-) Ações/Quotas em Tesouraria	-	(626.987,53)
Ágio na Aquisição de Ações/Quotas em Tesouraria	(500.000,00)	-
Resultado Líquido do Exercício		
Resultado Líquido do Exercício	1.599.336,61	(3.164.865,95)
Saldo no Final do Exercício	(6.622.816,29)	(7.530.382,38)

Rio Claro, 31 de dezembro de 2020.

Presidente:
Thales Jardim Portes

Contador:
José Aref Sabbagh Esteves - TC-CRC: 1SP090980/O-7

As demonstrações financeiras encontram-se, na íntegra, à disposição dos acionistas no site da empresa.

Drogaria Super Popular Hortolândia S.A.

CNPJ: 15.839.321/0001-51

Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em Reais)

Ativo	2021	2020
Circulante	15.211.411	15.374.838
Caixa e Equivalentes de Caixa	682.701	731.486
Caixa	230.604	583.417
Banco Conta Movimento	432.288	46
Aplicação Financeira	19.809	148.023
Contas a Receber	359.331	1.717.339
Estoques	11.396.363	11.410.655
Outros Créditos	2.727.651	1.467.607
Despesas Antecipadas	45.365	47.751
Não Circulante	7.719.752	5.687.408
Investimentos	118.027	38.402
Imobilizado	7.541.119	5.519.312
Custo de Aquisição	18.236.200	18.871.996
(-) Depreciação Acumulada	(10.695.081)	(13.352.684)
Intangível	60.606	129.694
Total do Ativo	22.931.163	21.062.246

Passivo	2021	2020
Circulante	25.103.217	22.576.829
Empréstimos e Financiamentos	4.764.852	4.352.325
Fornecedores	13.608.782	11.740.270
Obrigações Sociais	2.665.288	2.336.736
Obrigações Fiscais	177.620	299.556
Férias a Pagar	931.772	992.305
Aluguéis a Pagar	2.839.765	2.718.607
Outras Contas a Pagar	115.134	137.032
Não Circulante	7.081.362	5.108.234
Exigível a Longo Prazo	7.081.362	5.108.234
Empréstimos e Financiamentos	2.810.008	1.686.619
Aluguéis a Pagar	2.313.933	386.380
Parcelamentos Previdenciários	1.957.421	3.035.235
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	(9.253.416)	(6.622.817)
Capital Social	1.605.000	1.605.000
Ações/Quotas em Tesouraria	(1.600.150)	(1.126.988)
Prejuízo Acumulado	(9.258.266)	(7.100.829)
Total do Passivo	22.931.163	21.062.246

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em Reais)

Descrição	Capital Social – Subscrito	Capital Social – Ações em Tesouraria	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2019	1.605.000	(626.987)	(8.508.394)	(7.530.381)
Aquisição Ações/Cotas em Tesouraria	-	(500.000)	-	**(500.000)**
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(191.771)	**(191.771)**
Lucro do Exercício	-	-	1.599.336	**1.599.336**
Saldos em 31/12/2020	1.605.000	(1.126.987)	(7.100.829)	(6.622.816)
Aquisição Ações/Cotas em Tesouraria	-	(473.163)	-	**(473.163)**
Ajustes de Exercícios Anteriores (Nota nº 18)	-	-	(1.771.977)	**(1.771.977)**
Prejuízo do Exercício	-	-	(385.460)	**(385.460)**
Saldos em 31/12/2021	1.605.000	(1.600.150)	(9.258.266)	(9.253.416)

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em Reais)

	2021	2020
Receita Bruta de Vendas	76.282.702	74.758.064
Vendas	76.282.702	74.758.064
Dedução da Receita Bruta	(2.508.990)	(2.345.136)
Receita Líquida de Vendas	73.773.712	72.412.928
Custos dos Produtos Vendidos	(50.649.570)	(48.872.959)
Lucro Bruto	23.124.142	23.539.969
Despesas Operacionais	(22.896.561)	(22.033.355)
Despesas Gerais e Administrativas	(17.375.546)	(16.568.818)
Despesas com Serviços de Terceiros	(1.065.230)	(1.596.203)
Despesas com Locação	(130.905)	(400.778)
Depreciação/Amortização	(3.970.430)	(3.142.283)
Impostos/Taxas/Contribuições	(354.449)	(325.273)
Resultado Financeiro	(1.700.344)	(1.401.000)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	1.454.254	1.964.328
Resultado antes do IRPJ/CSLL	21.591	2.069.942
IRPJ	(296.126)	(340.086)
CSLL	(110.925)	(130.520)
Prejuízo/Lucro do Exercício	(385.460)	1.599.336

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (em Reais)

Fluxo de Caixa	2021	2020
Atividades Operacionais		
Prejuízo do Exercício	(385.460)	1.599.336
Ajustes para Conciliar o Lucro Líquido ao Caixa Oriundos/Aplicados nas Atividades Operacionais		
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.771.977)	(191.770)
Depreciação e Amortização	3.970.430	3.142.283
Baixa líquida Imobilizado/Intangível	365.363	-
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais		
De Contas a Receber	(314.233)	44.860
De Estoques	14.293	(1.066.838)
De Outros Créditos	412.197	239.639
De Despesas Antecipadas	2.386	4.723
De Fornecedores	1.868.512	(685.489)
De Obrigações Sociais	328.552	(129.446)
De Obrigações Fiscais	(121.936)	96.114
De Férias a Pagar	(60.533)	(82.730)
De Aluguéis a Pagar	(2.048.715)	(2.805.454)
De Outras Contas a Pagar	(1.099.712)	(108.400)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	1.150.167	56.828
Atividades de Investimentos		
Pagamentos:		
Aquisição de Investimento/Imobilizado/Intangível	(850.358)	(416.739)
Aquisição de Bens de Direito de Uso	-	-
Caixa Gerado pelas Atividades de Investimentos	(850.358)	(416.739)
Atividades de Financiamento		
Recebimento:		
Empréstimos Concedidos	-	45.449
Empréstimos Tomados	7.742.159	178.959
Financiamentos	-	-
Pagamento:		
Empréstimos Concedidos	-	-
Empréstimos Tomados/Financiamentos	(7.129.430)	-
Juros	(497.160)	-
Recompra de Ações	(473.162)	-
Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento	(357.593)	224.408
Redução das Disponibilidades	(48.784)	(135.503)
Caixa/Bancos/Aplicações no Início do Período	731.485	866.988
Caixa/Bancos/Aplicações no Final do Período	682.701	731.485

Demonstração de Resultados Abrangentes dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em Reais)

Descrição	2021	2020
Prejuízo/Lucro do Exercício	(385.460)	1.599.336
Componentes do Resultado Abrangente	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	(385.460)	1.599.336

Presidente
Thales Jardim Portes

Contador:
Thiago Domingues Mendes - CRC: 1SP335098/0-7

As demonstrações financeiras encontram-se, na íntegra, à disposição dos acionistas no site da empresa.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.011/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03.332/2024 – SECRETARIA DE TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE REDE DE CABEAMENTO METÁLICO E ÓPTICO INTERNO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DESTINADO ÀS UNIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO, conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos sítios: https://www.gov.br/compras/pt-br e https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245 - Envio das Propostas de Preços pelo site https://www.gov.br/compras/pt-br, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 14/02/2025 e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **28/02/2025 às 10h00min.**

Osasco, 12 de fevereiro de 2025.
Meire Regina Hernandes
Secretária Executiva de Compras e Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS DE DANÇA NAS DIVERSAS MODALIDADES PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL DO MUNICÍPIO DE ARUJÁ PELO PERÍODO DE 12 MESES. Disputa: dia 28/02/2025 às 10:00 horas.
Edital(is) através do site www.novobbmnet.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br.
Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras
Prefeitura Municipal de Arujá, 12 de fevereiro de 2.025.

SEGUROS SURA S.A.

sura

CNPJ/MF nº 33.065.699/0001-27 - NIRE 35.300.151.577

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados, na forma da lei, os Srs. Acionistas da **SEGUROS SURA S.A.**, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se às 10:00 horas do dia 19 de fevereiro de 2025, por videoconferência em plataforma digital, por meio de link a ser indicado e informado aos acionistas mediante solicitação via e-mail: juridicoconsultivo@segurossura.com.br para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) a proposta de grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 100:1, de forma que cada lote de 100 (cem) ações seja agrupado em 1 (uma) ação, sem modificação do valor do capital social, bem como o critério de reembolso do valor das ações dos acionistas, na hipótese de impossibilidade de recomposição das frações de ações; (b) caso aprovada a proposta do item a) da Ordem do Dia, deliberar sobre a conversão da Companhia em subsidiária integral da Inversiones Sura Brasil Participações Ltda.; e (c) caso aprovadas as matérias dos itens a) e b) da Ordem do Dia, deliberar sobre a alteração dos artigos 2º e 5º do Estatuto Social e a autorização aos administradores para realizarem todos os atos necessários à efetivação das matérias colocadas em deliberação. Todos os documentos e informações relacionados às matérias da Ordem do Dia referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na Avenida Padre Antonio José dos Santos, 1530, bairro Cidade Monções, São Paulo, SP. Os acionistas poderão solicitar acesso mediante agendamento prévio por meio do endereço eletrônico juridicoconsultivo@segurossura.com.br.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2025
JORGE ANDRÉS MEJÍA DELGADO - Diretor Presidente

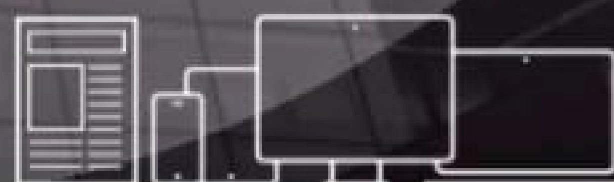
ESTADÃO

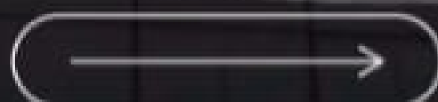
QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO



CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.





ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS



A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES



CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)



ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS



LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

A MELHOR MULTIPLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

FONTES: IVC | PORTAL GOOGLE ANALYTICS NOV/22

Eufrázio

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Fique por dentro dos principais Fatos Relevantes das companhias de seu interesse.

AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS

INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL

BUSCADOR INTELIGENTE

PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS

CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS

PORTAL ESTADÃO RI

ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI 107,3 broadcast



Drogaria Super Popular Hortolândia S.A.

CNPJ: 15.839.321/0001-51

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	509.826	682.702
Contas a receber	1.868.338	359.331
Impostos e contribuições a recuperar	716	58.585
Adiantamentos a fornecedores	516.492	2.394.750
Adiantamentos a empregados	-	47.013
Empréstimo	22.445	227.303
Estoques	14.385.484	11.396.383
Despesas do exercício seguinte	40.535	45.365
	17.343.834	15.211.411
Não Circulante		
Imobilizado	13.399.340	7.659.146
Intangível	309.943	60.606
	13.709.284	7.719.752
Total do Ativo	31.053.118	22.931.163

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Fornecedores	18.370.183	13.608.782
Empréstimos e financiamentos	5.681.026	4.764.852
Obrigações sociais	2.582.260	1.356.585
Obrigações fiscais	268.254	180.122
Férias e encargos a pagar	1.051.659	931.772
Arrendamento mercantil	2.922.602	2.839.768
Parcelamento de impostos	1.347.974	1.306.203
Outras contas a pagar	306.148	115.135
	32.530.104	25.103.218
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.760.563	2.810.008
Arrendamento mercantil	7.782.696	2.313.933
Parcelamento de impostos	2.557.730	1.557.421
	12.100.990	7.681.362
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.605.000	1.605.000
Ações em tesouraria	(1.600.150)	(1.600.150)
Prejuízos acumulados	(11.950.544)	(8.258.266)
Ajuste de exercícios anteriores	(1.632.281)	-
	(13.577.976)	(8.253.417)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	31.053.118	22.931.163

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita Bruta	168.512.869	76.282.702
Deduções da receita bruta	(70.503.866)	(2.508.990)
Receita Líquida	98.009.003	73.773.712
Custo das vendas e revendas	(70.537.531)	(50.649.570)
Lucro Bruto	27.471.471	23.124.142
Despesas Operacionais	(28.667.104)	(22.896.560)
Despesas administrativas e gerais	(22.902.292)	(17.375.546)
Despesas com serviços de terceiros	(917.122)	(1.065.230)
Despesas com locação	(729.230)	(130.905)
Depreciação/Amortização	(3.785.605)	(3.970.430)
Impostos/Taxas/Contribuições	(332.855)	(354.449)
Resultado Financeiro	(3.440.316)	(1.700.244)
Receitas financeiras	1.113.470	(1.700.244)
Despesas financeiras	(4.553.785)	-
Outros resultados operacionais	1.943.671	1.494.254
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.692.278)	21.592
Imposto de renda corrente	-	(296.126)
Contribuição social corrente	-	(110.925)
Lucro Líquido do Exercício	(2.692.278)	(385.459)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

	Capital Social Subscrito	Reserva Ações em Tesouraria	Lucros/Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	1.605.000	(1.126.987)	(7.100.829)	(6.622.816)
Aquisição ações/cotas em tesouraria	-	(473.163)	-	(473.163)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(1.771.977)	(1.771.977)
Ajustes de exercícios	-	-	(385.460)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	1.605.000	(1.600.150)	(9.258.266)	(9.253.416)
Lucro/(prejuízo) do exercício	-	-	(2.692.278)	(2.692.278)
Ações em tesouraria	-	-	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(1.632.281)	(1.632.281)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	1.605.000	(1.600.150)	(13.582.825)	(13.577.975)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro do exercício	(2.692.278)	(385.460)
Ajustes por:		
Ajuste exercícios anteriores	(1.632.281)	(1.771.977)
Depreciações e amortizações	3.785.605	3.970.430
Resultado na baixa de bens do ativo imobilizado	-	365.363
(Aumento) ou Redução das Contas do Ativo		
De contas a receber	(1.509.006,67)	(314.233)
De estoques	(2.989.120,90)	14.293
De outros créditos	2.187.998,03	412.197
De despesas antecipadas	4.830,57	2.386
Aumento ou (Redução) das Contas do Passivo		
De fornecedores	4.761.401	1.868.512
De obrigações sociais	1.225.674	328.552
De obrigações fiscais	730.212	(121.936)
De férias a pagar	119.887	(60.533)
De aluguéis a pagar	(2.862.573)	(2.048.715)
Juros de arrendamento	679.231	-
De outras contas a pagar	(98.987)	(1.099.712)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	1.710.592	1.159.167
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de investimentos/ imobilizado/intangível	(1.341.445)	(850.358)
Ponto comercial	(63.000)	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	(1.404.445)	(850.358)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos/Financiamentos tomados	(133.270)	115.569
Recompra de ações	-	(473.162)
Arrendamento mercantil	-	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	(133.270)	(357.593)
Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	172.876	(48.784)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	509.826	731.485
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	682.702	682.701
Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	172.876	(48.784)

Sumaré, 31 de dezembro de 2023.

Presidente: Thales Jardim Portes

Contadora: Naikiele Batista Martins Paes - CRC nº 1SP341969/O-4

As demonstrações financeiras encontram-se, na íntegra, à disposição dos acionistas no site da empresa.

Drogaria Super Popular Hortolândia S.A.

CNPJ: 15.839.321/0001-51

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	1.299.950	509.826
Contas a receber	1.517.336	1.868.338
Impostos e contribuições a recuperar	373.398	716
Adiantamentos a fornecedores	614.683	516.492
Adiantamentos a empregados	48.259	-
Empréstimo	2.167	22.445
Estoques	13.462.255	14.385.484
Despesas do exercício seguinte	5.620	40.535
	17.327.667	17.343.834
Não Circulante		
Imobilizado	13.206.703,24	13.399.340,47
Intangível	228.482,86	309.943,07
	13.435.186,10	13.709.283,54
Total do Ativo	30.762.853	31.053.118

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Fornecedores	17.457.982	18.370.183
Empréstimos e financiamentos	2.990.621	5.681.026
Obrigações sociais	1.933.434	2.582.260
Obrigações fiscais	200.688	268.254
Férias e encargos a pagar	1.173.167	1.051.659
Arrendamento mercantil	3.280.897	2.922.602
Parcelamento de impostos	2.243.930	1.347.974
Outras contas a pagar	9.590	306.148
	29.290.310	32.530.104
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	6.128.868	1.760.563
Arrendamento mercantil	7.572.143	7.782.696
Parcelamento de impostos	4.363.815	2.557.730
	18.064.826	12.100.990
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.605.000	1.605.000
Ações em tesouraria	(1.600.150)	(1.600.150)
Prejuízos acumulados	(16.741.443)	(11.950.544)
Ajuste de exercícios anteriores	144.311	(1.632.281,14)
	(16.592.282)	(13.577.976)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	30.762.853	31.053.118

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita Bruta	101.334.356	168.512.869
Deduções da receita bruta	(3.805.853)	(70.503.866)
Receita Líquida	97.528.504	98.009.003
Custo das vendas e revendas	(67.364.969)	(70.537.531)
Lucro Bruto	30.163.535	27.471.471
Despesas Operacionais	(30.987.182)	(28.667.104)
Despesas administrativas e gerais	(25.298.035)	(22.902.292)
Despesas com serviços de terceiros	(612.787)	(917.122)
Despesas com locação	(205.460)	(729.230)
Depreciação/Amortização	(4.262.642)	(3.785.605)
Impostos/Taxas/Contribuições	(308.259)	(332.855)
Resultado Financeiro	(4.865.429)	(3.440.316)
Receitas financeiras	652.517	1.113.470
Despesas financeiras	(5.517.946)	(4.553.785)
Outros resultados operacionais	2.730.421	1.943.671
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.958.656)	(2.692.278)
Imposto de renda corrente	(135.914)	-
Contribuição social corrente	(64.048)	-
Prejuízo do Exercício	(3.158.618)	(2.692.278)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

	Capital Social Subscrito	Reserva Ações em tesouraria	Lucros/Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	1.605.000	(1.600.150)	(9.258.266)	(9.253.416)
Lucro/(Prejuízo) do exercício	-	-	(2.692.278)	(2.692.278)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(1.632.281)	(1.632.281)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	1.605.000	(1.600.150)	(13.582.825)	(13.577.975)
Lucro/(Prejuízo) do exercício	-	-	(3.158.618)	(3.158.618)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	144.311	144.311
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	1.605.000	(1.600.150)	(16.597.132)	(16.592.282)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do exercício	(3.158.618)	(2.692.278)
Ajustes por:		
Ajuste exercícios anteriores	144.311	(1.632.281)
Depreciações e amortizações	4.262.642	3.785.605
(Aumento) ou Redução das Contas do Ativo		
De contas a receber	351.002	(1.509.007)
De estoques	923.229	(2.989.121)
De outros créditos	(498.854)	2.187.998
De despesas antecipadas	30.914	4.831
Aumento ou (Redução) das Contas do Passivo		
De fornecedores	(912.200)	4.761.401
De obrigações sociais	(648.825)	1.225.674
De obrigações fiscais	2.634.476	730.212
De férias a pagar	121.508	119.887
De aluguéis a pagar	-	(2.862.573)
Juros de arrendamento	547.987	679.231
De outras contas a pagar	(298.558)	(98.987)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	3.500.995	1.710.592
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de investimentos/ imobilizado/intangível	(597.218)	(1.341.445)
Bens de direito de uso	(3.791.551)	-
Ponto comercial	-	(63.000)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	(4.388.770)	(1.404.445)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos/Financiamentos tomados	2.155.148	37.607
Juros pagos	(477.250)	(170.877)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	1.677.899	(133.270)
Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	790.124	172.876
Caixa e equivalente de caixa no início do período	509.826	682.702
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	1.299.950	509.826
Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	790.124	172.876

Sumaré, 31 de dezembro de 2023.

Presidente: Thales Jardim Portes — Contadora: Naikiele Batista Martins Paes - CRC nº 1SP341969/O-4

As demonstrações financeiras encontram-se, na íntegra, à disposição dos acionistas no site da empresa.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE MEDICINA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 02/2025 - FMUSP

PROCESSO SEI Nº: 154.00008331/2024-38

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ELÉTRICA. A Faculdade de Medicina torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob Nº 02/2025 - FMUSP, do tipo menor preço, cujo objeto é: fornecimento de Materiais de Elétrica, estando a sessão de disputa agendada para o dia 06.03.2025, às 09h00, com cadastro de propostas até o início da sessão, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos, que poderá ser obtido nos seguintes endereços eletrônicos: www.pncp.gov.br e www.portalservicos.usp.br/contratacoes.

AVISO DE LICITAÇÃO

A SUPERINTÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA TORNA PÚBLICO O PREGÃO ELETRÔNICO 90008/2025

CONTRATANTE (UASG) 180216

OBJETO: Aquisição de Produtos Químicos para Diversos Tipos de Análises e Aplicações

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 40.806,58

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 06/03/2025 às 10h30min (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: menor preço

Modo de disputa: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

Link PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1

https://compras.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00561184812025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00000366/2025-18
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90041/2025

Objeto: Agulha de coleta e adaptador de agulha. Total de Itens Licitados: 02 itens licitados (dois itens). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 13/02/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-000340/2025. Entrega das Propostas: a partir de 13/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 26/02/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras FONTE: DOESP E PNCP

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA USP
CNPJ Nº 63.025.530/0085-12
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90321/2024 – HU
PROCESSO SEI Nº 154.00008823/2024-89
REF.: ALTERAÇÃO DE EDITAL E NOVA DATA

Devido ao esclarecimento, ocorrerá alteração no descritivo do Edital, nos: Anexo I – Termo de Referência – 1.1 (item 8), Anexo II – Minuta de Contrato – 1.4 (item 8), Anexo IV – Minuta da ATA de Registro de Preços (item 8). Demais informações e condições permanecem inalteradas. NOVA DATA: SESSÃO DE ABERTURA: 26/02/2025 às 9h. Demais informações estarão disponíveis nos endereços: www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO

A SUPERINTÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA TORNA PÚBLICO O PREGÃO ELETRÔNICO 90006/2025

CONTRATANTE (UASG) 180216

OBJETO: Aquisição de Produtos Químicos para Biologia Molecular

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 116.394,53

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 26/02/2025 às 10h30min (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: menor preço

Modo de disputa: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

Link PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1

https://compras.sp.gov.br

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 2906/2025

CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RS Nº 2116/2025

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade de direito privado sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de **INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE INTERTRAVAMENTO DE PORTAL**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo Regulamento de Compras e Contratação da FFM.

COMPRA REGULAMENTO FFM 2887/2025

A FFM, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situada na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO**, para contratação de empresa especializada para o fornecimento de **PEÇAS PARA CONSERTO FREEZER CTO**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo Regulamento de Compras da FFM.

Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Data de abertura de Seleção de Fornecedores

PROCESSO: WS1380143277. UASG 930829 - FUNDAÇÃO BUTANTAN. Pregão Eletrônico nº 90040/2025. OBJETO: Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para prestação de serviço de impressão corporativa, por meio de outsourcing, na modalidade de locação de equipamentos (multifuncionais para impressão colorida, monocromática e scanner para digitalização colorida), sem o fornecimento de papel, com instalação e disponibilização de software de gerenciamento e bilhetagem, com o fornecimento de mão de obra, a ser realizado por intermédio do Sistema de Compras do Governo Federal, cuja abertura está marcada para o dia 10/03/2025 a partir das 14h00min. Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 29/01/2025, através do site www.gov.br/compras. O Edital está disponível também no site: http://www.fundacaobutantan.org.br/editais/pregao-eletronico e no Portal Nacional de Contratações Públicas.

ALTAMIRO SILVA JUNIOR, TALITA NASCIMENTO
E CRISTIANE BARBIERI
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Após aportes, Marisa quita CDBs e encaminha fim da operação de sua financeira

A rede de vestuário Marisa deu mais um passo para encerrar as operações de sua financeira, a M Pagamentos. O grupo quitou em janeiro o saldo de depósitos a prazo (CDBs) que restava, segundo apurou a *Coluna*. A empresa busca acabar com a operação desde o início de 2023, mas em dezembro e janeiro teve de colocar R$ 30 milhões em recursos novos no banco, em dois aumentos de capital autorizados pelo Banco Central. A companhia precisou fazer outros aportes no passado recente. Em outubro de 2023, havia injetado R$ 30 milhões. Em julho daquele ano, colocou mais R$ 82 milhões. Em meados do ano passado, a pedido do BC, a Marisa apresentou um plano de descontinuidade da M Pagamentos, que previa o pagamento de todas as despesas em 180 dias.

Braço financeiro teve prejuízo

Até setembro do ano passado, segundo dados do Banco Central, o saldo de depósitos a prazo a quitar da financeira era de R$ 47 milhões. Os números mais recentes, do terceiro trimestre de 2024, mostram que a financeira teve prejuízo de R$ 4,8 milhões, com patrimônio líquido negativo de R$ 1,9 milhão.

Operação de crédito foi transferida

A Marisa transferiu a gestão da operação de crédito da financeira para a Credsystem em setembro de 2023. Com isso, decidiu encerrar as operações da M Pagamentos. A rede vive uma tentativa de retomada após sucessivas trocas de comando, em meio a um mercado abalado pela concorrência dos chineses e os juros altos.

● **PREJUÍZO.** A Marisa encerrou o terceiro trimestre de 2024 com prejuízo líquido de R$ 71,2 milhões, resultado 63,7% melhor do que o do mesmo período de 2023. Segundo a varejista, o resultado operacional foi influenciado pelo aumento das vendas, em função do reposicionamento do negócio.

● **CRÉDITO.** Mas, até aquele momento, a varejista não havia conseguido retomar o crédito no mercado. A empresa sofreu após a crise que o caso da Lojas Americanas causou. A *Coluna* apurou que a rede pretende voltar pouco a pouco a buscar crédito, de forma a reconquistar um relacionamento saudável com os bancos. Procurada, a Marisa não comentou.

DE VOLTA

DANIEL TEIXEIRA / ESTADÃO - 15/5/2023



A Marisa pretende voltar pouco a pouco a buscar crédito, de forma a reconquistar um relacionamento saudável com o setor bancário

● **ESTÍMULO.** Na pandemia, famílias endinheiradas resolveram se juntar para tentar evitar demissões em micro e pequenas empresas. Criaram a Estímulo, associação sem fins lucrativos que recebeu aportes de nomes como Abilio Diniz, Eduardo Mufarej e Luciano Huck.

● **DE PESO.** No total, cerca de 50 famílias doaram o equivalente a R$ 60 milhões para criar um fundo que fizesse pequenos empréstimos a empreendimentos que faturavam entre R$ 10 mil e R$ 400 mil por mês, grupo responsável por 70% das vagas de empregos no País.

● **SURPRESA.** Para facilitar os desembolsos, os juros eram baixos, sem a exigência de garantias das empresas. "Estruturamos o negócio com a perspectiva de que não reaveríamos metade do valor emprestado", diz Vinicius Poit, CEO da Estímulo. Porém, não só o dinheiro foi devolvido, como a inadimplência, de 3%, foi zerada 2,5 anos após os empréstimos.

● **VEZES CINCO.** "Em vez de reembolsar o dinheiro, os fundadores resolveram abrir mão dos valores porque perceberam que tinham ali um fundo de impacto, que faz diferença na vida das pessoas", afirma. Com a decisão, aqueles R$ 60 milhões se transformaram em R$ 300 milhões em empréstimos, num período de cinco anos. Quase 4,7 mil CNPJs de 724 cidades pegaram, em média, R$ 60 mil emprestados.

● **PERMANÊNCIA.** De lá para cá, a Estímulo conseguiu consolidar uma estrutura para tentar permitir a perenidade de seu modelo de negócios. "A ideia é acudir o empreendedor em situações de emergência climática, vulnerabilidade ou quando esteja completamente desassistido", diz Poit.

● **MISTURA.** O modelo passou a ser o de blended finance, quando se juntam recursos públicos, privados e filantrópicos. No caso, foram criadas cotas seniores, com as quais investidores aportam quantias a serem resgatadas após três anos. Fizeram parte do projeto empresas como Banco Inter, Localiza, Fundação Arymax (da família Feffer), entre outras. É esse colchão que dá garantia em caso de inadimplência.

● **FAZER O BEM.** É um investimento de três anos, sem liquidez, que paga 0,5% acima do CDI. Um FIDC (fundo de investimento em direito creditório) de mercado rende geralmente 3% além do CDI. "A diferença que o investidor abre mão, ele recebe como impacto social mensurável e auditado em diferentes métricas", afirma.

SOBE

Fusões e aquisições no Brasil subiram 5% no ano passado

OLEKADOBE/ADOBE STOCK-17/7/2024



O número de fusões e aquisições de empresas no Brasil chegou a 1.582 em 2024, um crescimento de 5% sobre 2023, segundo a KPMG. "Os dados evidenciam uma retomada importante no mercado de fusões e aquisições. Após dois anos consecutivos de queda nessas transações, os números revelam que as empresas estão mais ativas", disse em nota o sócio-líder de Fusões e Aquisições da KPMG no Brasil, Gustavo Vilela.

DESCE

Exportação de sucata ferrosa caiu 23% em janeiro

JEAN-BERNARD NADEAU/ADOBE STOCK



As exportações de sucata ferrosa somaram 59.323 toneladas em janeiro, um recuo de 23% em relação ao mesmo mês de 2024, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Mesmo assim, o volume surpreendeu o Instituto Nacional da Reciclagem (Inesfa). "Com a queda do dólar e mercado internacional ainda morno, a nossa expectativa era de um número ainda menor", afirmou Clineu Alvarenga, presidente da entidade.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 124.380,21 PTS. | Dia -1,69% | Mês -1,39% | Ano 3,41%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
CARREFOUR BRON	7,29	2,68	54.464
VAMOS ON NM	4,66	2,42	7.768
TIM ON NM	17,30	2,19	32.348

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
HAPVIDA ON NM	2,33	-7,17	84.100
CSNMINERACAOON	5,01	-5,63	19.290
CVC BRASIL ON NM	1,83	-5,67	10.786

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

9/2 a 9/3	0,0739	0,8396	0,5743	0,5000
10/2 a 10/3	0,0739	0,8396	0,5743	0,5000
11/2 a 11/3	0,0739	0,8382	0,5742	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	44.368,56	-0,50	-0,48	4,29
FRANKFURT - DAX	22.148,03	0,50	1,91	11,25
LONDRES - FTSE	8.807,44	0,34	1,54	7,76
TÓQUIO - NIKKEI	38.963,67	0,44	-1,52	-2,31

TESOURO DIRETO (*)

	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	7,57	3.339,30
	15/5/2040	7,36	1.474,03
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	7,62	3.995,80
PREFIXADO	1/1/2028	14,90	677,70
	1/1/2032	14,93	386,18
SELIC	1/3/2029	0,05	16.023,70

(*) TÍTULOS À VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Dezembro	Janeiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,48	0,00	0,00	4,17
IGP-M (FGV)	0,94	0,27	0,27	6,75
IGP-DI (FGV)	0,87	0,11	0,11	7,27
IPC (FIPE)	0,34	0,24	4,48	4,46
IPCA (IBGE)	0,52	0,16	0,16	4,56
CEST (Dieese)	0,18	0,08	0,08	4,13
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,30	0,41	0,41	6,74

Índices de reajuste de aluguel (Janeiro)

IGP-M (FGV)	1,0675	IPCA (IBGE)	1,0056
IGP-DI (FGV)	1,0727	INPC (IBGE)	1,0000
IPC-FIPE	1,0446	ICV-DIEESE	

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (FEVEREIRO)
Trabalhador assalariado e doméstico*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.518,00	7,5%
DE R$ 1.518,01 ATÉ R$ 2.793,88	9%
DE R$ 2.793,89 ATÉ R$ 4.190,83	12%
DE R$ 4.190,84 ATÉ R$ 8.157,41	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.518,00 A 8.157,41	20%	DE 303,60 A 1.631,48

[illegible]

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/01)	13,11	0,05	1,14	7,81
CDI	13,15	0,00	0,00	8,23

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abs.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAR/25	11,18	207.095	19,61	20,09	-0,55
CAFÉ NY*	MAR/25	420,30	18.000	401,30	421,15	3,51
SOJA CBOT**	MAR/25	10,28	256.308	10,24	10,41	-1,51
MILHO CBOT**	MAR/25	5,04	673.695	4,95	5,05	1,38

(*) CENTS POR LIBRA-PESO (**) US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	US$	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/Esalq, R$/sc 60 kg	138,28	0,25	11,05
BOI			
Cepea/Esalq, R$/@	322,80	-1,45	34,67
MILHO			
Cepea/Esalq, R$/sc 60 kg	76,00	1,04	27,07
CAFÉ			
Cepea/Esalq, R$/sc 60 kg	2.788,44	39,57	109,43

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,7831	-0,08	-1,26	-6,75
DÓLAR TURISMO	5,9700	-0,47	-1,97	-7,34
EURO	5,9886	0,22	-1,11	-6,80
OURO LONDRES/TROY	2906,10	-0,28	3,45	10,72
WTI US$/BARRIL	71,1700	-2,5	-3,30	-0,70
BRENT US$/BARRIL	75,0400	-2,14	-1,78	0,35

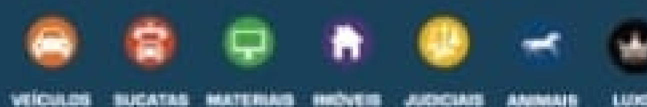
	US$ UNIT	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,0000	1,0386	1,2441	0,1731
EURO	0,9631	1,0000	1,1979	0,1667
FRANCO SUÍÇO	0,914	0,9489	1,1366	0,1585
LIBRA ESTERLINA	0,804	0,8348	1,0000	0,1394
IENE	154,63	160,4055	192,1460	26,7880

AS MOEDAS NA VERTICAL VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS /FONTE: BC



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

LEILÕES



ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÕES OS INTERESSADOS DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÕES DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE - 17 A 21/02 - 09h30

VEÍCULOS DE PASSEIO, MOTOS E UTILITÁRIOS, INTEIROS E SINISTRADOS

***COM POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO**

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro. Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.



LEILÕES EXCLUSIVOS DO GRUPO BRADESCO
SOMENTE ONLINE

VEÍCULOS DE SEGURO

QUARTAS (19 E 26/02) - 14H E SÁBADOS (15 E 22/02) - 09H30

*Visitação: Pátio Guarulhos I – Terça e Sexta-feira (no dia que antecede o leilão) das 15h às 17h mediante agendamento exclusivamente através do telefone 11-2464-6464. Demais Pátios – das 8h às 09h30 de segunda a sábado.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro. Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÃO EXLCUSIVO SOMENTE ONLINE - É AMANHÃ, 14/02 - 14h E 21/02 - 14h

VEÍCULOS EXCLUSIVOS DE FINANCEIRAS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro. Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE - É HOJE, 13/02 - 14h

VEÍCULOS DO BANCO VOTORANTIM

Novidade: Possibilidade de Financiamento

Correspondente Bancário Independente / Sujeito à análise de crédito

*Visitação dia 12/02 das 15h às 17h mediante agendamento exclusivamente através do telefone 11-2464-6464.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464

José Eduardo de Abreu Sodré Santoro. Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195.

LEILÕES DE SUCATAS DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE - HOJE, 13/02 - 08h30, 17/02 - 08h30 E 13h E 20/02 - 08h30

CARROS, MOTOS, PERUAS, UTILITÁRIOS LEVES E OUTROS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro. Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS



SOMENTE ONLINE - HOJE, 13/02 - 14h30

SUCATAS, COLHEITADEIRA DE GRÃOS E PÁ CARREGADEIRA

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro. Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE - HOJE, 13/02 - 16h

LEILÃO DE ARTE: QUADROS C/ PINTURA ÓLEO SOBRE TELA

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

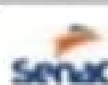
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro. Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

SOMENTE ONLINE - 17 A 19/02 - 15h

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS E DE TERRAPLANAGEM, INFORMÁTICA, ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, TELEFONIA, SUCATAS DIVERSAS E OUTROS.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Mariana Lauro Sodré Santoro Batochio - Leiloeira Oficial JUCESP nº 641.



SOMENTE ONLINE - 20 E 21/02 - 15h

MÓVEIS P/ ESCRITÓRIO, ELETRODOMÉSTICOS, INFORMÁTICA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, ÁUDIO E VÍDEO E OUTROS,

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Mariana Lauro Sodré Santoro Batochio - Leiloeira Oficial JUCESP nº 641.

Errata: nos editais deste leilão publicados neste jornal nos dias 06 e 09/02/25, onde se leu: "Carolina Lauro Sodré Santoro - Leiloeira Oficial JUCESP nº 758", leia-se: " Mariana Lauro Sodré Santoro Batochio - Leiloeira Oficial JUCESP nº 641".

LEILÕES DE IMÓVEIS

LEILÃO SOMENTE ONLINE - 28/02/25 - 11h

TERRENO (DESOCUPADO) - VILA AMÁLIA - SÃO PAULO - SP

ALVARÁ DISPONÍVEL PARA CONSTRUÇÃO IMEDIATA

São Paulo/SP. Vila Amália. Um terreno situado na Rua Elza Guimarães nº 717, esquina com a Rua Tito Nicolau, lotes nº 102, 103, 104 e 105 da Vila Amália, com área de 1.000m², melhor descrito e caracterizado na Matrícula sob nº 154.698 do 3º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Inscrição Municipal - 305.020.0105-1. Imóvel possui alvará disponível para construção imediata sob o número 2021/06303-00 publicado em 08/10/2021.Terreno aprovado para incorporação de prédio. Terreno limpo e plano, de esquina, com 1.000m² e projeto aprovado na Prefeitura de São Paulo para edifício de 49 apartamentos, 100% enquadrados no Programa Minha Casa Minha Vida. Pronto para Incorporação/Lançamento imediato. DESOCUPADO. **LANCE INICIAL: R$ 1.520.000,00.** É permitida a visitação, que deverá ser previamente agendada com Sr. Emerson pelo número Tel.: 11 - 2464-6460 / Celular 11 - 97777-0753 ou através do e-mail af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações no Tel. 11 2464-6464. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial – JUCESP nº 581.

LEILÕES DE IMÓVEIS

SP.GOV.BR **LEILÃO SOMENTE ONLINE - HOJE, 13/02/25 A PARTIR DAS 09h**

ESTÁDIO DE FUTEBOL (DR. HORÁCIO ANTONIO DA COSTA) JD. GUANABARA - CAMPINAS - SP

COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATE 120X

EDITAL DE LEILÃO DE IMÓVEIS Nº 001/2024 COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO DO ESTADO – CPE SEI nº 018.00016005/2024-87 LEILÃO ONLINE (WWW.SODRESANTORO.COM.BR), MAIOR LANCE POR ITEM COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO. 13/02/25 a partir das 9H - Nº do Processo: 018.00016644/2023-61 Leiloeiro Oficial LUIZ FERNANDO DE ABREU SODRÉ SANTORO, JUCESP nº 192. Estádio de futebol (Dr. Horácio Antonio da Costa) Bem Tombado - Rua Engenheiro Cândido Gomide, 196 - Campinas - SP | SGI nº 17.098. Lance Inicial R$ 25.731.262,42. Licitações regidas pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, pelo Decreto estadual nº 68.422, de 2 de abril de 2024, e pelas demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem o instrumento. DATA E HORÁRIO DO LEILÃO ELETRÔNICO: Dia 13/02/2025 a partir das 9h00 (horário de Brasília). Necessário cadastramento prévio dos interessados no site do leilão www.sodresantoro.com.br. A abertura para lances será a partir das 09h00 (nove) horas do dia 13 de fevereiro de 2025 até as 15h00 (quinze) horas do dia 13 de fevereiro de 2025. Da participação no leilão, ressaltamos que o presente leilão terá início às 09h00 com encerramento previsto para às 15h00, sendo que o Leiloeiro Oficial iniciará o apregoamento do lote a partir das 12h00, ocasião em que o evento poderá ser encerrado a qualquer momento, com os interessados tendo a possibilidade de ofertar lances desde a sua abertura às 09h00. A hora prevista para o início dos pregões sempre será a de Brasília. Consulte Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Dúvidas: 11-2464-6460.

LEILÃO SOMENTE ONLINE - AMANHÃ, 14/02/25 A PARTIR DAS 09h

SP.GOV.BR

OPORTUNIDADES EM SANTOS/SP

COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATÉ 60X

EDITAL DE LEILÃO DE IMÓVEIS Nº 002/2024 COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO DO ESTADO – CPE SEI nº 018.00019767/2024-35. LEILÃO ONLINE (WWW.SODRESANTORO.COM.BR), MAIOR LANCE POR ITEM COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO 14/02/25 a partir das 9H - Nº do Processo: 018.00022354/2024-38 Leiloeiro Oficial JOSÉ EDUARDO DE ABREU SODRÉ SANTORO, JUCESP 195. Alienação onerosa de 02 imóveis localizados em Santos/SP. • 01 – Terreno - 1.056m², Rua José do Patrocínio, nº 112, Vila Macuco-Santos/SP – Ocupado – Lance Inicial: R$ 3.220.000,00. • 02 – Imóvel Comercial - Área de terreno de 266m² e com área construída de 1.895m², Rua João Pessoa, no 122/124, esquina com a Rua Itororó, Centro - Santos/SP – Desocupado – Lance inicial: R$ 6.150.000,00. Licitações regidas pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, pelo Decreto estadual nº 68.422, de 2 de abril de 2024, e pelas demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem o instrumento. Da participação no leilão, ressaltamos que o presente leilão terá início às 09h00 com encerramento previsto para às 15h00, sendo que o Leiloeiro Oficial iniciará o apregoamento dos lotes a partir das 12h00, ocasião em que o evento poderá ser encerrado a qualquer momento, com os interessados tendo a possibilidade de ofertar lances desde a sua abertura às 09h00. A hora prevista para o início dos pregões sempre será a de Brasília. A hora indicada para a colocação dos lotes no pregão será apenas estimada, podendo ser antecipada ou postergada, conforme o andamento do leilão, cabendo aos interessados acompanhá-lo do começo ao fim. Consulte Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Dúvidas: 11-2464-6460. O teor deste edital substitui os anteriormente publicados.

SP.GOV.BR **LEILÃO SOMENTE ONLINE - 20/02/25 A PARTIR DAS 09h**

OPORTUNIDADES EM SÃO PAULO/SP

COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATÉ 60X

Interessado: Subsecretaria de Patrimônio do Estado, Coordenadoria de Desmobilização de Ativos Imobiliários. Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Patrimônio do Estado da Secretaria de Gestão e Governo Digital, realizará licitação na modalidade LEILÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento por MAIOR LANCE POR ITEM, para venda dos imóveis descritos e caracterizados Edital deste leilão, na situação jurídica e no estado de conservação em que se encontram. • Lote 1 – Imóvel (Ocupado) – Rua Arraial de São Bartolomeu, nº 590 e 598, Vila Carmosina-São Paulo/SP – Lance Inicial R$ 1.155.000,00 • Lote 2 – Imóvel (Ocupado) - Rua Antônio de Macedo Soares, nº 584, Campo Belo-São Paulo/SP - Lance Inicial R$ 2.865.000,00 • Lote 3 – Imóvel (Ocupado) – Avenida Portugal, nº 1.074, Brooklin Paulista-São Paulo/SP – Lance Inicial R$ 1.410.000,00 • Lote 4 – Terreno (Desocupado) – Rua Justiniano, nº 1.115, com a Rua Marquês de Santo Amaro, Vila Prudente-São Paulo/SP – Lance Inicial R$ 4.115.000,00. Esta licitação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, pelo Decreto estadual nº 68.422, de 2 de abril de 2024, e pelas demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento. DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 20/02/2025 a partir das 9h00 (horário de Brasília) Necessário cadastramento prévio dos interessados no site do leilão www.sodresantoro.com.br. A abertura para lances será a partir das 09h00 (nove) horas do dia 20 de fevereiro de 2025 até as 15h00 (quinze) horas do dia 20 de fevereiro de 2025. Da participação no leilão, ressaltamos que o presente leilão terá início às 09h00 com encerramento previsto para às 15h00, sendo que o Leiloeiro Oficial iniciará o apregoamento dos lotes a partir das 12h00, ocasião em que o evento poderá ser encerrado a qualquer momento, com os interessados tendo a possibilidade de ofertar lances desde a sua abertura às 09h00. A hora prevista para o início dos pregões sempre será a de Brasília. A hora indicada para a colocação dos lotes no pregão será apenas estimada, podendo ser antecipada ou postergada, conforme o andamento do leilão, cabendo aos interessados acompanhá-lo do começo ao fim. Edital completo: www.sodresantoro.com.br ou e-negociospublicos - Imprensa Oficial e Leilões (sggd.sp.gov.br) (sggd/transparência/editais/leilões), ou na sede da Unidade Contratante, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico. Dúvidas: 11-2464-6460. Leiloeiro Oficial MOACIR DE SANTI - JUCESP nº 315.

SP.GOV.BR **LEILÃO SOMENTE ONLINE - 28/02/25 A PARTIR DAS 09h**

OPORTUNIDADE DE IMÓVEL URBANO (DESOCUPADO) NO CENTRO - SÃO PAULO/SP

COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATÉ 60X

EDITAL DE LEILÃO DE IMÓVEIS Nº 002/2025. Nº do Processo: 018.00018312/2024-01. Interessado: SUBSECRETARIA DE PATRIMÔNIO DO ESTADO - SPE. Alienação Onerosa de imóvel localizado em São Paulo/SP. Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Patrimônio do Estado da Secretaria de Gestão e Governo Digital (CNPJ 39.467.292/0001-02), realizará licitação na modalidade LEILÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento por MAIOR LANCE POR ITEM, para venda do imóvel descrito e caracterizado no Anexo I do Edital, na situação jurídica e no estado de conservação em que se encontram. • Imóvel urbano, localizado na Rua Boa Vista, nº 103, Centro, São Paulo/SP – Prédio Achemar de Barros. Área de terreno de 247,00m. Área Construída: 3.780,00M², 19 Pavimentos. DESOCUPADO. LANCE INICIAL: R$ 11.550.000,00. O imóvel é tombado (preservação de fachadas e volumetria), conforme Resolução nº 17/2007 Esta licitação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, pelo Decreto estadual nº 68.422, de 2 de abril de 2024, e pelas demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento. DATA E HORÁRIO DO LEILÃO ELETRÔNICO: Dia 28/02/2025 a partir das 9h00 (horário de Brasília). Necessário cadastramento prévio dos interessados no site do leilão www.sodresantoro.com.br. A abertura para lances será a partir das 09h00 (nove) horas do dia 28 de fevereiro de 2025 até as 15h00 (quinze) horas do dia 28 de fevereiro de 2025. Da participação no leilão, ressaltamos que o presente leilão terá início às 09h00 com encerramento previsto para às 15h00, sendo que o Leiloeiro Oficial iniciará o apregoamento do lote a partir das 12h00, ocasião em que o evento poderá ser encerrado a qualquer momento, com os interessados tendo a possibilidade de ofertar lances desde a sua abertura às 09h00. A hora prevista para o início dos pregões sempre será a de Brasília. A hora indicada para a colocação do lote no pregão será apenas estimada, podendo ser antecipada ou postergada, conforme o andamento do leilão, cabendo aos interessados acompanhá-lo do começo ao fim. Consulte edital completo: www.sodresantoro.com.br ou e-negócios públicos - Imprensa Oficial e Leilões (sggd.sp.gov.br) (sggd/transparência/editais/leilões), ou na sede da Unidade Contratante, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico. Dúvidas: 11-2464-6460. Visitação mediante agendamento prévio através do e-mail af@sodresantoro.com.br - Leiloeiro Oficial OTAVIO LAURO SODRÉ SANTORO - JUCESP nº 607.

Visitação Veículos (aos lotes que estiverem disponíveis nos pátios): Pátio Guarulhos 1 - no dia que antecede o leilão, das 15h às 17h, mediante agendamento prévio através da nossa central de atendimento (11) 2464-6464. Demais pátios: No dia do leilão, das 08h às 09h30. Outros serviços e atendimentos presenciais, permanecem suspensos.

SODRESANTORO SODRESANTORO LEILAOSODRESANTORO (11) 2464-6464 (11) 97777-1244 WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Consulte Edital e Condições de Venda Completos no site www.sodresantoro.com.br Aponte a câmera do seu celular para o código e acesse agora nosso site



SÃO PAULO

Vendem-se

APARTAMENTOS

ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

MOEMA
R$485.000 Frente, alto, 45úteis, 1ds, arms, gar. 11 99936-0304

VL CLEMENTINO
R$450.000 Junto metrô, 50 úteis, varanda, 1ds, gar.11 99936-0304

2 DORMITÓRIOS

BELA VISTA
R$ 580 mil. 2 dorms., 1 vg. 62m² 4 s. And.alto ☎ 11-99556-3105

MOEMA
R$580.000 Varanda, 60úteis, 2ds, gar. Lazer total 11 99936-0304

3 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$980.000 Sacada,100úteis, 3ds, 1ste, 2vgs.lazer.99936 0304

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

MOEMA
R$1.450.000 225úteis, varanda, lv.3ambs, 4ds(3suítes), 3gars. + depósito. lazer total 99936-0304

Classificados ESTADÃO
(11) 3855-2001

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
ESTADÃO
LIGUE (11) 3855 2001

ZONA OESTE

2 DORMITÓRIOS

PINHEIROS
R$850.000 R. Capote Valente, pronto p/ uso.88m² - 02 dorms., living L, 2 WC, A.S. D.E. c/ WC, 01 vaga. Detalhes:Patrimonial Imóveis ☎(11)3083-0006 - Creci 15.158

PINHEIROS
R.Côn Eug Leite,próx R.dos Pinheiros 140m², 2 dorms, grandes 01 vg. demarc. R$ 980.000,00. Detalhes: Patrimonial Imóveis (11)3083-0006 Creci 15.158

Vendem-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

PARAÍSO

Upside Paraíso Cyrlea. R: Afonso de Freitas, 75, conjuntos comerciais, ideal p/consultório médico, lado Hosp.Coração. Abaixo avaliação. (11)98196-6102/ 99952-9404

ZONA OESTE

PINHEIROS
R. Sumidouro, c/ 03 pisos AC 900m² Terreno 400 m² 20 vagas no subsolo R$ 4.200.000,00 Detalhes: Patrimonial Imóveis (11)3083-0006 - Creci 15.158

ZONA LESTE

ITAQUERA
Galpão 10.000m², 49.000m² terreno px.Av. Jacu-Pêssego. R$49 mil ☎11)99182-5181/98504-1467

Alugam-se

CASAS

ZONA SUL

PLANALTO PAULISTA
Av Piassanguaba, 90, casa 04, tipo assobradada c/ 95m², composta de 02 suítes, 01 sala, 01 cozinha, 01 lavanderia, aquecimento central, garagem para 2 veículos. Aluguel 4.100,00 IPTU mensal 720,74 Regina (11) 98516-5225.

Alugam-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

AV PAULISTA
Menor Pço m² Av Paulista Cj. 225 a 675m² Área Priv. até 12 meses carência. Alug.de prop.(ou venda) ☎(11)3241-3855/94039-9863

CH STO ANTÔNIO
R.Verbo Divino esc.Nações Unidas Cjto. 540m²/ Laje 1080m² à priv. Até 12 meses de carência no Aluguel. Imperdível. Direto c/ propr ☎(11)3241-3855/94039-9863

CENTRO

SÉ
R$12.000 Alug.n.S/Cond..3 andares. Clínicas. Escolas. Odonto. R 15 de nov.n.18 Whats (11)99233-2746

TERRENOS

ZONA OESTE

BARRA FUNDA
Frente Marg. Tietê, próx Pq Ianido, 4.000m²(40x100), R$6.000/m² ☎11)99182-5181/98504-1467

BUTANTÃ
R. Iquiririm, próx.metrô Vital Brasil, 463m² - 02 frentes -20m² cada Venda: R$1.900.000,00 milhões. Detalhes: Patrimonial Imóveis (11)3083-0006 - Creci 15.158

PIRITUBA
Av. Mutinga, 4.726m², 83m² de frente para Av. Valor R$2.500/ o m² ☎11)99182-5181/98504-1467

ZONA NORTE

SANTANA
2.334m² Av. Júlio Buono.p/prédio com/res $14Mi (11)99976 0052

PROPRIEDADES RURAIS

TERRAS E FAZENDAS

S.PAULO-INTERIOR-REG
8.500 alqs.cana. Vendo parte (14)99781-0989 - Creci 66929

CHÁCARAS E SÍTIOS

CHÁCARA C/ CASA GRANDE
Castelo branco km 63 itu cond. fechado c/ portaria, escritura, casa 4 dorms faltando acabam. c/ pomar formado 1.380m2 preço a prazo 500mil 50% de entrada e o saldo 36x. a vista 20% desconto ac. auto F:(11) 93471-0094 Marcelo

PROPRIEDADES RURAIS

TATUÍ- SP
Vende-se sítio, 37,785 alqs. ou 86.600m², ótima localização, anexo ao perímetro urbano, frente para a Rod. 127. Área própria para empreendimento (parte) e atividade rural. Preço de ocasião Tratar ☎(15)99771-5339/ ☎(15)3305-9070 Creci 13.507

OPORTUNIDADES

LEILÕES

CASA EM CONDOMÍNIO GUARULHOS/SP
Dia: 19/02/2025, às 14h00. Com 50,46486m2 á construída. Lance inicial: R$ 369.000,00. Matr nº 140.626 - 1º C.R.I. Guarulhos/SP Informações: (11) 5170-0707 www.gustavoreisleiloes.com.br

COMUNICADOS

ABANDONO EMPREGO
Solicitamos que sr. Ressy Verlindo dos Santos, CTPS 5204714-5880, funcionário da empresa Restaurante e Pizzaria Violeta LTDA, CNPJ:60.827.615/0001-18, Rua Augusta 1343, comparecer ao nosso departamento pessoal no prazo de 72 horas. Esgotado este prazo, o caso será incluso na letra "i" do artigo 482 da CLT, configurando abandono de emprego, o que importará em seu desligamento desta empresa.

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
ESTADÃO
LIGUE (11) 3855 2001

COMUNICADOS

SOLICITAÇÃO DE COMPARECIMENTO
Solicitamos o comparecimento de BRUNA OLIVEIRA DE SOUSA CTPS nº 04770742 - Série 04875/SP em nosso escritório à Rua Guaiuba, 268, Cidade Dutra, São Paulo/SP CEP 04810-110, no prazo de 48h. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego, conforme Artigo 482 Letra I da CLT. RMVV COMERCIO E TRANSPORTE ESCOLAR LTDA, CNPJ 08.787.374/0001-00

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

LOJA C/EQUIPAMENTOS DE COZINHA IND. VENDO
Com vasto estoque de mercadorias. Casa dos Semi Novos. ☎(19)98888-7404 c/ Sr Ivânio

LOJA INDAIATUBA/SP
Vendo loja Material Hidráulico.Elétrico. Ferragens e reparos em geral. Exc estoque. + de 30 anos no local, ótima cart.formada de clientes. Numa das melhores Avenidas da cidade. ☎(19)98355-7073

POUSADA CUMURUXATIBA/BA

R$5.500.000,00 Terreno 3000m² Frente mar. 11 bangalôs. casa propr., 2 suítes, pisc., jard.,restaurante, bar de praia. 5 estrelas Trip Advisor. ☎(11)98196-6102

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

SUPERMERCADO FTE TERMINAL SAPOPEMBA

Oport. Supermercado c/açougue/padaria. 400m². Av. Arquiteto. 209. Vendas comprovadas R$290mil. Alug. $12mil. $510mil. Ac. carro parte pago ☎(11)94782-7794

RELAX / ACOMPANHANTES

MASSAGEM Q.VIRA SEXO!!! Trans ☎(11)98398-1091 - LARA

AUTOS

SEGURO, NEGÓCIOS E CONSÓRCIO

FAÇA SEU SEGURO
Faça seu seguro com as melhores seguradoras do mercado!!! Entre em contato com a corretora Val Santana e obtenha os melhores orçamentos! ☎(11)96382-8628

EMPREGOS

AUX. DEPTO PESSOAL
C/experiência, para escritório de contabilidade. Enviar CV p/e-mail recrutamentosamf@gmail.com

Classificados Estadão
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
ESTADÃO

AVARÉ-SP

Fazenda Produtiva na melhor localização
239,42 alqueires em Avaré-SP, 125 alqueires lavoura irrigada. 98 alqueires pasto cultivado. Frente para asfalto. 7km de Avaré. 25km Rodovia Castelo Branco. 2h30m de SP. Excelente opção para investimento em produção agrícola e pecuária.

Valor R$55milhões

Golden Land Advisory -
Marcelo Lopes - Creci SP 278096
(14)59788-5354
marcelolopes@gtsaconsultoria.com.br

OS MELHORES IMÓVEIS COMERCIAIS DA VILA OLÍMPIA

METRAGENS VARIADAS de 100m² a 4.016m²

AO LADO DO SHOPPING VL. OLÍMPIA

- A/C
- CFTV
- GERADOR 100%
- FORRO
- ELEVADORES INTELIGENTES
- PISO ELEVADO

(11) 3336-0464
(11) 94079-0921
TRATAR C/ PROPRIETÁRIO BRUNO ou NEIDE

ROBERTO MAURO

Leilão SOMENTE ONLINE 04 IMÓVEIS

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Realização do Leilão se dará em 06/03/2025
Inicio às 09:00 e encerramento às 15:00hs, horário de Brasília

IMÓVEIS LOCALIZADOS EM
MIRASSOL/SP - PIRASSUNUNGA/SP - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

LOTE 1 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
Imóvel urbano, localizado na Rua Dr. Hubert Richard Pontes, s/n, Conjunto Habitacional Cristo Rei, São José do Rio Preto/SP
Área de terreno de 4.000m². Valor inicial R$ 2.620.000,00

LOTE 2 – SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Avenida Cezar Magnani, nº 1.071
Vila Paulicéia, São Bernardo do Campo/SP
Área de terreno de 1.109,33m². Valor inicial R$ 2.616.000,00

LOTE 3 – MIRASSOL/SP
Imóvel urbano, localizado na Rua Santo Antônio, nº 3076
Jardim Nossa Senhora Aparecida, Mirassol/SP
Área de terreno de 4.200m². Valor inicial R$ 870.000,00

LOTE 4 – PIRASSUNUNGA/SP
Avenida Padre Léo Landers, nº 2.065
Vila Guilhermina, Pirassununga/SP
Área de terreno de 6.000,00m². Valor inicial R$ 6.350.000,00

Condições de Pagamento: à vista ou parcelado com 20% de entrada e restante em até 60 parcelas mensais corrigidas conforme edital no site do Leiloeiro

Lances através da Plataforma Roberto Mauro Leilões: www.ROBERTOMAUROLEILOES.com.br
Para maiores informações WhatsApp: (11) 98045.5017 | ROBERTO MAURO - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 456

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES:
www.FREITASLEILOEIRO.com.br
CENTRAL DE INFORMAÇÕES: (11) 3117.1000

VEÍCULOS
IMÓVEIS
MATERIAIS

YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL

LEILÃO DE VEÍCULOS • PRESENCIAL E ON-LINE

245 VEÍCULOS

DIA: 14.02.2025 - 6ª FEIRA - 10h00 | AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP
VISITAÇÃO: 14.02.2025, a partir das 08h00 | verificar informações no site

•DIVERSOS MODELOS •CAMINHÕES •MOTOS •SEMI-NOVOS •SINISTRADOS •SUCATAS

M.BENZ A200 TURBO
FIAT PULSE ABARTH 270
SUBARU OUTBACK 3.6 R-S

Condições de venda e pagamento: Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316 | CENTRAL DE INFORMAÇÕES: 11 3117.1000 | www.FREITASLEILOEIRO.com.br

Santander, omni, BancoDaycoval, ALFA, Porto, bradesco, Itaú seguro auto residência, BV, creditas, BANCO PAN, azul seguros, Votorantim, MSIG Mitsui Sumitomo Seguros, ITAPEVA, Allianz, TOKIO MARINE SEGURADORA

LEILÕES DE BENS DIVERSOS • SOMENTE ON-LINE

Dia 24/02/2025 - 2ª feira | 17h00	Dia 27/02/2025 - 5ª feira | 14h00	Dia 27/02/2025 - 5ª feira | 17h00
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE	VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE	VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
SMARTPHONE MOTOROLA MOTO G8 PLAY	APPLE MACBOOK PRO A2338 256GB	FERRAMENTAS ELÉTRICAS - TELESCÓPIOS - OUTROS

LANCES, CONDIÇÕES DE VENDA E PAGAMENTO, FOTOS E OUTRAS INFORMAÇÕES, CONSULTE NOSSO SITE: www.FREITASLEILOEIRO.com.br

Eufrázio

C6 E C7 **A fundo**



Os 60 anos de carreira de Bethânia, poeta e domadora da MPB



A24 FILMES



Colman Domingo está na disputa do Oscar

Cinema

Liberdade atrás das grades

Com a presença de ex-detentos no elenco, 'Sing Sing' narra história real de peça de teatro encenada dentro de uma prisão

RACHEL SHERMAN
THE NEW YORK TIMES

Entre o tilintar das chaves e os bipes dos walkie-talkies, todos os olhos estavam fixos na tela. Tratava-se de uma exibição antecipada do novo filme da produtora A24, *Sing Sing*, que estreia nesta quinta-feira, 13, nos cinemas brasileiros. E aqueles homens assistiam a uma versão fictícia de suas vidas bem ali na prisão em que o drama está ambientado.

Uma mistura de convidados do estúdio e encarcerados de calças verdes se aglomerava na capela da instituição correcional, agora transformada em cinema. Sob o sol atravessando um vitral de Cristo ajoelhado diante da cruz, os espectadores se abanavam com pratos de papel.

Era a primeira vez que Clarence "Divine Eye" Maclin voltava à prisão em Ossining, Nova York, desde 2012, quando terminou de cumprir mais de 17 anos de reclusão por roubo.

Enquanto estava preso, Maclin fez o papel de Hamlet no auditório improvisado da prisão. Agora ele estava livre e retornando para sua estreia nas telas. Ele entrou na capela com um sorriso largo e um salto triunfante.

Baseado no trabalho da ONG Rehabilitation Through the Arts, *Sing Sing*, dirigido por Greg Kwedar, conta a história da produção da primeira comédia de uma trupe de prisioneiros – um sonho febril com viagens no tempo, Egito antigo e Shakespeare. Maclin e o indicado para o Oscar de melhor ator Colman Domingo estrelam como companheiros de prisão, ao lado de Paul Raci no papel do diretor do espetáculo.

A surpresa de *Sing Sing* não é que os personagens se mostrem em toda a sua humanidade em um gênero que em geral se volta para a violência ou o riso, ou ambos, mas a composição do elenco. A grande revelação vem com os créditos finais: 13 atores – a maioria do elenco – são ex-presidiários.

Para assumir seus papéis, os atores tiveram não apenas de retornar mentalmente ao que eram como presidiários, lembranças que a maioria havia tentado deixar para trás, mas também voltar para a prisão, literalmente. O filme foi gravado no verão de 2022 no Downstate Correctional Facility, agora desativado, no Hudson Valley. Não havia ar condicionado, como é típico na maioria das prisões do Estado de Nova York.

"A primeira coisa que você percebe é a falta de ar", diz Domingo. "Dentro daquelas paredes, realmente senti como se não conseguisse respirar. É de propósito. Você fica louco."

A maioria dos atores achava que nunca mais voltaria à penitenciária, muito menos que tornaria a vestir os uniformes verdes da prisão. Muitos não usavam a cor desde que foram libertados – nem mesmo como estampa. E muitos deles tinham ficado detidos em Downstate, a mesma instalação que havia se tornado o cenário do filme, uma lembrança assustadora de seu passado e uma oportunidade – um chamado, segundo alguns – para passar uma mensagem. "Você está voltando, basicamente, para o inferno", conta Maclin, de 58 anos, em entrevista. "Voltando voluntariamente para o inferno."

CHANCE. Usadas como figurino, as calças da prisão pareciam coçar um pouco mais do que ele se lembrava, conta Maclin. Mas a responsabilidade da missão superou o desconforto. "A chance de dar às pessoas que ainda estão na situação em que eu estava, naquelas celas, um mínimo de inspiração e esperança e dizer: 'Isso não precisa ser sua vida para sempre. A minha vida mudou. A sua também pode mudar'".

Kwedar procurou Domingo para o papel de John "Divine G" Whitfield, membro fundador do programa de teatro que afirma que, assim como o verdadeiro Whitfield, foi condenado injustamente por assassinato. Não havia roteiro nem cronograma definido, e apenas Maclin estava a bordo do projeto. Kwedar apenas tinha escrito "Colman Domingo como Divine G" em seu diário. Kwedar apresentou a ele sua visão e sua fonte de inspiração: um artigo de 2005 da *Esquire*, *The Sing Sing Follies*, sobre a criação da peça, escrita pelo artista e professor Brent Buell (Raci).

Domingo topou, mas tinha só uma janela disponível para filmar: 18 dias em julho. Kwedar aproveitou a oportunidade. "Fizemos esse filme como se fosse o último", diz o ator. ●

LEIA A CONTINUAÇÃO DO TEXTO SOBRE A PRODUÇÃO DE 'SING SING' NA PÁGINA C2

Cinema Estreia

'Não era um cenário de Hollywood, era de verdade'

Para o ator Paul Raci, de 'Sing Sing', dura realidade do local onde aconteceram as filmagens estava sempre presente

Continuação da página C1

O ator Paul Raci aceitou de cara – "não demorei mais do que 30 segundos" – o convite participar do filme *Sing Sing*, que estreia hoje no Brasil. "Foi um acontecimento espiritual", conta o americano, que passou décadas trabalhando como intérprete de língua de sinais em tribunais. "O espírito de todo mundo estava lá para o trabalho." Colman Domingo concorda: "Fizemos tudo juntos de um jeito muito amoroso e equitativo".

Ele diz isso de forma literal. De acordo com um modelo de paridade instituído pelo diretor Greg Kwedar e por seu parceiro na criação de de roteiro, Clint Bentley, todos os membros do elenco e da equipe receberam o mesmo pagamento, desde Domingo até o assistente de produção.

"A única diferença entre alguém ganhar mais ou menos no nosso filme é o tempo", diz Kwedar – ou seja, quanto tempo a pessoa dedicou ao projeto. "Temos mais de 80 participantes nos lucros na nossa parte do filme, e eles vão continuar ganhando a parte deles pelo resto da vida."

Durante dois meses e algumas videochamadas, Kwedar e Bentley se reuniram com Domingo, Maclin e Whitfield, que também foi libertado de *Sing Sing* em 2012, para elaborar o roteiro, construindo uma história de fraternidade que tinha como pano de fundo a única comédia do programa de teatro em seus 28 anos de atividade.

SOMBRIO. "Parecia muito cinematográfica a bagunça daquela peça estranha e maluca num ambiente tão sombrio", diz Kwedar. "E a justaposição dessas duas coisas me pareceu algo repleto de vida."

No set, os atores trocavam dicas. Domingo fazia Maclin deixar de lado sua voz de palco para começar uma dança mais íntima com a câmera. Maclin chamava a atenção de Domingo sobre algum comportamento irrealista para o contexto de uma prisão.

"Éramos responsáveis um pelo outro em relação aos nossos conhecimentos prévios", afirma Domingo. "Eles eram especialistas em coisas que eu não conhecia. Foi uma mistura muito bonita."

No primeiro dia de filmagem, Sean "Dino" Johnson, que cumpriu 15 anos de prisão em Sing Sing por tráfico de drogas, estava tomado por emoções, relembrando momentos de quase duas décadas antes, quando foi libertado, em 2004. "A prisão é um lugar muito mórbido, mas, acredite ou não, encontrei minha liberdade atrás das grades, com as artes", diz ele, acrescentando que, para o filme, "meu único ritual era uma oração para conseguir aparecer com honestidade e depois poder ir embora".

Depois de uma cena particularmente difícil, na qual o personagem de Johnson conta que testemunhou um homem ser cortado "de orelha a orelha", Kwedar começou a chorar. "Ele me abraçou, e eu pensei: 'Será que fiz alguma coisa errada?'", disse Johnson. "Tive de sair e sentar onde tinha sol para me acalmar."

> ***"Fizemos tudo juntos de um jeito muito amoroso e equitativo. Éramos responsáveis um pelo outro. Foi uma mistura muito bonita"***
> **Colman Domingo**
> **Ator**

> ***"A prisão é um lugar mórbido, mas encontrei minha liberdade atrás das grades, com a arte"***
> **Sean 'Dino' Johnson**
> **Ator e ex-detento**

Para oferecer apoio à equipe durante as filmagens, a produção contratou um terapeuta especializado em trabalhar com pessoas encarceradas e seus parentes, mas a catarse geralmente vinha de filmar junto.

Em muitas cenas, o personagem de Raci orienta os atores do grupo por meio de meditações – "Feche os olhos e vá para o lugar mais perfeito, o momento mais perfeito". Tanto o conselho dele quanto as respostas do grupo eram improvisados, transmitindo emoções cruas em tempo real, cada um tirando proveito de uma serenidade aprendida a duras penas.

"A dura realidade de onde estávamos e do que estávamos falando estava sempre presente conosco", conta Raci. "Não era um cenário de Hollywood, era de verdade."

TELA GRANDE. A ferrovia Metro-North passa pelos 30 hectares de Sing Sing, um lembrete surreal de um mundo fora de alcance. Sentado na segunda fileira da capela, Maclin tinha um boné vermelho apoiado na coxa. À sua esquerda estavam os visitantes com quem ele havia chegado para a exibição; à sua direita, os homens de Sing Sing, com quem já havia compartilhado a vida na prisão; à frente, ele mesmo, na tela grande.

"Eu sempre soube que queria atuar", conta ele, acrescentando que nunca imaginou que estrelaria um filme. "Achava que iria atuar de graça em algum lugar por aí."

Quando o filme terminou, os encarcerados foram aplaudidos de pé. Quando a tela ficou preta, apareceu um microfone e então começou uma sessão de perguntas de dentro e de fora da comunidade. A tarde avançava rapidamente. Depois de duas perguntas, várias mãos se ergueram, mas o microfone emudeceu. O tempo havia acabado inesperadamente.

Enquanto os visitantes se levantavam e juntavam seus pertences para ir embora, os homens eram chamados, bloco por bloco, e formavam uma fila. Um agente penitenciário gritou: "Bloco A", e eles foram conduzidos para fora da capela, um após o outro, até que o último par de calças verdes desapareceu de vista. ● RACHEL SHERMAN/NYT/TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

Oscar 2025

Onde ver os principais concorrentes à premiação

FOCUS FEATURES



● **Em cartaz**
- *Ainda Estou Aqui*
- *Conclave* (foto)
- *Anora*
- *A Semente do Fruto Sagrado*
- *Nosferatu*
- *Maria Callas*
- *Trilha Sonora para um Golpe de Estado*
- *Better Man*
- *A Verdadeira Dor*
- *Emilia Pérez* (foto)
- *Sing Sing*

SHANNA BESSON/NETFLIX



● **Próximas estreias**
- *O Brutalista* (20/2)
- *Flow* (20/2)
- *Um Completo Desconhecido* (27/2)

WARNER BROS. PICTURES



● **Já disponíveis nas plataformas de streaming**
- *A Substância* (Mubi)
- *Duna 2* (Prime Video) (foto)
- *Sugarcane* (Disney+)
- *Amyja* (Netflix)
- *Wallace & Gromit* (Netflix)

Uma sutil crítica social, filtrada pela história dos excluídos

ESTADÃO ANALISA

LUIZ ZANIN ORICCHIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

A vida é teatro e o teatro, espelho da vida. Vale para qualquer lugar, tempo e circunstância. Inclusive dentro de uma prisão do século 21. Essa é a história de *Sing Sing*, que toma por título o nome de um dos presídios mais famosos dos Estados Unidos. Nele, está encarcerado John "Divine G" Whitfield, condenado por um crime que não cometeu. Enquanto tenta provar a inocência, dirige um grupo de teatro que mobiliza vários outros detentos.

Não é de hoje que se chama a atenção para o teatro dos excluídos. Dos loucos do Hospício de Charenton, que encenavam peças sob a direção do Marquês de Sade, lá internado, ao bem mais recente *César Deve Morrer*, dos irmãos Taviani sobre os internos do presídio de Rebibbia, em Roma, e sua montagem do *Júlio César* de Shakespeare.

CURA. Existe uma ideia (nada equivocada) de que a atividade cênica beneficia a cura, ou ajuda na ressocialização. Mas também pode ser um espelho da sociedade, montado pelos seres dela excluídos, supostos loucos ou criminosos (convém lembrar que durante muitos séculos uns foram confundidos com outros).

Esse jogo de espelhos, em que o teatro fornece o espelho cruel a desvendar a hipocrisia social, não é novo. Está mesmo em uma peça de Shakespeare, talvez a mais famosa, *Hamlet*. A certa altura, o hesitante príncipe da Dinamarca monta uma peça para mostrar ao rei que conhece muito bem o autor do regicídio.

A "peça dentro da peça" joga esse fatal esclarecimento, de que o culpado pelo assassinato do rei é conhecido, talvez de todos. Basta apenas disposição (que falta ao próprio Hamlet) para fazer justiça. E este é um dos eixos da peça – saber, indignar-se e nada fazer.

Em *Sing Sing* encena-se muito *Hamlet*. Mas agora os presos decidem montar uma comédia, escrita por um deles e que acaba misturando várias influências – a começar por Shakespeare de *Sonhos de Uma Noite de Verão*, mas incorporando outras influências, talvez mais populares.

Sing Sing põe em cena essa sutil crítica social, filtrada justamente pelos excluídos. Que, como o personagem de Colman Domingo, podem ser espoliados de tudo, inclusive de sua liberdade, mas não de sua dignidade. Um uso mais moderado da música, e a parcimônia com alguns clichês e cenas um tanto piegas, fariam muito bem à saúde do filme. ●

Streaming Estreia

Mais tensão no 3º ano de 'Yellowjackets'

Trama recheada de sustos e mistérios surpreende o público e até mesmo o elenco, que não tem acesso prévio aos roteiros

NICO GARÓFALO

Sucesso da plataforma Paramount+, *Yellowjackets* tem uma trama recheada de sustos e mistérios. Acompanhando duas linhas do tempo diferentes – a primeira nos anos 1990, quando um time de futebol de colegiais sofre um acidente aéreo e fica perdido numa floresta inabitada, e a segunda, 30 anos depois, com as garotas já crescidas tentando levar uma vida normal –, a série deixa espectadores especulando, semana a semana, como as adolescentes sobreviveram à selva.


SHOWTIME

Tudo começa quando time de futebol de colegiais sofre acidente aéreo e fica perdido numa floresta

Esse suspense semanal não é exclusividade do público. O elenco, que esteve no Brasil para divulgar a série, também não tem acesso a todos os roteiros, sendo pego de surpresa assim como os espectadores. "É assustador, intimidador, mas também muito emocionante, porque você nunca sabe o que vai acontecer a cada novo roteiro", diz Sophie Thatcher, intérprete da versão jovem de Natalie, em entrevista ao **Estadão**.

"Nossas personagens também não sabem o que esperar", complementa Sophie Nélisse, que interpreta uma jovem Shauna. "Elas não sabem a jornada em que estão embarcando. Então, acho que nós levamos um roteiro de cada vez, como deve ser."

Estarem de acordo com o mistério feito pelos roteiristas e produtores da série, no entanto, não impede as atrizes de buscar respostas para sua curiosidade, com alguns membros do elenco inclusive procurando respostas em outros setores da produção. "Nós saímos caçando para saber o que acontece, perguntando 'o que você sabe?' para o pessoal de cabelo e maquiagem, para o pessoal de figurino", conta Courtney Eaton, a Lottie da série.

"A parte mais difícil é que também queremos saber", afirma Jasmine Savoy-Brown, que interpreta Taissa, contando ainda que os roteiristas de *Yellowjackets* tentam evitar encontrar-se com as garotas no set para não entregar a trama.

A segunda temporada de *Yellowjackets* encontrou um fim dramático para as adolescentes. Após escolherem Nathalie como sua nova líder – ou a "Rainha dos Chifres" –, as garotas viram a cabana em que se abrigavam pegar fogo, deixando-as sem teto durante um inverno bastante intenso. "Elas dependem umas das outras mais do que nunca agora", opina Nélisse.

"Também acho que essa dificuldade fez com que elas abraçassem ainda mais seus papéis", acredita Savoy-Brown. "Elas estão se doando mais para as coisas que já faziam antes."

A ascensão de Nathalie serviu como a grande reviravolta da temporada passada, evento que deve pautar as decisões da personagem no terceiro ano. "Emocionalmente, é muito para ela", diz Thatcher. "Ser líder não lhe parece algo natural. Ela é inteligente, prática e leva o grupo a um lugar bom, mas acho que é realmente prejudicial emocionalmente."

TRAUMAS. Quem também começa a terceira temporada afetado por traumas é Travis, um dos sobreviventes do acidente aéreo, que teve o irmão morto e feito de alimento pelo grupo, para que eles pudessem sobreviver. "Ele está muito confuso", conta Kevin Alves, que interpreta o garoto. "Ele não sabe como lidar com a ideia de que ele teve de fazer algo tão assustador para sobreviver. Há esse conflito em pensar se ele fez a coisa certa. E, como ele está lidando com o luto, acho que ele está muito confuso, assustado e tentando aguentar tudo o que pode."

Quem também se encontra em um lugar complicado na história é Shauna. Após seu bebê nascer morto e servir como objeto ritualístico das colegas, a personagem de Nélisse tem dificuldades para seguir em frente. "Eu acho que ela nunca se recupera totalmente", pondera a atriz. "Na terceira temporada, ela está com sede de vingança e direcionando sua dor interna às outras pessoas. O que ela faz nesta temporada é o pior que ela já fez, e é o que vai machucá-la pelo resto da vida", acredita. ●

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Publique seus atos societários no jornal impresso!

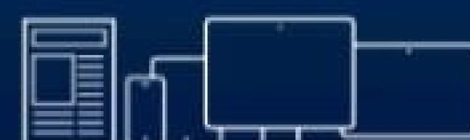














SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO150 ESTADÃO RI 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

Eufrázio



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Propósito de vida
Data estelar: Lua Cheia começa a minguar em Virgem

Tua consciência precisa o tempo inteiro resolver a difícil equação de existir simultaneamente projetada ao mundo exterior, envolvida no jogo da civilização, e nele desempenhando papéis genéricos, com os quais não necessariamente sente vocação alguma, e também projetada ao mundo interior, invisível, porém, não menos real por isso, da alma, que está envolvida no jogo do organismo colossal que chamamos de Universo.

Aquilo que chamamos de propósito de vida é exatamente isso, como a consciência que somos resolve essa equação enquanto respira entre o céu e a terra, e apesar de o processo ser o mesmo para todos os humanos, cada um de nós o desempenha de acordo às proporções cosmogônicas de que somos feitos, objetiva e subjetivamente, os rios de vida que animam o infinito e o infinitesimal simultaneamente. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
São tantas as potencialidades que se apresentam nesta parte do caminho que a alma fica meio atordoada, não sabendo bem o que escolher. Sim! As escolhas são inevitáveis, porque o dia continuará tendo vinte e quatro horas.

TOURO 21-4 a 20-5
Necessitando passar bons momentos e se divertir de alguma maneira, evite buscar situações sofisticadas que requeiram grandes gastos, mas, ao contrário, lance mão de tudo que estiver ao seu alcance. Muita coisa boa.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Aquilo que você guarda em segredo é aquilo que orienta seus passos e atitudes. Você não precisa confessar absolutamente nada, você tem direito ao segredo, mas você nunca deve ocultar de si a verdade verdadeira.

CÂNCER 21-6 a 21-7
A mente costuma ser um tropel de cavalos desbocados que parece impossível dominar, mas se o ser interior que você verdadeiramente é assumir a condição de pensar somente o que tem intenção de pensar, aí muda tudo.

LEÃO 22-7 a 22-8
Se você se preocupa com suas finanças, é assim que elas piorarão. Procure tomar uma atitude leve em relação a esse tema sem, no entanto, ser tão despreocupada que sirva para você gastar mais do que está disponível.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Apesar das dúvidas e dilemas que atormentam você e que produzem insegurança, ninguém conseguirá ver isso em sua aparência, o que representa uma vantagem, já que dá para você continuar em frente apesar de tudo.

LIBRA 23-9 a 22-10
Um pouco de silêncio e distanciamento fará muito bem a você agora, porque o barulho que as pessoas fazem distrairia dos assuntos que merecem maior reflexão, pois, daqui a pouco, você precisará tomar atitudes a respeito.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
As pessoas ajudam, as pessoas atrapalham, uma coisa é certa, seria impossível você prescindir de todas elas e assumir todo o trabalho que precisa ser feito. Portanto, se muna de boa vontade e normalize a sociabilidade.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12
A mente lança ao futuro muito mais do que um dia seria capaz de realizar. Isso é algo que você precisa esclarecer, para não ficar perdendo tempo se entusiasmando com todas as ideias que surgem. Melhor isso não.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Nós não somos apenas o resultado do que nos aconteceu no passado. Nós também somos o resultado do futuro que se encontra ao nosso alcance, e que em certos momentos, como agora, conversa com a nossa consciência.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
A desconfiança planta sementes estranhas na alma, e essas, mesmo não parecendo importantes, acabam produzindo distorções muito marcantes nos relacionamentos. Combata a desconfiança com compreensão sábia e amorosa.

PEIXES 20-2 a 20-3
Cada atitude que você toma, cada sentimento que atravessa seu coração, cada pensamento que você pensa, todas são sementes que se agregam à construção do destino. O processo é muito complexo e merece sua atenção.

Música

TV Globo anuncia transmissão de show de Lady Gaga no Rio

Apresentação, prevista para maio, no entanto, ainda não foi confirmada pela prefeitura da cidade

SABRINA LEGRAMANDI

A Rede Globo confirmou na terça-feira, 11, que vai transmitir o show de Lady Gaga que ocorrerá em maio na Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. A informação foi passada em evento voltado ao mercado publicitário.

O anúncio da apresentação não foi ainda tornado oficial pela prefeitura do Rio. Em dezembro, o subsecretário de eventos e relações institucionais da Secretaria de Economia Criativa do Estado, Rodrigo Castro, confirmou que o show ocorrerá neste ano, mas logo apagou o post.

Em teoria, o evento seguirá os moldes da apresentação de Madonna, que reuniu mais de 1,6 milhão de pessoas em Copacabana, no ano passado. O show de Gaga será transmitido simultaneamente por TV Globo, Multishow e Globoplay.

Esta será a segunda vinda da cantora ao País. Em 2012, ela fez apresentações em São Paulo e no Rio de Janeiro com a turnê *Born This Way Ball*. Em 2017, Gaga tinha uma apresentação marcada no Rock in Rio, mas decidiu cancelá-la por motivos de saúde. ●

HBO



Cantora já se apresentou no Brasil em 2012, em SP e no Rio

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



Turma da Mônica Mauricio de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO *"Genialidade é ter grande aptidão para a paciência"* **George Buffon**



Por aí

Patrícia Ferraz • patriciacferraz@gmail.com

Divirta-se (e coma bem) no Santokki

Escolha uma garrafinha do destilado coreano soju na geladeira, logo na entrada, se acomode em uma mesa com yakiniku, a churrasqueira instalada no centro da mesa. Aí já dá para se sentir um personagem de dorama – mas sem choro, por favor! O cenário em questão é o Santokki, a nova (e quarta) casa de Julia Tricate e Gabriel Coelho, recém-inaugurada.

Santokki quer dizer coelho em coreano, uma brincadeira com o sobrenome do casal – e o coelhinho estilizado está em todas, pratinhos, cardápio, camisetas da equipe.

O cardápio reúne especialidades asiáticas "sem regra", da Coreia, Japão e China, e até uma pimentinha-de-cheiro tupiniquim. Tudo cheio de sabor e muito bem-feito, do jeitinho do casal de cozinheiros empreendedores que arranjam fôlego para inaugurações e não descuidam dos detalhes de cada casa. Não por acaso, eles vêm conquistando prêmios desde que inauguraram o Restaurante De Segunda, em 2021.

Bom, o churrasquinho você vai ter de pedir – e preparar. É um combo churrasqueiro que vem com 2 cortes bovinos crus, 1 corte suíno cru e potinhos variados, com gohan com furikake, salada de repolho com molho de gergelim, kimchi (suave) de acelga, folhas, conserva, tempurá de cogumelos (divino, sequinho, bem temperado) e uma deliciosa berinjela com molho teriyaki. É para compartilhar e na mesa há uma tesoura e uma pinça para ajudar nos trabalhos.

O menu tem entradas frias, entre elas o crudo de peixe, com raspadinha, umeboshi, pimenta-de-cheiro, coentro e chili oil verde (R$ 42). Se fosse você, pediria pelo menos uma entrada quente – o rolinho primavera de queijo e milho é delicadíssimo, com massa fininha, recheado com milho, kimchi e molho teriyaki. Vem em dupla (R$ 28). E ainda tem frango frito e vinagre em pó servido com salada de repolho e maionese japa kewpie (R$ 36) e um guioza de porco e amendoim que vou voltar para provar (R$ 32). O korokkeê de batata com carne de porco é um espetáculo – o "croquete" de batata é levemente crocante por fora, macio por dentro e muito saboroso com o molho da carne... São dois pratos principais (R$ 52), bibimbap, o clássico coreano com arroz frito, carne moída, kimchi, conservas e ovo frito; e o "nosso miojo", um lámen com costelinha, molho de amendoim, chili oil e ovo marinado no shoyu.

Todo dia no almoço tem o menu executivo (pedi também, claro). Escolhi o arroz frito com kiewpie e ovo mexido, bananinha na brasa (o corte de carne, não a fruta) e conserva. A outra opção era karê karagee, frango frito com molho karê, gohan com furikake de amendoim, picles e cebolinha.

Vou voltar lá. Várias vezes. ●

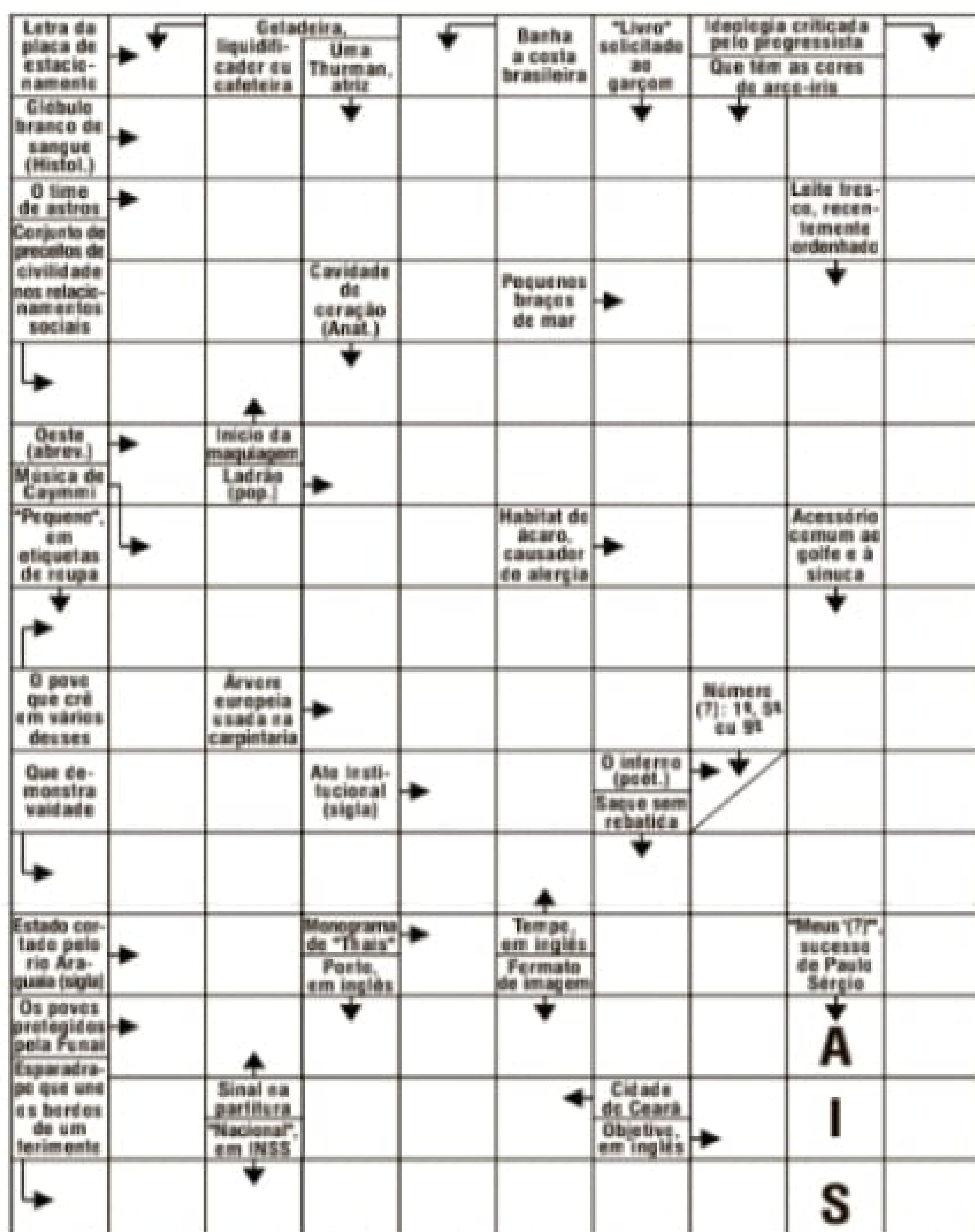
Santokki
R. Aspicuelta, 153. 2ª, 4ª e 5ª, 12h/23h; 6ª e sáb., 12h/0h; dom., 12h/19h. Fecha 3ª. @santokki.restaurante

JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 24 ANOS.

TER. Patrícia Ferraz, Sergio Martins (quinzenal) ● QUA. Roberto DaMatta ● QUI. Luciano Garbin (quinzenal), Patrícia Ferraz ● SEX. Luiz Silvestre (quinzenal) e Maria Fernanda Rodrigues (quinzenal) ● SAB. Alice Ferraz, Suzana Barelli
● DOM. Leandro Karnal, Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas https://bit.ly/4gqTQTS



www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS

Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

O outono



O outono é uma das quatro **ESTAÇÕES** do ano, estabelecida entre o verão e o inverno.

No **HEMISFÉRIO** Sul, ele tem **INÍCIO** no dia 20 de **MARÇO** e termina em 20 de junho. Já no Hemisfério Norte, vai de 23 de setembro a 22 de dezembro.

Esse **PERÍODO** é marcado por **NOITES** mais longas que os dias e **MUDANÇAS** bruscas de **TEMPERATURA**, porém esta costuma ser mais **AMENA**.

O ~~**CLIMA**~~ predominante é o seco, com dias ensolarados e céu **CLARO**.

No **OUTONO**, são comuns as **GEADAS** e os **NEVOEIROS** nas **SERRAS** das **REGIÕES** Sudeste e Sul de nosso país. Já no Norte e no Nordeste tem início o período de **CHUVAS**. No Centro-Oeste, o clima é seco e as temperaturas, mais **BAIXAS**.

Essa é a **ÉPOCA** em que a **VEGETAÇÃO** começa a se **RENOVAR**: as **FOLHAS** das **ÁRVORES** secam, tornam-se **AMARELADAS** e caem.

L	F	E	A	H	T	E	M	S	D	I
R	R	I	M	D	L	M	I	A	E	H
M	C	M	I	Y	T	S	L	V	G	T
S	L	N	L	N	N	A	M	U	O	D
F	A	B	C	H	N	R	R	H	T	S
E	R	H	R	A	H	R	Y	C	O	E
A	O	D	O	I	R	E	P	T	L	R
O	S	N	M	S	R	S	L	E	H	O
G	E	A	D	A	S	T	L	A	R	V
H	N	D	B	N	B	O	L	N	Y	R
O	Á	Ç	A	T	E	G	E	V	T	A
D	O	Y	S	S	B	A	R	H	D	L
N	N	E	V	O	E	I	R	O	S	L
T	E	F	R	L	T	F	Y	D	A	M
O	I	R	E	F	S	I	M	E	H	R
S	H	R	O	T	S	A	X	I	A	B
A	M	E	N	A	R	T	E	I	H	T
M	O	G	G	N	N	S	N	O	N	N
A	M	A	R	E	L	A	D	A	S	R
I	U	H	E	N	N	C	L	S	E	L
E	D	N	R	D	E	O	I	T	T	C
R	A	G	E	O	S	P	I	F	I	A
I	N	I	G	Ç	S	E	F	L	O	R
L	Ç	E	I	R	E	Y	O	D	N	U
I	A	R	Õ	A	Õ	H	N	A	M	T
N	S	C	E	M	Ç	E	O	T	Y	A
I	H	F	S	B	A	L	T	F	T	R
C	R	H	G	D	T	C	U	O	H	E
I	E	A	I	Y	S	E	O	L	L	P
O	E	E	R	S	E	I	R	H	E	M
O	I	S	S	I	I	F	R	A	A	E
R	A	V	O	N	E	R	E	S	A	T

© Revistas COQUETEL

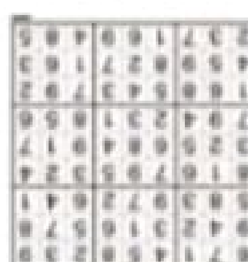
SUDOKU

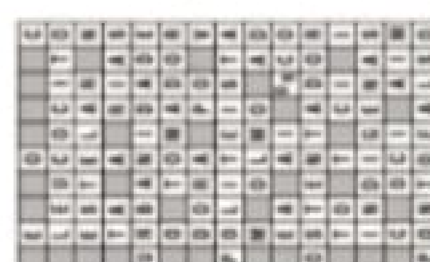
NA WEB | Jogue o sudoku https://bit.ly/3CIKpRV

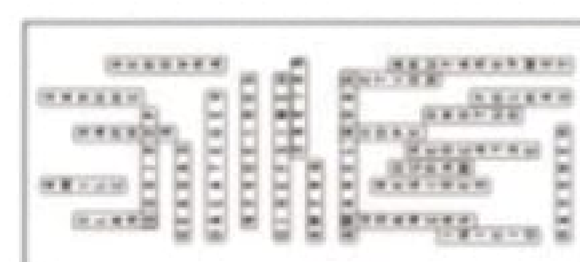
Nível Médio



SOLUÇÕES









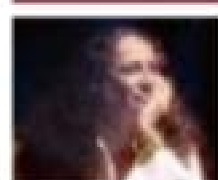
SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA
#FaçaCoquetel



ASSINE AGORA!

— *Artista baiana, que completa hoje 60 anos de carreira, soube impor sua personalidade artística*

Bethânia, poeta e domadora da música brasileira



Começo

Ela definiu como marco inicial de sua trajetória a participação no show 'Opinião', no Rio, ao lado de Zé Kéti e João do Vale, dirigida por Augusto Boal

ESTADÃO ANALISA

DANILO CASALETTI

No documentário *Maria – Ninguém Sabe Quem Sou Eu*, do jornalista Carlos Jardim, Maria Bethânia, focada de forma íntima pelo entrevistador, também seu fã confesso, revela o motivo de nunca ter aderido ao microfone sem fio, popularizado no Brasil desde o início dos anos 1980: "Parece um chicote na minha mão".

Neste 13 de fevereiro de 2025, Bethânia chega aos 60 anos de carreira – data baseada em sua estreia no show *Opinião*, ao lado de Zé Kéti e João do Vale, dirigida por Augusto Boal. Vinda da Bahia, com o irmão Caetano Veloso a tiracolo – ela não considera suas apresentações em Salvador na contagem do tempo de carreira –, Bethânia impôs sua conhecida personalidade forte, tão diversa de Nara Leão, a quem ela substituiu no espetáculo.

Uma chegada e tanto. Em um esforço de imaginação, é possível ouvir Bethânia "bater seu chicote" no palco do Teatro de Arena, no Rio de Janeiro. Logo depois da temporada, mais uma lambada. Queriam estigmatizá-la como cantora de protesto, por conta de *Carcará*. Ela pulou fora. Foi fazer shows em boates, olhou para o presente e passado da música brasileira, cantando Edu Lobo, Antônio Maria, Garoto, Tom Jobim e Vinicius de Moraes.

A partir disso, Bethânia passou a guiar não apenas seus passos profissionais, mas também a música brasileira. E sem entrar para movimento algum. Em 1966, sugeriu ao mano Caetano que olhasse para a Jovem Guarda de Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléa – movimento baseado no rock mundial, considerado música de segunda classe, apartada da chamada MPB. "Ali tem energia", disse Bethânia a Caetano. Foi um combustível que inflamaria a Tropicália, logo depois.

Mais Bethânia: foi ela quem deu o mote de *Baby* a Caetano Veloso. A palavra em inglês estampada em uma camiseta, ou camisa. Com isso, nasceu uma canção de melodia mais sofisticada do que a marcha *Alegria, Alegria* e de estética menos radical do que as demais do lendário álbum *Tropicália ou Panis et Circencis*. Virou hit na voz de Gal Costa e a guiou para uma carreira mais pop.

PERSONA. Mais intérprete do que cantora – mesmo que isso sacrifique o apuro técnico do cantor –, Bethânia sabia que precisava desenvolver uma persona no palco. E, se Caetano sempre foi o comandante de seu barco, o diretor Fauzi Arap foi seu mestre de cena.

Em segurança, vestida da personagem, Bethânia pôde, então, fazer de tudo. Emendar um poema de Fernando Pessoa a uma canção de Roberto e Erasmo Carlos. Cantar para Nossa Senhora do Menino Jesus ou para a Cabocla Jurema. Ser uma índia ou a mais sofisticada cantora de samba-canção.

Em 1978, no álbum *Álibi*, um de seus grandes êxitos de carreira, matou três coelhos com uma chicotada só. Primeiro, consagrou de vez Djavan como compositor com a canção-título. Colocou Alcione para cantar *O Meu Amor*, música de Chico Buarque, e chamou Gal Costa para o dueto em *Sonho Meu*, samba de Dona Ivone Lara e Délcio Carvalho. Totalmente o contrário do que era esperado dela.

Gal, que já ensaiava uma guinada na carreira, amadureceu de vez no disco e show *Gal Tropical*, um ano depois. Alcione, por sua vez, passou a ser vista como a grande intérprete que é, independentemente da limitante classificação de "sambista".

Em 1993 – a década de 1990 foi cruel com os artistas da geração pós-bossa, empurrados pela primeira vez a um nicho no qual estão até os dias de hoje (não se impressionem com estádios lotados) –, gravou *As Canções Que Você Fez pra Mim*, apenas com músicas de Roberto e Erasmo Carlos. Um sucesso. A própria Bethânia, na época do lançamento do álbum, afirmou que a dupla talvez fosse a mais ouvida em "parques de diversão e circos".

Bethânia vê o palco como um lugar sagrado. Mas também um picadeiro. De menina, sonhava ser trapezista. Por isso, solta-se sem medo em seu espaço de segurança. Nessa mesma década de 1990, entendeu que podia tirar do sertanejo pop algo além do preconceito dos puristas da música, assim como havia feito, três décadas antes, com a Jovem Guarda. Cantou *É o Amor*, de Zezé di Camargo. Colocou-a no mesmo álbum em que gravou *O Trenzinho do Caipira*, de Villa-Lobos, e *Luar do Sertão*, de Catulo da Paixão Cearense.

Fora do palco, nunca se mostrou por inteira. Costuma dizer que é "interiorana". Conserva o espírito da cidade onde nasceu, Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo Baiano. De lá, trouxe sua musicalidade, religiosidade e o amor à festa. É tudo que se sabe de Bethânia fora de cena – ao menos oficialmente.

Bethânia, 78 anos, chega aos 60 de carreira em meio aos últimos shows da turnê *Caetano & Bethânia*, que rodou as capitais brasileiras em 2024 com apresentações em arenas e estádios. Nela, faz algumas concessões. Usa um microfone sem fio. Guardou também aquele seu lado cênico. Tudo por amor ao mano Caetano, o grande homenageado do show. E Bethânia sabe muito bem disso.

GAROTADA. Ainda estala seu chicote quando, inevitavelmente, põe um monte de jovens que passaram a lotar seus shows no pós-pandemia – novamente, dentro de um nicho de público – para cantar *Negue*, samba-canção de 1960. Ou quando canta *Fé*, sucesso de Iza, música que encoraja a "enfrentar esses filhos da puta". Não poderia dar melhor exemplo para a garotada.

Bethânia deve comemorar as seis décadas de carreira com um show ainda no segundo semestre deste ano. Não quer nada grandioso, em estádios. Prefere estar mais perto de seu público. Tem uma música inédita deixada por Rita Lee. Tem outra de Nelson Motta. Talvez faça um novo álbum. Bethânia, volte a usar o microfone com fio. Seus súditos, você bem sabe, não ficam sem suas chicotadas. ●

Celebração deve incluir show, mas ela não quer nada grandioso, prefere estar mais perto de seu público

Eufrázio

MARCOS ARCOVERDE/ESTADÃO – 10/1/2015



Colegas escolhem suas canções preferidas, que mexem com os sentidos

Bandeira Branca
Carlinhos Brown

"Gosto de todo o repertório de Bethânia, mas escolho aqui uma música icônica, que é a gravação de *Bandeira Branca*, do disco *Maria*, um dos primeiros álbuns no Brasil a ser produzido por uma mulher (e que também se chamava Maria). Na faixa, Bethânia traz em beat box a ideia de que um fenômeno explodia no centro da cidade de Salvador. É quando talvez falamos da banda do Olodum em primeira mão em um álbum, e isso foi importante e foi bastante incentivador para todos na Bahia. Viva Bethânia!"

Dona do Dom
Chico César

"*Dona do Dom*. É a música que fiz pra ela e que a define tão bem no meu entender."

Olhos nos Olhos
Claudette Soares

"Além de ser uma música lindíssima do Chico Buarque, Bethânia conseguiu interpretá-la com muito sentimento. Bem ao estilo Maria Bethânia. Ela diz as palavras com muita firmeza e com muita verdade. Bethânia tem um lado teatral muito grande. Então, quando você a ouve cantando, parece que ela está descrevendo a cena da canção. Além de ser uma música romântica, que ela faz muito bem, sempre com muito emoção e musicalidade."

Explode Coração
Daniela Mercury

"Bethânia, como intérprete, me emociona profundamente. Ela cantando o repertório histórico dela, as músicas de Chico Buarque, as de Caetano Veloso. Ela realmente enobrece tudo o que canta. É uma intérprete fora do comum. Uma música que, dentre tantas, sempre me toca, me dá vontade de chorar no show, é *Explode Coração*. Cada palavra é dita com tanta força, com tanta clareza, com tanta emoção. Ela consegue transmitir o sentimento de cada palavra de Gonzaguinha. Essa música faz parte da minha vida, em momentos que eu tive rompimentos, em momentos que eu precisei me reerguer. É engraçado, ela é uma música que fala de amor, mas que sempre me remete a um amor perdido. Isso também colabora para eu me emocionar muito com essa canção."

Cheiro de Amor
Liniker

"Maria Bethânia me inspira tanto, há tantos anos. Faz o meu cantar ser melhor, só por tê-la como inspiração. Não são 60 dias, são 60 anos de uma carreira brilhante, fundada no que há de melhor da alta performance, da alta expressão artística. Bethânia atravessa tantas gerações porque ela sempre é inteira. Tem esse dom de ser transparente e profunda como um espelho, né? Sou muito, muito, muito, muito feliz por ser uma devota de Maria Bethânia. Sou muito grata por ser banhada pelas águas e varrida pelos ventos da voz dela. Se é pra indicar uma canção preferida, indico *Cheiro de Amor*, uma canção tão linda, que já me embalou tantas vezes sozinha em muitos verões, em muitos invernos, em muitos romances. A Bethânia sabe das coisas – e ela não deve parar nunca. Te amo, Bethânia."

Álbum Brasileirinho
Mônica Salmaso

"Muito difícil escolher ou selecionar uma única gravação. No limite, eu consigo destacar o disco *Brasileirinho* inteiro, pela riqueza do projeto como um todo, do repertório aos músicos e convidados especialíssimos. A Bethânia celebra o Brasil nesse trabalho, com toda a propriedade que ela tem para fazer isso. É um dos meus discos preferidos da vida."

Amor, Amor
Teresa Cristina

"*Amor, Amor* é uma música linda, trabalha com a metáfora entre o amor e o mar, e a voz da Bethânia acompanha a evolução da figura de linguagem, sabe? De uma maneira muito perfeita, muito perfeita. Assim como o mar vai mudando da calmaria para revolta, a voz da Bethânia acompanha essa progressão. Para mim é uma gravação perfeita. Já ouvi essa música com outras pessoas, mas a gravação da Bethânia é inatingível."

Luar do Sertão
Sônia Braga

"A interpretação de Bethânia para a música *Luar do Sertão*, no DVD *Brasileirinho*, revela, na emissão de cada frase, um Brasil profundo, com suas belezas e mazelas. Essa é uma canção que, na voz dela, mexe fundo com os sentidos." ●

Eufrázio

QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2025
O ESTADO DE S. PAULO

Cinema Festival

Berlim abre sob nova direção e com brasileiros

Tricia Tuttle assume o comando da 75.ª edição do evento, que terá 'O Último Azul' na mostra principal, concorrendo ao Urso de Ouro

LUIZ CARLOS MERTEN
ESPECIAL PARA O ESTADÃO
BERLIM

Embora não tenha, aos olhos do público, o glamour de Cannes – o festival francês ocorre em maio, quando o calor toma conta da Cote d'Azur, favorecendo a celebração dos corpos –, a Berlinale, que começa nesta quinta, 13, se antecipa particularmente gelada, com temperaturas médias abaixo de zero e poucas atividades externas. Mas nem por isso o clima da 75.ª edição do evento estará menos quente.

A seleção da mostra competitiva combina grandes nomes e talentos emergentes, o festival atribuirá seu prêmio de carreira à grande Tilda Swinton e a presidência do júri caberá ao norte-americano Todd Haynes, celebrado como um nome importante do cinema de autor. Para o cinéfilo brasileiro, em fase de ufanismo graças à indicação de *Ainda Estou Aqui* para o Oscar, a seleção contempla 12 títulos do Brasil, incluindo *O Último Azul*, de Gabriel Mascaro, na disputa pelo Urso de Ouro, e o retorno, em versão restaurada, de *Iracema, Uma Transa Amazônica*, de Jorge Bodanzky e Orlando Senna, no Forum Special.

Por mais atrativo que tudo isso seja, há outro elemento – fundamental – para que os olhos do mundo do cinema se voltem para essa Berlinale, em especial. Houve uma troca de comando na escolha dos filmes, e essa é a primeira seleção assinada por Tricia Tuttle, que chega ao posto ancorada numa carreira de 25 anos como programadora, curadora, educadora e integrante do British Film Institute, da British Academy of Film and Television – Bafta –, além de, nos últimos dez anos, ter trabalhado como diretora do board do Festival de Cinema de Londres e do London LGBTQIA+ Film Festival. Ufa!

Com toda essa bagagem, ao anunciar sua primeira seleção berlinense, Tricia reafirmou a vocação política do festival. "Prefiro dizer que Berlim é um festival social, mas, sim, a política está no nosso DNA. Somos o único major A-list festival que ocorre numa capital, e ainda por cima em Berlim, que é uma cidade assentada na história. Não temos nenhuma timidez quanto a isso. Abraçamos a pluralidade de visões que os diretores selecionados e hóspedes de mais de 150 países trazem para nosso evento que é, acima de tudo, internacional. O cinema é uma importante ferramenta de comunicação. Ao mesmo tempo, celebramos os filmes como uma forma de arte. Desde obras de ensaio íntimas a sites específicos e instalações, desde vísceras do gênero noturno e animação queer até o estranho blockbuster de um autor favorito. Cinema, cinema!"

Com esse espírito, Tricia organizou a competição que contempla artistas bem localizados no radar dos cinéfilos – Radu Jade com seu *Kontinental 25*; Richard Linklater com *Blue Moon*; Michel Franco com *Dreams* e Hong Sangsoo com *What Does That Nature Say To You*, entre outros – e novos talentos. Destes últimos, alguns – muitos? – deles em sua primeira seleção na competição.

O próprio Gabriel Mascaro, que volta à Berlinale, apresentou anteriormente *Divino Amor*, em 2019, na Mostra Panorama. O Brasil não participava da competição principal desde 2020. Duas importantes autoras brasileiras – Lúcia Murat e Anna Muylaert – também foram selecionadas. Murat exibirá na mostra Generation seu *Hora do Recreio*, enquanto Muylaert levará *A Melhor Mãe do Mundo* à Berlinale Special.

ESTREANTE. O suspense erótico *Ato Noturno*, da dupla Márcio Reolon e Felipe Matzembacher, estará no Panorama, e a estreante Rafaela Camelo foi, de cara, selecionada para a mostra Generation, com *A Natureza das Coisas Invisíveis*.

As séries brasileiras marcarão presença no Berlinale Series Market – *Máscaras de Oxigênio (Não) Cairão Automaticamente*, de Marcelo Gomes e Carol Minêm, *De Menor – A Série*, de Caru Alves do Souza, diretora do longa original, e *Reencarne*, de Bruno Safadi. *Anba Dlo*, da cineasta trans Rosa Caldeira, será o único curta brasileiro na seção Berlinale Shorts. Outro curta – *Arame Farpado*, de Gustavo Carvalho – estará no Forum. *Zizi ou Oração da Jaca Fabulosa*, inspirado na infância do autor, marcará o retorno de Felipe Bragança à Berlinale, agora como participante da mostra Forum Expanded.

Na mostra Berlinale Classics, será exibida a versão restaurada de *Perseguidor Implacável (Dirty Harry)*, de Don Siegel, e existem rumores de que o próprio Clint Eastwood, do alto de seus 94 anos, poderá dar o ar da graça em Berlim para acompanhar a sessão.

A homenagem a Tilda Swinton, que receberá o Urso de Ouro especial, coroa a carreira da atriz que fez a passagem da produção independente, mais miúda, para o mainstream, mantendo sempre a classe e a elegância. Se a seleção de Tricia Tuttle desperta expectativa, não é menor a expectativa pela presidência do júri. Afinal, Todd Haynes é considerado um monumento da produção independente e do New Queer Cinema, com filmes como *Velvet Goldmine*, *Longe do Paraíso*, *Não Estou Lá* e *Carol* no currículo. ●

EBRAHIM NOROOZI/AP



Funcionário faz ajustes para a sessão de abertura; seleção combina grandes nomes e talentos emergentes

Os concorrentes

País não disputava prêmio principal desde 2020



- ***Ari*, de Léonor Serraille *(foto)***
- ***Blue Moon*, de Richard Linklater**
- ***The Safe House*, de L. Baier**
- ***Dreams*, de Michel Franco**
- ***Dreams (Sex Love)*, de Dag Johan Haugerud**
- ***What Does That Nature Say to You*, de Hong Sang-soo**
- ***Hot Milk*, de Rebecca Lenkiewicz**
- ***If I Had Legs I'd Kick You*, de Mary Bronstein**
- ***Kontinental '25*, de Radu Jud e**
- ***El Mensaje*, de Iván Fund**
- ***Mother's Baby*, de J. Moder**
- ***What Marielle Knows*, de Frédéric Hambalek**
- ***Reflection in a Dead Diamond*, de Hélène Cattet e Bruno Forzani**

FOTOS INTERNATIONALE FILMFESTSPIELE BERLIN



- ***Living the Land*, de H. Meng**
- ***O Último Azul*, de Gabriel Mascaro *(foto)***
- ***Girls on Wire*, de Vivian Qu**
- ***The Ice Tower*, de Lucile**

GUILLERMO GARZA/DESVIA



Hadžihalilovi

- ***Timestamp*, de Kateryna Gornostai *(foto)***
- ***Yunan*, de Fakher Eldin**

Libertação de Auschwitz será lembrada com 'Shoah', de Lanzmann

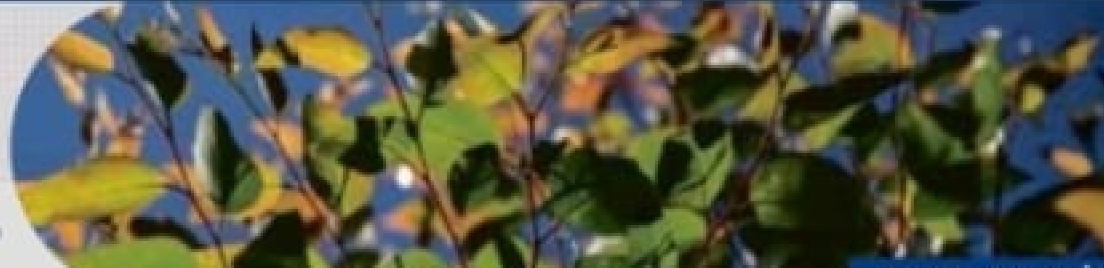
Neste 2025 se completam 80 anos da libertação do campo de concentração de Auschwitz-Birkenau. A Berlinale assinala a data com as exibições de *Shoah*, de Claude Lanzmann, que estreou no festival há 40 anos, e *Je N'Avais Que Le Néant*, de Guillaume Ribot, construído sobre a memória do longa longuíssimo – são 540 minutos –, mas essencial, de Lanzmann. "Nós lemos, depois da guerra, uma série de testemunhos sobre os guetos, os campos de extermínio", escreveu Simone de Beauvoir sobre ele. "Mas, assistindo hoje ao filme, percebemos que não sabíamos nada. Apesar de todo o conhecimento, a horrenda experiência permanecia distante de nós. Em *Shoah*, pela primeira vez, nós a vivemos em nossa cabeça, em nosso coração, em nossa mente."



Suzano S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MENSAGEM DA DIRETORIA

A celebração do centenário da companhia no início de 2024, um marco histórico, foi a primeira das diversas conquistas realizadas ao longo do ano. O período também foi marcado por mudanças na liderança da Suzano, especialmente pela transição de Walter Schalka da posição de CEO para o Conselho de Administração e a chegada de Beto Abreu como novo CEO, bem como, ao final do ano, com Marcos Assumpção assumindo a posição de CFO, anteriormente ocupada por Marcelo Bacci.

Com uma clara e bem definida estratégia de negócio de longo prazo, a Suzano concretizou avanços relevantes ao longo do ano. A conclusão do projeto Cerrado, com a consequente entrada em operação da nova fábrica de Ribas do Rio Pardo no Mato Grosso do Sul e a execução de sua curva de aprendizado em tempo recorde na indústria global de P&P, foi o maior destaque de 2024 no âmbito das avenidas estratégicas "Ser best-in-class na visão de custo total de celulose" e "Manter a relevância em celulose, via bons projetos". Tal desempenho evidencia, mais uma vez, a capacidade da Companhia de gerir e entregar projetos complexos no prazo e no orçamento previstos. A nova planta representa para a empresa um novo patamar de competitividade, escala, geração de caixa e desempenho ambiental de seu negócio. Tão importante quanto, representa também um avanço relevante nas dimensões econômica e social para a cidade de Ribas do Rio Pardo e comunidades do entorno, ao participarem direta e indiretamente da nova dinâmica estrutural da região com a entrada em operação da maior fábrica de celulose em linha única do mundo, cuja produção anual é de 2,55 milhões de toneladas de celulose de eucalipto. Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado, também concluímos a compra de 70k ha de terras e 50k ha de área útil com potencial florestal da BTG próximo a nossa fábrica no Mato Grosso do Sul, reforçando a avenida estratégica "ser best-in-class na visão de custo total de celulose".

Em 2024, a Suzano ampliou sua plataforma de negócios no mercado internacional. No contexto da avenida estratégica "Avançar nos elos da cadeia, sempre com vantagem competitiva", foi concluída, ao final do ano, a aquisição de duas fábricas da Pactiv Evergreen, localizadas nas cidades de Pine Bluff, Arkansas, e Waynesville, Carolina do Norte, ambas nos Estados Unidos da América, com capacidade total integrada de aproximadamente 420.000 toneladas por ano de papelcartão. Esta aquisição marca a entrada da Suzano no mercado de embalagens norte-americano. Outra transação relevante do ano representou a entrada da Suzano no mercado têxtil no escopo da avenida "Ser arrojado na expansão em Novos Mercados", com a aquisição de 15% das ações da Lenzing AG, companhia austríaca especializada na produção de fibras de celulose à base de madeira.

Ainda na avenida estratégica "Avançar nos elos da cadeia, sempre com vantagem competitiva", anunciamos ao final de 2024 a antecipação do start-up da fábrica de papéis sanitários em Aracruz (ES), que tinha início previsto para 2026, e passa a ser previsto para o quarto trimestre de 2025.

No que se refere ao desempenho operacional, observou-se em 2024, na unidade de negócio de celulose, uma recuperação de preços na primeira metade do ano, seguida de uma deterioração das condições de mercado a partir do terceiro trimestre, no contexto de novas capacidades entrantes no Brasil e na Ásia. Ainda assim, devido à menor volatilidade ocorrida ao longo do ano, o preço médio de celulose foi 7% maior em relação a 2023. Tal dinâmica, associada ao volume recorde vendido no período com a entrada em operação da nova fábrica de Ribas do Rio Pardo, fez com que o EBITDA ajustado da unidade de negócio de celulose atingisse R$ 20,9 bilhões, representando um aumento de 37% em relação ao ano anterior. Por sua vez, a unidade de negócio de papel e embalagem apresentou resultados praticamente estáveis no período quando comparados ao ano anterior. Como resultado, o EBITDA ajustado consolidado de 2024 da companhia atingiu R$ 23,8 bilhões, registrando um crescimento de 31% sobre 2023.

Além do forte ciclo de investimentos, a disciplina na alocação de capital da companhia contemplou, em 2024, um montante total de R$ 4,3 bilhões em remuneração ao acionista, sobretudo pela conclusão do 4º programa de recompra de ações e execução parcial do 5º programa consecutivo de recompra de ações, que totalizou 51.115.300 ações recompradas no ano ao preço médio de R$ 54,88/ação. Não obstante, o compromisso da Suzano com sua política financeira foi mais uma vez evidenciado pela trajetória de queda da alavancagem, medida pela relação dívida líquida/Ebitda em dólar, que atingiu, ao final do ano, 2,9x.

Atravessamos 2024 superando desafios, celebrando conquistas e focados na geração de valor para todas as nossas partes interessadas. Agradecemos especialmente aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, aos acionistas e credores pela confiança, e aos nossos clientes e fornecedores pelo apoio contínuo. Encerramos o primeiro século plantando as sementes dos próximos 100 anos da companhia, motivados e atuantes em relação à nossa responsabilidade com as pessoas e o planeta.

A Diretoria

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

VISÃO GERAL

A Suzano tem o compromisso de ser referência global no desenvolvimento de soluções sustentáveis e inovadoras a partir da árvore plantada, recurso natural que é a base de nosso negócio atual e futuro. Líder mundial na fabricação de celulose de mercado e uma das maiores fabricantes de papéis da América Latina, a Companhia exporta seus produtos para mais de 100 países, que são essenciais para a higiene, educação e bem-estar da sociedade. Com o start-up da nova planta de Ribas do Rio Pardo, as operações contemplam quatorze fábricas, incluindo a joint operation Veracel, com capacidade instalada de 13,4 milhões de toneladas de celulose de mercado, 1,7 milhão de toneladas de papéis e 280 mil toneladas de bens de consumo por ano. A nova Unidade de Ribas do Rio Pardo teve seu início em 21 de julho, apresentando eficiência acima do esperado e concluindo sua curva de aprendizado ainda em 2024, antes do previsto pela Companhia, e já contribuiu com a redução do custo caixa consolidado no ano.

Ao final de 2024 a Companhia possuía mais de 56 mil colaboradores diretos e indiretos e investe há mais de 100 anos em soluções inovadoras e sustentáveis a partir do plantio de árvores.

INOVAÇÃO

Em 2024, a Companhia se destacou ao impulsionar suas avenidas estratégicas e avançar em direção aos compromissos de "Renovar a vida a partir da árvore". A Diretoria de Sustentabilidade, Pesquisa e Inovação apostou em um portfólio diversificado e avançado, garantindo a sustentabilidade das florestas e operações. Esse movimento reforçou a imagem da empresa como uma líder inovadora e comprometida com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O departamento de seleção genética da Suzano recomendou 51 materiais genéticos para plantio operacional no ano de 2025, apresentando ganhos de recomendação, comparado com o do ano de 2024, tanto nos indicadores IMA e IMACel (Incremento Médio Anual e Incremento Médio Anual de Celulose por hectare por ano). Os ganhos de produtividade foram estimados pelo Tetrys (The Eucalyptus Tree Reliable Yield System) - otimizador dos cenários de alocação clonal da Suzano. A implantação de um Viveiro de Transição é uma novidade revolucionária introduzida pela Suzano no mundo florestal, criado para produzir mudas de clones potenciais em larga escala. Em 2024, os Viveiros de Transição começaram a operar, resultando na produção de mais de 320 mil mudas e 17 novos clones potenciais. O melhoramento genético também deu um salto com uma técnica inovadora chamada Speed Breeding, que está revolucionando o desenvolvimento clonal, reduzindo o ciclo de melhoramento para gerar novos clones de 21 para 7 anos.

Ao longo do ano a FuturaGene obteve três novas aprovações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para o uso comercial de eucaliptos geneticamente modificados (GM). A empresa já havia recebido oito aprovações anteriores, destinadas ao aumento de produtividade, à tolerância a herbicida, à resistência a insetos e à combinação de duas dessas características. A empresa agora possui um total de onze aprovações para eucaliptos geneticamente modificados (GM). As novas aprovações obtidas em 2024 foram para eucalipto GM combinando três características previamente mencionadas em um único eucalipto. Como resultado, a empresa agora possui onze aprovações para eucaliptos GM. As variedades de eucalipto GM recém-aprovadas serão integradas ao programa de melhoramento genético da Suzano e passarão por testes extensivos em diversas condições ambientais, de forma semelhante às variedades anteriormente aprovadas.

No negócio de Celulose, fortalecemos o avanço da estratégia Fiber-to-Fiber, principalmente para a produção de papel tissue.

Em Biorrefinaria, o ano de 2024 foi histórico para a Ecolig (lignina produzida pela Suzano), com a venda da capacidade total da planta (20 mil toneladas) e a fidelização de clientes estratégicos. Esse resultado foi fruto de diversos desenvolvimentos que permitiram diversificar o portfólio de aplicações homologadas, tais como a aplicação de lignina em resinas fenólicas para painéis de madeira, em que a Ecolig substitui parcialmente compostos fenólicos de origem fóssil.

Em 2024, os projetos em Papel e Embalagens focaram na substituição de produtos fósseis e no uso de aparas de papel. A Linha Greenpack® lançou gramaturas certificadas para alimentos. A linha Bluecup Bio® trouxe soluções biodegradáveis para líquidos quentes.

Nos projetos desenvolvidos pela área de Bens de Consumo, foi lançada a Linha Max Professional, que inclui opções de papel toalha e higiênico para o segmento econômico, com qualidade e performance superiores à média do mercado. Também foi lançado o Neve Ultracomfort, primeiro papel higiênico Neve 4 folhas com exclusiva tecnologia de colagem que garante máxima performance ao consumidor, inaugurando a 4ª geração de papéis no mercado nacional. Foi apresentada ao mercado a linha de Sabonetes Mimmo, como forma de aumentar o posicionamento e competitividade no mercado de Professional.

Em Gestão da Inovação, a prospecção orientada de instrumentos de fomento resultou em um valor recorde superior a R$ 200 milhões, considerando a renúncia fiscal via Lei do Bem, projetos de P&D contratados com fomento da EMBRAPII, FUNDECT MS e SENAI e financiamento BNDES Mais Inovação. Houve avanços significativos na regularização de produtos perante a ANVISA. Em propriedade intelectual, duas iniciativas foram conduzidas: a internalização de 100% da redação dos pedidos de patentes e das petições de oposição, e revisão do portfólio patentes e cultivares.

Como destaque do desempenho notável da Suzano em Inovação, vale citar os prêmios de inovação em 2024, conquistando o 1º lugar na categoria Papel e Celulose pelo 4º ano consecutivo e o 2º lugar no ranking nacional no Prêmio Valor Inovação Brasil, além de vencer na categoria P&D (Inovação) no Prêmio Destaques do Setor ABTCP.

UNIDADE DE NEGÓCIO CELULOSE

Ao longo de 2024, o mercado de celulose de fibra curta foi influenciado por eventos não programados, novas capacidades de produção e mudanças nas condições econômicas globais. O ano começou com uma produção de papel acima das expectativas e baixos estoques de celulose, resultando em uma oferta inferior à demanda e fundamentos favoráveis para o aumento de preços. Com o passar dos meses, observou-se uma normalização gradual da oferta fomentada pela entrada de novas capacidades, apesar de paradas não planejadas. A substituição de fibra longa por fibra curta foi uma tendência marcante que ganhou ainda mais tração nos últimos meses do ano devido ao aumento do spread entre os preços dessas fibras.

Na China, o ano iniciou com uma alta produção de papel de todos os segmentos, porém com margens apertadas dos papeleiros, que enfrentaram dificuldades para repassar os aumentos de preço da celulose. No segundo semestre, a entrada de novos projetos, como a Unidade de Ribas do Rio Pardo da Suzano e Liansheng na China, somados a uma normalização da oferta com redução de paradas não planejadas, resultou em uma maior disponibilidade de fibra curta, o que, adicionado às margens pressionadas dos papeleiros, acarretou na diminuição da demanda na China e na redução dos preços a partir de agosto. No final do ano, houve uma regularização da demanda devido ao forte ritmo de produção de papel e melhora das margens dos produtores de papel, que conseguiram aumentar os preços de produto acabado devido à saída temporária do mercado de um grande produtor integrado de papelcartão e papéis de imprimir e escrever.

No mercado europeu, o consumo de fibra curta foi influenciado por fatores sazonais e pela crise no Mar Vermelho, que afetou a importação de produtos de papel acabado incentivando a produção local de papel que, por sua vez, impulsionou a demanda de celulose na região. Após o primeiro semestre, no qual a demanda de celulose na Europa superou as expectativas, houve uma redução durante o verão europeu, em consonância com a sazonalidade histórica. Posteriormente, a demanda retornou nos últimos meses do ano devido à substituição de fibra longa por fibra curta. Na América do Norte, o mercado de papéis sanitários permaneceu saudável ao longo do ano, apesar das incertezas econômicas e da inflação.

No que concerne à oferta de celulose, 2024 foi um ano de normalização gradual após um início pautado pela restrição de oferta por greves na Finlândia e no Chile, terremoto em Taiwan, enchentes no sul do Brasil e acidentes em instalações na Finlândia e Indonésia. A entrada de novas capacidades no Brasil e na China, juntamente com a resolução de greves e a redução das chuvas no Rio Grande do Sul, contribuiu para uma maior disponibilidade de celulose no mercado no segundo semestre.

Para 2025, a prioridade da Suzano será continuar focando no alto nível de serviço a seus clientes globalmente e impulsionando a substituição de fibras, em linha com sua estratégia comercial. A expectativa é que o mercado continue a se adaptar às novas capacidades que entraram durante 2024 e que a demanda de fibra curta continue em crescimento, também impulsionada pelo movimento de substituição de fibras em continuação à tendência verificada nos últimos anos de menor disponibilidade de fibra longa.

UNIDADE DE NEGÓCIO PAPEL E EMBALAGEM

De acordo com os dados publicados pelo IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores), a demanda de Imprimir & Escrever no Brasil, considerando importações, apresentou um crescimento de 3% nos onze primeiros meses de 2024 na comparação com o mesmo período de 2023. As vendas de papel da Suzano em 2024, incluindo unidade de bens de consumo, totalizaram 1.436 mil toneladas, crescimento de 11% em relação ao volume vendido em 2023. As vendas de papel de Imprimir & Escrever tiveram crescimento, impulsionado pelas vendas de papéis revestidos, destinado à eleição municipal no Brasil, bem como uma performance estável da linha de papéis não revestidos. Além disso, o volume de papelcartão também foi impactado positivamente por movimentos de recomposição de estoques e o bom desempenho da economia brasileira, bem como pela aquisição ao final do ano das operações da Pactiv Evergreen nos Estados Unidos. O segmento de papéis sanitários também teve desempenho positivo, majoritariamente beneficiado pelo volume advindo da aquisição dos ativos de tissue da KC no Brasil em meados de 2023.

Em 2024, a receita líquida obtida com as vendas de papel da Suzano totalizou R$ 9.810 milhões, 8% superior ao ano anterior. A receita líquida do mercado interno apresentou aumento de 8% na comparação anual, enquanto a receita para o mercado externo teve retração de 7% vs. 2023. Da receita total, 74% foram provenientes das vendas no mercado interno e 26% do mercado externo. No que se refere à composição da receita com venda de papel, os principais destinos em 2024 foram o Brasil e América Latina (86%) seguido pela América do Norte (9%), tendo as demais regiões uma menor participação (5%). O preço líquido médio de papel em 2024 foi de R$ 6.832/ton, 3% inferior ao preço em 2023.

Para 2025, a Companhia planeja um sólido desempenho operacional nas linhas de papel e bens de consumo, com demanda sólida no mercado interno para suas linhas de produto, enquanto no mercado externo, se espera um cenário mais incerto. Além das nossas linhas tradicionais, a companhia seguirá investindo em seu portfólio de produtos de inovação, voltados para os segmentos de embalagens e substituição de plásticos de uso único, que apresenta crescimento na demanda, compensando a redução estrutural existente em outras linhas. A empresa também seguirá focada em seu modelo exclusivo de go-to-market, avançando na estratégia de conquistar novos clientes e ampliar as regiões atendidas, especialmente em mercados internacionais.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As informações operacionais e financeiras são apresentadas com base em números consolidados em Reais (R$) da Suzano S.A.

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia em 2024 foi de R$ 47.403 milhões, 19% superior à receita líquida registrada em 2023, de R$ 39.756 milhões, em função de maior volume e preço líquido da celulose, além de maior câmbio médio no ano.

Custo dos Produtos Vendidos ("CPV")

O custo dos produtos vendidos em 2024 totalizou R$ 27.402 milhões, 9% superior ao registrado em 2023, de R$ 25.077 milhões. O efeito do CPV foi impactado positivamente pelo menor custo caixa (já considerando o impacto da entrada de Ribas do Rio Pardo), mas compensado pelos efeitos dos maiores volumes de venda que impactam em aumentos de custo fixo, custos logísticos, depreciação, amortização e exaustão.

Lucro Bruto

O aumento de 36% do lucro bruto, de R$ 14.679 milhões em 2023 para R$ 20.002 milhões em 2024, é explicado principalmente pelo maior volume de vendas e preço líquido da celulose, além de maior câmbio médio no ano.

Despesas com Vendas e Administrativas

As despesas com vendas totalizaram R$ 2.939 milhões em 2024, 13% superior ao valor registrado em 2023 de R$ 2.596 milhões. Este aumento deve-se, principalmente, à elevação dos gastos logísticos por maior volume de vendas.

As despesas administrativas totalizaram R$ 2.620 milhões em 2024, 36% superior ao montante registrado em 2023 de R$ 1.923 milhões, explicadas principalmente pelo maior gasto com pessoal.

EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado de 2024 totalizou R$ 23.849 milhões, 31% superior ao valor de R$ 18.273 milhões em 2023. Este aumento se deve principalmente em função de maior volume de vendas, decorrente da entrada de Ribas do Rio Pardo, preço líquido de celulose e maior câmbio médio no ano.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi negativo em R$ 28.802 milhões em 2024, em comparação ao resultado positivo de R$ 5.781 milhões em 2023. O desempenho de 2024 reflete a valorização do dólar frente ao real, impactando diretamente o resultado de variações cambiais e derivativos.

As variações cambiais e monetárias impactaram o resultado de 2024 negativamente em R$ 15.885 milhões, ao contrário do impacto positivo de R$ 3.088 milhões em 2023. O resultado de operações com derivativos (hedge de dívida e fluxo de caixa) foi negativo em R$ 9.113 milhões em 2024 versus o resultado positivo de R$ 5.527 milhões em 2023, em função principalmente da desvalorização do real frente ao dólar.

Resultado Líquido

A Companhia obteve resultado líquido negativo de R$ 7.045 milhões em 2024, em comparação ao lucro líquido positivo de R$ 14.106 milhões do ano anterior. Apesar do resultado operacional positivo no período, o resultado financeiro foi impactado fortemente pela desvalorização do real frente ao dólar.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2024, o total da dívida bruta era de R$ 101.436 milhões, sendo 90% dos vencimentos concentrados no longo prazo e 10% no curto prazo. A dívida em moeda estrangeira representava, no final do ano, 82% da dívida total da Companhia. Já o percentual da dívida bruta em moeda estrangeira considerando o efeito do hedge de dívida ficou em 90%.

A Suzano realiza a contratação de dívida em moeda estrangeira como estratégia de hedge natural, uma vez que a geração de caixa operacional líquida é denominada, em sua maior parte, em moeda estrangeira (dólar) devido à sua condição predominantemente exportadora. Essa exposição estrutural permite que a Companhia concilie os pagamentos dos empréstimos e financiamentos em dólar com o fluxo de recebimento das vendas.

Em 31 de dezembro de 2024, o custo médio total da dívida era de 5,0% a.a. em dólar (dívida em BRL ajustada pela curva de *Swap* de mercado) em linha com o custo médio em dólar observado no encerramento de 2023 também de 5,0% a.a. O prazo médio da dívida consolidada no encerramento de 2024 era de 73 meses versus 75 meses no final de 2023.

A posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 22.383 milhões, dos quais 29% aplicados em investimentos de renda fixa em moeda estrangeira. O percentual remanescente de 71% estava aplicado em moeda nacional, em títulos públicos e outros de renda fixa, com remuneração em percentual do DI.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía também uma linha de crédito rotativo (*Revolving Credit Facility*) no valor total de US$ 1.275 milhões (correspondente a R$ 7.895 milhões) e com prazo de disponibilidade até fevereiro de 2027. Desta forma, a posição de caixa e equivalentes de R$ 22.382 milhões somada à linha de crédito rotativo totalizava ao final de 2024 uma posição de liquidez imediata no valor de R$ 30.278 milhões. Adicionalmente, a Companhia tem um contrato de financiamento com a Finnvera (US$ 800 milhões) relacionado ao Projeto Cerrado, ainda não sacado, fortalecendo ainda mais sua condição de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2024, a dívida líquida era de R$ 79.053 milhões (US$ 12.766 milhões) versus R$ 55.560 milhões (US$ 11.476 milhões) observados em 31 de dezembro de 2023. O principal fator que explica o aumento da dívida líquida em moeda nacional é explicado pela variação cambial do período.

O índice de alavancagem financeira medido pela relação dívida líquida/EBITDA Ajustado em Reais ficou em 3,3x em 31 de dezembro de 2024 (3,0x em 2023). Esse mesmo indicador, apurado em USD (medida estabelecida na política financeira da Suzano), ficou em 2,9x em 31 de dezembro de 2024 (3,1x em 2023).

GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

A geração de caixa operacional da Suzano (EBITDA Ajustado menos Capex de Manutenção) foi de R$ 16.239 milhões em 2024, aumento de 40% quando comparada ao ano de 2023, em função do maior EBITDA Ajustado.

Geração de caixa operacional (R$ milhões)	2024	2023
EBITDA Ajustado[1]	23.849	18.273
Capex Manutenção[2]	(7.610)	(6.707)
Geração de Caixa Operacional	**16.239**	**11.567**
Geração de Caixa Operacional (R$/ton)	**1.320**	**1.005**

[1]Desconsidera itens não recorrentes. [2]Em regime caixa.

DIVIDENDOS

O Estatuto Social da Suzano estabelece como dividendo mínimo obrigatório o equivalente ao menor valor entre 25% do lucro líquido após constituição de reservas legais do exercício ou 10% da Geração de Caixa Operacional (GCO) do respectivo ano fiscal, sendo GCO o resultado do Ebitda Ajustado deduzido do capex de manutenção.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram distribuídos dividendos, em decorrência do prejuízo apurado no exercício. Em 04 de dezembro de 2024, conforme Aviso aos Acionistas, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio ("JCP") pela Companhia no valor bruto total de R$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) à razão de R$ 2,017362506 por ação da Companhia, considerando o número de ações "ex-tesouraria" na presente data, a título de remuneração baseada no lucro demonstrado no balanço trimestral da Companhia datado de 30 de setembro de 2024.

O pagamento dos JCP foi efetuado em 10 de janeiro de 2025, fazendo jus ao recebimento da remuneração os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia no encerramento dos negócios da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") em 16 de dezembro de 2024 (data-base no Brasil).

PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 2024 a Companhia finalizou seu quarto programa consecutivo de recompra, com o objetivo maximizar a geração de valor para seus acionistas, permitindo que a Companhia faça alocação de capital eficiente considerando o potencial de rentabilidade de suas ações. Adicionalmente, a recompra sinaliza ao mercado a confiança da administração na performance da Companhia. Foram adquiridas 40.000.000 (quarenta milhões) de ações em pregão regular da bolsa de valores, ao preço médio de R$ 54,81/ação, perfazendo R$ 2.192 milhões na execução do programa que foi concluído em 15 de agosto de 2024.

Em 2024, a Companhia também anunciou e deu seguimento ao seu quinto programa consecutivo de recompra. Foram adquiridas 11.115.300 (onze milhões, cento e quinze mil e trezentas) ações em pregão regular da bolsa de valores, ao preço médio de R$ 55,15/ação, perfazendo R$ 613 milhões na execução do programa até 31 de dezembro de 2024.

Também em 2024, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pelo cancelamento de 60.000.000 ações ordinárias, então mantidas em tesouraria, adquiridas no âmbito dos programas de recompra de ações da Companhia aprovados em reuniões do Conselho de Administração.

Com base na posição acionária de 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía: (a) 616.624.679 ações de sua emissão em circulação, de acordo com a definição dada pelo artigo 67 da Resolução CVM n.º 80/22, e (b) 24.875.787 ações de sua emissão em tesouraria, representativas de, aproximadamente, 4,0% do total de suas ações em circulação.

INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Os investimentos de capital totalizaram R$ 17.120 milhões em 2024, sendo R$ 7.610 milhões com manutenção florestal e industrial. Os investimentos em Terras e Florestas foram de R$ 4.043 milhões, destinados principalmente ao aumento de competitividade florestal estrutural da Companhia. Os investimentos em Expansão e Modernização foram de R$ 972 milhões, principalmente em projetos para ganho de competitividade das unidades industriais, além de R$ 2 milhões destinados à terminais portuários e outros. Para o Projeto Cerrado os desembolsos foram de R$ 4.493 milhões.

Para 2025, a Administração aprovou um Orçamento de Capital de R$ 12,4 bilhões, sendo R$ 7,8 bilhões destinados à manutenção industrial e florestal e R$ 2,2 bilhões de investimentos em Terras e Florestas, dentre outros.

continua →

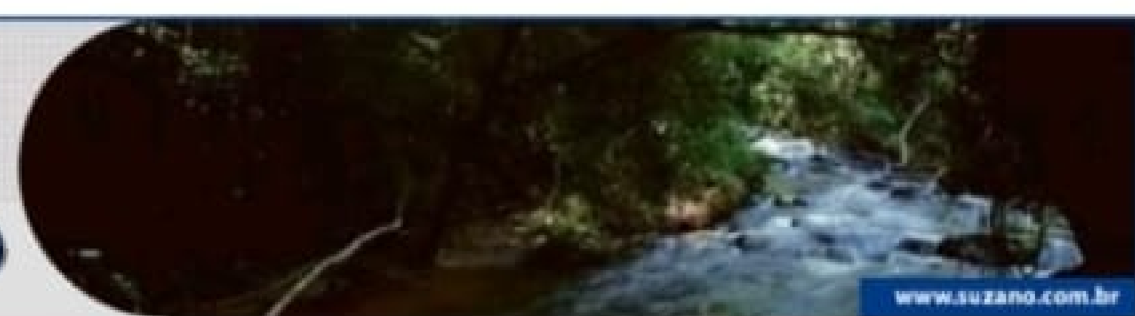
Eufrázio



Suzano S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Suzano integram o Novo Mercado, mais alto nível de governança corporativa da B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, e são negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) - ADR Nível II sob os códigos SUZB3 e SUZ, respectivamente.
Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era representado por 1.264.117.615 ações ordinárias (SUZB3 e SUZ), sendo 24.875.787 ações ordinárias mantidas em tesouraria. As ações da Suzano fecharam o ano cotadas a R$ 61,78/ação (SUZB3) e US$ 10,12/ação (SUZ).

RATING

Ao longo do ano de 2024, as agências de rating Fitch e S&P (em março e julho, respectivamente) confirmaram o rating BBB- com perspectiva Estável para a Suzano, enquanto a agência de rating Moody's confirmou o rating Baa3 e elevou a perspectiva de Estável para Positiva (em outubro). As agências destacaram a posição de liderança da Companhia no setor de celulose, além do modelo de negócio de baixo custo da Suzano, gestão financeira e posição de liquidez sólidas. A perspectiva positiva está ligada à expectativa de redução da alavancagem da Companhia com a conclusão, em julho, da construção do Projeto Cerrado (nova unidade de Ribas do Rio Pardo).

SUSTENTABILIDADE

Mudanças Climáticas

Nas Unidades Industriais, a empresa tem reduzido as emissões através de projetos de modernização e aumento de eficiência de fornos, caldeiras e turbogeradores em um movimento gradativo de redução e substituição de combustíveis de alta intensidade de emissões (como óleo combustível e gás natural) para combustíveis menos emitentes (como biomassa e licor negro), e através da adoção de novas tecnologias como a gaseificação de biomassa (Syngas) da nova Unidade em Ribas do Rio Pardo (MS), inaugurada em 2024. Esta tecnologia representa uma redução de 97% nas emissões dos fornos de cal em comparação com uma fábrica que consome combustíveis fósseis.
Ao longo de 2024, foram mapeadas mais de 60 iniciativas de descarbonização que podem apoiar a transição climática da Suzano, em conjunto com as remoções de CO2 da atmosfera através das nossas florestas. Nesse contexto, a companhia está desenvolvendo a sua curva de descarbonização de médio e longo prazo, enquanto o processo de validação de metas baseadas na ciência junto ao SBTi continua em andamento.
Em 2025, o foco da Suzano será em continuar o mapeamento e implementação das iniciativas de descarbonização, buscando projetos de baixo carbono com viabilidade financeira e técnica.

Créditos de Carbono

Em dezembro de 2024, foi sancionada no Brasil o PL 182/2024, criando o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) que consiste no mercado regulado de carbono no país sob o modelo "cap-and-trade". Paralelamente, na COP29 em Baku, ocorreu a validação do Artigo 6 do Acordo de Paris, tornando operacionais os comércios entre países e um mecanismo de crédito de carbono. Com o funcionamento desses diferentes mecanismos, a Companhia segue acompanhando as próximas definições do mercado regulado no Brasil com a regulamentação e a operacionalização do SBCE, assim como segue nos estudos e investimentos em torno das oportunidades geradas com o mercado de carbono voluntário. Neste cenário, a Companhia mantém seus investimentos na certificação de projetos de crédito de carbono que estão em andamento e que visam a recuperação de áreas degradadas por meio do reflorestamento de árvores nativas e de eucalipto e o fomento de benefícios socioambientais.

Biodiversidade

O ano de 2024 foi um ano de expressivo avanço no compromisso de conectar 500 mil hectares de fragmentos florestais, progredindo em plantio e na conexão dos fragmentos de vegetação nativa por meio de corredores ecológicos, implementando modelos biodiversos e ações de restauração ecológica nos três corredores: Mata Atlântica, Cerrado e Amazônia. O resultado será apresentado no Relatório de Sustentabilidade 2024. Ainda, alinhado a esse compromisso, a Suzano estabeleceu uma parceria com a *Conservation International* (CI) - Brasil, organização dedicada à proteção da biodiversidade, combate às mudanças climáticas e fortalecimento de comunidades locais.
Também neste ano, a Suzano anunciou a adesão às recomendações do TNFD (*Taskforce on Nature-related Financial Disclosures*), sendo uma das primeiras empresas brasileiras a comprometer-se com a iniciativa dedicada à criação de um instrumento de gerenciamento e divulgação de riscos, dependências e oportunidades para que as organizações relatem e atuem sobre os impactos relacionados à natureza. Também foi celebrada uma parceria com a *Rainforest Alliance* (RA), aderindo à plataforma *"Forest Allies"*. Essa plataforma promove a troca de experiências entre o setor privado e outros stakeholders, com foco no compartilhamento de melhores práticas e soluções para proteger, restaurar e promover o manejo responsável da floresta tropical. A parceria contribuirá para a implementação de projetos na Bacia Amazônica e para a concretização do compromisso de longo prazo da Suzano com a biodiversidade.

Água

Em 2024, a Suzano avançou significativamente no compromisso de ampliar a disponibilidade hídrica em em 44 bacias hidrográficas a partir do manejo florestal em 88 mil ha de plantios. Os resultados atingidos por este compromisso e o de redução de uso da água na indústria serão apresentados no Relatório de Sustentabilidade 2024.
O projeto Microbacias, que completou 31 anos em 2024, foi expandido de 11 para 15 microbacias em áreas estratégicas da base florestal, ampliando o conhecimento sobre o uso da água pelas florestas e impulsionando práticas de manejo conservativo de água.
Utilizando-se de inteligência artificial, a Suzano teve um importante avanço em seu monitoramento de nascentes hídricas. O modelo construído aprimorará a capacidade de análise da Suzano em qualificar as nascentes, ampliando a efetividade de suas ações de preservação das bacias hidrográficas que a companhia está presente.
Por fim, em 2024, a Suzano aderiu a *The Nature Conservancy* (TNC) e passou a integrar a "Coalizão pela Água". Essa iniciativa tem como objetivo desenvolver mecanismos voltados para a conservação de recursos hídricos em bacias hidrográficas situadas em áreas de alto estresse hídrico nos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Amazônia. A parceria reúne partes interessadas dos setores público, privado e da sociedade civil, juntamente com agricultores locais, contribuindo para ampliar a segurança hídrica, uma questão de importância estratégica para a Suzano.

Novos Negócios

O ano de 2024 trouxe avanços importantes para a Suzano no segmento têxtil. A empresa adquiriu 15% das ações da austríaca Lenzing, referência na produção de fibras de celulose para as indústrias têxtil e de não-tecidos, reforçando seu posicionamento neste segmento estratégico.
Além disso, a SPINNOVA®, tecnologia de fibra à base de celulose microfibrilada fabricada pela Woodspin - uma joint venture com a Suzano -, foi utilizada na confecção dos uniformes dos atletas olímpicos e paralímpicos da seleção dinamarquesa. Produzidas com rigorosos critérios de sustentabilidade, essa ação demonstra o potencial de mercado da tecnologia enquanto a empresa avança rumo à viabilidade para escala comercial.
No segmento de lignina, a Suzano fortaleceu parcerias comerciais para a expansão da Ecolig® (lignina produzida pela Suzano) na China, Europa e Brasil, avançando no propósito de oferecer matérias-primas renováveis como alternativa aos derivados do petróleo.
A Suzano Ventures também ampliou sua atuação em 2024, alcançando um capital comprometido de US$ 20,3 milhões em investimentos em startups que utilizam inovações baseadas nas árvores para impulsionar a bioeconomia. Com as novas investidas, o portfólio da Suzano Ventures agora soma sete startups. Dentre as empresas escolhidas estão duas startups canadenses focadas no desenvolvimento de embalagens sustentáveis: a *Nfinite Nanotech*, que oferece uma tecnologia de barreira translúcida que preserva a reciclabilidade e compostabilidade do papel, e a *Bioform*, que está desenvolvendo um tipo de filme biodegradável composto por hidrogel reforçado com celulose. No Brasil, os aportes foram direcionados à *Entropic Solutions*, que atua no beneficiamento da lignina, e à *BemAgro*, especializada em tecnologias agrícolas baseadas em inteligência artificial. Esses investimentos reforçam o compromisso da Suzano Ventures com a inovação e a promoção de tecnologias mais sustentáveis.

Desenvolvimento Social

Em 2024 houve avanço nos esforços alinhados à estratégia de sustentabilidade nos aspectos sociais.
O Programa Suzano de Educação, beneficiou mais de 130 mil estudantes e educadores em cinco estados brasileiros, focando na melhoria da qualidade do ensino público no Brasil. Como desdobramento da implementação de estratégias que fortaleceram a colaboração intermunicipal e intersetorial, o programa visou o planejamento e a execução de ações para a melhoria das condições de aprendizagem, com foco na educação integral de crianças e adolescentes nos territórios atendidos.

A empresa também firmou uma aliança com o Pacto Global da ONU e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a implementação de um programa de Devida Diligência em Direitos Humanos, alinhado às novas diretrizes europeias (CSDDD). Essa iniciativa reforça o compromisso da companhia com os direitos humanos e o trabalho digno, além de oferecer recomendações estratégicas para minimizar riscos no setor florestal.
Em agosto, a Suzano e a Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA) firmaram uma parceria no projeto de Desenvolvimento Territorial na Amazônia, marcando a associação da Suzano à PPA como a primeira empresa do setor privado a integrar a Plataforma. Essa colaboração estratégica, que conta com o apoio da USAID (*United States Agency for International Development*) Brasil e da Aliança Biodiversity & CIAT (*International Center for Tropical Agriculture*), tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável nas regiões do Pará, Maranhão e Tocantins, com foco na geração de renda e na conservação da biodiversidade. Também com foco em ações conjuntas em prol da geração de renda e conservação ambiental, a Suzano assinou um protocolo de intenções com a organização francesa CIRAD (Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento).
Por fim, foi implementada uma iniciativa para a contratação de profissionais em situação de vulnerabilidade social. O projeto está alinhado com a estratégia de sustentabilidade da companhia, contribuindo no avanço da meta de retirar pessoas da linha da pobreza. O projeto envolveu mais de 100 fornecedores e diversas áreas da companhia, aumentando para mais de 20% a participação desse público nas contratações para suas operações.

Cadeia de Valor

É realizado o acompanhamento constante do Índice de Desempenho de Fornecedores (IDF), que avalia fornecedores críticos, em especial com relação a requisitos sociais, ambientais e de segurança, com uma média de aprovação de 98% (32% na zona de excelência). Para aqueles que ficam abaixo do índice desejado, são definidos planos de ação buscando a recuperação desse índice. Além da realização de processos incluindo a análise socioambiental são avaliadas também questões econômico-financeiras e de qualidade.
Em 2024, foi dada continuidade ao programa Mudanças Climáticas na Cadeia de Valor, que visa incentivar os fornecedores a se comprometerem com a redução de emissões de GEE, tendo sido convidados 200 fornecedores, dos quais 80% participaram voluntariamente desse quarto ciclo do programa, com um engajamento superior à média de 40% quando comparado com as demais empresas que também utilizam a plataforma do CDP Supply Chain.
Ativo também foi o programa Cuidar da Água, que encoraja fornecedores a realizarem uma gestão eficiente de recursos hídricos, com uso consciente da água, monitoramento e análise de riscos e oportunidades. Conduzido desde 2022 em parceria com o CDP, o programa CDP Supply Chain selecionou 100 fornecedores estratégicos para o ciclo de 2024, para responder ao questionário Água do CDP, com adesão de 90%.

Finanças Sustentáveis

A Suzano fechou o ano de 2024 com 46% de sua dívida total atrelada à instrumentos de dívida ESG, (incluindo *sustainability-linked bonds* e *sustainability-linked loans*) e reporta anualmente os avanços dos Compromissos para Renovar a Vida no Relatório de Sustentabilidade e na Central de Sustentabilidade, de forma a garantir a transparência de seus indicadores.
Em 2024, a Suzano se tornou a primeira empresa não governamental e não financeira das Américas a emitir *panda bonds*, captando 1,2 bilhão de Renminbi (cerca de US$ 165 milhões). Classificados como verdes, os títulos estão alinhados à agenda socioambiental da Companhia. Os recursos serão usados para financiar plantios de eucalipto certificado no Brasil, cuja madeira renovável pode substituir derivados do petróleo, apoiando a descarbonização da economia chinesa.

Ratings ESG

Suzano tem consolidado uma tendência de melhoria contínua no rating MSCI nos últimos anos, alcançando um aumento em sua pontuação de 4,5 para 4,6 em 2024, mantendo-se na classificação "BB". A Suzano entende que seu atual score no MSCI não reflete adequadamente as práticas e o desempenho da companhia em sustentabilidade, que na sua avaliação está dentre as mais avançadas no setor de papel & celulose no mundo. A empresa também manteve sua posição na categoria "Low Risk" no rating da Sustainalytics em 2024.
Adicionalmente, pelo segundo ano consecutivo, a Suzano recebeu o selo Platinum no EcoVadis Sustainability Rating 2024, que avalia a qualidade da gestão de Responsabilidade Social Empresarial de empresas globalmente. Com 87 pontos - nove a mais que em 2023 -, a Suzano está entre as 1% melhores empresas avaliadas no mundo.
No CDP, a Suzano alcançou em 2023 o score de "A-" nas categorias Água e Clima, e "B" em Florestas. Os resultados para o ciclo de 2024 ainda não foram divulgados.

GOVERNANÇA

A Companhia é parte desde 2017 do segmento especial de listagem Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e desde 2018 suas ações são também negociadas por meio de *American Depositary Receipts* (ADRs) Nível II na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Diante desse amplo ambiente regulatório em que a Companhia está inserida, a Suzano é comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, como por exemplo do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, da Comissão de Valores Mobiliários, da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos e da própria B3 e NYSE.
A Suzano apresenta uma estrutura de governança consistente e efetiva que atua de maneira clara, transparente e fundamentada para amparar o processo decisório e para tratamento equânime e de proteção de seus acionistas, da Companhia e do mercado em geral.
Em sua missão, o Conselho de Administração mantém uma ampla visão da Companhia, contando com a valiosa participação e apoio de outros órgãos da estrutura de governança da Suzano, a saber, a Assembleia Geral de Acionistas, a Diretoria Executiva, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho Fiscal, a Auditoria externa e interna e, ainda, comitês não estatutários de assessoramento do Conselho de Administração, sendo estes os Comitês de Sustentabilidade, Gestão e Finanças, Estratégia e Inovação, Pessoas, Nomeação e Remuneração. O Conselho de Administração ainda conta com diversas ferramentas que o auxiliam em suas atividades de governança, com destaque para o Código de Conduta e as diversas políticas adotadas pela Companhia, todas em linha com o Estatuto Social, que procuram sintetizar os princípios adotados em termos de governança corporativa ao mesmo tempo em que promovem a disseminação desses princípios e práticas nas mais diversas frentes de governança. São exemplos dessas políticas, a Política de Governança Corporativa, a Política de Partes Relacionadas, a Política de Gestão Integrada de Riscos, a Política Anticorrupção, a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a Política de Negociação de Valores Mobiliários, a Política de Endividamento Financeiro e a Política de Gestão de Derivativos.
Por meio desse modelo de gestão e controle com a participação de todos os órgãos e a utilização dos mecanismos e ferramentas acima citados, assim como do disclosure e garantia de transparência de informações por meio do Formulário de Referência, Formulário 20-F, Informe de Governança e diversos materiais divulgados no website de Relações com Investidores, a Companhia busca preservar a observância dos princípios fundamentais de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa perante suas partes interessadas e, simultaneamente, promover o aperfeiçoamento contínuo de sua governança corporativa.
Em 2024, o programa de governança em privacidade e proteção de dados pessoais (P&PD) da Companhia buscou evoluir o seu nível de maturidade quanto aos requisitos legais e critérios do NIST Privacy através das seguintes atividades: (i) monitoramento das atividades que envolvem tratamento de dados pessoais em mais de 200 processos espalhados pelo Brasil, Áustria e Estados Unidos; (ii) mapeamento dos riscos e vulnerabilidades de P&PD que afetam processos da Companhia e revisão da matriz de riscos de P&PD para tratativa e acompanhamento; (iii) revisão de processos e controles adotados pela área para gerenciar riscos de fornecedores, processos e contratos; (iv) adequação de mais de 200 projetos que envolvem dados pessoais para atendimento da legislação de P&PD desde a sua concepção (Privacy by Design); (v) avaliação da maturidade de mais de 250 fornecedores quanto aos riscos de P&PD; (vi) revisão de mais 200 contratos com fornecedores brasileiros e estrangeiros para atendimento à legislação e mitigação de riscos regulatórios e operacionais de P&PD; (vii) treinamentos presenciais para mais de 500 colaboradores, em unidades florestais e industriais e nas mais diversas áreas administrativas; (viii) aumento da base de colaboradores próprios que completaram o treinamento obrigatório de P&PD de 20,9 mil para 22,6 mil pessoas; (ix) atendimento tempestivo e diligente de mais de 100 requisições de titulares de dados pessoais enviadas ao *Data Protection Officer* (DPO); (x) adequação à legislação de P&PD de projetos estratégicos para a Companhia. Como resultado o nível de maturidade em P&PD da Companhia avançou novamente, pelo terceiro ano seguido, após avaliação anual independente da PwC.
Cabe destaque também a aprovação dos novos planos de incentivo de longo prazo da Companhia (Plano de Outorga de Ações Restritas e Plano de Outorga de Ações Fantasmas), visando dar continuidade e reforçar o alinhamento entre os interesses da administração aos interesses da Companhia e de seus acionistas.
Vale mencionar que todas as metas de longo prazo assumidas pela Companhia (denominadas de Compromissos para Renovar a Vida) se mantiveram como parte integrante da remuneração variável individual de pelo menos um diretor executivo, tendo sido as metas de Diversidade e Inclusão também se mantido como meta coletiva para toda a liderança.

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

O processo de Gestão de Controles Internos da Suzano é estruturado e abrange a Administração, incluindo os Comitês e Comissões que assessoram o Conselho de Administração e a Diretoria, as Gerências e todos os colaboradores da Companhia, com o propósito de permitir a condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios, em linha com as regulamentações estabelecidas.
Baseados na revisão anual, ou quando requerida, os controles são continuamente revisados, e os testes de aderência regularmente aplicados para aferir a efetividade dos controles internos chaves existentes versus os riscos a que a Suzano está exposta. A Companhia sistemicamente aplica a metodologia do *Control Self Assessment* (CSA), uma solução integrada que auxilia a documentar, periodicamente, o desempenho dos controles relacionados às demonstrações financeiras e à gestão, focando nas obrigações chaves ao negócio, contribuindo com o monitoramento permanente ao estrito respeito às leis, normas e regulamentos, políticas e procedimentos, assim como na implementação dos planos de contingência.
Anualmente, a Companhia revisa os seus processos e controles, atualizando 100% da matriz de riscos e controles associados à exposição de eventuais fragilidades na recertificação SOx, nos processos chaves de Gestão e de Compliance. São realizados continuamente os treinamentos presenciais e e-learning, revisando sempre que pertinente, reforçando o comportamento esperado à luz da Cultura de Controles Internos, com foco nas leis Sarbanes-Oxley (SOx) e nas regras específicas às FPIs, considerando os temas de Anticorrupção e de Prevenção à Perdas e Fraude.
Adicionalmente ao fluxo do CSA, a empresa possui rotina de checagem prévia pela equipe de Gestão de Controles Internos que corrobora com a asseguração de qualidade do ambiente de controles, sempre atualizado e refletindo a realidade dos processos da Companhia, no que tange à avaliação (ICE - Internal Control Evaluation) e adicionalmente a área de Auditoria Interna afere com independência a efetividade dos mesmos, o que reforça a maturidade, a consistência na execução dos controles e a mitigação dos riscos associados.
Com o objetivo de dar mais agilidade e assertividade no andamento das ações relacionadas ao ambiente de controles, são monitorados e reportados tempestivamente o status à Alta Administração dos principais temas que possam ter algum impacto na recertificação SOx da Companhia, através de uma ferramenta desenvolvida internamente que corrobora com uma visão consolidada, favorecendo a gestão dos prazos e priorização das ações pertinentes junto aos responsáveis das áreas de negócios para que os riscos sejam mitigados no tempo e na qualidade requerida.
Desta forma e corroborando com a conformidade do ambiente, os controles internos são revisados e avaliados pela área de Gestão de Controles Internos, testados de forma independente tanto pela Auditoria Interna Suzano, como pela Auditoria Externa, com resultados reportados periodicamente à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho Fiscal, através de agenda mínima anual estabelecida com estes órgãos de governança. No caso de violação às regras internas e às exigências externas, são aplicadas orientações disciplinares e/ou medidas corretivas de acordo com política específica estabelecida e por área independente. Se necessário, estas violações são submetidas ao Comitê de Gestão de Conduta, órgão de assessoramento à Administração.
Em atendimento à Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley, a eficácia dos controles internos relacionados às informações financeiras é baseada nos critérios estabelecidos no *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). As avaliações são realizadas internamente pela Companhia e suportadas por auditor independente, PwC PricewaterhouseCoopers, o qual avaliou os controles chaves, e estes encontram-se adequados e não foram identificadas deficiências significativas e/ou materiais ou observações que comprometam a certificação da Companhia. Tais resultados são apresentados sistematicamente aos órgãos de governança estabelecidos na Companhia.

PESSOAS

Cultura organizacional e estratégia de pessoas

A Suzano atua não apenas para promover um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, inclusivo, respeitoso e plural. Ela também busca construir uma jornada de cultura que valorize todos esses preceitos, com base na legislação vigente, em normas convencionais coletivas e no Código de Conduta.
Em 2024, foi trabalhada a iniciativa Jornada de Cultura que é um movimento circular, permeando a liderança e a operação de modo colaborativo. Alinhada com o direcionador "Gente que inspira e transforma", a Jornada de Cultura enfatizou, ao longo do ano, o líder que inspira e forma pessoas, aquele que não complica o simples e atua para desenvolver o time. Juntamente à um comitê de cultura envolvendo o time de Gente e Gestão e membros da alta liderança foi possível delinear ações estratégicas de Cultura que impulsionam a Suzano para o progresso dos próximos 100 anos.

Liderança, desenvolvimento e treinamento

Em 2024, foi consolidada a avaliação de performance para o público administrativo e liderança, mantendo a avaliação de comportamentos (direcionadores de cultura) e de entregas (metas, projetos e tarefas), além da avaliação 360° para consultores e acima. A avaliação foi expandida para o público operacional industrial, incluindo critérios de segurança do trabalho. Em 2024, foram avaliadas 13.687 pessoas na Suzano.
A pesquisa pulso de engajamento teve participação recorde de 88% de colaboradores da empresa. O resultado geral de favorabilidade da Suzano, ou seja, a percepção positiva das pessoas em relação às perguntas, foi de 74%. Destaques incluem: a percepção de que "a liderança imediata investe tempo no desenvolvimento da equipe" com aumento de 74% para 78% e "ter oportunidades de desenvolvimento" evoluiu de 82% para 85%. Além disso, 95% "têm orgulho de trabalhar na Suzano", 95% "recomendam a Suzano como um bom lugar para trabalhar" e 94% "entendem como sua função contribui para a estratégia da companhia", todos esses indicadores colocam a Suzano acima do mercado Brasil e Global, a partir dos dados de referência de mercado da Consultoria Korn Ferry.
Em 2024, foi lançada a Escola de Liderança com academias específicas para cada direcionador de Cultura. Em 2024, a iniciativa envolveu diretores e gerentes executivos, com planos de expansão para outros níveis de liderança em 2025 e 2026. A primeira turma teve 150 participantes em ações presenciais e mais de 1.200 em eventos online.
Além disso, o Programa D+ com o objetivo de desenvolver Líderes Diversos na Suzano teve, em 2024, 271 participantes que passaram por uma trilha composta por Mentorias em Grupo, Workshops para o desenvolvimento de diferentes temáticas, como Liderança Ambidestra, Comunicação Executiva, Pensamento estratégico, entre outros.

Diversidade, equidade e inclusão

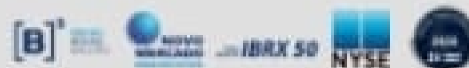
Para a Suzano, promover a agenda de diversidade, equidade e inclusão é, além de um imperativo ético, uma estratégia de negócio. Um ambiente diverso e inclusivo gera engajamento, criatividade, inovação e atratividade e retenção de novos talentos. Em linha com o direcionador de cultura "só é bom para nós se for bom para o mundo", a empresa continuou atuando em prol de um ambiente de inclusão e pertencimento, valorizando e acolhendo as diversidades de raça, gênero, deficiência, orientação sexual, idade, cultura, religião, etc.
Entre os Compromissos para Renovar a Vida, a Companhia possui as seguintes metas para 2025: alcançar 30% de mulheres e pessoas negras em posições de liderança, ter ambiente 100% inclusivo para pessoas LGBTQIAPN+ e com deficiência, e garantir 100% de acessibilidade. Os resultados de 2024 serão divulgados no Relatório da Sustentabilidade.
A Companhia tem avançado em representatividade. No que diz respeito às mulheres em cargos de gerência e acima, houve um avanço de 15,8% em dezembro de 2019, para 27,3% em 2024. Para pessoas negras nessas posições, o avanço foi de 18,7% (dezembro de 2019) para 22% (dezembro de 2024).
Para refletir metas em resultados concretos, a Suzano implementa iniciativas com foco em impulsionar a diversidade,como o programa D+, que acelera a carreira de mulheres e pessoas negras. Em 2024, cerca de 217 talentos da companhia foram impactados por uma jornada de desenvolvimento com sessões de mentoria, avaliação, patrocínio e exposição a oportunidades internas.
Para fortalecer um ambiente inclusivo, a Suzano atua em parceria com o Plural, entidade interna, que acolhe demandas e fortalece redes de afinidade. O Plural é composto por grupos de afinidade (GAs) que têm autonomia para implementar ações conforme os desafios e oportunidades de cada localidade. Também possui um comitê formado por lideranças executivas e representativas, para discutir e deliberar questões institucionais de diversidade na Suzano.

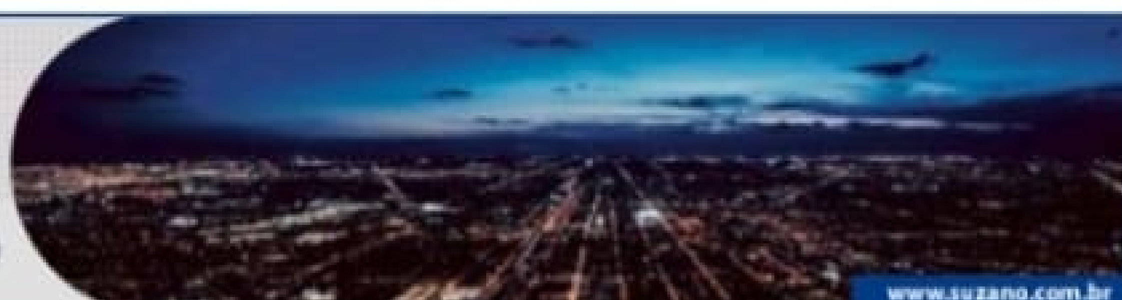
continua →



Suzano S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024





BALANÇO PATRIMONIAL - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.472.677	1.893.129	9.018.818	8.345.871
Aplicações financeiras	6	12.788.054	5.204.755	12.971.547	12.823.886
Contas a receber de clientes	7	8.895.116	6.683.803	9.132.860	6.848.454
Estoques	8	5.498.126	4.324.219	7.962.324	5.946.948
Tributos a recuperar	9	996.934	824.638	1.109.619	888.539
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	1.006.427	2.676.526	1.006.427	2.676.526
Adiantamentos a fornecedores	10	76.799	90.810	92.133	113.743
Dividendos a receber	11	6.113	5.570		
Outros ativos		781.210	873.483	889.232	925.105
Total do ativo circulante		32.525.456	22.576.933	42.182.960	38.569.072
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	6	391.964	443.400	391.964	443.400
Tributos a recuperar	9	1.144.843	1.337.076	1.179.125	1.373.647
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	8.201.685	813.936	7.984.015	545.213
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	2.880.673	1.753.928	2.880.673	1.753.928
Adiantamentos a fornecedores	10	2.402.200	2.141.717	2.503.537	2.242.229
Depósitos judiciais		461.329	338.212	487.993	361.693
Outros ativos		64.764	138.615	156.880	182.463
Ativos biológicos	13	21.523.239	17.613.303	22.283.001	18.278.582
Investimentos	14	10.880.926	15.344.834	1.816.923	608.013
Imobilizado	15	62.743.605	57.006.173	64.986.040	59.285.069
Direito de uso	19.1	5.046.062	5.101.922	5.180.691	5.196.631
Intangível	16	13.268.944	14.133.278	13.902.303	14.749.085
Total do ativo não circulante		129.010.228	116.166.394	123.753.145	105.023.953
TOTAL DO ATIVO		161.535.684	138.743.327	165.936.105	143.593.025

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	5.028.365	4.933.151	6.033.285	5.572.219
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	1.967.441	1.868.169	10.501.387	4.758.247
Contas a pagar de arrendamentos	19	838.537	734.275	872.228	753.399
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	2.756.045	578.763	2.760.273	578.763
Tributos a recolher		356.853	229.061	363.715	443.454
Salários e encargos sociais		1.073.236	709.495	1.232.971	766.905
Empréstimos com partes relacionadas	11	5.610.208	2.359.363		
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	21.166	93.405	21.166	93.405
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		2.195.475	1.312.561	2.200.917	1.316.528
Adiantamentos de clientes		132.049	157.239	145.200	172.437
Outros passivos		1.766.510	702.358	346.796	339.683
Total do passivo circulante		21.745.885	13.677.840	24.477.938	14.795.040
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	24.151.133	17.577.160	90.934.144	72.414.445
Contas a pagar de arrendamentos	19	5.979.139	5.412.594	6.100.687	5.490.383
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	7.692.334	1.857.309	7.694.547	1.857.309
Empréstimos com partes relacionadas	11	65.487.570	51.447.182		
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	99.324	93.782	99.324	93.782
Provisão para passivos judiciais	20	2.878.195	2.816.886	2.926.750	2.860.409
Passivos atuariais	21	699.684	810.137	721.560	833.683
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12			12.596	11.377
Pagamento baseado em ações	22	328.643	212.104	361.974	268.489
Provisão para perda em investimentos em controladas	14	26.307			
Adiantamentos de clientes		74.715	74.715	74.715	74.715
Outros passivos		88.486	70.848	116.295	83.093
Total do passivo não circulante		107.505.530	80.372.717	109.042.592	83.987.685
TOTAL DO PASSIVO		129.251.415	94.050.557	133.520.530	98.782.725
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24				
Capital social		19.235.546	9.235.546	19.235.546	9.235.546
Reservas de capital		60.226	26.744	60.226	26.744
Ações em tesouraria		(1.339.197)	(1.484.014)	(1.339.197)	(1.484.014)
Reservas de lucros		12.978.898	35.376.198	12.978.898	35.376.198
Ajustes de avaliação patrimonial		1.348.796	1.538.296	1.348.796	1.538.296
Patrimônio líquido de acionistas controladores		32.284.269	44.692.770	32.284.269	44.692.770
Participação de acionistas não controladores				131.306	117.530
Total do patrimônio líquido		32.284.269	44.692.770	32.415.575	44.810.300
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		161.535.684	138.743.327	165.936.105	143.593.025

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	27	43.585.214	28.447.291	47.403.282	39.755.575
Custo dos produtos vendidos	29	(26.233.133)	(21.467.264)	(27.401.527)	(25.076.675)
LUCRO BRUTO		17.352.081	6.980.027	20.001.755	14.678.900
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	29	(2.003.728)	(1.744.622)	(2.938.547)	(2.596.377)
Gerais e administrativas	29	(2.145.067)	(1.559.872)	(2.619.844)	(1.923.228)
Resultado de equivalência patrimonial	14	2.195.650	5.927.178	(13.845)	(19.379)
Outras receitas operacionais, líquidas	29	1.010.925	1.818.187	1.261.573	2.076.372
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		16.409.861	11.420.898	15.691.092	12.216.288
RESULTADO FINANCEIRO	26				
Despesas		(5.265.780)	(4.606.858)	(5.541.903)	(4.659.162)
Receitas		1.284.709	880.153	1.737.434	1.825.649
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos		(9.106.243)	5.526.956	(9.112.683)	5.526.714
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(16.762.785)	4.443.975	(15.884.993)	3.087.727
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(13.440.238)	17.665.124	(13.111.053)	17.997.216
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	12	(1.096.946)	(75.184)	(1.365.599)	(395.392)
Diferidos	12	7.462.986	(3.505.092)	7.431.946	(3.495.443)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(7.074.198)	14.084.848	(7.044.706)	14.106.381
Atribuível aos acionistas					
Controladores		(7.074.198)	14.084.848	(7.074.198)	14.084.848
Não controladores				29.492	21.533
Resultado do exercício					
Básico	25.1	(5,59313)	10,85794	(5,59313)	10,85794
Diluído	25.2	(5,59313)	10,85387	(5,59313)	10,85387

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Resultado líquido do exercício	(7.074.198)	14.084.848	(7.044.706)	14.106.381
Outros resultados abrangentes				
Efeito do valor justo de investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente [1]	(362.797)	(1.311)	(362.797)	(1.311)
IR/CSLL sobre o valor justo de investimentos	(1.434)	446	(1.434)	446
Ganho (perda) atuarial de benefícios pós emprego das Controladas	5.430	(480)	5.430	(480)
IR/CSLL sobre (ganho) perda atuarial	(1.846)	163	(1.846)	163
Ganho (perda) atuarial de benefícios pós emprego da Controladora	132.344	(128.047)	132.344	(128.047)
IR/CSLL sobre (ganho) perda atuarial	(44.997)	43.536	(44.997)	43.536
Itens sem efeitos subsequentes no resultado	(273.300)	(85.693)	(273.300)	(85.693)
Efeito cambial na conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior	163.185	4.707	163.185	4.707
Realização da variação cambial de investimento no exterior		471		471
Itens com efeitos subsequentes no resultado	163.185	5.178	163.185	5.178
Total do resultado abrangente	(7.184.313)	14.004.333	(7.154.821)	14.025.866
Atribuível aos acionistas				
Controladores	(7.184.313)	14.004.333	(7.184.313)	14.004.333
Não controladores			29.492	21.533

(1) Inclui valor justo da mensuração da Lenzing Aktiengesellschaft (nota 1.2.5).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
1 - RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (nota 27)	46.026.028	30.483.330	49.845.869	41.919.038
Outras receitas	337.705	332.663	430.092	482.888
Receitas referentes à construção de ativos próprios (nota 15)	7.361.141	10.530.204	7.490.762	10.742.118
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	(3.772)	(31.016)	(2.585)	(35.202)
	53.721.102	41.315.181	57.764.138	53.108.842
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(16.812.644)	(13.863.669)	(17.525.164)	(16.907.773)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.968.771)	(10.909.583)	(9.888.340)	(11.869.884)
Provisão de perdas estimadas de ativos, líquida (notas 8.1 e 9.1)	(207.944)	(372.326)	(208.080)	(380.047)
	(25.989.359)	(25.145.578)	(27.621.584)	(29.157.704)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	27.731.743	16.169.603	30.142.554	23.951.138
4 - DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO	(8.945.160)	(6.953.582)	(9.223.995)	(7.321.110)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	18.786.583	9.216.021	20.918.559	16.630.028
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado da equivalência patrimonial (nota 14)	2.195.650	5.927.178	(13.845)	(19.379)
Receitas financeiras	1.354.936	880.153	1.808.348	1.825.649
Variações cambiais ativas	888.388	4.876.557	3.167.760	4.633.890
Instrumentos financeiros derivativos	2.669.394	10.149.730	2.669.394	10.149.730
Outros valores - Imposto de renda e contribuição social diferidos [1]	7.462.986	(3.505.092)	7.431.946	(3.495.443)
	14.571.354	18.328.526	15.063.603	13.094.447
7 - VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	33.357.937	27.544.547	35.982.162	29.724.475
Pessoal	4.153.148	3.251.180	4.683.703	3.694.734
Remuneração direta	3.213.745	2.482.094	3.659.655	2.843.529
Benefícios	769.175	624.065	845.969	695.798
F.G.T.S.	170.228	145.021	178.079	155.407
Impostos, taxas e contribuições	1.401.019	388.734	1.735.010	907.870
Federais	778.287	10.199	1.079.083	411.604
Estaduais	560.849	322.944	588.481	438.156
Municipais	61.883	55.591	67.446	58.110
Remuneração do capital de terceiros	34.877.968	9.819.785	36.608.155	11.015.490
Despesas financeiras	5.265.780	4.606.858	5.541.903	4.659.162
Variações cambiais passivas	17.651.173	432.582	19.052.753	1.546.163
Instrumentos financeiros derivativos	11.775.637	4.622.774	11.782.077	4.623.016
Aluguéis	185.378	157.571	231.422	187.149
Remuneração de capitais próprios	(7.074.198)	14.084.848	(7.044.706)	14.106.381
Juros sobre capital próprio		1.500.000		1.500.000
Resultado do exercício, líquido	(7.074.198)	12.584.848	(7.074.198)	12.584.848
Participação de não controladores			29.492	21.533
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	33.357.937	27.544.547	35.982.162	29.724.475

(1) Considerando os efeitos no exercício, a Companhia adotou, de forma consistente com exercícios anteriores, a política contábil de demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado líquido do exercício	(7.074.198)	14.084.848	(7.044.706)	14.106.381
Ajustes por				
Depreciação, exaustão e amortização	8.616.353	6.654.018	8.874.931	6.999.839
Depreciação do direito de uso (nota 19.1)	328.807	299.564	349.064	321.271
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento (nota 19.2)	446.162	435.649	451.148	441.596
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizado, intangível e biológico, líquido (nota 29)	157.278	327.726	163.033	331.285
Resultado de equivalência patrimonial (nota 14)	(2.195.650)	(5.927.178)	13.845	19.379
Variações cambiais e monetárias, líquidas (nota 26)	16.762.785	(4.443.975)	15.884.993	(3.087.727)
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 26)	1.809.579	1.621.460	5.413.707	4.797.094
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos - partes relacionadas (nota 26)	3.727.337	3.391.952		
Custos de empréstimos capitalizados (nota 26)	(959.968)	(1.160.364)	(959.968)	(1.160.364)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(988.072)	(680.247)	(1.254.424)	(1.352.522)
Amortização do custo de transação, ágio e deságio (nota 26)	26.978	21.634	80.099	67.353
Ganhos (perdas) com derivativos, líquidos (nota 26)	9.106.243	(5.526.956)	9.112.683	(5.526.714)
Atualização do valor justo dos ativos biológicos (nota 13)	(1.399.808)	(1.945.760)	(1.431.530)	(1.989.831)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 12.2)	(7.462.986)	3.505.092	(7.431.946)	3.495.443
Juros sobre passivo atuarial e custo do serviço corrente (nota 21.2)	71.809	65.450	75.850	69.231
Provisão de passivos judiciais, líquido (nota 20.1)	131.792	145.534	138.318	139.934
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	3.772	31.016	2.585	35.202
Provisão para perda estimada nos estoques, líquida (nota 8.1)	74.816	43.445	77.353	31.419
Provisão para perda de créditos do ICMS, líquida (nota 9.1)	133.128	328.881	130.727	348.628
Outras	36.853	81.567	69.535	66.938
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Partes relacionadas	2.011	(2.115)		
Contas a receber de clientes	(1.416.176)	(2.949.285)	(808.785)	2.155.448
Estoques	(653.278)	(274.779)	(863.648)	(48.673)
Tributos a recuperar	(65.010)	(501.597)	(95.411)	(666.681)
Outros ativos	178.077	296.683	6.185	328.800
Acréscimo (decréscimo) em passivos				
Fornecedores	1.878.505	155.692	2.164.832	463.003
Tributos a recolher	126.535	(112.110)	298.169	329.556
Salários e encargos sociais	264.483	70.014	364.817	73.096
Outros passivos	1.037.577	(857.130)	(27.706)	(277.538)
Caixa gerado das operações	22.705.734	7.138.729	23.751.750	20.510.846
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.3)	(1.760.312)	(1.594.294)	(5.241.389)	(4.728.998)
Custos de empréstimos capitalizados pagos	959.968	1.160.364	959.968	1.160.364
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	(3.523.333)	(3.373.289)		
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	1.059.359	446.708	1.500.437	681.268
Pagamento de imposto de renda e contribuição social			(366.339)	(308.002)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	19.441.416	3.778.218	20.604.427	17.315.478
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Adições de imobilizado (nota 15)	(9.018.267)	(11.450.416)	(9.190.589)	(11.674.183)
Adições de intangível (nota 16)	(114.381)	(7.774)	(162.042)	(104.931)
Adições de ativos biológicos (nota 13)	(6.874.237)	(5.507.107)	(7.180.450)	(5.777.952)
Recebimentos por venda de ativo imobilizado e biológico	167.983	183.576	167.983	183.576
Aumento de capital em controladas e coligadas (nota 14.3)	(486.449)	(358.952)	(41.281)	(48.462)
Redução de capital em controladas e coligadas (nota 14.3)		25.405		
Aplicações financeiras, líquidas	(7.656.135)	(2.109.235)	205.954	(5.296.370)
Adiantamentos para aquisição de madeira de operações com fomento e parcerias	(294.126)	(697.553)	(294.952)	(690.908)
Dividendos recebidos	6.961.026	14.171.158		44.789
Aquisição de ativos (notas 1.2.6 e 1.2.7)	(2.143.821)	(1.615.140)	(2.595.974)	(1.615.140)
Aquisição de controladas		(1.060.718)		(1.060.718)
Aquisição de outros investimentos			(1.440.503)	
Caixa líquido de aquisição de controladas (nota 1.2.6)		142.691	19.113	5.002
Caixa e equivalente de caixa de empresa incorporada	(1.102)			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(19.459.509)	(8.284.105)	(20.512.741)	(26.035.297)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.3)	10.640.543	9.966.219	15.682.905	10.944.794
Empréstimos e financiamento - partes relacionadas	13.997.068	2.859.380		
Recebimento (pagamento) de operações com derivativos (nota 4.5.4)	(550.171)	3.559.527	(550.581)	3.559.286
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.3)	(5.671.021)	(4.213.094)	(9.410.807)	(4.296.447)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	(12.046.164)	(4.898.981)		
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	(1.294.716)	(1.190.862)	(1.325.398)	(1.218.399)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(1.615.786)	(190.158)	(1.624.653)	(192.532)
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(58.467)	(116.924)	(58.467)	(116.924)
Recompra de ações (nota 24.5)	(2.806.764)	(880.914)	(2.806.764)	(880.914)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	594.522	4.894.193	(83.765)	7.798.864
EFEITO DA VARIAÇÃO CAMBIAL EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.119	25.422	665.026	(235.125)
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	579.548	413.728	672.947	(1.160.080)
No início do exercício	1.893.129	1.479.401	8.345.871	9.505.951
No final do exercício	2.472.677	1.893.129	9.018.818	8.345.871
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	579.548	413.728	672.947	(1.160.080)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua →

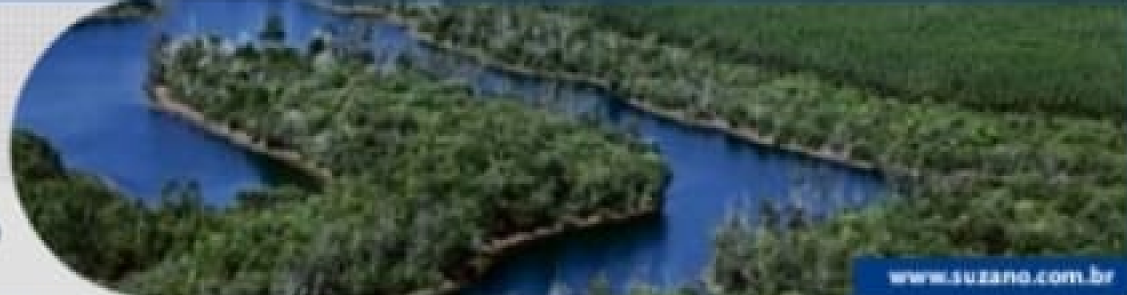
Eufrázio



Suzano S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024





DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Atribuível aos acionistas controladores													
	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros									
	Capital social	Custos com emissão de ações	Opções de ações outorgadas	Ações em tesouraria	Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para aumento de capital	Reserva estatutária especial	Reserva de investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9.269.281	(33.735)	18.425	(2.120.324)	879.278	1.404.099	19.732.050	2.192.442		1.719.516		33.061.032	105.333	33.166.365
Resultado abrangente total														
Resultado do exercício											14.084.848	14.084.848	21.533	14.106.381
Resultado abrangente do exercício										(80.515)		(80.515)		(80.515)
Transações de capital com os sócios														
Opções de ações outorgadas (nota 22)			8.319									8.319		8.319
Recompra de ações (nota 24.5)				(880.914)								(880.914)		(880.914)
Cancelamento de ações (nota 24.5)				1.517.224				(1.517.224)						
Juros sobre capital próprio											(1.500.000)	(1.500.000)		(1.500.000)
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio													(9.336)	(9.336)
Mutações internas do patrimônio líquido														
Constituição de reserva (nota 24.6)					118.959	443.010	10.911.226	1.212.358			(12.685.553)			
Constituição de reserva de investimentos (nota 24.3)							(14.972.324)		14.972.324					
Realização de custo atribuído, líquido do IRPJ e CSLL										(100.705)	100.705			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.269.281	(33.735)	26.744	(1.484.014)	998.237	1.847.109	15.670.952	1.887.576	14.972.324	1.538.296		44.692.770	117.530	44.810.300
Resultado abrangente total														
Resultado do exercício											(7.074.198)	(7.074.198)	29.492	(7.044.706)
Resultado abrangente do exercício										(110.115)		(110.115)		(110.115)
Transações de capital com os sócios														
Opções de ações outorgadas (nota 22.2)			81.276									81.276		81.276
Opções de ações exercidas (notas 22.2 e 24.5)			(47.794)	47.794										
Recompra de ações (nota 24.5)				(2.806.764)								(2.806.764)		(2.806.764)
Reversão de dividendos prescritos											1.300	1.300		1.300
Cancelamento de ações (nota 24.5)				2.903.787			(2.863.320)	(40.467)						
Juros sobre capital próprio (nota 1.2.8)									(2.500.000)			(2.500.000)		(2.500.000)
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio													(15.716)	(15.716)
Absorção de prejuízos (nota 24.3)									(7.315.184)		7.315.184			
Mutações internas do patrimônio líquido														
Aumento de capital social (nota 1.2.4)	10.000.000						(10.000.000)							
Constituição de reserva (nota 24.3.2)					321.671						(321.671)			
Realização de custo atribuído, líquido do IRPJ e CSLL										(79.385)	79.385			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	19.269.281	(33.735)	60.226	(1.339.197)	1.319.908	1.847.109	2.807.632	1.847.109	5.157.140	1.348.796		32.284.265	131.306	32.415.575

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Suzano S.A. ("Suzano"), em conjunto com suas controladas (coletivamente "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está sediada no Brasil, com matriz localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, no. 1.752 - 10º andar, salas 1010 e 1011, Bairro Pituba, na cidade de Salvador, Estado da Bahia e o principal escritório de negócios localizado na cidade de São Paulo.

A Suzano possui ações negociadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão - "B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o ticker SUZB3 e *American Depositary Receipts* ("ADRs") na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("*New York Stock Exchange* - "NYSE") sob o ticker SUZ.

A Companhia possui 16 unidades industriais, sendo 14 unidades no Brasil nas cidades de Aracruz e Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo), Belém (Pará), Eunápolis e Mucuri (Bahia), Maracanaú (Ceará), Imperatriz (Maranhão), Jacareí, Limeira, Mogi das Cruzes e duas unidades em Suzano (São Paulo) e Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo (Mato Grosso do Sul) e duas unidades nos Estados Unidos localizadas nas cidades de Pine Bluff (Arkansas) e Waynesville (Carolina do Norte). Adicionalmente, possui sete centros de tecnologia, sendo quatro localizados no Brasil, um no Canadá, um na China e um em Israel, 28 centros de distribuição e quatro portos, todos localizados no Brasil.

Nestas unidades são produzidas celulose de fibra curta de eucalipto, papel revestido, papel cartão, papel não revestido e cut size, bobinas de papéis e papéis para fins sanitários (bens de consumo - tissue), para atendimento ao mercado interno e externo.

A comercialização da celulose e papel no mercado internacional é realizada por meio de vendas pela Suzano e, principalmente, por meio de suas controladas e/ou escritórios de representação localizados na Argentina, Áustria, China, Equador, Estados Unidos da América e Singapura.

A Companhia também tem por objeto social a exploração de florestas de eucalipto para uso próprio, operação de terminais portuários, participação como sócia ou acionista de qualquer outra sociedade ou empreendimento, e a geração de energia elétrica no processo produtivo da celulose e a sua comercialização.

A Companhia é controlada pela Suzano Holding S.A. por meio de acordo de voto no qual detém 49,25% de participação nas ações ordinárias do capital social.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

1.1 Participações societárias

A Companhia detém participações societárias nas seguintes entidades legais:

Denominação/Tipo de participação	Atividade principal	País	% de participação 31/12/2024	% de participação 31/12/2023
Consolidado				
F&E Tecnologia do Brasil S.A. (Direta)	Produção de biocombustíveis, exceto álcool	Brasil	100,00%	100,00%
Fibria Celulose (USA) Inc. (Direta)	Escritório comercial	Estados Unidos da América	100,00%	100,00%
Fibria Overseas Finance Ltd. (Direta) (1)	Captação de recursos financeiros	Ilhas Cayman		100,00%
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A. (Direta)	Operação portuária	Brasil	100,00%	100,00%
FuturaGene Ltd. (Direta)	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Inglaterra	100,00%	100,00%
FuturaGene Delaware Inc. (Indireta)	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Estados Unidos da América	100,00%	100,00%
FuturaGene Israel Ltd. (Indireta)	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Israel	100,00%	100,00%
FuturaGene Inc. (Indireta)	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Estados Unidos da América	100,00%	100,00%
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A. (Direta)	*Holding*	Brasil	100,00%	100,00%
Itacel - Terminal de Celulose de Itaqui S.A. (Indireta)	Operação portuária	Brasil	100,00%	100,00%
Mucuri Energética S.A. (Direta)	Geração e distribuição de energia elétrica	Brasil	100,00%	100,00%
Paineiras Logística e Transportes Ltda. (Direta)	Transporte rodoviário	Brasil	100,00%	100,00%
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A. (Direta)	Operação portuária	Brasil	51,00%	51,00%
Projetos Especiais e Investimentos Ltda. (Direta)	Comercialização de equipamentos e peças	Brasil	100,00%	100,00%
SFBC Participações Ltda. (Direta)	Produção de embalagens	Brasil	100,00%	100,00%
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp. (Direta)	Comercialização de papel e materiais de informática	Argentina	100,00%	100,00%
Suzano Austria GmbH. (Direta)	Escritório comercial	Áustria	100,00%	100,00%
Suzano Canada Inc. (Direta)	Pesquisa e desenvolvimento de lignina	Canadá	100,00%	100,00%
Suzano Ecuador S.A.S. (Direta)	Escritório comercial	Equador	100,00%	100,00%
Suzano Finland Oy (Direta)	Produção e comercialização de celulose e celulose microfibrilada e papel	Finlândia	100,00%	100,00%
Suzano International Finance B.V (Direta)	Captação de recursos financeiros	Holanda	100,00%	100,00%
Suzano International Holding B.V. (Direta)	*Holding*	Holanda	100,00%	100,00%
Suzano International Trade GmbH. (Direta)	Escritório comercial	Áustria	100,00%	100,00%
Suzano Packaging LLC (Indireta) (3)	Produção de papelcartão revestido e não revestido para embalagens de líquidos	Estados Unidos da América	100,00%	
Suzano Material Technology Development Ltd. (Direta)	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	China	100,00%	100,00%
Suzano Netherlands B.V. (Direta)	Captação de recursos financeiros	Holanda	100,00%	100,00%
Suzano Operações Industriais e Florestais S.A. (Direta)	Produção, comercialização e exportação de celulose	Brasil	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper America Inc. (Direta)	Escritório comercial	Estados Unidos da América	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A. (Direta)	Escritório comercial	Suíça	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Ltd. (Direta)	Escritório comercial	China	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Trading Ltd. (Direta)	Captação de recursos financeiros	China	100,00%	100,00%
Suzano Singapore Pte. Ltd (Direta)	Escritório comercial	Singapura	100,00%	100,00%
Suzano Trading International KFT (Direta)	Escritório comercial	Hungria	100,00%	100,00%
Suzano Ventures LLC (Direta)	Corporate venture capital	Estados Unidos da América	100,00%	100,00%
Consolidação dos ativos e passivos correspondentes (joint operation)				
Veracel Celulose S.A. (Direta)	Produção, comercialização e exportação de celulose	Brasil	50,00%	50,00%
Equivalência patrimonial				
Biomas Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. (Direta)	Restauração, conservação e preservação de florestas	Brasil	16,66%	16,66%
Ensyn Corporation (Direta) (7)	Pesquisa e desenvolvimento de biocombustível	Estados Unidos da América	24,80%	25,53%
F&E Technologies LLC (Direta/Indireta)	Produção de biocombustíveis, exceto álcool	Estados Unidos da América	50,00%	50,00%
Ibema Companhia Brasileira de Papel (Direta)	Produção e comercialização de papel cartão	Brasil	49,90%	49,90%
Simplifyber, Inc. (Indireta) (6)	Produção de bens de consumo por meio da transformação de líquidos à base de celulose	Estados Unidos da América	13,91%	
Spinnova Plc (Direta) ("Spinnova")	Pesquisa de matérias-primas sustentáveis para a indústria têxtil	Finlândia	18,77%	18,78%
Woodspin Oy (Direta/Indireta) ("Woodspin")	Desenvolvimento e produção de fibras, fios e filamentos têxteis à base de celulose	Finlândia	50,00%	50,00%
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Bem Agro Integração e Desenvolvimento S.A. (Indireta) (4)	Soluções de software baseadas em inteligência artificial e visão computacional para o agronegócio	Brasil	5,82%	
Celluforce Inc. (Direta)	Pesquisa e desenvolvimento de celulose nanocristalina	Canadá	8,28%	8,28%
Lenzing Aktiengesellschaft (Indireta) (5)	Produção de fibras de celulose à base de madeira	Áustria	15,00%	
Nfinite Nanotechnology Inc. (Indireta) (2)	Pesquisa e desenvolvimento de nanorevestimentos inteligentes	Canadá	5,00%	

(1) Em 27 de março de 2024, a entidade foi liquidada.
(2) Em 8 de março de 2024, a Suzano Ventures LLC adquiriu participação societária na entidade legal Nfinite Nanotechnology Inc., a qual é uma coligada da Suzano S.A.
(3) Em 9 de julho de 2024, foi constituída a entidade legal, a qual é uma controlada da Suzano S.A.
(4) Em 19 de julho de 2024, a Suzano Ventures LLC adquiriu participação societária na entidade legal Bem Agro Integração e Desenvolvimento S.A., a qual é uma coligada da Suzano S.A.
(5) Em 30 de agosto de 2024, a Suzano International Trade GmbH adquiriu participação societária na entidade legal Lenzing Aktiengesellschaft (nota 1.2.5), a qual é uma coligada da Suzano S.A.
(6) Em 13 de dezembro de 2024, a Suzano Ventures LLC adquiriu participação societária na entidade legal Simplifyber, Inc., a qual é uma coligada da Suzano S.A.
(7) Em 30 de julho, 30 de agosto e 31 de dezembro de 2024, houve alteração no percentual de participação em razão da diluição das ações.

1.2 Principais eventos ocorridos no exercício

1.2.1 Efeitos decorrentes dos conflitos entre Rússia e Ucrânia, e Oriente Médio

Em decorrência dos atuais conflitos entre a Rússia e Ucrânia, e Oriente Médio, a Companhia monitora continuadamente os seus efeitos, diretos e indiretos, refletidos na sociedade, economia e nos mercados (internacional e doméstico), com o objetivo de avaliar os eventuais impactos e riscos para os seus negócios.

Dessa maneira, podemos separar em 5 as principais áreas de avaliação da Companhia:

(i) pessoas: a Suzano possui em Israel, através de sua subsidiária, FuturaGene Israel Ltd, colaboradores locais e instalações na cidade de Rehovot. A Companhia monitora de forma contínua a situação. No âmbito do conflito entre Rússia e Ucrânia, a Suzano não possui colaboradores, tampouco instalações, de nenhuma natureza nas localidades relacionadas ao conflito.

(ii) insumos: não identificou nenhum risco de curto e longo prazo, de uma possível interrupção ou escassez no fornecimento de insumos para as suas atividades industriais e florestais. Até o momento, foi verificado apenas uma maior volatilidade nos preços de insumos energéticos e commodities.

(iii) logística: no âmbito internacional não houve alteração relevante nas operações logísticas, ou seja, todas as rotas utilizadas permanecem substancialmente inalteradas e estão mantidas as atracações nas localidades previstas. No âmbito doméstico, também não foi identificada alteração dos fluxos logísticos.

(iv) comercial: até o presente momento, a Companhia continua com as suas transações conforme planejado, mantendo o atendimento a seus clientes em todos os seus setores de atividade. Foi determinada apenas a suspensão das vendas para poucos clientes localizados na Rússia, sem impacto financeiro significativo.

(v) continuidade das operações: O conflito em Israel pode resultar em interrupções nas operações de pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia na FuturaGene Israel Ltd.

Por fim, é oportuno informar que, em decorrência do atual cenário, a Companhia tem mantido ações para ampliar o monitoramento, em conjunto com suas principais partes interessadas, com o objetivo de garantir a atualização necessária e o fluxo de informações tempestivas à dinâmica da conjuntura global para as suas tomadas de decisão.

1.2.2 Projeto Cerrado

Em 21 de julho de 2024, foi iniciada a operação do Projeto Cerrado. A planta tem capacidade nominal de 2.550.000 toneladas de produção de celulose de eucalipto ao ano. O investimento total é de R$22.200.000, com pagamentos substanciais durante os anos de 2021 a 2025.

1.2.3 Cancelamento de ações em tesouraria e novo programa de recompra de ações

Em 26 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 20.000.000 ações ordinárias, com custo médio de R$42,69 por ação, no valor de R$853.725, que estavam mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social e contra os saldos das reservas de lucros disponíveis.

Adicionalmente, em 9 de agosto de 2024, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de mais 40.000.000 ações ordinárias, com custo médio de R$51,25 por ação, no valor de R$2.050.062, que estavam mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social e contra os saldos das reservas de lucros disponíveis.

Após o cancelamento das ações, o capital social de R$19.269.281 passa a ser dividido em 1.264.117.615 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Na mesma data, a Companhia deliberou sobre um novo programa de recompra de ações, no qual poderá adquirir até 40.000.000 de ações ordinárias de sua própria emissão, com prazo máximo para realização de 18 meses, encerrando-se em 9 de fevereiro de 2026.

1.2.4 Aumento de capital social

Em 25 de abril de 2024, o Conselho de Administração aprovou o o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$10.000.000, sem emissão de novas ações, nos termos do artigo 169, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, integralizado mediante a capitalização do saldo da Reserva para Aumento de Capital, nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.

continua →

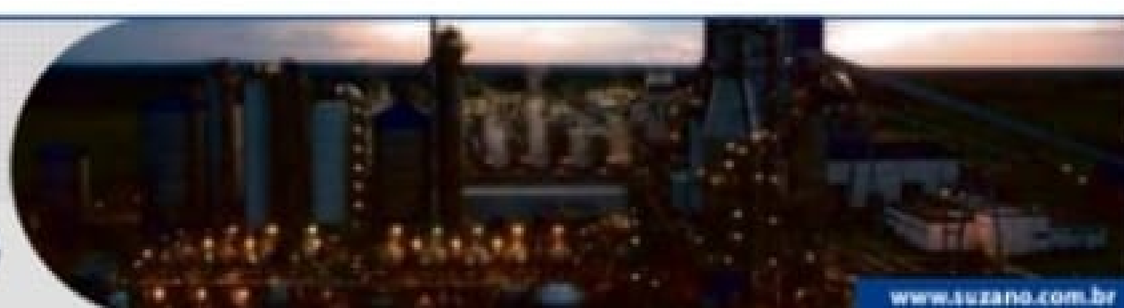
Eufrázio



Suzano S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1.2.5 Aquisição de participação societária em negócio de fibras especiais

Em 30 de agosto de 2024, a Companhia adquiriu da B & C Alpha Zweite *Holding* GmbH & Co KG ("B&C") 5.792.727 ações, representando 15% das ações emitidas da Lenzing Aktiengesellschaft ("Lenzing"), denominada "Transação Lenzing". A transação foi concluída após o cumprimento de todas as condições precedentes, com o valor justo da contraprestação em dinheiro transferida sendo de EUR 229.971 (equivalente a R$1.436.814), a um preço de EUR 39,70 por ação.

A transação inclui:

(a) o direito de deter dois dos dez assentos no Conselho de Administração da "Lenzing" e

(b) o direito de alterar a posição de controle da "Lenzing" pela Suzano International Trade GmbH adquirindo um adicional de 15,00% (quinze por cento) das ações da "Lenzing" detidas pela "B&C" através de um procedimento de oferta pública de aquisição obrigatória de acordo com a Lei de Aquisição Austríaca ("Transação").

A administração avaliou a Transação Lenzing de acordo com o CPC 18 (R3)/IAS 28 e o CPC 36/IFRS10, mesmo com duas cadeiras no Conselho de Administração da Lenzing, concluiu que a Suzano não tem influência significativa sobre a Lenzing, já que não possui poder para participar das decisões sobre políticas, dividendos ou outras distribuições. Portanto, o investimento foi registrado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

1.2.6 Compra de participação societária - Timber

Em 31 de julho de 2024, a Companhia concluiu a transação de compra de 100% do capital social das empresas Timber VII SPE S.A. (Timber VII) e Timber XX SPE S.A. (Timber XX), após o cumprimento de todas as condições precedentes. O valor justo da contraprestação transferida à vista foi de R$2.143.821.

Considerando as características dos ativos (substancialmente terras e ativo biológico), a Companhia optou por aplicar o teste opcional para identificar a concentração do valor justo de acordo com o CPC 15 (R1) / IFRS 3 e, portanto, a operação foi contabilizada como uma compra de ativos.

Os efeitos contábeis da operação foram inicialmente refletidos na rubrica de investimentos na controladora e nas rubricas de ativos biológicos e imobilizado no consolidado, no balanço patrimonial e em aquisição de controladas, líquido do caixa na demonstração dos fluxos de caixa da controladora. O caixa destas empresas foi de R$19.113.

Em 30 de setembro de 2024, estas empresas foram incorporadas pela Companhia. A incorporação não resultou em aumento de capital, tendo em vista que a Companhia já era titular, direta ou indireta, de 100% do capital social destas empresas.

1.2.7 Aquisição dos ativos da Pactiv Evergreen Inc.

Em 1 de outubro de 2024, a Companhia, por meio de sua subsidiária indireta Suzano Packaging LLC, concluiu a aquisição dos estoques e dos ativos imobilizados que compõem as plantas integradas de fabricação de papelcartão revestido e não revestido, utilizados na produção de Liquid Packaging Board e Cupstock, localizadas nas cidades de Pine Bluff - Arkansas e Waynesville - North Carolina, ambas nos Estados Unidos da América, anteriormente de propriedade da Pactiv Evergreen Inc. A transação foi efetivada após o cumprimento de todas as condições precedentes.

O valor justo da contraprestação transferida à vista foi de US$82.932 (equivalentes a R$452.153).

Considerando as características dos ativos (substancialmente estoques), a Companhia optou por aplicar o teste de concentração opcional para identificar uma concentração de valor justo nos termos do parágrafo B7A do IFRS 3 e, portanto, a Transação Pactiv foi contabilizada como uma aquisição de ativos.

Os efeitos contábeis da operação foram refletidos na rubrica de investimentos na controladora e na rubrica de estoques no consolidado, no balanço patrimonial.

1.2.8 Juros sobre capital próprio

Em 04 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou a deliberação sobre o pagamento de juros sobre capital próprio ("JCP") pela Companhia, no valor bruto total de R$2.500.000 à razão de R$ 2,017362506 por ação, considerando o número de ações "ex-tesouraria", na presente data, a título de remuneração baseada no lucro demonstrado no balanço trimestral da Companhia datado de 30 de setembro de 2024.

Os juros sobre capital próprio possuem retenção de 15% de imposto de renda na fonte, exceto para os acionistas que sejam comprovadamente imunes ou isentos, conforme legislação em vigor. Este imposto, no valor de R$306.327, foi retido e pago em dezembro de 2024.

1.2.9 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em janeiro de 2025 foi sancionado Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/24, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamentou parte da Reforma Tributária.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*"International Financial Reporting Standards - IFRS"*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de reais ("R$") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo a divulgação dos passivos contingentes assumidos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas nota 3.2.34.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para as normas contábeis IFRS e CPCs, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

(i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo;
(ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo; e
(iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Suzano e de suas controladas na mesma data-base, exceto as controladas Futuragene e Suzano Packaging e as coligadas Biomas, Ensyn, Simplifyber e Spinnova, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2024.

3.1 Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir.

3.1.1 Alterações ao CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Acordos de financiamentos de fornecedores e no CPC 03 (R1)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa antecipada)

As alterações passam a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permita aos usuários avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez.

As divulgações requeridas pelas alterações, que permitiriam a compreensão dos efeitos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e liquidez incluem:

(a) os termos e as condições dos acordos;
(b) no início e no encerramento do período de reporte: (i) os valores contábeis, e as rubricas associadas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; (ii) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (i) para os quais os fornecedores já receberam o pagamento dos financiadores; e (iii) a faixa de datas de vencimento; e
(c) o tipo e o efeito de alterações não caixa nos valores contábeis dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (b)(i).

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou a necessidade de divulgar informações adicionais, visto que, (a) os termos e as condições dos acordos não sofreram alterações em comparação as condições originais; (b) (i) os valores contábeis objeto de antecipação estão divulgados na nota 17; (ii) a decisão de aderir a esta transação é exclusiva dos fornecedores, sendo que a Companhia não tem influência nem gestão sobre os valores recebidos pelos fornecedores das instituições financeiras; (iii) não houve alteração nas datas de vencimentos; e (c) não ocorreram modificações não caixa dos acordos de antecipações de fornecedores.

3.1.2 Alterações ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento (sale and leaseback)

O item 100(a) do CPC 06 exige que um vendedor-arrendatário avalie o ativo de direito de uso resultante de uma transação de venda e retroarrendamento na proporção do saldo contábil anterior do ativo que se relaciona com o direito de uso que o vendedor-arrendatário retém. Assim, numa transação de venda e retroarrendamento, o vendedor-arrendatário reconhece apenas a quantia de qualquer ganho ou perda relacionado com os direitos transferidos para o comprador-arrendador.

As alterações refletirão na mensuração do passivo de arrendamento do vendedor-arrendatário a fim de restringir o reconhecimento de qualquer ganho referente ao direito de uso mantido, fazendo com que o vendedor-arrendatário reconheça no resultado do exercício a diferença entre os pagamentos efetuados pelo arrendamento e os pagamentos que reduzem o valor contábil do passivo de arrendamento.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

3.1.3 Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulantes e passivos não circulantes com covenants

As alterações aprimoram as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (covenants).

A classificação de passivos como circulantes ou não circulantes baseia-se no cumprimento de covenants que sejam requeridos na data de reporte ou antes dessa data, mas nunca em relação a eventos futuros, além de requerer divulgação de informações nas notas explicativas que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar o risco de que o passivo possa se tornar exigível dentro de doze meses, incluindo as condições pactuadas (por exemplo, sua natureza e a data em que a entidade deve cumpri-las), se a entidade teria cumprido as condições com base em suas circunstâncias no final do período de reporte e como a entidade espera cumprir as condições após o final do período de reporte.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

3.1.4 Decisão da agenda do IFRIC sobre a divulgação de receitas e despesas para segmentos reportáveis (CPC 22 / IFRS 8)

Em julho de 2024, o IASB aprovou uma decisão da agenda do IFRIC em relação ao relatório de segmentos reportáveis. A decisão trata de como uma entidade aplica os requisitos do parágrafo 23 do IFRS 8 para divulgar para cada segmento reportável os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo do segmento.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e incluiu o custo do produto vendido na nota 28.

3.2 Políticas contábeis adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir.

3.2.1 Demonstrações financeiras

3.2.1.1 Demonstrações financeiras individuais

Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora.

3.2.1.2 Demonstrações financeiras consolidadas

São elaboradas utilizando informações da Suzano e de suas controladas na mesma data-base, exceto as controladas Futuragene e Suzano Packaging e as coligadas Biomas, Ensyn, Simplifyber que possuem defasagem inferior a três meses em relação à data-base das referidas demonstrações financeiras, conforme as disposições do CPC 18/IAS 28 e não apresentam efeito relevante em relação ao resultado consolidado e, caso tivesse ocorrido algum evento significativo até 31 de dezembro de 2024, o efeito seria ajustado nas demonstrações financeiras consolidadas, bem como, políticas contábeis consistentes.

Em 31 de dezembro de 2024, a Suzano possuía o investimento na coligada Spinnova, no montante de R$95.254, representando 18,77% do patrimônio líquido da referida coligada. Até a data de emissão deste relatório, as últimas demonstrações financeiras publicadas para esse investimento apresentavam defasagem superior a três meses. Nessas circunstâncias, o investimento é mensurado com base na última informação disponível, sendo realizados os ajustes necessários em decorrência dos efeitos de transações e eventos significativos, os quais não têm efeito relevante sobre o resultado consolidado.

A Companhia consolida todas as controladas sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Suzano e suas controladas, coligadas e operações em conjunto foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial.

A participação dos acionistas não controladores está destacada.

3.2.1.3 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. As normas contábeis IFRS não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia adota como política contábil demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição.

3.2.2 Investimentos em controladas

São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

3.2.3 Investimentos em operações em conjunto

São todas entidades nas quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

3.2.4 Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

São reconhecidos inicialmente pelo seu custo e, posteriormente, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, sendo acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da investida após a data de aquisição.

Nos investimentos em coligadas, a Companhia exerce influência significativa, que é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nos empreendimentos controlados em conjunto há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

3.2.5 Conversão das demonstrações para moeda funcional e de apresentação

A Companhia definiu que, para a controladora e todas as suas controladas, a moeda funcional e de apresentação é o Real. Exceto para a controlada Suzano Packaging, cuja moeda funcional é o Dólar, e para os investimentos em coligadas no exterior relativos à Ensyn Corporation, F&E Technologies LLC e Simplifyber, cuja moeda funcional é o Dólar, Spinnova e Woodspin, cuja moeda funcional é o Euro. Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão das demonstrações financeiras, são registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

As demonstrações financeiras individuais de cada controlada, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são preparadas utilizando-se a moeda local em que a controlada opera e convertidas para a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3.2.5.1 Transações e saldos em moeda estrangeira

São convertidas adotando-se os seguintes critérios:

(i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
(ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação;
(iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX); e
(iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício.

A variação cambial decorrente da conversão de uma operação em moeda estrangeira, anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes, somente será transferida do patrimônio líquido para a demonstração do resultado no momento da baixa da operação. A baixa total ou parcial de participação em subsidiária no exterior ocorre na venda ou encerramento, do todo ou parte da operação.

3.2.6 Economias hiperinflacionárias

Entidades sediadas na Argentina, país considerado de economia hiperinflacionária, são sujeitas aos requerimentos do CPC 42 / IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias. Os itens não monetários e o resultado destas entidades são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço da controlada esteja registrado ao valor corrente.

Entretanto, a controlada da Companhia sediada na Argentina, tem o Real como moeda funcional e, desta forma, não é considerada uma entidade com moeda hiperinflacionária e não apresenta sua demonstração financeira individual de acordo com o CPC 42 / IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias. As demonstrações financeiras são apresentadas ao custo histórico.

3.2.7 Combinações de negócios

São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para a adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente.

Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição.

Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

Passivos contingentes relacionados a assuntos de natureza tributária, cível e trabalhista, classificados na adquirida como risco de perda possível e remoto, são reconhecidos na adquirente, pelos seus valores justos.

As transações de aquisição de investimentos em coligadas e com controle compartilhado são avaliadas conforme aplicam-se as orientações complementares do CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 19/IFRS 11 - Negócios em Conjunto e CPC 18/IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto para avaliação dos critérios de reconhecimento inicial.

Para os investimentos definidos com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo.

O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da adquirente no patrimônio líquido da adquirida a partir da data de aquisição.

Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é mensurado e segregado do valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação adquirida pela Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na entidade negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos), os quais são passíveis de serem amortizados. O excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado na conta de investimento na rubrica de mais valia de ativos de controladas.

3.2.8 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação, conforme o modelo de gestão vigente (nota 28).

3.2.9 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

3.2.10 Instrumentos financeiros

3.2.10.1 Classificação

Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são:

(i) custo amortizado;
(ii) valor justo por meio do resultado abrangente; e
(iii) valor justo por meio do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

continua →

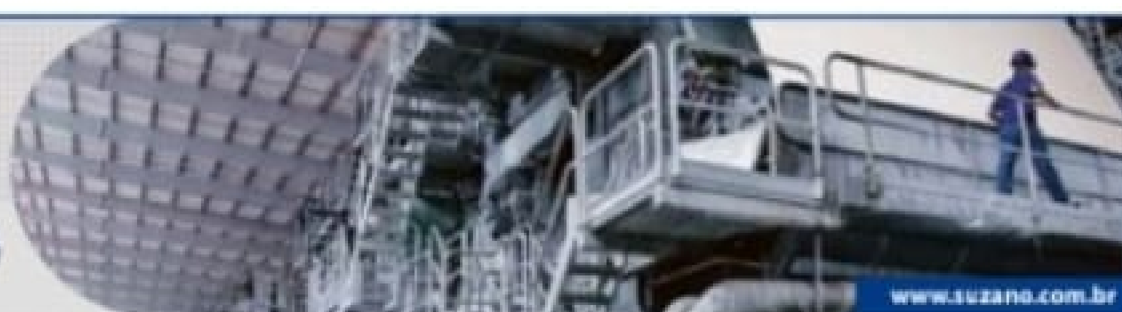
Eufrázio



Suzano S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.2.10.1.1 Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Compreende o saldo das rubricas de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, dividendos a receber e outros ativos, classificados como ativos financeiros e o saldo das rubricas de fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar de arrendamento, contas a pagar de aquisição de ativos e de controladas, juros sobre capital próprio e dividendos a pagar e outros passivos, classificados como passivos financeiros.

3.2.10.1.2 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os investimentos em instrumentos patrimoniais, no qual no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Compreende o saldo apresentado na nota 14.1 como outros investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

3.2.10.1.3 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos.

Compreende o saldo das rubricas de aplicações financeiras, classificado como ativos financeiros e dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos e opções de compra de ações, classificados como ativos e passivos financeiros.

3.2.10.2 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

3.2.10.2.1 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (impairment) incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
(ii) evento de default no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
(iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia;
(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e
(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (impairment) é reconhecido na demonstração de resultado. Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado.

3.2.10.2.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

A Companhia avalia periodicamente, na mensuração do valor justo, se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável.

Para tais ativos financeiros, uma redução relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo, é uma evidência de que o ativo está deteriorado e a perda por redução ao valor recuperável, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda reconhecida anteriormente em outros resultados abrangentes, deverá ser reconhecida na demonstração do resultado.

3.2.11 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo, cujas variações são registradas na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, na demonstração de resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos embutidos em contratos principais, não derivativos, são tratados como um derivativo separado quando seus riscos e características não estiverem intrinsecamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Para os instrumentos financeiros derivativos embutidos que não possuam característica de opções, estes são separados do seu contrato principal de acordo com os seus termos substantivos expressos ou implícitos, para que o valor justo seja zero no reconhecimento inicial.

3.2.12 Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Companhia, ajustadas pela variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza a matriz de provisões por vencimento com o agrupamento apropriado de sua carteira. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada.

A posição de vencimentos da carteira de clientes é analisada mensalmente e, para os clientes que apresentam saldos vencidos é efetuada uma avaliação específica de cada um, considerando o risco de perda envolvido, a existência de seguros contratados, cartas de crédito, garantias reais e situação financeira. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e é registrada uma perda de crédito esperada em contrapartida à rubrica despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

3.2.13 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquido dos tributos recuperáveis e seu valor líquido de realização.

O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui matérias-primas, mão-de-obra, custo de produção, transporte e armazenagem e despesas gerais de produção, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda.

As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço.

O custo da madeira transferida da rubrica de ativos biológicos para estoques é mensurado ao valor justo mais os gastos com colheitas e frete.

Provisões para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de custo dos produtos vendidos sem transitar pelos estoques.

3.2.14 Ativos não circulantes mantidos para venda

São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos das despesas de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e os itens estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

3.2.15 Ativos biológicos

Os ativos biológicos para produção (florestas maduras e imaturas) são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio até a colheita de 6 (seis) a 7 (sete) anos, mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas. A exaustão é mensurada pela quantidade de ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo no momento da sua colheita.

Para a determinação do valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita ("*income approach*") utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas semestralmente, pois a Companhia considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado contabilmente. As premissas significativas estão apresentadas na nota 13.

O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecido na rubrica receitas (despesas) operacionais, líquidas.

Os ativos biológicos em formação com idade inferior a 2 (dois) anos são mantidos contabilmente pelo seu custo de formação. As áreas de preservação ambiental permanente não são registradas contabilmente, por não se caracterizarem como ativos biológicos, e não são incluídos na mensuração ao valor justo.

3.2.16 Imobilizado

Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou restauração, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, de empréstimos e financiamentos, vigente na data da capitalização de acordo com a política da Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas.

O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação.

3.2.17 Arrendamento

Um contrato é ou contém um arrendamento se por meio dele é transferido o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se:

(i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado;
(ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e
(iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se:
- tem o direito de operar o ativo, ou
- projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado.

No início do contrato, a Companhia reconhece um ativo com direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado até a data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o término do prazo do arrendamento. Com exceção aos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes.

O passivo de arrendamento bruto de PIS/COFINS é inicialmente mensurado pelo valor presente, descontado com base na taxa nominal de empréstimo incremental.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança:

(i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa;
(ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido; ou
(iii) na avaliação se a Companhia exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia não possui registrados contratos de arrendamento com cláusulas de:

(i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados;
(ii) garantia de valor residual; e
(iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros.

Os contratos de baixo valor ou de curto prazo, enquadrados na isenção da norma, cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US$5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.2.18 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios têm seu custo definido como o valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível.

As amortizações de contrato de fornecedores e serviços portuários, concessão de portos, contratos de arrendamento e cultivares são registrados no custo das vendas, a amortização com relacionamento com clientes nas despesas comerciais, amortizações de marcas e patentes, acordo de não competição, acordo de pesquisa e desenvolvimento e desenvolvimento e implantação de sistemas nas despesas administrativas, enquanto que as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável (impairment), individualmente ou no nível da UGC. A alocação é feita para a UGC ou grupo de UGCs que representa o menor nível dentro da entidade, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios. A Companhia registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) e servidão de passagem.

A realização do teste envolveu a adoção de premissas e julgamentos, divulgados na nota 16.

3.2.19 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), correntes e diferidos e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC 22/IFRIC 23)

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas controladas e coligadas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados e apresentados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.2.20 Fornecedores e operações de risco sacado

Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

As operações de risco sacado são disponibilizadas para que os fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina da Companhia. Nesta operação, as instituições financeiras pagam os fornecedores que optaram pelo recebimento antecipado em troca de um desconto e, quando contratado entre as instituições financeiras e os fornecedores (a decisão de aderir a esta transação é exclusiva dos fornecedores), a Companhia paga às instituições financeiras na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, estas operações não alteram os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente acordadas) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pelas instituições financeiras. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram os fluxos de caixa. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo os fornecedores que optaram pelo risco sacado nas atividades operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa.

3.2.21 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto.

Os custos de empréstimos e financiamentos, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável de acordo com a política da Companhia, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultará em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. A Companhia não possui empréstimos específicos para obtenção de ativos qualificáveis. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.2.22 Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são registrados. O reconhecimento somente é realizado quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, quando os benefícios econômicos decorrentes de ações judiciais são praticamente certos e cujo valor seja possível ser mensurado com segurança.

Os ativos contingentes avaliados como êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa, quando material.

Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais, na rubrica de "provisões para passivos judiciais". Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. São mensurados pelo maior valor entre:

(i) o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima descrita; ou
(ii) o valor inicialmente reconhecido, deduzido, quando for o caso, da receita reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita de contrato com cliente.

Os valores de principal e multas referentes aos processos: tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais e os juros são reconhecidos no resultado financeiro líquido.

A realização dos passivos judiciais e contingentes decorrentes das combinações de negócios, referente aos processos possíveis e remotos, são reconhecidos na rubrica de outros resultados operacionais, ou caixa a depender da decisão judicial.

3.2.23 Provisão para desmobilização de ativos

Compreende os custos para a desmobilização de células de aterro industrial e desativação dos ativos vinculados aos aterros. O reconhecimento inicial é um passivo de longo prazo em contrapartida ao ativo imobilizado vinculado e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros descontado por uma taxa livre de risco ajustada. O passivo de longo prazo é remensurado por uma taxa de desconto de longo prazo, reconhecido na rubrica de outros passivos em contrapartida ao resultado financeiro. O ativo imobilizado vinculado é depreciado linearmente pela vida útil do bem principal em contrapartida à rubrica de custo do produto vendido na demonstração de resultado.

3.2.24 Pagamento baseado em ações

Os executivos e administradores da Companhia recebem parte de sua remuneração por meio de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e em ações.

As despesas com os planos são reconhecidas no resultado (despesas administrativas) pelo valor justo das ações, apurado na data da outorga, de forma linear durante o período de serviço exigido pelos planos, em contrapartida ao passivo não circulante para planos com liquidação em dinheiro, e patrimônio líquido para os planos com liquidação em ações.

3.2.25 Benefícios a empregados

A Companhia oferece benefícios relativos à plano de aposentadoria suplementar de contribuição definida a todos os funcionários e assistência médica e seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários, sendo que para os dois últimos benefícios, anualmente, são elaborados estudos atuariais por profissional independente e são revisados pela Administração. O respectivo impacto é reconhecido na rubrica de passivos atuariais.

As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial quando incorridos. Os juros incorridos, decorrentes das alterações no valor presente do passivo atuarial, são registrados na rubrica de despesas financeiras, na demonstração de resultado.

3.2.26 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

continua →

suzano 100 ANOS

Suzano S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

[B]³ IBRX 50 NYSE

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.2.27 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como redução de despesa no resultado de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, quando aplicável.

3.2.28 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos da Companhia, que estabelece que o dividendo mínimo anual é o menor valor entre (i) 25% do lucro líquido ajustado ou (ii) 10% da geração de caixa operacional consolidado no exercício e, desde que declarados antes do final do exercício. Qualquer parcela excedente dos dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na rubrica dividendos adicionais propostos, no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado na rubrica de imposto de renda.

3.2.29 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à oferta pública são registrados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos fiscais.

3.2.30 Reconhecimento da receita

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência do controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos.

Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes, (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Para o segmento operacional Celulose, o reconhecimento da receita ocorre quando da transferência do controle ao comprador que assume os benefícios remanescentes do ativo e baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio (*"Incoterms"*) correspondente, quando destinado ao mercado externo e (ii) tempo de trânsito (*"lead time"*), quando destinado ao mercado interno.

Para os segmentos operacionais Papel e Bens de Consumo, o reconhecimento da receita ocorre quando da transferência do controle ao comprador que assume os benefícios remanescentes do ativo e baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio (*"Incoterms"*) correspondente e (ii) no tempo de trânsito (*"lead time"*) e são produtos destinados aos mercados externo e interno.

São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança.

A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Uma provisão para reembolso (incluído em contas a receber de clientes) é reconhecida para os abatimentos e descontos estimados a pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente.

3.2.31 Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, pela taxa efetiva de juros que inclui a amortização de custos de captação, ganhos e perdas nos instrumentos financeiros derivativos, juros sobre empréstimos e financiamentos, variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos financeiros e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

3.2.32 Resultado básico por ação

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O cálculo do lucro diluído por ação é efetuado por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, somadas à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

3.2.33 Participação dos funcionários e administradores no resultado

Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os administradores são utilizadas como base as disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de salários e encargos sociais em contrapartida a rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas.

3.2.34 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir:

- controle, influência significativa e consolidação (nota 1.1);
- transações com pagamento baseado em ações (nota 22);
- transferência de controle para reconhecimento da receita (nota 27);
- valor justo de instrumentos financeiros (nota 4);
- análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 15 e 16);
- perdas de créditos esperadas no contas a receber (nota 7);
- provisão para perdas nos estoques (nota 8);
- análise anual do valor recuperável de tributos (notas 9 e 12);
- valor justo dos ativos biológicos (nota 13);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas 15 e 16);
- análise anual do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) (nota 16);
- arrendamento (nota 19);
- provisão para passivos judiciais (nota 20); e
- benefícios de aposentadoria (nota 21).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2024, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto pela IFRS 18, conforme divulgado abaixo.

3.3.1 Alterações do CPC 02 (R2) / IAS 21: Ausência de permutabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025)

As alterações criarão requerimentos para que a entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é permutável por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e as divulgações a serem realizadas.

Nesse contexto, a permutabilidade é tida como inexistente quando, para um determinado fim, a entidade não consegue obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia:

(i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira;
(ii) a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e
(iii) os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executíveis.

3.3.2 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026)

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas:

- esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro;
- esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros;
- adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e
- atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

3.3.3 IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)

A IFRS 18 substituirá a IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora a IFRS 18 não impacte o reconhecimento ou a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração nas demonstrações financeiras.

A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação do novo padrão nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Da avaliação preliminar de alto nível realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

(i) Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, a Companhia espera que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração de lucros e perdas nas novas categorias impactará como o lucro operacional é calculado e relatado. Da avaliação de impacto de alto nível realizada pela Companhia, os seguintes itens podem potencialmente impactar o lucro operacional:

- As diferenças cambiais atualmente agregadas no item de linha 'outras receitas e outros ganhos(perdas) - líquidos' no lucro operacional podem precisar ser desagregadas, com alguns ganhos ou perdas cambiais apresentados abaixo do lucro operacional.
- O IFRS 18 tem requisitos específicos sobre a categoria em que os ganhos ou perdas de derivativos são reconhecidos - que é a mesma categoria que as receitas e despesas afetadas pelo risco que o derivativo é usado para gerenciar. Embora a Companhia atualmente reconheça alguns ganhos ou perdas no lucro operacional e outros em custos financeiros, pode haver uma mudança em onde esses ganhos ou perdas são reconhecidos, e a Companhia está atualmente avaliando a necessidade de mudança.

(ii) Os itens apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação do conceito de "resumo estruturado útil" e dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente na demonstração da posição financeira, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente na demonstração financeira.

(iii) A Companhia não espera que haja uma mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas porque o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

- medidas de desempenho definidas pela administração;
- uma abertura da natureza das despesas para linhas apresentados por função na categoria operacional da demonstração do resultado - essa abertura é necessária apenas para despesas de certa natureza; e
- para o primeiro período anual de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha na demonstração do resultado entre os valores reformulados apresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

(iv) Da perspectiva de demonstração de fluxo de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento, o que é uma mudança da apresentação atual como parte dos fluxos de caixa operacionais.

A Companhia aplicará o novo padrão a partir de sua data efetiva obrigatória de 1º de janeiro de 2027. A aplicação retrospectiva é necessária e, portanto, as informações comparativas para o ano financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2026 serão reformuladas de acordo com o IFRS 18.

3.3.4 IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (aplicável para períodos anuais como início em ou após 1º de janeiro de 2027)

Emitido em maio de 2024, o IFRS 19 permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam de acordo com as normas contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1 Gerenciamento de riscos financeiros

4.1.1 Visão geral

Em decorrência de suas atividades, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, os quais são gerenciados em conformidade com as Políticas de Gestão de Riscos Financeiros, de Risco de Contrapartes e Emissores, de Endividamento Financeiro, de Gestão de Derivativos e de Gestão de Caixa ("Políticas Financeiras"), as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os principais fatores considerados pela Administração são:

(i) liquidez;
(ii) crédito;
(iii) taxas de câmbio;
(iv) taxas de juros;
(v) oscilações de preços de celulose e de commodities; e
(vi) capital.

A Administração foca na geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo, entretanto, em decorrência dos fatores de riscos externos, níveis indesejados de volatilidade podem influenciar a geração de caixa e resultados da Companhia.

A Companhia dispõe de políticas e procedimentos para a gestão dos riscos financeiros, que visam:

(i) reduzir, mitigar ou transferir exposições visando proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção ("riscos de mercado") ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de liquidez") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa estejam expostos;
(ii) estabelecer limites e instrumentos com o objetivo de alocar o caixa da Companhia dentro de parâmetros aceitáveis de exposição de risco de crédito de instituições financeiras; e
(iii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, considerando e se beneficiando de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia visam a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes de suas atividades operacionais.

Instrumentos de *hedge* são contratados exclusivamente visando proteção e são pautados nos seguintes termos:

(i) proteção do fluxo de caixa contra descasamento de moedas;
(ii) proteção do fluxo de receita para liquidação e juros de dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas; e
(iii) oscilações no preço da celulose ou outros insumos relacionados a produção.

A Tesouraria é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração aprova as políticas financeiras que estabelecem os princípios e normas para a gestão de risco global, as áreas envolvidas nestas atividades, o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e a alocação do excedente de caixa.

A Companhia utiliza os instrumentos financeiros de maior liquidez, e:

(i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (hedge);
(ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e
(iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

A Companhia não adota a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, os ganhos e perdas mensurados nas operações com derivativos, estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado e divulgados na nota 26.

4.1.2 Classificação

Todas as transações com instrumentos financeiros estão reconhecidas contabilmente e classificadas nas seguintes categorias:

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.472.677	1.893.129	9.018.818	8.345.871
Contas a receber de clientes	7	8.899.116	6.683.803	9.132.860	6.848.454
Dividendos a receber	11	6.113	5.570		
Outros ativos[1]		533.427	692.358	628.275	737.222
		11.911.333	9.274.860	18.779.953	15.931.547
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Outros investimentos	14.1	27.823	23.606	1.138.066	23.606
		27.823	23.606	1.138.066	23.606
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	3.887.100	4.430.454	3.887.100	4.430.454
Aplicações financeiras	6	13.180.018	5.648.155	13.363.511	13.267.286
		17.067.118	10.078.609	17.250.611	17.697.740
		29.006.274	19.377.075	37.168.630	33.652.893
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	17	5.028.365	4.933.151	6.033.285	5.572.219
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	26.118.574	19.445.329	101.435.531	77.172.692
Contas a pagar de arrendamento	19.2	6.817.676	6.146.869	6.972.915	6.243.782
Partes relacionadas	11	71.097.778	53.806.545		
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	120.490	187.187	120.490	187.187
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	11	2.195.475	1.312.561	2.200.917	1.316.528
Outros passivos[1]		112.732	94.568	143.330	116.716
		111.491.090	85.926.210	116.906.468	90.609.124
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	10.448.379	2.436.072	10.454.820	2.436.072
		10.448.379	2.436.072	10.454.820	2.436.072
		121.939.469	88.362.282	127.361.288	93.045.196
		92.933.195	68.985.207	90.192.658	59.392.303

(1) Não inclui itens não classificados como instrumentos financeiros.

4.1.3 Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Os instrumentos financeiros são registrados pelos seus valores contratuais. Para determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e liquidados, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos *swaps* de taxas de juros e índices é calculado com base no valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para as operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da B3 e ANBIMA para transações de taxas de juros em reais e do *Federal Reserve Bank of New York* e *Bloomberg* para transações de taxa *Secured Overnight Financing Rate ("SOFR")*. O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio *forward* prevalecentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da B3.

Para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado e não para liquidação ou venda forçada, em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de precificação de opções, como *Garman-Kohlhagen*, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de *bunker* de petróleo é obtido com base nas cotações do índice *Platts*.

Os valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos, são apresentados a seguir:

	Curva de desconto / Metodologia	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Cotados no mercado secundário					
Em moeda estrangeira					
Bonds	Mercado secundário			48.734.909	38.703.379
Estimados ao valor presente					
Em moeda estrangeira					
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	*SOFR*	942.390	678.667	22.740.891	17.783.760
Financiamento de ativos	*SOFR*	422.115	278.107	422.115	278.107
ECA - Export Credit Agency	*SOFR*	860.487		864.202	
IFC - International Finance Corporation	*SOFR*	6.261.715	3.198.761	6.261.715	3.198.761
Panda *Bonds* - CNH	*Fixed*			951.125	
Em moeda nacional					
BNDES - TJLP	DI 1	142.295	160.016	171.109	215.458
BNDES - TLP	DI 1	3.143.102	2.639.077	3.275.012	2.712.762
BNDES - Fixo	DI 1		3.903		3.903
BNDES - TR	DI 1	33.466		33.466	
BNDES - Selic ("Sistema Especial de Liquidação e de Custódia")	DI 1	645.139	686.798	645.139	686.798
BNDES - UMBNDES	DI 2	106.966		106.966	
Financiamento de ativos	DI 1	60.566	75.622	60.566	75.622
Debêntures	DI 1/IPCA	12.002.992	8.881.277	12.002.992	8.881.277
NCE ("Notas de Crédito à Exportação")	DI 1			108.308	110.396
NCR ("Nota de Crédito Rural")	DI 1	2.424.457	2.228.806	2.424.457	2.228.806
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	DI 1		788.186		824.035
		27.045.690	19.619.220	98.802.972	75.703.064

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos estão divulgados na nota 18.

A Administração considera que para os demais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos e por isso não está sendo apresentada a informação dos seus valores justos.

4.2 Administração de risco de liquidez

A Companhia tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo cumprir com os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido, em geral, em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto às instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa.

continua →



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Suzano S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela Administração da Companhia, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a variação na posição de caixa e aplicações financeiras foi dentro do esperado, sendo que o caixa consolidado gerado na operação foi utilizado em sua maior parte para investimentos e pagamentos de juros e amortizações.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram contratados em mercado de balcão e não necessitam de depósito de margens de garantia.

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço.

Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não são reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Consolidado 31/12/2024					
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	6.033.285	6.033.285	6.033.285			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	101.435.531	142.028.543	13.599.011	14.235.170	50.858.667	63.335.695
Contas a pagar de arrendamento	6.972.915	12.099.294	1.302.590	1.176.832	3.094.493	6.525.379
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	120.490	146.082	23.425	22.400	100.257	
Instrumentos financeiros derivativos	10.454.820	13.878.150	1.676.180	957.540	1.489.357	9.755.073
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	2.200.917	2.200.917	2.200.917			
Outros passivos	143.330	143.330	60.892	82.438		
	127.361.288	176.529.601	24.896.300	16.474.380	55.542.774	79.616.147

	Consolidado 31/12/2023					
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	5.572.219	5.572.219	5.572.219			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	77.172.692	105.526.852	7.648.237	12.983.542	31.355.362	53.539.711
Contas a pagar de arrendamento	6.243.782	11.021.519	1.172.568	1.045.795	2.743.793	6.059.363
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	187.187	215.891	94.948	18.314	87.520	15.109
Instrumentos financeiros derivativos	2.436.072	2.801.258	66.433	1.278.953	1.191.014	264.858
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	1.316.528	1.316.528	1.316.528			
Outros passivos	116.716	116.716	58.955	57.761		
	93.045.196	126.570.983	15.929.888	15.384.365	35.377.689	59.879.041

4.3 Administração de riscos de crédito

Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), *box* de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito ("*Letters of Credit - LC*"), seguradoras, prazo para recebimento de clientes, adiantamentos à fornecedores para novos projetos, entre outros.

4.3.1 Contas a receber de clientes

A Companhia possui políticas comerciais e de crédito que visam mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes, principalmente, por meio da contratação de apólices de seguro de crédito, garantias bancárias fornecidas por bancos de primeira linha e garantias reais avaliadas de acordo com a liquidez. Ademais, a carteira de clientes é objeto de análise de crédito interna que visa avaliar o risco em relação à performance de pagamento, tanto para exportações como para vendas no mercado interno.

Para a avaliação de crédito dos clientes, a Companhia utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito.

A classificação de risco das contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Baixo [(1)]	8.899.516	6.549.975
Médio [(2)]	174.048	156.883
Alto [(3)]	89.596	173.558
	9.163.160	6.880.416

1) Vencendo e em atraso até 30 dias.
2) Em atraso entre 30 e 90 dias.
3) Em atraso acima de 90 dias.

Parte dos montantes acima, não consideram o valor de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD"), calculada com base na matriz de provisão nos montantes de R$30.300 e R$31.962 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente.

4.3.2 Bancos e instituições financeiras

A Companhia, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	2.472.677	1.893.129	9.018.818	8.345.871
Aplicações financeiras	13.180.018	5.648.155	13.363.511	13.267.286
Instrumentos financeiros derivativos [(1)]	3.887.100	4.199.982	3.887.100	4.199.982
	19.539.795	11.741.266	26.269.429	25.813.139

(1) Não inclui o derivativo embutido em contrato de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé, que não é transacionado com instituição financeira.

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos ativos são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

	Consolidado			
	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		Instrumentos financeiros derivativos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Classificação de risco [(1)]				
AAA			232.908	878.241
AA-			286.906	1.007.537
A+			148.029	136.864
A				55.547
brAAA	20.830.651	20.856.072	2.747.948	1.682.513
brAA+	658.880	511.589		439.280
brAA	755	6.565		
brAA-	19	2.169		
brA	31.504			
brBBB-	3	3		
brBB	710	1.132		
brBB-	750.359	385	156.450	
Outros	109.448	235.242	314.859	
	22.382.329	21.613.157	3.887.100	4.199.982

1) Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências *Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's*.

4.4 Administração de riscos de mercado

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercados, principalmente, relacionados às variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção, preço de celulose e de *commodities* que podem afetar seus resultados e condições financeiras.

Para mitigar os impactos, a Companhia dispõe de processos para monitoramento das exposições e políticas que suportam a implementação da gestão de riscos.

As políticas estabelecem os limites e os instrumentos a serem implementados com o objetivo de:

(i) proteção do fluxo de caixa devido ao descasamento de moedas;
(ii) mitigação de exposições a taxas de juros;
(iii) redução dos impactos da flutuação de preços de *commodities*; e
(iv) troca de indexadores da dívida.

A gestão de riscos de mercado realiza a identificação, a avaliação e a implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados.

4.4.1 Administração de risco de taxas de câmbio

A captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da Companhia são direcionadas considerando que parte substancial da receita líquida é proveniente de exportações com preços negociados em Dólares dos Estados Unidos da América e por outro lado, parte substancial dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares dos Estados Unidos da América ("US$") e concilie os pagamentos dos financiamentos com os fluxos de recebimento das vendas no mercado externo, utilizando o mercado internacional de dívida como parte importante de sua estrutura de capital e proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos.

Além disso, a Companhia contrata operações de venda de "US$" nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual do excedente líquido de divisas no horizonte de 24 meses e, portanto, estão atreladas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Os ativos e passivos que estão expostos a moeda estrangeira, substancialmente em US$, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	6.496.039	6.432.557
Aplicações financeiras	70.255	7.378.277
Contas a receber de clientes	7.090.160	5.045.609
Instrumentos financeiros derivativos	3.887.100	3.070.594
	17.543.554	21.931.037
Passivos		
Fornecedores	(1.350.763)	(1.625.011)
Empréstimos e financiamentos	(83.004.915)	(61.304.673)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	(93.308)	(127.598)
Instrumentos financeiros derivativos	(10.448.379)	(1.867.882)
	(94.897.365)	(64.925.164)
	(77.353.811)	(42.994.127)

4.4.1.1 Análise de sensibilidade - exposição cambial - exceto instrumentos financeiros derivativos

Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira e os possíveis efeitos em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, uma vez que refletem a conversão em reais na data base do balanço patrimonial R$/US$ = R$6,1923.

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a depreciação do Real em relação ao US$ em 25% e 50%, antes dos impostos.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado 31/12/2024		
	Efeito no resultado		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	6.496.039	1.624.010	3.248.020
Aplicações financeiras	70.255	17.564	35.128
Contas a receber de clientes	7.090.160	1.772.540	3.545.080
Fornecedores	(1.350.763)	(337.691)	(675.382)
Empréstimos e financiamentos	(83.004.915)	(20.751.229)	(41.502.458)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	(93.308)	(23.327)	(46.654)

4.4.1.2 Análise de sensibilidade - exposição cambial de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contrata operações de venda de Dólares dos Estados Unidos da América nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, visando assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual da exposição total em Dólares dos Estados Unidos da América no horizonte de 24 meses e, portanto, estão atreladas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Além da operação descrita acima, a Companhia também contrata instrumentos derivativos atrelados ao dólar e sujeitos à variação cambial, buscando adequar o indexador cambial da dívida à moeda de geração de caixa, conforme previsto em suas políticas financeiras.

Para o cálculo da marcação a mercado ("MtM") é utilizada a taxa de câmbio do último dia útil do período em análise. Estes movimentos de mercado causaram impacto negativo na marcação a mercado da posição contratada.

A análise de sensibilidade abaixo assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América em 25% e 50%, antes dos impostos, adicionando ao cenário provável em 31 de dezembro de 2024.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado 31/12/2024		
	Efeito no resultado		
	Provável (valor base)	Possível 25%	Remoto 50%
Dólar/Real			
Instrumentos financeiros derivativos			
Derivativos opções	(4.328.970)	(9.226.995)	(19.121.860)
Derivativos *swaps*	(1.843.087)	(2.604.422)	(4.992.835)
Derivativos NDF	(331.876)	(896.742)	(1.788.477)
Derivativos embutido	(80.759)	(183.663)	(367.326)
Derivativos *commodity*	16.973	4.236	8.478

4.4.2 Administração de risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas.

A Companhia busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros a fim de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa devido às oscilações de taxas de juros no Brasil ou no exterior.

4.4.2.1 Análise de sensibilidade - exposição a taxas de juros - exceto instrumentos financeiros derivativos

Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar a sensibilidade das variações das operações impactadas pelas taxas Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), a Taxa de Longo Prazo ("TLP"), a Taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e *SOFR* e que podem gerar impacto no resultado.

O cenário provável representa os valores já contabilizados, pois refletem a melhor estimativa da Administração.

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado 31/12/2024		
	Efeito no resultado		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
CDI/SELIC			
Caixa e equivalentes de caixa	2.422.308	73.578	147.155
Aplicações financeiras	13.293.256	403.783	807.565
Empréstimos e financiamentos	9.290.595	282.202	564.404
TJLP/TLP			
Empréstimos e financiamentos	202.961	3.770	7.540
SOFR			
Empréstimos e financiamentos	28.534.005	320.294	640.588

4.4.2.2 Análise de sensibilidade - exposição a taxas de juros de instrumentos financeiros derivativos

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado 31/12/2024		
	Efeito no resultado		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
CDI			
Instrumentos financeiros derivativos			
Passivo			
Derivativos opções	(4.328.970)	(943.363)	(1.868.091)
Derivativos *swaps*	(1.843.087)	(91.012)	(178.459)
SOFR			
Instrumentos financeiros derivativos			
Passivo			
Derivativos *swaps*	(1.843.087)	(136.036)	(261.559)

4.4.2.3 Análise de sensibilidade para mudanças no índice de preços ao consumidor da economia norte-americana

Para a mensuração do cenário provável, foi considerado o índice de preços ao consumidor da economia norte-americana ("*United States Consumer Price Index - US-CPI*") em 31 de dezembro de 2024. O cenário provável foi extrapolado considerando uma desvalorização de 25% e 50% no US-CPI para definição dos cenários possível e remoto, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado 31/12/2024		
	Efeito no resultado		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
Derivativo embutido em compromisso de compra de madeira em pé, proveniente de contrato de parceria florestal	(80.759)	(32.607)	(66.859)

4.4.3 Administração de risco de preço de celulose e de commodities

A Companhia está exposta principalmente ao preço de venda da celulose e a preços de *commodities* no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global e as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia possui equipe especializada que monitora o preço da celulose de fibra curta e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções que visam auxiliar na tomada de medidas preventivas para conduzir de maneira adequada os distintos cenários. Não existe mercado financeiro com liquidez para mitigar suficientemente o risco de parte relevante das operações da Companhia. As operações de proteção de preço da celulose de fibra curta disponíveis no mercado têm baixa liquidez e volume e grande distorção na formação do preço.

A Companhia também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização para o mercado externo e indiretamente nos custos de outros suprimentos e contratos de logística e serviços. Neste caso, a Companhia avalia a contratação de instrumentos financeiros derivativos para mitigar o risco de variação de preço no seu resultado.

4.5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia determina o valor justo dos contratos de derivativos, o qual pode divergir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada por conta dos *spreads* bancários e fatores de mercado no momento da cotação. Os valores apresentados pela Companhia baseiam-se em uma estimativa utilizando fatores de mercado e utilizam dados fornecidos por terceiros, mensurados internamente e confrontados com cálculos realizados pelas contrapartes.

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.

Para cada um dos instrumentos, descreve-se a seguir um resumo do procedimento utilizado para a obtenção dos valores justos:

(i) *Swap*: o valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva é estimado pelos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que a ponta do *swap* é denominada. O valor presente na ponta denominada em US$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva do cupom cambial (a remuneração, em Dólares dos Estados Unidos da América, dos Reais investidos no Brasil) e no caso da ponta denominada em BRL, o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI, considerando tanto o risco de crédito da Companhia e da contraparte. A exceção são os contratos pré-fixados x US$ onde o valor presente na ponta denominada em US$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva da SOFR, divulgada pela *Bloomberg*. O valor justo do contrato é a diferença entre essas duas pontas. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3.

(ii) Opções ("*Zero Cost Collar*"): para o cálculo do valor justo das opções foi utilizado o modelo de *Garman Kohlhagen*, considerando o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Os dados de volatilidades e taxas de juros são observáveis e foram obtidos da B3 para apuração dos valores justos.

(iii) *Non-deliverable forward* ("NDF"): é efetuada uma projeção da cotação futura da moeda, utilizando-se das curvas de cupom cambial e a curva futura do DI para cada vencimento. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta cotação obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando-se o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nocional de cada contrato e trazida a valor presente pela curva futura do DI. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3.

(iv) *Swap* de US-CPI: os fluxos de caixa da ponta passiva são projetados pela curva de inflação norte-americana US-CPI, obtida pelas taxas implícitas aos títulos americanos indexados à inflação ("Tesouro Protegido contra a Inflação - TIPS"), divulgada pela *Bloomberg*. Os fluxos de caixa da ponta ativa são projetados pela taxa fixa implícita no derivativo embutido. O valor justo do derivativo embutido é a diferença entre as duas pontas, trazida a valor presente pela curva do cupom cambial obtida da B3.

(v) *Swap* VLSFO (combustível marítimo): é efetuada uma projeção futura do preço do ativo, utilizando-se a curva futura de preço divulgada pela *Bloomberg*. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta projeção obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nocional de cada contrato e trazida a valor presente pela curva da SOFR divulgada pela *Bloomberg*.

continua →



Suzano S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

As curvas utilizadas para o cálculo do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão apresentadas a seguir:

	Curva de juros		
Prazo	Brasil [1]	Estados Unidos da América [2]	Cupom de dólar sujo [1]
1M	12,15%	4,33 %	8,46%
6M	14,19%	4,25 %	6,37%
1A	15,41%	4,17 %	6,41%
2A	15,94%	4,16 %	6,29%
3A	15,89%	4,21 %	6,22%
5A	15,60%	4,36 %	6,41%
10A	14,96%	4,88 %	7,31%

1) Fonte B3
2) Fonte Bloomberg

4.5.1 Derivativos em aberto por tipo de contrato, inclusive derivativos embutidos
As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Valor de referência (nocional, líquido) - em US$		Valor justo - em R$	
Tipo do derivativo	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos contratados com estratégia de proteção de fluxo de caixa				
Hedge de fluxo de caixa				
Zero Cost Collar	6.852.200	4.500.200	(4.328.970)	1.968.337
NDF (US$)	581.000	505.000	(331.876)	162.776
NDF (€ x US$)		262.088		100.362
Hedge de dívida				
Swap SOFR para Fixed (US$)	1.973.705	2.555.626	394.129	741.492
Swap IPCA para CDI (nocional em reais)	8.128.395	4.274.397	(825.899)	47.645
Swap CNH para fixed (US$)	165.815		(6.440)	
Swap CDI x Fixed (US$)	909.612	1.025.000	(776.261)	(1.081.964)
Swap Pré fixada R$ para US$		200.000		(203.045)
Swap CDI x SOFR (US$)	610.171	125.000	(590.764)	25.774
Swap SOFR para SOFR (US$)	150.961	150.961	(37.850)	(16.615)
Hedge de commodities				
Swap US$ e US-CPI [(1)]	138.439	131.510	(80.759)	230.471
Zero Cost Collar (Brent)	163.941	163.100	6.097	(3.148)
Swap VLSFO/Brent	39.706	142.794	10.873	22.297
			(6.567.720)	1.994.382
Ativo circulante			1.006.427	2.676.526
Ativo não circulante			2.880.673	1.753.928
Passivo circulante			(2.760.273)	(578.763)
Passivo não circulante			(7.694.547)	(1.857.309)
			(6.567.720)	1.994.382

(1) Os derivativos embutidos referem-se aos contratos de *swap* de venda das variações do preço em US$ e *US-CPI* no prazo dos contratos de parceria florestal com fornecimento de madeira em pé.

A seguir são descritos os contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos:

(i) *Swap* CDI x *Fixed* (US$): posições em *swaps* convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa prefixada em US$. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para US$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US$ da Companhia.

(ii) *Swap* IPCA x CDI (*nocional em reais*): posições em *swaps* convencionais trocando variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") por taxa de DI. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais, alinhando-se com a posição de caixa em reais da Companhia, que também é indexada a DI.

(iii) *Swap SOFR* x *Fixed* (US$): posições em *swaps* convencionais trocando taxa pós-fixada (SOFR) por taxa prefixada em US$. O objetivo é proteger o fluxo de caixa de variações na taxa de juros norte-americana.

(iv) *Swap Pré Fixed R$* x *Fixed* US$: posições em *swaps* convencionais trocando taxa prefixada em reais por taxa prefixada em US$. O objetivo é alterar a exposição de dívidas em reais para US$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US$ da Companhia.

(v) *Swap SOFR* x *SOFR US$*: posição em *swap* trocando taxa pré-fixada adicionada à *SOFR* por outra taxa fixa adicionada à *SOFR*. O objetivo é gerar desconto de taxa para o pré-pagamento junto à instituição bancária, permitindo mecanismos de reversão.

(vi) *Swap* CDI x *SOFR*: posições em *swaps* convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa pós-fixada ("*SOFR*") em US$. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para US$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US$ da Companhia e capturar um menor custo de dívida por meio da flutuação das projeções da taxa *SOFR*.

(vii) *Swap* CNH x USD: posições em *swaps* trocando taxa prefixada em yuans da China por taxa prefixada em US$. O objetivo é alterar a exposição de dívidas em yuans para US$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US$ da Companhia.

(viii) *Zero Cost Collar*: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de venda (*put*) e venda de opções de compra (*call*) de US$, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações. Nesta estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira no vencimento das opções. O objetivo é proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do real.

(ix) *Non-Deliverable Forward* ("NDF)": Posições vendidas em contratos futuros de US$ com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do Real.

(x) *Swap* US$ e US-CPI: O derivativo embutido refere-se aos contratos de *swap* de venda das variações do preço em Dólar dos Estados Unidos da América e do US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal e com fornecimento de madeira em pé.

(xi) *Non-Deliverable Forward* Paridade ("NDF"): EUR e US$: Posições compradas na paridade EUR/US$ com o objetivo de proteger o fluxo de caixa do CAPEX do Projeto Cerrado contra a apreciação do euro.

(xii) *Swap Very Low Sulphur Fuel Oil / Brent* ("*VLSFO*") (petróleo - *Brent*): posições compradas de petróleo, com o objetivo de proteger custos logísticos relacionados aos contratos de frete marítimo, contra o aumento do preço de petróleo.

(xiii) *Zero Cost Collar (Brent)*: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de compra (*call*) e venda de opções de venda (*put*) de petróleo - *Brent*, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger custos com insumos derivados de petróleo. Nessa estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira no vencimento das opções. O objetivo é proteger o custo contra o aumento do preço do petróleo.

A variação do valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2024 em comparação com o valor justo mensurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é explicada substancialmente pela desvalorização do Real frente ao US$ e pelas liquidações do exercício. Houve também impactos causados pelas variações nas curvas Pré, Cupom Cambial e *SOFR* nas operações.

Importante destacar que, os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2024, são operações de mercado de balcão, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de marcação a mercado.

4.5.2 Cronograma de vencimentos do valor justo (valores líquidos)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
2025	(1.753.846)	2.097.763
2026	(1.699.768)	233.072
2027	(36.905)	(574.871)
2028 em diante	(3.077.201)	238.418
	(6.567.720)	1.994.382

4.5.3 Posição ativa e passiva dos derivativos em aberto
As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

		Consolidado			
		Valor nocional		Valor justo - em R$	
	Moeda	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Hedge de dívida					
Ativos					
Swap CDI para Fixed	US$	4.748.394	3.898.011	1.482.759	223.776
Swap Pré Fixada para US$	US$		738.800		
Swap SOFR para Fixed	US$	1.973.705	2.555.626	424.824	1.104.984
Swap IPCA para CDI	R$	8.382.699	4.320.471	927.586	161.542
Swap CDI para SOFR	US$	3.117.625	644.850	754.173	32.560
Swap CNH para Fixed	CNH	1.200.000			
Swap SOFR para SOFR	US$	150.961	150.961	4.949	6.681
				3.594.291	1.529.543
Passivos					
Swap CDI para Fixed	US$	909.612	1.025.000	(2.259.020)	(1.305.740)
Swap Pré Fixada para US$	US$		200.000		(203.045)
Swap SOFR para Fixed	US$	1.973.705	2.555.626	(30.695)	(363.492)
Swap IPCA para CDI	R$	8.128.395	4.274.397	(1.753.485)	(113.897)
Swap CDI para SOFR	US$	610.171	125.000	(1.344.937)	(6.786)
Swap CNH para Fixed	CNH	165.815		(6.440)	
Swap SOFR para SOFR	US$	150.961	150.961	(42.799)	(23.296)
				(5.437.376)	(2.016.256)
				(1.843.085)	(486.713)
Hedge de fluxo de caixa					
Zero Cost Collar (US$ x R$)	US$	6.852.200	4.500.200	(4.328.970)	1.968.337
NDF (R$ x US$)	US$	581.000	505.000	(331.876)	162.776
NDF (€ x US$)	US$		262.088		100.362
				(4.660.846)	2.231.475
Hedge de commodities					
Swap US$ e US-CPI [(1)]	US$	138.439	131.510	(80.759)	230.471
Zero Cost Collar (Brent)	US$	163.941	163.100	6.097	(3.148)
Swap VLSFO/Brent	US$	39.706	142.794	10.873	22.297
				(63.789)	249.620
				(6.567.720)	1.994.382

(1) Os derivativos embutidos referem-se aos contratos de *Swap* de venda das variações do preço em Dólar dos Estados Unidos da América e US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal com fornecimento de madeira em pé.

4.5.4 Valores justos liquidados
As posições de derivativos liquidados estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Hedge de fluxo de caixa		
Zero Cost Collar (US$)	645.759	2.987.953
NDF (US$)	(68.695)	155.458
NDF (€ x US$)	73.781	84.332
	650.845	3.227.743
Hedge de commodities		
Swap VLSFO/outros	89.327	80.516
	89.327	80.516
Hedge de dívida		
Swap CDI para Fixed (US$)	(1.635.058)	(438.417)
Swap IPCA para CDI (reais)	(59.243)	256.683
Swap IPCA para Fixed (US$)		21.139
Swap Pré Fixada para US$	(221.462)	(104.827)
Swap SOFR	2.199	
Swap CDI para SOFR (US$)	19.074	7.729
Swap SOFR para Fixed (US$)	603.737	508.720
	(1.290.753)	251.027
	(550.581)	3.559.286

4.6 Hierarquia do valor justo
Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo, o qual considera o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A depender das premissas utilizadas na mensuração, os instrumentos financeiros ao valor justo podem ser classificados em 3 níveis de hierarquia:

(i) Nível 1 - Baseada em preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado é considerado ativo se realizar transações com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação imediata e continuamente, geralmente, obtidos a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, serviço de precificação ou agência reguladora e os preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases comerciais;

(ii) Nível 2 - Baseada em preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares, preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos, modelos de precificação para os quais as premissas são observáveis, tais como taxas de juros e curvas de rendimentos, volatilidades e *spreads* de crédito e informações corroboradas pelo mercado. Os ativos e passivos classificados nesta categoria são mensurados por meio do fluxo de caixa descontado e provisionamento de juros ("*accrual*"), respectivamente, para instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras. Os inputs observáveis utilizados são taxas e curvas de juros, fatores de volatilidade e cotações de paridade cambial; e

(iii) Nível 3 - Baseada em dados não cotados para o ativo e o passivo, onde a Companhia aplica a técnica da abordagem de receita ("*income approach*") utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs observáveis utilizados são IMA, taxa de desconto e preços brutos médios de venda do eucalipto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve alteração entre os três níveis de hierarquia e não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3.

	Consolidado			
	31/12/2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		3.887.100		3.887.100
Aplicações financeiras	1.203.776	12.159.735		13.363.511
	1.203.776	16.046.835		17.250.611
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Outros investimentos (nota 14.1)			1.138.066	1.138.066
Ativo biológico			22.283.001	22.283.001
			22.283.001	22.283.001
Total do Ativo	1.203.776	16.046.835	23.421.067	40.671.678
Passivo				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		10.454.820		10.454.820
		10.454.820		10.454.820
Total do Passivo		10.454.820		10.454.820

	Consolidado		
	31/12/2023		
	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	4.430.454		4.430.454
Aplicações financeiras	13.267.286		13.267.286
	17.697.740		17.697.740
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Outros investimentos (nota 14.1)		23.606	23.606
Ativo biológico		18.278.582	18.278.582
		18.278.582	18.278.582
Total do Ativo	17.697.740	18.302.188	35.999.928
Passivo			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	2.436.072		2.436.072
	2.436.072		2.436.072
Total do Passivo	2.436.072		2.436.072

4.7 Cibersegurança
A Suzano possui uma Política Pública de Segurança da Informação, que visa estabelecer diretrizes, quanto ao gerenciamento e controles de segurança cibernética na Suzano, buscando mitigar vulnerabilidades, preservar e proteger os ativos, principalmente a informação e os dados pessoais, conforme leis, regulamentações e obrigações contratuais vigentes, contemplando a confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e legalidade da informação. A Política estabelece responsabilidades para evitar danos, que podem representar impactos financeiros, à imagem e à reputação, exposição de informações, paralisação de operações, entre outros danos devido a ataques cibernéticos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados incidentes materiais associados a segurança cibernética que poderiam afetar a confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade dos sistemas utilizados pela Companhia.

4.8 Mudanças climáticas

4.8.1 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade
Tendo em vista a natureza das operações da Companhia, existe exposição inerente aos riscos relacionados com as mudanças climáticas. Os ativos da Companhia, notadamente, os ativos biológicos, que são mensurados ao valor justo (nota 13), os ativos imobilizados (nota 15) e intangíveis (nota 16), podem ser impactados por mudanças climáticas, as quais foram avaliadas no contexto da elaboração das demonstrações financeiras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração considerou os principais dados e premissas de riscos destacados a seguir:

i. eventuais impactos na determinação do valor justo nos ativos biológicos em virtude de: efeitos de mudanças climáticas, como por exemplo, elevação de temperatura, escassez de recursos hídricos, podem impactar em algumas premissas utilizadas em estimativas contábeis relacionadas com os ativos biológicos da Companhia, conforme abaixo:
   - perdas de ativos biológicos devido a incêndios e a impactos decorrentes de maior presença e resistência de pragas e outras doenças florestais favorecidas pelo aumento gradual de temperatura;
   - redução de produtividade e de crescimento esperado (IMA) devido à diminuição de disponibilidade de recursos hídricos em bacias e outros eventos climáticos atípicos como estiagens, geadas e chuvas torrenciais; e
   - interrupção na cadeia produtiva por eventos climáticos adversos.

ii. escassez de recursos hídricos na indústria: embora as nossas unidades sejam eficientes no uso da água, há planos de contingência para todas as unidades afetadas por eventual escassez hídrica e planos de ação para enfrentamento da crise hídrica nas regiões críticas.

iii. mudanças estruturais na sociedade e seus impactos nos negócios, tais como:
   - regulatórias e legais: decorrentes de alterações em âmbito brasileiro e/ou internacional que demandem investimento de capital em novas tecnologias e/ou custos de operação. Entre os temas esperados, estão a precificação de carbono, a taxação de carbono aduaneiro, barreiras e/ou restrições comerciais relacionadas à suposta contribuição, mesmo que indireta, para intensificação das mudanças climáticas, que aumentem o risco de litígio;
   - tecnológicas: decorrentes do surgimento de melhorias e inovações na direção de uma economia com maior eficiência energética e de baixo carbono; A Suzano deve continuar com investimentos em P&D para reduzir as emissões de gases do efeito estufa;
   - de mercado: decorrentes de mudanças na oferta e demanda de certos produtos e serviços à medida em que questões relacionadas ao clima passam a ser consideradas nas tomadas de decisão; O mercado deve priorizar cada vez mais a redução das emissões de carbono e práticas de negócios mais sustentáveis, o que pode levar à queda na demanda e receita dos produtos descartáveis da Suzano e no aumento da demanda por florestas renováveis e outros produtos sustentáveis; e
   - reputacionais: relacionadas à percepção dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono.

iv. Tempestades naturais, furacões e ciclones: eventos agravados pelas mudanças climáticas e podem gerar impactos, diretos e/ou indiretos, tanto nas operações industriais da Suzano (danos materiais e interrupções operacionais) como nas operações logísticas e em sua cadeia de valor.

continua →

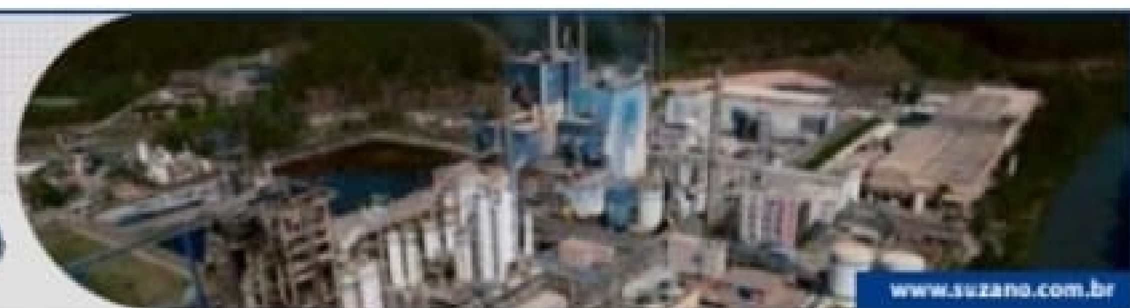
Eufrázio

suzano 100 ANOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Suzano S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55

[B]³ IBRX 50 NYSE



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.8.2 Cumprimento de cláusulas contratuais relacionadas à sustentabilidade em títulos de dívida e empréstimos sustentáveis (Sustainability Linked Bonds - "SLB" e Sustainability Linked Loans - "SLL")

A Companhia emitiu títulos de dívida e empréstimos atrelados a metas de performance de sustentabilidade ("*Sustainability Performance Targets - SPT*") relacionadas com a redução da intensidade de nossas emissões de gases do efeito estufa, redução da intensidade da captura de água para utilização em processos industriais e o aumento do percentual de mulheres em cargos de liderança até 31 de dezembro de 2025. O não atingimento dessas metas pode gerar incremento futuro no custo das referidas dívidas, enquanto que o atingimento pode gerar uma redução de custo nos SLL's, conforme previsto nos respectivos contratos.

Em 2020, a Companhia emitiu o seu primeiro título baseado nos *SLB Principles*. Em 2021, a Suzano emitiu dois novos títulos baseados nesse mecanismo e, pela primeira vez, atrelou, além de uma meta ambiental, uma meta social - no caso, uma meta de diversidade, equidade e inclusão. As metas e seus impactos financeiros nos instrumentos denominados como SLBs estão disponíveis no prospecto público de cada uma das operações.

O primeiro Sustainability Linked Loan (SLL) da Companhia foi contratado em 2021 e, em 2022 e 2024 a Companhia contratou novos empréstimos com a International Finance Corporation (IFC) e com sindicatos de bancos comerciais seguindo as diretrizes dos *SLL Principles*.

4.8.3 Gestão de riscos climáticos

A Companhia possui uma estrutura dedicada à gestão de riscos corporativos, incluindo os riscos relacionados às mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam garantir a identificação, a avaliação e o tratamento dos seus principais riscos. Tal estrutura, por meio da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias, que visam reduzir as exposições identificadas.

A avaliação da Companhia sobre os potenciais impactos físicos das mudanças climáticas, bem como decorrentes da transição para uma economia de baixo carbono é efetuada de forma contínua e seguirá evoluindo.

4.8.4 Oportunidades atreladas às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

4.8.4.1 Títulos com cláusulas relacionadas à sustentabilidade

Conforme divulgado na nota 4.8.2, a Suzano tem emissões de Sustainability Linked *Bonds* (SLB) e Sustainability Linked Loan (SLL) atrelados a indicadores de performance ambientais associados a metas de redução de gases do efeito estufa, intensidade da captura de recursos hídricos, e aspectos de diversidade e inclusão, evidenciando o compromisso da Companhia como parte da solução perante a crise climática global e em convergência à implementação de sua meta. Essas captações atreladas a metas de sustentabilidade possibilitam taxas diferenciadas.

4.9 Gestão do capital

O principal objetivo é fortalecer a estrutura de capital da Companhia, buscando manter um nível de alavancagem financeira adequado, além de mitigar os riscos que podem afetar a disponibilidade de capital no desenvolvimento de negócios.

A Companhia monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA Ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA Ajustado ("*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization Adjusted*").

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média % a.a.	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos (1)	4,62%	56.006	120.032	6.596.510	6.561.558
Equivalentes de caixa					
Em moeda nacional					
Depósito a prazo fixo (compromissadas)	100,96% do CDI	2.416.671	1.773.097	2.422.308	1.784.313
		2.472.677	1.893.129	9.018.818	8.345.871

(1) Refere-se, substancialmente, a aplicações em moeda estrangeira na modalidade *Sweep Account*, que é uma conta remunerada, cujo saldo é aplicado e disponibilizado de forma automática e diariamente.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média % a.a.	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda nacional					
Fundos exclusivos	97,76% do CDI	454.862	1.067.268	552.635	1.295.296
Títulos públicos (1)	IPCA + 6,1%	1.203.776		1.203.776	
Títulos privados (CDBs)	100,91% do CDI	11.129.416	4.137.487	11.144.881	4.150.313
Títulos privados (CDBs) (2)	101,76% do CDI	391.964	443.400	391.964	443.400
		13.180.018	5.648.155	13.293.256	5.889.009
Em moeda estrangeira					
Títulos privados (3)					7.333.308
Outros				70.255	44.969
				70.255	7.378.277
		13.180.018	5.648.155	13.363.511	13.267.286
Circulante		12.788.054	5.204.755	12.971.547	12.823.886
Não circulante		391.964	443.400	391.964	443.400

(1) Aquisição de Notas do Tesouro Nacional indexados ao IPCA (NTN-B).

(2) Inclui depósitos em garantia (*escrow account*) que serão liberados somente após a obtenção das aprovações governamentais aplicáveis e ao cumprimento pela Companhia, das condições precedentes relativas às transações de venda de imóveis rurais.

(3) Refere-se a aplicações na modalidade Time Deposit, com vencimento superior a 90 dias, que é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

7.1 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Clientes no país				
Terceiros	1.989.455	1.782.016	1.989.455	1.785.157
Partes relacionadas (nota 11.1) (1)	83.343	46.010	83.343	45.650
Clientes no exterior				
Terceiros	614.293	503.311	7.090.160	5.049.609
Partes relacionadas (nota 11.1)	6.238.753	4.380.214	202	
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")	(26.728)	(27.748)	(30.300)	(31.962)
	8.899.116	6.683.803	9.132.860	6.848.454

(1) O saldo consolidado refere-se às transações com a Ibema Companhia Brasileira de Papel.

A Companhia realiza cessões de crédito de certos clientes com a transferência de controle à contraparte de todos os riscos e benefícios associados aos ativos, de forma que esses títulos são desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. Esta transação se refere a uma oportunidade de geração adicional de caixa, podendo ser descontinuada a qualquer momento, sem impactos significativos na operação da Companhia e assim, é classificada como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. A decisão de ceder os recebíveis é continuamente reavaliada com base nas condições de mercado e na estratégia de fluxo de caixa da Companhia, podendo o volume de descontos variar ao longo do tempo. O impacto dessas cessões de crédito sobre o saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2024 foi de R$6.821.539 no consolidado (R$4.273.623 no consolidado em 31 de dezembro de 2023).

7.2 Análise dos vencimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valores a vencer	8.569.103	6.362.649	8.216.570	5.904.402
Valores vencidos				
até 30 dias	194.975	177.691	682.142	644.644
31 a 60 dias	61.625	42.812	134.674	57.395
61 a 90 dias	24.963	21.386	38.187	97.639
91 a 120 dias	17.700	12.862	17.701	40.533
121 a 180 dias	10.045	20.971	12.402	34.708
A partir de 181 dias	20.705	45.432	31.184	69.133
	8.899.116	6.683.803	9.132.860	6.848.454

7.3 Movimentação da PECLD

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	(27.748)	(20.925)	(31.962)	(21.109)
(Provisão)/Reversões, líquidas	(3.772)	(31.016)	(2.585)	(35.202)
Baixa	5.589	24.230	5.790	24.230
Variação cambial	(797)	(37)	(1.543)	119
Saldo no final do exercício	(26.728)	(27.748)	(30.300)	(31.962)

A Companhia mantém garantias para títulos vencidos em suas operações comerciais, por meio de apólices de seguro de crédito, cartas de crédito e outras garantias. Essas garantias evitam a necessidade de parte do reconhecimento de PECLD, de acordo com a política de crédito da Companhia.

7.4 Informações sobre os principais clientes

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possui cliente responsável acima de 10% da receita líquida total dos segmentos operacionais celulose e papel. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía 1 (um) cliente responsável por 10,27% da receita líquida total do segmento operacional celulose e nenhum principal cliente no segmento operacional papel.

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Produtos acabados				
Celulose				
No Brasil	754.593	554.247	801.623	576.774
No exterior			1.510.985	1.271.335
Papel				
No Brasil	561.409	568.530	561.409	569.771
No exterior			362.027	137.653
Produtos em elaboração	101.068	93.313	135.380	93.325
Matérias-primas				
Madeira para produção	2.212.561	1.600.180	2.287.406	1.666.817
Insumos e embalagens	925.285	766.598	1.098.894	795.274
Materiais de almoxarifado e outros	1.030.776	822.868	1.302.534	931.052
(-) Perdas estimadas	(87.566)	(81.517)	(97.934)	(95.053)
	5.498.126	4.324.219	7.962.324	5.946.948

8.1 Movimentação da provisão para perdas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	(81.517)	(77.983)	(95.053)	(105.989)
Adições	(77.921)	(54.824)	(83.705)	(65.085)
Reversões	3.105	11.379	6.352	33.666
Baixas	68.767	39.911	74.472	42.355
Saldo no final do exercício	(87.566)	(81.517)	(97.934)	(95.053)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há estoques oferecidos em garantia.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ/CSLL - antecipações e impostos retidos	190.326	439.217	227.464	464.188
PIS/COFINS - sobre aquisição de imobilizado (1)	182.286	84.816	187.126	93.866
PIS/COFINS - operações	753.996	675.542	789.667	699.717
PIS/COFINS - exclusão ICMS (2)	400.556	437.493	405.407	443.210
ICMS - sobre aquisição de imobilizado (3)	462.862	425.852	471.825	432.793
ICMS - operações (4)	1.422.981	1.263.178	1.654.162	1.470.949
Programa Reintegra (5)	69.462	63.824	70.610	64.077
Outros impostos e contribuições	56.471	37.028	64.444	45.821
Provisão para perda de créditos de ICMS (6)	(1.397.163)	(1.265.236)	(1.581.961)	(1.452.435)
	2.141.777	2.161.714	2.288.744	2.262.186
Circulante	996.934	824.638	1.109.619	888.539
Não circulante	1.144.843	1.337.076	1.179.125	1.373.647

(1) Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"): Créditos cuja realização está atrelada ao período de depreciação do ativo correspondente.

(2) A Companhia e suas controladas ajuizaram ao longo dos anos ações para reconhecer o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, abrangendo períodos desde março de 1992.

(3) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"): Os créditos de entrada de bens destinados ao imobilizado são reconhecidos na proporção de 1/48 da entrada e mensalmente, conforme escrituração do ICMS Controle do ativo imobilizado ("CIAP").

(4) Créditos de ICMS acumulados em função do volume de exportações e crédito gerado em operações de entrada de produtos: Os créditos estão concentrados nos Estados do Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul e São Paulo, onde a Companhia busca sua realização por meio da venda a terceiros, após aprovação da Secretaria da Fazenda de cada Estado. Os créditos também estão sendo realizados por meio do consumo em suas operações de bens e consumo (tissue) no mercado interno.

(5) Regime Especial de restituições de impostos para empresas exportadoras ("Reintegra"): Refere-se a um programa que visa restituir os custos residuais dos impostos pagos ao longo da cadeia de exportação aos contribuintes, a fim de torná-los mais competitivos nos mercados internacionais.

(6) Refere-se à provisão para perda de ICMS com baixa perspectiva de realização.

9.1 Movimentação da provisão para perda

	ICMS			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	(1.265.236)	(936.355)	(1.452.435)	(1.103.807)
Adição (1)	(293.128)	(365.748)	(316.741)	(399.838)
Reversão (2)	160.000	36.867	186.014	51.210
Baixa	1.201		1.201	
Saldo no final do exercício	(1.397.163)	(1.265.236)	(1.581.961)	(1.452.435)

(1) Refere-se, substancialmente, aos créditos de ICMS acumulados do estado de Mato Grosso do Sul, advindo das operações de construção do Projeto Cerrado, e do estado do Espírito Santo, dos créditos acumulados em função do volume de exportações.

(2) Refere-se, principalmente, a reversão da provisão para perda decorrente da recuperação dos créditos de ICMS do estado do Espírito Santo, mediante venda a terceiros.

9.2 Período estimado de realização

A realização dos créditos relativos aos impostos a recuperar ocorrerá de acordo com a projeção orçamentária anual aprovada pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado
2025	1.109.619
2026	403.717
2027	432.243
2028	166.700
2029 em diante	176.465
	2.288.744

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Programa de fomento florestal e parcerias	2.402.200	2.141.717	2.503.537	2.242.229
Adiantamentos a fornecedores - outros	76.799	90.810	92.133	113.743
	2.478.999	2.232.527	2.595.670	2.355.972
Circulante	76.799	90.810	92.133	113.743
Não circulante	2.402.200	2.141.717	2.503.537	2.242.229

O programa de fomento florestal consiste em um sistema de parceria incentivada à produção florestal regional, onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para o fornecimento do produto agrícola madeira à Companhia. A Suzano fornece as mudas de eucalipto, subsídio em insumos, além de adiantamento em dinheiro, não estando estes últimos sujeitos a avaliação pelo valor presente uma vez que serão liquidados em volume de madeira em pé ou cortada. Adicionalmente, a Companhia apoia os produtores por meio de assessoria técnica em manejo florestal, porém não tem controle conjunto nas decisões efetivamente implementadas. Ao final dos ciclos de produção, a Companhia tem assegurado contratualmente o direito de realizar uma oferta de compra da floresta e/ou da madeira por valores em bases de mercado, entretanto, este direito não impede que os produtores negociem a floresta e/ou madeira com outros participantes do mercado, desde que, os valores incentivados sejam quitados integralmente.

11. PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais e financeiras da Companhia com acionistas controladores, controladas e empresas pertencentes ao acionista controlador Suzano Holding S.A. ("Grupo Suzano") foram efetuadas a preços e condições específicas, bem como as práticas de governança corporativa adotadas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

As transações referem-se basicamente a:

Valores ativos: (i) contas a receber pela venda de celulose, papel, tissue e outros produtos; (ii) juros sobre capital próprio e dividendos a receber; (iii) reembolso de despesas e (iv) serviços sociais.

Valores passivos: (i) contratos de mútuo; (ii) compra de bens de consumo; (iii) agenciamento de transporte rodoviário; (iv) comissão de agente; (v) serviços portuários; (vi) reembolso de despesas; (vii) serviços sociais; (viii) consultoria imobiliária e (ix) juros sobre capital próprio e dividendos a pagar.

Valores no resultado: (i) venda de celulose, papel, tissue e outros produtos; (ii) encargos com empréstimos e variação cambial; (iii) agenciamento de transporte rodoviário; (iv) serviços portuários; (v) concessão de fianças e gastos administrativos; (vi) geração e distribuição de energia; (vii) serviços sociais e (viii) consultoria imobiliária.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve alterações relevantes nas condições dos contratos, acordos e transações celebradas, bem como não houve novas contratações, acordos ou transações de naturezas distintas celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas.

continua →

suzano 100 ANOS

Suzano S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

B3 IBRX 50 NYSE

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

11.1 Saldos patrimoniais e montantes incorridos durante o exercício

	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Resultado operacional (5) Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transações com acionista controlador								
Suzano Holding S.A. (1)	4	24	(630.387)	(363.520)			66	9
Controladores (1)			(336.205)	(193.883)				
Administradores e pessoas vinculadas (1)			(55.627)	(31.748)				
Alden Fundo de Investimento em Ações (1)			(52.764)	(30.428)				
	4	24	(1.074.983)	(619.579)			66	9
Transações com empresas controladas e operações em conjunto								
Fibria Celulose (U.S.A.) INC.	1.832.466	51.124	(5.996)		198.676	(7)	5.976.482	56.561
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	30	324	(13.961)		7	(5)	(30.027)	(76)
Fibria Overseas Finance Ltd.						(2)		70
FuturaGene Ltd.					(10)		(1.188)	
Itacel - Terminal de Celulose de Itaqui S.A.	52	415	(41.766)	(12.443)	8	(9)	(70.883)	(71.070)
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	449	1.441						
Mucuri Energética S.A.	45	341	(2.259)		7	(7)	(2.254)	2
MMC Brasil Indústria e Comércio Ltda.								137.949
Paineiras Logística e Transporte Ltda.	94	39	(22.055)	(15.772)			(83.795)	(120.188)
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	6.949	7.128	(5.946)	(4.164)	33	(23)	(82.209)	(84.430)
SBFC Participações Ltda.			(3.649)				56	(43)
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp	22.899	45.374	(778)	(1.198)	5.723	(28.386)	77.130	123.371
Suzano Austria GmbH (2)			(45.963.468)	(35.921.119)	(12.090.598)	817.107		
Suzano Ecuador S.A.S.	38.649	4.894			7.740	(79)	46.492	4.974
Suzano Finland Oy							(36)	
Suzano International Finance B.V. (2)	17.557		(16.587.269)	(11.777.223)	(4.371.803)	384.001		
Suzano International Trading GmbH (3)	3.028.890	4.278.833	(8.569.050)	(6.110.056)	(2.045.809)	(29.051)	24.266.289	18.397.142
Suzano Material Technology Development Ltd.	95				20		147	
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.						(277.443)	974	392
Suzano Pulp and Paper America Inc.	222.692		(16.680)		31.414		385.185	
Suzano Singapore Pte. Ltd		1						
Suzano Shanghai Ltd. (3)	1.075.599				84.223		1.534.805	
Suzano Ventures LLC	156			(168)	(6)	(3)	156	(527)
Veracel Celulose S.A.							(11.593)	453
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.			(8.342)					
	6.246.622	4.389.914	(71.241.219)	(53.842.143)	(18.180.375)	866.093	32.005.731	18.444.580

	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Resultado operacional (5) Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transações com empresas do Grupo Suzano e outras partes relacionadas								
Administradores (exceto remuneração - nota 11.2)	61	61					538	(906)
Bexma Participações Ltda							7	9
Bizma Investimentos Ltda.								7
Naman Capital Ltda							9	
Civelec Participações Ltda	3.860	4.575			28			4.825
Fundação Arymax							5	3
Ibema Companhia Brasileira de Papel (3)	83.343	45.659	(1.413)	(1.023)			211.482	168.621
Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	21	2					(5.173)	(5.549)
IPLF Holding S.A.							10	5
Mabex Representações e Participações Ltda			(23)				(915)	(817)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda							(177)	(178)
	87.286	50.297	(1.436)	(1.023)	28		205.786	166.020
	6.333.912	4.440.235	(72.317.638)	(54.462.745)	(18.180.347)	866.093	32.211.583	18.610.609
Ativo								
Contas a receber de clientes (nota 7)	6.322.096	4.426.224						
Dividendos a receber	6.113	5.570						
Outros ativos	5.703	8.441						
Passivo								
Fornecedores (nota 18)			(144.898)	(36.621)				
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar (4)			(1.074.962)	(619.579)				
Empréstimos com partes relacionadas - circulante			(5.610.208)	(2.359.363)				
Empréstimos com partes relacionadas - não circulante			(65.487.570)	(51.447.182)				
	6.333.912	4.440.235	(72.317.638)	(54.462.745)				

(1) Refere-se à juros sobre capital próprio e dividendos a pagar.
(2) Refere-se ao total entre curto e longo prazo dos empréstimos com partes relacionadas.
(3) Refere-se, principalmente, a venda de celulose.
(4) O montante de R$1.074.962 refere-se aos juros sobre capital próprios a pagar para os acionistas controladores e o montante de R$1.120.513 refere-se, aos outros acionistas não controladores pulverizados, totalizando R$2.195.475 (nota 1.2.8)
(5) Refere-se à transações de compra e venda

	Ativo		Passivo		Resultado operacional Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transações com acionista controlador						
Suzano Holding S.A. (1)	4	24	(630.387)	(363.520)	66	9
Controladores (1)			(336.205)	(193.883)		
Administradores e pessoas vinculadas (1)			(55.627)	(31.748)		
Alden Fundo de Investimento em Ações (1)			(52.764)	(30.428)		
	4	24	(1.074.983)	(619.579)	66	9
Transações com empresas controladas e operações em conjunto						
Administradores (exceto remuneração - nota 11.2)	61	61			538	(906)
Bexma Participações Ltda					7	9
Bizma Investimentos Ltda.						7
Naman Capital Ltda					9	
Civelec Participações Ltda	3.860	4.575				4.825
Fundação Arymax					5	3
Ibema Companhia Brasileira de Papel (2)	83.343	45.659	(1.413)	(1.023)	211.482	168.621
Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	21	2			(5.173)	(5.549)
IPLF Holding S.A.	1				10	5
Mabex Representações e Participações Ltda			(23)		(915)	(817)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda					(177)	(178)
Woodspin Oy	203				854	
	87.489	50.297	(1.436)	(1.023)	206.640	166.020
	87.493	50.321	(1.076.419)	(620.602)	206.706	166.029
Ativo						
Contas a receber de clientes (nota 7)	83.545	45.650				
Outros ativos	3.948	4.671				
Passivo						
Fornecedores (nota 18)			(1.457)	(1.023)		
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar (3)			(1.074.962)	(619.579)		
	87.493	50.321	(1.076.419)	(620.602)		

(1) Refere-se à juros sobre capital próprio e dividendos a pagar.
(2) Refere-se, principalmente, a venda de celulose.
(3) O montante de R$1.074.962 refere-se aos juros sobre capital próprios a pagar para os acionistas controladores e o montante de R$1.125.955 refere-se, aos outros acionistas não controladores pulverizados, totalizando R$2.200.917 (nota 1.2.8)

11.2 Remuneração dos administradores

As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva Estatutária, reconhecidas no resultado, estão apresentadas no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo		
Salário ou pró-labore	48.469	49.165
Benefícios direto ou indireto	1.896	2.286
Bônus	14.881	10.829
	65.246	62.280
Benefícios de longo prazo		
Pagamento baseado em ações	99.051	42.130
	99.051	42.130
	164.297	104.410

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, gratificação obrigatória e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remuneração variável como participação nos lucros, bônus e benefícios (veículo, assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e plano de previdência privada).

Os benefícios de longo prazo incluem o plano de opção de compra de ações e ações fantasmas para executivos e membros-chave da Administração, de acordo com as regulamentações específicas, conforme divulgado na nota 22.

12. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA ("IRPJ") E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO ("CSLL")

A Companhia calcula o IRPJ e a CSLL, corrente e diferido, com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para IRPJ e 9% para CSLL, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência.

As controladas sediadas no Brasil, tem seus tributos calculados e provisionados de acordo com a legislação vigente e seu regime tributário específico, incluindo, em alguns casos, o lucro presumido. As controladas sediadas no exterior, são sujeitas à tributação de acordo com as legislações fiscais de cada país.

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante.

No Brasil, a Lei nº. 12.973/14 revogou o artigo 74 da Medida Provisória nº. 2.158/01 e determina que a parcela do ajuste do valor do investimento em controlada, direta ou indireta, domiciliada no exterior, equivalente aos lucros por ela auferidos antes do imposto sobre a renda, excetuando a variação cambial, deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica controladora domiciliada no Brasil, ao fim de cada ano.

A Administração da Companhia acredita na validade das previsões dos tratados internacionais assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação. De modo a garantir seu direito à não bitributação, a Companhia ingressou em abril de 2019 com ação judicial, que tem por objetivo a não tributação, no Brasil, do lucro auferido por sua controlada situada na Áustria, de acordo com a Lei nº. 12.973/14. Em razão da decisão liminar concedida em favor da Companhia nos autos da referida ação judicial, a Companhia decidiu por não adicionar o lucro da Suzano International Trading GmbH, sediada na Áustria, na determinação do lucro real e na base de cálculo da CSLL sobre o lucro líquido da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Não há provisão quanto ao imposto relativo a não bitributação ao lucro da referida controlada em 2024. As divulgações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social (ICPC 22/IFRIC 23) estão apresentadas na nota 20.2.

12.1 Impostos diferidos

12.1.1 Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal do imposto de renda	783.307	1.204.641	796.831	1.209.968
Base negativa da contribuição social	302.233	455.088	307.143	457.030
Diferenças temporárias ativas				
Provisão para passivos judiciais	309.387	309.966	324.873	324.158
Provisões operacionais e para perdas diversas	1.222.497	1.127.364	1.308.352	1.214.807
Variação cambial	7.385.034	2.384.153	7.385.034	2.384.153
Perdas com derivativos ("MtM") (2)	2.230.835		2.230.835	
Amortização da mais valia decorrente de combinação de negócios	625.745	654.358	625.745	654.358
Lucro não realizado nos estoques	539.157	151.578	539.157	151.578
Arrendamento (2)	602.349	355.282	606.944	356.110
	14.000.544	6.642.430	14.124.914	6.752.162
Diferenças temporárias passivas				
Ágio - Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	1.589.887	1.301.654	1.589.887	1.301.654
Imobilizado - Custo atribuído	1.065.042	1.134.949	1.066.883	1.137.483
Depreciação incentivada pelo lucro na exploração (1)	733.640	799.857	733.640	799.857
Juros capitalizados	947.482	640.063	947.482	640.063
Valor justo dos ativos biológicos	1.318.223	1.110.360	1.317.095	1.115.432
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre mais/menos valia alocado, líquido			342.141	370.947
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	136.189	148.747	137.928	150.691
Ganhos com derivativos ("MtM") (2)		678.090		678.090
Demais diferenças temporárias	8.396	14.774	18.439	24.109
	5.798.859	5.828.494	6.153.495	6.218.326
Ativo não circulante	8.201.685	813.936	7.984.015	545.213
Passivo não circulante			12.596	11.377

(1) A depreciação incentivada é atribuída somente ao IRPJ.
(2) A Companhia apresenta o saldo líquido de derivativos e arrendamento, pois os ganhos e perdas dos tributos diferidos são compensados de forma simultânea. Para a linha de derivativos, a diferença temporária passiva foi de R$1.321.614 e a diferença temporária ativa foi de R$3.552.449 no consolidado (diferença temporária passiva de R$1.506.354 e diferença temporária ativa de R$828.264 no consolidado em 31 de dezembro de 2023). Para a linha de arrendamento, a diferença temporária passiva foi de R$1.763.847 e a diferença temporária ativa de R$2.370.791 no consolidado (diferença temporária passiva de R$1.766.776 e diferença temporária ativa de R$2.122.886 no consolidado em 31 de dezembro de 2023).

12.1.2 Composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social

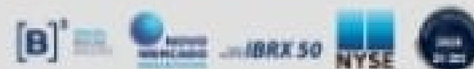
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal do imposto de renda a compensar	3.133.228	4.818.564	3.187.324	4.839.872
Base negativa da contribuição social a compensar	3.358.144	5.056.533	3.412.700	5.078.111

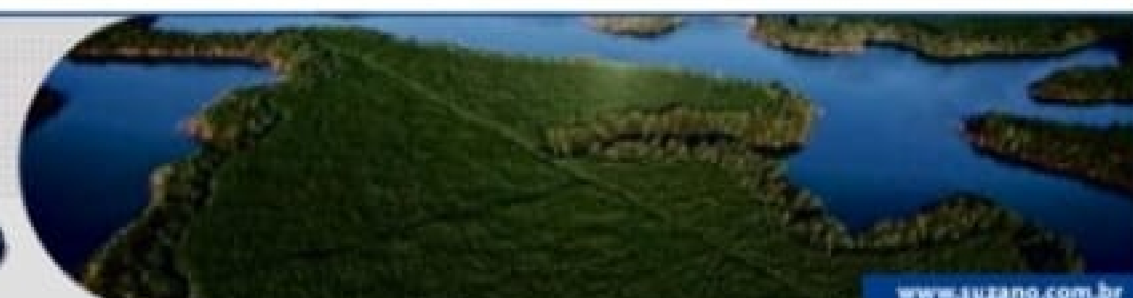
continua →



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Suzano S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55





www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

12.1.3 Movimentação do saldo líquido das contas de impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
No início do exercício	**813.936**	4.290.540	**533.836**	3.985.297
Prejuízo fiscal do imposto de renda	**(421.334)**	(270)	**(413.137)**	2.872
Base negativa da contribuição social	**(152.855)**	10.625	**(149.887)**	11.780
Provisão para passivos judiciais	**(575)**	56.820	**715**	55.562
Provisões operacionais e para perdas diversas	**95.133**	208.472	**93.545**	215.779
Variação cambial	**5.000.881**	(1.913.350)	**5.000.881**	(1.913.350)
Perdas (ganhos) com derivativos ("MtM")	**2.908.925**	(668.926)	**2.908.925**	(668.926)
Amortização da mais e menos valia decorrente de combinação de negócios	**(28.613)**	(25.784)	**193**	2.219
Lucro não realizado nos estoques	**387.579**	(211.474)	**387.579**	(211.474)
Arrendamento	**247.067**	(8.718)	**250.834**	(8.728)
Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	**(288.233)**	(278.551)	**(288.233)**	(278.551)
Imobilizado - custo atribuído	**69.907**	75.398	**70.600**	75.866
Depreciação incentivada pelo lucro na exploração	**66.217**	70.140	**66.217**	70.140
Juros capitalizados	**(307.419)**	(429.229)	**(307.419)**	(429.229)
Valor justo do ativo biológico	**(207.863)**	(409.960)	**(201.663)**	(412.158)
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	**12.558**	45.374	**12.763**	43.430
Demais diferenças temporárias	**6.378**	(1.171)	**5.670**	(10.693)
No final do exercício	**8.201.685**	813.936	**7.971.419**	533.836

12.1.4 Período estimado de realização

A projeção de realização dos impostos diferidos de natureza ativa foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração que são baseadas em premissas significativas, como preço de venda médio líquido da celulose e do papel e preço de transferência com suas controladas no exterior. Todavia, há outras premissas que não estão sob o controle da Companhia, como índices de inflação, câmbio, preços de celulose praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir daqueles considerados na preparação da projeção consolidada, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado
2025	**1.631.442**
2026	**1.350.610**
2027	**301.456**
2028	**391.301**
2029	**1.748.739**
2030 a 2032	**4.078.819**
2033 a 2034	**4.622.547**
	14.124.914

O prazo de realização dos tributos diferidos ativo acompanha, substancialmente a realização da variação cambial, quando da liquidação dos empréstimos e financiamentos.

12.2 Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado	**(13.440.238)**	17.665.124	**(13.111.053)**	17.997.216
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	**4.569.681**	(6.006.142)	**4.457.758**	(6.119.053)
Efeito tributário sobre diferenças permanentes				
Tributação (diferença) de resultado de controladas no Brasil e no exterior [1]	**(128.388)**	(132.260)	**484.717**	1.688.656
Resultado de equivalência patrimonial	**746.521**	2.015.241	**(4.707)**	(6.589)
Juros pagos e não dedutíveis em transações com controladas ("Subcapitalização") [2]		(46.796)		(46.796)
Juros sobre capital próprio	**850.000**	510.000	**850.000**	510.000
Crédito Programa Reintegra	**11.581**	6.852	**11.896**	7.176
Gratificações dos diretores	**(9.530)**	(4.839)	**(9.587)**	(4.907)
Incentivos fiscais aplicáveis (nota 12.3) [3]	**322.484**	112.123	**336.541**	128.650
Baixa de créditos tributários, doações, multas e outros	**3.691**	(34.455)	**(60.271)**	(47.972)
	6.366.040	(3.580.276)	**6.066.347**	(3.890.835)
Imposto de renda				
Corrente	**(740.352)**	(49.715)	**(999.421)**	(352.577)
Diferido	**5.505.895**	(2.566.592)	**5.482.647**	(2.561.991)
	4.765.543	(2.616.307)	**4.483.226**	(2.914.568)
Contribuição social				
Corrente	**(356.594)**	(25.469)	**(366.178)**	(42.815)
Diferido	**1.957.091**	(938.500)	**1.949.299**	(933.452)
	1.600.497	(963.969)	**1.583.121**	(976.267)
Resultado com imposto de renda e contribuição social no exercício	**6.366.040**	(3.580.276)	**6.066.347**	(3.890.835)

(1) O efeito da diferença de tributação de empresas controladas deve-se, substancialmente, à diferença entre as alíquotas nominais do Brasil e controladas no exterior.

(2) As regras brasileiras de subcapitalização ("*thin capitalization*") estabelecem que os juros pagos ou creditados por uma entidade brasileira a uma parte relacionada no exterior só podem ser deduzidos para fins de imposto de renda e para contribuição social se o valor da despesa de juros atender aos limites estabelecidos, que proporcionalizam as despesas de juros ao Patrimônio Líquido da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 todos os limites e requisitos foram atendidos, e em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não atendia a todos os limites e requisitos para a dedutibilidade.

(3) Dedução do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são referentes a utilização dos incentivos fiscais (i) lucro da exploração, (ii) gastos com pesquisa e desenvolvimento, (iii) PAT ("Programa de Alimentação ao Trabalhador"), (iv) doações realizadas em projetos de caráter cultural, (v) fundos de direito da criança e adolescente, (vi) incentivos ao desporto, (vii) fundos do idoso e (viii) prorrogação da licença maternidade e paternidade.

12.3 Incentivos Fiscais

A Companhia possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") e em áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"). O incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro da atividade (lucro da exploração) e considera a alocação do lucro operacional pelos níveis de produção incentivada para cada produto.

Área/Região	Companhia	Vencimento
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE")		
Aracruz (ES)	Portocel	2030
Aracruz (ES)	Suzano	2031
Imperatriz (MA)	Suzano	2032
Mucuri (BA)	Suzano	2032
São Luís (MA)	Itacel	2033
Eunápolis (BA)	Veracel	2033
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM")		
Belém (PA)	Suzano	2025

Em 13 de junho de 2024, foi aprovado o incentivo fiscal referente ao lucro da exploração para a empresa Terminal de Celulose de Itaqui S/A e em 22 de julho de 2024, foi renovado o pleito de incentivo fiscal para a empresa Veracel Celulose S/A, em áreas da SUDENE, garantindo a redução de 75% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), com vigência de 10 anos para a utilização desse benefício fiscal.

Esses incentivos têm como objetivo fomentar o desenvolvimento regional, estimulando investimentos em áreas estratégicas.

12.4 Aplicação das regras fiscais do Modelo Pilar Dois da OCDE

Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") anunciou as diretrizes do modelo Pilar Dois, buscando uma reforma na tributação corporativa internacional para assegurar que grupos econômicos multinacionais, abrangidos por tais normativas, contribuam com um imposto mínimo efetivo à taxa de 15% sobre o lucro. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, conforme calculado por esse modelo, é denominada alíquota efetiva Global Anti-Base Erosion Rules ("GloBE"). No contexto da Suzano, a conformidade com as diretrizes da OCDE em matéria de tributação internacional é uma prioridade estratégica.

Muitos dos países já divulgaram legislações ou planos sobre a adoção das regras do Pilar Dois e do cálculo da receita GloBE, considerando a taxa mínima global de 15% para as multinacionais com receita consolidada acima de EUR750 milhões.

A partir de 2024, a Companhia está sujeita às regras modelo do Pilar Dois da OCDE em determinadas jurisdições europeias onde opera, destacando-se à Austria como operação relevante. Até o momento, não houve impacto material nas demonstrações financeiras em função desse tema.

Em dezembro de 2024, foi publicada a Lei 15.079/2024 que institui o Adicional de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no processo de adaptação da legislação brasileira às regras GloBE, cuja aplicação entra em vigor a partir de 01/01/2025. O impacto principal ocorre na necessidade de adaptação das estruturas de *compliance* e de cálculo do eventual adicional de CSLL (*Top-up Tax*).

A Companhia reafirma seu compromisso com a conformidade tributária e já está conduzindo ações necessárias para assegurar a implementação adequada da nova regra no Brasil, alinhando-se às melhores práticas globais e à legislação vigente.

A Companhia também avalia continuamente os desdobramentos legislativos nas jurisdições em que atua, a fim de mapear os efeitos potenciais em suas operações.

13. ATIVOS BIOLÓGICOS

A movimentação dos ativos biológicos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	**17.613.303**	14.053.921	**18.278.582**	14.632.186
Adições	**6.874.237**	5.507.107	**7.186.456**	5.777.952
Incorporação de controladas [1]	**386.518**			
Aquisição de controladas [1]			**366.785**	
Exaustões	**(4.611.039)**	(3.455.721)	**(4.831.916)**	(3.680.597)
Transferências	**102.790**	(136.297)	**102.790**	(136.297)
Ganho na atualização do valor justo	**1.399.808**	1.945.760	**1.431.530**	1.989.831
Alienações	**(130.264)**	(128.370)	**(130.922)**	(128.370)
Baixas	**(112.114)**	(173.097)	**(114.298)**	(175.723)
Saldo no final do exercício	**21.523.239**	17.613.303	**22.283.001**	18.278.582

(1) Refere-se a aquisição e incorporação de 100% do capital social das empresas Timber VII e Timber XX (nota 1.2.6).

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio de dados não observáveis, portanto se enquadra no Nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46/IFRS 13 - Mensurações do Valor Justo.

As premissas de Incremento Médio Anual ("IMA") e preço bruto médio de venda do eucalipto, destacam-se como sendo as principais, notadamente pela maior sensibilidade, ou seja, onde aumentos ou reduções geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

As premissas e dados utilizados na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foram:

(i) Ciclo médio de formação florestal de 6 e 7 anos;
(ii) Áreas úteis plantadas de florestas a partir do 3º ano de plantio;
(iii) O IMA que consiste no volume estimado de madeira com casca em m3 por hectare, apurado com base no material genético aplicado em cada região, políticas silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo;
(iv) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal, aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas, acrescidos do custo dos contratos de arrendamento de terras e do custo de oportunidade das terras próprias;
(v) Os preços brutos médios de venda do eucalipto, que foram baseados em pesquisas especializadas em transações realizadas pela Companhia e com terceiros independentes; e
(vi) A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado de capital ("*Weighted Average Cost of Capital* - WACC").

A mensuração das premissas consolidadas utilizadas é apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Área útil plantada produtiva (hectare)	**1.243.191**	1.094.611
Ativos maduros (6 a 7 anos)	**191.737**	144.942
Ativos imaturos (1 a 5 anos)	**1.051.454**	949.669
Incremento médio anual (IMA) - m³/hectare/ano	**37,62**	37,92
Preço médio de venda do eucalipto - R$/m³	**101,38**	96,04
Taxa de desconto (após os impostos)	**8,80%**	8,80%

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes.

A variação do valor justo dos ativos biológicos justificada pela variação dos indicadores acima mencionados, que combinados, resultaram em uma variação positiva de R$1.431.530 no consolidado, reconhecida na rubrica outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 29).

	31/12/2024	31/12/2023
Mudanças físicas e taxa de desconto [1]	**609.259**	1.575.017
Preço	**822.271**	414.814
	1.431.530	1.989.831

1) Inclui a variação dos indicadores: IMA, taxa de desconto e área.

A Companhia administra os riscos financeiros e climáticos relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento por meio de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área da Companhia especializada em fisiologia e fitossanidade, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas (nota 4.8).

A Companhia não possui ativos biológicos oferecidos em garantia em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

14. INVESTIMENTOS

14.1 Composição dos investimentos líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto, líquidos	**9.940.193**	14.380.070	**453.371**	355.520
Mais valia de ativos na aquisição de controladas	**661.111**	712.271		
Investimentos - Ágio	**225.486**	228.887	**225.486**	228.887
Outros investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes [1]	**27.823**	23.606	**1.138.066**	23.606
	10.854.613	15.344.834	**1.816.923**	608.013
Investimentos	**10.880.920**	15.344.834	**1.816.923**	608.013
Provisão para perda em investimentos em controladas	**(26.307)**			
	10.854.613	15.344.834	**1.816.923**	608.013

(1) Inclui a aquisição da participação societária da Lenzing Aktiengesellschaft (nota 1.2.5). Em 31 de dezembro de 2024, o valor do investimento era de R$1.099.870 no consolidado.

14.2 Investimentos em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto, líquidos

	Informações das entidades em 31/12/2024			Participação da Companhia: No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação societária (%)	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Controladas, coligadas, operações em conjunto							
No Brasil							
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	**200**	**1**	**100,00%**	**200**	199	**1**	
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	**327.430**	**(15.118)**	**100,00%**	**327.430**	245.748	**(15.118)**	(24.539)
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	**394.086**	**1.890**	**100,00%**	**394.086**	392.645	**1.890**	6.067
MMC Brasil Indústria e Comércio Ltda.			**100,00%**				31.968
Mucuri Energética S.A.	**106.136**	**7.578**	**100,00%**	**106.136**	98.558	**7.578**	14.499
Paineiras Logística e Transportes Ltda.	**33.458**	**1.779**	**100,00%**	**33.458**	31.679	**1.779**	9.206
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	**257.003**	**60.188**	**51,00%**	**131.071**	111.140	**30.696**	22.419
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	**9.567**	**8.412**	**100,00%**	**9.567**	1.155	**8.412**	45
SFBC Participações Ltda.	**6.998**	**616**	**100,00%**	**6.998**	6.382	**616**	(8.802)
Veracel Celulose S.A.	**2.773.119**	**(85.976)**	**50,00%**	**1.386.559**	1.425.964	**(42.988)**	6.489
Timber [2]						**(67.525)**	
No exterior							
Ensyn Corporation	**6**	**(17.776)**	**24,80%**	**2**	387	**(6.966)**	(12.448)
Fibria Celulose (USA) Inc	**(23.305)**	**9.044**	**100,00%**	**(23.305)**	206.684	**9.044**	18.688
Fibria Overseas Finance Ltd.							9.168
FuturaGene Ltd.	**4.700**	**(38.024)**	**100,00%**	**4.700**	15.332	**(38.024)**	(47.543)
Spinnova Plc [1]	**507.482**	**(56.117)**	**18,77%**	**95.254**	95.736	**(19.690)**	(20.109)
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	**86.248**	**34.403**	**100,00%**	**86.248**	173.427	**34.403**	46.770
Suzano Austria GmbH	**309.946**	**253.424**	**100,00%**	**309.946**	440.143	**253.424**	149.130
Suzano Canada Inc	**14.460**	**(18.988)**	**100,00%**	**14.460**	17.821	**(18.988)**	(18.352)
Suzano Ecuador S.A.S.	**(236)**	**(3.219)**	**100,00%**	**(236)**	(170)	**(3.219)**	(922)
Suzano Finland Oy	**84.578**	**(38.651)**	**100,00%**	**84.578**	103.872	**(38.651)**	(25.282)
Suzano International Finance B.V.	**222.981**	**43.321**	**100,00%**	**222.981**	22.137	**43.321**	(51.840)
Suzano International Holding B.V.	**33**	**(236)**	**100,00%**	**33**		**(236)**	
Suzano International Trade GmbH.	**6.200.964**	**1.963.144**	**100,00%**	**6.200.964**	10.473.720	**1.963.144**	5.715.528
Suzano Material Technology Development Ltd.	**37.539**	**(5.559)**	**100,00%**	**37.539**	23.176	**(5.559)**	(6.306)
Suzano Netherlands B.V.	**44**	**(279)**	**100,00%**	**44**		**(279)**	
Suzano Pulp and Paper America Inc.	**12.995**	**13.610**	**100,00%**	**12.995**	103.476	**13.610**	468
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	**18.495**	**(113)**	**100,00%**	**18.495**	108.770	**(113)**	98.392
Suzano Shanghai Ltd.	**78.584**	**71.053**	**100,00%**	**78.584**	7.530	**71.053**	2.752
Suzano Shanghai Trading	**2.775**	**174**	**100,00%**	**2.775**	2.601	**174**	1.592
Suzano Singapore PTE. LTD.	**(2.766)**	**(3.541)**	**100,00%**	**(2.766)**	775	**(3.541)**	27
Suzano Trading International KFT	**64**	**(140)**	**100,00%**	**64**	81	**(140)**	(92)
Suzano Ventures LLC	**73.278**	**4.731**	**100,00%**	**73.278**	11.705	**4.731**	(2.973)
				9.612.138	14.120.673	**2.182.839**	5.914.000
Negócios em conjunto							
No Brasil							
Biomas - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono Ltda.	**17.536**	**(30.151)**	**16,66%**	**2.923**	2.797	**(4.874)**	(2.203)
Ibema Companhia Brasileira de Papel	**388.580**	**74.547**	**49,90%**	**193.901**	156.703	**37.199**	35.161
No Exterior							
F&E Technologies LLC	**12.756**		**50,00%**	**6.378**	4.987		
Woodspin Oy	**249.706**	**(38.665)**	**50,00%**	**124.853**	94.910	**(19.514)**	(19.780)
				328.055	259.397	**12.811**	13.178
Mais-valia de ativos na aquisição de controladas				**661.111**	712.271		
Ágio				**225.486**	228.887		
Outros investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				**27.823**	23.606		
				914.420	964.764		
Total do investimento da controladora				**10.854.613**	15.344.834	**2.195.650**	5.927.178

(1) Em 31 de dezembro de 2024, o preço da ação cotado na Nasdaq First North Growth Market (NFNGM) era de EUR0,95 e de EUR2,40 em 31 de dezembro de 2023.

(2) Refere-se a aquisição e incorporação de 100% do capital social das empresas Timber VII e Timber XX (nota 1.2.6).

14.3 Movimentação dos investimentos, líquidos - Controladora

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	**15.344.834**	23.332.461
Resultado de equivalência patrimonial [1]	**2.195.650**	5.927.649
Aumento de capital em controladas	**486.449**	358.992
Redução de capital em controladas		(25.405)
Amortização de mais valia de controladas	**(51.160)**	(66.920)
Aquisição de controladas [2]	**2.143.821**	1.060.718
Dividendos a receber	**(6.992.657)**	(14.160.518)
Investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**(362.797)**	(1.311)
Ganho (perda) atuarial de benefícios pós emprego das Controladas, líquido de IR/CSLL	**3.584**	(317)
Efeito cambial na conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior, líquido de IR/CSLL	**163.185**	4.707
Outras movimentações		146
Incorporação de controladas [2]	**(2.076.296)**	(1.085.368)
	10.854.613	15.344.834
Reclassificação para provisão para perda em investimentos em controladas	**26.307**	
Saldo no final do exercício	**10.880.920**	15.344.834

(1) Saldo não considera a realização de outros resultados abrangentes.

(2) Refere-se a aquisição e incorporação de 100% do capital social das empresas Timber VII e Timber XX (nota 1.2.6).

continua →

suzano 100 ANOS

Suzano S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

[B]³ NOVO MERCADO IBRX 50 NYSE

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

15. IMOBILIZADO

	Controladora	Consolidado					
	Total	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Outros [1]	Total
Taxa de depreciação média a.a. %			3,34	6,78		19,38	
Custo acumulado	76.950.221	14.486.408	9.644.875	45.160.365	10.373.151	1.281.328	80.946.127
Depreciação acumulada	(28.549.509)		(3.879.898)	(25.541.712)		(867.883)	(30.289.493)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**48.400.712**	**14.486.408**	**5.764.977**	**19.618.653**	**10.373.151**	**413.445**	**50.656.634**
Adições	11.057.374	54.027	15	467.032	10.742.118	17.949	11.281.141
Valor proveniente da aquisição da MMC Brasil	564.963	4.572	111.495	453.617	8.306	11.175	589.165
Baixas	(243.966)	(25.090)	(36.184)	(133.249)		(56.869)	(251.392)
Depreciação	(2.828.521)		(313.304)	(2.570.734)		(145.092)	(3.029.130)
Transferências e outros	55.611	339.272	379.495	2.702.633	(3.638.466)	259.717	42.651
Custo acumulado	88.160.426	14.859.189	10.032.317	48.456.537	17.485.109	1.491.663	92.324.815
Depreciação acumulada	(31.154.253)		(4.125.823)	(27.918.585)		(991.338)	(33.035.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**57.006.173**	**14.859.189**	**5.906.494**	**20.537.952**	**17.485.109**	**500.325**	**59.289.069**
Adições [2]	**7.763.746**	**697**	**558**	**415.147**	**7.490.762**	**28.904**	**7.936.068**
Incorporação de controladas [3]	**1.702.655**						
Aquisição de controladas [3]		**1.699.588**	**775**	**413**		**1.992**	**1.702.768**
Baixas	**(136.940)**	**(10.724)**	**(7.455)**	**(118.499)**		**(9.324)**	**(146.002)**
Depreciação	**(3.600.107)**		**(366.398)**	**(3.214.550)**		**(222.993)**	**(3.803.941)**
Transferências e outros [4]	**8.078**	**226.598**	**3.988.619**	**16.666.035**	**(21.465.336)**	**598.162**	**8.078**
Custo acumulado	**94.420.319**	**16.775.348**	**13.816.631**	**62.822.096**	**3.510.535**	**1.806.592**	**98.731.202**
Depreciação acumulada	**(31.676.714)**		**(4.294.038)**	**(28.541.598)**		**(909.526)**	**(33.745.162)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**62.743.605**	**16.775.348**	**9.522.593**	**34.280.498**	**3.510.535**	**897.066**	**64.986.040**

(1) Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.
(2) A adição de imobilizado em andamento refere-se, substancialmente ao Projeto Cerrado, dos quais, R$1.254.521 na controladora e no consolidado é efeito caixa de períodos anteriores (R$393.042 em 31 de dezembro de 2023).
(3) Refere-se a aquisição e incorporação de 100% do capital social das empresas Timber VII e Timber XX (nota 1.2.6).
(4) Refere-se, basicamente, a ativação do Projeto Cerrado que entrou em operação em 21 de julho de 2024 (nota 1.2.2).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia avaliou os impactos de negócio, mercado e climático e não identificou nenhum evento que indicasse a necessidade de efetuar um teste para verificação e qualquer provisão referente ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado.

15.1 Bens oferecidos em garantia

Em 31 de dezembro de 2024, os bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia, compostos substancialmente pelas unidades de Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas e Imperatriz, estão apresentados a seguir:

	Tipo de garantia	Controladora e Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Terrenos	Financeiro/Jurídico	24.427	3.198.674
Imóveis	Financeiro	1.755.082	1.947.075
Máquinas, equipamentos e instalações	Financeiro	20.442.189	10.393.344
Imobilizado em andamento	Financeiro	427.998	649.081
Outros	Financeiro	43.487	144.273
		22.693.183	16.332.447

15.2 Custos de empréstimos capitalizados

O montante dos custos de empréstimos capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$959.967 na controladora e no consolidado (R$1.160.364 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2023). A taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi 11,17% a.a. na controladora e no consolidado (10,98% a.a. na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2023).

15.3 Descomissionamento de ativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia provisionou o montante de R$65.327 na controladora e no consolidado (R$52.566 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2023) decorrentes de uma obrigação presente baseada em eventos futuros de descomissionamento de ativos industriais.

16. INTANGÍVEL

16.1 Ativos intangíveis com vida útil indefinida

	Controladora e Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Ágio - Facepa	119.332	119.332
Ágio - Fibria	7.897.051	7.897.051
Ágio - MMC Brasil [1]	170.859	170.859
Outros [2]	5.097	4.834
	8.192.339	8.192.076

(1) Refere-se ao ágio da combinação de negócios da unidade de Mogi das Cruzes.
(2) Referem-se a outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, tais como servidão de passagem de estrada e energia elétrica.

Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados.

O valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura foi alocado às unidades geradoras de caixa e estão divulgados na nota 28.4.

Para a Unidade Geradora de Caixa ("UGC") de Celulose, o teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado. Em 2024 foram utilizados, como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Companhia com projeções de crescimento até o ano de 2029 e perpetuidade média da unidade geradora de caixa considerando uma taxa nominal de 3,6% a.a., a partir desta data, baseados no histórico dos últimos anos, bem como as projeções econômico-financeiras de cada mercado em que a Companhia atua, além de informações oficiais de instituições independentes e governamentais.

A taxa de desconto nominal, depois dos impostos, utilizada pela Administração para a elaboração do fluxo de caixa descontado foi de 8,91% a.a., sendo calculada com base no custo médio ponderado de capital ("*Weighted Average Cost of Capital - WACC*").

Adicionalmente, foram adotadas as premissas apresentadas na tabela a seguir:

Preço líquido médio da celulose - Mercado externo (US$/tonelada)	**684,9**
Preço líquido médio da celulose - Mercado interno (US$/tonelada)	**735,5**
Taxa de câmbio médio (R$/US$)	**5,40**
Taxa de desconto (depois dos impostos)	**8,91% a.a.**
Taxa de desconto (antes dos impostos)	**12,5% a.a.**

Com base nas análises efetuadas pela Administração, em 2024, o valor recuperável é superior ao valor contábil e consequentemente, não foi identificado ajuste para redução dos saldos dos ativos ao valor recuperável (impairment).

Se a taxa de desconto depois dos impostos, aplicada às projeções de fluxo de caixa de ambas as unidades geradoras de caixa tivesse sido 1% superior às estimativas da administração (9,91% ao invés de 8,91%), a Companhia ainda não precisaria registrar uma provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia avaliou possíveis mudanças nas premissas de preço e câmbio e não identificou quaisquer casos que pudessem fazer com que o valor contábil das unidades geradoras de caixa excedesse o seu valor recuperável.

Para a Unidade Geradora de Caixa ("UGC") de Papel, o teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de múltiplos EV/EBITDA. Com base nas análises efetuadas pela Administração, em 2024, não foi identificado ajuste para redução dos saldos dos ativos ao valor recuperável (impairment).

16.2 Ativos intangíveis com vida útil definida

	Taxa média % a.a.	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
No início do exercício		**5.941.202**	6.640.166	**6.557.009**	7.173.183
Adições		**114.118**	7.774	**161.779**	104.931
Ajuste a valor justo na aquisição da MMC			183.252		189.655
Baixas			(2)		(2)
Amortização		**(978.715)**	(956.732)	**(1.008.824)**	(990.432)
Transferências e outros			66.744		79.674
No final do exercício		**5.076.605**	**5.941.202**	**5.709.964**	**6.557.009**
Representados por					
Acordo de não competição	5,00			**4.508**	4.818
Concessão de portos	3,94	**41.591**	43.737	**632.253**	537.179
Contratos de arrendamentos	16,90		6.875		6.875
Contratos de fornecedores	12,66	**25.925**	40.739	**25.925**	40.739
Contratos de serviços portuários	4,23	**518.417**	547.778	**520.459**	549.821
Cultivares	14,28	**20.391**	40.784	**20.391**	40.784
Marcas e patentes	8,35	**169.861**	188.349	**170.306**	188.723
Relacionamento com clientes	9,09	**4.104.900**	4.925.879	**4.104.900**	4.925.879
Relacionamento com fornecedor	17,64		10.312	**295**	10.861
Softwares	20,80	**193.470**	130.884	**201.476**	141.178
Outros	10,00	**2.050**	5.865	**29.451**	110.152
		5.076.605	**5.941.202**	**5.709.964**	**6.557.009**
Custo		**11.694.111**	11.580.000	**12.540.497**	12.378.761
Amortização		**(6.617.506)**	(5.638.798)	**(6.830.533)**	(5.821.752)
No final do exercício		**5.076.605**	**5.941.202**	**5.709.964**	**6.557.009**

17. FORNECEDORES

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Em moeda nacional				
Terceiros [1] [2]	**4.353.503**	3.720.027	**4.681.065**	3.946.185
Partes relacionadas (nota 11.1) [3]	**105.431**	33.402	**1.457**	1.023
Em moeda estrangeira				
Terceiros [2]	**529.964**	1.176.503	**1.350.763**	1.625.011
Partes relacionadas (nota 11.1)	**39.467**	3.219		
	5.028.365	**4.933.151**	**6.033.285**	**5.572.219**

(1) Dentro do saldo de fornecedores existem valores que foram objeto de antecipação com instituições financeiras por opção exclusiva de determinados fornecedores (Risco Sacado), sem alteração das condições de compra originalmente definidas (prazos de pagamentos e preços negociados). O saldo referente a tais operações em 31 de dezembro de 2024 era de R$555.063 (R$281.350 em 31 de dezembro de 2023) na controladora e no consolidado.
(2) Dentro do saldo de fornecedores os seguintes saldos referem-se ao Projeto Cerrado, R$107.418 (R$523.408 em 31 de dezembro de 2023) em moeda nacional e R$241.497 (R$1.080.028 em 31 de dezembro de 2023) em moeda estrangeira na controladora e no consolidado.
(3) O saldo consolidado refere-se, substancialmente, a transações com Ibema Companhia Brasileira de Papel.

17.1 Compromissos de longo prazo - consolidado

No curso normal de seus negócios, a Companhia celebra contratos de longo prazo na modalidade *take or pay* com fornecedores de produtos químicos, transporte e gás natural. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, é adquirido o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido mensalmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, esses compromissos de longo prazo totalizam R$26.239.939 (R$14.606.380 em 31 de dezembro de 2023).

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

18.1 Abertura por modalidade

				Controladora					
				Circulante		Não circulante		Total	
Modalidade	Moeda	Indexador	Encargo médio % a.a.	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda estrangeira									
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	USD	SOFR/Fixo	5,8%	**965.246**	677.488			**965.246**	677.488
Financiamento de ativos	USD	SOFR	3,7%	**137.300**	61.924	**298.252**	220.199	**435.552**	282.123
ECA - Export Credit Agency	USD	SOFR	6,3%	**7.297**		**769.702**		**776.999**	
IFC - International Finance Corporation [1]	USD	SOFR	6,0%	**(12.051)**	731	**5.858.208**	2.871.399	**5.846.157**	2.872.130
Outros				**880**	2.420			**880**	2.420
				1.098.672	**742.563**	**6.926.162**	**3.091.598**	**8.024.834**	**3.834.161**
Em moeda nacional									
BNDES	BRL	UMBNDES	7,2%	**157**		**157.555**		**157.712**	
BNDES	BRL	TJLP	8,6%	**79.869**	23.135	**86.444**	164.569	**166.313**	187.704
BNDES	BRL	TLP	14,8%	**93.426**	56.820	**4.410.560**	3.031.862	**4.503.986**	3.088.682
BNDES	BRL	Fixo			4.020				4.020
BNDES	BRL	SELIC	14,5%	**243.223**	65.013	**704.825**	857.419	**948.048**	922.432
BNDES	BRL	TR	2,2%	**84**		**70.015**		**70.099**	
Financiamento de ativos	BRL	CDI	18,1%	**18.427**	17.037	**56.956**	71.235	**75.383**	88.272
NCR ("Nota de Crédito Rural")	BRL	CDI	14,8%	**312.652**	101.739	**2.000.000**	1.998.270	**2.312.652**	2.100.009
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	BRL	Fixo			791.306				791.306
Debêntures	BRL	CDI/IPCA	15,4%	**120.931**	66.536	**9.738.616**	8.362.207	**9.859.547**	8.428.743
				868.769	**1.125.606**	**17.224.971**	**14.485.562**	**18.093.740**	**15.611.168**
				1.967.441	**1.868.169**	**24.151.133**	**17.577.160**	**26.118.574**	**19.445.329**
Juros sobre financiamento				**313.081**	273.049			**313.081**	273.049
Financiamentos captados a longo prazo				**1.654.360**	1.595.120	**24.151.133**	17.577.160	**25.805.493**	19.172.280
				1.967.441	**1.868.169**	**24.151.133**	**17.577.160**	**26.118.574**	**19.445.329**

(1) Os saldos apresentados como negativos são dos custos de captação ("fees")

				Consolidado					
				Circulante		Não circulante		Total	
Modalidade	Moeda	Indexador	Encargo médio % a.a.	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda estrangeira									
Bonds	USD	Fixo	5,0%	**3.229.641**	841.625	**49.166.804**	40.122.749	**52.396.445**	40.964.374
Panda *Bonds*	CNY	Fixo	2,8%	**4.224**		**1.016.331**		**1.020.555**	
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	USD	SOFR/Fixo	5,4%	**6.236.806**	2.690.891	**16.283.736**	14.487.252	**22.520.542**	17.178.143
ECA - Export Credit Agency	USD	SOFR	6,3%	**7.297**		**769.702**		**776.999**	
Financiamento de ativos	USD	SOFR	3,7%	**137.300**	61.924	**298.252**	220.199	**435.552**	282.123
IFC - International Finance Corporation [1]	USD	SOFR	6,0%	**(12.051)**	731	**5.858.208**	2.871.399	**5.846.157**	2.872.130
EDC - Export Development Canada	EUR	Fixo	1,0%	**4.210**	7.903	**4.455**		**8.665**	7.903
				9.607.427	**3.603.074**	**73.397.488**	**57.701.599**	**83.004.915**	**61.304.673**
Em moeda nacional									
BNDES	BRL	UMBNDES	7,2%	**157**		**157.555**		**157.712**	
BNDES	BRL	TJLP	8,6%	**100.556**	49.348	**101.587**	199.988	**202.143**	249.336
BNDES	BRL	TLP	14,8%	**94.903**	57.060	**4.607.102**	3.123.727	**4.702.005**	3.180.787
BNDES	BRL	Fixo			4.020				4.020
BNDES	BRL	SELIC	14,5%	**243.223**	65.013	**704.825**	857.419	**948.048**	922.432
BNDES	BRL	TR	2,2%	**84**		**70.015**		**70.099**	
Financiamento de ativos	BRL	CDI	18,1%	**18.427**	17.037	**56.956**	71.235	**75.383**	88.272
NCE ("Nota de Crédito à Exportação")	BRL	CDI	18,5%	**3.027**	3.114	**100.000**	100.000	**103.027**	103.114
NCR ("Nota de Crédito Rural")	BRL	CDI	14,8%	**312.652**	101.739	**2.000.000**	1.998.270	**2.312.652**	2.100.009
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	BRL	Fixo			791.306				791.306
Debêntures	BRL	CDI/IPCA	15,4%	**120.931**	66.536	**9.738.616**	8.362.207	**9.859.547**	8.428.743
				893.960	**1.155.173**	**17.536.656**	**14.712.846**	**18.430.616**	**15.868.019**
				10.501.387	**4.758.247**	**90.934.144**	**72.414.445**	**101.435.531**	**77.172.692**
Juros sobre financiamento				**1.541.312**	1.232.810			**1.541.312**	1.232.810
Financiamentos captados a longo prazo				**8.960.075**	3.525.437	**90.934.144**	72.414.445	**99.894.219**	75.939.882
				10.501.387	**4.758.247**	**90.934.144**	**72.414.445**	**101.435.531**	**77.172.692**

(1) Os saldos apresentados como negativos são dos custos de captação ("fees")

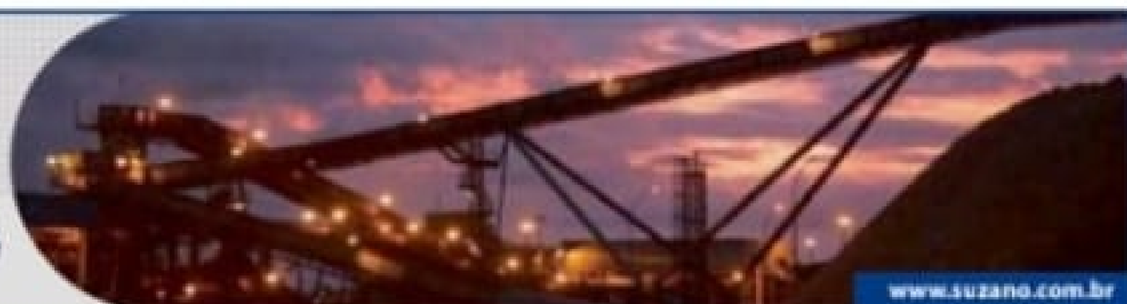
continua



Suzano S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

18.2 Cronograma de vencimentos - não circulante

Controladora	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
Em moeda estrangeira							
Financiamento de ativos	110.452	112.204	69.012	6.584			298.252
ECA - Export Credit Agency [1]	(670)	(845)	(780)	(912)	(847)	773.756	769.702
IFC - International Finance Corporation [1]	(6.668)	305.291	1.587.751	2.613.047	1.358.787		5.858.208
	103.114	416.650	1.655.983	2.618.719	1.357.940	773.756	6.926.162
Em moeda nacional							
BNDES - TJLP	86.444						86.444
BNDES - TLP	98.668	158.812	155.979	141.823	352.931	3.502.347	4.410.560
BNDES - UMBNDES	4.258	8.516	8.516	8.516	8.516	119.233	157.555
BNDES - Selic	254.966	33.888	33.933	33.979	34.024	314.035	704.825
BNDES - TR	4.178	4.734	4.734	4.734	4.734	46.901	70.015
NCR ("Nota de Crédito Rural")					2.000.000		2.000.000
Financiamento de ativos	18.741	19.114	19.034	67			56.956
Debêntures [1]	(7.431)	(11.767)	738.297	(11.477)	518.399	8.512.595	9.738.616
	459.824	213.297	960.493	177.642	2.918.604	12.495.111	17.224.971
	562.938	629.947	2.616.476	2.796.361	4.276.544	13.268.867	24.151.133

(1) Os saldos apresentados como negativos são dos custos de captação ("fees") que são amortizados linearmente.

Consolidado	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
Em moeda estrangeira							
Bonds	3.074.751	4.318.390	3.083.311	10.758.081	6.150.231	21.782.040	49.166.804
Panda Bonds [1]	(1.211)	1.017.542					1.016.331
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	5.668.270	4.889.574	3.832.090	1.893.802			16.283.736
Financiamento de ativos	110.452	112.204	69.012	6.584			298.252
ECA - Export Credit Agency [1]	(670)	(845)	(780)	(912)	(847)	773.756	769.702
EDC - Export Development Canada			1.114	1.114	1.114	1.113	4.455
IFC - International Finance Corporation [1]	(6.668)	305.291	1.587.751	2.613.047	1.358.787		5.858.208
	8.844.924	10.642.156	8.572.458	15.271.716	7.509.285	22.556.909	73.397.488
Em moeda nacional							
BNDES - TJLP	90.078	3.634	3.634	3.634	607		101.587
BNDES - TLP	98.668	158.812	155.980	141.823	366.249	3.685.570	4.607.102
BNDES - Selic	254.966	33.888	33.933	33.979	34.024	314.035	704.825
BNDES - TR	4.178	4.734	4.734	4.734	4.734	46.901	70.015
BNDES - UMBNDES	4.258	8.516	8.516	8.516	8.516	119.233	157.555
Financiamento de ativos	18.741	19.114	19.034	67			56.956
NCE ("Nota de crédito à exportação")		25.000	25.000	25.000	25.000		100.000
NCR ("Nota de Crédito Rural")					2.000.000		2.000.000
Debêntures [1]	(7.431)	(11.767)	738.297	(11.477)	518.399	8.512.595	9.738.616
	463.458	241.931	989.128	206.276	2.957.529	12.678.334	17.536.656
	9.308.382	10.884.087	9.561.626	15.477.992	10.466.814	35.235.243	90.934.144

(1) Os saldos apresentados como negativos são dos custos de captação ("fees") que são amortizados linearmente.

18.3 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Início do exercício	19.445.329	13.423.804	77.172.692	74.574.591
Captações líquidas de custo de transação, ágio e deságio	10.640.543	9.966.219	15.692.905	10.944.794
Juros apropriados	1.809.579	1.621.460	5.413.707	4.797.094
Variações monetárias e cambiais, líquidas	1.627.478	219.600	17.728.324	(4.185.675)
Pagamento de principal	(5.671.021)	(4.213.094)	(9.410.807)	(4.296.447)
Pagamento de juros	(1.760.312)	(1.594.294)	(5.241.389)	(4.728.598)
Amortização de custo de transação, ágio e deságio	26.978	21.634	80.099	67.333
Fim do exercício	26.118.574	19.445.329	101.435.531	77.172.692

18.4 Custos de captação

O custo de captação é amortizado com base nas vigências dos contratos e taxa de juros efetiva.

Modalidade	Custo	Amortização	Consolidado – Saldo a amortizar 31/12/2024	Consolidado – Saldo a amortizar 31/12/2023
Bonds	434.970	266.520	168.450	164.825
NCE	125.222	125.222		2.696
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	219.946	156.866	63.080	52.162
Debêntures	159.675	34.012	125.663	102.235
BNDES	81.730	55.953	25.777	9.854
IFC - International Finance Corporation	81.726	3.007	78.719	38.911
Outros	20.912	14.113	6.799	598
	1.124.181	655.693	468.488	371.281

18.5 Garantias

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas de garantia, nas quais são oferecidos os próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados são indicados pela Companhia, conforme divulgado na nota 15.1.

A Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras (covenants financeiros) a serem cumpridos.

18.6 Operações relevantes contratadas no exercício

18.6.1 Pré-pagamento de exportação

Em 15 de fevereiro de 2024, a Companhia efetuou, junto a um sindicato de bancos no exterior, a captação de um pré-pagamento de exportação ("PPE") com valor de US$780.000 (equivalentes a R$3.877.380), com taxa flutuante em SOFR + 1,65% a.a. (acrescendo 0,05% ao ano até o vencimento), com vencimento final em fevereiro de 2029, como parte do processo de rolagem de um PPE parcialmente liquidado na mesma data.

18.6.2 Nota de crédito rural

Em 28 de março de 2024, a Companhia efetuou, junto ao banco Safra a captação de uma cédula de produto rural (CPR) no valor de R$200.000 com taxa pós-fixada de 100% do CDI, com vencimento final em março de 2025.

18.6.3 Export Development Canada ("EDC")

Em 30 de abril de 2024, a Companhia efetuou, junto ao EDC a captação de um financiamento no valor de US$125.000 (equivalentes a R$646.475) com taxa flutuante de SOFR + 1,74%, com vencimento final em abril de 2031.

18.6.4 Debêntures

Em 29 de maio de 2024, a Companhia captou debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor total de R$5.900.000, como parte de uma estratégia de rolagem de dívida.

A debênture é composta por três partes: (i) montante R$1.000.000 ao custo de CDI + 0,80 a.a. e prazo total de oito anos, com amortizações iguais em maio de 2031 e maio de 2032; (ii) montante R$4.000.000 ao custo de CDI + 1,00% a.a. e prazo total de dez anos, com amortizações iguais em maio de 2033 e maio de 2034; e (iii) montante R$900.000 (debênture incentivada) ao custo de IPCA + 6,11% a.a. e prazo total de doze anos, com amortizações iguais em maio de 2035 e maio de 2036.

18.6.5 BNDES

Em 27 de junho de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R$65.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP" - 5,56% a.a.), mais juros fixos de 1,75% a.a., com 1 (um) ano de carência de principal e vencimento final em dezembro de 2043. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial.

Em 26 de agosto de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R$1.110.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP" - 5,48% a.a.), mais juros fixos de 1,75% a.a., com 7 (sete) anos de carência de principal e vencimento final em maio de 2044. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal.

Em 16 de outubro de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R$32.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP" - 5,27% a.a.), mais juros fixos de 1,75% a.a., com vencimento final em outubro de 2042. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial.

Em 8 de novembro de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R$154.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP" - 5,23% a.a.), mais juros fixos de 1,65% a.a., com vencimento final em dezembro de 2037. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal.

Em 20 de dezembro de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R$61.000 indexados pela taxa referencial ("TR"), mais juros fixos de 2,24% a.a., com carência de 1 (um) ano e vencimento final em dezembro de 2040. Os recursos foram destinados a projetos de inovação tecnológica.

Em 26 de dezembro de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R$208.981 indexados pela variação cambial do dólar americano em relação ao Real, mais juros fixos de 1,65% a.a., com carência de um ano e meio e vencimento final em dezembro de 2044. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial.

18.6.6 Adiantamento sobre contrato de câmbio ("ACC")

Em 17 de maio de 2024, a Companhia efetuou a rolagem do ACC de valor US$100.000 (equivalentes a R$511.570) indexado pela taxa fixa de 6% a.a. e com vencimento original em 17 de maio de 2024, para uma nova taxa de 6,46% a.a. com novo vencimento em 19 de maio de 2025.

Em 05 de junho de 2024, a Companhia captou junto ao banco BNP um ACC no valor de US$15.000 (equivalentes a R$79.262) indexados pela taxa fixa de de 6,43% a.a., com vencimento em 09 de junho de 2025.

Em 21 de junho de 2024, a Companhia efetuou a rolagem do ACC de valor US$35.000 (equivalentes a R$190.456) indexado pela taxa fixa de 6,52% a.a. e com vencimento original em 21 de junho de 2024, para uma nova taxa de 6,54% a.a. com novo vencimento em 21 de maio de 2025.

18.6.7 Panda Bonds

Em 15 de novembro de 2024, a Companhia efetuou a emissão de um Panda Bonds na China, no valor de CNY 1.200.000 (equivalentes a US$166.000 e R$960.891), ao custo fixo de 2,8% e prazo final de três anos.

Os Panda Bonds foram certificados como títulos verdes de acordo com a análise do China Green Bond Standard Committee. A Suzano, voluntariamente, obteve também avaliação de parte independente pela Sustainalytics US Inc. (Second Party Opinion), que assegura que a destinação dos recursos objeto desta operação está aderente aos Green Bond Principles publicados pelo International Capital Markets Association (ICMA).

18.6.8 International Finance Corporation ("IFC")

Em 10 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou o saque do montante disponível em linha de crédito junto ao IFC e um sindicato de bancos comerciais, no montante de US$350.000 (equivalente a R$2.118.515).

O financiamento é composto pelas seguintes partes: (i) "B-loan - tranche 1", no montante de US$105.000 (equivalentes a R$635.554), ao custo de Term SOFR + 1,60% a.a. e prazo total de cinco anos, com carência de principal de três anos; e (ii) "B-Loan - tranche 2", no no valor de US$245.000 (equivalentes a R$1.482.961) ao custo de Term SOFR + 1,80% a.a. e prazo total de seis anos, com carência de principal de quatro anos.

A operação de crédito possui indicadores de performance de sustentabilidade (KPIs) associados a metas de: (a) redução de intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE); e (b) aumento da representatividade de mulheres ocupando posição de liderança na Companhia. Os recursos serão destinados ao Projeto Cerrado.

18.7 Operações relevantes liquidadas no exercício

18.7.1 Pré-pagamento de exportação

Em 15 de fevereiro de 2024, a Companhia liquidou parcialmente, de forma antecipada, um pré-pagamento de exportação, junto a diversos bancos (operação sindicalizada), no valor total de US$620.000 (equivalentes a R$3.209.057 (principal e juros)). O valor residual da operação manteve seu vencimento original em fevereiro de 2026 com taxa flutuante em SOFR + 1,41% a.a.

Em 7 de junho de 2024, a Companhia liquidou, de forma antecipada, uma debênture, junto ao banco Bradesco, no valor total de R$4.926.631 (principal e juros), como parte da estratégia de uma rolagem de dívida. O vencimento original da debênture era em junho 2025 e junho de 2026 e a taxa de 112,5% do CDI a.a.

19. ARRENDAMENTO

19.1 Direito de uso

A movimentação é apresentada a seguir:

	Controladora Total	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Veículos	Consolidado Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.030.107	3.283.156	112.553	85.756	1.623.118	4.643	5.109.226
Adições/atualizações	764.246	496.236	206.847	101.124		9.702	813.909
Depreciações [1]	(683.624)	(386.436)	(134.587)	(59.448)	(124.890)	(2.346)	(707.707)
Baixas [2]	(18.743)	(12.658)				(6.139)	(18.797)
Incorporação MMC [3]	9.536						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.101.922	3.380.298	184.813	127.432	1.498.228	5.860	5.196.631
Adições/atualizações	680.887	506.373	157.542	41.235		39.076	744.226
Depreciações [1]	(733.645)	(408.000)	(167.312)	(54.275)	(124.890)	(2.587)	(757.064)
Baixas [2]	(3.102)	(3.102)					(3.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.046.062	3.475.569	175.043	114.392	1.373.338	42.349	5.180.691

(1) O montante de depreciação relativo aos arrendamentos de terras e terrenos foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

(2) Baixas decorrentes de cancelamentos de contratos.

(3) Em 1º de novembro de 2023, a entidade legal foi incorporada pela Suzano S.A.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não está comprometida com contrato de arrendamento ainda não iniciado.

19.2 Contas a pagar de arrendamento

O saldo de contas a pagar de arrendamento em 31 de dezembro de 2024, mensurados a valor presente e descontados pelas respectivas taxas de descontos são apresentados a seguir:

Natureza dos contratos	Taxa média de desconto % a.a. (1)	Vencimento final (2)	Controladora Valor presente do passivo	Consolidado Valor presente do passivo
Terras e terrenos	12,27	outubro/2052	3.868.453	3.951.880
Máquinas e equipamentos	11,19	abril/2035	236.221	273.019
Imóveis	10,75	maio/2031	90.814	117.387
Navios e embarcações	11,25	fevereiro/2039	2.621.910	2.626.083
Veículos	11,10	novembro/2028	278	4.546
			6.817.676	6.972.915

(1) Para determinação das taxas de desconto, foram obtidas cotações junto a instituições financeiras para contratos com características e prazos médios semelhantes aos contratos de arrendamento.

(2) Referem-se aos vencimentos originais dos contratos e, portanto, não consideram eventuais cláusulas de renovação.

A movimentação é apresentada a seguir:

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Saldo no início do exercício	6.146.869	6.100.695	6.243.782	6.182.530
Adições	680.887	764.246	744.226	813.909
Baixas	(3.102)	(18.743)	(3.102)	(18.797)
Pagamentos	(1.294.716)	(1.190.862)	(1.325.398)	(1.218.399)
Apropriação de encargos financeiros [1]	691.480	656.775	700.283	664.651
Variação cambial	596.258	(175.413)	613.124	(180.112)
Incorporação MMC [2]		10.171		
Saldo no final do exercício	6.817.676	6.146.869	6.972.915	6.243.782
Circulante	838.537	734.275	872.228	753.399
Não circulante	5.979.139	5.412.594	6.100.687	5.490.383

(1) Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R$245.318 na controladora e R$249.135 no consolidado (R$221.126 na controladora e R$223.055 no consolidado em 31 de dezembro de 2023), foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação.

(2) Em 1º de novembro de 2023, a entidade legal foi incorporada pela Suzano S.A.

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente, relativos ao passivo de arrendamento, está divulgado na nota 4.2.

19.2.1 Valores reconhecidos no resultado do exercício

A posição dos saldos é apresentada a seguir:

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Ativos de curto prazo	1.916	4.277	6.477	8.005
Ativos de baixo valor	353	918	4.083	2.611
	2.269	5.195	10.560	10.616

19.2.2 Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxos de caixa	31/12/2024 Nominal	31/12/2024 Ajustado a valor presente	31/12/2023 Nominal	31/12/2023 Ajustado a valor presente
Contraprestação a pagar	12.099.294	6.972.915	11.021.519	6.243.782
PIS/COFINS potencial (9,25%) [1]	525.383	294.446	495.181	276.814

Consolidado

(1) Incidente sobre os contratos estabelecidos com pessoas jurídicas.

19.2.3 Fluxo projetado com inflação

Os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal são apresentados a seguir:

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Fluxo real		
Direito de uso	5.180.691	5.196.631
Passivo de arrendamento	12.138.174	11.021.519
Encargos financeiros	(5.165.259)	(4.777.737)
	6.972.915	6.243.782
Fluxo inflacionado		
Direito de uso	6.654.112	6.338.626
Passivo de arrendamento	14.672.421	12.979.831
Encargos financeiros	(6.264.348)	(5.594.936)
	8.408.073	7.384.895

20. PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos tributários, previdenciários, trabalhistas, cíveis, ambientais e imobiliários.

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as provisões para riscos tributários, previdenciários, trabalhistas, cíveis, ambientais e imobiliários, constituídas de acordo com o CPC 25/IAS 37, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

20.1 Saldos e movimentação da provisão por natureza dos processos com risco de perda provável, líquido dos depósitos judiciais

Consolidado 31/12/2024	Tributários e previdenciários	Trabalhistas	Cíveis, ambientais e imobiliários	Passivos contingentes assumidos [1][2]	Total
Saldo no início do exercício	468.839	349.058	139.435	2.155.545	3.112.877
Pagamentos	(60.081)	(89.221)	(6.795)		(156.097)
Reversões	(9.540)	(89.941)	(1.951)	(27.820)	(129.252)
Adições	4.689	162.456	72.605		239.750
Atualização monetária	4.057	21.574	12.259		37.890
Saldo de provisão	407.964	353.926	215.553	2.127.725	3.105.168
Depósitos judiciais	(66.746)	(91.596)	(20.076)		(178.418)
Saldo no final do exercício	341.218	262.330	195.477	2.127.725	2.926.750

(1) Montantes decorrentes de processos com probabilidade de perda possível e remota de naturezas tributária no montante de R$1.994.444 e cível no montante de R$133.281, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com a Fibria.

(2) Reversão decorrente de mudança de prognóstico e/ou encerramento de processos.

continua →

Eufrázio



Suzano S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado 31/12/2023				
	Tributários e previdenciários	Trabalhistas	Cíveis, ambientais e imobiliários	Passivos contingentes assumidos (1)(2)	Total
Saldo no início do exercício	419.915	255.805	118.729	2.645.705	3.440.154
Pagamentos	(1.717)	(37.172)	(3.014)		(41.903)
Reversões	(18.035)	(101.375)	(11.337)	(490.160)	(620.907)
Adições	37.656	211.690	21.335		270.681
Atualização monetária	31.020	20.110	13.722		64.852
Saldo de provisão	468.839	349.058	139.435	2.155.545	3.112.877
Depósitos judiciais	(154.469)	(82.305)	(15.694)		(252.468)
Saldo no final do exercício	314.370	266.753	123.741	2.155.545	2.860.409

(1) Montantes decorrentes de processos com probabilidade de perda possível e remota de naturezas tributária de R$2.015.075 e cível de R$140.470, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com a Fibria.
(2) Reversão decorrente da alteração de probabilidade, cancelamento e/ou liquidação. O valor de R$372.541 é referente ao cancelamento da multa do passivo contingente assumido da combinação de negócios com a Fibria, descrito na nota 20.2.1 (i).

20.1.1 Tributários e previdenciários
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 58 (32 em 31 de dezembro de 2023) processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS") entre outros, cujos valores são provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pela assessoria jurídica externa da Companhia e pela Administração.

20.1.2 Trabalhistas
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 1.178 (1.241 em 31 de dezembro de 2023) processos trabalhistas.
Em geral, os processos trabalhistas provisionados estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a Companhia.

20.1.3 Cíveis, ambientais e imobiliários
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 97 (76 em 31 de dezembro de 2023) processos cíveis, ambientais e imobiliários.
Os processos cíveis, ambientais e imobiliários provisionados estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trânsito, ações possessórias, obrigações de restauração ambiental, dentre outras.

20.2 Processos com risco de perda possível
A Companhia possui contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda, avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributários e previdenciários (1)	9.493.177	9.308.107	9.837.082	9.775.068
Trabalhistas	138.422	162.596	171.480	194.883
Cíveis, ambientais e imobiliários (1)	4.525.251	3.942.878	5.065.714	4.462.964
	14.156.850	13.413.581	15.074.276	14.432.915

(1) Valores líquidos do saldo de menos valia alocado aos processos com probabilidade de perda possível no montante de R$2.108.635 na controladora e no consolidado (R$2.135.869 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2023), que foram registradas pelo valor justo resultante das combinações de negócios com a Fibria, conforme apresentado na nota 20.1.1 acima.

20.2.1 Tributários e previdenciários
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 673 processos tributários e previdenciários no total de R$9.837.082 (733 processos no total de R$9.775.068 em 31 de dezembro de 2023).
Os demais processos tributários e previdenciários referem-se a diversos tributos, tais como IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, Contribuições Previdenciárias, ICMS, Imposto Sobre Serviço ("ISS"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), principalmente devido a divergências na interpretação das normas tributárias aplicáveis e informações fornecidas em obrigações acessórias.
A seguir, são divulgadas as contingências relevantes referentes às seguintes matérias:

(i) Auto de infração - IRPJ/CSLL - Permuta de ativos industriais e florestais: Trata-se de ação anulatória que visa a anulação de Processo Administrativo instaurado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") para cobrança de IRPJ e CSLL sob a suposta alegação de existência de ganho de capital não tributado, em fevereiro de 2007, em decorrência da permuta de ativos realizada com a International Paper ("IP"). Em dezembro de 2012, a Companhia foi autuada pela RFB, e, em janeiro de 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"), por voto de qualidade do Presidente do CARF, julgou a defesa da Companhia improcedente. A Companhia foi intimada da decisão em maio de 2016, de forma que, tendo em vista a impossibilidade de novos recursos e o consequente encerramento do caso na esfera administrativa, decidiu prosseguir com a discussão perante o Poder Judiciário. O processo encontra-se devidamente garantido. A ação judicial foi julgada de maneira favorável aos interesses da Companhia e atualmente aguarda-se o julgamento do recurso de apelação da Fazenda Nacional. Em dezembro de 2023, nos termos do 2º artigo da Lei nº 14.689/23, relacionada ao artigo 25, § 9º-A, do Decreto nº 70.235/72, as Certidões de Dívida Ativa foram retificadas de modo a cancelar definitivamente os valores relacionados a multa de ofício e seus encargos. Na opinião da Companhia e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível, exceto pelo provisionamento do valor equivalente ao passivo contingente assumido decorrente da combinação de negócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R$1.688.690 (R$1.630.537 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) Auto de infração - IRPJ/CSLL: Trata-se de processo administrativo instaurado em outubro de 2023, decorrente de autos de infração de IRPJ e CSLL lavrados em face de Suzano S.A., relativamente ao ano-calendário de 2019. Imputam-se infrações sobre: (i) despesas indedutíveis; (ii) indevida dedução de despesas operacionais; (iii) lucros auferidos no exterior por empresa subsidiária; (iv) amortização de ágio; (v) falta de adição de gratificação paga a diretores à base de cálculo da CSLL, e (vi) prejuízo fiscal e base negativa da CSLL. A Companhia apresentou impugnação administrativa, que foi julgada parcialmente procedente. Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso voluntário apresentado pela Companhia e o recurso de ofício da Fazenda Nacional. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R$920.628 (R$845.164 em 31 de dezembro de 2023).

(iii) Auto de infração - IRPJ/CSLL - Glosa da depreciação, amortização e exaustão - Período 2010: Em dezembro de 2015, a Companhia foi autuada para cobrança de IRPJ e CSLL sob a suposta alegação de indedutibilidade das despesas de depreciação, amortização e exaustão utilizadas pela Companhia em sua apuração no ano-calendário de 2010. A Companhia apresentou impugnação administrativa, que foi julgada parcialmente procedente. Referida decisão foi objeto de recurso voluntário, apresentado pela Companhia em novembro de 2017. O julgamento foi convertido em diligência e, atualmente aguarda-se a conclusão da diligência determinada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R$875.466 (R$827.186 em 31 de dezembro de 2023).

(iv) Auto de infração - Créditos de IRPJ e CSLL: Em 05 de outubro de 2020, a Companhia foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela RFB visando a cobrança de créditos de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), decorrentes da reapuração dos lucros de sua controlada Suzano Trading Ltd. nos anos de 2014, 2015 e 2016. Além da Companhia, também foram incluídos como corresponsáveis solidários pelas referidas apurações, os Diretores Estatutários da referida controlada nos anos autuados. A Companhia, com base nos assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa, classifica o prognóstico como perda possível quanto à alegação referente à Companhia e possível com viés de remoto quanto à responsabilidade dos Diretores Estatutários indicados. A Companhia apresentou a defesa administrativa e, atualmente, por meio da Resolução nº 104000033, o julgamento foi convertido em diligência. Atualmente aguarda-se a conclusão da diligência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R$609.548 (R$563.723 em 31 de dezembro de 2023).

(v) PIS/COFINS - Bens e Serviços - Período 2009 a 2011: Em dezembro de 2013, a Companhia foi autuada pela RFB exigindo a cobrança de créditos de PIS e COFINS glosados por não estarem supostamente vinculados às suas atividades operacionais. Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Companhia foi julgada improcedente. Interposto o Recurso Voluntário, este foi provido parcialmente em abril de 2016. Desta decisão, foi interposto recurso especial pela Companhia, e foram admitidas determinadas divergências para apreciação da Câmara Superior de Recursos Fiscais ("CSRF"). A Fazenda Nacional também interpôs recurso especial à Câmara Superior. Atualmente, discute-se a liquidação parcial do acórdão, bem como aguarda-se o julgamento do recurso especial pela CSRF. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R$201.199 (R$190.875 em 31 de dezembro de 2023).

(vi) Auto de Infração - Tributação em bases universais - Período 2015: Em 3 de novembro de 2020, a Companhia foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela RFB sob a acusação de que teria deixado de recolher IRPJ e CSLL, no ano-calendário de 2015, em razão da falta de adição, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, de lucros auferidos pelas controladas no exterior. A Companhia, com base nos assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa, classifica o prognóstico como perda possível. A Companhia apresentou a defesa administrativa. Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Companhia foi julgada parcialmente procedente. Em razão da decisão, a Companhia interpôs Recurso Voluntário em 08 de junho de 2024, que foi julgado parcialmente procedente em 14 de maio de 2024, resultando no cancelamento da maior parte do auto de infração. Para a parcela residual, a Companhia apresentou Recurso Especial. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso Especial da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R$4.712 (R$176.917 em 31 de dezembro de 2023).

(vii) Incentivos fiscais - Agência de Desenvolvimento do Nordeste ("ADENE"): Em 2002, a Companhia pleiteou e teve reconhecido pela Secretaria da Receita Federal (SRF), sob a condição de realizar novos investimentos em suas unidades localizadas na área de abrangência da ADENE, o direito de usufruir do benefício da redução do IRPJ e adicionais, não restituíveis, apurados sobre o lucro da exploração, para as fábricas A e B (período de 2003 a 2013) e fábrica C (período de 2003 a 2012), todas da unidade Aracruz, depois de ter aprovado com a SUDENE os devidos laudos constitutivos. Em 2004, a Companhia recebeu ofício do inventariante extrajudicial da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), informando que o direito à fruição do benefício anteriormente concedido foi julgado improcedente, de forma que providenciaria a sua revogação. Em 2005, foi lavrado auto de infração exigindo supostos valores relativos ao incentivo fiscal até então usufruído. Após discussão administrativa, o auto de infração foi julgado parcialmente procedente no sentido de reconhecer o direito da Companhia de usufruir do incentivo fiscal devido até o ano de 2003. A Administração da Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, acredita que a decisão de cancelamento dos referidos benefícios fiscais é equivocada e não deve prevalecer, seja com respeito aos benefícios já usufruídos, seja em relação aos benefícios não usufruídos até os respectivos prazos finais. Atualmente a contingência é discutida na esfera judicial. Atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso de Apelação interposto pela Companhia em face da sentença desfavorável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R$150.869 (R$143.912 em 31 de dezembro de 2023).

(viii) Compensação - IRRF - Período 2000: A Companhia deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de IRRF apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 com débitos devidos à RFB. Em abril de 2008, a RFB reconheceu parcialmente o crédito em favor da Companhia. Desta decisão, a Companhia interpôs Recurso Voluntário ao CARF e o julgamento foi convertido em diligência. Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R$125.485 (R$120.871 em 31 de dezembro de 2023).

(ix) IRPJ/CSLL - Homologação parcial - Período 1997: A Companhia deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano de 1997 com débitos devidos à RFB. Em março de 2009, a RFB homologou apenas R$83.000, gerando uma diferença de R$51.000. A Companhia aguarda ainda conclusão da análise dos créditos discutidos em esfera administrativa após decisão favorável do CARF em agosto de 2019, que deu provimento ao recurso voluntário interposto pela Companhia. Para a outra parte do crédito, a Companhia ajuizou ação para discutir a exigibilidade do saldo devedor, a qual aguarda julgamento em segunda instância do seu Recurso de Apelação, interposto após sentença de julgamento improcedente a ação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R$122.319 (R$117.130 em 31 de dezembro de 2023).

(x) Auto de infração - IRPJ/CSLL: Processo administrativo exigindo a cobrança de IRPJ e CSLL relativos ao ano-calendário de 2015. Imputam-se infrações sobre (i) preços de transferência; e (ii) despesas indedutíveis. A Companhia apresentou impugnação em janeiro de 2020, a qual foi julgada parcialmente procedente. Desta decisão, a Companhia interpôs Recurso Voluntário e o julgamento foi convertido em diligência. Atualmente, aguarda-se o início da diligência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R$112.168 (R$106.477 em 31 de dezembro de 2023).

(xi) Auto de Infração - IRPJ e Saldo Negativo: Trata-se de Despacho Decisório que homologou parcialmente a compensação realizada pela Companhia, em razão da utilização de créditos proveniente de Saldo Negativo, oriundo de retenção na fonte, apurado no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2016. A Companhia apresentou impugnação administrativa, que foi julgada integralmente favorável aos seus interesses. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não há montante estimado de exposição em razão do desfecho favorável (R$102.496 em 31 de dezembro de 2023).

(xii) IRPJ/CSLL - Homologação parcial - Período 2000: Em 2024, a Companhia apresentou pedido de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano 2000, com débitos devidos à RFB. A RFB glosou integralmente o crédito tributário. Após apresentada a defesa e os recursos competentes, o processo se encerrou de maneira desfavorável para a Companhia na esfera administrativa. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") ajuizou execução fiscal para cobrança dos valores, ocasião em que a Companhia opôs os competentes embargos à execução fiscal, os quais foram parcialmente providos. A Companhia interpôs Recurso de Apelação, que aguarda julgamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R$101.654.

20.2.2 Trabalhistas
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 1.135 processos de natureza trabalhista, no total de R$171.480 (1.034 processos no total de R$194.883 em 31 de dezembro de 2023).
A Companhia possui ainda diversos processos em que figuram como parte os sindicatos dos trabalhadores nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

20.2.3 Cíveis, ambientais e imobiliários
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 201 processos de natureza cível, ambiental e imobiliário, no total de R$5.065.714 (219 processos no total de R$4.462.964 em 31 de dezembro de 2023).
De maneira geral, os processos cíveis e ambientais nos quais a Companhia, inclusive suas controladas, figura como ré estão relacionados, principalmente, a discussão acerca da competência para licenciamento ambiental, reparação de danos ambientais, matérias de natureza indenizatória, inclusive, decorrentes de discussões sobre obrigações contratuais, medidas cautelares, ações possessórias, ações de reparação de danos e revisionais, ações visando à recuperação de créditos (ações de cobrança, monitórias, execuções, habilitações de crédito em falência e recuperações judiciais), ações de interesse de movimentos sociais, tais como trabalhadores sem-terra, comunidades quilombolas, indígenas e pescadores, e ações decorrentes de acidentes de trânsito.
A Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil geral que visa a amparar, dentro de limites contratados na apólice, eventuais condenações judiciais, a título de danos causados a terceiros (incluindo também empregados).
Dentre os processos de natureza cível, destacam-se:

(i) A Companhia está envolvida em 3 Ações Civis Públicas ("ACPs") movidas pelo Ministério Público Federal ("MPF") em que requer (i) liminarmente, que os caminhões da Companhia deixem de transportar madeira em rodovias federais acima de restrições legais de peso, (ii) o aumento da multa por excesso de peso a ser aplicada à Suzano e, (iii) indenização por danos materiais causados às rodovias federais, meio ambiente e ordem econômica e indenização por danos morais. Uma das ACPs foi julgada parcialmente procedente e a Companhia apresentou apelação ao tribunal competente com pedido de efeito suspensivo dos efeitos da sentença, o qual ainda está pendente de apreciação. As outras duas ACPs foram julgadas improcedentes e aguarda-se julgamento de apelação. Em setembro de 2021 ambas foram suspensas por decisão do STJ de avaliar os pontos de discussão na forma de recurso repetitivo. Em dezembro 2024, os recursos repetitivos foram julgados pelo STJ no sentido de possibilitar a aplicação de dupla penalidade (administrativa e judicial), fixando tese autorizando a imposição de tutela inibitória e responsabilização civil. No momento, houve oposição de Embargos de Declaração pela União Comércio e pela CNT para destacar diversas lacunas e omissões identificadas no julgado.

(ii) A Companhia demandou um concorrente da região centro-oeste em razão da utilização indevida e desautorizada de uma variedade de eucalipto protegida por direitos de propriedade intelectual (cultivar) da controlada incorporada Fibria. A proibição de cultivo deste ativo biológico pelo concorrente fora protegida por decisão liminar, a qual fora confirmada em sentença favorável à Companhia, com início do procedimento de liquidação de sentença pela Companhia. Contudo, em fase de apelação e em julgamento ampliado, houve acórdão desfavorável à Cia reconhecendo uma suposta nulidade incidental do cultivar, decisão está sujeita atualmente a embargos de declaração. Ressalta-se que, em paralelo, há também uma demanda na Justiça Federal em que o concorrente ajuizou ação de anulação do registro de cultivar, mas, até o momento, não houve qualquer decisão neste processo determinando a nulidade ou restringindo o direito da Companhia.

21. PLANOS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece a seus funcionários planos suplementares de aposentadoria de contribuição definida e planos de benefícios definidos, tais como assistência médica e seguro de vida, os quais são detalhados a seguir:

21.1 Planos de aposentadoria suplementar - contribuição definida
A Companhia possui um plano de aposentadoria suplementar vigente, conforme detalhado a seguir:

21.1.1 Suzano Prev
Em 2005, a Companhia instituiu o plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, entidade aberta de previdência complementar, que atende a empregados de empresas do Grupo Suzano, no modelo de contribuição definida.
Nos termos do contrato do plano de benefícios, para os colaboradores que possuem o salário acima das 10 unidades de referência Suzano ("URS"), além da contribuição de 0,5%, as contribuições da parte empresa acompanham as contribuições dos empregados e incidem sobre a parcela do salário que excede as 10 URS's, podendo variar de 1% a 6% do salário nominal. Este plano é denominado Contribuição Básica 1.
As contribuições da Companhia ao colaborador são de 0,5% do salário nominal que não exceder a 10 URS's, mesmo não havendo contrapartida de contribuição por parte do colaborador. Este plano é denominado Contribuição Básica 2.
A partir de agosto de 2020, para os colaboradores que possuem salário menor que as 10 URS's, poderão investir 0,5 ou 1,0% do salário nominal e a Companhia acompanhará as contribuições do colaborador. O colaborador poderá livremente optar por investir até 12% do salário na previdência Suzano Prev, sendo que o excedente da Contribuição Básica 1 ou 2 poderá ser investido na contribuição suplementar, onde não há contrapartida da Companhia e o colaborador deverá considerar as duas contribuições para limitar a 12% do salário.
O acesso ao saldo formado pelas contribuições da Companhia ocorre somente no desligamento e está diretamente relacionado ao tempo do vínculo empregatício.
As contribuições realizadas pela Companhia, para plano de previdência Suzano Prev administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A., no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R$21.719, reconhecidos nas rubricas custo dos produtos vendidos, despesas com vendas e gerais e administrativas (R$18.342 em 31 de dezembro de 2023).

21.2 Planos de benefícios definidos
A Companhia oferece assistência médica e seguro de vida, adicionalmente ao plano de aposentadoria complementar, sendo os valores mensurados por meio de cálculo atuarial e reconhecidos no resultado, conforme detalhado a seguir:

21.2.1 Assistência médica
A Companhia garante cobertura de custos com programa de assistência médica para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2007, bem como para seus cônjuges e dependentes até completarem a maioridade.
Para outro determinado grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da Companhia, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a Companhia assegura o programa de assistência médica.
Os principais riscos atuariais associados são: (i) redução da taxa de juros (ii) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade (iii) rotatividade superior à esperada e (iv) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

21.2.2 Seguro de vida
A Companhia oferece o benefício do seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2005 nas unidades de Suzano e escritório administrativo de São Paulo e que não optaram pelo plano de aposentadoria complementar.
Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) redução da taxa de juros e (ii) mortalidade superior à esperada.

21.2.3 Movimentação do passivo atuarial
As movimentações das obrigações atuariais preparadas com base em laudo atuarial estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	810.137	671.897	833.683	691.424
Juros sobre passivo atuarial	71.740	65.428	73.853	67.272
Custo do serviço corrente	69	22	1.997	1.959
(Ganho) / perda atuarial - experiência	(125)	57.765	(125)	57.765
(Ganho) / perda atuarial - hipóteses econômicas	(132.219)	70.282	(137.649)	70.762
Benefícios pagos diretamente pela empresa	(49.917)	(55.257)	(50.199)	(55.499)
Saldo no final do exercício	699.684	810.137	721.560	833.683

21.2.4 Hipóteses atuariais econômicas e biométricas
As principais hipóteses e dados biométricos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são apresentados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Econômicas		
Taxa de desconto - plano médico e seguro de vida	11,16% a.a.	9,14% a.a
Taxa de crescimento dos custos médicos	6,86% a.a.	6,86% a.a
Inflação econômica	3,50% a.a.	3,50% a.a
Fator de envelhecimento	0 a 24 anos: 1,50% a.a. 25 a 54 anos: 2,50% a.a. 55 a 79 anos: 4,50% a.a. Acima de 80 anos: 2,50% a.a.	0 a 24 anos: 1,50% a.a 25 a 54 anos: 2,50% a.a 55 a 79 anos: 4,50% a.a Acima de 80 anos: 2,50% a.a
Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Rotatividade	1,00% a.a.	1,00% a.a
Outras		
Idade de aposentadoria	65 anos	65 anos
Composição familiar	Homens 4 anos + velhos e 90% casados	Homens 4 anos + velhos e 90% casados
Permanência no plano	100%	100%

21.2.5 Análise de sensibilidade
As análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios demonstram o impacto no saldo consolidado:

	Taxa de desconto		Taxa de crescimento dos custos médicos
+0,50 %	691.494	+1,00 %	788.124

continua →



Suzano S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024





www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

21.2.6 Previsão de pagamentos e duração média das obrigações

Os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros (10 anos) a partir da obrigação dos benefícios concedidos são demonstrados a seguir:

Pagamentos	Assistência médica e seguro de vida
2025	53.601
2026	57.267
2027	60.995
2028	64.862
2029	68.645
2029 a 2034	397.704

22. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia concede aos membros da diretoria estatutária e não estatutária, colaboradores chave e os membros do Conselho de Administração ("Beneficiários") planos de incentivo de longo prazo baseados em ações, aprovados em Assembleia Geral com os objetivos de: (i) alinhar os interesses dos beneficiários aos interesses da Companhia e de seus acionistas, (ii) atrair, recompensar, reter e incentivar os beneficiários a conduzirem os negócios da Companhia de maneira sustentável, dentro de limites apropriados de risco e alinhados com os interesses dos acionistas, e (iii) conceder um incentivo financeiro aos beneficiários.

Os planos concedidos pela Companhia são: (i) Plano de Outorga de Ações Fantasmas ("*Phantom Shares* - PS"), liquidado em dinheiro e (ii) Plano de Outorga de Ações com Performance, liquidado em ações.

As características e os critérios de mensuração de cada plano estão divulgados a seguir:

22.1 Plano de ações fantasmas ("PS")

A quantidade de ações fantasmas a ser outorgada para cada beneficiário é calculada com base em montante financeiro.

O beneficiário somente poderá exercer os direitos às ações fantasmas, uma vez cumprido o período de carência, com duração de até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano.

A liquidação das ações fantasmas é efetuada em dinheiro, e o montante será calculado pela multiplicação da quantidade de ações outorgadas, pelo valor da ação mensurado com base na média da cotação dos últimos 90 (noventa) pregões.

Os planos de opções de ações fantasmas, por serem liquidados em caixa, têm os seus valores justos mensurados ao término de cada período.

Caso os beneficiários deixem a Companhia, durante o período de carência, perderão o direito de exercer as ações fantasmas.

A movimentação dos planos está apresentada a seguir:

		Quantidade de opções de ações									
								Carência a cumprir			
Ano da outorga	Valor justo na outorga	31/12/2023	Outorgadas/ provisionadas	Canceladas	Exercidas (1)	31/12/2024	Disponíveis para realização	2025	2026	2027	2028
2019	R$42,81	39.461	903		(40.364)						
2020	R$38,36	984.160	22.525	(204.963)	(768.338)	33.384	33.384				
2021	R$62,15	1.724.020	39.387	(66.231)	(822.696)	874.480	425.280	449.200			
2022	R$57,54	3.686.722	84.207	(286.478)	(23.014)	3.461.437		3.113.607	324.611	23.219	
2023	R$48,79	3.294.062	74.647	(283.548)	(32.982)	3.052.179		28.333	2.721.535	302.311	
2024	R$56,52		2.759.878	(81.947)	(2.914)	2.675.017			2.893	2.467.693	204.431
Quantidade de opções de ações		9.728.425	2.981.547	(923.167)	(1.690.308)	10.096.497	458.664	3.591.140	3.049.039	2.793.223	204.431
Valor contábil		268.489	173.486		(80.001)	361.974					
Valor contábil do exercício anterior		162.117	154.318		(47.946)	268.489					

(1) O preço médio das ações exercidas entre o período de 01/10 a 31/12/2024 foi de R$42,36 (quarenta e dois reais e trinta e seis centavos) (R$58,07 (cinquenta e oito reais e sete centavos) entre o período de 01/10 a 31/12/2023).

22.2 Plano de ações restritas ("Ações com Performance")

Cada ação com *performance* corresponde a 1 (uma) ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal de emissão da Companhia, a ser entregue ao beneficiário, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste plano.

A obtenção dos direitos aos beneficiários está condicionada a: (i) permanência contínua dos beneficiários como administradores da Companhia durante o período de carência, (ii) atingimento das metas atribuídas nos programas e (iii) quaisquer outras condicionantes determinadas pelo Conselho de Administração em cada outorga realizada.

O período de carência pode durar até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano.

A quantidade de ações com *performance* a ser efetivamente entregue para cada beneficiário dependerá do atingimento das metas atreladas nos respectivos programas e contratos, e serão apuradas após o período de carência. Neste cálculo, também será considerado o *Total Shareholder Return* ("TSR"), que é um indicador utilizado para medir o desempenho das ações do grupo de empresas caracterizadas como competidoras da Suzano.

Caso os beneficiários deixem a Companhia, antes do cumprimento das condições para a obtenção dos direitos, perderão o direito de exercer a opção das ações restritas.

A movimentação dos planos está apresentada a seguir:

		Quantidade de opções de ações							
						Término do período de lockup			
Ano da outorga	Valor justo na outorga	31/12/2023	Outorgadas/ provisionadas	Exercidas	31/12/2024	2025	2026	2027	2029
2021	R$51,70	111.685	2.559	(114.244)					
2022	R$53,81	113.161	2.639		115.800	115.800			
2023	R$51,45	367.903	15.665		383.568		268.534	115.034	
2024	R$55,27		3.371.612	(890.869)	2.480.743	337.465	220.540	302.738	1.620.000
Quantidade de opções de ações		592.749	3.392.475	(1.005.113)	2.980.111	453.265	489.074	417.772	1.620.000
Valor contábil		26.744	81.276	(47.794)	60.226				
Valor contábil do exercício anterior		18.425	8.319		26.744				

23. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÃO DE ATIVOS E CONTROLADAS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Combinação de negócios		
Facepa [1]	27.182	25.924
Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações ("VFFIP") [2]	93.308	161.263
	120.490	187.187
Circulante	21.166	93.405
Não circulante	99.324	93.782

(1) Adquirido em março de 2018, pelo montante de R$307.876, mediante pagamento de R$267.876 e o saldo remanescente atualizado pelo IPCA, ajustado pelas possíveis perdas incorridas até a da data de pagamento, com vencimento em março de 2028.

(2) Em agosto de 2014, a Companhia adquiriu a Vale Florestar S.A., por meio da VFFIP, com vencimentos até agosto de 2029. As liquidações anuais, efetuadas no mês de agosto, estão sujeitas a juros e atualizadas pela variação da taxa de câmbio do US$ e parcialmente atualizada pelo IPCA.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 Capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Suzano era de R$19.269.281 dividido em 1.264.117.615 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Os gastos com oferta pública foram de R$33.735, totalizando um capital social líquido de R$19.235.546. A composição do capital social é apresentada a seguir:

	31/12/2024 Ordinárias		31/12/2023 Ordinárias	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Acionistas controladores				
Suzano Holding S.A.	367.612.329	29,08%	367.612.329	27,76%
Controladores	196.065.636	15,51%	196.065.636	14,81%
Administradores e pessoas vinculadas	32.784.440	2,59%	32.105.783	2,42%
Alden Fundo de Investimento em Ações	26.154.744	2,07%	26.154.744	1,98%
	622.617.149	49,25%	621.938.492	46,97%
Tesouraria (nota 24.2)	24.875.787	1,97%	34.765.600	2,63%
Outros acionistas	616.624.679	48,78%	667.413.523	50,40%
	1.264.117.615	100,00%	1.324.117.615	100,00%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as ações ordinárias SUZB3 foram cotadas a R$61,78 e em 31 de dezembro de 2023 a R$55,63.

Em 25 de abril de 2024, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$10.000.000, conforme descrito na nota 1.2.4.

24.2 Dividendos e cálculo de reservas

O estatuto social da Companhia estabelece que o dividendo mínimo anual é o menor valor entre:

(i) 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei no 6.404/76, ou

(ii) 10% da geração de caixa operacional consolidado ("GCO") da Companhia no exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram distribuídos dividendos, em decorrência do prejuízo apurado no exercício.

Em 04 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou a deliberação sobre o pagamento de juros sobre capital próprio pela Companhia, no valor bruto total de R$2.500.000, conforme descrito na nota 1.2.8.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios em consonância ao item (ii) acima, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2023
EBITDA Contábil	19.537.398
Ajustes ao EBITDA	(1.264.428)
EBTIDA Ajustado	18.272.970
Capex Manutenção (Sustain)	(6.706.367)
GCO = EBTIDA Ajustado - Capex Manutenção	11.566.603
Dividendos (10%) - Art. 26º, "c" do Estatuto Social	1.156.660
Juros sobre capital próprio distribuído e dividendos	1.500.000
Imposto de renda retido na fonte	(190.119)
Juros sobre capital próprio distribuído a maior [1]	(153.221)

(1) Considerando que a distribuição de juros sobre capital próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ultrapassou os dividendos mínimos obrigatórios, não está prevista a deliberação de dividendos adicionais.

24.3 Reservas

24.3.1 Reservas de capital

São constituídas por valores recebidos pela Companhia decorrentes de transações com acionistas e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como podem ser utilizadas para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros e resgate, reembolso e compra de ações.

24.3.2 Reservas de lucros

São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir:

(i) legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76 e limitado a 20% do capital social, considerando que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício social para a reserva legal. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva é de R$1.847.109 e em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa reserva era de R$1.847.109.

(ii) aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e aos dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva é de R$2.807.632 e em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa reserva era de R$15.670.952.

(iii) estatutária especial: constituída na base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva é de R$1.847.109 e em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa reserva era de R$1.887.576.

(iv) incentivos fiscais: constituída nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e por proposta dos órgãos da administração, a Companhia destinará a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, sendo esta parcela excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Desta forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante dessa reserva é de R$1.319.908, enquanto em 31 de dezembro de 2023, o saldo correspondia a R$998.237. Este acréscimo pode ser explicado pela reserva referente aos benefícios de Lucro da Exploração (nota 12.3) e Reinvestimento. O Lucro da Exploração, aplicável às unidades fabris dos estados do Espírito Santo, Maranhão e Bahia (sob aval da Sudene), além da fábrica em Belém do Pará (sob aval da Sudam), contribui com uma constituição de reserva de R$299.515 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. No que tange ao incentivo de Reinvestimento, utilizado apenas para as unidades de Aracruz (ES), Mucuri (BA) e Imperatriz (MA), presentes na região sob administração da Sudene, a utilização do benefício reflete em um acréscimo de R$14.574 à reserva do exercício. Com relação ao incentivo fiscal subvenção para investimento, em conformidade com a Lei nº 14.789/2023, a Companhia realizou a tributação dos resultados equivalentes a esses montantes, não havendo constituição de reserva para este incentivo fiscal relativo ao exercício corrente, apenas a constituição de R$7.582, referente ao benefício do exercício anterior, no regramento prévio a Lei nº 14.789/2023.

(v) reserva de investimentos: constituída de acordo com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, modificado pela Lei nº 11.638/07, a retenção de lucros é realizada com base em um orçamento de capital. Essa prática visa atender às necessidades do plano de investimentos da Companhia, previamente aprovado em Assembleia Geral Ordinária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia absorveu o prejuízo do exercício no montante de R$(7.315.184), encerrando o exercício findo em 2024 com o saldo de R$5.157.140, e em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa reserva era de R$14.972.324.

24.4 Ajuste de avaliação patrimonial

São alterações que ocorrem no patrimônio líquido oriundas de transações e outros eventos que não são originados com os acionistas e é apresentado líquido dos efeitos tributários, conforme a seguir:

	Conversão de debêntures 5ª emissão	Perdas atuariais	Efeito do valor justo de ativos financeiros	Efeito cambial em investimento no exterior	Custo atribuído	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(45.746)	(144.799)	2.163	3.218	1.904.680	1.719.516
Perda atuarial		(84.828)				(84.828)
Perda na conversão do ativo financeiro a valor justo			(865)			(865)
Ganho na conversão de operações no exterior				5.178		5.178
Realização parcial do custo atribuído, líquido de efeitos tributários					(100.705)	(100.705)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(45.746)	(229.627)	1.298	8.396	1.803.975	1.538.296
Ganho atuarial		90.931				90.931
Efeito do valor justo de investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente			(364.231)			(364.231)
Efeito cambial na conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior				163.185		163.185
Realização de custo atribuído, líquido do IRPJ e CSLL					(79.385)	(79.385)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(45.746)	(138.696)	(362.933)	171.580	1.724.590	1.348.796

24.5 Ações em tesouraria

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 24.875.787 ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria (34.765.600 em 31 de dezembro de 2023), com custo médio de R$53,84 por ação, com valor histórico de R$1.339.197 (R$1.484.014 em 31 de dezembro de 2023) e de mercado correspondente à R$1.536.826 (R$1.934.010 em 31 de dezembro de 2023).

Em 26 de janeiro de 2024, foram canceladas 20.000.000 de ações ordinárias mantidas em tesouraria. Adicionalmente, em 9 de agosto de 2024, foram canceladas mais 40.000.000 de ações ordinárias mantidas em tesouraria, conforme descrito na nota 1.2.3. Na mesma data, a Companhia deliberou sobre um novo programa de recompra de ações, no qual poderá adquirir até 40.000.000 de ações ordinárias de sua própria emissão, com prazo máximo para realização de 18 meses, encerrando em 9 de fevereiro de 2026, das quais já foram recompradas 11.115.300 até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

	Quantidade	Custo médio por ação	Valor histórico	Valor de mercado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	51.911.569	40,84	2.120.324	2.504.214
Recompra	20.000.000	44,05	880.914	880.914
Canceladas	(37.145.969)	40,84	(1.517.224)	(1.570.532)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	34.765.600	42,69	1.484.014	1.934.010
Exercidas (nota 22.2)	(1.005.113)	47,55	(47.794)	(54.213)
Recompra	51.115.300	54,91	2.806.764	2.806.764
Canceladas	(60.000.000)	48,40	(2.903.787)	(3.238.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	24.875.787	53,84	1.339.197	1.536.826

24.6 Destinação do resultado

	% limite sobre o capital social	Destinação do Resultado 31/12/2024	Destinação do Resultado 31/12/2023	Saldo de reservas 31/12/2024	Saldo de reservas 31/12/2023
Realização do custo atribuído, líquido de efeitos tributários		(79.385)	(100.705)		
Reserva de incentivos fiscais		321.671	118.959	1.319.908	998.237
Reserva legal	20,00%		443.010	1.847.109	1.847.109
Reserva para aumento de capital	80,00%		10.911.226	2.807.632	15.670.952
Reserva estatutária especial	20,00%		1.212.358	1.847.109	1.887.576
Reserva de investimentos		(7.315.184)		5.157.140	14.972.324
Reserva de capital				60.226	26.744
Dividendos prescritos		(1.300)			
Juros sobre capital próprio			1.500.000		
		(7.074.198)	14.084.848	13.039.124	35.402.942

25. RESULTADO POR AÇÃO

25.1 Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(7.074.198)	14.084.848
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício - em milhares	1.289.637	1.330.020
Média ponderada das ações em tesouraria - em milhares	(24.836)	(32.827)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação - em milhares	1.264.801	1.297.193
Resultado básico por ação ordinária - R$	(5,59313)	10,85794

25.2 Diluído

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da média ponderada das ações ordinárias em circulação, presumindo-se a conversão de todas as ações ordinárias que causariam a diluição.

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(7.074.198)	14.084.848
Quantidade média ponderada de ações em circulação no período (exceto ações em tesouraria) - em milhares	1.264.801	1.297.193
Número médio de ações potenciais (opções de compra de ações) - em milhares		487
Média ponderada da quantidade de ações (diluída) - em milhares	1.264.801	1.297.680
Resultado diluído por ação ordinária - R$	(5,59313)	10,85387

O número médio de ações ordinárias potenciais diluidoras (opção de compra de ação) é de 2.980 mil ações. Em razão do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não considerou no cálculo o efeito diluidor.

continua →



Suzano S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

26. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos [1]	(849.611)	(461.096)	(4.453.739)	(3.636.730)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	(3.727.337)	(3.391.952)		
Amortização de custos de transação, ágio e deságio [2]	(26.978)	(21.634)	(80.099)	(67.353)
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento [3]	(446.162)	(435.649)	(451.148)	(441.596)
Outras	(215.692)	(296.527)	(556.917)	(513.483)
	(5.265.780)	(4.606.858)	(5.541.903)	(4.659.162)
Receitas financeiras				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.170.248	724.210	1.598.111	1.668.408
Juros sobre outros ativos	114.461	155.943	139.323	157.241
	1.284.709	880.153	1.737.434	1.825.649
Instrumentos financeiros derivativos				
Receitas	2.669.394	10.149.730	2.669.394	10.149.730
Despesas	(11.775.637)	(4.622.774)	(11.782.077)	(4.623.016)
	(9.106.243)	5.526.956	(9.112.683)	5.526.714
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.627.478)	(219.400)	(17.728.324)	4.185.675
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	(15.125.594)	4.368.033		
Arrendamento	(596.258)	175.413	(613.124)	180.112
Outros ativos e passivos [4]	586.545	120.129	2.456.455	(1.278.060)
	(16.762.785)	4.443.975	(15.884.993)	3.087.727
Resultado financeiro, líquido	(29.850.099)	6.244.226	(28.802.145)	5.780.928

(1) Exclui R$959.968 na controladora e no consolidado referente a custos de empréstimos capitalizados, relacionado, substancialmente, ao imobilizado em andamento do Projeto Cerrado (R$1.160.364 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2023).
(2) Em 31 de dezembro de 2023, no consolidado, foram reconhecidos diretamente no resultado o saldo de R$19 referente aos custos de transação com empréstimos e financiamentos.
(3) Inclui R$245.318 na controladora e R$249.135 no consolidado (R$221.126 na controladora e R$223.055 no consolidado em 31 de dezembro de 2023), referente à reclassificação para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação.
(4) Incluem efeitos das variações cambiais de clientes, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros.

27. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de vendas	46.763.864	30.922.263	57.017.142	47.601.020
Deduções				
Devoluções e cancelamentos	(233.815)	(115.751)	(234.643)	(155.950)
Descontos e abatimentos	(504.021)	(323.182)	(6.936.630)	(5.526.032)
	46.026.028	30.483.330	49.845.869	41.919.038
Impostos sobre vendas	(2.440.814)	(2.036.039)	(2.442.587)	(2.163.463)
Receita líquida	43.585.214	28.447.291	47.403.282	39.755.575

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

28.1 Critérios de identificação dos segmentos operacionais

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva Estatutária avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio por meio do EBITDA Ajustado. A Companhia revisou a nota de segmento para apresentar o EBITDA Ajustado como sua medida de desempenho.
Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes:
(i) Celulose: compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e fluff principalmente para abastecer o mercado externo.
(ii) Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas de bens de consumo (tissue) estão classificadas nesse segmento devido a sua imaterialidade.

As informações referentes aos ativos e passivos totais por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia que, por sua vez, tomam decisões sobre investimentos e alocação de recursos considerando as informações dos ativos em bases consolidadas.
Adicionalmente, com relação às informações geográficas relacionadas a ativos não circulantes, não divulgamos tais informações, visto que todos os nossos ativos imobilizados, ativos biológicos e intangíveis estão substancialmente localizados no Brasil.

28.2 Informações dos segmentos operacionais

	Consolidado 31/12/2024		
	Celulose	Papel	Total
Receita líquida	37.593.462	9.809.820	47.403.282
Mercado interno (Brasil)	2.295.258	7.278.586	9.573.844
Mercado externo	35.298.204	2.531.234	37.829.438
Ásia	15.760.800	24.767	15.785.567
Europa	11.895.394	355.784	12.251.178
América do Norte	6.965.731	914.234	7.879.965
América do Sul e Central	670.157	1.179.840	1.849.997
África	6.122	56.608	62.730
Custo dos Produtos Vendidos	(21.261.705)	(6.139.822)	(27.401.527)
EBITDA Ajustado	20.866.160	2.983.040	23.849.200
Ajustes ao EBITDA (*)			1.065.887
Depreciação, exaustão e amortização			(9.223.995)
Resultado financeiro			(28.802.145)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social			(13.111.053)

	Consolidado 31/12/2023		
	Celulose	Papel	Total
Receita líquida	30.677.265	9.078.310	39.755.575
Mercado interno (Brasil)	2.144.199	6.719.093	8.863.292
Mercado externo	28.533.066	2.359.217	30.892.283
Ásia	13.588.032	72.133	13.660.165
Europa	8.701.141	302.131	9.003.272
América do Norte	5.682.010	476.429	6.158.439
América do Sul e Central	558.601	1.437.181	1.995.782
África	3.282	71.343	74.625
Custo dos Produtos Vendidos	(19.694.674)	(5.382.001)	(25.076.675)
EBITDA Ajustado	15.194.660	3.078.310	18.272.970
Ajustes ao EBITDA (*)			1.264.428
Depreciação, exaustão e amortização			(7.321.110)
Resultado financeiro			5.780.928
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social			17.997.216

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
(*) Ajustes ao EBITDA		
Atualização do valor justo do ativo biológico	1.431.532	1.989.831
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e ativo biológico	(169.284)	(232.143)
Reversão (provisão) na perda de crédito de ICMS	(130.726)	(348.628)
Outros [1]	(65.635)	(144.632)
	1.065.887	1.264.428

(1) Inclui itens com ajustes específicos, não caixa e excepcionais, como: i) baixa de inventário de madeira, ii) créditos tributários - exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, iii) doações para catástrofes e pandemias, iv) equivalência patrimonial, v) extinção da linha de negócio de embalagens, vi) multas e distrato de contratos, vii) gastos com aquisição de ativos e combinações de negócios, e viii) perda efetiva do programa de adiantamento de contrato de fomento.

28.3 Receita líquida por produto

	Consolidado	
Produtos	31/12/2024	31/12/2023
Celulose de mercado [1]	37.593.462	30.677.265
Papel para impressão e escrita [2]	8.478.489	7.567.320
Papel cartão	1.270.872	1.417.075
Outros	60.459	93.915
	47.403.282	39.755.575

(1) A receita líquida da celulose fluff representa 0,7% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de celulose de mercado (0,8% em 31 de dezembro de 2023).
(2) A receita líquida de tissue representa 5,8% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de papel de impressão e escrita (5,1% em 31 de dezembro de 2023).

Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional celulose, China e Estados Unidos da América são os principais países, representando 36,92% e 16,08%, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (China e EUA representaram 41,36% e 15,32%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023).
Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional papel, Argentina e Estados Unidos da América são os principais países, representando 10,96% e 22,50%, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Argentina e EUA representaram 23,68% e 19,49%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023).
Não há nenhum outro país estrangeiro individual que represente mais do que 10% da receita líquida no mercado externo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

28.4 Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), decorrentes de combinações de negócios foram alocados aos segmentos divulgáveis, correspondem às unidades geradoras de caixa ("UGC") da Companhia, considerando os benefícios econômicos gerados por tais ágios e são apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Celulose	7.897.051	7.897.051
Papel	290.191	290.191
	8.187.242	8.187.242

29. RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo dos produtos vendidos [1]				
Gastos com pessoal	(1.597.022)	(1.304.217)	(1.741.347)	(1.450.428)
Custos com matérias-primas, materiais e serviços	(10.815.001)	(10.171.683)	(11.468.545)	(10.981.883)
Custos logísticos	(4.010.199)	(3.198.270)	(5.186.872)	(4.341.369)
Depreciação, exaustão e amortização	(7.823.467)	(6.299.378)	(8.135.016)	(6.718.474)
Outros [2]	(1.987.444)	(493.716)	(869.747)	(1.584.521)
	(26.233.133)	(21.467.264)	(27.401.527)	(25.076.675)
Despesas com vendas				
Gastos com pessoal	(217.853)	(171.529)	(330.178)	(281.673)
Serviços	(197.931)	(132.434)	(247.585)	(173.494)
Despesas com logística	(538.970)	(397.896)	(1.288.670)	(1.067.031)
Depreciação e amortização	(953.268)	(949.395)	(955.201)	(952.033)
Outros [3]	(95.706)	(93.368)	(116.913)	(122.146)
	(2.003.728)	(1.744.622)	(2.938.547)	(2.596.377)
Despesas gerais e administrativas				
Gastos com pessoal	(1.421.094)	(969.687)	(1.661.843)	(1.172.538)
Serviços	(383.297)	(315.703)	(503.086)	(406.001)
Depreciação e amortização	(113.806)	(97.900)	(143.600)	(118.771)
Outros [4]	(226.870)	(176.582)	(311.315)	(225.918)
	(2.145.067)	(1.559.872)	(2.619.844)	(1.923.228)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Aluguéis e arrendamentos	2.180	3.971	2.188	3.971
Resultado na venda de outros produtos, líquido	(28.457)	(10.664)	77.817	79.046
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizados, intangíveis e biológicos, líquido	(157.278)	(327.726)	(163.033)	(331.285)
Resultado na atualização do valor justo do ativo biológico	1.399.808	1.945.760	1.431.530	1.989.831
Depreciação, amortização e outras realizações de PPA [5]	(54.619)	393.091	9.822	468.168
Provisão para passivos judiciais	(145.422)	(159.517)	(148.952)	(167.563)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(5.287)	(26.728)	52.201	34.204
	1.010.925	1.818.187	1.261.573	2.076.372

(1) Inclui R$587.345 referentes aos gastos com parada de manutenção (R$650.592 em 31 de dezembro de 2023).
(2) O efeito da eliminação do lucro dos estoques a realizar nas vendas da controladora para suas controladas, que é ajustado nas demonstrações consolidadas, também foi ajustado no resultado individual da controladora, para manter o patrimônio líquido igual entre controladora e consolidado, com reflexo em outros passivos circulantes (R$1.176.662 em 31 de dezembro de 2024 e R$620.372) em 31 de dezembro de 2023).
(3) Inclui PECLD, seguros, materiais de uso e consumo, viagens, hospedagem, feiras e eventos.
(4) Inclui, substancialmente, despesas corporativas, seguros, materiais de uso e consumo, projetos sociais e doações, viagem e hospedagem.
(5) No consolidado refere-se, substancialmente, à baixa de passivos contingentes assumidos no PPA da Fibria, conforme nota 20.1.

30. COBERTURA DE SEGUROS - CONSOLIDADO

A Companhia mantém cobertura de seguro para risco operacional com limite máximo para indenização de US$1.000.000 equivalente a R$6.192.300. Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil geral no montante de US$20.000, equivalente a R$123.846 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
A Administração da Companhia considera esse valor suficiente para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes. A Suzano não tem seguro para suas florestas. Visando minimizar o risco de incêndio, são mantidos, pela brigada interna de incêndio, um sistema de torres de observações e uma frota de caminhões. A Companhia não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.
A Companhia dispõe de apólice de seguro de transporte nacional com limite máximo para indenização de R$60.000 e internacional no montante de US$75.000, equivalente a R$464.423, com vigência até novembro de 2025, com renovação prevista para um período de 18 meses.
Além das coberturas mencionadas anteriormente, são mantidas em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

David Feffer - Presidente
Daniel Feffer - Vice-Presidente
Nildemar Secches - Vice-Presidente
Gabriela Feffer Moll - Conselheira
Maria Priscila Rodini Vansetti Machado - Conselheira
Paulo Rogerio Caffarelli - Conselheiro
Paulo Sergio Kakinoff - Conselheiro
Rodrigo Calvo Galindo - Conselheiro
Walter Schalka - Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Eraldo Soares Peçanha - Conselheiro
Luiz Augusto Marques Paes - Conselheiro
Rubens Barletta - Conselheiro
Kurt Janos Toth - Suplente
Roberto Figueiredo Mello - Suplente
Luciano Douglas Colauto - Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA

João Alberto Fernandez de Abreu
Diretor Presidente
Marcos Moreno Chagas Assumpção
Vice-Presidente Executivo de Finanças e Relações com Investidores
Aires Galhardo
Vice-Presidente Executivo de Operação Celulose, Engenharia e Energia
Carlos Aníbal de Almeida Jr.
Vice-Presidente Executivo de Florestal e Suprimentos
Fernando de Lellis Garcia Bertolucci
Vice-Presidente Executivo de Sustentabilidade e Inovação
Leonardo Barreto de Araújo Grimaldi
Vice-Presidente Executivo de Comercial e Logística Celulose

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Paulo Rogerio Caffarelli - Coordenador
Ana Paula Pessoa - Membro
Carlos Biedermann - Especialista Financeiro

CONTADOR

Arvelino Cassaro
CRC ES-007400/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Suzano S.A. ("Companhia"), em reunião iniciada em 10 de fevereiro e concluída em 12 de fevereiro de 2025, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas, todos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sem ressalvas, e, tendo encontrado tais documentos em conformidade com as prescrições legais aplicáveis, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025.

Eraldo Soares Peçanha - Membro
Luiz Augusto Marques Paes - Membro
Rubens Barletta - Membro

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria da Suzano S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento ao disposto no inciso VII do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, examinou as demonstrações financeiras da controladora e consolidado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Relatório da Administração, e o relatório emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Não houve situações de divergências significativas entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras da Companhia.
Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do Comitê de Auditoria, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025.

Paulo Rogerio Caffarelli - Coordenador
Ana Paula Pessoa - Membro
Carlos Biedermann - Especialista financeiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, a diretoria executiva da Suzano S.A., declara que:
i. revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e
ii. revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025.

João Alberto Fernandez de Abreu - Diretor Presidente
Marcos Moreno Chagas Assumpção - Vice-Presidente Executivo de Finanças e Relações com Investidores
Aires Galhardo - Vice-Presidente Executivo de Operação Celulose, Engenharia e Energia
Carlos Aníbal de Almeida Jr. - Vice-Presidente Executivo de Florestal e Suprimentos
Fernando de Lellis Garcia Bertolucci - Vice-Presidente Executivo de Sustentabilidade e Inovação
Leonardo Barreto de Araújo Grimaldi - Vice-Presidente Executivo de Comercial e Logística Celulose

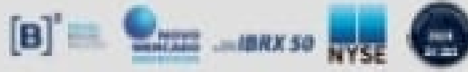
continua →

Eufrázio



Suzano S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024





RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO ("CAE")

Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da Suzano S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente instituído em abril de 2019, dentro das melhores práticas de governança corporativa.

De acordo com o seu Regimento Interno e o Estatuto Social da Companhia, o CAE funcionará em caráter permanente, reportará ao Conselho de Administração e será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, devendo: (i) pelo menos um dos membros do CAE ser também membro independente do Conselho; (ii) ao menos um dos membros do CAE ter comprovada capacitação em finanças ("financial literacy"), conforme estabelecido neste Regimento e na legislação aplicável (especialmente na Seção 10A do "Securities Exchange Act de 1934" e respectivas regras) e nas normas expedidas pelos órgãos reguladores do mercado de capitais e bolsas de valores em que estejam listados valores mobiliários da Companhia; (iii) todos os membros atender aos requisitos previstos no Artigo 147 da Lei nº 6.404/76.

Atualmente, o CAE é composto por 3 (três) membros com mandato de 2 (dois) anos, sendo a última eleição realizada em 09 de maio de 2024, ou seja, todos os membros possuem mandato válido até a primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral da Companhia que deliberar sobre as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025. A maioria dos membros é independente. São membros do CAE, o Sr. Paulo Rogerio Caffarelli atua como coordenador e integra também o Conselho de Administração da Companhia, juntamente com a Sra. Ana Paula Pessoa e o Sr. Carlos Biedermann, como especialista financeiro.

De acordo com o seu Regimento Interno, compete ao CAE, dentre outras funções, revisar, supervisionar e zelar (i) pela qualidade e integridade das informações financeiras trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares (iii) avaliar, em conjunto com os auditores independentes as políticas e práticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (iv) Avaliar e recomendar ao Conselho de Administração a Política de Alçadas da Companhia (v) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna e (vi) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e em suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais ("ITRs") arquivados junto à CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 12 de fevereiro de 2025, contendo opinião sem ressalvas.

Os trabalhos de auditoria interna são realizados por equipe própria. O CAE é responsável pela recomendação de aceitação ou rejeição do plano anual de auditoria interna, que posteriormente é aprovado pelo Conselho de Administração, que na sua execução é acompanhado e orientado pelo Diretor de Auditoria Interna, vinculado diretamente ao Conselho de Administração e ainda é responsável pela revisão da estrutura organizacional e qualificações dos membros da Auditoria Interna, e resultados alcançados no desenvolvimento de suas funções. No mais, o CAE desenvolve sua atuação de forma ampla e independente, observando, principalmente, a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia.

Temas discutidos pelo CAE

O CAE reuniu-se 8 (oito) vezes, sendo 5 (cinco) ordinariamente e 3 (três) vezes extraordinariamente no período de fevereiro de 2024 a fevereiro de 2025. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar os seguintes aspectos:

i. reuniões individuais com a Auditoria Interna e Auditoria Externa para acompanhamento dos principais assuntos relacionados aos trabalhos do ano vigente, mantendo a independência e reforçando a transparência do processo;
ii. agendas individuais com o CEO e CFO e demais administradores para alinhamento e acompanhamento de assuntos estratégicos para o comitê;
iii. aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Interna e de sua execução;
iv. conhecimento e acompanhamento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, bem como fazer o acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração;
v. monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhoria, monitoramento de riscos de fraudes com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e com os Auditores Independentes, com a área de Controles Internos, Compliance e Ouvidoria;
vi. análise do processo de certificação dos Controles Internos (Sarbanes-Oxley SOX) junto aos Administradores e aos Auditores Independentes;
vii. análise, aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Independente e sua execução tempestiva;
viii. acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras da Companhia, do Relatório da Administração e dos Releases de Resultados, notadamente, mediante reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das ITRs e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
ix. acompanhamento do programa de Compliance da Companhia e as ações mitigatórias;
x. acompanhamento da metodologia adotada para gestão de riscos da companhia e dos resultados obtidos, de acordo com o trabalho apresentado e desenvolvido pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão. Deep dive dos principais riscos monitorados pela companhia com acompanhamento do grau de risco e entrega dos planos de mitigação, com o objetivo de garantir a evidenciação e o monitoramento dos riscos relevantes para a Companhia;
xi. acompanhamento da evolução do programa de cybersegurança durante o exercício de 2024;
xii. acompanhamento dos principais indicadores de enquadramento das políticas financeiras da companhia e dos indicadores de atingimento das principais metas ESG atreladas a contratos financeiros;
xiii. análise das provisões e contingências judiciais, bem como acompanhamento de temas jurídicos como Reforma Tributária, exaustão incentivada e fiscalizações Receita Federal do Brasil;
xiv. revisão e recomendação de aprovação pelo Conselho de Administração de políticas corporativas, como Política de Gestão de Riscos, Partes Relacionadas, Política Anticorrupção, Código de Ética;
xv. acompanhamento do canal de denúncias aberto a acionistas, colaboradores, emissores, fornecedores e ao público em geral, com responsabilidade da Ouvidoria no recebimento e apuração das denúncias ou suspeitas de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência;
xvi. reuniões com os atuais auditores independentes da Companhia, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. em diversos momentos, para discussão das ITRs submetidas à sua revisão e tomou conhecimento do relatório de auditoria, contendo a opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados; e
xvii. atenção às transações com partes relacionadas com a sua recomendação para aprovação pelo CA, aos critérios adotados para avaliação do valor justo do ativo biológico e aos critérios adotados nas demais estimativas contábeis com objetivo de garantir a qualidade e transparência das informações.

Os temas acima foram submetidos à apreciação e ou aprovação de outros órgãos da administração inclusive do Conselho de Administração conforme estatuto e regimentos internos da Companhia.

Conclusão

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, bem como daquelas previstas no seu Regimento Interno do próprio Comitê, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes, do relatório anual da Administração e da proposta de destinação do resultado, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e o exame de auditoria realizado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., recomendam, por unanimidade, a aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, dos documentos acima citados.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025.

Paulo Rogerio Caffarelli
Coordenador

Ana Paula Pessoa
Membro

Carlos Biedermann
Especialista financeiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Suzano S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Suzano S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Suzano S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Valor justo dos ativos biológicos (Notas 3.2.15 e 13)	
Os ativos biológicos da Companhia e do Consolidado correspondem a florestas de eucalipto e são mensurados ao valor justo, menos as despesas de venda necessárias para colocar o ativo em condições de uso ou venda, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Em 31 de dezembro de 2024, esses valores eram de R$ 21.523.239 mil (controladora) e de R$ 22.283.001 mil (consolidado). Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da administração, incluindo taxa de incremento médio anual das florestas e, principalmente, o preço de venda da madeira em pé em diferentes regiões. Este é um assunto que permanece sob atenção da nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor justo, bem como a metodologia de avaliação, premissas e a totalidade e acuracidade dos dados utilizados no cálculo. Com apoio de nossos especialistas em valorização de ativos biológicos, avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência lógica e aritmética. Definimos as principais premissas na perspectiva da auditoria e efetuamos comparações com fontes externas, avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos e internos contratados pela administração para apoio no cálculo do valor justo. Em relação às premissas consideradas significativas no âmbito da auditoria, como o preço de venda da madeira em pé em diferentes regiões e a taxa de incremento médio anual das florestas, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, quando aplicável, bem como avaliamos o comportamento histórico, respectivas tendências e dados utilizados. Avaliamos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos da norma contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos. Com base no resultado dos procedimentos realizados, consideramos que o modelo de avaliação está consistente com as práticas de mercado e que as premissas e dados utilizados estão devidamente suportados, bem como com os requisitos de divulgação estabelecidos pela norma contábil foram atendidos.
Passivos judiciais tributários, previdenciários e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro (Notas 3.2.19, 3.2.22 e 20)	
A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais decorrentes do curso normal de suas operações. Especialmente nos casos de natureza tributária, previdenciária e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, tratam-se de divergências na interpretação de leis, autos de infração, entre outros. A administração, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima os desfechos para esses diversos assuntos, provisiona aqueles considerados como de perda provável, no montante de R$ 2.335.662 mil (consolidado), líquido dos depósitos judiciais, e divulga aqueles considerados como incertos, com risco de materialização não provável, no montante de R$ 9.837.082 mil (consolidado). A determinação das chances de perda, assim como dos valores objetos das disputas, envolve julgamento da administração, considerando aspectos subjetivos e evoluções jurisprudenciais, que podem mudar ao longo do processo e que não estão sob o controle da administração. Por essa razão, mantivemos esse tema como uma área de foco de nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para identificar e constituir provisões, monitorar o andamento dos processos judiciais tributários e previdenciários e das incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas. Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária, entendemos o objeto dos principais processos em andamento, obtivemos a documentação suporte da avaliação da administração, incluindo a determinação de valores e a opinião de especialistas externos contratados, bem como avaliamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração e o prognóstico de perda determinado pela Companhia e suas controladas. Obtivemos confirmação direta dos assessores jurídicos externos responsáveis pelos processos na esfera judicial. Testamos, por amostragem, os cálculos dos valores utilizados para o provisionamento e avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as normas contábeis relevantes e documentação suporte. Observamos que as conclusões da administração e a documentação suporte, incluindo as posições dos assessores jurídicos internos e externos, estão consistentes entre si e com nosso entendimento sobre os objetos das disputas judiciais, bem como com os valores e as divulgações incluídas nas notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Daniel Vinícius Fumo
Contador CRC 1SP256197/O-8

Eufrázio

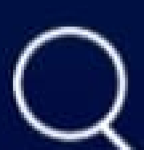
ESTADÃO RI

A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

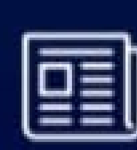
Confira as notícias que envolvem as principais empresas do País.


AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS


INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL


BUSCADOR INTELIGENTE


PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS


CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS




PORTAL ESTADÃO RI

ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AE AGÊNCIA ESTADO broadcast

Eufrázio

ESTADÃO

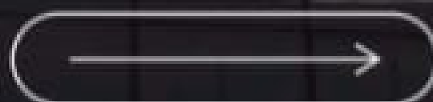
QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO



CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.





ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS



A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES



CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)



ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS



LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

A MELHOR MULTIPLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

ESTADÃO 150 · ESTADÃO RI · ELDORADO FM 107,3 · ESTADÃO BLUE STUDIO · AGÊNCIA ESTADO · broadcast

FONTES: IVC | PORTAL GOOGLE ANALYTICS NOV/22

Eufrázio

Banco Daycoval S.A. | CNPJ 62.232.889/0001-90 | Companhia Aberta - Categoria B

daycoval.com.br

BancoDaycoval

RESULTADOS 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração do Banco Daycoval S.A. ("Daycoval" ou "Banco") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os comentários aqui apresentados são relativos aos resultados consolidados do Daycoval para o respectivo período.

O ano de 2024 ficará marcado como um teste de fogo para a economia brasileira. Se, por um lado, o crescimento do PIB surpreendeu positivamente ao atingir 3,5% – muito acima das projeções iniciais –, por outro, a condução da política fiscal gerou um nível de incerteza que contaminou expectativas, desancorou a inflação e exigiu uma resposta brusca da política monetária. O país viveu um paradoxo: cresceu mais do que o esperado, mas a sensação de instabilidade econômica foi intensificada.

A combinação de um crescimento mais forte e uma taxa de câmbio persistentemente depreciada impulsionou a inflação para patamares próximos de 5%, acima das estimativas iniciais. Essa escalada forçou o Banco Central a reverter a trajetória de queda da taxa Selic, encerrando o ano em 12,25%, um patamar superior ao de 2023 (11,75%). Na prática, o alívio monetário esperado foi interrompido bruscamente, expondo as contradições entre a política econômica e a realidade fiscal do país.

Diante desse ambiente desafiador, a solidez e a resiliência se tornam ainda mais essenciais. O Banco Daycoval encerra mais um ano reforçando sua posição no mercado, com um balanço robusto e resultados sustentáveis, fruto de uma gestão estratégica que prioriza a qualidade dos ativos, o controle rigoroso de riscos e a expansão consistente das áreas de negócios e investimentos.

O Lucro Líquido Contábil atingiu R$ 1.689,3 milhões no ano de 2024, um crescimento de 53,3% em relação ao mesmo período do ano anterior e um ROAE contábil de 25,0%.

O Índice de Basileia atingiu 12,5%, o que representou um decréscimo de 1,4 ponto percentual em relação ao ano de 2023 (13,9%). Esse decréscimo é explicado pela expansão da carteira de crédito, o que resultou em maior consumo de capital no período.

A carteira de crédito do Banco atingiu um montante de R$ 65.465,5 milhões no período, um crescimento de 14,4% frente o ano de 2023. A expansão sazonal do segmento de empresas no último trimestre do ano impulsionou esse crescimento, com destaque para os produtos de compra de recebíveis e comércio exterior. Além disso, as carteiras de leasing, avais e fianças, e títulos privados seguem em trajetória de crescimento consistente.

No segmento varejo, o Crédito Consignado encerrou 2024 com uma carteira de R$ 15,8 bilhões, o que representou crescimento de 9,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, superior ao apresentado pelo mercado.

A originação média mensal neste segmento continuou forte, registrando a marca de aproximadamente R$ 1,1 bilhão em um total de 1,2 milhão de clientes. Os constantes investimentos em tecnologia têm viabilizado ganho de escala e eficiência neste produto.

A carteira de Financiamento de Veículos atingiu R$ 2,5 bilhões, um crescimento de 15,5% em relação ao ano de 2023. O movimento mais acentuado no crescimento é reflexo da gradual retomada de vendas do mercado de veículos usados e níveis estáveis de inadimplência. A originação mensal média voltou a ultrapassar R$ 140 milhões no último trimestre.

No tocante à qualidade da carteira, o índice de inadimplência (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito) apresentou redução de 0,1 p.p alcançando 1,9% frente 2,0% em 2023, reflexo da constante disciplina e eficiência na concessão de crédito.

O índice de cobertura (Saldo de PDD/Créditos vencidos há mais de 90 dias) alcançou 161,2% no ano de 2024 frente 133,8% em 2023, em linha com a abordagem conservadora diante de um cenário macroeconômico mais desafiador.

Em 2024, o saldo total de captação atingiu R$ 65,1 bilhões, crescimento de 17,9% em relação a 2023, refletindo a solidez da estratégia de *funding* do Banco. Esse avanço foi impulsionado, pelo aumento do volume de depósitos a prazo, com destaque para o segmento de pessoa jurídica, beneficiado pelo ambiente de juros elevados e captação de US$ 460 milhões junto ao IFC, membro do Grupo do Banco Mundial desembolsado no segundo semestre de 2024.

O ano de 2024 foi marcante para a área de investimentos do Banco, com um marco significativo: a celebração dos 20 anos da área de gestão de recursos. Ao longo dessas duas décadas, a solidez e a excelência na gestão se refletiram na conquista de R$ 21,0 bilhões em ativos sob gestão, distribuídos em 103 fundos.

Nesse contexto, o desempenho das áreas de Serviços ao Mercado de Capitais e DCM (*Debt Capital Markets*) foi um dos grandes destaques do ano. O segmento de Administração e Custódia de Fundos atingiu R$ 150,0 bilhões em ativos sob serviços, consolidando a atuação ao atender 1.013 fundos de investimento e 157 gestoras. Além disso, a área de *Debt Capital Markets* (DCM) reafirmou seu protagonismo ao fechar 2024 com um volume total de emissões na ordem de R$ 10,0 bilhões, reforçando o papel estratégico no financiamento corporativo.

O crescimento dessas frentes se refletiu diretamente no avanço das receitas de prestação de serviços, que totalizaram R$ 531,2 milhões em 2024, um aumento de 15,8% em relação ao ano anterior. Esse resultado é fruto do compromisso do Banco em expandir sua atuação nos segmentos de pessoas jurídicas e mercado financeiro, sempre com foco em eficiência, solidez e geração de valor para clientes e parceiros.

Sobre o Banco Daycoval

O Daycoval é especializado no segmento de empréstimos, financiamentos e leasing para empresas, com atuação relevante também no varejo, através de operações de crédito consignado, financiamento para veículos, câmbio turismo e investimentos.

Em 31 de dezembro de 2024, o Daycoval, que tem sede em São Paulo - SP, cujo Conglomerado Financeiro conta com uma equipe de 3.852 profissionais, atingiu R$ 65.465,5 milhões de carteira de crédito ampliada, R$ 90.925,5 milhões de ativos totais, R$ 7.072,4 milhões de Patrimônio Líquido e R$ 1.689,3 milhões de Lucro Líquido. Tais resultados refletem o fruto de estratégia conservadora, obtendo destaque por baixa alavancagem, elevada liquidez e desempenho, que se traduzem pelo Índice de Basileia II de 12,5%.

Principais Indicadores



Distribuição

Seguindo a proposta de crescimento através da diversificação, o Daycoval atualmente possui 51 agências estabelecidas em 21 Estados, mais o Distrito Federal. Além disso, conta com uma agência nas Ilhas Cayman desempenhando um papel fundamental na captação de recursos e na abertura de linhas comerciais e relacionamento com bancos correspondentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a IFP - Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda., empresa do Grupo Daycoval, teve uma participação significativa na originação de operações no segmento Consignado, sendo responsável por aproximadamente 28,6% da produção. A IFP conta com 61 lojas em todo o país e presta serviços não apenas para a carteira de Crédito Consignado, mas também para Financiamento de Veículos, Daycoval Câmbio e para outras instituições financeiras, buscando constantemente aprimorar sua produtividade.

O serviço de Administração e Custódia de Fundos encerrou 2024 com o montante de R$ 150,0 bilhões sob serviço, registrando crescimento de 56,1% em 12 meses. Esse crescimento é fruto da dedicação em oferecer serviço com excelência a 157 gestores de recursos, gerenciando 1.013 fundos.

A Daycoval Asset Management encerrou 2024 com saldo de R$ 21,0 bilhões de fundos sob gestão, aumento de 57,5% em 12 meses.

O Daycoval Câmbio encerrou 2024 com 160 pontos de atendimento, reforçando presença e compromisso em atender clientes de forma abrangente. Além disso, atua por meio de parcerias estratégicas com operadoras e agências de turismo, buscando oferecer maior facilidade e flexibilidade para que os clientes possam realizar suas operações com rapidez e segurança.

Rating

A classificação obtida pelo Daycoval nos *ratings* comprova a solidez e o baixo nível de risco conquistado em suas operações. As informações apuradas pelas agências são amplamente reconhecidas pelo mercado financeiro, embora não devam ser interpretadas como uma recomendação de investimento.

De acordo com os relatórios divulgados, os *ratings* referem a avaliação das agências sobre o Daycoval:

i) Ba1 em escala global pela Moody's com perspectiva "positiva";
ii) BB pela Fitch Ratings com perspectiva "estável";
iii) BB- pela Standard&Poor's com perspectiva "estável" e;
iv) pela RISKbank – BRLP1 – Baixo Risco para Longo Prazo (até 5 anos).

Essas avaliações reforçam o compromisso com a transparência e a excelência nas operações financeiras.

Governança Corporativa

O Banco Daycoval adota uma política de gestão corporativa alinhada aos princípios do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e às melhores práticas de mercado. Busca constantemente aprimorar o modelo de gestão, orientado pelas diretrizes de sustentabilidade e pelos princípios fundamentais de ética, transparência, respeito, responsabilidade na condução dos negócios e equidade no relacionamento com todos os públicos envolvidos. A estrutura de governança é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria, Comitês, Políticas e Processos, garantindo uma base sólida para condução dos negócios. Isso reforça a confiança e a satisfação dos *Stakeholders* e o compromisso em atuar de forma responsável e sustentável no mercado financeiro.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria, constituído e instalado no primeiro semestre de 2005, nos termos da Resolução CMN nº 3.198/2004, atual Resolução CMN nº 4.910 de 27 de maio de 2021, é responsável pela avaliação da qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Banco, pela verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, da atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos, da atuação e qualidade da auditoria interna e da qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco. A atual composição deste Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 14 de junho de 2024.

Gestão Integrada de Riscos e de Capital

O Daycoval entende a gestão de riscos como um instrumento essencial para a geração de valor à instituição, aos acionistas, colaboradores e clientes, além de contribuir para o fortalecimento da governança corporativa e do ambiente de controle interno. O Banco realiza a gestão de riscos por meio da metodologia de três linhas de defesa e mantém um conjunto de procedimentos, alinhado às melhores práticas de mercado, garantindo o cumprimento das determinações legais, regulamentares e de suas políticas internas. Por isso, realiza investimentos constantes para aperfeiçoar processos, procedimentos, critérios e ferramentas de gestão de riscos operacionais, de mercado, liquidez, crédito, conformidade, reputacional, tecnologia da informação, socioambiental e gerenciamento de capital, com o objetivo de garantir um elevado grau de segurança em todas as suas operações.

O Daycoval adota medidas preventivas e atua de forma contínua no aprimoramento de suas políticas de riscos e sistemas de controles internos para evitar ou minimizar ao máximo a exposição aos riscos. O Banco conta com estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos alinhada aos seus objetivos estratégicos, por meio de sua Declaração de Apetite ao Risco (RAS) e com estrutura de gerenciamento de capital, capacitadas a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades, assim como disseminar a cultura de mitigação destes riscos. Conta, ainda, com comitês e reportes periódicos das áreas envolvidas de forma a garantir a adequada gestão de riscos e governança eficiente, bem como assessorar o Conselho de Administração a desempenhar suas atribuições relacionadas ao gerenciamento de risco e de capital.

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional, do Risco de Conformidade, Risco Socioambiental e Climático, Risco de Mercado e de Liquidez, Risco de Crédito, Reputacional e Gerenciamento de Capital é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva, Diretoria de Riscos, Comitê Integrado de Riscos e Capital e seus respectivos comitês.

Mais informações sobre Gestão de Riscos do Banco e sobre o Patrimônio de Referência Exigido, nos termos da regulamentação vigente, podem ser obtidas no endereço eletrônico: https://ri.daycoval.com.br/.

Pessoas

Em nossa trajetória, temos a certeza de que um dos fatores essenciais do Conglomerado Financeiro Daycoval é, sem dúvida, o nosso capital humano. Com uma equipe talentosa e engajada de 3.852 profissionais em 31 de dezembro de 2024, estamos crescendo e proporcionando mais oportunidades e desafios para todos.

Na perspectiva de gestão de pessoas, temos alguns programas que são protagonistas. Destacamos iniciativas como o Programa Daycoeduca, que oferece bolsas de estudo para graduação, pós-graduação ou MBA.

No ano de 2024, demos continuidade ao programa Momentos Carreira para dar clareza e inspiração a todos que querem crescer e se desenvolver. Com o programa de palestras educativas, abordamos temas como *lifelong learning*, educação financeira e gestão do tempo.

Nossas ações de treinamento contam, ainda, com a Academia Daycoval, uma plataforma de *e-learning*, que oferece diversos cursos e vídeos para apoiar nossos colaboradores em diferentes aspectos.

Valorizamos a diversidade e a inclusão, buscando criar um ambiente seguro e inclusivo para nossos colaboradores, incluindo grupos de afinidade focados em pessoas com deficiência e projetos sociais de inclusão, como o Dando Asas. Além disso, promovemos o bem-estar com campanhas de vacinação, aulas de música e treinamento de corrida, demonstrando o cuidado e compromisso com a qualidade de vida de nossa equipe e seus familiares. Nesse aspecto, podemos destacar que 51% do quadro do Grupo é feminino, que 14% do Grupo é composto pelos 50+, números esses que nos orgulhamos. Outra perspectiva interessante é quando olhamos para a distribuição das diferentes gerações: 54% de geração Y, 26% de X, 17% de Z e aproximadamente 3% de *Baby-Boomers*.

Sustentabilidade

Em linha com a missão de nos consolidarmos como um Banco referência na oferta de soluções alinhadas às necessidades de nossos clientes, reforçamos nossa estratégia de diversificação e ampliação dos produtos e serviços oferecidos, sempre atentos às mudanças do mercado. A tecnologia é um pilar essencial em nossa estratégia de negócios, e temos aprimorado nossos sistemas com foco na segurança da informação, especialmente no contexto da concessão de crédito.

No âmbito ESG, nossa gestão de sustentabilidade está alinhada aos princípios e diretrizes de natureza econômica, social, ambiental, climática, e aos aspectos de governança a serem observados pela instituição em seus negócios, atividades, processos e relação com as partes interessadas.

Pensando em ganhos de eficiência e agilidade no negócio, iniciamos um projeto para levar Inteligência Artificial para uso das áreas fornecendo treinamento, ferramentas e assistência no desenvolvimento dos projetos.

Além da parceria firmada com a Proparco, braço de financiamento da Agência Francesa de Desenvolvimento, para financiar projetos sustentáveis de pequenas e médias empresas, as chamadas PMEs, o Banco mantém uma parceria com o IFC (*International Finance Corporation*) em duas frentes. A primeira é uma linha de crédito voltada a pequenas e médias empresas (PMEs) lideradas por mulheres em regiões de baixo IDH. A segunda, um financiamento sindicalizado de US$ 460 milhões (cerca de R$ 2,8 bilhões) com o objetivo de estimular o crédito a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), com foco no empreendedorismo feminino e na região da Amazônia Legal.

Responsabilidade Social

O Daycoval tem uma trajetória de 56 anos marcada por uma sólida tradição de apoiar projetos e ações de responsabilidade social. Nos últimos anos, o Banco estruturou uma área específica para gerenciar doações e patrocínios, buscando atender de forma mais eficaz os projetos que necessitam de atenção especial. Este apoio é realizado através de duas formas principais: doações diretas e incentivos fiscais por meio das Leis de Incentivo e está organizado em quatro pilares fundamentais: cultura, educação, esporte e saúde.

Em 2024 o Banco destinou cerca de R$ 53 milhões a diversas iniciativas, aumento de 32% em relação ao ano anterior. Dentre as instituições apoiadas, destacam-se o Hospital de Amor, Unibes, Instituto Mano Down, Instituto Dorina Nowill, Banco de Alimentos de Porto Alegre, Parceiros da Educação, entre outras.

Comprometido a apoiar iniciativas de impacto social e promover ações solidárias em momentos mais críticos, o Daycoval segue reafirmando seu compromisso com a comunidade e bem-estar social. Um exemplo dessa mobilização é a Campanha Conexão do Bem, que em 2024, foi direcionada a apoiar e auxiliar os afetados pelas chuvas no Rio Grande do Sul. Para ampliar o impacto desta ação, o Banco dobrou os valores das ações feitas por colaboradores, clientes e parceiros. Os recursos arrecadados foram destinados à ONG Banco de Alimentos, responsável pela compra de itens essenciais à população. A iniciativa beneficiou famílias de mais de 30 municípios daquele estado.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não prestou serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Contábeis do Banco e suas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente. A nossa política de atuação, incluindo as empresas controladas, em caso de haver a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Contábeis pelos auditores independentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Daycoval e suas controladas, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria do Banco declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Agradecimentos

A Administração do Banco Daycoval S.A. agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e à comunidade financeira o indispensável apoio e a confiança depositada, assim como aos nossos profissionais que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025
A Administração

Para mais informações sobre o desempenho do Banco Daycoval, acesse o endereço: https://ri.daycoval.com.br/.

BancoDaycoval

daycoval.com.br

BancoDaycoval

RESULTADOS 2024

Balanços patrimoniais individuais e consolidados levantados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO

	Referência nota explicativa	Banco 2024	Banco 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Disponibilidades	4	**1.180.284**	**592.618**	**1.182.271**	**593.175**
Reservas no Banco Central do Brasil	5	**2.388.045**	**1.321.373**	**2.388.045**	**1.321.373**
Relações interfinanceiras		**146.654**	**3.832**	**146.654**	**3.832**
Instrumentos financeiros		**80.484.542**	**70.714.117**	**82.459.203**	**72.038.245**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	5.259.164	5.531.421	3.038.151	3.487.712
Títulos e valores mobiliários	7	20.734.053	16.881.303	21.525.634	17.001.225
Derivativos	8.a	837.235	249.113	837.212	244.702
Carteira de crédito					
Operações de crédito	9	33.880.055	32.387.907	34.186.152	32.643.826
Arrendamento mercantil financeiro	9.g	-	-	3.073.478	2.737.612
Arrendamento mercantil operacional	9	-	-	124.519	155.449
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil operacional	9	-	-	(124.040)	(144.826)
Outros créditos com características de concessão de crédito	9	14.191.448	12.031.528	14.197.068	12.110.300
Carteira de câmbio	10	5.602.545	3.782.845	5.602.549	3.782.845
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.e	**(1.787.218)**	**(2.054.688)**	**(1.825.368)**	**(2.082.712)**
Operações de crédito		(1.678.232)	(1.457.638)	(1.693.553)	(1.485.308)
Operações de arrendamento mercantil		-	-	(26.757)	(30.359)
Outros créditos diversos		(108.986)	(596.984)	(105.010)	(567.045)
Ativos fiscais correntes e diferidos	15.b	**2.422.956**	**2.308.327**	**2.685.643**	**2.584.179**
Devedores por depósitos em garantias de contingências		**1.075.275**	**1.943.231**	**1.082.177**	**1.950.488**
Fiscais	18.c	989.814	1.867.520	991.688	1.869.251
Cíveis	18.c	67.505	58.557	67.510	58.628
Trabalhistas	18.c	18.058	17.114	22.854	22.410
Outros		-	-	85	79
Outros créditos		**2.061.732**	**457.811**	**2.311.779**	**426.083**
Rendas a receber		125.611	118.732	85.370	81.345
Negociação e intermediação de valores		-	45.907	273.456	45.907
Diversos	11	1.936.121	292.372	1.948.953	298.351
Outros valores e bens	12	**167.532**	**105.195**	**169.967**	**106.298**
Ativos não financeiros mantidos para venda		103.158	66.848	104.547	67.217
(Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda)		(9.160)	(7.443)	(9.160)	(7.443)
Despesas pagas antecipadamente		73.534	45.792	74.580	46.524
Investimentos	14	**2.449.985**	**1.861.652**	**34.388**	**43.415**
Imobilizado de uso	15.a	**210.593**	**58.424**	**218.430**	**56.836**
Imobilizado de arrendamento mercantil operacional	15.b	-	-	**105.588**	**145.488**
Intangível		**645**	**845**	**1.357**	**918**
TOTAL DO ATIVO		**90.793.085**	**77.304.161**	**90.925.534**	**77.097.638**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PASSIVO

	Referência nota explicativa	Banco 2024	Banco 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Instrumentos financeiros		**79.475.685**	**66.577.456**	**78.661.813**	**65.867.788**
Depósitos	16.b	27.763.665	22.105.309	27.576.203	22.070.548
Operações compromissadas	16.a	8.517.995	8.234.975	8.517.995	8.234.975
Emissões de títulos	16.b	**29.236.016**	**27.713.287**	**28.687.453**	**27.038.440**
No Brasil		26.963.517	24.913.585	26.414.954	24.238.738
No Exterior		2.272.499	2.799.702	2.272.499	2.799.702
Obrigações por empréstimos	16.b	7.211.337	4.586.654	7.211.337	4.586.654
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	16.b	583.132	535.219	583.132	535.219
Dívidas subordinadas	16.b	1.027.324	1.042.763	1.027.324	1.042.763
Derivativos	8.a	264.763	274.045	186.872	273.581
Carteira de câmbio	10	4.871.453	2.085.176	4.871.453	2.085.176
Relações interfinanceiras e interdependências		**413.517**	**298.742**	**413.517**	**298.742**
Provisões para riscos	18	**1.524.479**	**2.254.304**	**1.560.138**	**2.271.638**
Fiscais		1.272.434	2.046.144	1.294.383	2.048.783
Cíveis		210.529	162.287	211.695	163.408
Trabalhistas		41.516	45.873	54.063	59.487
Provisão para garantias financeiras prestadas	9.e	**41.261**	**38.265**	**41.261**	**38.265**
Obrigações fiscais correntes e diferidas	15.b	**1.304.570**	**1.173.100**	**1.873.549**	**1.580.689**
Outras obrigações		**960.038**	**841.914**	**1.276.452**	**899.047**
Sociais e estatutárias	17.a	352.913	280.025	354.153	281.885
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		17.250	16.110	18.488	16.145
Negociação e intermediação de valores		26.628	43.591	300.084	43.591
Diversas	17.b	563.247	502.188	603.747	557.426
Patrimônio líquido	20	**7.873.422**	**6.136.388**	**7.898.712**	**6.157.509**
Patrimônio líquido de acionistas controladores		**7.873.422**	**6.136.388**	**7.873.422**	**6.136.388**
Capital social		3.557.260	3.557.260	3.557.260	3.557.260
Reservas de capital		2.125	2.125	2.125	2.125
Reservas de lucros		3.514.037	2.589.008	3.514.037	2.589.008
Outros resultados abrangentes		-	(12.013)	-	(12.013)
Patrimônio líquido de acionistas não controladores		-	-	**25.290**	**21.129**
Participação de acionistas não controladores		-	-	25.290	21.129
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**90.793.085**	**77.304.161**	**90.925.534**	**77.097.638**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do resultado
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$)

	Referência nota explicativa	Banco 2º Semestre de 2024	Banco 2024	Banco 2023	Consolidado 2º Semestre de 2024	Consolidado 2024	Consolidado 2023
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**6.624.552**	**13.143.583**	**9.368.284**	**6.833.372**	**13.557.358**	**9.764.812**
Carteira de crédito	21.a	4.404.185	8.613.398	8.168.053	4.638.172	9.035.915	8.721.614
Resultado com Títulos e valores mobiliários	21.b	1.129.183	2.163.817	1.753.488	1.157.647	2.210.086	1.809.285
Resultado com Instrumentos financeiros derivativos	21.b	827.854	1.826.563	(1.026.512)	878.152	1.908.753	(1.028.251)
Resultado com Aplicações interfinanceiras de liquidez	21.c	24.958	79.274	321.435	(101.071)	(159.297)	72.024
Resultado com Câmbio	21.d	238.368	460.531	152.240	260.472	561.901	190.140
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(3.773.914)**	**(7.669.155)**	**(5.032.727)**	**(3.735.182)**	**(7.591.351)**	**(4.971.580)**
Depósitos interfinanceiros e a prazo	21.e	(1.109.501)	(2.190.042)	(2.055.115)	(1.103.750)	(2.182.817)	(2.054.283)
Emissões de títulos no Brasil	21.e	(1.557.177)	(3.039.412)	(3.062.755)	(1.524.201)	(2.968.878)	(3.006.791)
Emissões de títulos no exterior	21.e	(492.578)	(958.624)	30.023	(492.573)	(958.579)	30.314
Obrigações por empréstimos e repasses	21.f	(614.658)	(1.481.077)	55.180	(614.658)	(1.481.077)	59.180
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**2.850.638**	**5.474.428**	**4.335.557**	**3.098.190**	**5.966.007**	**4.793.232**
DESPESAS COM PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	9.e	**(642.752)**	**(1.198.796)**	**(1.062.661)**	**(657.362)**	**(1.222.650)**	**(1.075.346)**
Carteira de crédito		(559.125)	(1.111.930)	(801.126)	(573.803)	(1.135.841)	(813.844)
Outros créditos		(74.113)	(75.770)	(275.886)	(74.045)	(75.713)	(275.853)
Avais e fianças		(9.514)	(11.098)	14.351	(9.514)	(11.098)	14.351
RESULTADO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**2.207.886**	**4.275.632**	**3.272.896**	**2.440.828**	**4.743.357**	**3.717.886**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		**(981.414)**	**(1.785.377)**	**(1.633.576)**	**(1.152.955)**	**(2.126.558)**	**(1.960.979)**
Receitas de prestação de serviços	21.g	269.546	504.857	438.849	290.812	535.156	465.820
Resultado de operações com seguros		-	-	37	-	(46)	(407)
Despesas de pessoal	21.h	(443.686)	(838.030)	(748.907)	(514.588)	(975.838)	(867.290)
Outras despesas administrativas	21.i	(581.135)	(1.120.373)	(1.134.454)	(559.511)	(1.087.578)	(1.105.501)
Despesas tributárias	19.a.ii	(153.515)	(294.120)	(252.043)	(185.779)	(356.546)	(302.050)
Resultado de participação em controladas e coligadas	14	108.330	226.711	221.900	309	1.984	2.227
Outras receitas e despesas operacionais	21.j	5.815	(808)	28.574	21.953	40.420	39.149
Despesas de depreciação e amortização		(11.572)	(18.079)	(13.541)	(12.625)	(19.260)	(14.565)
Despesas com provisões para riscos							
Fiscais		(132.895)	(192.927)	(148.907)	(151.617)	(212.238)	(150.291)
Cíveis		(44.332)	(57.043)	(24.132)	(44.380)	(67.077)	(24.051)
Trabalhistas		2.436	4.442	(1.312)	2.471	4.465	(4.020)
RESULTADO OPERACIONAL		**1.226.472**	**2.490.255**	**1.638.520**	**1.287.873**	**2.616.799**	**1.756.907**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**73.463**	**65.141**	**(18.111)**	**102.003**	**104.598**	**11.715**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**1.299.935**	**2.555.396**	**1.620.809**	**1.389.876**	**2.721.397**	**1.768.622**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19.a.i	**(323.471)**	**(648.794)**	**(317.424)**	**(411.982)**	**(812.271)**	**(462.575)**
Provisão para imposto de renda		(112.302)	(336.123)	(302.006)	(125.634)	(360.619)	(323.682)
Provisão para contribuição social		(109.178)	(299.562)	(269.435)	(115.158)	(310.358)	(278.224)
Ativo (passivo) fiscal diferido		(102.031)	(13.109)	254.017	(171.190)	(141.294)	139.331
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO		**(93.241)**	**(217.323)**	**(201.456)**	**(93.798)**	**(218.405)**	**(202.569)**
Participações de acionistas não controladores		-	-	-	**(873)**	**(1.442)**	**(1.549)**
LUCRO LÍQUIDO		**883.223**	**1.689.279**	**1.101.929**	**883.223**	**1.689.279**	**1.101.929**
Atribuídos aos acionistas controladores		883.223	1.689.279	1.101.929	883.223	1.689.279	1.101.929
Atribuídos aos acionistas não controladores		-	-	-	873	1.442	1.549

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$)

	Banco e Consolidado 2º Semestre de 2024	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO	**883.223**	**1.689.279**	**1.101.929**
Outros resultados abrangentes	**12.512**	**12.013**	**(1.651)**
Ajustes a valor justo - Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda			
Atribuídos ao Controlador	21.506	19.515	(11.382)
Atribuídos a empresas controladas	683	1.278	4.609
Impostos diferidos sobre ajustes de avaliação patrimonial Atribuídos ao Controlador	(9.677)	(8.780)	5.122
TOTAL DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	**895.735**	**1.701.292**	**1.100.278**
Controlador	**894.862**	**1.699.850**	**1.098.729**
Acionistas não controladores	**873**	**1.442**	**1.549**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$)

	Banco 2º Semestre de 2024	Banco 2024	Banco 2023	Consolidado 2º Semestre de 2024	Consolidado 2024	Consolidado 2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS						
LUCRO LÍQUIDO	**883.223**	**1.689.279**	**1.101.929**	**883.223**	**1.689.279**	**1.101.929**
AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO						
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Depreciações e amortizações	11.572	18.079	13.541	12.625	19.260	14.565
Impostos diferidos	102.031	13.108	(254.017)	171.190	141.294	(139.331)
Impostos correntes	221.380	635.685	571.441	240.792	670.977	601.938
Provisão para riscos	164.971	247.005	174.351	184.225	267.623	178.362
Provisão para avais e fianças concedidos	9.514	11.098	(14.351)	9.514	11.098	(14.351)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	559.125	1.111.930	801.126	568.121	1.126.002	803.202
Provisão para arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	-	-	-	5.682	9.836	10.642
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	76.839	81.381	281.543	76.771	81.324	281.510
Provisão para outros créditos diversos	(2.726)	(5.611)	(5.657)	(2.726)	(5.611)	(5.657)
Provisão para perdas em outros valores e bens	47	1.716	2.269	47	1.716	2.269
Outras reversões de provisões	-	-	(16.585)	-	-	(16.585)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	(133.314)	(189.128)	76.597	(133.314)	(189.128)	76.597
Resultado na alienação de ativo permanente	(73.819)	(67.744)	14.184	(104.228)	(110.466)	(19.847)
Resultado de participações em controladas e coligadas	(108.330)	(226.711)	(221.900)	(309)	(1.984)	(2.227)
TOTAL DOS AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO	**827.750**	**1.630.807**	**1.422.562**	**1.028.390**	**2.021.939**	**1.771.075**
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**1.710.973**	**3.320.086**	**2.524.491**	**1.911.613**	**3.711.218**	**2.873.004**
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	**(8.702.656)**	**(11.723.848)**	**1.618.406**	**(8.899.298)**	**(12.526.849)**	**1.237.021**
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	1.881.643	(700.665)	(281.193)	2.000.808	(582.401)	(107.221)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(1.176.407)	(4.347.006)	(4.982.136)	(1.510.086)	(5.167.695)	(4.871.130)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e Reservas no Banco Central	(703.738)	(1.079.643)	(1.083.229)	(707.189)	(1.083.094)	(1.083.229)
(Aumento) Redução da carteira de crédito	(1.554.326)	(2.350.760)	(1.930.610)	(1.636.803)	(2.424.372)	(1.980.328)
(Aumento) Redução da carteira de arrendamento mercantil	-	-	-	(27)	(176.424)	(316.522)
(Aumento) Redução em outros créditos	(6.036.503)	(6.292.937)	158.249	(6.211.041)	(6.485.791)	137.454
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(35.612)	(38.174)	25.054	(36.389)	(39.385)	23.852
Aumento (Redução) em depósitos	3.613.172	5.658.356	4.172.589	3.475.942	5.505.254	4.206.037
Aumento (Redução) em operações compromissadas	438.331	283.020	1.402.964	438.331	283.020	1.402.964
Aumento (Redução) em emissões de títulos	(2.376.544)	(994.798)	3.857.541	(2.361.615)	(868.494)	3.667.137
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(3.723.690)	(3.820.456)	247.330	(3.723.693)	(3.820.456)	247.330
Aumento (Redução) em outras obrigações	4.153.487	2.661.426	637.046	4.508.227	2.972.587	517.736
Imposto de renda e contribuição social pagos	(226.039)	(630.202)	(685.181)	(235.766)	(659.618)	(657.080)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO EM) DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(6.991.683)**	**(8.403.762)**	**4.142.897**	**(6.987.685)**	**(8.815.631)**	**4.110.025**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Aquisição de imobilizado de uso	(127.086)	(132.883)	(8.651)	(125.329)	(135.862)	(8.537)
Aumento de capital em entidade controlada	-	(416.270)	(20.000)	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(127.086)**	**(549.153)**	**(28.651)**	**(125.329)**	**(135.862)**	**(8.537)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Aumento (Redução) em recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	1.719.646	2.532.988	278.493	1.719.646	2.532.988	291.564
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	6.202.417	6.493.013	(3.335.054)	6.202.417	6.493.013	(3.335.054)
Aumento (Redução) em dívidas subordinadas	(1.271)	(15.438)	284	(1.271)	(15.438)	284
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(610.480)	(701.022)	(699.105)	(610.480)	(701.022)	(699.105)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**7.500.312**	**8.309.539**	**(3.755.382)**	**7.500.312**	**8.309.539**	**(3.742.311)**
VARIAÇÃO CAMBIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**133.314**	**189.128**	**(76.597)**	**133.314**	**189.128**	**(76.597)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**514.857**	**(454.248)**	**282.267**	**516.612**	**(452.826)**	**282.580**
Caixa e equivalente de caixa inicial	1.836.072	2.805.177	2.522.910	1.836.304	2.805.742	2.523.162
Caixa e equivalente de caixa final	2.350.929	2.350.929	2.805.177	2.352.916	2.352.916	2.805.742
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**514.857**	**(454.248)**	**282.267**	**516.612**	**(452.826)**	**282.580**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BancoDaycoval

daycoval.com.br

BancoDaycoval

RESULTADOS 2024

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$)

	Referência nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutárias	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido Consolidado
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2024		**3.557.260**	**2.125**	**280.386**	**2.348.925**	**566.276**	**(12.512)**	**6.742.460**	**24.949**	**6.767.409**
Ajustes a valor justo -										
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		-	-	-	-	-	12.512	**12.512**	-	**12.512**
Dividendos adicionais de exercícios anteriores	20.c.iii	-	-	-	(300.013)	-	-	**(300.013)**	-	**(300.013)**
Lucro líquido		-	-	-	-	883.223	-	**883.223**	-	**883.223**
Destinações:										
Reserva legal		-	-	44.161	-	(44.161)	-	-	-	-
Reserva estatutária		-	-	-	1.140.578	(1.140.578)	-	-	-	-
Dividendos	20.c.i	-	-	-	-	(44.022)	-	**(44.022)**	-	**(44.022)**
Juros sobre o capital próprio	20.c.ii	-	-	-	-	(220.738)	-	**(220.738)**	-	**(220.738)**
Variação na participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	341	**341**
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		**3.557.260**	**2.125**	**324.547**	**3.189.490**	-	-	**7.073.422**	**25.290**	**7.098.712**
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		**3.557.260**	**2.125**	**240.083**	**2.348.925**	-	**(12.013)**	**6.136.380**	**21.129**	**6.157.509**
Ajustes a valor justo -										
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		-	-	-	-	-	12.013	**12.013**	-	**12.013**
Dividendos adicionais de exercícios anteriores	20.c.iii	-	-	-	(300.013)	-	-	**(300.013)**	-	**(300.013)**
Lucro líquido		-	-	-	-	1.689.279	-	**1.689.279**	-	**1.689.279**
Destinações:										
Reserva legal		-	-	84.464	-	(84.464)	-	-	-	-
Reserva estatutária		-	-	-	1.140.578	(1.140.578)	-	-	-	-
Dividendos	20.c.i	-	-	-	-	(44.022)	-	**(44.022)**	-	**(44.022)**
Juros sobre o capital próprio	20.c.ii	-	-	-	-	(420.215)	-	**(420.215)**	-	**(420.215)**
Variação na participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	4.161	**4.161**
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		**3.557.260**	**2.125**	**324.547**	**3.189.490**	-	-	**7.073.422**	**25.290**	**7.098.712**
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		**3.557.260**	**2.125**	**184.987**	**2.004.449**	-	**(10.362)**	**5.738.459**	**20.762**	**5.759.221**
Ajustes a valor justo -										
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		-	-	-	-	-	(1.651)	**(1.651)**	-	**(1.651)**
Dividendos adicionais de exercícios anteriores		-	-	-	(300.012)	-	-	**(300.012)**	-	**(300.012)**
Lucro líquido		-	-	-	-	1.101.929	-	**1.101.929**	-	**1.101.929**
Destinações:										
Reserva legal		-	-	55.096	-	(55.096)	-	-	-	-
Reserva estatutária		-	-	-	644.488	(644.488)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	20.c.ii	-	-	-	-	(402.345)	-	**(402.345)**	-	**(402.345)**
Variação na participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	367	**367**
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		**3.557.260**	**2.125**	**240.083**	**2.348.925**	-	**(12.013)**	**6.136.380**	**21.129**	**6.157.509**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do valor adicionado
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$)

	Banco: 2º Semestre de 2024	Banco: 2024	Banco: 2023	Consolidado: 2º Semestre de 2024	Consolidado: 2024	Consolidado: 2023
RECEITAS	**6.135.425**	**12.259.451**	**8.588.620**	**6.397.251**	**12.753.986**	**9.027.381**
Receitas da intermediação financeira	6.624.152	13.143.583	9.388.284	6.833.372	13.557.358	9.764.812
Receitas de prestação de serviços	285.546	504.857	438.849	290.812	539.158	465.820
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(642.752)	(1.198.798)	(1.082.661)	(657.362)	(1.222.695)	(1.075.346)
Outras	(65.521)	(181.193)	(163.852)	(69.571)	(119.836)	(127.905)
DESPESAS	**(3.773.514)**	**(7.660.155)**	**(5.032.727)**	**(3.735.182)**	**(7.591.351)**	**(4.971.580)**
Despesas da intermediação financeira	(3.773.514)	(7.660.155)	(5.032.727)	(3.735.182)	(7.591.351)	(4.971.580)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(547.424)**	**(1.093.548)**	**(1.118.184)**	**(544.622)**	**(1.058.663)**	**(1.079.234)**
Materiais, energia e outros insumos	(108.598)	(189.549)	(171.731)	(120.012)	(215.203)	(182.395)
Serviços de terceiros	(438.826)	(903.999)	(938.453)	(424.610)	(843.460)	(896.839)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**1.814.487**	**3.505.748**	**2.437.709**	**2.117.447**	**4.103.972**	**2.976.567**
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	**(11.972)**	**(18.079)**	**(13.541)**	**(12.625)**	**(19.260)**	**(14.565)**
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELO BANCO / CONSOLIDADO	**1.802.515**	**3.487.669**	**2.424.168**	**2.104.822**	**4.084.712**	**2.962.002**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**108.330**	**226.711**	**221.900**	**309**	**1.984**	**2.227**
Resultado de equivalência patrimonial	108.330	226.711	221.900	309	1.984	2.227

	Banco: 2º Semestre de 2024	Banco: 2024	Banco: 2023	Consolidado: 2º Semestre de 2024	Consolidado: 2024	Consolidado: 2023
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**1.910.845**	**3.714.380**	**2.646.068**	**2.105.131**	**4.086.696**	**2.964.229**
DISTRIBUIÇÃO DE VALOR ADICIONADO	**1.910.845**	**3.714.380**	**2.646.068**	**2.105.131**	**4.086.696**	**2.964.229**
PESSOAL	**473.173**	**932.459**	**836.104**	**534.184**	**1.054.547**	**937.939**
Remuneração direta	390.323	773.032	695.993	436.021	865.306	772.597
Benefícios	67.421	125.928	113.256	79.823	153.894	133.511
FGTS	15.429	33.499	26.855	18.340	35.347	31.831
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	**540.740**	**1.065.817**	**683.723**	**671.963**	**1.312.513**	**896.544**
Federais	519.671	1.025.793	651.123	634.249	1.240.116	837.907
Estaduais	5.096	10.221	6.324	5.126	10.284	6.380
Municipais	15.973	29.803	26.276	32.588	62.113	52.257
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	**13.709**	**26.825**	**24.312**	**14.888**	**28.915**	**28.268**
Aluguéis	13.709	26.825	24.312	14.888	28.915	28.268
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	**883.223**	**1.689.279**	**1.101.929**	**883.223**	**1.689.279**	**1.101.929**
Dividendos	44.022	44.022	-	44.022	44.022	-
Juros sobre o capital próprio	220.738	420.215	402.345	220.738	420.215	402.345
Lucros retidos	618.463	1.225.042	699.584	617.590	1.223.600	695.584
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	873	1.442	1.549

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Daycoval S.A. ("Banco" ou "Daycoval"), com sede na Avenida Paulista, 1.793, na cidade e estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, que está organizado sob a forma de Banco Múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comercial e de câmbio, de investimento, de crédito e financiamento e, por meio de suas controladas diretas e indiretas, atua também na carteira de arrendamento mercantil, administração de recursos de terceiros, seguro de vida e previdência e prestação de serviços. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Conglomerado Daycoval, atuando no mercado de forma integrada.

2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) Apresentação

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco, que incluem sua dependência no exterior, as entidades controladas direta e indiretamente e os fundos de investimento nos quais existe a retenção de riscos e benefícios, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - BACEN e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BCB nº 2/20, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas Demonstrações Contábeis segundo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de demonstrações contábeis intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes.

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pela Administração em 12 de fevereiro de 2025.

O Daycoval adota critérios de apresentação de suas Demonstrações Contábeis com o objetivo de representar a essência econômica de suas operações, observando os critérios de elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20 e normativos complementares.

b) Processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS")

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das Demonstrações Contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

Pronunciamentos emitidos pelo CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.924/21
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	4.924/21
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.924/21
CPC 24 - Evento Subsequente	4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 - Resultado por Ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.924/21
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	4.924/21

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração do Banco na sua gestão.

c) Consolidação

No processo de consolidação das Demonstrações Contábeis, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre o Banco, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e fundos de investimento adquiridos com retenção substancial de riscos e benefícios, foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações de acionistas controladores e não controladores.

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas abrangem o Banco e as seguintes entidades:

	% de Participação 2024	% de Participação 2023
Arrendamento Mercantil		
Daycoval Leasing – Banco Múltiplo S.A. ("Daycoval Leasing")	100,00	100,00
Daycoval Leasing – Sociedade de Arrendamento Mercantil S.A. ("Daycoval SAM")	99,99	-
Atividade Financeira - Dependência no Exterior		
Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch	100,00	100,00
Atividade de Seguros e Previdência Complementar		
Dayprev Vida e Previdência S.A. ("Dayprev")	97,00	97,00
Corretora de Títulos e Valores Mobiliários		
Daycoval Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Daycoval CTVM")	100,00	100,00
Não Financeiras		
ACS Participações Ltda. ("ACS")	99,99	99,99
Daycoval Asset Management Administração de Recursos Ltda. ("Daycoval Asset")	99,99	99,99
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda. ("IFP")	99,99	99,99
SCC Agência de Turismo Ltda. ("SCC")	99,99	99,99
Treetop Investments Ltd. ("Treetop")	99,99	99,99
Fundo de Investimento		
Multigestão Renda Comercial Fundo de Investimento Imobiliário - FII ("Multigestão") (1)	67,97	67,97

(1) O Multigestão foi consolidado em razão do Daycoval assumir ou reter, substancialmente, riscos e benefícios.

d) Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura:

i. Resolução CMN nº 4.966/21 e atualizações posteriores

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.966/21, a Resolução BCB nº 352/23 e normas complementares, estabelecem novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, ativos e passivos, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se:

(i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; (ii) reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

(iii) atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva; e

(iv) interrupção do reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso.

No ano de 2023, as Resoluções CMN nº 5.100 e BCB nº 352 foram emitidas, sendo complementares à CMN nº 4.966/21, e dispõem de diretrizes adicionais, como por exemplo, o tratamento às seguintes matérias:

(i) Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros;

(ii) Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito;

(iii) Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a ser observada pelas instituições financeiras;

(iv) Reconhecimento de custos de transação imateriais;

(v) Apropriação de receita.

Essas Resoluções visam fornecer orientações mais detalhadas e abrangentes para as instituições financeiras em relação à contabilização e divulgação de informações sobre instrumentos financeiros.

1) Modelo proposto da Resolução CMN nº 4.966/21 e normas correlatas

a) Classificação de Instrumentos Financeiros

O critério de classificação dos ativos financeiros dependerá, tanto do modelo de negócio adotado pela Administração para a sua gestão, como das características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de "Somente Pagamento de Principal e Juros" (SPPJ). Com base no supracitado, os ativos financeiros serão classificados conforme as seguintes categorias:

i. Custo Amortizado ("CA"): utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

ii. Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"): utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

iii. Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR"): utilizada quando a intenção for de negociar frequentemente os ativos com o objetivo de obter resultados. Com relação aos passivos financeiros, a classificação continua essencialmente sem alterações relevantes em relação à norma atual, portanto, sendo classificados como custo amortizado ou valor justo no resultado.

Eufrázio

daycoval.com.br

BancoDaycoval

RESULTADOS 2024

Notas explicativas às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

A partir de 1º de janeiro de 2025, os ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado serão reconhecidos contabilmente com base no método da Taxa Efetiva de Juros ("TEJ"), que considera custos e receitas adicionais à operação no momento da sua originação ou aquisição. Isso significa que o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual será equalizado ao valor contábil bruto do ativo ou passivo financeiro. No entanto, as operações de crédito originadas até 31 de dezembro de 2024 continuarão a ser reconhecidas pela taxa contratual estipulada nos respectivos contratos durante sua vigência.

Referente às operações de crédito e demais operações com características de concessão de crédito classificadas na categoria "CA" o Banco Daycoval optou, para a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro, realizar o processo segundo o método de taxa de juros diferenciada proporcional.

b) **Modelo de perda esperada associada ao risco de crédito**

Atualmente o critério de classificação das operações de crédito e de operações com características de concessão de crédito e a respectiva constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa são definidos pela Resolução nº 2.682/99 que determina que as provisões devem ser calculadas em função da classificação em escala de Rating, aplicando-se percentuais sobre o saldo exposto, crescente conforme piora a classificação, a qual é qualificada em nove níveis, sendo de AA (menor risco) até H (maior risco), apenas quando há evidências objetivas de que o valor recuperável dos ativos diminuiu devido a um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial desses ativos. Além disso, esses eventos de perda devem afetar adversamente os fluxos de caixa futuros esperados do ativo, os quais podem ser estimados com confiabilidade, ou seja, as perdas incorridas são avaliadas com base em informações razoáveis e sustentáveis sobre eventos passados e condições atuais.

A Resolução CMN nº 4.966/21 institui um novo conceito para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. De acordo com a classificação no segmento prudencial, as instituições financeiras devem adotar a metodologia completa ou simplificada para avaliar perdas. O Banco Daycoval (Segmento S3) deve aplicar a metodologia completa.

Dentre os critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas esperadas, devem ser considerados as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definido pela Resolução nº 352/23 art. 76, para operações inadimplidas. Adicionalmente, a Resolução não dispensa a utilização da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e percentuais.

A norma define três Estágios distintos para a classificação das operações com ativos financeiros e, essa classificação, determina a metodologia utilizada para o cálculo da perda esperada. Dependendo do Estágio em que a operação se encontra, a perda esperada pode ser projetada para os próximos 12 meses, no caso das operações alocadas no Estágio 1 ou para toda a vida útil do contrato ("lifetime"), no caso das operações alocadas nos Estágios 2 e 3. A classificação dos ativos financeiros nos três Estágios, se dá da seguinte forma:

(i) Estágio 1 – operações com baixo risco de crédito ou atraso inferior a 30 dias;
(ii) Estágio 2 – operações com aumento significativo em seu risco de crédito ou atraso entre 31 e 90 dias; e
(iii) Estágio 3 – operações classificadas com o ativo problemático ou atraso superior a 90 dias.

O modelo de perda esperada estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21 tem escopo de aplicação mais abrangente do que o modelo de perda atualmente utilizado, aplicando-se a todos os ativos financeiros, exceto instrumentos patrimoniais de outra entidade, ativos financeiros classificados na categoria "VJR" mensurado no Nível 1 da hierarquia de valor justo, conforme regulamentação vigente, exceto títulos privados, operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito e instrumentos financeiros derivativos.

c) **Definição de Ativo Problemático e "Stop Accrual"**

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos ou houver indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida Resolução proíbe explicitamente o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como "Stop Accrual".

d) **Baixa de Ativo Financeiro**

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966/21, um ativo financeiro deve ser baixado nos seguintes cenários:

- Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- O ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa.

e) **Impostos Correntes e Diferidos**

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, altera o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas com operações com características de concessão de crédito decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo a dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, sua principal alteração.

As regras para dedutibilidade de operações inadimplidas são:

(i) O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 91 dias, em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação;
(ii) O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, obedecendo às regras a seguir:
   - Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida;
   - Soma ao valor apurado no item anterior do valor resultante da aplicação do fator "B", multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;
   - Subtração dos montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores.

Para os contratos inadimplidos cujas perdas ainda não foram aproveitadas fiscalmente em 31/12/2024 serão controlados de forma apartada e serão excluídos na base de cálculo do lucro real à razão de 1/84 a partir do mês de janeiro de 2026.

2) **Impactos Estimados da Adoção das Novas Normas**

A entrada em vigor da norma está prevista para 1º de janeiro de 2025. Entretanto, conforme estabelecido pela nova regulamentação, as instituições financeiras são obrigadas a divulgar, nas notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício de 2024, as estimativas dos impactos da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução sobre o resultado e a posição financeira da instituição.

Os quadros abaixo apresentam as estimativas de impacto das novas normativas frente as demonstrações contábeis na data-base de 31/12/2024:

Conciliação do Patrimônio Líquido		
	Banco	**Consolidado**
Patrimônio líquido antes dos ajustes estimados provenientes da adoção da Resolução CMN nº 4.966 - 31/12/2024	**7.073.422**	**7.073.422**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30.231	17.782
Remensuração de ativos decorrentes das novas categorias	(749)	(749)
Patrimônio líquido após ajustes da Resolução CMN nº 4.966 - 01/01/2025	**7.102.904**	**7.090.455**
Provisão para Perdas		
R$ milhões	**Banco**	**Consolidado**
Saldo da provisão - Operações de Crédito em 31/12/2024	**1.912.289**	**1.964.421**
Efeito da adoção inicial Res. CMN nº 4.966	(60.966)	(32.310)
Saldo inicial de provisão para perda esperada - 01/01/2025	**1.851.323**	**1.932.111**

ii. **A Resolução CMN nº 4.975/21 e alterações posteriores**

Em 16 de dezembro de 2021 o Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução CMN nº 4.975 que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A referida Resolução aprova o CPC 06 R2 – Arrendamentos e faculta à sua aplicação para os contratos firmados até a data de entrada em vigor da norma, nos quais a instituição figure na condição de arrendatária.

O Banco Daycoval optou em utilizar a faculdade prevista na norma e não identificou ajustes de adoção inicial.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) **Moeda funcional, de apresentação, transações em moedas estrangeiras e equivalência patrimonial de entidades sediadas no exterior:**

i. **Moeda funcional e de apresentação**

As Demonstrações Contábeis do Daycoval, estão apresentadas em Reais (R$), sendo esta a sua moeda funcional e de apresentação. Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.524/16, o Daycoval definiu que a moeda funcional e de apresentação para cada uma de suas controladas direta e indiretamente, incluindo entidades sediadas no exterior, também será Reais (R$).

ii. **Conversão das transações em moeda estrangeira**

Caso as investidas no exterior realizem transações em moeda diferente de suas respectivas moedas funcionais, estas transações serão convertidas aplicando-se as taxas de câmbio, divulgadas pelo Banco Central do Brasil, do respectivo balancete ou balanço para os itens monetários, ativos e passivos avaliados a valor justo e para os itens não classificados como monetários. Para os demais casos, aplica-se as taxas de câmbio na data da transação.

iii. **Equivalência patrimonial de entidades sediadas no exterior**

A equivalência patrimonial das entidades sediadas no exterior, cuja moeda funcional está definida no item "i" acima, é reconhecida diretamente nas demonstrações de resultado do Daycoval na rubrica de "Resultado de participação em controladas e coligadas".

b) **Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor final e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos nas rubricas de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado insignificante.

A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

d) **Instrumentos financeiros**

i. **Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As operações compromissadas são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez está apresentada na Nota 6.

ii. **Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos sendo: (i) os títulos de renda fixa, atualizados com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos de seus respectivos vencimentos; e (ii) as aplicações em fundos de investimento, atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, sendo classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor justo em contrapartida ao resultado.
- Títulos disponíveis para venda - são os títulos e valores mobiliários os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e que a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento. Os ajustes ao valor justo (ganhos e perdas não realizados) são registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado quando efetivamente realizados.
- Títulos mantidos até o vencimento - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até a data de seus respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.

A composição e a classificação dos Títulos e valores mobiliários, estão apresentadas na Nota 7.

iii. **Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)**

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações com opções, a termo, de mercado futuro e de swap, e são contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, que prevê a adoção dos seguintes critérios:

- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados ao valor justo na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo ou no passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção e contabilizados como redução ou aumento do custo do ativo objeto das opções, pelo seu efetivo exercício, ou como receita ou despesa no caso de não exercício.
- Operações de futuro - os valores dos ajustes diários são registrados ao valor justo na rubrica de "Negociação e intermediação de valores" no ativo ou no passivo e apropriados diariamente ao resultado como receita (quando ganhos) ou despesa (quando perdas).
- Operações de swap e termo de moeda ("NDF") - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado ao valor justo na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo ou no passivo, respectivamente e apropriado ao resultado como receita (quando ganhos) ou despesa (quando perdas).

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor justo, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge* - em conta de receita ou despesa, no resultado.
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* - são classificados como hedge de risco de mercado.

Os *hedges* de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado.

A composição dos Instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais de ativos e passivos e em contas de compensação, está apresentada na Nota 8.

iv. **Mensuração do valor justo**

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

O modelo de mensuração do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos, incluindo os derivativos, desenvolvidos pela Administração, leva em consideração o cenário econômico, a coleta de indicadores e preços praticados no mercado, aplicáveis a estes instrumentos na data do balanço. O valor de liquidação destes instrumentos financeiros poderá ser diferente dos valores estimados.

e) **Operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil e provisão para perdas associadas ao risco de crédito destes instrumentos**

Operações de arrendamento mercantil financeiro são reclassificadas com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

As operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao seu nível de risco, levando-se em consideração as experiências anteriores com os tomadores de recursos, a avaliação dos riscos desses tomadores e seus garantidores, a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

Em complemento aos níveis mínimos de provisão mencionados na Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores, o Daycoval constitui também provisão para risco de crédito adicional, calculada com base em metodologia de avaliação e monitoramento de risco de crédito periodicamente reavaliada e aprovada pela Administração.

As provisões para perdas associadas ao risco de crédito são constituídas em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está em conformidade com normas e instruções emanadas pelo CMN e Bacen.

Ainda conforme a Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores, as operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de classificação de risco, têm sua receita reconhecida somente quando efetivamente recebida e as operações classificadas como nível "H", permanecem nessa classificação por 180 dias quando, então, são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que se encontravam classificadas na data de sua renegociação.

Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes e observáveis justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil, são mensuradas pelo seu custo amortizado.

A composição das operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil, bem como da provisão para perdas associadas ao risco de crédito destes instrumentos, está apresentada na Nota 9.

f) **Operações de câmbio (ativas e passivas)**

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais auferidos em base "pro-rata" dia.

A composição das operações de câmbio (ativas e passivas) está apresentada na Nota 10.

g) **Despesas pagas antecipadamente**

As despesas pagas antecipadamente referentes às comissões pagas aos correspondentes bancários são controladas por contrato e foram reconhecidas como despesa na rubrica de "Outras despesas administrativas".

As despesas pagas antecipadamente estão apresentadas na Nota 12.b.

h) **Participações em controladas**

As participações em empresas controladas e coligadas, que o Banco tenha influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

A composição das participações em controladas e coligadas está apresentada na Nota 14.

i) **Outros investimentos**

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

j) **Imobilizado de uso**

É reconhecido com base em seu custo de aquisição, mensalmente ajustado por suas respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição do imobilizado de uso está apresentada na Nota 15.a.

k) **Imobilizado de arrendamento mercantil operacional**

Os bens arrendados são registrados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente.

A composição do imobilizado de arrendamento mercantil operacional está apresentada na Nota 15.b.

l) **Ativos não financeiros mantidos para venda**

Os ativos não financeiros mantidos para venda, de acordo com a Resolução CMN nº 4.747/19, devem ser classificados como:

- Próprios - cuja realização esperada seja pela venda, estejam disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou
- Recebidos - cujo recebimento tenha ocorrido com objetivo de liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

Os ativos não financeiros mantidos para venda estão apresentados na Nota 12.a.

m) **Redução do valor recuperável de ativos não-financeiros (*impairment*)**

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substancialmente independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Ativos fiscais correntes e diferidos" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos, conforme Nota 12.a.

n) **Instrumentos de captação**

Os depósitos, as emissões de títulos no Brasil e exterior e as obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas com base em seu valor inicial, acrescidos dos juros e encargos financeiros incorridos até a data do balanço, calculados em base "*pro rata temporis*". Os aceites por emissão de títulos no exterior e as obrigações por empréstimos no exterior, também são acrescidas de variação cambial calculada com base na cotação da moeda estrangeira, divulgada pelo BACEN, na data do balanço.

As emissões e obrigações por empréstimos no exterior, objeto de proteção contábil (*hedge accounting*) de risco de mercado, são mensuradas por seu valor justo na data do balanço e, os efeitos desta mensuração reconhecidos nas demonstrações de resultado.

A composição dos instrumentos de captação está apresentada na Nota 16.

o) **Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais (fiscais e trabalhistas)**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes, dos ativos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e Instrução Normativa BCB nº 315/22, da seguinte forma:

i. **Provisões**

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de eventos passados, onde é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar uma obrigação e que pode ser estimada de modo confiável. O Daycoval, para a constituição das provisões, considera a opinião de seus assessores jurídicos e da Administração para o seu reconhecimento.

ii. **Ativos contingentes**

É um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido contabilmente, exceto quando existem evidências suficientes de que sua realização é certa, caso contrário, divulga-se em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

iii. **Passivos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, pois a sua existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão no controle do Daycoval. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios para o seu reconhecimento, por serem considerados como perdas possíveis, sendo divulgados em notas explicativas. Os passivos contingentes classificados como perda remota não são reconhecidos e divulgados.

iv. **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)**

Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

A composição das provisões, dos passivos contingentes, dos ativos contingentes e das obrigações legais está apresentada na Nota 18.

p) **Tributos**

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos fiscais correntes e diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a

daycoval.com.br

BancoDaycoval

RESULTADOS 2024

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

valor justo dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Obrigações fiscais correntes e diferidas", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada a alíquota do imposto de renda e contribuição social.

Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrentes da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para créditos de liquidação duvidosa, são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20 são atendidos.

Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O cálculo do imposto de renda e da contribuição social, bem como a composição dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas estão, respectivamente, apresentadas nas Notas 19.a.i e 15.c.

A previsão de realização dos créditos tributários está apresentada na Nota 15.e.

q) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução CMN nº 4.818/20.

O lucro por ação está apresentado na Nota 20.e.

r) Remuneração do capital próprio

A Resolução CMN nº 4.872/20, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022, determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital próprio, que deve ser reconhecida a partir do momento em que seja declarada ou proposta e se configure em uma obrigação presente na data do balanço.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio declarados são reconhecidos no passivo circulante na rubrica de "Sociais e Estatutárias" e, os dividendos propostos e ainda não aprovados, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de "Reservas Especiais de Lucros".

A remuneração do capital próprio está apresentada na Nota 20.c.

s) Uso de estimativas contábeis

A preparação das Demonstrações Contábeis do Daycoval exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como:

i. As taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e do imobilizado de arrendamento;
ii. Amortizações de ativos diferidos;
iii. Provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa;
iv. Avaliação de instrumentos financeiros; e
v. Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes.

Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

t) Resultado não recorrente

São classificados como "Resultado não recorrente" aqueles que são:

i. Oriundos de operações/transações realizadas pelo Banco que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas;
ii. Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Banco; e
iii. Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros.

A composição do resultado não recorrente está apresentada na Nota 21.k.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Disponibilidades	1.180.284	502.616	1.182.271	503.175
Aplicações no mercado aberto (1)	191.267	1.085.608	191.267	1.085.608
Aplicações em moedas estrangeiras (2)	979.378	1.146.961	979.378	1.146.961
Total	**2.350.929**	**2.805.173**	**2.352.916**	**2.805.742**

(1) As aplicações no mercado aberto consideradas para compor o total de "Caixa e equivalentes de caixa", possuem vencimento em até 90 dias e não contemplam as posições das aplicações interfinanceiras - posição financiada (Nota 6), para o Banco e Consolidado.

(2) Referem-se às aplicações em moedas estrangeiras (Nota 6) com vencimento em até 90 dias da data da aplicação.

5 RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL (BANCO E CONSOLIDADO)

	2024	2023
Reservas em conta de pagamento instantâneo	553.230	167.040
Reservas compulsórias em espécie sobre		
Depósitos à vista	215.854	168.307
Recolhimentos obrigatórios		
Compulsório sobre depósitos a prazo	1.600.021	970.284
Outros recolhimentos obrigatórios	10.940	15.742
Total	**2.380.045**	**1.321.373**

6 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banco						
	2024						2023
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas	**1.176.255**	-	-	-	-	**1.176.255**	**1.233.244**
Posição bancada	**191.267**	-	-	-	-	**191.267**	**1.065.606**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16	-	-	-	-	16	660.919
Letras do Tesouro Nacional - LTN	793	-	-	-	-	793	90.018
Notas do Tesouro Nacional - NTN	66.672	-	-	-	-	66.672	314.669
Outros (1)	123.786	-	-	-	-	123.786	-
Posição financiada	**984.988**	-	-	-	-	**984.988**	**167.638**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	749.973	-	-	-	-	749.973	82.220
Letras do Tesouro Nacional - LTN	149.206	-	-	-	-	149.206	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	85.809	-	-	-	-	85.809	85.418
Posição vendida	**227**	-	-	-	-	**227**	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	227	-	-	-	-	227	-
Depósitos interfinanceiros	**342.672**	**1.768.147**	**831.919**	**146.741**	**14.425**	**3.103.904**	**3.151.216**
Aplicações em moedas estrangeiras (2)	**979.378**	-	-	-	-	**979.378**	**1.146.961**
Total	**2.497.932**	**1.768.147**	**831.919**	**146.741**	**14.425**	**5.259.164**	**5.531.421**

	Consolidado			
	2024			2023
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas	**1.176.255**	-	**1.176.255**	**1.233.244**
Posição bancada	**191.267**	-	**191.267**	**1.065.606**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16	-	16	660.919
Letras do Tesouro Nacional - LTN	793	-	793	90.018
Notas do Tesouro Nacional - NTN	66.672	-	66.672	314.669
Outros (1)	123.786	-	123.786	-
Posição financiada	**984.988**	-	**984.988**	**167.638**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	749.973	-	749.973	82.220
Letras do Tesouro Nacional - LTN	149.206	-	149.206	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	85.809	-	85.809	85.418
Posição vendida	**227**	-	**227**	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	227	-	227	-
Depósitos interfinanceiros	-	**882.331**	**882.331**	**1.113.507**
Aplicações em moedas estrangeiras (2)	**979.378**	-	**979.378**	**1.146.961**
Total	**2.155.860**	**882.331**	**3.038.191**	**3.493.712**

(1) Refere-se às operações compromissadas realizada pela Daycoval S.A. - Cayman Branch, composta por títulos públicos e privados de curto prazo.

(2) Referem-se às aplicações em moedas estrangeiras com vencimento em até 90 dias da data da aplicação.

7 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição por categoria e tipo

	Banco				
	2024			2023	
	Valor de curva	Resultado	Valor justo (1)	Valor de curva	Valor justo (1)
Livre negociação	**17.744.287**	**(22.964)**	**17.721.243**	**12.718.284**	**12.758.875**
Carteira própria	**9.222.382**	**(32.889)**	**9.189.493**	**3.973.576**	**3.984.131**
Letras financeiras do tesouro - LFT	4.937.900	16.405	4.954.305	2.524.565	2.533.192
Notas do tesouro nacional - NTN	28.760	(438)	28.322	1.011	1.021
Cédulas de produto rural - CPR (3)	3.011.785	(5.139)	3.006.646	1.447.068	1.449.008
Notas comerciais (3)	942.927	6.500	949.427	-	-
Cotas de fundo de investimento	119.239	(16.509)	102.730	-	-
Debêntures (3)	117.086	(33.682)	83.404	932	910
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA (3)	41.753	(717)	41.036	-	-
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (3)	21.503	(1.861)	19.642	-	-
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	290	-	290	-	-
Letras Financeiras	55	-	55	-	-
Certificados de depósitos a prazo - CDB	44	1	45	-	-
Ações	1.040	2.251	3.291	-	-
Vinculados a compromissos de recompra	**6.451.895**	**2.717**	**6.454.612**	**7.834.867**	**7.858.250**
Letras financeiras do tesouro - LFT	6.216.376	9.583	6.225.959	7.810.446	7.834.340
Notas do tesouro nacional - NTN	29.830	(1.284)	28.546	-	-
Debêntures (3)	188.678	(2.163)	186.515	24.421	23.910
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (3)	17.011	(3.419)	13.592	-	-
Vinculados à prestação de garantias (2)	**2.085.530**	**7.208**	**2.077.138**	**905.841**	**915.694**
Letras financeiras do tesouro - LFT	2.085.530	7.208	2.077.138	905.841	915.694
Disponíveis para venda	-	-	-	**1.334.177**	**1.314.663**
Carteira própria	-	-	-	**1.093.052**	**1.073.416**
Notas do tesouro nacional - NTN	-	-	-	5.835	5.832
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	-	1.534	1.507
Notas comerciais (3)	-	-	-	887.270	886.740
Cotas de fundo de investimento	-	-	-	54.016	35.299
Debêntures (3)	-	-	-	37.770	37.774
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (3)	-	-	-	106.135	105.742
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	-	-	80	80
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	-	-	-	12	12
Vinculados a compromissos de recompra	-	-	-	**241.125**	**241.247**
Debêntures (3)	-	-	-	241.125	241.247
Mantidos até o vencimento	**3.012.850**	-	**3.012.850**	**2.588.565**	**2.588.565**
Carteira própria	**1.898.585**	-	**1.898.585**	**2.588.565**	**2.588.565**
Notas do tesouro nacional - NTN	515.826	-	515.826	2.020.500	2.020.500
Títulos públicos de outros países	1.382.759	-	1.382.759	568.065	568.065
Vinculados a compromissos de recompra	**1.114.265**	-	**1.114.265**	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN	1.114.265	-	1.114.265	-	-
Total	**20.753.657**	**(22.964)**	**20.734.093**	**16.641.026**	**16.661.303**

	Consolidado				
	2024			2023	
	Valor de curva	Resultado	Valor justo (1)	Valor de curva	Valor justo (1)
Livre negociação	**18.526.339**	**(8.555)**	**18.516.784**	**12.749.524**	**12.785.311**
Carteira própria	**10.004.514**	**(19.480)**	**9.985.034**	**4.884.816**	**4.011.367**
Letras financeiras do tesouro - LFT	5.423.692	17.162	5.440.854	2.555.805	2.564.428
Notas do tesouro nacional - NTN	28.760	(438)	28.322	1.011	1.021
Cédulas de produto rural - CPR (3)	3.011.785	(5.139)	3.006.646	1.447.068	1.449.008
Notas comerciais (3)	942.927	6.500	949.427	-	-
Cotas de fundo de investimento	325.586	(1.667)	327.919	-	-
Debêntures (3)	117.086	(33.682)	83.404	932	910
Títulos privados no exterior	83.660	(2.030)	81.630	-	-
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA (3)	44.015	(866)	43.149	-	-
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (3)	21.503	(1.861)	19.642	-	-
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	290	-	290	-	-
Certificados de depósitos a prazo - CDB	115	(10)	105	-	-
Letras Financeiras	55	-	55	-	-
Ações	1.040	2.251	3.291	-	-
Vinculados a compromissos de recompra	**6.451.895**	**2.717**	**6.454.612**	**7.834.867**	**7.858.250**
Letras financeiras do tesouro - LFT	6.216.376	9.583	6.225.959	7.810.446	7.834.340
Notas do tesouro nacional - NTN	29.830	(1.284)	28.546	-	-
Debêntures (3)	188.678	(2.163)	186.515	24.421	23.910
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (3)	17.011	(3.419)	13.592	-	-
Vinculados à prestação de garantias (2)	**2.085.530**	**7.208**	**2.077.138**	**905.841**	**915.694**
Letras financeiras do tesouro - LFT	2.085.530	7.208	2.077.138	905.841	915.694
Disponíveis para venda	-	-	-	**1.626.394**	**1.623.349**
Carteira própria	-	-	-	**1.385.269**	**1.382.102**
Notas do tesouro nacional - NTN	-	-	-	5.835	5.832
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	-	1.534	1.507
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	-	40.705	40.807
Notas comerciais (3)	-	-	-	887.270	886.740
Cotas de fundo de investimento	-	-	-	225.267	227.757
Títulos privados no exterior	-	-	-	73.853	72.023
Debêntures (3)	-	-	-	37.770	37.774
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (3)	-	-	-	106.135	105.742
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA (3)	-	-	-	2.357	2.357
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	-	-	80	80
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	-	-	-	113	113
Certificados de depósitos a prazo - CDB	-	-	-	150	150
Vinculados a compromissos de recompra	-	-	-	**241.125**	**241.247**
Debêntures (3)	-	-	-	241.125	241.247
Mantidos até o vencimento	**3.012.850**	-	**3.012.850**	**2.588.565**	**2.588.565**
Carteira própria	**1.898.585**	-	**1.898.585**	**2.588.565**	**2.588.565**
Notas do tesouro nacional - NTN	515.826	-	515.826	2.020.500	2.020.500
Títulos públicos de outros países	1.382.759	-	1.382.759	568.065	568.065
Vinculados a compromissos de recompra	**1.114.265**	-	**1.114.265**	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN	1.114.265	-	1.114.265	-	-
Total	**21.529.189**	**(8.555)**	**21.520.634**	**16.964.483**	**17.001.225**

(1) O valor justo dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, pelos administradores dos fundos de investimento nos quais o Banco mantém aplicações, pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, por outros agentes formadores de preços no caso dos títulos e valores mobiliários adquiridos no exterior e, quando aplicável com base em modelos de fluxo de caixa descontado.

(2) Os títulos vinculados à prestação de garantias referem-se a títulos e valores mobiliários vinculados às operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

(3) Cédulas de produto rural, debêntures, certificados de recebíveis do agronegócio, certificados de recebíveis imobiliários e notas comerciais estão apresentadas líquidas de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de provisão é de R$82.686 conforme Nota 9.6.ii (R$13.727 em 2023).

daycoval.com.br

BancoDaycoval

RESULTADOS 2024

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

b) **Composição por prazo**

Banco	2024 Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo	2023 Valor justo
Títulos públicos federais	**24.411**	**13.997.128**	**358.927**	**135.325**	**428.570**	**14.944.361**	**13.312.516**
Letras financeiras do tesouro - LFT	24.411	13.232.991	-	-	-	13.257.402	11.283.226
Notas do tesouro nacional - NTN	-	764.137	358.927	135.325	428.570	1.686.959	2.027.353
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	-	-	-	-	1.937
Títulos e valores mobiliários no exterior	**28.406**	**279.277**	**1.056.500**	**18.576**	-	**1.382.759**	**568.065**
Títulos públicos de outros países	28.406	279.277	1.056.500	18.576	-	1.382.759	568.065
Títulos privados	**188.530**	**4.112.422**	-	-	-	**4.300.952**	**2.345.423**
Cédulas do produto rural - CPR	135.832	2.870.814	-	-	-	3.006.646	1.449.008
Notas comerciais	52.697	896.730	-	-	-	949.427	886.740
Debêntures	1	269.918	-	-	-	269.919	303.861
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	-	41.036	-	-	-	41.036	-
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	-	33.534	-	-	-	33.534	105.742
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	290	-	-	-	290	80
Letras Financeiras	-	55	-	-	-	55	-
Certificados de depósitos a prazo - CDB	-	45	-	-	-	45	-
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	-	-	-	-	-	-	12
Ações	**3.291**	-	-	-	-	**3.291**	-
Ações	3.291	-	-	-	-	3.291	-
Cotas de fundos de investimento	**102.730**	-	-	-	-	**102.730**	**31.299**
Fundos de investimento em direitos creditórios	53.122	-	-	-	-	53.122	-
Fundos de investimento imobiliário	29.867	-	-	-	-	29.867	25.288
Fundos de Investimento Multimercado	13.601	-	-	-	-	13.601	-
Outros fundos de investimento	6.140	-	-	-	-	6.140	6.011
Total	**347.368**	**18.388.827**	**1.415.427**	**153.901**	**428.570**	**20.734.093**	**16.661.303**

Consolidado	2024 Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo	2023 Valor justo
Títulos públicos federais	**24.411**	**14.483.677**	**358.927**	**135.325**	**428.570**	**15.430.910**	**13.384.449**
Letras financeiras do tesouro - LFT	24.411	13.719.540	-	-	-	13.743.951	11.355.159
Notas do tesouro nacional - NTN	-	764.137	358.927	135.325	428.570	1.686.959	2.027.353
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	-	-	-	-	1.937
Títulos e valores mobiliários no exterior	**28.847**	**360.466**	**1.056.500**	**18.576**	-	**1.464.389**	**640.988**
Títulos públicos de outros países	28.406	279.277	1.056.500	18.576	-	1.382.759	568.065
Títulos privados no exterior	441	81.189	-	-	-	81.630	72.923
Títulos privados	**188.530**	**4.114.595**	-	-	-	**4.303.125**	**2.348.031**
Cédulas do produto rural - CPR	135.832	2.870.814	-	-	-	3.006.646	1.449.008
Notas comerciais	52.697	896.730	-	-	-	949.427	886.740
Debêntures	1	269.918	-	-	-	269.919	303.861
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	-	43.149	-	-	-	43.149	2.367
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	-	33.534	-	-	-	33.534	105.742
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	290	-	-	-	290	80
Certificados de depósitos a prazo - CDB	-	105	-	-	-	105	150
Letras Financeiras	-	55	-	-	-	55	-
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	-	-	-	-	-	-	113
Ações	**3.291**	-	-	-	-	**3.291**	-
Ações	3.291	-	-	-	-	3.291	-
Cotas de fundos de investimento	**327.919**	-	-	-	-	**327.919**	**221.757**
Fundos de investimento em renda fixa	163.776	-	-	-	-	163.776	147.743
Fundos de investimento multimercado	67.241	-	-	-	-	67.241	37.895
Fundos de investimento em direitos creditórios	58.591	-	-	-	-	58.591	10.624
Fundos de investimento de ações	22.488	-	-	-	-	22.488	14.306
Fundos de investimento imobiliário	9.683	-	-	-	-	9.683	11.219
Outros fundos de investimento	6.140	-	-	-	-	6.140	6.010
Total	**572.998**	**18.958.738**	**1.415.427**	**153.901**	**428.570**	**21.529.634**	**17.001.225**

Conforme previsto no parágrafo único do Artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos para Negociação", estão sendo apresentados com prazo de realização de até 12 meses, independentemente do prazo de seus respectivos vencimentos.

c) **Reclassificação de títulos e valores mobiliários**

Conforme previsto na Circular BCB nº 3.068/01, em seu Artigo 5º, a reavaliação da classificação dos títulos e valores mobiliários, inicialmente classificados nas categorias: (i) títulos para negociação; (ii) títulos disponíveis para venda; e (iii) títulos mantidos até o vencimento, somente pode ser realizada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais da instituição e, a eventual transferência entre as categorias mencionadas, deve levar em conta a intenção e a capacidade financeira da instituição além de ser efetuada pelo valor de mercado do título ou valor mobiliário.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2024, o Daycoval optou por reclassificar títulos e valores mobiliários inicialmente classificados na categoria "Títulos disponíveis para venda", para a categoria "Títulos para negociação" reconhecendo, no resultado do período, os ganhos e perdas não realizados anteriormente registrados em conta destacada do patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

2024 Títulos e valores mobiliários reclassificados	Categoria De	Categoria Para	Montante reclassificado	Efeito no resultado (1)
Títulos públicos				
Notas do tesouro nacional - NTN	Disponível para venda	Negociação	405	(20)
Títulos privados				
Notas comerciais	Disponível para venda	Negociação	949.427	6.500
Cotas de fundo de investimento	Disponível para venda	Negociação	102.730	(16.505)
Debêntures	Disponível para venda	Negociação	148.054	(437)
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	Disponível para venda	Negociação	17.082	(3.452)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	Disponível para venda	Negociação	290	-
Certificados de depósitos a prazo - CDB	Disponível para venda	Negociação	45	1

31/12/2023 Títulos e valores mobiliários reclassificados	Categoria De	Categoria Para	Montante reclassificado	Efeito no resultado (1)
Títulos públicos				
Letras financeiras do tesouro - LFT	Disponível para venda	Negociação	1.500.763	2.445
Títulos privados				
Cédulas de produto rural - CPR	Disponível para venda	Negociação	1.449.005	1.590

As reclassificações dos títulos e valores mobiliários, acima apresentados, foram oriundas pela intenção da Administração do Daycoval em aumentar a sua liquidez de caixa, visando a originação de novas operações no curso normal de seus negócios.

(1) O efeito da reclassificação dos títulos e valores mobiliários líquido de impostos no resultado totalizam R$7.676 (R$2.015 em 2023).

8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias e de seus clientes, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são devidamente aprovados dentro da política de utilização destes produtos. Esta política determina que, previamente à implementação de cada produto, todos os aspectos devem ser analisados, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional dos instrumentos financeiros derivativos.

Os componentes de riscos de crédito e mercado dos instrumentos financeiros derivativos são monitorados diariamente. São definidos limites específicos para operações com estes instrumentos, para os clientes e também para as câmaras de registro e liquidação. Este limite é gerenciado através de sistema que consolida as exposições por contraparte. Eventuais irregularidades são prontamente apontadas e encaminhadas para solução imediata.

O gerenciamento de risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos segue política de riscos em vigor, que estabelece que os riscos potenciais decorrentes de flutuações de preços nos mercados financeiros sejam centralizados na área de Tesouraria, sendo esta provedora de hedge para as demais áreas.

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Daycoval, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são:

- Contratos de mercado futuro - compromissos para comprar ou vender, taxa de juros e de moedas estrangeiras em uma data futura a um preço ou rentabilidade determinados, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega física do ativo objeto do contrato. O valor de referência ("*notional*") representa o valor de referência do contrato. Diariamente, são liquidados os ajustes referentes às variações no preço dos ativos objeto dos contratos.
- Contratos a termo - contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca de moeda, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada, podendo haver entrega física ou apenas a liquidação financeira da diferença entre os preços das moedas objeto do contrato ("*Non deliverable forwards - NDF*").
- Contratos de troca de indexadores ("*Swaps*") - são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras (quando possuem mais de um fluxo de pagamento), o diferencial entre dois indicadores financeiros estipulados e distintos (taxas de juros, moeda estrangeira, índices de inflação, entre outros) sobre um valor de referência ("*Notional*") de principal.
- Opções - Contratos de opção dão ao comprador o direito, mediante o pagamento de um prêmio, e ao vendedor (lançador) a obrigação, mediante o recebimento de um prêmio, de comprar ou vender um ativo financeiro (índices de juros, ações, moedas, dentre outros) por um prazo limitado a um preço contratado.

i **Operações de *hedge***

A estratégia de *hedge* é determinada com base nos limites de exposição aos diversos riscos inerentes às operações do Banco. Sempre que estas operações gerarem exposições acima dos limites estabelecidos, o que poderia resultar em relevantes flutuações no resultado do Banco, a cobertura do risco é efetuada utilizando-se instrumentos financeiros derivativos, contratados em mercado organizado ou de balcão, observadas as regras legais para a qualificação de *hedge*, conforme estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do BACEN.

Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, variação cambial e juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de *hedge* são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco.

O Banco possui estruturas de hedge contábil de risco de mercado, como segue:

- Objetivo de mitigar a exposição à taxa de juros encontrada nos fluxos de recebimentos futuros, dada natureza pré-fixada das operações de crédito e de arrendamento mercantil, itens objetos de *hedge*, registrados nas rubricas de "Financiamento de veículos", "Empréstimos Consignados" e "Arrendamento mercantil" (Nota 5.a). A estrutura de *hedge* destas operações foi construída associando-se operações de mercado futuro de taxa de juros (Futuros de DI) para cada um dos fluxos do objeto de *hedge*, seja de juros ou de principal e juros.
- Objetivo de compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado referentes à flutuação de moeda estrangeira (variação do dólar norte-americano e do euro) e da taxa de juros Libor de suas captações realizadas no exterior (itens objeto de hedge) registradas na rubrica de "Obrigações por títulos emitidos no exterior" e "Obrigações por empréstimos no exterior" (Nota 18.b). A estrutura de hedge contábil destas operações foi construída associando-se a um contrato de Swap do tipo Fluxo de Caixa, para cada fluxo de pagamento das captações, seja de juros ou de principal e juros, sendo a posição ativa do Banco idêntica à remuneração dos contratos de captação.

O quadro a seguir apresenta resumo da estrutura de *hedge* de risco de mercado:

2024 Item objeto de *hedge*	Vencimento	Valor de referência	Instrumento de *hedge*	Variação no valor justo do Objeto de *hedge*	Efetividade
Operações de crédito e de arrendamento mercantil					
Empréstimos Consignados	27/07/2036	R$ 5.828.103	Futuros de DI	(475.909)	97,03%
Arrendamento Mercantil	27/07/2032	R$ 1.154.501	Futuros de DI	(48.475)	98,37%
Financiamento de veículos	13/12/2029	R$ 2.287.934	Futuros de DI	(72.576)	97,70%
Instrumentos de captação					
Captação Proparco	16/10/2028	USD 75.000	Swap	(45.229)	95,04%
Captação IFC	27/06/2025	USD 100.000	Swap	(74.480)	91,82%
Captação IFC	16/06/2028	USD 150.000	Swap	(15.307)	84,22%
Captação IFC	15/12/2026	USD 310.000	Swap	(32.261)	88,81%
				(768.747)	

2023 Item objeto de *hedge*	Vencimento	Valor de referência	Instrumento de *hedge*	Variação no valor justo do Objeto de *hedge*	Efetividade
Operações de crédito e de arrendamento mercantil					
Empréstimos Consignados	06/02/2034	R$ 5.028.752	Futuros de DI	164.428	93,57%
Arrendamento Mercantil	27/07/2032	R$ 1.212.898	Futuros de DI	41.786	91,85%
Financiamento de veículos	05/01/2029	R$ 2.013.102	Futuros de DI	25.812	92,38%
Instrumentos de captação					
Captação Proparco	16/10/2028	USD 75.000	Swap	845	122,84%
Emissão no exterior	13/12/2024	USD 350.000	Swap	(203.107)	98,59%
Emissão no exterior	13/12/2024	USD 100.000	Swap	86.318	91,74%
Captação IFC	16/09/2024	USD 86.667	Swap	257.635	91,95%
Captação IFC	16/09/2024	USD 160.000	Swap	(18.354)	91,11%
Captação IFC	16/09/2024	USD 20.000	Swap	721	101,13%
Captação IFC	27/06/2024	USD 100.000	Swap	522	85,06%
				299.586	

a) **Composição dos montantes de diferenciais, a receber e a pagar, registrados em contas patrimoniais de ativo e passivo, na rubrica de "Derivativos":**

	2024 Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	2023 Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo
Consolidado											
Ativo											
Derivativos	**725.405**	**111.807**	**837.212**	**253.578**	**197.813**	**116.276**	**265.031**	**4.514**	**276.549**	**(31.847)**	**244.702**
Operações de swap - diferencial a receber	383.035	59.740	442.775	1.170	82.649	97.759	256.683	4.514	235.486	(41.784)	193.702
Termo de moeda ("NDF") - diferencial a receber	265.470	11.952	277.422	184.908	67.344	16.825	8.348	-	16.888	10.673	27.561
Prêmios pagos por compra de opções de compra	27.408	40.115	67.523	18.011	47.820	1.692	-	-	4.130	(756)	3.374
Futuros de juros (DI)	30.100	-	30.100	30.100	-	-	-	-	13.283	-	13.283
Futuros de cupom cambial (DDI)	5.060	-	5.060	5.060	-	-	-	-	2.714	-	2.714
Futuros de moedas estrangeiras	5.020	-	5.020	5.020	-	-	-	-	3.112	-	3.112
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	1.312	-	1.312	1.312	-	-	-	-	956	-	956
Passivo											
Derivativos	**180.562**	**6.310**	**186.872**	**55.131**	**88.626**	**9.556**	**2.510**	**31.049**	**252.064**	**20.497**	**272.561**
Operações de swap - diferencial a pagar	102.738	(38.723)	64.015	2.375	21.981	6.100	2.510	31.049	146.935	41.427	188.362
Termo de moeda ("NDF") - diferencial a receber	44.503	1.995	46.498	24.187	21.979	342	-	-	71.489	(4.596)	66.893
Prêmios recebidos por venda de opções de compra	29.258	43.098	72.366	24.582	44.670	3.114	-	-	19.665	(16.334)	3.331
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	2.746	-	2.746	2.746	-	-	-	-	209	-	209
Futuros de moedas estrangeiras	525	-	525	525	-	-	-	-	8.611	-	8.611
Futuros de juros (DI)	491	-	491	491	-	-	-	-	55	-	55
Futuros de cupom cambial (DDI)	231	-	231	231	-	-	-	-	5.100	-	5.100

Em 31 de dezembro de 2024, os montantes de R$23 (R$4.411 em 2023) e R$77.891 (R$488 em 2023), respectivamente, referentes a valores a receber e a pagar para o Banco de operações de derivativos de swap realizados com o Daycoval Leasing, foram eliminadas para fins de consolidação das Demonstrações Contábeis.

b) **Segregação por tipo de contrato e de contraparte ao valor justo:**

Consolidado	2024 Ativo	2024 Passivo	2023 Ativo	2023 Passivo
Futuros	**45.492**	**3.993**	**20.065**	**14.975**
B3 S.A. - Bolsa, Brasil, Balcão	45.492	3.993	20.065	14.975
Swap	**442.775**	**64.015**	**193.702**	**188.362**
Instituições financeiras	233.084	-	151.197	179.346
Pessoas físicas	176.816	5.958	6.976	7.680
Pessoas jurídicas	32.875	58.057	35.529	1.336
Termo ("*NDF*")	**277.422**	**46.498**	**27.561**	**66.893**
Pessoas jurídicas	271.441	46.353	27.490	65.535
Pessoas físicas	5.756	-	50	1.358
Instituições financeiras	225	145	21	-
Opções	**67.523**	**72.366**	**3.374**	**3.331**
Pessoas físicas	57.082	-	2.631	-
Pessoas jurídicas	10.441	58.435	743	-
Instituições financeiras	-	13.931	-	3.331

Em 31 de dezembro de 2024, os montantes de R$23 e R$77.891, respectivamente, referentes a valores a receber e a pagar para o Banco de operações de derivativos de swap realizados com o Daycoval Leasing, foram eliminadas para fins de consolidação das Demonstrações Contábeis (R$4.411 e R$488 em 2023).

Eufrázio

daycoval.com.br

BancoDaycoval

RESULTADOS 2024

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

c) **Composição dos valores de referência ("Notional") registrados em contas de compensação, por tipo de estratégia, de contrato e de indexadores de referência:**

	2024						2023
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Consolidado							
Swap	**69.522**	**1.196.596**	**2.145.322**	**1.914.649**	**580.509**	**5.826.998**	**4.875.575**
Ativo	**39.479**	**923.308**	**2.081.322**	**1.871.462**	**85.845**	**5.001.416**	**2.738.835**
Estratégia de proteção patrimonial ("hedge accounting")	-	**543.860**	**1.854.048**	**1.224.910**	-	**3.622.818**	**2.247.796**
Dólar x CDI	-	543.860	1.854.048	1.224.910	-	3.622.818	2.247.796
Estratégia de negociação ("trading")	**39.479**	**379.448**	**227.274**	**646.552**	**85.845**	**1.378.598**	**490.883**
Dólar x Taxa pré-fixada	1.166	274.439	142.524	553.167	55.693	1.026.029	54.440
CDI x Taxa pré-fixada	35.224	97.571	5.770	5.026	-	143.591	54.426
Dólar x CDI	1.310	3.423	71.081	61.514	-	137.328	10.128
CDI x Dólar	-	4.015	-	26.905	-	30.920	107.209
Taxa pré-fixada x CDI	-	-	-	-	30.152	30.152	183.576
Pré fixado x IPC-A	1.161	-	7.899	-	-	9.060	-
Taxa pré-fixada x Dólar	618	-	-	-	-	618	41.104
Passivo	**30.443**	**193.288**	**64.000**	**43.187**	**494.664**	**825.582**	**2.137.296**
Estratégia de proteção patrimonial ("hedge accounting")	-	-	-	-	-	-	**1.964.261**
Dólar x CDI	-	-	-	-	-	-	1.964.261
Estratégia de negociação ("trading")	**30.443**	**193.288**	**64.000**	**43.187**	**494.664**	**825.582**	**172.835**
Taxa pré-fixada x CDI	-	-	-	-	494.664	494.664	-
CDI x Dólar	10.854	132.369	22.669	5.824	-	171.716	-
Taxa pré-fixada x IPC-A	-	16.247	27.919	31.556	-	75.722	-
Taxa pré-fixada x Dólar	7.704	44.672	13.412	5.807	-	71.595	-
CDI x Taxa pré-fixada	11.885	-	-	-	-	11.885	1.220
Dólar x CDI	-	-	-	-	-	-	96.072
Dólar x Taxa pré-fixada	-	-	-	-	-	-	75.843
Termo ("NDF")	**5.735.827**	**1.224.821**	**113.840**	**37.649**	-	**7.112.137**	**5.185.298**
Posição comprada	4.310.712	811.279	112.287	37.649	-	5.271.927	3.288.659
Posição vendida	1.425.115	413.542	1.553	-	-	1.840.210	1.896.639
Futuros	**6.495.732**	**5.342.308**	**7.898.585**	**2.541.755**	**687.284**	**22.953.164**	**33.775.816**
Posição comprada	**378.849**	**92.563**	**628.263**	**208.589**	**37.181**	**1.325.245**	**4.645.439**
Estratégia de negociação ("trading")	**378.849**	**92.563**	**628.263**	**208.589**	**37.181**	**1.325.245**	**4.645.439**
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	183.036	-	508.616	202.731	37.181	915.624	787.664
Futuros de moedas estrangeiras	152.602	31.500	36.750	-	-	220.852	788.143
Futuros de juros (DI)	-	27.727	76.857	5.838	-	110.422	374.887
Futuros de cupom cambial (DDI)	48.071	33.336	-	-	-	82.307	2.736.445
Posição vendida	**6.116.883**	**5.249.745**	**7.270.322**	**2.333.166**	**650.103**	**21.627.919**	**29.130.377**
Estratégia de proteção patrimonial ("hedge accounting")	**837.572**	**2.062.885**	**2.610.653**	**1.530.461**	**549.460**	**7.591.031**	**8.671.260**
Futuros de juros (DI)	837.572	2.062.885	2.610.653	1.530.461	549.460	7.591.031	8.671.260
Estratégia de negociação ("trading")	**5.279.491**	**3.186.860**	**4.660.669**	**402.725**	**101.143**	**13.630.888**	**20.459.017**
Futuros de juros (DI)	1.033.170	1.858.288	3.652.340	-	-	6.543.807	11.859.116
Futuros de cupom cambial (DDI)	1.464.540	868.143	943.029	402.725	2.338	3.676.775	5.849.254
Futuros de moedas estrangeiras	2.780.772	270.788	72.300	-	-	3.123.860	2.219.186
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	-	191.641	-	-	98.805	290.446	532.461
Opções	**185.164**	**800.215**	**8.187**	-	-	**993.566**	**396.176**
Posição comprada	**127.895**	**270.806**	**8.187**	-	-	**406.888**	**186.450**
Moeda estrangeira	127.895	270.806	8.187	-	-	406.888	186.450
Posição vendida	**57.269**	**529.409**	-	-	-	**586.678**	**209.726**
Moeda estrangeira	57.269	529.409	-	-	-	586.678	209.726

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R$1.158.464 (R$1.283.545 em 2023), referentes a valores de referência ("notional") de operações de derivativos de swap realizados com o Daycoval Leasing, foram eliminados para fins de consolidação das Demonstrações Contábeis.

1 **CARTEIRA DE CRÉDITO**

a) **Resumo da carteira de crédito e da carteira de crédito ampliada**

	Banco		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Operações de crédito (1) (5)	33.788.030	32.313.804	34.108.187	32.580.723
Arrendamento mercantil (2) (3)	-	-	3.180.829	2.871.731
Outros créditos com características de concessão de crédito	14.191.448	12.091.528	14.197.088	12.110.300
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 10 - Câmbio Ativo)	20.018	23.215	20.018	23.215
Importação financiada (Nota 10 - Câmbio Passivo)	-	99.784	-	99.784
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 10 - Câmbio Passivo)	692.289	738.501	692.289	738.501
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos (Nota 10 - Câmbio Passivo)	(1.351)	(615)	(1.351)	(615)
Total da carteira de crédito	**48.690.438**	**45.266.213**	**52.197.018**	**48.412.639**
Títulos privados (Nota 7.a) (4)	4.383.218	2.759.058	4.383.218	2.759.058
Recebíveis adquiridos de arranjo de pagamento	144.351	-	144.351	-
Garantias financeiras prestadas	8.139.880	6.299.716	8.139.880	6.299.716
Total da carteira de crédito ampliada (1) (2)	**61.357.909**	**54.324.991**	**64.864.497**	**57.471.413**

(1) *Em 31 de dezembro de 2024, inclui perdas de R$552.885 (ganhos de R$180.240 em 2023) referentes ao ajuste a valor justo de operações de financiamento de veículos e empréstimos consignados, objetos de hedge contábil, tanto para o Banco quanto para o Consolidado. Este montante não está sendo incluído no total das operações de crédito apresentadas nas notas subsequentes.*

(2) *Em 31 de dezembro de 2024, inclui perdas de R$48.475 (ganhos de R$41.786 em 2023) referentes ao ajuste a valor justo de operações de arrendamento mercantil, objeto de hedge contábil para o Consolidado. Este montante não está sendo incluído no total das operações de arrendamento mercantil apresentadas nas notas subsequentes.*

(3) *A carteira de arrendamento mercantil está composta pelas operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional a valor presente.*

(4) *Os títulos privados estão compostos por cédulas de produto rural, debêntures, certificados de recebíveis do agronegócio, certificados de recebíveis imobiliários e notas comerciais.*

(5) *Inclui operações apresentadas de forma líquida das tarifas recebidas do FGI.*

b) **Composição da carteira de crédito e da carteira de crédito ampliada**

i. **Por segmento, tipo de operação e nível de risco**

2024	Banco									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Segmento empresas	**10.397.558**	**15.293.448**	**2.724.172**	**674.008**	**771.247**	**189.440**	**54.715**	**87.827**	**516.088**	**30.708.583**
Empréstimos	699.342	5.350.284	705.241	373.657	380.031	131.413	36.189	77.531	420.202	8.174.290
FGI PEAC	-	59.258	9.672	3.030	2.546	1.657	1.419	2.266	55.447	135.295
FGI PEAC II	-	969.886	34.195	23.189	21.818	10.376	9.845	2.033	16.416	1.086.758
FGI PEAC III (3)	-	431.163	11.261	3.483	7.619	834	1.118	1.864	3.049	460.401
PRONAMPE	-	2.001	169	380	35	20	70	-	57	2.712
Títulos descontados	2.226.028	344.352	63.460	7.851	50.141	890	4	2.185	595	2.695.486
Financiamentos	162.415	1.424.721	90.813	33.451	46.798	19.094	129	-	15.194	1.792.615
Financiamentos rurais e agroindustriais	327	514.883	21.869	-	2.736	-	-	-	-	539.815
Devedores por compra de valores e bens	-	9.561	-	5.489	8.817	890	-	-	1.859	26.615
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	6.155.260	5.576.175	1.709.846	212.681	142.173	11.690	26	1.597	1.197	13.812.645
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	14.508	516.203	43.532	8.324	107.925	12.571	5.902	42	1.951	710.956
Financiamentos à importação	759.590	36.158	13.368	2.357	-	-	-	-	-	811.463
Financiamentos à exportação	309.026	-	-	-	-	-	-	-	-	309.026
Recebíveis adquiridos de arranjo de pagamento	85.016	57.708	20.746	127	608	5	13	25	101	144.351
Financiamento de TVM	6.058	-	-	-	-	-	-	-	-	6.058
Segmento varejo	-	**13.202.494**	**3.286.981**	**1.070.312**	**276.663**	**178.873**	**93.359**	**70.424**	**499.977**	**18.679.083**
Empréstimos consignados	-	13.202.494	1.160.171	629.248	155.767	131.305	66.779	51.205	404.326	15.801.295
Empréstimos com garantia de imóveis	-	-	292.415	4.042	1.072	107	171	2.181	1.045	301.033
Financiamento de veículos	-	-	1.803.884	436.193	119.824	47.461	26.185	17.038	94.100	2.544.685
Financiamentos imobiliários	-	-	30.511	829	-	-	224	-	506	32.070
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**10.397.558**	**28.495.942**	**6.011.153**	**1.744.320**	**1.047.910**	**368.313**	**148.074**	**158.251**	**1.016.045**	**49.387.666**
Segmento empresas										
Títulos privados (Nota 7.a)	173.366	3.615.176	194.520	146.095	173.457	19.464	58.605	-	2.575	4.383.218
Total de títulos privados	**173.366**	**3.615.176**	**194.520**	**146.095**	**173.457**	**19.464**	**58.605**	-	**2.575**	**4.383.218**
Segmento empresas										
Garantias financeiras prestadas	3.822.070	3.747.047	359.043	145.964	64.281	1.081	-	-	414	8.139.880
Total de garantias financeiras prestadas	**3.822.070**	**3.747.047**	**359.043**	**145.964**	**64.281**	**1.081**	-	-	**414**	**8.139.880**
Total da carteira de crédito ampliada	**14.392.994**	**35.858.165**	**6.564.716**	**2.036.369**	**1.285.648**	**388.858**	**206.679**	**158.251**	**1.019.034**	**61.910.794**
Segregação da carteira de operações com características de concessão de crédito em curso normal e curso anormal										
Operações em curso normal (1)	10.397.558	28.495.942	5.220.533	1.251.311	773.955	137.542	34.769	58.807	305.482	46.675.899
Operações em curso anormal (2)	-	-	790.620	493.009	273.955	230.771	113.305	99.544	710.563	2.711.767
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**10.397.558**	**28.495.942**	**6.011.153**	**1.744.320**	**1.047.910**	**368.313**	**148.074**	**158.251**	**1.016.045**	**49.387.666**

2023	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Segmento empresas	**8.504.382**	**15.237.607**	**2.272.612**	**681.536**	**263.546**	**101.871**	**100.044**	**111.889**	**977.581**	**28.250.258**
Empréstimos	277.423	5.005.082	777.208	279.195	110.457	39.896	71.046	105.479	328.530	6.989.316
FGI PEAC	12.619	1.046.115	75.263	33.879	22.470	6.621	10.730	1.186	68.082	1.276.953
FGI PEAC II	-	1.884.123	51.700	31.566	29.715	10.971	5.962	4.334	17.477	2.035.848
PRONAMPE	-	3.953	603	389	418	182	131	104	838	6.598
Títulos descontados	1.429.748	301.463	28.881	19.606	6.241	1.118	1.091	3	10.983	1.799.134
Financiamentos	207.335	1.518.859	86.233	34.236	19.451	8.495	7.001	-	6.011	1.887.691
Financiamentos rurais e agroindustriais	10.417	349.020	8.011	-	-	-	-	-	-	367.448
Devedores por compra de valores e bens	-	20.807	3.021	14.011	200	4.189	-	-	1.184	43.392
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	5.526.756	4.292.779	1.183.031	245.309	57.580	12.187	4.075	4.485	536.869	11.863.151
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	102.703	523.035	58.581	23.485	17.014	18.242	-	518	7.547	751.102
Financiamentos à importação	680.200	272.367	-	-	-	-	-	-	-	952.567
Financiamentos à exportação	258.184	-	-	-	-	-	-	-	-	258.184
Segmento varejo	-	**12.084.663**	**2.736.344**	**1.122.653**	**234.465**	**106.679**	**60.232**	**54.672**	**425.811**	**16.825.519**
Empréstimos consignados	-	12.084.662	1.124.136	629.948	99.550	54.175	32.068	32.135	328.030	14.383.674
Empréstimos com garantia de imóveis	-	-	208.117	2.646	4.001	417	-	1.526	1.629	218.736
Títulos descontados	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Financiamento de veículos	-	-	1.385.701	489.767	130.914	51.942	28.264	20.611	96.182	2.203.401
Financiamentos imobiliários	-	-	18.390	1.272	-	145	-	-	-	19.807
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**8.504.382**	**27.322.360**	**5.008.956**	**1.804.189**	**498.011**	**208.550**	**160.276**	**165.761**	**1.403.392**	**45.075.877**
Segmento empresas										
Títulos privados (Nota 7.a)	760.075	1.806.147	109.073	83.763	-	-	-	-	-	2.759.058
Total de títulos privados	**760.075**	**1.806.147**	**109.073**	**83.763**	-	-	-	-	-	**2.759.058**
Segmento empresas										
Garantias financeiras prestadas	3.258.450	2.513.635	381.278	124.556	21.383	-	-	-	414	6.299.716
Total de garantias financeiras prestadas	**3.258.450**	**2.513.635**	**381.278**	**124.556**	**21.383**	-	-	-	**414**	**6.299.716**
Total da carteira de crédito ampliada	**12.522.907**	**31.642.142**	**5.499.307**	**2.012.508**	**519.394**	**208.550**	**160.276**	**165.761**	**1.403.806**	**54.134.791**
Segregação da carteira de operações com características de concessão de crédito em curso normal e curso anormal										
Operações em curso normal (1)	8.504.382	27.322.360	4.394.834	1.308.028	209.995	58.888	44.828	69.851	208.953	42.122.119
Operações em curso anormal (2)	-	-	614.122	496.161	288.016	149.662	115.548	95.910	1.194.439	2.953.858
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**8.504.382**	**27.322.360**	**5.008.956**	**1.804.189**	**498.011**	**208.550**	**160.276**	**165.761**	**1.403.392**	**45.075.877**

Eufrázio

daycoval.com.br

BancoDaycoval

RESULTADOS 2024

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado									
2024	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**Total**
Segmento empresas	**10.871.431**	**17.500.801**	**3.182.042**	**820.309**	**799.813**	**206.476**	**71.587**	**94.088**	**527.039**	**34.263.646**
Empréstimos	698.342	5.418.519	709.634	374.084	380.001	131.413	36.189	77.931	420.202	8.248.345
FGI PEAC	-	59.258	9.672	3.030	2.546	1.657	1.419	2.266	55.447	135.295
FGI PEAC II	-	960.886	34.195	23.189	21.018	10.376	9.845	2.033	16.416	1.086.758
FGI PEAC III (3)	-	431.163	11.261	3.463	7.619	834	1.118	1.864	3.049	460.401
PRONAMPE	-	2.001	189	360	35	20	70	-	57	2.712
Títulos descontados	2.226.028	344.352	63.460	7.851	50.141	890	4	2.185	595	2.695.486
Financiamentos	171.601	1.567.021	139.681	60.263	49.922	20.026	4.816	4.583	21.784	2.039.697
Financiamentos rurais e agroindustriais	327	514.983	21.869	-	2.736	-	-	-	-	539.915
Devedores por compra de valores e bens	-	9.581	-	5.488	8.817	890	-	-	1.859	26.615
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	6.156.218	5.582.725	1.709.960	212.681	142.173	11.690	26	1.597	1.197	13.818.267
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	14.508	516.200	43.532	8.324	107.925	12.571	5.932	42	1.851	710.895
Arrendamento mercantil	563.729	2.081.328	404.495	110.082	25.442	16.104	12.185	1.578	4.381	3.229.304
Financiamentos à importação	759.580	36.158	13.368	2.357	-	-	-	-	-	811.463
Financiamentos à exportação	309.026	-	-	-	-	-	-	-	-	309.026
Recebíveis adquiridos de arranjo de pagamento	65.016	57.700	20.746	127	608	5	13	29	101	144.351
Financiamento de TVM	6.056	-	-	-	-	-	-	-	-	6.056
Segmento varejo	**-**	**13.202.494**	**3.286.981**	**1.070.312**	**276.663**	**178.873**	**93.359**	**70.424**	**499.577**	**18.679.083**
Empréstimos consignados	-	13.202.494	1.160.171	629.248	155.767	131.305	66.779	51.205	404.326	15.801.295
Empréstimos com garantia de imóveis	-	-	292.475	4.042	1.072	107	171	2.181	1.045	301.033
Financiamento de veículos	-	-	1.803.884	436.193	119.824	47.461	26.185	17.038	94.100	2.544.685
Financiamentos imobiliários	-	-	30.511	829	-	-	224	-	506	32.070
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**10.871.431**	**30.703.295**	**6.469.023**	**1.890.621**	**1.076.476**	**385.349**	**164.946**	**164.512**	**1.027.016**	**52.942.729**
Segmento empresas										
Títulos privados (Nota 7.a)	173.366	3.615.176	194.520	146.085	173.457	19.464	58.605	-	2.575	4.383.248
Total de títulos privados	**173.366**	**3.615.176**	**194.520**	**146.085**	**173.457**	**19.464**	**58.605**	**-**	**2.575**	**4.383.248**
Segmento empresas										
Garantias financeiras prestadas	3.822.070	3.747.047	359.043	145.964	64.281	1.081	-	-	414	8.139.880
Total de garantias financeiras prestadas	**3.822.070**	**3.747.047**	**359.043**	**145.964**	**64.281**	**1.081**	**-**	**-**	**414**	**8.139.880**
Total da carteira de crédito ampliada	**14.866.867**	**38.155.579**	**7.022.586**	**2.182.670**	**1.314.214**	**405.874**	**223.551**	**164.512**	**1.030.005**	**65.465.857**
Segregação da carteira de operações com características de concessão de crédito em curso normal e curso anormal										
Operações em curso normal (1)	10.871.431	30.703.355	5.660.006	1.392.281	800.572	140.774	35.056	59.295	308.201	50.160.971
Operações em curso anormal (2)	-	-	809.017	498.340	275.904	244.575	129.890	105.217	718.815	2.781.758
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**10.871.431**	**30.703.295**	**6.469.023**	**1.890.621**	**1.076.476**	**385.349**	**164.946**	**164.512**	**1.027.016**	**52.942.729**

2023	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**Total**
Segmento empresas	**9.039.578**	**17.147.982**	**2.758.813**	**804.250**	**289.550**	**106.834**	**103.479**	**116.188**	**988.220**	**31.354.894**
Empréstimos	271.423	5.040.358	778.756	280.735	110.457	39.898	71.046	102.479	328.530	7.027.680
FGI PEAC	12.619	1.046.115	75.263	33.879	22.470	6.621	10.738	1.186	68.082	1.276.953
FGI PEAC II	-	1.894.123	51.700	31.588	29.715	10.971	5.962	4.334	17.477	2.045.848
PRONAMPE	-	3.953	693	369	419	182	131	104	838	6.589
Títulos descontados	1.429.748	301.463	29.891	15.605	6.241	1.118	1.091	3	10.963	1.796.124
Financiamentos	208.563	1.672.335	122.314	41.826	30.268	12.556	7.390	1.357	8.637	2.105.246
Financiamentos rurais e agroindustriais	10.417	349.020	8.011	-	-	-	-	-	-	367.448
Devedores por compra de valores e bens	-	20.807	3.001	14.011	200	4.189	-	-	1.184	43.392
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	5.529.727	4.308.148	1.183.463	245.309	57.580	12.187	4.075	4.485	536.080	11.881.023
Adiantamento sobre contratos de câmbio	102.700	503.035	58.581	23.465	17.014	18.242	-	518	7.547	761.102
Arrendamento mercantil	530.997	1.706.264	448.140	113.884	15.107	872	3.046	3.742	8.013	2.829.945
Financiamentos à importação	680.200	272.361	-	-	-	-	-	-	-	952.561
Financiamentos à exportação	258.184	-	-	-	-	-	-	-	-	258.184
Segmento varejo	**-**	**12.084.663**	**2.736.344**	**1.122.653**	**234.465**	**106.679**	**60.332**	**54.672**	**425.811**	**16.825.619**
Empréstimos consignados	-	12.084.662	1.124.136	628.948	99.550	54.175	32.068	32.135	320.030	14.383.674
Empréstimos com garantia de imóveis	-	-	208.117	2.646	4.001	417	-	1.526	1.629	218.736
Títulos descontados	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Financiamento de veículos	-	-	1.385.701	489.787	130.914	51.942	28.264	20.611	96.182	2.203.401
Financiamentos imobiliários	-	-	18.390	1.272	-	145	-	-	-	19.807
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**9.039.578**	**29.232.645**	**5.495.157**	**1.927.003**	**524.015**	**213.513**	**163.811**	**170.860**	**1.414.031**	**48.180.613**
Segmento empresas										
Títulos privados (Nota 7.a)	760.075	1.806.147	109.073	83.763	-	-	-	-	-	2.759.058
Total de títulos privados	**760.075**	**1.806.147**	**109.073**	**83.763**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.759.058**
Segmento empresas										
Garantias financeiras prestadas	3.258.450	2.513.635	381.278	124.556	21.303	-	-	-	414	6.299.716
Total de garantias financeiras prestadas	**3.258.450**	**2.513.635**	**381.278**	**124.556**	**21.303**	**-**	**-**	**-**	**414**	**6.299.716**
Total da carteira de crédito ampliada	**13.058.103**	**33.552.427**	**5.985.508**	**2.135.322**	**545.318**	**213.513**	**163.811**	**170.860**	**1.414.445**	**57.239.387**
Segregação da carteira de operações com características de concessão de crédito em curso normal e curso anormal										
Operações em curso normal (1)	9.039.578	29.232.645	4.874.044	1.427.857	235.739	60.515	47.884	73.593	214.622	45.306.277
Operações em curso anormal (2)	-	-	621.113	499.146	288.276	152.998	115.927	97.267	1.199.409	2.874.336
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**9.039.578**	**29.232.645**	**5.495.157**	**1.927.003**	**524.015**	**213.513**	**163.811**	**170.860**	**1.414.031**	**48.180.613**

(1) *Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.*
(2) *Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.*
(3) *Nova fase de empréstimos realizados, a partir de janeiro de 2024, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), prevista na MP nº 1.114/22, instituído por meio da Lei nº 14.042/20, garantidos pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).*

ii. **Por faixa de vencimento, nível de risco e distribuição da provisão associada ao risco de crédito**

	Banco									
2024	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**Total**
Operações em curso normal (1)	**10.397.558**	**28.495.942**	**5.220.523**	**1.251.311**	**773.955**	**137.542**	**34.769**	**58.807**	**305.482**	**46.675.899**
Parcelas vincendas	**10.397.558**	**28.340.008**	**5.161.999**	**1.241.717**	**756.361**	**134.568**	**34.653**	**58.539**	**303.744**	**46.429.147**
Até 3 meses	8.599.596	8.893.922	1.955.343	360.086	318.266	18.805	3.635	15.813	22.338	20.174.764
De 3 a 12 meses	1.644.205	6.905.959	1.351.748	304.577	256.394	33.500	10.417	10.487	69.024	10.586.311
De 1 a 3 anos	132.842	7.383.702	1.305.388	368.495	152.187	49.725	12.589	24.319	136.695	9.565.940
De 3 a 5 anos	19.571	3.370.748	314.351	122.768	22.130	23.403	5.275	6.820	56.503	3.941.567
Acima de 5 anos	1.344	1.788.707	235.159	85.811	7.384	9.135	2.737	1.100	19.194	2.160.585
Vencidas até 14 dias	**-**	**155.934**	**58.524**	**9.594**	**17.594**	**2.974**	**116**	**268**	**1.738**	**246.752**
Operações em curso anormal (2)	**-**	**-**	**790.620**	**493.009**	**273.955**	**230.771**	**113.305**	**99.544**	**710.563**	**2.711.767**
Parcelas vincendas	**-**	**-**	**739.954**	**436.372**	**232.643**	**183.116**	**76.730**	**66.843**	**419.471**	**2.155.129**
Até 3 meses	-	-	66.914	57.267	30.766	19.847	9.583	7.858	47.249	239.484
De 3 a 12 meses	-	-	172.364	135.435	77.243	65.115	23.537	17.813	112.107	603.614
De 1 a 3 anos	-	-	289.482	168.914	88.911	76.575	30.575	26.845	179.324	860.626
De 3 a 5 anos	-	-	130.864	49.934	26.299	16.539	9.285	11.127	65.805	309.853
Acima de 5 anos	-	-	80.350	24.822	9.424	5.040	3.750	3.200	14.986	141.572
Parcelas vencidas	**-**	**-**	**50.666**	**56.637**	**41.312**	**47.655**	**36.575**	**32.701**	**291.092**	**556.638**
Até 60 dias	-	-	50.666	52.253	20.516	17.226	6.842	8.145	35.921	191.569
De 61 a 90 dias	-	-	-	3.261	16.201	7.323	4.032	2.905	26.808	60.530
De 91 a 180 dias	-	-	-	1.123	4.595	21.272	22.081	17.128	62.816	129.015
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	1.834	3.650	4.523	165.547	175.554
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**10.397.558**	**28.495.942**	**6.011.153**	**1.744.320**	**1.047.910**	**368.313**	**148.074**	**158.351**	**1.016.045**	**49.387.666**
Prazo (3)										
Até 3 meses	660	269.055	6.238	250	37.558	-	15.698	-	-	329.459
De 3 a 12 meses	13.449	649.432	41.076	28.262	80.446	-	-	-	561	1.013.226
De 1 a 3 anos	52.779	1.461.297	107.384	103.071	38.249	-	24.832	-	1.032	1.788.654
De 3 a 5 anos	69.826	829.177	35.106	12.501	15.350	19.464	18.075	-	-	999.499
Acima de 5 anos	36.652	205.713	4.703	2.001	205	-	-	-	-	249.274
Vencidas até 14 dias	**-**	**502**	**3**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**505**
Vencidas até 60 dias	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.649**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.649**
Vencidas de 61 a 180 dias	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Vencidas de 181 a 360 dias	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**982**	**982**
Total de títulos privados (Nota 7.a)	**173.366**	**3.615.176**	**194.520**	**146.085**	**173.457**	**19.464**	**58.605**	**-**	**2.575**	**4.383.248**
Garantias financeiras prestadas	3.822.070	3.747.047	359.043	145.964	64.281	1.081	-	-	414	8.139.880
Total de garantias financeiras prestadas	**3.822.070**	**3.747.047**	**359.043**	**145.964**	**64.281**	**1.081**	**-**	**-**	**414**	**8.139.880**
Total da carteira de crédito ampliada	**14.392.994**	**35.858.165**	**6.564.716**	**2.036.369**	**1.285.648**	**388.838**	**206.679**	**158.351**	**1.019.034**	**61.910.794**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida (4)(7)	-	142.479	60.111	52.330	104.791	110.494	74.036	110.846	1.016.045	1.671.132
Adicional (5)(7)	-	-	96.178	20.932	-	-	-	-	-	117.110
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de operações com características de concessão de crédito	**-**	**142.479**	**156.289**	**73.262**	**104.791**	**110.494**	**74.036**	**110.846**	**1.016.045**	**1.788.242**
Mínima requerida (4)	-	18.008	1.945	4.348	17.326	5.039	29.204	-	2.558	78.228
Adicional (5)	-	68	2.603	750	20	-	-	-	17	3.458
Total de provisão associada a risco de crédito sobre títulos privados	**-**	**18.076**	**4.548**	**5.098**	**17.346**	**5.039**	**29.204**	**-**	**2.575**	**82.686**
Mínima requerida (4)	-	18.735	3.590	4.379	6.428	318	-	-	414	33.864
Adicional (5)	-	-	5.745	1.752	-	-	-	-	-	7.497
Total de provisão associada a risco de crédito sobre garantias financeiras prestadas (6)	**-**	**18.735**	**9.335**	**6.131**	**6.428**	**318**	**-**	**-**	**414**	**41.361**
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de crédito ampliada	**-**	**179.290**	**170.172**	**84.491**	**128.565**	**115.851**	**103.240**	**110.846**	**1.019.034**	**1.912.289**

2023	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**Total**
Operações em curso normal (1)	**8.504.382**	**27.322.360**	**4.394.834**	**1.308.028**	**209.995**	**58.888**	**44.828**	**69.851**	**208.953**	**42.122.119**
Parcelas vincendas	**8.504.382**	**27.275.229**	**4.372.375**	**1.301.359**	**207.824**	**56.976**	**43.772**	**69.334**	**204.275**	**42.035.526**
Até 3 meses	6.321.151	8.104.078	1.536.864	380.279	80.556	22.705	7.702	13.666	1.725	16.468.766
De 3 a 12 meses	1.714.874	6.760.836	1.185.382	340.646	52.151	15.180	10.189	12.357	25.676	10.121.371
De 1 a 3 anos	436.531	7.606.774	1.178.161	384.378	62.417	15.596	18.001	27.723	103.489	9.834.070
De 3 a 5 anos	31.782	3.111.163	286.690	129.357	11.061	3.274	7.577	15.391	67.470	3.663.765
Acima de 5 anos	4	1.692.378	185.278	66.699	1.589	221	303	197	5.915	1.947.554
Vencidas até 14 dias	**-**	**47.131**	**22.459**	**6.669**	**2.171**	**1.912**	**1.056**	**517**	**4.678**	**86.593**
Operações em curso anormal (2)	**-**	**-**	**614.122**	**496.161**	**288.016**	**149.662**	**115.548**	**95.910**	**1.194.439**	**2.953.858**
Parcelas vincendas	**-**	**-**	**563.281**	**441.004**	**226.912**	**102.750**	**81.944**	**57.812**	**348.594**	**1.822.297**
Até 3 meses	-	-	53.144	59.585	33.833	14.452	11.692	8.056	36.768	217.510
De 3 a 12 meses	-	-	136.989	138.959	78.530	32.394	26.756	19.015	101.126	531.349
De 1 a 3 anos	-	-	224.119	184.287	90.579	43.070	34.844	24.164	150.134	751.197
De 3 a 5 anos	-	-	97.515	40.292	18.985	9.727	7.049	4.950	49.325	227.853
Acima de 5 anos	-	-	51.934	17.901	6.975	3.107	1.603	1.627	11.241	94.388
Parcelas vencidas	**-**	**-**	**50.841**	**55.157**	**61.104**	**46.912**	**33.604**	**38.098**	**845.845**	**1.131.561**
Até 60 dias	-	-	50.841	51.247	26.347	15.056	8.678	5.904	34.929	193.002
De 61 a 90 dias	-	-	-	2.882	30.514	11.470	4.804	3.461	22.636	75.777
De 91 a 180 dias	-	-	-	1.018	4.243	18.737	17.822	25.482	390.314	457.616
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	1.649	2.300	3.251	397.986	405.166
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**8.504.382**	**27.322.360**	**5.008.956**	**1.804.189**	**498.011**	**208.550**	**160.376**	**165.761**	**1.403.392**	**45.075.977**
Prazo (3)										
Até 3 meses	500.471	115.667	51.275	-	-	-	-	-	-	667.413
De 3 a 12 meses	1.255	634.416	16.303	1.881	-	-	-	-	-	653.855
De 1 a 3 anos	251.448	532.450	4.137	2.667	-	-	-	-	-	790.702
De 3 a 5 anos	6.385	499.986	4.080	79.415	-	-	-	-	-	589.866
Acima de 5 anos	516	23.317	33.278	-	-	-	-	-	-	57.111
Vencidas até 14 dias	**-**	**311**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**311**
Total de títulos privados (Nota 7.a)	**760.075**	**1.806.147**	**109.073**	**83.763**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.759.058**
Garantias financeiras prestadas	3.258.450	2.513.635	381.278	124.556	21.303	-	-	-	414	6.299.716
Total de garantias financeiras prestadas	**3.258.450**	**2.513.635**	**381.278**	**124.556**	**21.303**	**-**	**-**	**-**	**414**	**6.299.716**
Total da carteira de crédito ampliada	**12.522.907**	**31.642.142**	**5.499.307**	**2.012.508**	**519.314**	**208.550**	**160.376**	**165.761**	**1.403.806**	**54.134.751**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida (4)(7)	-	136.612	50.089	54.125	49.801	62.565	80.188	116.033	1.403.392	1.952.805
Adicional (5)(7)	-	-	80.144	21.651	-	-	-	-	-	101.795
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de operações com características de concessão de crédito	**-**	**136.612**	**130.233**	**75.776**	**49.801**	**62.565**	**80.188**	**116.033**	**1.403.392**	**2.054.600**
Mínima requerida (4)	-	9.013	1.086	2.550	-	-	-	-	-	12.650
Adicional (5)	-	-	1.003	65	-	-	-	-	-	1.068
Total de provisão associada a risco de crédito sobre títulos privados	**-**	**9.013**	**2.089**	**2.615**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**13.717**
Mínima requerida (4)	-	12.580	3.813	3.737	2.138	-	-	-	414	22.670
Adicional (5)	-	-	6.100	1.495	-	-	-	-	-	7.595
Total de provisão associada a risco de crédito sobre garantias financeiras prestadas (6)	**-**	**12.580**	**9.913**	**5.232**	**2.138**	**-**	**-**	**-**	**414**	**30.265**
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de crédito ampliada	**-**	**158.193**	**142.235**	**83.623**	**51.939**	**62.565**	**80.188**	**116.033**	**1.403.806**	**2.098.592**

BancoDaycoval

daycoval.com.br

BancoDaycoval

RESULTADOS 2024

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Consolidado

2024	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações em curso normal (1)	**10.571.431**	**30.793.395**	**5.660.006**	**1.392.281**	**800.572**	**140.774**	**35.056**	**59.295**	**308.281**	**50.160.971**
Parcelas vincendas	**10.571.431**	**30.636.015**	**5.598.573**	**1.382.411**	**782.929**	**137.773**	**34.940**	**58.027**	**306.452**	**49.908.951**
Até 3 meses	8.057.280	9.161.480	2.071.895	379.059	322.782	19.194	3.717	15.943	23.158	20.054.498
De 3 a 12 meses	1.802.049	7.567.012	1.482.038	348.164	265.615	34.466	10.622	10.611	69.812	11.591.389
De 1 a 3 anos	413.675	8.456.552	1.473.093	430.890	163.741	51.433	12.589	24.553	137.418	11.164.144
De 3 a 5 anos	96.892	3.639.526	336.788	137.450	23.390	23.545	5.275	6.820	56.869	4.326.555
Acima de 5 anos	1.346	1.811.445	235.159	85.848	7.401	9.135	2.737	1.100	19.194	2.173.365
Vencidas até 14 dias	-	**157.340**	**61.833**	**9.870**	**17.643**	**3.001**	**116**	**268**	**1.749**	**251.820**
Operações em curso anormal (2)	-	-	**809.017**	**498.340**	**275.904**	**244.575**	**129.890**	**105.217**	**718.815**	**2.781.758**
Parcelas vincendas	-	-	**757.451**	**441.207**	**234.134**	**195.559**	**87.789**	**71.293**	**425.347**	**2.212.780**
Até 3 meses		-	69.362	52.947	31.157	20.076	12.090	8.542	48.180	248.174
De 3 a 12 meses		-	176.750	136.983	78.152	68.122	28.343	19.676	114.393	622.399
De 1 a 3 anos		-	296.895	171.071	89.062	83.601	34.194	28.748	181.666	885.237
De 3 a 5 anos		-	134.094	58.384	26.299	17.940	9.412	11.127	66.142	315.398
Acima de 5 anos		-	80.350	24.822	9.424	5.040	3.750	3.200	14.986	141.572
Parcelas vencidas	-	-	**51.566**	**57.133**	**41.770**	**49.016**	**42.101**	**33.924**	**293.468**	**568.978**
Até 60 dias		-	51.566	52.749	20.827	17.926	8.664	8.559	36.524	196.815
De 61 a 90 dias		-		3.261	16.348	7.728	5.078	3.084	27.107	62.608
De 91 a 180 dias		-		1.123	4.595	21.528	24.709	17.757	63.656	133.368
De 181 a 360 dias		-				1.834	3.650	4.524	166.181	176.189
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**10.571.431**	**30.793.395**	**6.469.023**	**1.890.621**	**1.076.476**	**385.349**	**164.946**	**164.512**	**1.027.096**	**52.942.729**
Prazo (3)										
Até 3 meses	660	269.095	6.238	250	37.558	-	15.698	-	-	329.459
De 3 a 12 meses	13.449	869.432	41.076	28.262	80.446	-	-	-	581	1.013.226
De 1 a 3 anos	52.779	1.461.297	107.394	103.071	38.249	-	24.832	-	1.032	1.788.654
De 3 a 5 anos	69.826	829.177	35.108	12.501	15.350	19.464	18.075	-	-	999.498
Acima de 5 anos	36.652	205.713	4.703	2.001	205	-	-	-	-	249.274
Vencidas até 14 dias	-	**582**	**3**	-	-	-	-	-	-	**585**
Vencidas até 60 dias	-	-	-	-	**1.649**	-	-	-	-	**1.649**
Vencidas de 91 a 180 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vencidas de 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	**982**	**982**
Total de títulos privados (Nota 7.a)	**173.366**	**3.615.176**	**194.520**	**146.085**	**173.457**	**19.464**	**58.605**	-	**2.375**	**4.383.248**
Garantias financeiras prestadas	3.822.070	3.747.047	359.043	145.964	64.281	1.081		-	414	8.139.880
Total de garantias financeiras prestadas	**3.822.070**	**3.747.047**	**359.043**	**145.964**	**64.281**	**1.081**	-	-	**494**	**8.139.880**
Total da carteira de crédito ampliada	**14.566.867**	**38.155.578**	**7.022.586**	**2.182.670**	**1.314.214**	**405.874**	**223.551**	**164.512**	**1.030.005**	**65.465.857**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida (4)(7)	-	153.967	64.690	56.719	107.647	115.605	82.472	115.158	1.027.016	1.723.274
Adicional (5)(7)	-	-	96.178	20.932	-	-	-	-	-	117.110
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de operações com características de concessão de crédito	-	**153.967**	**160.868**	**77.651**	**107.647**	**115.605**	**82.472**	**115.158**	**1.027.096**	**1.840.384**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida (4)	-	18.008	1.945	4.348	17.326	5.039	29.204	-	2.358	78.228
Adicional (5)	-	68	2.603	750	20	-	-	-	17	3.458
Total de provisão associada a risco de crédito sobre títulos privados	-	**18.076**	**4.548**	**5.098**	**17.346**	**5.039**	**29.204**	-	**2.375**	**82.686**
Mínima requerida (4)	-	18.735	3.590	4.379	6.428	318	-	-	414	33.864
Adicional (5)	-	-	5.745	1.752	-	-	-	-	-	7.497
Total de provisão associada a risco de crédito sobre garantias financeiras prestadas (6)	-	**18.735**	**9.335**	**6.131**	**6.428**	**318**	-	-	**494**	**41.361**
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de crédito ampliada	-	**190.778**	**174.751**	**88.880**	**131.421**	**121.762**	**111.676**	**115.158**	**1.030.005**	**1.964.431**

2023	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações em curso normal (1)	**9.039.578**	**29.232.645**	**4.874.044**	**1.427.657**	**235.729**	**60.515**	**47.884**	**73.593**	**214.622**	**45.206.277**
Parcelas vincendas	**9.039.578**	**29.176.442**	**4.847.808**	**1.420.021**	**233.380**	**58.603**	**46.820**	**72.857**	**209.912**	**45.105.501**
Até 3 meses	6.302.629	8.945.041	1.608.400	401.257	86.310	23.118	8.215	14.403	3.097	16.670.470
De 3 a 12 meses	1.866.450	7.297.825	1.338.883	380.103	61.342	16.144	11.745	14.194	28.756	11.017.442
De 1 a 3 anos	607.902	8.435.402	1.403.913	437.998	71.501	15.846	18.831	28.712	104.501	11.354.606
De 3 a 5 anos	95.439	3.386.024	318.331	133.960	12.628	3.274	7.726	15.391	67.643	4.045.216
Acima de 5 anos	1.158	1.711.270	180.361	66.703	1.599	221	303	157	5.915	1.967.687
Vencidas até 14 dias	-	**56.203**	**26.156**	**7.636**	**2.359**	**1.912**	**1.064**	**736**	**4.710**	**100.776**
Operações em curso anormal (2)	-	-	**621.113**	**499.346**	**288.276**	**152.998**	**115.927**	**97.267**	**1.199.409**	**2.974.336**
Parcelas vincendas	-	-	**569.876**	**443.851**	**227.127**	**105.591**	**82.260**	**58.815**	**350.460**	**1.837.980**
Até 3 meses		-	54.202	60.031	33.872	14.686	11.717	8.207	37.191	219.906
De 3 a 12 meses		-	139.083	140.112	76.632	33.131	26.841	19.507	101.869	537.175
De 1 a 3 anos		-	227.127	185.350	90.653	44.940	35.050	24.524	150.782	758.426
De 3 a 5 anos		-	97.530	40.457	18.995	9.727	7.049	4.950	49.377	228.085
Acima de 5 anos		-	51.934	17.901	6.975	3.107	1.603	1.627	11.241	94.388
Parcelas vencidas	-	-	**51.237**	**55.495**	**61.149**	**47.407**	**33.667**	**38.452**	**848.949**	**1.136.356**
Até 60 dias		-	51.237	51.585	26.377	15.249	8.895	6.032	35.442	194.587
De 61 a 90 dias		-		2.982	30.529	11.611	4.817	3.509	22.886	76.344
De 91 a 180 dias		-		1.018	4.243	18.898	17.855	25.690	391.396	459.100
De 181 a 360 dias		-			-	1.649	2.300	3.251	399.125	406.325
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**9.039.578**	**29.232.645**	**5.495.157**	**1.927.003**	**524.015**	**213.513**	**163.811**	**170.860**	**1.414.031**	**48.180.613**
Prazo (3)										
Até 3 meses	500.471	115.667	51.275	-	-	-	-	-	-	667.413
De 3 a 12 meses	1.295	634.416	16.303	1.681	-	-	-	-	-	653.695
De 1 a 3 anos	251.448	532.450	4.137	2.867	-	-	-	-	-	790.702
De 3 a 5 anos	6.395	499.986	4.080	79.415	-	-	-	-	-	589.886
Acima de 5 anos	516	23.317	33.278	-	-	-	-	-	-	57.111
Vencidas até 14 dias	-	**311**	-	-	-	-	-	-	-	**311**
Vencidas de 91 a 180 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de títulos privados (Nota 7.a)	**760.075**	**1.806.147**	**109.073**	**83.763**	-	-	-	-	-	**2.759.058**
Garantias financeiras prestadas	3.258.450	2.913.635	381.278	124.556	21.383			-	414	6.299.716
Total de garantias financeiras prestadas	**3.258.450**	**2.913.635**	**381.278**	**124.556**	**21.383**	-	-	-	**494**	**6.299.716**
Total da carteira de crédito ampliada	**13.058.103**	**33.952.427**	**5.985.508**	**2.135.322**	**545.398**	**213.513**	**163.811**	**170.860**	**1.414.445**	**57.229.387**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida (4)(7)	-	146.162	54.951	57.810	52.401	64.054	81.306	115.602	1.414.031	1.990.917
Adicional (5)(7)	-	-	80.144	21.651	-	-	-	-	-	101.795
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de operações com características de concessão de crédito	-	**146.162**	**135.095**	**79.461**	**52.401**	**64.054**	**81.306**	**115.602**	**1.414.031**	**2.092.712**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida (4)	-	9.013	1.096	2.550	-	-	-	-	-	12.659
Adicional (5)	-	-	1.003	65	-	-	-	-	-	1.068
Total de provisão associada a risco de crédito sobre títulos privados	-	**9.013**	**2.099**	**2.615**	-	-	-	-	-	**13.727**
Mínima requerida (4)	-	12.568	3.813	3.737	2.138	-	-	-	414	22.670
Adicional (5)	-	-	6.100	1.495	-	-	-	-	-	7.595
Total de provisão associada a risco de crédito sobre garantias financeiras prestadas (6)	-	**12.568**	**9.913**	**5.232**	**2.138**	-	-	-	**494**	**30.265**
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de crédito ampliada	-	**167.743**	**147.107**	**87.308**	**54.539**	**64.054**	**81.306**	**115.602**	**1.414.445**	**2.136.704**

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.
(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.
(3) Os títulos privados estão sendo apresentados com seus respectivos prazos de vencimentos.
(4) Refere-se à provisão para perdas associadas ao risco de crédito considerando os percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores.
(5) Provisão adicional constituída em relação ao percentual mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base em metodologia própria de avaliação de risco de crédito.
(6) Conforme estabelecido pela Resolução nº 4.512/16, do CMN, sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas, o Banco registrou a provisão de fianças bancárias com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).
(7) A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às renegociações de operações FGI/PEAC que foram objeto de home, abrange apenas a exposição de risco ao qual o Banco Daycoval está exposto nessas renegociações.

iii. Por ramo de atividade

	Banco			
	2024		2023	
	Valor	% de exposição	Valor	% de exposição
Total da carteira de crédito ampliada	**61.916.794**	**100,00%**	**54.124.751**	**100,00%**
Setor privado	**61.268.002**	**98,96%**	**54.123.496**	**100,00%**
Pessoa jurídica	**39.191.075**	**63,30%**	**35.911.271**	**66,34%**
Indústria	12.685.961	20,49%	11.715.023	21,66%
Comércio	8.323.834	13,44%	8.552.107	15,80%
Administração e serviços	3.165.610	5,12%	2.060.653	3,81%
Transportes e logística	2.546.005	4,11%	2.474.056	4,57%
Atividades Financeiras e Seguradoras	2.511.747	4,06%	3.193.736	5,90%
Energia	1.161.473	1,88%	1.410.426	2,61%
Construção	1.115.094	1,80%	1.067.801	1,97%
Extração	957.032	1,55%	320.424	0,59%
Telecomunicação e TI	678.114	1,10%	890.045	1,64%
Imobiliário	616.830	1,00%	456.753	0,84%
Administração pública, defesa e seguridade social	534.573	0,86%	171.318	0,32%
Cultura e lazer	426.482	0,69%	320.416	0,59%
Saúde	377.761	0,61%	424.251	0,78%
Serviços especializados	356.071	0,58%	249.691	0,46%
Saneamento	234.745	0,38%	331.136	0,61%
Educação	145.266	0,24%	141.890	0,26%
Hospedagem e alimentação	134.625	0,22%	165.562	0,31%
Outros	3.204.852	5,18%	1.961.583	3,62%
Pessoa física	**22.076.927**	**35,66%**	**18.222.225**	**33,66%**
Setor público	**642.792**	**1,04%**	**1.255**	**0,00%**

	Consolidado			
	2024		2023	
	Valor	% de exposição	Valor	% de exposição
Total da carteira de crédito ampliada	**65.465.857**	**100,00%**	**57.229.387**	**100,00%**
Setor privado	**64.823.065**	**99,02%**	**57.228.132**	**100,00%**
Pessoa jurídica	**42.506.535**	**64,93%**	**38.829.977**	**67,86%**
Indústria	13.388.574	20,45%	12.298.473	21,50%
Comércio	8.912.054	13,61%	9.120.634	15,93%
Administração e serviços	3.422.592	5,23%	3.128.216	5,88%
Atividades Financeiras e Seguradoras	3.202.298	4,89%	3.367.352	4,22%
Transportes e logística	2.922.952	4,46%	2.418.640	5,46%
Construção	1.191.783	1,82%	1.139.828	2,49%
Energia	1.176.983	1,80%	1.424.139	1,99%
Extração	1.015.267	1,55%	408.206	0,66%
Telecomunicação e TI	824.993	1,26%	1.053.504	1,84%
Imobiliário	670.360	1,02%	485.233	0,71%
Administração pública, defesa e seguridade social	534.573	0,82%	182.257	0,54%
Cultura e lazer	515.016	0,79%	376.148	0,81%
Serviços especializados	458.510	0,70%	303.794	0,26%
Saúde	433.410	0,66%	470.174	0,82%
Saneamento	240.440	0,37%	331.136	0,58%
Educação	168.423	0,26%	172.528	0,30%
Hospedagem e alimentação	145.431	0,22%	145.146	0,32%
Outros	3.284.876	5,02%	2.031.059	3,56%
Pessoa física	**22.316.530**	**34,09%**	**18.398.155**	**32,14%**
Setor público	**642.792**	**0,98%**	**1.255**	**0,00%**

c) Garantias financeiras prestadas (Banco e Consolidado)

	2024	2023
Créditos abertos para importação	153.411	232.351
Beneficiários de garantias prestadas	7.986.469	6.067.365
Total	**8.139.880**	**6.299.716**

d) Concentração da carteira com características de concessão de crédito por cliente

	Banco			
	2024		2023	
	Valor	% da carteira	Valor	% da carteira
Maior devedor	1.855.505	3,76%	988.707	2,15%
10 maiores devedores seguintes	4.112.818	8,33%	3.417.398	7,76%
50 maiores devedores seguintes	4.907.129	9,94%	4.857.632	10,87%
100 maiores devedores seguintes	3.720.851	7,53%	3.408.055	7,56%
Demais devedores	34.791.273	70,44%	32.308.185	71,66%
Total	**49.387.666**	**100,00%**	**45.075.977**	**100,00%**

	Consolidado			
	2024		2023	
	Valor	% da carteira	Valor	% da carteira
Maior devedor	1.855.505	3,50%	988.707	2,01%
10 maiores devedores seguintes	4.158.010	7,93%	3.540.678	7,35%
50 maiores devedores seguintes	5.156.006	9,74%	5.178.548	10,75%
100 maiores devedores seguintes	4.084.107	7,71%	3.728.027	7,73%
Demais devedores	37.648.931	71,12%	34.768.653	72,16%
Total	**52.942.729**	**100,00%**	**48.180.613**	**100,00%**

e) Movimentação e composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

e.1) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Banco		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial da provisão para créditos de liquidação duvidosa	**2.098.592**	**1.762.000**	**2.136.704**	**1.795.974**
Operações baixadas como prejuízo	(1.454.059)	(734.824)	(1.463.893)	(742.171)
Constituição/(reversão) com provisão para créditos de liquidação duvidosa	**1.198.796**	**1.062.661**	**1.222.650**	**1.075.346**
Mínima requerida pela Res. CMN nº 2.682/99 (1)	1.172.385	1.238.506	1.196.239	1.251.391
Avais e fianças prestadas (2)	11.195	(5.340)	11.195	(5.340)
Adicional ao mínimo requerido (3)	15.216	(170.505)	15.216	(170.505)
Constituição/(reversão) de provisão para perdas associadas ao risco de crédito dos títulos privados (Nota 7.a)	**68.960**	**8.555**	**68.960**	**8.555**
Saldo final da provisão para créditos de liquidação duvidosa	**1.912.289**	**2.098.592**	**1.964.431**	**2.136.704**

e.2) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Banco		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Carteira de operações com características de concessão de crédito	**1.788.242**	**2.054.600**	**1.840.384**	**2.092.712**
Mínima requerida pela Res. CMN nº 2.682/99 (1)	1.671.132	1.952.805	1.723.274	1.990.917
Adicional ao mínimo requerido (3)	117.110	101.795	117.110	101.795
Garantias financeiras prestadas	**41.361**	**30.265**	**41.361**	**30.265**
Mínima requerida pela Res. CMN nº 2.682/99 (1)	33.864	22.670	33.864	22.670
Adicional ao mínimo requerido (3)	7.497	7.595	7.497	7.595
Títulos privados	**82.686**	**13.727**	**82.686**	**13.727**
Mínima requerida pela Res. CMN nº 2.682/99 (1)	79.228	12.659	79.228	12.659
Adicional ao mínimo requerido (3)	3.458	1.068	3.458	1.068
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	**1.912.289**	**2.098.592**	**1.964.431**	**2.136.704**

(1) Refere-se à provisão para perdas associadas ao risco de crédito considerando os percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores.
(2) Conforme estabelecido pela Resolução nº 4.512/16, do CMN, sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de

daycoval.com.br

Banco Daycoval

RESULTADOS 2024

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

provisão passiva para garantias financeiras prestadas, o Banco registrou a provisão de fianças bancárias com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

(3) *Provisão adicional constituída em relação ao percentual mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base em metodologia própria de avaliação de risco de crédito.*

f) Renegociação e recuperação de operações com características de concessão de crédito

	Banco 2024	Banco 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Movimentação das operações renegociadas				
Saldo inicial	**3.473.716**	**3.428.559**	**4.060.847**	**3.503.163**
Baixa de operações renegociadas para prejuízo	(462.842)	(232.467)	(465.208)	(232.467)
Pagamentos / amortizações no período de operações renegociadas	(3.680.570)	(3.273.978)	(3.860.567)	(3.386.493)
Renegociação de operações	4.370.105	3.551.602	4.649.028	4.176.644
Saldo final	**3.700.009**	**3.473.716**	**4.384.010**	**4.060.847**
Composição do saldo de operações renegociadas				
Operações em curso normal (1)	**3.047.067**	**2.733.282**	**3.703.344**	**3.316.960**
Parcelas vincendas	**3.031.882**	**2.706.759**	**3.687.073**	**3.288.925**
Até 3 meses	634.794	655.119	710.556	717.066
De 3 a 12 meses	981.642	877.152	1.161.248	1.033.769
De 1 a 3 anos	1.123.707	934.940	1.464.387	1.195.325
De 3 a 5 anos	265.321	225.204	323.333	327.385
Acima de 5 anos	26.418	14.344	26.709	15.380
Vencidas até 14 dias	**15.185**	**26.523**	**16.271**	**28.035**
Operações em curso anormal (2)	**652.942**	**740.434**	**680.666**	**743.887**
Parcelas vincendas	**532.686**	**386.452**	**552.900**	**387.656**
Até 3 meses	65.707	59.169	74.160	59.408
De 3 a 12 meses	182.251	137.144	191.022	137.597
De 1 a 3 anos	226.479	157.573	233.362	158.070
De 3 a 5 anos	51.547	30.512	51.674	30.527
Acima de 5 anos	2.702	2.054	2.702	2.054
Parcelas vencidas	**120.256**	**353.982**	**127.766**	**356.231**
Até 60 dias	47.339	59.534	50.174	59.902
De 61 a 90 dias	15.441	22.328	16.817	22.561
De 91 a 180 dias	34.094	250.034	37.167	250.759
De 181 a 360 dias	23.382	22.086	23.608	23.009
Total	**3.700.009**	**3.473.716**	**4.384.010**	**4.060.847**

(1) *Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.*
(2) *Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.*

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco recuperou créditos anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R$428.498 (R$193.268 em 2023) e o Daycoval Leasing recuperou o montante de R$3.286 (R$575 em 2023), reconhecidos nas demonstrações de resultado na rubrica de "Carteira de crédito".

g) Conciliação da composição da carteira de arrendamento mercantil financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis:

Na sistemática de contabilização adotada pelo plano de contas COSIF, as operações de arrendamento mercantil financeiro, são contabilizadas de acordo com sua natureza, os quais são sumarizados a seguir:

	2024	2023
Ativo		
Operações de arrendamento mercantil financeiro		
Arrendamento mercantil financeiro a receber	3.212.851	2.778.420
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil financeiro a receber	(3.139.639)	(2.717.706)
Total	**73.212**	**60.714**
Valores residuais		
Valores residuais a realizar	1.523.810	1.227.256
Valores residuais a balancear	(1.523.810)	(1.227.256)
Total	-	-
Diversos		
Taxa de compromisso	1.309	5.227
Total	**1.309**	**5.227**
Imobilizado de arrendamento mercantil financeiro		
Bens arrendados	5.122.379	4.235.555
Superveniência de depreciação	1.217.654	852.826
(-) Insuficiência de depreciação	(104.672)	(61.994)
(-) Depreciação acumulada sobre bens de arrendamento mercantil financeiro	(2.178.670)	(1.614.117)
Perdas em arrendamento a amortizar	42.382	20.470
Total	**4.099.113**	**3.432.740**
Passivo		
Outras obrigações		
(-) Valor residual garantido antecipado (VRGA)	(1.051.143)	(794.361)
Total	**(1.051.143)**	**(794.361)**
Total de arrendamento mercantil financeiro a valor presente	**3.122.491**	**2.704.320**

10 CARTEIRA DE CÂMBIO (BANCO E CONSOLIDADO)

	2024 Até 3 meses	2024 De 3 a 12 meses	2024 De 1 a 3 anos	2024 Valor	2023 Valor
Ativo					
Câmbio comprado a liquidar	3.017.138	530.063	5.284	3.552.485	2.036.480
Direitos sobre vendas de câmbio	2.086.512	-	-	2.086.512	1.843.200
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(56.464)	-	-	(56.464)	(110.050)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 9.a)	8.471	10.837	708	20.016	23.215
Total	**5.055.657**	**540.900**	**5.992**	**5.602.549**	**3.792.845**
Passivo					
Câmbio vendido a liquidar	2.120.473	-	-	2.120.473	1.834.388
(-) Importação financiada (Nota 9.a)	-	-	-	-	(99.784)
Obrigações por compras de câmbio	2.963.144	473.752	4.818	3.441.714	2.051.925
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 9.a)	(318.181)	(369.711)	(4.397)	(692.289)	(738.561)
(-) Outros adiantamentos sobre contratos de câmbio pronto	-	-	-	-	(963.585)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	204	-	-	204	98
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos (Nota 9.a)	185	1.166	-	1.351	615
Total	**4.765.825**	**105.207**	**421**	**4.871.453**	**2.085.176**

11 OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

	Banco 2024 Circulante	Banco 2024 Não circulante	Banco 2023 Circulante	Banco 2023 Não circulante	Consolidado 2024 Circulante	Consolidado 2024 Não circulante	Consolidado 2023 Circulante	Consolidado 2023 Não circulante
Adiantamentos salariais	154	-	2.232	-	2.153	-	3.034	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	31.434	-	43.258	-	32.756	-	50.111	-
Pagamentos a ressarcir	969	-	947	-	999	-	949	-
Participações pagas antecipadamente	76.350	-	74.718	-	76.350	-	74.718	-
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito (1)	514	1.536	863	2.624	514	1.536	860	2.624
Devedores diversos (2)	1.825.084	-	167.730	-	1.834.645	-	169.092	-
Total	**1.934.505**	**1.536**	**289.748**	**2.624**	**1.947.417**	**1.536**	**295.727**	**2.624**

(1) *Referem-se aos prêmios pagos na aquisição de operações de crédito de outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a serem reconhecidos nas Demonstrações de Resultado do Banco e Consolidado, na rubrica de "Operações de crédito", em razão da fluência do prazo das operações.*
(2) *Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de "Devedores diversos" está composta, substancialmente, por valores pendentes de compensação e liquidação no montante de R$1.520.007 para o Banco e Consolidado.*

12 OUTROS VALORES E BENS

a) Ativos não financeiros mantidos para venda

	Banco 2024 Valor bruto	Banco 2024 Provisão	Banco 2024 Valor líquido	Banco 2023 Valor bruto	Banco 2023 Provisão	Banco 2023 Valor líquido
Recebidos	103.158	(9.160)	93.998	66.846	(7.443)	59.403
Total de Ativos não financeiros mantidos para venda	**103.158**	**(9.160)**	**93.998**	**66.846**	**(7.443)**	**59.403**

	Consolidado 2024 Valor bruto	Consolidado 2024 Provisão	Consolidado 2024 Valor líquido	Consolidado 2023 Valor bruto	Consolidado 2023 Provisão	Consolidado 2023 Valor líquido
Próprios	1.289	-	1.289	-	-	-
Recebidos	103.258	(9.160)	94.098	67.217	(7.443)	59.774
Total de Ativos não financeiros mantidos para venda	**104.547**	**(9.160)**	**95.387**	**67.217**	**(7.443)**	**59.774**

b) Despesas pagas antecipadamente

Banco	2024 Até 3 meses	2024 De 3 a 12 meses	2024 De 1 a 3 anos	2024 De 3 a 5 anos	2024 Acima de 5 anos	2024 Valor (1)	2023 Valor (1)
Despesas pagas antecipadamente	13.162	16.551	23.562	7.392	12.907	73.574	45.792
Total de despesas pagas antecipadamente	**13.162**	**16.551**	**23.562**	**7.392**	**12.907**	**73.574**	**45.792**

Consolidado	2024 Até 3 meses	2024 De 3 a 12 meses	2024 De 1 a 3 anos	2024 De 3 a 5 anos	2024 Acima de 5 anos	2024 Valor (1)	2023 Valor (1)
Despesas pagas antecipadamente	14.168	16.551	23.562	7.392	12.907	74.580	46.624
Total de despesas pagas antecipadamente	**14.168**	**16.551**	**23.562**	**7.392**	**12.907**	**74.580**	**46.624**

(1) *Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de despesas pagas antecipadamente, estão compostas, substancialmente, por comissões de empréstimos e emissões no exterior no montante de R$30.943 (R$9.071 em 2023) e deságio na emissão de títulos no montante de R$24.184 (R$21.756 em 2023)*

13 DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Os saldos das operações praticadas com terceiros pelo Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch (dependência no exterior), incluídas nas Demonstrações Contábeis do Banco, estão apresentados a seguir:

	2024 US$ mil	2024 R$ mil (1)	2023 US$ mil	2023 R$ mil (1)
Ativos				
Disponibilidades	100.663	623.334	1.207	5.846
Aplicações em operações compromissadas	15.990	123.786	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	153.811	952.444	228.573	1.108.526
Títulos e valores mobiliários	320	1.982	102.773	497.567
Operações de crédito	826.497	5.117.919	428.881	2.076.309
Outros créditos	32.412	200.704	6.176	29.902
Outros valores e bens	937	5.802	984	4.764
Total de ativos	**1.134.630**	**7.025.971**	**768.594**	**3.722.934**
Passivos				
Depósito à vista	5.700	35.294	3.731	18.063
Depósito a prazo	320.275	1.983.237	303.895	1.455.403
Obrigações por operações compromissadas	1.644	10.177	-	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	366.988	2.272.499	246.369	1.192.746
Obrigações por empréstimos e repasses	419.325	2.596.588	198.341	950.548
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	718	3.474
Outras obrigações diversas	721	4.464	721	3.493
Total de passivos	**1.114.653**	**6.902.257**	**756.765**	**3.663.727**

(1) *Os montantes em dólares norte-americanos foram convertidos para reais - R$, com base nas cotações desta moeda de R$/US$6,1923 e de R$/US$4,8413 divulgadas pelo BACEN, respectivamente para as datas de 31 de dezembro de 2024 e de 2023.*

Em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido no resultado do Banco, receita de variação cambial no montante de R$23.180 (despesa de R$5.127 em 2023) sobre o investimento no Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch.

14 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

a) Controladas diretamente

Empresas	Patrimônio Líquido	Capital Social	Quantidade de Ações / Cotas	% Participação	Lucro Líquido (Prejuízo) 2024	Lucro Líquido (Prejuízo) 2023	Valor do Investimento Ajustado 2024	Valor do Investimento Ajustado 2023	Resultado de Equivalência 2024	Resultado de Equivalência 2023
Daycoval Leasing (1)	917.744	643.781	5.780.078.463	100,00	159.038	161.993	911.417	783.249	159.038	161.993
Daycoval SAM (2)	50.380	50.000	50.000.000	99,99	498	-	50.380	-	498	-
Dayprev (3)	197.561	175.000	93.193.184	97,00	9.039	2.436	191.608	38.170	8.768	2.362
ACS	962.694	623.507	54.225.800	99,99	37.533	43.373	962.694	923.896	37.533	43.373
Daycoval CTVM (4)	225.582	220.770	22.077.000	100,00	4.591	220	225.582	20.220	4.591	220
Daycoval Asset	98.656	1.564	14.295	99,99	14.299	11.725	98.656	84.257	14.299	11.725
Total							**2.440.337**	**1.849.882**	**224.727**	**219.673**

(1) *O deságio na aquisição de outra instituição financeira, em 2015, está sendo amortizado integralmente por um período igual a dez anos, bem como o reconhecimento da obrigação fiscal diferida constituída às alíquotas vigentes à época da amortização. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R$6.327 (R$13.229 em 2023).*
(2) *A Daycoval SAM iniciou suas atividades em outubro de 2024, após autorização de funcionamento concedida pelo BACEN. A integralização do capital no montante de R$50 milhões ocorreu em 31 de outubro de 2024.*
(3) *Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2024, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social da Dayprev, no montante de R$150 milhões, sendo R$145,5 milhões com recursos do Banco Daycoval S.A. (controlador) e R$4,5 milhões de acionistas não controladores.*
(4) *Conforme Alteração Contratual, ocorrida em 18 de outubro de 2024, foi deliberado o aumento do capital social da Daycoval Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (empresa controlada pelo Banco Daycoval S.A.), no montante de R$200,8 milhões, homologada pelo BACEN em 19 de dezembro de 2024.*

b) Controladas indiretamente

Empresas	Patrimônio Líquido	Capital Social	Quantidade de Ações / Cotas	% Participação	Lucro Líquido (Prejuízo) 2024	Lucro Líquido (Prejuízo) 2023	Valor do Investimento Ajustado 2024	Valor do Investimento Ajustado 2023	Resultado de Equivalência (2) 2024	Resultado de Equivalência (2) 2023
IFP	343.224	360.020	260.020.000	99,99	(9.886)	6.595	343.224	253.109	(9.886)	6.595
SCC	17.004	10.020	10.020.000	99,99	943	926	17.003	16.060	943	926
Treetop (1)	98.855	16.525	2.668.585	99,99	(11.053)	3.291	98.855	85.199	12.928	(3.134)
Total							**459.082**	**354.368**	**3.983**	**4.387**

(1) *Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido no resultado da ACS Participações (controladora direta), mencionada no quadro 14.a) anterior, receita de variação cambial no montante de R$23.979 (despesa de variação cambial no montante de R$6.425 em 2023) sobre o investimento na Treetop.*
(2) *Em 31 de dezembro de 2024, o resultado de equivalência patrimonial monta receita de R$3.983 (receita de R$4.387 em 2023) que foi reconhecido no resultado da ACS Participações (controladora direta), mencionada no quadro 14.a.*

c) Coligada

Empresas	Patrimônio Líquido	Capital Social	Quantidade de Ações / Cotas	% Participação (1)	Lucro Líquido (Prejuízo) 2024	Lucro Líquido (Prejuízo) 2023	Valor do Investimento Ajustado 2024	Valor do Investimento Ajustado 2023	Resultado de Equivalência 2024	Resultado de Equivalência 2023
CIP S.A.	2.115.093	1.143.289	310.534	0,59	339.844	558.843	8.947	11.229	1.984	2.227
Total							**8.947**	**11.229**	**1.984**	**2.227**

(1) *Em 30 de setembro de 2023, houve aumento de participação de 0,49% para 0,59%.*

15 IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

a) Imobilizado de uso

Banco	2024 Depreciação anual	2024 Custo de aquisição	2024 Depreciação acumulada	2024 Valor líquido	2023 Valor líquido
Aeronave	10%	191.829	(7.993)	183.836	28.450
Computadores e periféricos	20%	42.633	(29.540)	12.693	14.222
Equipamentos de comunicação	20%	4.894	(1.060)	3.834	383
Equipamentos de segurança	10%	1.580	(1.418)	162	232
Instalações	10%	939	(777)	162	192
Móveis e equipamentos de uso	10%	14.745	(7.314)	7.431	5.144
Veículos	20%	4.009	(1.534)	2.475	1.801
Total		**260.629**	**(50.036)**	**210.593**	**50.424**

Consolidado	2024 Depreciação anual	2024 Custo de aquisição	2024 Depreciação acumulada	2024 Valor líquido	2023 Valor líquido
Aeronave	10%	191.829	(7.993)	183.836	28.450
Computadores e periféricos	20%	43.837	(31.077)	12.760	14.300
Equipamentos de comunicação	20%	5.664	(1.358)	4.306	595
Equipamentos de segurança	10%	1.580	(1.418)	162	233
Imóveis de uso	4%	2.642	(675)	1.967	2.086
Instalações	10%	5.039	(2.839)	2.200	2.626
Móveis e equipamentos de uso	10%	18.398	(8.830)	9.568	6.406
Veículos	20%	5.734	(2.103)	3.631	2.180
Total		**274.723**	**(56.293)**	**218.430**	**56.836**

daycoval.com.br

Banco Daycoval

RESULTADOS 2024

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

h) Imobilizado de arrendamento mercantil operacional (Consolidado)

	2024					2023
	Depreciação anual	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Provisão para desvalorização	Valor líquido	Valor líquido
Instalações	10%	-	-	-	-	13
Máquinas e equipamentos	10%	351.244	(238.016)	(3.763)	109.465	145.056
Móveis	10%	-	-	-	-	2
Veículos	20%	907	(792)	-	115	389
Total		**352.151**	**(238.808)**	**(3.763)**	**109.580**	**145.460**

16 OPERAÇÕES COMPROMISSADAS E INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO

a) Segregação das operações compromissadas por prazo (Banco e Consolidado)

	2024 Até 3 meses	2023 Até 3 meses
Obrigações por operações compromissadas		
Carteira própria	**7.538.143**	**8.067.342**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.208.775	7.800.555
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.113.386	-
Debêntures	185.367	266.787
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	18.438	-
Outros (1)	16.177	-
Carteira de terceiros	**975.622**	**167.637**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	745.968	82.220
Letras do Tesouro Nacional - LTN	145.207	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	80.447	85.417
Carteira de livre movimentação	**234**	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	234	-
Total	**8.513.999**	**8.234.979**

(1) Refere-se a operação compromissada realizada pelo Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch, composta por título público de curto prazo.

b) Resumo dos instrumentos de captação

O quadro a seguir, apresenta o resumo dos instrumentos de captação utilizados pelo Daycoval:

	Banco 2024	Banco 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Depósitos	**27.763.665**	**22.105.309**	**27.576.283**	**22.070.948**
À vista	1.875.558	1.809.798	1.837.815	1.794.020
Interfinanceiros	454.450	795.139	454.450	795.139
A prazo	25.419.044	19.488.847	25.269.325	19.470.264
Outros depósitos	14.613	11.525	14.613	11.525
Emissões de títulos	**29.236.016**	**27.713.267**	**28.687.493**	**27.038.446**
Letras de crédito imobiliário	898.688	2.122.819	898.688	2.122.819
Letras de crédito do agronegócio	3.470.283	2.773.140	3.470.283	2.773.140
Letras financeiras	22.594.546	20.017.606	22.046.023	19.342.779
Emissões no exterior	2.272.499	2.799.702	2.272.499	2.799.702
Obrigações por empréstimos e repasses	**7.794.469**	**5.121.913**	**7.794.469**	**5.121.913**
Empréstimos no exterior	7.211.337	4.586.694	7.211.337	4.586.694
Repasses de instituições oficiais	583.132	535.219	583.132	535.219
Dívidas subordinadas (Nota 16.d)	**1.027.324**	**1.042.763**	**1.027.324**	**1.042.763**
Letras financeiras	1.027.324	1.042.763	1.027.324	1.042.763
Total	**65.821.474**	**55.983.252**	**65.085.489**	**55.274.064**

c) Segregação dos instrumentos de captação por prazo

Banco

	2024 Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	2023 Total
Depósitos	**6.713.498**	**7.852.468**	**9.656.640**	**3.313.940**	**227.127**	**27.763.665**	**22.105.309**
À vista	1.875.558	-	-	-	-	1.875.558	1.809.798
Interfinanceiros	48.908	388.446	17.096	-	-	454.450	795.139
A prazo	4.774.411	7.464.022	9.639.544	3.313.940	227.127	25.419.044	19.488.847
Outros depósitos	14.613	-	-	-	-	14.613	11.525
Emissões de títulos	**4.808.623**	**6.995.148**	**14.232.542**	**2.341.871**	**865.832**	**29.236.016**	**27.713.267**
Letras de crédito imobiliário	185.708	281.945	423.018	8.015	-	898.688	2.122.819
Letras de crédito do agronegócio	311.175	1.071.259	2.051.208	36.641	-	3.470.283	2.773.140
Letras financeiras (1)	2.264.642	5.423.273	11.743.580	2.297.215	865.832	22.594.546	20.017.606
Emissões no exterior (4)	2.035.100	218.663	14.736	-	-	2.272.499	2.799.702
Obrigações por empréstimos e repasses	**887.218**	**3.381.775**	**3.031.872**	**475.771**	**17.733**	**7.794.469**	**5.121.913**
Empréstimos no exterior	**836.151**	**3.225.735**	**2.736.631**	**412.820**	-	**7.211.337**	**4.586.694**
Obrigações em moedas estrangeiras (2)	563.560	647.273	-	-	-	1.210.833	1.885.048
Obrigações por empréstimos no exterior (3) (5)	272.551	2.578.462	2.736.631	412.820	-	6.000.504	2.701.646
Repasses de instituições oficiais	**51.167**	**156.040**	**295.241**	**62.951**	**17.733**	**583.132**	**535.219**
BNDES	1.924	4.209	6.113	1.128	-	13.374	16.343
FINAME	49.243	151.831	289.128	61.823	17.733	569.758	518.876
Dívidas subordinadas (Nota 16.d)	-	-	-	-	**1.027.324**	**1.027.324**	**1.042.763**
Letras financeiras	-	-	-	-	1.027.324	1.027.324	1.042.763
Total	**12.401.431**	**18.229.383**	**26.521.054**	**6.131.590**	**2.138.016**	**65.821.474**	**55.983.252**

Consolidado

	2024 Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	2023 Total
Depósitos	**6.675.343**	**7.849.051**	**9.656.489**	**3.167.788**	**227.128**	**27.576.283**	**22.070.948**
À vista	1.837.815	-	-	-	-	1.837.815	1.794.020
Interfinanceiros	48.908	388.446	17.096	-	-	454.450	795.139
A prazo	4.774.411	7.460.605	9.639.393	3.167.788	227.128	25.269.325	19.470.264
Outros depósitos	14.613	-	-	-	-	14.613	11.525
Emissões de títulos	**4.800.624**	**6.980.565**	**13.750.457**	**2.323.826**	**832.821**	**28.687.493**	**27.038.446**
Letras de crédito imobiliário	185.708	281.945	423.018	8.015	-	898.688	2.122.819
Letras de crédito do agronegócio	311.175	1.071.259	2.051.208	36.641	-	3.470.283	2.773.140
Letras financeiras (1)	2.264.643	5.408.898	11.261.495	2.278.366	832.821	22.046.023	19.342.779
Emissões no exterior (4)	2.035.100	218.663	14.736	-	-	2.272.499	2.799.702
Obrigações por empréstimos e repasses	**887.218**	**3.381.775**	**3.031.872**	**475.771**	**17.733**	**7.794.469**	**5.121.913**
Empréstimos no exterior	**836.151**	**3.225.735**	**2.736.631**	**412.820**	-	**7.211.337**	**4.586.694**
Obrigações em moedas estrangeiras (2)	563.560	647.273	-	-	-	1.210.833	1.885.048
Obrigações por empréstimos no exterior (3) (5)	272.551	2.578.462	2.736.631	412.820	-	6.000.504	2.701.646
Repasses de instituições oficiais	**51.167**	**156.040**	**295.241**	**62.951**	**17.733**	**583.132**	**535.219**
BNDES	1.924	4.209	6.113	1.128	-	13.374	16.343
FINAME	49.243	151.831	289.128	61.823	17.733	569.758	518.876
Dívidas subordinadas (Nota 16.d)	-	-	-	-	**1.027.324**	**1.027.324**	**1.042.763**
Letras financeiras	-	-	-	-	1.027.324	1.027.324	1.042.763
Total	**12.363.685**	**18.211.391**	**26.438.818**	**5.966.585**	**2.105.088**	**65.085.489**	**55.274.064**

(1) Em 18 de março de 2024, o Daycoval concluiu a sua décima quarta emissão de Letras Financeiras, totalizando R$1,0 bilhão. As Letras Financeiras foram emitidas em três séries, sendo a primeira no valor de R$284,5 milhões, com vencimento em 2 anos; a segunda de R$427,7 milhões, com vencimento em 3 anos; e a terceira de R$287,8 milhões, com vencimento em 4 anos.

(2) O saldo de "Obrigações em moedas estrangeiras", refere-se às captações para operações comerciais de câmbio, relativas a financiamentos à exportação e importação.

(3) Em 31 de dezembro de 2024, inclui operações de empréstimos no exterior, no montante de US$627 milhões (US$494 milhões em 2023), objeto de hedge contábil de risco de mercado (Nota 8), cujo valor contábil e valor justo montam, respectivamente, R$3.893.891 e R$3.879.325 (R$2.218.213 e R$2.221.958 em 2023).

(4) Em 20 de dezembro de 2024, houve a emissão de Credit Linked Note no montante de R$1,9 bilhão, com vencimento em 07 de fevereiro de 2025.

(5) Em 13 de dezembro de 2024, houve a liquidação do título emitido no exterior, no montante US$345,4 milhões (US$345,4 milhões em 31 de dezembro de 2023).

Financial covenants

Não houve descumprimento das cláusulas de covenants atrelados aos contratos de empréstimos com o International Finance Corporation - IFC e com a Agence Française de Développement - AFD PROPARCO, reconhecidos na rubrica de "Obrigações por empréstimos", que poderiam acarretar em liquidação antecipada dos contratos firmados entre o Banco e estas instituições.

d) Dívidas subordinadas (Banco e Consolidado)

2024

Nível de Capital	Instrumento de captação	Datas de emissão	Datas de vencimento	Valor da emissão	% do Indexador	Data de autorização do BACEN (1)
Complementar - Nível I	Letra financeira	15/10/2021	Perpétuo	500.000	140% CDI	15/10/2021
Complementar - Nível I	Letra financeira	11/02/2021	Perpétuo	163.875	150% CDI	05/03/2021
Complementar - Nível I	Letra financeira	15/04/2020	Perpétuo	240.000	150% CDI	10/06/2020
Complementar - Nível I	Letra financeira	15/02/2020	Perpétuo	50.000	135% CDI	15/04/2020

(1) As captações foram autorizadas pelo BACEN a compor o Patrimônio de Referência do Banco, nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21.

Não houve mudanças na composição de dívidas subordinadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

17 OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias

	Banco Circulante 2024	Banco Circulante 2023	Consolidado Circulante 2024	Consolidado Circulante 2023
Dividendos e/ou juros sobre capital próprio a pagar	138.916	78.570	138.916	78.570
Programa de participação nos resultados	213.997	201.455	215.237	203.315
Total	**352.913**	**280.025**	**354.153**	**281.885**

b) Diversas

	Banco 2024 Circulante	Banco 2024 Não circulante	Banco 2023 Circulante	Banco 2023 Não circulante	Consolidado 2024 Circulante	Consolidado 2024 Não circulante	Consolidado 2023 Circulante	Consolidado 2023 Não circulante
Credores por recursos a liberar	5.126	-	11.466	-	5.126	-	11.466	-
Subscrições de capital a integralizar	-	-	50.000	-	-	-	50.000	-
Valores a pagar a sociedade ligada	2.149	-	2.077	-	-	-	-	-
Valores a devolver a clientes	14.082	-	8.397	-	14.062	-	8.397	-
Provisão para pagamentos a efetuar								
Despesas de pessoal	67.336	42.180	65.654	16.204	84.006	45.574	78.750	17.583
Fornecedores	35.653	-	56.081	-	44.543	-	58.228	-
Comissões a pagar por intermediação de operações	26.957	-	35.836	-	26.957	-	35.836	-
Provisão para pagamentos diversos	13.122	-	26.547	-	3.179	-	18.545	-
Títulos descontados recebidos parcialmente	25.125	-	13.485	-	25.125	-	13.489	-
Cobranças a liberar	51.242	-	26.078	-	51.212	-	26.078	-
Rendas de títulos recebíveis	37.557	-	25.145	-	37.557	-	25.145	-
Comissões de fianças	82.707	-	49.035	-	83.172	-	56.919	-
Descontos vinculados às operações de arrendamento mercantil	-	-	-	-	14.429	-	15.206	-
Cessão da aquisição do Daycoval Leasing	-	-	-	-	6.327	-	1.864	11.576
Obrigações por devolução de tarifas	36	-	37	-	36	-	37	-
Outros credores diversos (1)	151.555	-	116.122	-	158.323	-	128.507	-
Total	**521.667**	**42.180**	**485.984**	**16.204**	**558.173**	**45.574**	**528.267**	**29.159**

(1) O saldo é composto, substancialmente, por: (i) repasses ao FGI no montante de R$77.763 para Banco e Consolidado (R$74.888 em 2023 para o Banco e Consolidado).

18 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

O Daycoval e suas controladas, não possuem ativos contingentes reconhecidos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

b) Provisões para processos judiciais e obrigações legais

O Banco é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 3.o. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas eventuais decorrentes dos respectivos processos.

Os saldos de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas constituídos e as respectivas movimentações em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, estão apresentados a seguir:

	Banco 2024	Banco 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Obrigações legais - Riscos fiscais (1)	1.272.434	2.046.144	1.294.383	2.048.783
Riscos cíveis	210.529	162.287	211.685	163.408
Riscos trabalhistas	41.516	45.873	54.062	59.487
Total	**1.524.479**	**2.254.304**	**1.560.130**	**2.271.678**

(1) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram realizadas a baixa da provisão, no valor de R$985.400, relativas ao processo questionando o não recolhimento da CSLL majorada em 6% para as Instituições Financeiras, decorrente da Medida Provisória 413/2008 (convertida na Lei 11.727/2008), transitado em julgado e a conversão em renda para a União do respectivo montante do depósito judicial (Nota 18 c).

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Riscos	Banco Saldo inicial	Banco Constituição (reversão) (1)	Banco Saldo final	Consolidado Saldo inicial	Consolidado Constituição (reversão) (1)	Consolidado Saldo final
Fiscais	2.046.144	(773.710)	1.272.434	2.048.783	(754.400)	1.294.383
Cíveis	162.287	48.242	210.529	163.408	48.277	211.685
Trabalhistas	45.873	(4.357)	41.516	59.487	(5.425)	54.062
Total	**2.254.304**	**(729.825)**	**1.524.479**	**2.271.678**	**(711.548)**	**1.560.130**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Riscos	Banco Saldo inicial	Banco Constituição (reversão) (1)	Banco Saldo final	Consolidado Saldo inicial	Consolidado Constituição (reversão) (1)	Consolidado Saldo final
Fiscais	1.918.896	127.248	2.046.144	1.920.734	128.049	2.048.783
Cíveis	138.177	24.110	162.287	138.960	24.448	163.408
Trabalhistas	44.393	1.480	45.873	55.924	3.563	59.487
Total	**2.101.466**	**152.838**	**2.254.304**	**2.115.618**	**156.060**	**2.271.678**

(1) Inclui atualização monetária e pagamentos.

c) Valores depositados em garantias para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

	Banco 2024	Banco 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fiscais (1)	985.814	1.867.520	991.688	1.869.291
Cíveis	67.505	58.597	67.510	58.628
Trabalhistas	18.056	17.114	22.894	22.410
Total	**1.071.375**	**1.943.231**	**1.082.092**	**1.950.329**

(1) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi realizada a conversão em renda para a União dos depósitos judiciais fiscais, no valor de R$980.732, relativos ao processo questionando o não recolhimento da CSLL majorada em 6% para as Instituições Financeiras, decorrente da Medida Provisória 413/2008 (convertida na Lei 11.727/2008), transitado em julgado (Nota 18 b).

d) O Banco vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de alguns impostos e contribuições e os valores envolvidos estão integralmente provisionados e atualizados:

IRPJ

Questiona o efeito da extinção da correção monetária de balanço e dedução de incentivos fiscais (FINAM), sendo o valor provisionado de R$7.290 (R$13.016 em 2023). O total dos depósitos judiciais para estes questionamentos, monta R$7.290 (R$12.472 em 2023).

CSLL

Questiona o efeito da extinção da correção monetária de balanço e a majoração da alíquota de 15% para 20%, determinada pela Lei nº 13.169/15. O valor provisionado monta R$188.114 (R$169.370 em 2023) e o total dos depósitos judiciais para este questionamento, monta R$188.114 (R$177.460 em 2023).

COFINS

Questiona a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98. O valor provisionado monta R$889.173 (R$784.674 em 2023) e o total dos depósitos judiciais para este questionamento, monta R$851.240 (R$580.111 em 2023).

PIS

Questiona a aplicação da Lei nº 9.718/98 e a exigência pela fiscalização de apuração da base de cálculo do PIS em desacordo com as Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97. O valor provisionado monta R$126.540 (R$118.385 em 2023) e o total dos depósitos judiciais para este questionamento, monta R$126.540 (R$121.224 em 2023).

A provisão para outras obrigações legais monta R$61.317 (R$6.290 em 2023) e o total dos depósitos judiciais para estes questionamentos, monta R$16.631 (R$6.751 em 2023).

e) O Daycoval Leasing vem contestando judicialmente os seguintes processos:

Processos de Execução fiscal de ISS dos municípios de Cascavel-PR e Uberlândia-MG, no montante atualizado de R$424, classificado como perda remota, onde é pretendido pelos municípios receber o ISS relativo às operações de arrendamento mercantil celebrado com clientes domiciliados nestes.

Processo nº 1013470-42.2021.8.26.0068 Mandado de Segurança Cível, para a suspensão da exigibilidade do pagamento do ISS lançado pelo município de Barueri-SP com fundamento na decisão da ADPF 189. O município de Barueri-SP lançou contra o Daycoval Leasing a importância de R$8.623, valor referente à diferença do ISS devido nos anos de 2016 e 2017, calculado entre a alíquota em vigor à época, estabelecida pelo próprio município, e a alíquota de 2%, que julgou o magistrado ser o legalmente aplicável para o serviço de arrendamento mercantil. O valor atualizado é de R$16.557.

O Daycoval Leasing está questionando a base de cálculo do PIS e da COFINS em juízo, com liminar favorável para o recolhimento com base no pedido. Em 31 de dezembro de 2024, o montante de impostos não pagos, esperando o julgamento favorável das ações montam R$5.352 (R$2.635 em 2023), que provisionamos como contingências fiscais.

Eufrázio

daycoval.com.br

BancoDaycoval

RESULTADOS 2024

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

f) **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos de natureza cível e trabalhista.

As ações cíveis, em 31 de dezembro de 2024, montam o risco aproximado de R$71.485 para o Banco e Consolidado R$80.079 (R$75.297 para o Banco e R$75.341 para o Consolidado em 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, as ações trabalhistas montam R$1.382 para o Banco e para o Consolidado (R$767 para o Banco e para o Consolidado em 2023).

Não existem em curso processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco ou das empresas integrantes do Consolidado.

19 TRIBUTOS

Os impostos e contribuições são calculados conforme legislação vigente. As alíquotas aplicadas foram:

Impostos e contribuições	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda (sobre o excedente a R$240.000,00)	10,00%
Contribuição social - instituições financeiras	20,00%
Contribuição social - instituições não-financeiras	9,00%
PIS (1)	0,65%
COFINS (1)	4,00%
ISS	até 5,00%

(1) As controladas não financeiras que se enquadram no regime de apuração não cumulativa ficam sujeitas às alíquotas do PIS e da COFINS, respectivamente, de 1,65% e 7,6% sobre as receitas operacionais e 0,65% e 4% sobre suas receitas financeiras. Para as não financeiras sujeitas ao Lucro Presumido, as alíquotas do PIS e da COFINS são 0,65% e 3%.

a) **Despesas com impostos e contribuições**

i. Demonstração do cálculo do imposto de renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):

	Banco 2024	Banco 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Impostos correntes				
Resultado antes do IR e CSLL e participações no resultado	**2.339.873**	**1.419.353**	**2.501.550**	**1.564.504**
Encargos (IR e CSLL) às alíquotas vigentes	(1.052.133)	(638.709)	(1.125.698)	(704.027)
Adições e exclusões permanentes				
Participações em controladas	102.020	99.855	893	1.002
Juros sobre capital próprio	185.097	181.055	185.097	181.055
Resultado de despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	34.585	10.998	40.252	17.376
Outros valores	77.637	29.377	83.185	42.019
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(648.794)**	**(317.424)**	**(813.271)**	**(462.575)**
Imposto corrente	(635.685)	(571.441)	(670.577)	(601.906)
Imposto diferido	(13.109)	254.017	(141.294)	139.331

ii. Despesas tributárias

	Banco 2024	Banco 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Contribuições ao COFINS	(215.401)	(184.549)	(240.512)	(204.640)
Contribuições ao PIS / PASEP	(35.003)	(29.989)	(39.622)	(33.668)
ISS	(23.821)	(20.414)	(55.551)	(46.019)
Outras despesas tributárias	(19.904)	(17.091)	(20.861)	(17.723)
Total	**(294.129)**	**(252.043)**	**(356.546)**	**(302.050)**

b) **Ativos e obrigações fiscais**

	Banco 2024	Banco 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativos fiscais				
Correntes	**406.036**	**329.988**	**563.422**	**466.388**
Impostos e contribuições a compensar (1)	406.036	329.988	563.403	466.369
Imposto de renda a recuperar	-	-	19	19
Diferidos	**2.016.920**	**1.978.339**	**2.105.621**	**2.037.791**
Créditos tributários (nota 19.d)	2.016.920	1.978.339	2.105.621	2.037.791
Total	**2.422.956**	**2.308.327**	**2.669.043**	**2.504.179**
Obrigações fiscais				
Correntes	**718.215**	**647.206**	**758.151**	**683.140**
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	337.179	304.551	357.676	323.160
Provisão para contribuição social sobre o lucro	299.484	270.799	308.757	278.391
Impostos e contribuições a recolher	81.552	71.856	91.718	81.589
Diferidos	**586.364**	**525.894**	**1.115.398**	**857.469**
Obrigações fiscais (nota 19.d)	586.364	525.894	1.115.398	857.469
Total	**1.304.579**	**1.173.100**	**1.873.549**	**1.580.609**

(1) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de "impostos e contribuições a compensar" está composto, substancialmente, por antecipações de imposto de renda e de contribuição social no montante de R$378.078 (R$321.812 em 2023), para o Banco, e R$387.859 (R$357.244 em 2023), para o Consolidado.

c) **Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre adições e exclusões temporárias (ativo e passivo)**

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.842/20, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos ("créditos tributários" e "obrigações fiscais diferidas") decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco não possuía créditos tributários não ativados. No consolidado, o saldo de créditos tributários não ativados é de R$10.842.

d) **Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Banco 2023	Banco Constituição (Realização)	Banco 2024	Consolidado 2023	Consolidado Constituição (Realização)	Consolidado 2024
Créditos tributários						
IR e CSLL diferidos originados por:						
Provisões para riscos fiscais	185.652	-	**185.652**	187.177	8.690	**195.867**
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	1.163.424	21.796	**1.185.220**	1.185.798	32.531	**1.218.329**
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	185.049	67.409	**252.458**	188.659	86.000	**274.659**
Atualização monetária de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	393.000	(90.534)	**302.466**	393.000	(90.534)	**302.466**
Outras adições temporárias, incluindo provisões cíveis e trabalhistas	51.214	39.910	**91.124**	83.157	31.143	**114.300**
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	**1.978.339**	**38.581**	**2.016.920**	**2.037.791**	**67.830**	**2.105.621**

	Banco 2023	Banco Constituição (Realização)	Banco 2024	Consolidado 2023	Consolidado Constituição (Realização)	Consolidado 2024
Obrigações fiscais diferidas						
IR e CSLL diferidos originados por:						
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	164.845	190.344	**355.189**	164.842	203.361	**368.203**
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido sobre a superveniência de depreciação	-	-	-	352.766	144.396	**497.162**
Amortização do deságio na aquisição do Daycoval Leasing	25.169	3.106	**28.275**	25.169	3.106	**28.275**
Atualização monetária de depósitos judiciais	335.880	(132.980)	**202.900**	335.883	(132.934)	**202.949**
Outras exclusões temporárias	-	-	-	18.809	-	**18.809**
Total de obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	**525.894**	**60.470**	**586.364**	**857.469**	**217.929**	**1.115.398**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Banco 2022	Banco Constituição (Realização)	Banco 2023	Consolidado 2022	Consolidado Constituição (Realização)	Consolidado 2023
Créditos tributários						
IR e CSLL diferidos originados por:						
Provisões para riscos fiscais	181.760	3.892	**185.652**	182.850	4.327	**187.177**
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	862.075	301.349	**1.163.424**	878.122	307.676	**1.185.798**
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	311.710	(126.661)	**185.049**	311.709	(123.050)	**188.659**
Atualização monetária de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	332.160	60.840	**393.000**	332.160	60.840	**393.000**
Outras adições temporárias, incluindo provisões cíveis e trabalhistas	92.583	(41.369)	**51.214**	115.624	(32.467)	**83.157**
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	**1.780.288**	**198.051**	**1.978.339**	**1.820.465**	**217.326**	**2.037.791**

	Banco 2022	Banco Constituição (Realização)	Banco 2023	Consolidado 2022	Consolidado Constituição (Realização)	Consolidado 2023
Obrigações fiscais diferidas						
IR e CSLL diferidos originados por:						
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	288.727	(123.882)	**164.845**	288.728	(123.886)	**164.842**
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido sobre a superveniência de depreciação	-	-	-	132.884	219.882	**352.766**
Amortização do deságio na aquisição do Daycoval Leasing	22.063	3.106	**25.169**	22.063	3.106	**25.169**
Atualização monetária de depósitos judiciais	276.192	59.688	**335.880**	316.220	19.663	**335.883**
Outras exclusões temporárias	-	-	-	-	18.809	**18.809**
Total de obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	**586.982**	**(61.088)**	**525.894**	**759.895**	**137.574**	**857.469**

e) **Previsão de realização e valor presente dos créditos tributários**

Banco

	2024 IR	2024 CSLL	2024 Total	2023 IR	2023 CSLL	2023 Total
Até 1 ano	110.118	88.095	198.213	216.751	173.403	**390.154**
Até 2 anos	120.694	96.556	217.250	172.090	137.674	**309.764**
Até 3 anos	103.528	82.822	186.350	172.095	137.678	**309.773**
Até 4 anos	101.018	80.814	181.832	170.185	136.150	**306.335**
Até 5 anos	89.096	71.277	160.373	4.137	3.310	**7.447**
Acima de 5 anos	596.056	476.846	1.072.902	363.667	291.199	**654.866**
Total	**1.120.510**	**896.410**	**2.016.920**	**1.098.925**	**879.414**	**1.978.339**

Consolidado

	2024 IR	2024 CSLL	2024 Total	2023 IR	2023 CSLL	2023 Total
Até 1 ano	110.155	88.124	198.279	220.222	176.179	**396.401**
Até 2 anos	130.274	104.221	234.495	175.619	140.497	**316.116**
Até 3 anos	111.826	89.461	201.287	176.041	140.835	**316.876**
Até 4 anos	105.655	84.507	190.162	174.015	139.213	**313.228**
Até 5 anos	92.218	73.775	165.993	24.279	14.201	**38.480**
Acima de 5 anos	621.230	494.175	1.115.405	364.680	292.010	**656.690**
Total	**1.171.358**	**934.263**	**2.105.621**	**1.134.856**	**902.935**	**2.037.791**

Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente do total de créditos tributários é de R$1.433.207 para o Banco (R$1.645.326 em 2023) e de R$1.496.184 para o Consolidado (R$1.692.941 em 2023), e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação do Banco e do Daycoval Leasing, projetada para os períodos correspondentes.

As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, estimativa de novas operações financeiras, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)

a) **Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social do Banco monta R$3.557.260, sendo totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.890.672.918 ações nominativas, composto por 1.323.471.042 ações ordinárias e 567.201.876 ações preferenciais.

b) **Composição e movimentação do capital social em ações**

	2024	2023
Ações ordinárias	1.323.471.042	1.323.471.042
Ações preferenciais	567.201.876	567.201.876
Total de ações	**1.890.672.918**	**1.890.672.918**

Não houve movimentação de quantidade de ações durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

c) **Juros sobre o capital próprio e dividendos**

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos e juros sobre o capital próprio que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

i. Demonstração do cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos obrigatórios:

	2024	% (1)	2023	% (1)
Lucro líquido	**1.689.279**		**1.101.929**	
(-) Constituição de reserva legal	(84.464)		(55.096)	
Lucro líquido ajustado	**1.604.815**		**1.046.833**	
Valor dos juros sobre o capital próprio	420.215		402.345	
(-) Imposto de renda retido na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(63.033)		(60.351)	
Dividendos complementares	44.022		-	
Valor líquido dos juros sobre o capital próprio e dividendos obrigatórios	**401.204**	**25,00**	**341.994**	**32,67**

(1) Refere-se ao percentual relativo à soma do valor líquido dos juros sobre o capital próprio e dividendos sobre o lucro líquido ajustado.

ii. Juros sobre o capital próprio declarados e/ou pagos:

Foram declarados e/ou pagos juros sobre o capital próprio ("JCP") que, líquidos do imposto de renda na fonte, serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos aos exercícios findos em de 31 de dezembro de 2024 e de 2023, conforme demonstrado a seguir:

2024

Data da RCA	Data da disponibilização	Valor por ação ON	Valor por ação PN	Valor bruto	IRRF	Valor líquido
28/03/2024	15/04/2024	0,05189	0,05189	98.107	(14.716)	83.391
28/06/2024	15/07/2024	0,05362	0,05362	101.370	(15.206)	86.164
30/09/2024	15/10/2024	0,05770	0,05770	109.097	(16.365)	92.732
30/12/2024	15/01/2025	0,05905	0,05905	111.641	(16.746)	94.895
Total				**420.215**	**(63.033)**	**357.182**

2023

Data da RCA	Data da disponibilização	Valor por ação ON	Valor por ação PN	Valor bruto	IRRF	Valor líquido
31/03/2023	17/04/2023	0,05523	0,05523	104.422	(15.663)	88.759
30/06/2023	17/07/2023	0,05518	0,05518	104.325	(15.649)	88.676
29/09/2023	16/10/2023	0,05351	0,05351	101.163	(15.174)	85.989
29/12/2023	15/01/2024	0,04889	0,04889	92.435	(13.865)	78.570
Total				**402.345**	**(60.351)**	**341.994**

iii. Dividendos adicionais de exercícios anteriores:

Foram distribuídos dividendos adicionais no montante de R$300.013 (R$300.012 em 2023), aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de novembro de 2024, sendo disponibilizados aos acionistas em 29 de novembro de 2024, relativos a exercícios anteriores.

d) **Reserva de lucros**

	2024	2023
Reserva legal (1)	321.547	240.083
Reservas estatutárias (2)	3.185.450	2.348.925
Total	**3.514.037**	**2.589.008**

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente.
(2) Reserva constituída conforme disposição estatutária.

e) **Lucro líquido por ação (Controlador)**

	2024	2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	1.689.279	1.101.929
Lucro líquido atribuível a cada grupo de ações		
Ações ordinárias	1.182.495	771.350
Ações preferenciais	506.784	330.579
Média ponderada de ações emitidas e integrantes do capital social (1)		
Ações ordinárias	1.323.471.042	1.323.471.042
Ações preferenciais	567.201.876	567.201.876
Lucro líquido por ação - Básico		
Ações ordinárias	0,8935	0,5828
Ações preferenciais	0,8935	0,5828
Lucro líquido por ação - Diluído		
Ações ordinárias	0,8935	0,5828
Ações preferenciais	0,8935	0,5828

(1) A quantidade média ponderada de ações foi calculada com base na movimentação de ações ocorrida em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e, também, seguindo os critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução CMN nº 4.818/20.

daycoval.com.br

BancoDaycoval

RESULTADOS 2024

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

21 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

a) Carteira de crédito

	Banco		Consolidado	
	12 meses			
	2024	2023	2024	2023
Operações de crédito	**6.903.446**	**6.561.866**	**6.952.127**	**6.608.678**
Adiantamento a depositantes	15.473	6.769	15.473	6.769
Conta-garantida / cheque especial	553.980	679.990	553.980	680.067
Títulos descontados	430.456	120.719	430.456	120.719
Repasse - Resolução nº 278/22	22	69	22	69
Capital de giro	1.124.009	1.149.503	1.130.232	1.149.503
Cédula de crédito de exportação - CCE	459.056	214.037	459.056	214.037
Repasse – BNDES	1.827	4.933	1.827	4.933
Repasse – FINAME	39.487	70.119	39.487	70.119
Crédito rural	43.966	29.593	43.966	29.593
Empréstimos de ações	1.880	-	1.880	-
Financiamento com intervenência	1.654	771	1.654	771
Financiamento em moeda estrangeira	316.081	(39.088)	316.081	(35.088)
FGI PEAC	330.304	705.488	330.304	705.488
FGO Pronampe	721	1.201	721	1.201
Empréstimos com garantias de imóveis	45.150	-	45.150	-
Crédito consignado	2.972.305	2.549.655	2.972.305	2.549.655
Ajuste a valor justo de crédito consignado - objeto de *hedge*	(644.337)	202.655	(644.337)	202.655
Financiamento de veículos	711.892	625.534	711.932	625.534
Ajuste a valor justo de financiamento de veículos - objeto de *hedge*	(58.788)	31.963	(58.788)	31.963
Financiamento de imóveis	5.296	39.391	5.296	39.391
Caspag - desconto de cheques despachantes	317	3	317	3
Outras operações de crédito	436.825	168.581	513.283	215.316
Resultado de operações de arrendamento mercantil	-	-	**428.219**	**506.170**
Receitas de arrendamento mercantil	-	-	**1.894.831**	**1.578.703**
Arrendamento mercantil financeiro – recursos internos	-	-	1.734.372	1.330.209
Arrendamento mercantil operacional – recursos internos	-	-	122.216	142.913
Ajuste a valor justo de arrendamento mercantil - objeto de *hedge*	-	-	808	53.865
Lucro na alienação de bens arrendados	-	-	37.435	51.716
Despesas de arrendamento mercantil	-	-	**(1.466.612)**	**(1.072.533)**
Arrendamento mercantil financeiro – recursos internos	-	-	(1.284.357)	(847.101)
Arrendamento mercantil operacional – recursos internos	-	-	(2.103)	(4.021)
Ajuste a valor justo de arrendamento mercantil - objeto de *hedge*	-	-	(91.070)	(12.079)
Depreciação de bens arrendados	-	-	(89.072)	(105.329)
Outros créditos com características de concessão de crédito	**1.281.466**	**1.412.919**	**1.283.797**	**1.412.919**
ACC / ACE	80.015	72.816	80.015	72.816
Rendas de aquisição de recebíveis sem direito de regresso	1.201.451	1.340.103	1.203.782	1.340.103
Recuperações de operações de crédito e de arrendamento mercantil	**428.486**	**193.268**	**431.772**	**193.847**
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 9.1)	428.486	193.268	428.486	193.268
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 9.1) - Arrendamento mercantil	-	-	3.286	579
Total	**8.613.298**	**8.168.053**	**9.095.515**	**8.721.614**

b) Operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Banco		Consolidado	
	12 meses			
Títulos e valores mobiliários	2024	2023	2024	2023
Títulos de renda fixa	2.080.638	1.605.759	2.053.631	1.614.804
Títulos de renda variável	348	-	1.729	1.951
Aplicações em cotas de fundos de investimento	8.289	129.223	28.625	174.090
Resultado na alienação de títulos e valores mobiliários	35.613	6.379	35.657	6.379
Ajuste a valor justo	(27.349)	9.762	(23.834)	9.716
Aplicações no exterior	82.291	2.423	82.291	2.423
Desvalorização de ações	-	-	-	-
Perdas permanentes com títulos e valores mobiliários	(13)	(78)	(13)	(78)
Total	**2.163.817**	**1.753.468**	**2.216.086**	**1.809.285**
Instrumentos financeiros derivativos				
Ganhos				
Swap	2.630.105	2.331.740	2.622.122	2.318.001
Termo ("NDF")	2.038.819	533.791	2.038.819	533.792
Futuro	1.855.743	1.143.222	1.855.743	1.143.222
Opções	80.480	74.321	80.480	74.321
Perdas				
Swap	(1.695.448)	(3.214.486)	(1.605.275)	(3.202.087)
Termo ("NDF")	(1.048.605)	(883.214)	(1.048.605)	(883.214)
Futuro	(1.938.237)	(1.395.159)	(1.938.237)	(1.395.159)
Opções	(58.294)	(37.097)	(58.294)	(37.097)
Total (1)	**1.826.563**	**(1.626.912)**	**1.908.753**	**(1.028.211)**
Total	**3.990.380**	**126.556**	**4.118.839**	**781.074**

(1) Em 31 de dezembro de 2024, o resultado com instrumentos financeiros derivativos, inclui ganhos líquidos a valor justo no montante de R$15.344 para o Banco e R$92.878 para o Consolidado (ganhos líquidos a valor justo no montante de R$15.427 para o Banco e R$15.607 para o Consolidado em 2023).

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco		Consolidado	
	12 meses			
	2024	2023	2024	2023
Operações compromissadas ativas	**435.864**	**704.072**	**435.864**	**704.072**
Posição bancada	179.879	380.685	179.879	380.685
Posição financiada	255.961	323.387	255.961	323.387
Posição vendida	24	-	24	-
Operações compromissadas passivas	**(701.774)**	**(764.863)**	**(701.774)**	**(764.863)**
Carteira própria	(427.077)	(441.909)	(427.077)	(441.909)
Carteira de terceiros	(272.985)	(322.954)	(272.985)	(322.954)
Carteira de livre movimentação	(1.712)	-	(1.712)	-
Resultado de operações compromissadas	**(265.910)**	**(60.791)**	**(265.910)**	**(60.791)**
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
Pré-fixados	94.495	88.109	94.495	88.109
Pós-fixados	250.689	294.117	12.118	44.706
Total	**345.184**	**382.226**	**106.613**	**132.815**
Total	**79.274**	**321.435**	**(159.297)**	**72.024**

d) Operações de câmbio

	Banco		Consolidado	
	12 meses			
	2024	2023	2024	2023
Rendas de operações de câmbio	108.757	146.908	108.771	146.920
Despesas de operações de câmbio	(187.918)	(238.217)	(148.582)	(202.329)
Variações cambiais	535.692	243.549	531.632	243.549
Total	**456.531**	**152.240**	**491.821**	**198.140**

DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

e) Depósitos interfinanceiros e a prazo e emissões de títulos no Brasil e no exterior

	Banco		Consolidado	
	12 meses			
	2024	2023	2024	2023
Depósitos interfinanceiros	**(81.806)**	**(171.661)**	**(81.806)**	**(171.661)**
Pré-fixados	(9.973)	(7.094)	(9.973)	(7.094)
Pós-fixados	(71.833)	(164.567)	(71.833)	(164.567)
Depósitos a prazo	**(2.169.236)**	**(1.887.454)**	**(2.161.611)**	**(1.882.622)**
Pré-fixados	(128.702)	(114.375)	(128.702)	(114.375)
Pós-fixados	(1.855.860)	(1.781.509)	(1.852.637)	(1.776.277)
Vinculados à operações ativas (Resolução CMN nº 2.921/02) (Nota 9.g)	(3.148)	(1.935)	(3.148)	(1.935)
Variação cambial	(86.848)	35.419	(86.848)	35.419
Despesas de contribuição ao FGC	(25.678)	(25.454)	(25.678)	(25.454)
Total	**(2.198.042)**	**(2.059.115)**	**(2.183.817)**	**(2.054.283)**
Emissões no Brasil				
Letras de crédito imobiliário	**(170.218)**	**(240.648)**	**(170.218)**	**(240.648)**
Pré-fixados	(35.834)	(44.009)	(35.834)	(44.009)
Pós-fixados	(134.384)	(196.639)	(134.384)	(196.639)
Letras de crédito do agronegócio	**(309.233)**	**(304.234)**	**(309.233)**	**(304.234)**
Pré-fixados	(91.373)	(85.088)	(91.373)	(85.088)
Pós-fixados	(217.860)	(219.146)	(217.860)	(219.146)
Letras financeiras	**(2.559.961)**	**(2.517.913)**	**(2.489.427)**	**(2.461.909)**
Pré-fixados	(168.312)	(167.328)	(168.312)	(167.328)
Pós-fixados	(2.391.649)	(2.350.585)	(2.321.115)	(2.294.581)
Total	**(3.039.412)**	**(3.062.795)**	**(2.968.878)**	**(3.006.791)**
Emissões no exterior				
Encargos	(144.158)	(110.731)	(144.113)	(110.420)
Variação cambial	(743.509)	172.139	(743.509)	172.139
Ajuste a valor justo de emissões - objeto de *hedge*	(70.957)	(31.405)	(70.957)	(31.405)
Total	**(958.624)**	**30.003**	**(958.579)**	**30.314**

f) Obrigações por empréstimos e repasses (Banco e Consolidado)

	Banco e Consolidado	
	12 meses	
	2024	2023
Empréstimos no exterior	**(975.166)**	**138.232**
Encargos	(220.570)	(337.560)
Variação cambial	(772.908)	415.800
Ajuste a valor justo de empréstimos objeto de *hedge*	18.312	59.992
Obrigações com bancos no exterior	**(430.581)**	**(8.762)**
Encargos	(73.578)	(55.358)
Variação cambial	(357.003)	46.596
Operações de repasses - instituições oficiais	**(75.330)**	**(79.290)**
BNDES	(1.258)	(2.516)
FINAME	(59.338)	(63.440)
Outras instituições	(14.734)	(13.334)
Total	**(1.481.077)**	**59.180**

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS

g) Receitas de prestação de serviços

	Banco		Consolidado	
	12 meses			
	2024	2023	2024	2023
Tarifas bancárias	184.545	167.708	184.545	167.715
Rendas de garantias financeiras prestadas	81.575	67.795	81.575	67.795
Administração de recursos (1)	99.720	68.039	125.572	91.056
Outros serviços	139.017	135.307	147.464	139.254
Total	**504.857**	**438.849**	**539.156**	**465.820**

(1) Inclui as rendas de serviços de administração, gestão, controladoria, escrituração e custódia de fundos e clubes de investimento.

h) Despesas de pessoal

	Banco		Consolidado	
	12 meses			
	2024	2023	2024	2023
Honorários da diretoria e Conselho de Administração	(93.525)	(86.014)	(103.502)	(100.170)
Benefícios	(120.810)	(113.137)	(153.771)	(133.372)
Encargos sociais	(152.392)	(141.113)	(176.042)	(163.751)
Proventos	(451.259)	(396.610)	(540.583)	(467.874)
Treinamento	(118)	(120)	(121)	(139)
Remuneração de estagiários	(1.926)	(1.913)	(2.019)	(1.984)
Total	**(820.030)**	**(748.907)**	**(976.038)**	**(867.290)**

i) Outras despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	12 meses			
	2024	2023	2024	2023
Despesas de água, energia e gás	(4.242)	(3.635)	(5.419)	(4.890)
Despesas de aluguéis e seguros	(30.141)	(28.249)	(32.279)	(28.250)
Despesas de comunicações	(10.046)	(16.798)	(12.506)	(15.015)
Despesas de contribuições filantrópicas	(33.713)	(23.660)	(48.265)	(26.085)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(8.581)	(11.171)	(15.027)	(14.602)
Despesas com materiais	(963)	(1.303)	(1.293)	(1.569)
Despesas de processamento de dados	(221.029)	(204.093)	(238.184)	(208.590)
Despesas de promoções, propaganda e publicações	(61.134)	(43.960)	(54.568)	(48.521)
Despesas com serviços de terceiros, técnicos e especializados (1)	(645.498)	(709.530)	(574.781)	(655.403)
Outras despesas administrativas	(103.026)	(94.133)	(107.256)	(98.496)
Total	**(1.128.373)**	**(1.134.494)**	**(1.083.578)**	**(1.105.581)**

(1) Inclui o reconhecimento das despesas de comissão pagas antecipadamente a terceiros, por originação de operações de crédito.

j) Outras receitas e despesas operacionais

	Banco		Consolidado	
	12 meses			
	2024	2023	2024	2023
Variação cambial (1)	39	67	27.816	5.400
Atualização de depósitos judiciais	75.615	152.750	76.055	153.120
Outras receitas operacionais	148.563	90.320	155.879	97.793
Recuperação de encargos e despesas	-	2.043	-	2.043
Variação monetária de impostos a compensar	-	-	11.287	10.763
Total	**224.217**	**245.180**	**271.037**	**273.299**
Variação cambial (1)	-	(125)	(2.798)	(15.421)
Outras despesas operacionais (2)	(208.276)	(210.423)	(210.072)	(211.756)
Despesas com juros	(16.747)	(6.058)	(16.747)	(6.883)
Total	**(225.023)**	**(216.606)**	**(230.617)**	**(234.060)**
Total	**(806)**	**28.574**	**40.420**	**39.169**

(1) Refere-se à reclassificação da variação cambial sobre investimentos no exterior, não eliminadas no processo de consolidação das Demonstrações Contábeis.
(2) As outras despesas operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão compostas, substancialmente, da seguinte forma: (i) descontos e ressarcimentos em operações de crédito - R$58.913 para o Banco e para o Consolidado (R$43.115 para o Banco e para o Consolidado em 2023); e (ii) liquidação de processos judiciais - R$44.726 para o Banco e para o Consolidado (R$41.404 para o Banco e para o Consolidado em 2023).

k) Resultado não recorrente regulatório

	Banco		Consolidado	
	12 meses			
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do período	**1.685.279**	**1.101.929**	**1.685.279**	**1.101.929**
Resultado não recorrente regulatório(1)				
Amortização do deságio na aquisição de outra instituição financeira	(3.796)	(3.796)	(3.796)	(3.796)
Lucro alienação de bens(2)	48.481	-	48.481	-
Lucro líquido recorrente regulatório	**1.731.964**	**1.098.133**	**1.731.964**	**1.098.133**

(1) O resultado não recorrente regulatório está apresentado líquido dos efeitos fiscais.
(2) O saldo do lucro alienação de bens está reconhecido na rubrica de "Resultado não Operacional" nas Demonstrações do Resultado.

22 PARTES RELACIONADAS

a) **As empresas controladas, direta e indiretamente, e os acionistas do Banco, realizam transações, com o próprio Banco, em condições usuais de mercado vigentes nas datas das operações, assim como nas datas de suas respectivas liquidações, e estão apresentadas em atendimento às Resoluções CMN nº 4.693/18 e 4.818/20.**

O quadro a seguir apresenta o saldo das transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas:

	Banco			
	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
Transações	2024	2023	2024	2023
Operações com derivativos	**(77.748)**	**4.110**	**(81.458)**	**3.819**
Controladas diretas	**(77.867)**	**3.923**	**(81.390)**	**3.923**
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	(77.867)	3.923	(81.390)	3.923
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	**119**	**187**	**(68)**	**(104)**
Depósitos interfinanceiros	**2.220.973**	**2.033.709**	**238.571**	**245.410**
Controladas diretas	**2.220.973**	**2.033.709**	**238.571**	**245.410**
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	2.220.973	2.033.709	238.571	245.410
Operações de crédito (1)	**64.477**	**47.850**	**3.172**	**2.836**
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	960	1.014	65	29
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	63.517	46.836	3.107	2.807
Depósitos à vista	**(42.375)**	**(19.488)**	-	-
Controladas diretas	**(12.940)**	**(1.920)**	-	-
ACS Participações Ltda.	(13)	(55)	-	-
Daycoval Asset Management Ltda.	(44)	(29)	-	-
Daycoval Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	(654)	(14)	-	-
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	(12.124)	(1.119)	-	-
Daycoval Leasing - Soc. de Arrendamento Mercantil S.A.	(67)	-	-	-
Dayprev Vida e Previdência S.A.	(26)	(12)	-	-
Multigestão Renda Corporativa FI Imobiliário FII	(2)	(691)	-	-
Controladas indiretas	**(24.802)**	**(13.857)**	-	-
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(4.961)	(4.882)	-	-
SCC Agência de Turismo Ltda.	(10)	(8)	-	-
Treetop Investments Ltd.	(19.831)	(8.967)	-	-
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	**(1.075)**	**(202)**	-	-
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	**(3.558)**	**(3.509)**	-	-
Depósitos a prazo	**(552.902)**	**(372.975)**	**(71.106)**	**(35.661)**
Controladas diretas	**(58.557)**	**(4.055)**	**(2.849)**	**(1.481)**

Eufrázio

daycoval.com.br

BancoDaycoval

RESULTADOS 2024

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

...continuação

	Banco			
	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
	2024	2023	2024	2023
ACS Participações Ltda.	(49.415)	(3.038)	(2.728)	(1.254)
Daycoval Asset Management Ltda.	(1.138)	(1.017)	(121)	(147)
Controladas indiretas	**(99.164)**	**(14.527)**	**(4.419)**	**(3.743)**
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(96.734)	(8.578)	(4.108)	(3.091)
SCC Agência de Turismo Ltda.	(2.430)	(2.680)	(266)	(341)
Treetop Investments Ltd.	-	(3.269)	(45)	(311)
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	**(107.924)**	**(152.589)**	**(32.163)**	**(1.917)**
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	**(335.257)**	**(281.464)**	**(31.671)**	**(28.680)**
Letras financeiras	**(1.419.202)**	**(1.824.263)**	**(396.742)**	**(134.141)**
Controladas diretas	**(300.231)**	**(444.386)**	**(43.786)**	**(53.167)**
ACS Participações Ltda.	(300.231)	(444.386)	(43.786)	(53.167)
Controladas indiretas	**(248.291)**	**(230.441)**	**(26.749)**	**(2.837)**
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(233.717)	(217.079)	(25.536)	(1.730)
SCC Agência de Turismo Ltda.	(14.574)	(13.362)	(1.213)	(1.107)
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	**(173)**	**(18.343)**	**(177)**	**(2.316)**
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	**(870.507)**	**(331.093)**	**(326.030)**	**(75.821)**
Letras financeiras subordinadas perpétuas	**(1.027.325)**	**(1.042.762)**	**(149.893)**	**(187.750)**
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	(726.215)	(729.204)	(106.325)	(133.094)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(301.108)	(313.558)	(43.568)	(54.656)
Letras de crédito do agronegócio	**(69.255)**	**(51.227)**	**(7.739)**	**(7.944)**
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	-	(4.654)	(6)	(4.171)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(69.255)	(46.573)	(7.730)	(3.773)
Letras de crédito imobiliário	**(43.413)**	**(50.602)**	**(3.324)**	**(9.557)**
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	-	(37)	-	(69)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(43.413)	(50.565)	(3.324)	(9.488)
Comissões	**(2.163)**	**(2.677)**	**(121.677)**	**(83.939)**
Controladas indiretas	**(2.163)**	**(2.677)**	**(121.677)**	**(83.939)**
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(2.163)	(2.677)	(121.677)	(83.939)
Taxas de administração	**12**	**12**	**152**	**151**
Controladas diretas	**12**	**12**	**152**	**151**
Multigestão Renda Corporativa FI Imobiliário RI	12	12	152	151
Taxas de escrituração	**2**	**2**	**36**	**36**
Controladas diretas	**2**	**2**	**36**	**36**
Multigestão Renda Corporativa FI Imobiliário RI	2	2	36	36

(1) O Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da publicação pelo Banco Central do Brasil (BACEN) da Resolução CMN nº 4.693/18, disciplinou as condições e os limites para a realização de operações de crédito com partes relacionadas por instituições financeiras e por sociedades de arrendamento mercantil, definindo o conceito de participação qualificada como a participação, direta ou indireta, em outra sociedade, equivalente ou superior a 15% (quinze por cento) das ações ou quotas representativas. A Resolução também estabeleceu que o somatório dos saldos das operações de crédito contratadas com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido ajustado (PLA), observados os limites individuais de 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica, conforme previsto no artigo 7º da Resolução. Esses limites devem ser apurados na data da concessão da operação de crédito.

b) **O quadro a seguir apresenta as taxas de remuneração e os respectivos prazos das transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024, quais sejam:**

Transações	Taxa de remuneração (1)	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total ativo (passivo)
Operações com derivativos		**(776)**	**(8.396)**	**(51.549)**	**(15.359)**	**(1.668)**	**(77.748)**
Controladas diretas		**(789)**	**(8.403)**	**(51.648)**	**(15.359)**	**(1.668)**	**(77.867)**
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	CDI x Pré	(789)	(8.403)	(51.648)	(15.359)	(1.668)	(77.867)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas		**13**	**7**	**99**	-	-	**119**
Depósitos interfinanceiros		**342.072**	**885.817**	**831.915**	**146.741**	**14.424**	**2.220.973**
Controladas diretas		**342.072**	**885.817**	**831.915**	**146.741**	**14.424**	**2.220.973**
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	Pós	342.072	885.817	831.915	146.741	14.424	2.220.973
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas							
Operações de crédito		**33.810**	**23.498**	**7.169**	-	-	**64.477**
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pós	652	182	126	-	-	960
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	Pós	33.158	23.316	7.043	-	-	63.517
Depósitos a prazo		**(8.132)**	**(30.594)**	**(33.098)**	**(479.782)**	**(696)**	**(552.302)**
Controladas diretas		-	**(1.138)**	-	**(49.415)**	-	**(50.553)**
ACS Participações Ltda.	Pós	-	-	-	(49.415)	-	(49.415)
Daycoval Asset Management Ltda.	Pós	-	(1.138)	-	-	-	(1.138)
Controladas indiretas		-	**(2.279)**	**(151)**	**(96.734)**	-	**(99.164)**
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	Pós	-	-	-	(96.734)	-	(96.734)
SCC Agência de Turismo Ltda.	Pós	-	(2.279)	(151)	-	-	(2.430)
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	Pós	**(3.800)**	**(20.634)**	**(23.181)**	**(59.693)**	**(696)**	**(107.924)**
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pós	**(4.332)**	**(6.543)**	**(50.446)**	**(273.936)**	-	**(335.257)**
Letras financeiras		**(4.632)**	**(271.913)**	**(775.719)**	**(330.377)**	**(36.561)**	**(1.419.202)**
Controladas diretas		-	-	**(248.367)**	**(18.853)**	**(33.011)**	**(300.231)**
ACS Participações Ltda.	Pré / Pós	-	-	(248.367)	(18.853)	(33.011)	(300.231)
Controladas indiretas		-	**(14.574)**	**(233.717)**	-	-	**(248.291)**
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	Pós	-	-	(233.717)	-	-	(233.717)
SCC Agência de Turismo Ltda.	Pós	-	(14.574)	-	-	-	(14.574)
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas		-	-	**(173)**	-	-	**(173)**
Outras partes relacionadas - pessoas físicas		**(4.632)**	**(257.339)**	**(293.462)**	**(311.524)**	**(3.550)**	**(870.507)**
Letras financeiras subordinadas perpétuas		-	-	-	-	**(1.027.325)**	**(1.027.325)**
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	Pós	-	-	-	-	(726.215)	(726.215)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pós	-	-	-	-	(301.108)	(301.108)
Letras de crédito do agronegócio		**(9.178)**	**(17.062)**	**(42.498)**	**(517)**	-	**(69.255)**
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pré / Pós	(9.178)	(17.062)	(42.498)	(517)	-	(69.255)
Letras de crédito imobiliário		**(1.039)**	**(16.395)**	**(18.674)**	**(7.305)**	-	**(43.413)**
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pré / Pós	(1.039)	(16.395)	(18.674)	(7.305)	-	(43.413)

(1) As taxas de remuneração variam de: (i) Prefixadas de 0,80% a 16,50% a.a.; e (ii) Pós-fixadas de 94% a 150% do CDI.

c) **Remuneração do pessoal-chave da administração do Banco**

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi fixado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024, o montante global de remuneração para o Banco de até R$105 milhões (R$100 milhões para o exercício findo em 2023).

	Banco	
	2024	2023
Remuneração (pró-labore)	99.525	96.014
Benefícios diretos e indiretos (assistência médica)	1.719	1.597
Total de remuneração	**101.244**	**97.611**

O Banco não possui outros benefícios de curto e longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave de sua Administração.

d) **Participação acionária**

A totalidade das ações ordinárias e preferenciais são detidas pelos administradores, conforme apresentado a seguir:

	2024	2023
Ações ordinárias (ON)	100,00%	100,00%
Ações preferenciais (PN)	100,00%	100,00%

23 VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) **Determinação e hierarquia do valor justo**

O Daycoval utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "Fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

	Banco			
	2024		2023	
Classificação contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo:				
Por meio do resultado (livre negociação)				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos privados	103.843	4.253.839	24.820	1.449.008
Títulos públicos federais	13.314.270	-	11.284.247	-
Ações				
Ações	3.291	-	-	-
Derivativos				
Operações de swap, termo e opções	-	787.343	-	224.637
Mercado futuro	45.492	-	20.065	-
Operações de crédito				
Financiamento de veículos (objeto de hedge contábil)	-	2.214.958	-	2.038.914
Empréstimos consignados (objeto de hedge contábil)	-	5.348.194	-	5.153.180
Por meio de outros resultados abrangentes - PL (disponíveis para venda)				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos públicos federais	-	-	7.769	-
Títulos privados	-	-	34.570	1.237.025
Cotas de fundos de investimento	-	-	35.299	-
Passivos financeiros avaliados por seu valor justo:				
Por meio do resultado				
Emissões no exterior				
Emissões no exterior (Bonds)	-	2.272.499	-	2.705.702
Obrigações por empréstimos				
Empréstimos no exterior	-	3.879.325	-	2.221.958
Derivativos				
Operações de swap, termo e opções	-	182.879	-	258.586
Mercado futuro	3.993	-	14.575	-

	Consolidado			
	2024		2023	
Classificação contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo:				
Por meio do resultado (livre negociação)				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos privados	103.843	4.602.831	24.820	1.449.008
Títulos públicos federais	13.800.819	-	11.315.483	-
Ações				
Ações	3.291	-	-	-
Derivativos				
Operações de swap, termo e opções	-	787.720	-	224.637
Mercado futuro	45.492	-	20.065	-
Operações de crédito				
Financiamento de veículos (objeto de hedge contábil)	-	2.214.958	-	2.038.914
Empréstimos consignados (objeto de hedge contábil)	-	5.348.194	-	5.153.180
Arrendamento mercantil (objeto de hedge contábil)	-	1.106.026	-	1.284.642
Por meio de outros resultados abrangentes - PL (disponíveis para venda)				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos públicos federais	-	-	48.496	-
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	72.523	-
Títulos privados	-	-	34.570	1.235.633
Cotas de fundos de investimento	-	-	227.757	-
Passivos financeiros avaliados por seu valor justo:				
Por meio do resultado				
Emissões de títulos				
Emissões no exterior (Bonds)	-	2.272.499	-	2.705.702
Obrigações por empréstimos				
Empréstimos no exterior	-	3.879.325	-	2.221.958
Derivativos				
Operações de swap, termo e opções	-	182.879	-	258.586
Mercado futuro	3.993	-	14.575	-

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o Daycoval não possuía nenhum instrumento financeiro classificado na categoria Nível 3.

b) **Método de apuração do valor justo**

Descrição do método de apuração do valor justo de instrumentos financeiros, considera técnicas de valorização que incorporam estimativas do Daycoval sobre as premissas que um participante utilizaria para valorizar os instrumentos.

Títulos e valores mobiliários

Os preços dos títulos e valores mobiliários cotados a mercado, são os melhores indicadores de seus respectivos valores justos. Cabe ressaltar que, para determinados instrumentos financeiros, não há liquidez de transações e/ou cotações disponíveis e, desta forma, é necessária a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas para definição do valor justo. Na ausência de preço cotado na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas ou preços fornecidos por outros agentes de mercado que transacionam tais títulos. Os valores justos de títulos de dívida de empresas, quando não disponíveis no mercado ativo, são calculados, descontando-se os fluxos de caixa estimados, com base em taxas de juros praticadas no mercado e aplicáveis para cada fluxo de pagamento ou vencimento destas dívidas. Os valores justos das cotas referentes às aplicações em fundos de investimento são disponibilizados por seus respectivos administradores.

Derivativos

- **Swaps:** os fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de juros ou outros indexadores que refletem os fatores de risco, com base nos preços de derivativos cotados na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de juros são utilizadas para se obter o valor justo de swaps.
- **Futuros e Termo ("NDF"):** cotações em bolsas ou com base nos mesmos critérios de avaliação a valor justo dos contratos de swaps.
- **Opções:** apurados com base em modelos matemáticos, utilizando-se de dados de mercado como volatilidade implícita, curva de juros e o valor justo do ativo objeto.

Operações de crédito, emissões no exterior e obrigações por empréstimos

São calculados descontando-se os fluxos de caixa estimados por taxas de juros de mercado.

c) **Valor justo de ativos e passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado**

O valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado é estimado por comparação da taxa de juros do mercado corrente de instrumentos financeiros semelhantes. O valor justo estimado é baseado em fluxo de caixa descontados a valor presente, utilizando-se taxa de juros observáveis de mercado para instrumentos financeiros com risco de crédito e maturidade semelhantes. Para instrumentos de dívida cotados, o valor é determinado com base nos preços praticados pelo mercado. Para os títulos emitidos nos quais o preço de mercado não está disponível, um modelo de fluxo de caixa descontado é usado com base na curva da taxa de juros futuro adequada para o restante do prazo até seu vencimento. Para outros instrumentos com taxa variável, um ajuste é feito para refletir mudanças no spread de crédito requerido desde a data em que o instrumento foi inicialmente reconhecido.

Comparação do valor dos instrumentos financeiros contabilizados por seu custo amortizado e a respectiva estimativa de seu valor justo:

	Banco			
	2024		2023	
Classificação contábil	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.255.164	5.307.018	5.531.421	5.741.615
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito	41.271.629	41.023.398	38.034.123	38.026.112
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais	1.630.001	1.603.702	2.020.500	2.042.819
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países	1.382.759	1.283.353	568.085	563.560
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)	53.864.335	53.509.387	48.240.314	48.411.420
Obrigações por empréstimos e repasses	3.515.144	3.843.787	2.855.556	2.020.511

	Consolidado			
	2024		2023	
Classificação contábil	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.038.191	3.022.085	3.457.712	3.708.250
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito	41.557.388	41.366.426	38.308.814	38.325.803
Operações de arrendamento mercantil	2.074.803	2.081.144	1.587.089	1.577.106
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais	1.630.001	1.603.702	2.020.500	2.042.819
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países	1.382.759	1.283.353	568.085	563.560
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)	53.166.000	52.811.144	45.546.504	47.728.431
Obrigações por empréstimos e repasses	3.515.144	3.843.787	2.855.556	2.020.511

Os instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado, para fins de avaliação de seu potencial valor justo, foram classificados em instrumentos de "Nível 2" e para esta avaliação foram considerados preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.

24 GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Daycoval entende a gestão de riscos como um instrumento essencial para a geração de valor às entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, acionistas, colaboradores e clientes, além de contribuir para o fortalecimento da governança corporativa e do ambiente de controle interno. A área de GRC - Governança, Riscos e Compliance, subordinada à Alta Administração, desempenha papel institucional atuando sobre o aperfeiçoamento dos processos, procedimentos, critérios e ferramentas de gestão de riscos operacionais, de mercado, liquidez, crédito, conformidade, social, ambiental e

Eufrázio

daycoval.com.br

BancoDaycoval

RESULTADOS 2024

Notas explicativas às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

científico e de gerenciamento de capital, com o objetivo de garantir um elevado grau de segurança em todas as suas operações, de forma integrada.

O Daycoval, além de estar alinhado com as exigências contidas na Resolução CMN nº 4.557, entende a gestão integrada de riscos como um instrumento essencial para disseminar atitudes que estimulem a formação de uma cultura orientada para gerenciá-los. Sendo assim, estabelece estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio ideal entre as metas de crescimento, de retorno de investimentos e dos riscos a eles associados, permitindo explorar os seus recursos com eficácia e eficiência na busca dos objetivos da organização.

A estruturação do processo de Gestão Integrada de Riscos contribui para melhor Governança Corporativa, que é um dos focos estratégicos do Daycoval, estando alinhado com as diretrizes da Administração, Comitê Executivo e Integrado de Gerenciamento de Riscos e Capital ("Comitê de Riscos"), para nortear as ações visando garantir o cumprimento à regulamentação vigente, assegurar a implantação das ações e acesso às informações necessárias para a gestão. As responsabilidades para identificação de riscos e seu gerenciamento, estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de defesa, com o objetivo de mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar os objetivos das unidades de negócio. Nesse contexto, o Comitê de Riscos e os gestores de riscos desempenham papel importante nas diversas áreas do Banco, para assegurar o crescimento contínuo e sustentável da instituição. As Gerências de Risco têm como atribuição identificar, mensurar, controlar, avaliar e administrar os riscos, assegurando a consistência entre os riscos assumidos e o nível aceitável do risco definido pela Instituição e, informar a exposição à Administração, às áreas de negócio e aos órgãos reguladores. Nesse contexto, o apetite de riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição e, a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O Daycoval investe no desenvolvimento de processos de gerenciamento de riscos apoiados pelos valores corporativos (agilidade, segurança, integridade, austeridade, relacionamento e sustentabilidade) que reforçam a responsabilidade dos colaboradores com a sustentabilidade dos negócios.

a) Gerenciamento de capital

O Conselho de Administração, órgão máximo no gerenciamento de capital do Daycoval, é o responsável por aprovar a Política de Gerenciamento de Capital, o nível aceitável de capital, o plano de capital e de contingência de capital e determinar quando o plano de contingência deve ser acionado, além de revisar as políticas e as estratégias para o gerenciamento de capital, bem como o plano de capital e de contingência de capital, no mínimo anualmente, de forma a determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico da instituição e com as condições de mercado. As notas explicativas de capital foram preparadas de acordo com as exigências regulatórias do BACEN, para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, e são apresentadas a seguir:

i. Requerimento de capital (Basileia)

Os requerimentos mínimos de capital do Banco Daycoval estão apresentados na forma do Indicador de Basileia, que resulta da divisão do Patrimônio de Referência (PR) pelo Patrimônio Mínimo Exigido, compostos pela somatória das parcelas dos ativos ponderados pelo risco ("Risk weighted assets" ou RWA), multiplicado pelo percentual de exigência mínima de capital que, atualmente, é de 8,00%. Estes requerimentos mínimos fazem parte de um conjunto de normativos divulgados pelo BACEN, com o objetivo de implantar padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III e, são expressos na forma de índices que relacionam o capital disponível e os ativos ponderados pelo risco (RWA).

As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentam capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente àquelas que atuam no ramo segurador. O Patrimônio de Referência ("PR") é definido como a soma do Nível I (capital principal e capital complementar) e do Nível II, sendo estes calculados de forma consolidada, considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial que, para o Banco Daycoval, incluem as operações do Banco, de sua dependência no exterior, da Daycoval SAM, do Daycoval Leasing, da Daycoval CTVM e do Fundo Multigestão. As Resoluções CMN nº 4.955/21 e 4.958/21, estabelecem os critérios e procedimentos para apuração dos requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência ("PR"), do Nível I, do Capital Principal e do Adicional de Capital Principal considerando os seguintes percentuais:

	% mínimo de Capital	
	2024	**2023**
Patrimônio de Referência ("PR") - mínimo exigido	**8,00%**	**8,00%**
Nível I	**6,00%**	**6,00%**
Capital principal	4,50%	4,50%
Capital complementar	1,50%	1,50%
Nível II	**2,00%**	**2,00%**
Adicional de capital principal ("ACP")	**2,50%**	**2,50%**
ACP - Conservação	2,50%	2,50%
ACP - Contracíclico (1)	0,00%	0,00%
ACP - Sistêmico (2)	0,00%	0,00%
Exigência total de capital (PR + ACP)	**10,50%**	**10,50%**

(1) *Conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.769/15, no Art. 3º, o percentual do ACP Contracíclico é igual a 0%.*

(2) *O Adicional de importância Sistêmica (ACP Sistêmico) é apurado com base em critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.768/15. O percentual do ACP Sistêmico é de até 2%, desde que a razão entre Exposição total, apurada conforme Art. 2º, inciso II, da Circular BACEN nº 3.748/15, relativa a 31 de dezembro do penúltimo ano em relação à data-base de apuração, e o PIB brasileiro, seja superior a 10%, caso contrário o percentual de ACP Sistêmico é igual a 0%.*

A composição do Patrimônio de Referência, do Patrimônio Mínimo Exigido, dos ativos ponderados pelo risco ("RWA") e do indicador de Basileia, estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
Patrimônio de referência	**8.872.133**	**7.152.977**
Patrimônio de referência - Nível I	**8.872.133**	**7.152.977**
Capital principal	**7.044.809**	**6.110.214**
Patrimônio líquido	7.073.422	6.136.380
Ajustes prudenciais - Resolução CMN nº 4.955/21	(28.613)	(26.166)
Capital complementar	**1.827.324**	**1.042.763**
Letras financeiras perpétuas (Nota 16.d)	1.027.324	1.042.763
Patrimônio de referência mínimo exigido (RWA x 8%)	**5.163.701**	**4.155.257**
Ativos ponderados pelo risco ("RWA")	**64.556.261**	**51.585.716**
Risco de crédito - RWAcpad (1)	56.153.646	47.711.342
Risco de mercado - RWAmpad	2.498.446	982.084
Risco operacional - RWAopad	5.904.169	2.912.290
Indicador de Basileia	**12,5%**	**13,9%**
Indicador de Basileia - Capital Nível I	12,5%	13,9%
Exposição de ativos à taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)	45.788	175.166
Excedente do Patrimônio de referência		
Sobre a exigência mínima	56,2%	73,3%
Sobre a exigência total	19,0%	32,1%

(1) *Os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são estabelecidos pela Resolução BCB nº 229, de 12 de maio de 2022.*

b) Risco de mercado

É o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela instituição, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

i. Principais riscos de mercado aos quais o Daycoval está exposto:

Risco de preço de taxa de juros

Definido como a possibilidade de que as variações nas taxas de juros possam afetar em forma adversa o valor dos instrumentos financeiros. Podem ser classificados em:

- Risco de movimento paralelo: sensibilidade dos resultados a movimentos paralelos na curva de juros, originando diferenciais iguais para todos os prazos;
- Risco de movimento na inclinação da curva: sensibilidade dos resultados a movimentos na estrutura temporal da curva de juros, originando mudanças na forma da curva.

Risco de preço de tipo de câmbio

Definido como a sensibilidade do valor das posições em moedas estrangeiras às mudanças no tipo de câmbio.

Risco de preço de valores

Definido como a sensibilidade do valor das posições abertas em títulos perante movimentos adversos dos preços de mercado dos mesmos. Podem ser classificados em:

- Risco genérico ou sistemático: sensibilidade do valor de uma posição a mudanças no nível de preços geral;
- Risco específico: sensibilidade do valor não explicada por mudanças no nível de preço geral e relacionada com as características próprias do emissor.

ii. Metodologias de gestão de Risco de Mercado

Valor em Risco (VaR)

O Valor em Risco ou VaR (*Value-at-Risk*) é o padrão utilizado pelo mercado e uma medida que resume em forma apropriada e estatística a exposição ao risco de mercado derivado das atividades de *Trading* (carteira de negociação). Representa a máxima perda potencial no valor de mercado, considerando um grau de certeza (nível de confiança) e um horizonte temporal definidos.

Dentre as diferentes metodologias disponíveis para o cálculo do VaR (paramétrico, simulação histórica e simulação de Monte Carlo), o Daycoval entende que a metodologia paramétrica é a mais adequada às características das posições da sua carteira de negociação.

Metodologia Paramétrica

Baseia-se na hipótese estatística de normalidade na distribuição de probabilidades das variações nos fatores de risco, fazendo uso das volatilidades e correlações para estimar a mudança potencial de uma posição. Para tanto, deve-se identificar os fatores de risco e alocar as posições em vértices definidos. Posteriormente, aplicam-se as volatilidades de cada fator de risco e as correlações às posições.

Carteira bancária (*Banking Book*)

A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos financeiros classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) é realizada com base nas seguintes métricas:

- *ΔEVE (Delta Economic Value of Equity)*: diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- *ΔNII (Delta Net Interest Income)*: diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

iii. Teste de Estresse

É uma ferramenta complementar às medidas de VaR, utilizada para mensurar e avaliar o risco ao qual está exposta a Instituição. Baseia-se na definição de um conjunto de movimentos para determinadas variáveis de mercado e quantificação dos efeitos dos movimentos sobre o valor do portfólio. Os resultados dos testes de estresse são avaliados periodicamente pelo Comitê de Risco de Mercado.

iv. Análise de Cenários

O objetivo da análise de cenários é apoiar a alta administração da Instituição a entender o impacto que certas situações provocariam no portfólio da Instituição. Por meio de uma ferramenta de análise de risco em que se estabelecem cenários de longo prazo que afetam os parâmetros ou variáveis definidas para a mensuração de risco.

Diferente dos testes de estresse, que consideram o impacto de movimentos nos fatores de risco de mercado sobre um portfólio de curto prazo, a análise de cenários avalia o impacto de acontecimentos mais complexos sobre a Instituição como um todo.

Na definição dos cenários, são considerados:

- A experiência e conhecimento dos responsáveis das áreas envolvidas;
- O número adequado de variáveis relevantes e seu poder explicativo, visando evitar complicações desnecessárias na análise e dificuldade na interpretação dos resultados.

Como prática de governança de gestão de riscos, o Daycoval e suas controladas, possuem um processo contínuo de gerenciamento de riscos, que envolve o controle da totalidade de posições expostas ao risco de mercado. Os limites de risco de mercado são compostos conforme as características das operações, as quais são segregadas nas seguintes carteiras:

- Carteira *Trading*: refere-se às operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com a intenção de serem ativamente negociadas ou destinadas a hedge de outros instrumentos financeiros integrantes da carteira de negociação. Estas operações mantidas para negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios das oscilações de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.
- Carteira *Banking*: refere-se às operações que não são classificadas na carteira *Trading* e são representadas por operações oriundas das linhas de negócio do Banco.

A segregação descrita anteriormente está relacionada à forma como a Administração gerencia os negócios do Daycoval e sua exposição aos riscos de mercado, estando em conformidade com as melhores práticas de mercado, com os critérios de classificação de operações previstos na regulamentação vigente emanada do BACEN e no Acordo de Basileia. Desta forma, de acordo com a natureza das atividades, a análise de sensibilidade foi aplicada sobre as operações classificadas na carteira *Trading* e *Banking*, uma vez que representam exposições relevantes para o resultado do Daycoval.

O quadro a seguir demonstra análise de sensibilidade da Carteira Trading e Banking para as datas-bases de 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	2024			2023		
	Cenários			Cenários		
Fatores de risco	1	2	3	1	2	3
Prefixado	2.501	7.625	12.261	5.191	11.144	16.630
Moedas estrangeiras	(2.640)	(8.746)	(14.564)	(1.615)	(4.637)	(7.092)
Índices de preços	3.325	6.662	9.563	(523)	(1.137)	(1.702)
Total carteira de negociação (*Trading Book*)	**3.186**	**5.541**	**7.260**	**3.053**	**5.370**	**7.836**
Total carteira bancária (*Banking Book*)	**(29.636)**	**(96.760)**	**(182.808)**	**(87.125)**	**(147.911)**	**(192.957)**
Total geral	**(26.450)**	**(91.219)**	**(175.548)**	**(84.072)**	**(142.541)**	**(185.921)**

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários:

- Cenário 1: refere-se ao cenário de estresse considerado provável para os fatores de risco, e foram tomadas como base para a elaboração deste cenário as informações disponíveis no mercado (B3 S.A., ANBIMA, etc.). Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R$/US$7,03 (R$/US$5,51 em 31 de dezembro de 2023); (ii) taxa de juros prefixada de 17,97% a.a. (12,85% a.a. em 31 de dezembro de 2023); (iii) Ibovespa de 98.832 pontos (116.032 pontos em 31 de dezembro de 2023); (iv) cupom cambial de 8,76% a.a. (8,71% a.a. em 31 de dezembro de 2023); e (v) cupom de índice de preços de 6,60% a.a. (8,16% a.a. em 31 de dezembro de 2023).
- Cenário 2: para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 25%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R$/US$8,78 (R$/US$6,89 em 31 de dezembro de 2023); (ii) taxa de juros prefixada de 22,46% a.a. (16,06% a.a. em 31 de dezembro de 2023); (iii) Ibovespa de 73.974 pontos (82.521 pontos em 31 de dezembro de 2023); (iv) cupom cambial de 10,95% a.a. (10,89% a.a. em 31 de dezembro de 2023); e (v) cupom de índice de preços de 8,25% a.a. (10,20% a.a. em 31 de dezembro de 2023).
- Cenário 3: para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 50%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R$/US$10,54 (R$/US$8,27 em 31 de dezembro de 2023); (ii) taxa de juros prefixada de 26,96% a.a. (19,28% a.a. em 31 de dezembro de 2023); (iii) Ibovespa de 61.316 pontos (55.016 pontos em 31 de dezembro de 2023); (iv) cupom cambial de 13,14% a.a. (13,07% a.a. em 31 de dezembro de 2023); e (v) cupom de índice de preços de 9,90% a.a. (12,24% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

É importante mencionar que os resultados apresentados nos quadros anteriores refletem os impactos para cada cenário projetado sobre uma posição estática da carteira para os dias 31 de dezembro de 2024 e de 2023. A dinâmica de mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição na data de divulgação destas informações nas Demonstrações Contábeis. Além disso, conforme mencionado anteriormente, existe um processo de gestão contínua das posições da Carteira Trading e Banking, que busca mitigar os riscos associados a ela, de acordo com a estratégia determinada pela Administração e, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, com o objetivo de maximizar a relação risco retorno para o Banco.

v. *Backtesting*

A análise de *Backtesting* fornece a comparação entre uma estimativa de perda/ganho ex-ante e a perda/ganho efetivos. O intuito é avaliar a adequação e eficiência do modelo de risco implementado. Para efeitos de *backtesting*, utilizam-se perdas/ganhos efetivos para cada unidade de negócio.

c) Risco de liquidez

Define-se Risco de Liquidez como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – descasamentos entre pagamentos e recebimentos – fato que pode afetar a capacidade de pagamento da organização, levando-se em consideração as diferentes moedas, localidade e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Os principais fatores de risco de liquidez podem ser de origem externa ou interna:

i. Principais Fatores de Riscos Externos:

- Fatores macroeconômicos, tanto nacionais como internacionais;
- Políticas de Liquidez estabelecidas pelo órgão regulador;
- Situações do comprometimento de confiança e consequentemente da liquidez do sistema;
- Avaliações de agências de rating: risco soberano e risco da Instituição;
- Escassez de recursos no mercado.

ii. Principais Fatores de Riscos Internos:

- Apetite de risco do Banco e definição do nível aceitável de liquidez;
- Descasamentos de prazos e taxas causados pelas características dos produtos e serviços negociados;
- Política de concentração, tanto na captação de recursos como na concessão de crédito;
- *Covenants* assumidos pela Instituição: financeiro, econômico e referentes à gestão ambiental;
- Aumento no nível de resgates antecipados das captações ou de operações com cláusula de liquidez imediata ou com carência;
- Exposição em ativos ilíquidos ou de baixa liquidez;
- Alavancagem.

Nas em situações financeiras, este tipo de Risco é particularmente importante, pois eventos econômicos / políticos / financeiros e até mesmo mudanças nas percepções de confiança ou expectativas podem se traduzir rapidamente em grandes dificuldades quanto à solvência. Este é um Risco que precisa ser constantemente gerenciado e com minucioso cuidado quanto aos casamentos de prazos entre recebimentos e compromissos, tanto no curto, quanto no médio e longo prazos.

Os controles de risco de liquidez são realizados com alta periodicidade no portfólio, neste sentido, é avaliado o equilíbrio entre as obrigações e recebimentos dos *books* da instituição. Além de uma minuciosa análise dos fluxos de caixa, cenários extremos de risco de liquidez são considerados, assim como *triggers* de atuação.

d) Risco de crédito

É o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados; a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

i. Classificação das Operações:

Para classificação das operações de crédito, o Daycoval utiliza-se de critérios consistentes e verificáveis que combinam as informações econômico-financeiras, cadastrais e mercadológicas do tomador, com as garantias acessórias oferecidas à operação. As ponderações desses itens estabelecendo o provisionamento mínimo necessário para fazer frente aos níveis de riscos assumidos, em atendimento ao disposto na Resolução nº 2.682/99, e alterações posteriores, do Banco Central do Brasil.

ii. Modelos de *Credit Scoring* Daycoval:

São modelos desenvolvidos com abordagem estatística e utilizados para classificação de risco no processo de concessão de crédito, após a aplicação das políticas de crédito pré-analisadas e aprovadas com dados do cliente, bem como operações confirmadas e precedentes. Destaca-se ainda, que os bens objetos de financiamentos, para efeito de desenvolvimento do modelo de score são categorizados e obtida uma classificação de risco para cada produto.

iii. Tesouraria – Financiamento de Títulos Públicos, Derivativos de Balcão e Corretoras:

Na estruturação de operações utilizam-se estratégias de baixo risco, mediante análise de limites de exposição versus patrimônio líquido das contrapartes, contratos de negociação previamente acordados e dentro de condições técnicas de avaliação objetiva do risco de crédito das contrapartes e criteriosa escolha de corretoras ligadas a bancos de grande porte no trato de posições alocadas.

e) Risco operacional

É o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na gestão de riscos operacionais, o Daycoval conta com uma estrutura de gerenciamento capacitada a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais, assim como disseminar a cultura de mitigação destes riscos. Nestes processos, a área de GRC - Governança, Riscos e Compliance trabalha, em sinergia com os gestores das áreas executivas, na aplicação das metodologias e ferramentas de análise corporativas dos seguintes fatores:

- Mensuração do impacto do risco;
- Avaliação da frequência de ocorrência do risco;
- Cálculo da severidade do risco (impacto x probabilidade);
- Mensuração da efetividade do controle.

Eufrázio

daycoval.com.br

BancoDaycoval

RESULTADOS 2024

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Entendemos que esta atividade permeia os processos realizados por todas as áreas e, o resultado é a construção de uma Matriz de Riscos e Controles, que apresenta uma visão detalhada da exposição ao risco operacional, sendo possível analisar os riscos que possuem maior nível de exposição para, se necessário, alinhar plano de ações de mitigação.

Para fins de continuidade dos negócios, a estratégia definida é manter em funcionamento todas as áreas e linhas de negócios, incluindo serviços relevantes prestados por terceiros, em contingência. Objetivando cumprimento da deliberação da alta administração, a gestão de continuidade de negócio deve ser implantada visando assegurar as condições de continuidade das atividades e limitando perdas decorrentes de possível interrupção dos processos críticos de negócio.

f) **Risco de conformidade**

Definimos como risco associado a sanções legais ou regulamentares, de perdas financeiras ou mesmo de perdas reputacionais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais, regulamentares e códigos de conduta.

No Daycoval, o acompanhamento das atividades para atendimento às leis e regulamentos é realizada pela área de GRC – Governança, Riscos e Compliance, com o objetivo de assegurar a conformidade no atendimento dos prazos e dos objetivos da Instituição e do Conglomerado, bem como gerenciar, de maneira integrada, este risco em conjunto com os demais, garantindo a efetividade das atividades relacionadas à função de conformidade para o cumprimento das normas regulamentares, legais e internas.

g) **Responsabilidade social, ambiental e climática**

É a possibilidade de ocorrências de perdas ocasionadas por eventos associados a risco social, ambiental e climático, em cada entidade individualmente, pertencentes ao Conglomerado Daycoval, respeitando os princípios de relevância e proporcionalidade.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) estabelece diretrizes que norteiam o Conglomerado Daycoval em aspectos sociais, ambientais e climáticos, proporcionais ao seu modelo de negócios, à natureza das operações e à complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos do Conglomerado Daycoval, bem como, na relação com as partes interessadas e prevê a estrutura de governança para garantir a avaliação e o gerenciamento contínuo do risco social, ambiental e climático, considerando os princípios de relevância, proporcionalidade e eficiência.

As ações de mitigação do risco social, ambiental e climático são efetuadas por meio de mapeamentos de processos, riscos e controles, no acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e, na gestão do risco social, ambiental e climático efetuada pela primeira linha de defesa em suas operações diárias, contando com suporte, conforme o caso, das áreas GRC e da área jurídica.

A estrutura de governança conta ainda com o Comitê Executivo de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, que tem como principal competência orientar sobre entendimentos institucionais que norteiam as ações de natureza social, ambiental e climática nos negócios e na relação com as partes interessadas, visando assegurar adequada integração com a PRSAC.

25 BENEFÍCIOS A COLABORADORES

Programas de incentivo à educação e de participação nos resultados

Para alcançar o objetivo de posicionar-se entre as melhores empresas do país para se trabalhar, o Banco investe na capacitação e no bem estar de seus funcionários, através de programas que envolvem estudantes do ensino superior e programas de MBA's e Pós Graduação, participa do programa Jovem Aprendiz do Governo Federal e dá andamento a programas próprios de estagiários.

O Banco adota Programa de Participação nos Resultados (PPR) para todos os funcionários. Este programa é elaborado em parceria com o Sindicato dos Bancários, e baseia-se em metas de desempenho avaliadas anualmente, utilizando critérios de acordo com o programa de Avaliação de Desempenho.

26 OUTRAS INFORMAÇÕES

a) **Administração e gestão de recursos de terceiros**

O Banco Daycoval S.A. e a Daycoval Asset Management são responsáveis pela administração, gestão, controladoria, escrituração e custódia de recursos de terceiros por meio de fundos de investimento, clubes de investimento e carteiras administradas cujos patrimônios líquidos, em 31 de dezembro de 2024, totalizavam R$150 bilhões (R$95,8 bilhões em 31 de dezembro de 2023).

b) **Cobertura contra sinistros**

O Banco e suas controladas, mesmo submetidos a reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, têm como política segurar seus valores e bens, em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

c) **Relacionamento com os Auditores Independentes**

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não prestou serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Contábeis do Banco e suas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

A nossa política de atuação, incluindo as empresas controladas, em caso de haver a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Contábeis pelos seus auditores independentes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Daycoval e suas controladas, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

d) **Comitê de Auditoria**

O Comitê de Auditoria, constituído e instalado no primeiro semestre de 2003, nos termos da Resolução 3.198 de 27 de maio de 2004, atual Resolução 4.910 de 27 de maio de 2021, ambas do Conselho Monetário Nacional, é responsável pela avaliação da qualidade e integridade das Demonstrações Contábeis do Banco, pela verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, da atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos, da atuação e qualidade da auditoria interna e da qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco. A atual composição deste Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 14 de junho de 2024.

27 EVENTO SUBSEQUENTE

a) Em 08 de janeiro de 2025 o Grupo Daycoval concluiu a aquisição da totalidade das ações da BMG Seguros S.A. através de sua controlada Dayprev Vida e Previdência S.A., conforme previamente divulgado por meio do Comunicado ao Mercado do Banco de 05 de setembro de 2024.

A aquisição teve como principais objetivos ampliar a estratégia de diversificação, seguindo a expansão de produtos e serviços visando sempre reforçar o relacionamento de longo prazo com clientes.

A aquisição foi concluída após as aprovações regulatórias junto a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, Banco Central do Brasil – BCB e Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência – CADE, pelo montante de R$ 92.388. A aquisição ainda está sujeita aos mecanismos de ajuste de preço previstos no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, datado de 05 de setembro de 2024, de modo que o preço de aquisição final deverá ser equivalente a 1,47 vezes o patrimônio líquido da BMG Seguros S.A. na data de fechamento da operação, limitado a R$ 51,0 milhões.

A ADMINISTRAÇÃO

LUIZ ALEXANDRE CADORIN - Contador - CRC 1SP243564/O-2

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria ("Comitê") do Banco Daycoval S.A. ("Banco") foi instalado por deliberação do Conselho de Administração, visando a adoção das Melhores Práticas de Mercado, em conformidade com a Resolução nº 3.198/04, do Conselho Monetário Nacional, atual Resolução nº 4.910, de 27 de maio de 2021, sendo composto por três membros, nos termos da legislação em vigor. A constituição do Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 28 de maio de 2003, tendo dentre suas atribuições, assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações contábeis, acompanhar o cumprimento das exigências legais e regulamentares e monitorar e avaliar a independência do auditor independente. A atual composição do Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 14 de junho de 2024.

No âmbito de suas atividades, o Comitê: (i) se reuniu com os Auditores Independentes responsáveis pelo exame destas demonstrações contábeis e pela emissão de relatório sobre sua adequação em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e do Plano Contábil das Instituições Financeiras, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O Comitê também avaliou aspectos relacionados à contratação dos auditores, suas certificações e qualificações; (ii) acompanhou o planejamento e o cronograma dos trabalhos dos Auditores Internos e revisou os apontamentos e as conclusões dos trabalhos realizados no período, sempre avaliando o grau de risco dos apontamentos, bem como o *follow-up* destes apontamentos; (iii) avaliou os trabalhos desenvolvidos pela área de Gestão de Riscos, Controles e Compliance para o aprimoramento dos principais processos e sistemas, bem como os relatórios existentes para a gestão dos riscos e apoio à governança; (iv) avaliou o processo de emissão e apresentação das demonstrações contábeis para assegurar a sua qualidade, transparência e integridade; (v) avaliou a eficácia dos controles internos do Banco e o sistema de gestão de riscos, bem como dos relatórios emitidos; (vi) abordou com a Administração do Banco temas relacionados às atividades, à gestão interna, ao aprimoramento do gerenciamento de riscos e de governança e eventuais apontamentos levantados pelos órgãos reguladores; (vii) revisou as atas do Comitê de Riscos; (viii) se reuniu para revisar o plano de trabalho anual e elaborar as atas das reuniões. Como resultado das atividades realizadas, foi elaborado o Relatório Detalhado do Comitê de Auditoria que contém o resultado dos trabalhos e os apontamentos que o Comitê julgou apropriados submeter à Administração.

Com base nos relatórios apresentados pelos Auditores Independentes, no acompanhamento da execução dos trabalhos da Auditoria Interna, nas atividades executadas pelas áreas responsáveis pela gestão de Riscos, Controles e Compliance e pelas informações recebidas da Administração do Banco e, consideradas as limitações naturais decorrentes do escopo de atuação, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

O Comitê de Auditoria
Eduardo Moreno – Coordenador do Comitê de Auditoria
Rony Gayar - Membro do Comitê de Auditoria
Reinaldo Cesar Filipovitch Lopes Molina - Membro do Comitê de Auditoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Daycoval S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco Daycoval S.A. ("Banco"), identificadas como Banco e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Daycoval S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito

As provisões para crédito de liquidação duvidosa são constituídas levando em consideração as normas regulamentares do BACEN, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.682, e fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com as políticas internas que consideram o estabelecimento de "ratings" de crédito.

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve modelos internos na determinação do "rating" do tomador do crédito que levam em consideração dados econômico-financeiros, de mercado e cadastrais, garantias vinculadas, nível de inadimplência, entre outros. O "rating" do tomador do crédito também é revisado pela Administração do Banco quando há alteração da situação econômico-financeira de um determinado tomador ou de um determinado setor de atividade econômica. Pelo fato de envolver julgamento na estimativa de perda por parte da Administração, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do modelo interno utilizado na determinação do "rating"; (ii) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco; (iii) leitura da política de provisionamento do Banco; (iv) testes do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos; (v) desafio das principais premissas e dos julgamentos relevantes da Administração na determinação do "rating" de crédito; (vi) recálculo, com base em amostra, dos valores provisionados; e (vii) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração do Banco e a política para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita
Contador - CRC nº 1 SP 201506/O-5

Deloitte.

Daycoval Leasing | Banco Múltiplo S.A. | CNPJ 43.818.780/0001-94 daycoval.com.br

Daycoval | Leasing

RESULTADOS 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. ("Daycoval Leasing"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Destaques Financeiros

O Daycoval Leasing apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 lucro líquido de R$ 159,0 milhões (R$ 162,0 milhões em dezembro de 2023). As carteiras de arrendamento mercantil e de operações de crédito encerraram 31 de dezembro de 2024 em R$ 3,5 bilhões (R$ 3,1 bilhões em dezembro de 2023). As captações de recursos são realizadas junto ao Banco Daycoval S.A. e montam R$ 2,2 bilhões em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2,0 bilhões em dezembro de 2023).

Governança Corporativa

O Daycoval Leasing adota política de gestão corporativa e de riscos integrada à gestão do Banco Daycoval (Controlador) que está alinhada com os princípios difundidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), com as normas emanadas do Banco Central do Brasil e com as melhores práticas de mercado. O Daycoval Leasing busca constantemente aprimorar seu modelo de gestão, orientado pelas diretrizes de sustentabilidade e pelos princípios fundamentais de ética, transparência, respeito, responsabilidade na condução dos negócios e equidade no relacionamento com todos os públicos envolvidos. Mais informações relativas à gestão de riscos do Daycoval Leasing e sobre o Patrimônio de Referência Exigido, podem ser obtidas no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br/ri - Governança Corporativa.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi contratada para a prestação de outros serviços ao Daycoval Leasing que não sejam os de auditoria independente.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80/2022, em seu Artigo 27, a Diretoria do Daycoval Leasing declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Agradecimentos

A Administração do Daycoval Leasing agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e à comunidade financeira o indispensável apoio e a confiança depositada, assim como aos nossos profissionais que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025.

A Administração

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO

	Referência nota explicativa	2024	2023
Disponibilidades	5	**14.003**	**1.560**
Instrumentos financeiros		**3.478.007**	**3.022.814**
Derivativos	6.a	77.891	488
Carteira de crédito		**3.400.116**	**3.022.326**
Operações de crédito	7	320.137	255.915
Operações de arrendamento mercantil financeiro	7.a	3.073.478	2.737.012
Operações de arrendamento mercantil operacional		124.915	155.445
(-) Rendas a apropriar de arrendamento operacional		(124.040)	(144.838)
Outros créditos com características de concessão de crédito	7	5.622	18.772
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	**(52.142)**	**(38.112)**
Operações de crédito		(15.361)	(7.673)
Operações de arrendamento mercantil		(36.757)	(30.358)
Operações de outros créditos com características de concessão de crédito		(24)	(81)
Ativos fiscais correntes e diferidos	14.b	**197.974**	**155.041**
Outros créditos		**11.223**	**5.985**
Diversos	5	11.223	5.985
Outros valores e bens		**1.388**	**372**
Ativos não financeiros mantidos para venda		1.388	371
Despesas pagas antecipadamente		-	1
Imobilizado de uso	10	**428**	**657**
Imobilizado de arrendamento operacional	11	**109.580**	**145.488**
TOTAL DO ATIVO		**3.760.453**	**3.293.757**

PASSIVO

	Referência nota explicativa	2024	2023
Instrumentos financeiros		**2.220.996**	**2.038.126**
Depósitos interfinanceiros	12	2.220.973	2.033.705
Derivativos	6.a	23	4.411
Provisões para riscos	15	**23.031**	**3.745**
Fiscais		21.949	2.635
Cíveis		1.082	1.055
Trabalhistas		-	55
Obrigações fiscais correntes e diferidas	14.b	**535.001**	**375.898**
Outras obrigações		**63.681**	**79.512**
Sociais e estatutárias	13.a	38.854	39.524
Diversas	13.b	24.827	39.988
Patrimônio líquido	16	**917.744**	**796.478**
Capital social		643.781	643.781
Reservas de capital		350	350
Reservas de lucros		273.613	152.347
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.760.453**	**3.293.757**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do resultado
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R$)

	Referência nota explicativa	2º Semestre de 2024	2024	2023
Receitas da Intermediação Financeira		**284.281**	**564.708**	**554.821**
Operações de crédito	17.a	22.881	51.012	51.594
Arrendamento mercantil financeiro	17.b	164.795	400.481	472.544
Arrendamento mercantil operacional	17.b	16.306	31.044	33.806
Instrumentos financeiros derivativos	17.c	10.299	82.151	(3.023)
Despesas da Intermediação Financeira		**(140.637)**	**(262.426)**	**(262.097)**
Operações de captação no mercado	17.d	(126.028)	(238.571)	(249.411)
(Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	8	(14.609)	(23.855)	(12.686)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**143.644**	**302.282**	**292.724**
Outras Receitas e Despesas Operacionais		**(40.911)**	**(59.698)**	**(33.531)**
Receitas de prestação de serviços		1.330	2.166	3.153
Despesas de pessoal	17.e	(6.398)	(13.176)	(12.735)
Outras despesas administrativas	17.f	(2.192)	(4.459)	(3.542)
Despesas tributárias	14.a	(19.275)	(38.835)	(30.259)
Outras receitas operacionais	17.g	5.046	15.508	12.297
Outras despesas operacionais	17.h	(19.422)	(20.851)	(2.045)
Resultado Operacional		**102.733**	**242.584**	**259.193**
Resultado não Operacional	17.i	**28.275**	**38.441**	**27.393**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**131.008**	**281.025**	**286.586**
Imposto de Renda e Contribuição Social	14	**(56.833)**	**(120.905)**	**(123.480)**
Provisão para imposto de renda		316	(172)	166
Provisão para contribuição social		99	(595)	(611)
Ativo fiscal diferido		(57.248)	(120.138)	(123.035)
Participações no Resultado		**(557)**	**(1.082)**	**(1.113)**
Lucro Líquido		**73.618**	**159.038**	**161.993**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R$)

	Referência nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutárias	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 30 de Junho de 2024		**643.781**	**350**	**23.695**	**132.923**	**81.149**	**881.898**
Lucro líquido		-	-	-	-	73.618	73.618
Destinações:							
Reserva legal	16.c	-	-	3.681	-	(3.681)	-
Reserva estatutária	16.c	-	-	-	113.314	(113.314)	-
Dividendos	16.d	-	-	-	-	(37.772)	(37.772)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024		**643.781**	**350**	**27.376**	**246.237**	-	**917.744**
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		**643.781**	**350**	**19.424**	**132.923**	-	**796.478**
Lucro líquido		-	-	-	-	159.038	159.038
Destinações:							
Reserva legal	16.c	-	-	7.952	-	(7.952)	-
Reserva estatutária	16.c	-	-	-	113.314	(113.314)	-
Dividendos	16.d	-	-	-	-	(37.772)	(37.772)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024		**643.781**	**350**	**27.376**	**246.237**	-	**917.744**
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		**343.781**	**350**	**11.324**	**317.503**	-	**672.958**
Aumento de capital		300.000	-	-	(300.000)	-	-
Lucro líquido		-	-	-	-	161.993	161.993
Destinações:							
Reserva legal	16.c	-	-	8.100	-	(8.100)	-
Reserva estatutária	16.c	-	-	-	115.420	(115.420)	-
Dividendos	16.d	-	-	-	-	(38.473)	(38.473)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		**643.781**	**350**	**19.424**	**132.923**	-	**796.478**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R$)

	2º Semestre de 2024	2024	2023
Lucro Líquido	**73.618**	**159.038**	**161.993**
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total de Outros Resultados Abrangentes	**73.618**	**159.038**	**161.993**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R$)

	2º Semestre de 2024	2024	2023
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido	**73.618**	**159.038**	**161.993**
Ajustes de Reconciliação entre o Lucro Líquido e Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais			
Depreciação do imobilizado de arrendamento mercantil operacional	40.959	89.072	107.648
Depreciações e amortizações	118	237	237
Provisão (Reversão) para desvalorizações de imobilizado de arrendamento operacional	897	(652)	1.376
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.609	23.855	12.686
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	57.248	120.138	123.035
Provisão (Reversão) para imposto de renda e contribuição social correntes	(415)	767	445
Provisão para participações no lucro	557	1.082	1.113
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	18.767	19.257	1.424
Provisão para perdas em outros valores e bens	-	-	1
Reversão provisões operacionais	(13)	(13)	(38)
Atualização monetária - Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.158)	(11.287) (11.287)	(16.763)
Total dos Ajustes de Reconciliação	**128.569**	**242.496**	**233.164**
Lucro Líquido Ajustado	**202.187**	**401.534**	**395.157**
Variação de Ativos e Passivos	**(160.924)**	**(298.078)**	**(336.364)**
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos	(49.925)	(81.790)	3.023
(Aumento) Redução da carteira de arrendamento mercantil	(157.674)	(330.225)	(468.158)
(Aumento) Redução da carteira de crédito	(82.404)	(76.483)	10.523
(Aumento) Redução em outros créditos	(84.271)	(139.640)	(204.156)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(297)	(1.016)	(372)
Aumento (Redução) em outras obrigações	94.482	142.126	153.795
Aumento (Redução) em depósitos	119.165	187.264	173.972
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(4.308)	(8.891)
Caixa Líquido Proveniente de Atividades Operacionais	**41.263**	**103.456**	**62.793**
Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado de arrendamento operacional	(102.260)	(192.261)	(135.574)
Alienação de imobilizado de arrendamento operacional	74.142	139.721	93.032
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento	**(28.118)**	**(52.540)**	**(42.542)**
Atividades de Financiamento			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(38.473)	(15.594)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento	-	**(38.473)**	**(15.594)**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**13.145**	**12.443**	**657**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	858	1.560	903
Caixa e equivalente de caixa no final do período	14.003	14.003	1.560
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**13.145**	**12.443**	**657**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Daycoval Leasing – Banco Múltiplo S.A. ("Daycoval Leasing"), com sede na Avenida Paulista, 1.842, na cidade e estado de São Paulo, controlado pelo Banco Daycoval S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, que está organizada sob a forma de Banco Múltiplo, autorizada a operar as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições integrantes do Conglomerado Daycoval, que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade que lhe forem atribuídos.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação: As Demonstrações Contábeis do Daycoval Leasing, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil – BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BCB nº 2/20 que revogaram, respectivamente, a Resolução CMN nº 4.720/19 e a Circular BACEN nº 3.959/19, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas Demonstrações Contábeis segundo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de Demonstrações Contábeis intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes. As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Administração em 12 de fevereiro de 2025. O Daycoval Leasing adota critérios de apresentação em suas Demonstrações Contábeis, com o objetivo de representar a essência econômica de suas operações e observando os critérios de elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20, e normativas complementares para os quais destacamos: **b) Processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"):** Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Daycoval Leasing, na elaboração das Demonstrações Contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

Pronunciamentos emitidos pelo CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.924/21
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	4.924/21
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.924/21
CPC 24 - Evento Subsequente	4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 - Resultado por Ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.924/21
CPC 47 - Receita de contrato com cliente	4.924/21

c) Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura: i. Resolução CMN nº 4.966/21 e atualizações posteriores: Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.966/21, a Resolução BCB nº 352 de 23/11/2023 e normas complementares, estabelecem novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, ativos e passivos, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se: (i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; (ii) reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva de juros contratual; e (iv) interrupção do reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso. No ano de 2023, as Resoluções CMN nº 5.100 e BCB nº 352 foram emitidas, sendo complementares à CMN nº 4.966/21, e dispõem de diretrizes adicionais, como por exemplo, o tratamento às seguintes matérias: (i) Aplicação de metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; (ii) Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (iii) Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observadas pelas instituições financeiras; (iv) Reconhecimento de custos de transação anteriores; (v) Apropriação de receita. Essas Resoluções visam fornecer orientações mais detalhadas e abrangentes para as instituições financeiras em relação à contabilização e divulgação de informações sobre instrumentos financeiros. 1) **Modelo Proposto da Resolução CMN nº 4.966/21 e normas correlatas: a) Classificação de Instrumentos Financeiros:** O critério de classificação dos Ativos Financeiros dependerá, tanto do modelo de negócio adotado pela Administração para a sua gestão, como das características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de "Somente Pagamento de Principal e Juros" (SPPJ). Com base no supracitado, os ativos financeiros serão classificados conforme as seguintes categorias: **i.** Custo Amortizado ("CA"): utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. **ii.** Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"): utilizado quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para

Daycoval Leasing | Banco Múltiplo S.A. | CNPJ 43.818.780/0001-94 — daycoval.com.br

Daycoval | Leasing

RESULTADOS 2024

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

a venda. **iii.** Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR"): utilizada quando a intenção for o de negociar frequentemente os ativos com o objetivo de obter resultados. Com relação aos passivos financeiros, a classificação continua essencialmente sem alterações relevantes em relação à norma atual, portanto, sendo classificados como custo amortizado ou valor justo no resultado. A partir de 1º de janeiro de 2025, os ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado serão reconhecidos contabilmente com base no método da Taxa Efetiva de Juros ("TEJ"), que considera custos e receitas adicionais à operação no momento da sua originação ou aquisição. Isso significa que o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual será equalizado ao valor contábil bruto do ativo ou passivo financeiro. No entanto, as operações de crédito originadas até 31 de dezembro de 2024 continuarão a ser reconhecidas pela taxa contratual estipulada nos respectivos contratos durante sua vigência. Referente as operações de crédito e demais operações com características de concessão de crédito classificadas na categoria "CA" o Daycoval Leasing optou, para a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro, realizar o processo seguindo o método de taxa de juros diferenciada proporcional. **b) Modelo de perda esperada associadas ao risco de crédito:** Atualmente o critério de classificação das operações de crédito e de operações com características de concessão de crédito e a respectiva constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa são definidos pela Resolução nº 2.682/99 que determina que as provisões devem ser calculadas em função da classificação em escala de Rating, aplicando-se percentuais sobre o saldo exposto, crescente conforme pior a classificação, a qual é qualificada em nove níveis, sendo de AA (menor risco) até H (maior risco), apenas quando há evidências objetivas de que o valor recuperável dos ativos diminuiu devido a um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial desses ativos. Além disso, esses eventos de perda devem afetar adversamente os fluxos de caixa futuros esperados do ativo, os quais podem ser estimados com confiabilidade, ou seja, as perdas incorridas são avaliadas com base em informações razoáveis e sustentáveis sobre eventos passados e condições atuais. A Resolução CMN nº 4.966/21 institui um novo conceito para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. De acordo com a classificação no segmento prudencial, as instituições financeiras devem adotar a metodologia completa ou simplificada para avaliar perdas. O Daycoval Leasing (Segmento S3) deve aplicar a metodologia completa. Dentre dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas esperadas, devem ser consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução nº 352/23, art. 76, para operações inadimplidas. Adicionalmente, a Resolução não dispensa a instituição da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e percentuais. A norma define três Estágios distintos para a classificação das operações com ativos financeiros e, essa classificação, determina a metodologia utilizada para o cálculo da perda esperada. Dependendo do Estágio em que a operação se encontra, a perda esperada pode ser projetada para os próximos 12 meses, no caso das operações alocadas no Estágio 1 ou para toda a vida útil do contrato ("Lifetime"), no caso das operações alocadas nos Estágios 2 e 3. A classificação dos ativos financeiros nos três Estágios, se dá da seguinte forma: (i) Estágio 1 – operações com baixo risco de crédito ou atraso inferior a 30 dias; (ii) Estágio 2 – operações com aumento significativo em seu risco de crédito ou atraso entre 31 e 90 dias; e (iii) Estágio 3 – operações classificadas como ativo problemático ou atraso superior a 90 dias. O modelo de perda esperada estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21 tem escopo de aplicação mais abrangente do que o modelo de perda atualmente utilizado, aplicando-se a todos os ativos financeiros, exceto instrumentos patrimoniais de outra entidade, ativos financeiros classificados na categoria "VJR" mensurado no Nível 1 da hierarquia de valor justo, conforme regulamentação vigente, exceto títulos privados, operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito e instrumentos financeiros derivativos. **c) Definição de Ativo Problemático e "Stop Accrual":** A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que um ativo é caracterizado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos ou houver indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida Resolução proíbe explicitamente o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como "Stop Accrual". **d) Baixa de Ativo Financeiro:** Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966/21, um ativo financeiro deve ser baixado nos seguintes cenários: - Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou - O ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa. **e) Impostos Correntes e Diferidos:** Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, altera o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas com operações com características de concessão de crédito decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo a dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, sua principal alteração. As regras para dedutibilidade de operações inadimplidas são: (i) O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 91 dias, em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação; (ii) O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, obedecendo às regras a seguir: - Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida; - Soma ao valor apurado no item anterior do valor resultante da aplicação do fator "B", multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito; - Subtração dos montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores. Para os contratos inadimplidos cujas perdas ainda não foram aproveitadas fiscalmente em 31/12/2024 serão controlados de forma apartada e serão excluídos na base de cálculo do lucro real à razão de 1/84 a partir do mês de janeiro de 2026. **2) Impactos Estimados da Adoção das Novas Normas:** A entrada em vigor da norma está prevista para 1º de janeiro de 2025. Entretanto, conforme estabelecido pela nova regulamentação, as instituições financeiras são obrigadas a divulgar, nas notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício de 2024, as estimativas dos impactos da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução sobre o resultado e a posição financeira da instituição. Os quadros abaixo apresentam as estimativas de impacto das novas normativas frente as demonstrações contábeis na data-base de 31/12/2024:

Conciliação do Patrimônio Líquido	
Patrimônio líquido antes dos ajustes estimados provenientes da adoção da Resolução CMN nº 4.966 - 31/12/2024	**917.744**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.450)
Patrimônio líquido após ajustes da Resolução CMN nº 4.966 - 01/01/2025	**905.294**

Provisão para Perdas	
R$ milhões	
Saldo da provisão - Operações de Crédito em 31/12/2024	52.142
Efeito da adoção inicial Res. CMN nº 4.966	22.636
Saldo inicial de provisão para perda esperada - 01/01/2025	**74.778**

ii. A Resolução CMN nº 4.975/21 e alterações posteriores: Em 16 de dezembro de 2021 o Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução CMN nº 4.975 que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A referida Resolução aprova o CPC 06 R2 – Arrendamentos e faculta à sua aplicação para os contratos firmados até a data de entrada em vigor da norma, nos quais a instituição figure na condição de arrendatária. O Daycoval Leasing optou em utilizar a faculdade prevista na norma e não identificou ajustes de adoção inicial.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação: As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais (R$), sendo esta a moeda funcional do Daycoval Leasing. **b) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "*pro rata*" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5. **d) Instrumentos financeiros: i. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "*pro rata*" dia, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. **ii. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos):** Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações com swap, e são contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, que prevê a adoção do seguinte critério: • Operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado ao valor justo na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo ou no passivo, respectivamente e apropriado ao resultado como receita (quando ganho) ou despesa (quando perda). A composição dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais de ativos e passivos e em contas de compensação, está apresentada na Nota 6. **iii. Mensuração do valor justo:** A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. O modelo de mensuração do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos, incluindo os derivativos, desenvolvidos pela Administração, leva em consideração o cenário econômico, a coleta de indicadores e preços praticados no mercado, aplicáveis a estes instrumentos na data do balanço. O valor de liquidação destes instrumentos financeiros poderá ser diferente dos valores estimados. **e) Operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil:** A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN. As operações de arrendamento mercantil são apresentadas pelos montantes totais a receber previstos em contrato. No cálculo do valor presente de cada operação, é utilizada taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato ou, se não houver previsão contratual, a taxa que equalize o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual. As operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando-se em consideração as experiências anteriores com os tomadores de recursos, a avaliação dos riscos desses tomadores e seus garantidores, a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). As rendas das operações de crédito e de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias inclusive, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações em nível "H" permanecem nesta classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não mais figurando no balanço patrimonial. A composição das operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil, bem como da provisão para perdas associadas ao risco de crédito destes instrumentos, está apresentada na Nota 7. **f) Imobilizado de uso:** Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear à taxas anuais, mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **g) Imobilizado de arrendamento mercantil operacional:** É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente. A composição do imobilizado de arrendamento mercantil operacional está apresentada na Nota 11. **h) Redução do valor recuperável de ativos não-financeiros (impairment):** Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidências de que tenha ocorrido redução de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda, ajustando o valor contábil líquido. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. **i) Tributos:** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos fiscais correntes e diferidos" (Nota 14.b), e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor justo dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Obrigações fiscais correntes e diferidas", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada a alíquota de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrentes da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para créditos de liquidação duvidosa, são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20, são atendidos. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O cálculo do imposto de renda e da contribuição social, bem como a composição dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas estão, respectivamente, apresentadas nas Notas 11.a.ii e 14.d. A previsão de realização dos créditos tributários está apresentada na Nota 14.e. **j) Ativos não financeiros mantidos para venda:** Os ativos não financeiros mantidos para venda, de acordo com a Resolução CMN nº 4.747/19, devem ser classificados como: i. Próprios - cuja realização esperada seja pela venda, estejam disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou ii. Recebidos - cujo recebimento pela instituição em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução não destinados ao uso próprio. **k) Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais (fiscais e trabalhistas):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes, dos ativos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/09 e Instrução Normativa BCB nº 319/22, da seguinte forma: i. Provisões: São reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de eventos passados, onde é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar uma obrigação e que pode ser estimada de modo confiável. O Daycoval Leasing, para a constituição das provisões, considera a opinião de seus assessores jurídicos e da Administração para o seu reconhecimento. ii. Ativos contingentes: É um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido contabilmente, exceto quando existem evidências suficientes de que sua realização é certa, caso contrário, divulga-se em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos. iii. Passivos contingentes: São reconhecidas nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. iv. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente, de acordo com a sua probabilidade de perda. **l) Lucro por ação:** O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução BCB nº 2/20. O lucro por ação está apresentado na Nota 16.e. **m) Uso de estimativas contábeis:** A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: i. As taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e do imobilizado de arrendamento; ii. Amortizações de ativos diferidos; iii. Provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; iv. Avaliação de instrumentos financeiros; v. Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **n) Resultado não recorrente:** São classificados como "Resultado não recorrente" aqueles que são: i. Oriundos de operações/transações realizadas pelo Daycoval Leasing que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas; ii. Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Daycoval Leasing; e iii. Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros. A composição do resultado não recorrente está apresentada na Nota 17.j.

4 - SUPERVENIÊNCIA (INSUFICIÊNCIA) DE DEPRECIAÇÃO: As diretrizes contábeis adotadas para a contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiro atendem às normas do Banco Central do Brasil. Em consequência, de acordo com a Instrução CVM nº 471/08 e Circular BACEN nº 1.429/89, o Daycoval Leasing registrou o ajuste de superveniência de depreciação, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no valor de R$340.445 (R$310.500 em 2023), classificada no resultado de arrendamento mercantil, equivalente ao ajuste a valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento mercantil, determinado com base nas taxas internas de retorno de cada operação. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo acumulado de ajuste de superveniência de depreciação, no montante de R$1.113.022 (R$790.832 em 31 de dezembro de 2023) compõe o valor presente das operações de arrendamento mercantil financeiro, conforme desmembramento da nota 7.a.

5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Disponibilidades	14.003	1.560

6 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Daycoval Leasing participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são devidamente aprovados dentro da política de utilização destes produtos. Esta política determina que, previamente à implementação de cada produto, todos os aspectos devem ser analisados, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional dos instrumentos financeiros derivativos. Os componentes de riscos de crédito e mercado dos instrumentos financeiros derivativos são monitorados diariamente. São definidos limites específicos para operações com estes instrumentos, para os clientes e também para as câmaras de registro e liquidação. Este limite é gerenciado através do sistema que consolida as exposições por contraparte. Eventuais irregularidades são prontamente apontadas e encaminhadas para solução imediata. O gerenciamento de risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos segue política de riscos em vigor, que estabelece que os riscos potenciais decorrentes de flutuações de preços nos mercados financeiros sejam centralizados na área de Tesouraria, sendo esta provedora de hedge para as demais áreas. Os instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Daycoval Leasing são: • Contratos de troca de indexadores ("*Swaps*") - são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras (quando possuem mais de um fluxo de pagamento), o diferencial entre dois indicadores financeiros estipulados e distintos (taxas de juros, moeda estrangeira, índices de inflação, entre outros) sobre um valor de referência ("*Notional*") de principal. Estes contratos são realizados, tendo como contraparte o Banco Daycoval S.A. (Controlador), com o objetivo de compensar as variações sobre os ajustes do valor justo da carteira de arrendamento mercantil. O Banco Daycoval S.A., por sua vez, efetua a proteção dessas posições através de contratos de futuros de DI.

a) Composição dos montantes de diferenciais, a receber e a pagar, registrados em contas patrimoniais de ativo e passivo, na rubrica de "Derivativos"

2024	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Ativo	**7.372**	**70.519**	**77.891**	**812**	**8.403**	**51.648**	**15.359**	**1.669**
Derivativos	**7.372**	**70.519**	**77.891**	**812**	**8.403**	**51.648**	**15.359**	**1.669**
Operações de *swap* - diferencial a receber	7.372	70.519	77.891	812	8.403	51.648	15.359	1.669
Passivo	**21**	**2**	**23**	**23**	-	-	-	-
Derivativos	**21**	**2**	**23**	**23**	-	-	-	-
Operações de *swap* - diferencial a pagar	21	2	23	23	-	-	-	-

2023	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Ativo	**1.267**	**(779)**	**488**	**51**	**343**	**94**	-	-
Derivativos	**1.267**	**(779)**	**488**	**51**	**343**	**94**	-	-
Operações de *swap* - diferencial a receber	1.267	(779)	488	51	343	94	-	-
Passivo	**2.827**	**1.584**	**4.411**	**11**	**389**	**2.152**	**1.477**	**382**
Derivativos	**2.827**	**1.584**	**4.411**	**11**	**389**	**2.152**	**1.477**	**382**
Operações de *swap* - diferencial a pagar	2.827	1.584	4.411	11	389	2.152	1.477	382

b) Segregação por tipo de contrato e de contraparte ao valor justo:

	2024 Ativo	2024 Passivo	2023 Ativo	2023 Passivo
Swap	**77.891**	**23**	**488**	**4.411**
Instituições financeiras	77.891	23	488	4.411

c) Composição dos valores de referência ("*Notional*") registrados em contas de compensação, por tipo de estratégia, de contrato e de indexadores de referência:

2024	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Swap	**100.709**	**345.663**	**591.017**	**111.779**	**7.296**	**1.156.464**
Ativo	**86.485**	**345.663**	**591.017**	**111.779**	**7.296**	**1.142.240**
Taxa pré-fixada x CDI	86.485	345.663	591.017	111.779	7.296	1.142.240
Passivo	**14.224**	-	-	-	-	**14.224**
Taxa pré-fixada x CDI	14.224	-	-	-	-	14.224

2023	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Swap	**211.968**	**394.848**	**551.936**	**58.750**	**8.407**	**1.269.949**
Ativo	**116.291**	**279.088**	**86.485**	-	-	**481.864**
Taxa pré-fixada x CDI	116.291	279.088	86.485	-	-	481.864
Passivo	**95.677**	**115.760**	**465.451**	**58.750**	**8.407**	**788.085**
Taxa pré-fixada x CDI	95.677	115.760	465.451	58.750	8.407	788.085

7 - CARTEIRA DE CRÉDITO

a) Resumo da carteira de crédito

	2024	2023
Empréstimos	74.055	38.364
Financiamentos	246.082	217.555
Total de operações de crédito	**320.137**	**255.919**
Arrendamento mercantil financeiro [1]	3.073.478	2.737.012
Arrendamento mercantil operacional [1][2]	107.351	134.719
Total de operações de arrendamento mercantil	**3.180.829**	**2.871.731**
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	5.622	18.772
Total de outros créditos com características de concessão de crédito	**5.622**	**18.772**
Total	**3.506.588**	**3.146.422**

[1] Em 31 de dezembro de 2024, inclui perdas de R$48.475 (ganhos de R$41.786 em 2023) referentes ao ajuste a valor justo de operações de arrendamento mercantil, conforme mencionado na Nota 6. Este montante não está sendo incluído no total das operações de arrendamento mercantil apresentadas nas notas subsequentes.

[2] A carteira de arrendamento mercantil está apresentada a valor presente.

b) Composição da carteira de crédito

i. Por tipo de operação e nível de risco

2024	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Empréstimos	-	69.235	4.393	427	-	-	-	-	-	74.055
Financiamentos	5.186	132.300	48.868	35.812	3.125	932	4.887	4.582	6.560	246.082
Arrendamento mercantil	560.729	2.081.328	404.495	110.062	25.442	16.104	12.985	1.578	4.381	3.229.304
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	958	4.550	114	-	-	-	-	-	-	5.622
Total	**573.873**	**2.251.413**	**457.870**	**146.301**	**28.567**	**17.036**	**16.872**	**6.160**	**18.971**	**3.555.063**
Segregação das operações										
Operações em curso normal [1]	573.873	2.251.413	439.473	140.970	26.617	3.232	288	487	2.719	3.485.072
Operações em curso anormal [2]	-	-	18.397	5.331	1.950	13.804	16.584	5.673	8.252	69.991
Total	**573.873**	**2.251.413**	**457.870**	**146.301**	**28.567**	**17.036**	**16.872**	**6.160**	**18.971**	**3.555.063**

2023	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Empréstimos	-	35.276	1.548	1.540	-	-	-	-	-	38.364
Financiamentos	1.228	153.377	38.081	7.590	10.817	4.091	388	1.357	2.626	217.555
Arrendamento mercantil	530.937	1.708.282	448.140	113.684	15.189	872	3.046	3.742	8.013	2.829.945
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	2.971	15.369	432	-	-	-	-	-	-	18.772
Total	**535.136**	**1.910.284**	**488.201**	**122.814**	**26.006**	**4.963**	**3.434**	**5.099**	**10.639**	**3.104.636**
Segregação das operações										
Operações em curso normal [1]	535.136	1.910.284	479.210	119.629	25.744	1.627	3.055	3.742	5.663	3.084.156
Operações em curso anormal [2]	-	-	8.991	3.185	262	3.336	379	1.357	4.976	20.480
Total	**535.136**	**1.910.284**	**488.201**	**122.814**	**26.006**	**4.963**	**3.434**	**5.099**	**10.639**	**3.104.636**

[1] Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

[2] Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.

Eufrázio

Daycoval Leasing | Banco Múltiplo S.A. | CNPJ 43.818.780/0001-94

daycoval.com.br

Daycoval | Leasing

RESULTADOS 2024

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

ii. Por faixa de vencimento, nível de risco e distribuição da provisão associada ao risco de crédito

2024	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações em curso normal[1]	**573.873**	**2.290.413**	**439.473**	**140.970**	**26.617**	**3.232**	**288**	**487**	**2.715**	**3.485.032**
Parcelas vincendas	**573.873**	**2.288.007**	**436.973**	**140.694**	**26.568**	**3.204**	**288**	**487**	**2.708**	**3.480.882**
Até 3 meses	57.673	288.578	116.552	18.993	4.316	388	83	125	822	479.734
De 3 a 12 meses	157.844	667.054	130.290	44.587	9.221	966	205	131	787	1.005.078
De 1 a 3 anos	287.030	1.070.882	167.694	62.395	11.554	1.708	-	231	734	1.558.261
De 3 a 5 anos	77.330	268.779	22.437	14.682	1.360	142	-	-	365	384.985
Acima de 5 anos	3	12.744	-	37	17	-	-	-	-	12.801
Vencidas até 14 dias	-	**1.406**	**2.500**	**276**	**49**	**28**	-	-	**11**	**4.270**
Operações em curso anormal[2]	-	-	**18.397**	**5.331**	**1.950**	**13.804**	**16.584**	**5.673**	**8.252**	**69.991**
Parcelas vincendas	-	-	**17.497**	**4.835**	**1.492**	**12.443**	**11.058**	**4.449**	**5.877**	**57.651**
Até 3 meses	-	-	2.448	680	432	1.030	2.508	683	911	8.693
De 3 a 12 meses	-	-	4.386	1.540	909	2.887	4.808	1.863	2.288	18.785
De 1 a 3 anos	-	-	7.433	2.157	151	7.026	3.615	1.903	2.342	24.627
De 3 a 5 anos	-	-	3.230	458	-	1.400	127	-	338	5.545
Acima de 5 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parcelas vencidas	-	-	**900**	**496**	**458**	**1.361**	**5.526**	**1.224**	**2.375**	**12.340**
Até 60 dias	-	-	900	496	311	700	1.822	415	600	5.247
De 61 a 90 dias	-	-	-	-	147	406	1.078	180	298	2.107
De 91 a 180 dias	-	-	-	-	-	255	2.626	629	836	4.351
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	635	635
Total	**573.873**	**2.290.413**	**457.870**	**146.301**	**28.567**	**17.036**	**16.872**	**6.160**	**10.971**	**3.555.063**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima exigida[3]	-	11.487	4.579	4.389	2.857	5.111	8.436	4.312	10.971	52.142
Total	-	**11.487**	**4.579**	**4.389**	**2.857**	**5.111**	**8.436**	**4.312**	**10.971**	**52.142**

2023	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações em curso normal[1]	**535.196**	**1.910.284**	**479.210**	**111.629**	**25.744**	**1.627**	**3.050**	**3.742**	**5.660**	**3.084.156**
Parcelas vincendas	**535.196**	**1.907.212**	**475.513**	**110.662**	**25.556**	**1.627**	**3.042**	**3.523**	**5.630**	**3.069.973**
Até 3 meses	61.438	240.982	65.538	20.978	5.754	413	512	737	1.372	401.302
De 3 a 12 meses	153.578	538.989	143.507	35.457	9.151	964	1.558	1.757	3.080	896.071
De 1 a 3 anos	251.371	828.708	234.752	52.620	9.084	250	830	985	1.012	1.370.816
De 3 a 5 anos	67.652	275.661	31.641	4.603	1.567	-	145	-	173	381.451
Acima de 5 anos	1.154	18.852	80	4	-	-	-	-	-	20.133
Vencidas até 14 dias	-	**3.072**	**3.697**	**967**	**188**	-	**8**	**219**	**30**	**14.183**
Operações em curso anormal[2]	-	-	**6.991**	**3.185**	**262**	**3.336**	**376**	**1.357**	**4.976**	**20.488**
Parcelas vincendas	-	-	**6.595**	**2.847**	**215**	**2.841**	**316**	**1.003**	**1.866**	**15.683**
Até 3 meses	-	-	1.058	466	39	234	25	151	423	2.396
De 3 a 12 meses	-	-	2.514	1.153	102	737	85	452	743	5.826
De 1 a 3 anos	-	-	3.008	1.063	74	1.870	208	380	648	7.229
De 3 a 5 anos	-	-	15	165	-	-	-	-	52	232
Parcelas vencidas	-	-	**396**	**338**	**47**	**495**	**60**	**354**	**3.108**	**4.787**
Até 60 dias	-	-	396	338	32	193	17	58	513	1.587
De 61 a 90 dias	-	-	-	-	15	141	13	48	350	567
De 91 a 180 dias	-	-	-	-	-	161	30	208	1.090	1.484
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.156	1.156
Total	**535.196**	**1.910.284**	**486.201**	**122.814**	**26.006**	**4.963**	**3.434**	**5.099**	**10.636**	**3.104.636**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima exigida[3]	-	9.551	4.862	3.684	2.601	1.489	1.717	3.585	10.636	38.112
Total	-	**9.551**	**4.862**	**3.684**	**2.601**	**1.489**	**1.717**	**3.585**	**10.636**	**38.112**

[1] Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias

[2] Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.

[3] Refere-se à provisão para perdas associadas ao risco de crédito considerando os percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores.

c) Diversificação por setor econômico da carteira de crédito:

	2024 Valor	2024 % de exposição	2023 Valor	2023 % de exposição
Total da carteira de crédito	**3.555.063**	**100,00%**	**3.104.636**	**100,00%**
Setor privado	**3.555.063**	**100,00%**	**3.104.636**	**100,00%**
Pessoa jurídica	**3.315.461**	**93,26%**	**2.928.706**	**94,33%**
Indústria	698.612	19,65%	577.443	18,60%
Atividades Financeiras e Seguradoras	690.551	19,42%	652.160	21,01%
Comércio	588.220	16,55%	568.527	18,31%
Transportes e logística	376.947	10,60%	357.388	11,51%
Administração e serviços	252.982	7,12%	173.616	5,59%
Telecomunicação e TI	146.879	4,13%	163.458	5,26%
Serviços especializados	100.439	2,83%	85.883	2,77%
Cultura e lazer	85.535	2,41%	56.733	1,83%
Construção	76.689	2,16%	72.027	2,32%
Extração	58.235	1,64%	60.103	1,94%
Saúde	55.649	1,57%	45.923	1,48%
Imobiliário	53.531	1,51%	8.480	0,27%
Educação	19.157	0,54%	10.935	0,35%
Energia	15.510	0,44%	13.712	0,44%
Hospedagem e alimentação	10.806	0,30%	6.966	0,22%
Saneamento	5.695	0,16%	7.256	0,23%
Outros	80.021	2,23%	69.086	2,23%
Pessoa física	**239.602**	**6,74%**	**175.930**	**5,67%**

d) Concentração das operações da carteira de crédito:

	2024 Valor	2024 % sobre a carteira	2023 Valor	2023 % sobre a carteira
Maior devedor	282.483	7,95%	267.101	8,60%
10 maiores devedores seguintes	502.515	14,14%	461.651	14,87%
50 maiores devedores seguintes	938.456	26,40%	879.035	28,31%
100 maiores devedores seguintes	691.602	19,45%	577.033	18,59%
Demais devedores	1.140.017	32,06%	919.800	29,63%
Total	**3.555.063**	**100,00%**	**3.104.636**	**100,00%**

e) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis: Na sistemática de contabilização adotada pelo plano de contas COSIF, as operações de arrendamento mercantil financeiro, são contabilizadas de acordo com sua natureza, os quais são sumarizados a seguir:

	2024	2023
Operações de arrendamento mercantil financeiro		
Arrendamento mercantil financeiro a receber	3.212.851	2.778.420
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil financeiro a receber	(3.135.639)	(2.717.706)
Total	**77.212**	**60.714**
Residual		
Valores residuais a realizar	1.523.810	1.227.256
Valores residuais a balancear	(1.523.810)	(1.227.256)
Total	-	-
Diversos		
Taxa de compromisso	1.305	5.227
Total	**1.305**	**5.227**
Imobilizado de arrendamento mercantil financeiro		
Bens arrendados	5.122.370	4.235.555
Superveniência de depreciação (nota 4)	1.217.654	852.826
(-) Insuficiência de depreciação (nota 4)	(104.672)	(81.956)
(-) Depreciação acumulada sobre bens de arrendamento mercantil financeiro	(2.178.620)	(1.614.112)
Perdas em arrendamento a amortizar	42.382	30.436
Total	**4.099.113**	**3.432.748**
Outras obrigações		
(-) Valor residual garantido antecipado (VRGA)	(1.055.143)	(794.361)
Total	**(1.055.143)**	**(794.361)**
Total operações de arrendamento mercantil financeiro	**3.122.491**	**2.704.320**

f) Montante de arrendamento mercantil renegociadas: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Daycoval Leasing renegociou operações de arrendamento mercantil de clientes inadimplentes no montante de R$22.511 (R$12.557 em 2023). **g) Recuperação de créditos baixados como prejuízo:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Daycoval Leasing recuperou operações de arrendamento mercantil anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R$3.286 (R$579 em 2023), conforme detalhado na nota explicativa 17.b.

8 - PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi constituída conforme critérios descritos na Nota 3.e, e é considerada suficiente para absorver eventuais perdas da carteira de operações de crédito. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a despesa de provisão para operações de créditos e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, reconhecida nas demonstrações do resultado, na rubrica de "Provisão para créditos de liquidação duvidosa", apresentou as seguintes movimentações:

2024	Saldo inicial de provisão	Constituição de provisão - Total de constituição / reversão de provisão	Constituição de provisão - Baixa de operações para prejuízo	Saldo final de provisão
Operações de crédito	7.673	14.073	(6.385)	15.361
Operações de arrendamento mercantil	30.358	9.835	(3.440)	36.757
Outros créditos com características de concessão de crédito	81	(57)	-	24
Total de provisão para operações de crédito e arrendamento mercantil	**38.112**	**23.851**	**(9.825)**	**52.142**

2023	Saldo inicial de provisão	Constituição de provisão - Total de constituição / reversão de provisão	Constituição de provisão - Baixa de operações para prejuízo	Saldo final de provisão
Operações de crédito	6.769	2.076	(1.172)	7.673
Operações de arrendamento mercantil	27.031	10.643	(7.376)	30.358
Outros créditos com características de concessão de crédito	114	(33)	-	81
Total de provisão para operações de crédito e arrendamento mercantil	**33.574**	**12.686**	**(8.548)**	**38.112**

9 - OUTROS CRÉDITOS

O saldo de outros créditos está apresentado da seguinte forma:

a) Diversos

	2024 Curto prazo	2024 Longo prazo	2023 Curto prazo	2023 Longo prazo
Adiantamentos para pagamentos da nossa conta	555	-	5.982	-
Devedores por depósitos em garantia[1]	-	1.958	-	1.890
(-) Rendas a apropriar de contratos em taxa de compromisso[2]	(1.309)	-	(5.227)	-
Valores a receber sociedades ligadas	11	-	12	-
Devedores diversos[3]	10.008	-	3.328	-
Total	**9.265**	**1.958**	**4.075**	**1.890**

[1] Refere-se à depósitos dados em garantia no montante de R$1.958 (R$ 1.890 em 2023).

[2] Referem-se a mensuração dos juros de contratos em estágio pré contratual (taxa de compromisso).

[3] Referem-se substancialmente, a valores a receber de venda de imobilizado com vencimento em até 90 dias.

10 - IMOBILIZADO DE USO

	2024 Depreciação anual - %	2024 Custo	2024 Depreciação acumulada	2024 Valor líquido	2023 Valor líquido
Instalações	10%	208	(170)	38	45
Mobiliário	10%	693	(644)	49	59
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.204	(1.137)	67	79
Equipamentos de comunicação e segurança	20%	342	(268)	74	131
Veículos	20%	251	(134)	117	167
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	502	(427)	75	176
Total		**3.200**	**(2.780)**	**420**	**657**

11 - IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL

2024	Custo	Depreciação acumulada	Provisão para desvalorização	Total
Máquinas e equipamentos	351.244	(238.016)	(3.763)	109.465
Veículos	907	(792)	-	115
Total	**352.151**	**(238.808)**	**(3.763)**	**109.580**

2023	Custo	Depreciação acumulada	Provisão para desvalorização	Total
Máquinas e equipamentos	418.236	(268.765)	(4.415)	145.056
Veículos	907	(518)	-	389
Instalações	60	(47)	-	13
Móveis	10	(8)	-	2
Total	**419.213**	**(269.338)**	**(4.415)**	**145.460**

12 - DEPÓSITOS

As captações em depósitos interfinanceiros e a prazo são negociadas a taxas usuais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

2024	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos interfinanceiros[1]	342.072	885.817	831.919	146.741	14.424	2.220.973
	342.072	**885.817**	**831.919**	**146.741**	**14.424**	**2.220.973**

2023	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos interfinanceiros[1]	-	2.033.709	-	-	-	2.033.709
	-	**2.033.709**	-	-	-	**2.033.709**

[1] Os depósitos interfinanceiros, mantidos junto ao Banco Daycoval (Controlador), estão sujeitos a variação de 100% do CDI.

13 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias:

	2024	2023
Dividendos a pagar (16.d)	37.772	38.473
Programa de participação nos resultados	1.082	1.051
Total	**38.854**	**39.524**

b) Diversas:

	2024 Curto prazo	2024 Longo prazo	2023 Curto prazo	2023 Longo prazo
Credores diversos[1]	21.016	-	35.443	-
Provisão para pagamentos a efetuar[2]	2.326	1.003	2.541	519
Credores por recursos a liberar[3]	319	-	1.235	-
Despesas administrativas a pagar	84	-	148	-
Valores a pagar sociedade ligadas	79	-	104	-
Total	**23.824**	**1.003**	**39.469**	**519**

[1] Referem-se, substancialmente, a fornecedores de equipamentos de arrendamento.

[2] Referem-se a provisões para despesas de pessoal, férias e 13º salário.

[3] Referem-se a fornecedores de despesas administrativas.

14 - TRIBUTOS

Os impostos e contribuições são calculados conforme legislação vigente. As alíquotas aplicadas foram:

Impostos e contribuições	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda (sobre o excedente a R$ 240.000,00)	10,00%
Contribuição social - instituições financeiras	20,00%
PIS	0,65%
Cofins	4,00%
ISS	até 5,00%

a) Despesas com impostos e contribuições: i. Demonstração do cálculo do imposto de renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):

	2024	2023
Resultado antes do IR e CSLL e participações no resultado	**279.943**	**285.473**
Encargos (IR e CSLL) às alíquotas vigentes[1]	125.974	128.464
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de IR e CSLL		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(5.039)	(4.887)
Outros valores	(30)	(97)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**120.905**	**123.480**
Imposto corrente	(767)	(445)
Imposto diferido	(120.138)	(123.035)

[1] As alíquotas vigentes ao IRPJ e CSLL consideradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são de 45% (45% em 2023).

i. Despesas tributárias

	2024	2023
Contribuições ao COFINS	11.005	8.106
Contribuições ao PIS / PASEP	1.789	1.317
ISS	25.987	20.772
Outras despesas tributárias	70	64
Total	**38.851**	**30.259**

b) Ativos e obrigações fiscais

	2024	2023
Ativos fiscais		
Correntes	**109.662**	**103.941**
Impostos e contribuições a compensar[1]	109.662	103.941
Diferidos	**88.312**	**51.100**
Créditos tributários (nota 14.d)	88.312	51.100
Total	**197.974**	**155.041**
Obrigações fiscais		
Correntes	**6.054**	**4.322**
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	746	608
Impostos e contribuições a recolher	5.308	3.714
Diferidos	**528.947**	**371.576**
Obrigações fiscais (nota 14.d)	528.947	371.576
Total	**535.001**	**375.898**

[1] Referem-se substancialmente ao montante de R$91.812 de CSLL a compensar, devido alteração da metodologia do cálculo para CSLL pela Daycoval Leasing, após a Súmula do CARF nº 136 que tornou os ajustes decorrentes de superveniências e insuficiências de depreciação dedutíveis na apuração da base de cálculo.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições e exclusões temporárias (ativo e passivo): Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.842/20, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos ("créditos tributários" e "obrigações fiscais diferidas") decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

d) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

	2023	Constituição (Realização)	2024
Créditos tributários			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	1.687	8.677	10.364
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	23.744	8.855	32.599
Prejuízo fiscal do imposto de renda	21.908	(330)	21.578
Outras adições temporárias	3.761	20.010	23.771
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	**51.100**	**37.212**	**88.312**
Obrigações fiscais diferidas:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre superveniências	352.767	144.396	497.163
Outras exclusões temporárias	18.809	12.975	31.784
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	**371.576**	**157.371**	**528.947**

	2022	Constituição (Realização)	2023
Créditos tributários			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	1.087	600	1.687
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	16.046	7.698	23.744
Prejuízo fiscal do imposto de renda	21.672	236	21.908
Outras adições temporárias	1.371	2.390	3.761
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	**40.176**	**10.924**	**51.100**
Obrigações fiscais diferidas:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre superveniências	172.913	179.854	352.767
Outras exclusões temporárias	-	18.809	18.809
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	**172.913**	**198.663**	**371.576**

e) Previsão de realização dos créditos tributários:

2024	Diferenças temporárias - Imposto de renda	Diferenças temporárias - Contribuição social	Total de impostos diferidos
Até 1 ano	37	29	66
Até 2 anos	9.580	7.665	17.245
Até 3 anos	8.298	6.639	14.937
Até 4 anos	4.597	3.678	8.275
Até 5 anos	3.122	2.498	5.620
Acima de 5 anos	24.927	17.242	42.169
Total	**50.561**	**37.751**	**88.312**

2023	Diferenças temporárias - Imposto de renda	Diferenças temporárias - Contribuição social	Total de impostos diferidos
Até 1 ano	3.468	2.774	6.242
Até 2 anos	3.529	2.823	6.352
Até 3 anos	3.946	3.157	7.103
Até 4 anos	3.829	3.064	6.893
Até 5 anos	14.005	8.682	22.687
Acima de 5 anos	1.013	810	1.823
Total	**29.790**	**21.310**	**51.100**

Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente do total de créditos tributários é de R$62.586 (R$34.139 em 2023) e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação do Daycoval Leasing, projetada para os períodos correspondentes.

As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, estimativa de novas operações financeiras, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.

15 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes: Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o Daycoval Leasing não reconheceu ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias: O saldo de provisões para riscos cíveis e trabalhistas constituído e as respectivas movimentações estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Processos cíveis	1.082	1.055
Processos trabalhistas	-	55
Processos fiscais	21.549	2.639
Total	**22.631**	**3.749**

Daycoval | Leasing

D

Eufrázio

Daycoval Leasing | Banco Múltiplo S.A. | CNPJ 43.818.780/0001-94 daycoval.com.br

Daycoval | Leasing

RESULTADOS 2024

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

2024	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Saldo no início do exercício	**1.055**	**55**	**2.639**
Constituição (reversão)	27	(55)	19.310
Saldo no final do exercício	**1.082**	-	**21.949**

2023	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Saldo no início do exercício	**728**	**15**	**1.839**
Constituição (reversão)	327	40	800
Saldo no final do exercício	**1.055**	**55**	**2.639**

c) O Daycoval Leasing vem contestando judicialmente os Autos de Infração e Imposição de Multas lavrados pelo Estado de São Paulo descritos a seguir: Processos de Execução fiscal de ISS dos municípios de Cascavel-PR e Uberlândia-MG, no montante atualizado de R$424, classificado como perda remota, onde é pretendido pelos municípios receber o ISS relativo às operações de arrendamento mercantil celebrado com clientes domiciliados nestes municípios. **Processo nº 1013470-42.2021.8.26.0068** Mandado de Segurança Cível, para a suspensão de exigibilidade do pagamento do ISS lançado pelo município de Barueri-SP com fundamentos na decisão da ADPF 189. O município de Barueri-SP lançou contra o Daycoval Leasing a importância de R$8.623, valor referente a diferença do ISS devido nos anos de 2016 e 2017, calculado entre a alíquota em vigor à época, estabelecida pelo próprio município, e a alíquota de 2%, que julgou o magistrado ser a legalmente aplicável para o serviço de arrendamento mercantil. O valor atualizado é de R$16.597. O Daycoval Leasing está questionando a base de cálculo do PIS e da COFINS e a base de cálculo do IRPJ em juízo, com liminar favorável para o recolhimento com base no pedido. Em 31 de dezembro de 2024, o montante de impostos não pagos, esperando o julgamento favorável das ações é de R$1.352 (R$2.635 em 2023). **d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos de natureza cível e trabalhista. Em 31 de dezembro de 2024 as ações cíveis montam R$584 e as ações trabalhistas não apresentam valores com a referida classificação (R$43 em ações cíveis em 2023). Não existem em curso processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Daycoval Leasing.

16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social é de R$643.781 (R$643.781 em 2023), totalmente subscrito e integralizado, está representado por 5.780.078.463 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b) Aumento de capital:** Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 07 de agosto de 2023, foi deliberado e aprovado aumento de capital social do Daycoval Leasing no montante de R$300 milhões, mediante a incorporação das reservas estatutárias, representadas por 5.780.078.463 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. Este aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 25 de outubro de 2023.

c) Reservas de capital e lucros:

	2024	2023
Reservas de capital	**358**	**358**
Reservas de lucros	**273.613**	**152.347**
Reserva legal [1]	27.376	19.424
Reservas estatutárias [2]	246.237	132.923

[1] *Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente.*
[2] *É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.*

d) Dividendos: Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam a, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária.
i. Demonstração dos dividendos obrigatórios:

	2024	2023
Lucro líquido	**159.038**	**161.993**
(-) Constituição de reserva legal	(7.952)	(8.100)
Lucro líquido ajustado	**151.086**	**153.893**
Valor dos dividendos obrigatórios	37.772	38.473

e) Lucro líquido por ação

	2024	2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas	159.038	161.993
Lucro líquido atribuível a cada grupo de ações		
Ações ordinárias	159.038	161.993
Média ponderada de ações emitidas e integrantes do capital social [1]		
Ações ordinárias	5.780.078.463	5.780.078.463
Lucro líquido por ação - Básico		
Ações ordinárias	0,02751	0,02803
Lucro líquido por ação - Diluído		
Ações ordinárias	0,02751	0,02803

[1] *A quantidade média ponderada de ações foi calculada com base na movimentação de ações ocorrida durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, também, seguindo os critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução BCB nº 2/20*

17 - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

a) Operações de crédito

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	48.680	46.810
Receitas de títulos e créditos a receber	2.332	5.184
Total do resultado com operações de crédito	**51.012**	**51.994**

b) Operações de arrendamento mercantil

	2024	2023
Resultado com operações de arrendamento mercantil	**431.505**	**506.756**
Rendas com operações de arrendamento mercantil financeiro	**400.461**	**472.944**
Arrendamento mercantil financeiro – recursos internos	1.735.180	1.384.075
Lucro na alienação de bens arrendados	37.435	51.493
(-) Despesas de arrendamento mercantil financeiro	(1.284.330)	(951.124)
Ajuste a valor justo do arrendamento mercantil - objeto de hedge	(91.030)	(12.075)
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 7 g)	3.206	575
Rendas com operações de arrendamento mercantil operacional	**31.044**	**33.806**
...continuação	2024	2023
Arrendamento mercantil operacional – recursos internos	122.217	142.912
Lucro na alienação de bens arrendados	1	223
(-) Despesas de arrendamento mercantil operacional	(91.174)	(109.329)

DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

c) Instrumentos financeiros derivativos

	2024	2023
Instrumentos financeiros derivativos		
Ganhos		
Swap	90.203	16.336
Perdas		
Swap	(8.012)	(20.259)
Total	**82.191**	**(3.923)**

d) Operações de captação no mercado: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as despesas de captação em depósitos interfinanceiros realizadas junto ao Banco Daycoval S.A. (Controlador), apresentaram montante de R$238.571 (R$249.411 em 2023).

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

e) Despesas de pessoal

	2024	2023
Proventos	(7.384)	(7.201)
Encargos sociais	(2.592)	(2.545)
Benefícios	(1.944)	(1.793)
Honorários da diretoria	(1.256)	(1.196)
Treinamento	(3)	-
Total de despesas com pessoal	**(13.179)**	**(12.735)**

f) Outras despesas administrativas

	2024	2023
Despesas com serviços de terceiros, técnicos e especializados	(1.410)	(1.051)
Despesas de processamento de dados	(1.396)	(1.185)
Outras despesas administrativas	(861)	(948)
Despesas de aluguéis e seguros	(309)	(341)
Despesas de depreciação e amortização	(237)	(237)
Despesas de promoções, propaganda e publicações	(108)	(70)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(80)	(71)
Despesas de comunicações	(17)	(16)
Despesas de água, energia e gás	(13)	(23)
Total de outras despesas administrativas	**(4.459)**	**(3.942)**

g) Outras receitas operacionais

	2024	2023
Outras receitas operacionais [a]	3.832	1.461
Impostos a compensar	11.287	10.763
Reversão de contingências cíveis	164	-
Reversão de contingências trabalhistas	42	-
Atualização de depósitos judiciais	104	16
Variação monetária [b]	77	57
Total de outras receitas operacionais	**15.506**	**12.297**

[a] *Refere-se substancialmente, à reversão de provisão de perdas de bens de arrendamento operacional.*
[b] *Refere-se à variação monetária dos contratos de operações de crédito indexados ao CDI.*

h) Outras despesas operacionais

	2024	2023
Outras despesas operacionais	(1.388)	(712)
Contingências Fiscais [1]	(19.310)	(800)
Contingências Cíveis	(191)	(327)
Contingências Trabalhistas	(2)	(40)
Total de outras despesas operacionais	**(20.891)**	**(2.045)**

[1] Refere-se substancialmente, à constituição de provisão de contingências do processo nº 1013470-42.2021.8.26.0068 (Nota 15 c).

i) Resultado não operacional

	2024	2023
Lucros na alienação de valores e bens arrendados	40.530	28.430
Prejuízo na alienação de valores e bens arrendados	(2.092)	(1.037)
Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos para a Venda – Recebidos	3	-
Total de resultado não operacional	**38.441**	**27.393**

j) Resultado não recorrente: Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não há resultados não recorrentes nas demonstrações de resultado.

18 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) O Daycoval Leasing realiza transações de captação, com o próprio conglomerado, em condições usuais de mercado. Estas operações são contratadas a taxas compatíveis as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas da operação, assim como nas datas de suas respectivas liquidações. O quadro a seguir apresenta as transações do Daycoval Leasing com suas respectivas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Ativo (passivo) 2024	Ativo (passivo) 2023	Receita (despesa) 2024	Receita (despesa) 2023
Controlador	**(2.130.981)**	**(2.036.513)**	**(157.181)**	**(253.334)**
Banco Daycoval S.A.	**(2.130.981)**	**(2.036.513)**	**(157.181)**	**(253.334)**
Disponibilidades	12.124	1.119	-	-
Operações com derivativos	77.858	(3.923)	81.390	(3.923)
Depósitos interfinanceiros	(2.220.973)	(2.033.709)	(238.571)	(249.411)

b) O quadro a seguir apresenta as taxas de remuneração e os respectivos prazos das transações do Daycoval Leasing com suas respectivas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, quais sejam:

Ativo (passivo) – 2024

Transações	Taxa de remuneração	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Operações com derivativos		**789**	**8.403**	**51.648**	**15.359**	**1.669**	**77.868**
Controlador		**789**	**8.403**	**51.648**	**15.359**	**1.669**	**77.868**
Banco Daycoval S.A.		789	8.403	51.648	15.359	1.669	77.868
Depósitos interfinanceiros		**342.072**	**885.817**	**831.919**	**146.741**	**14.424**	**2.220.973**
Controlador		**342.072**	**885.817**	**831.919**	**146.741**	**14.424**	**2.220.973**
Banco Daycoval S.A.	100% CDI	342.072	885.817	831.919	146.741	14.424	2.220.973

Ativo (passivo) – 2023

Transações	Taxa de remuneração	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Operações com derivativos		**39**	**(45)**	**(2.059)**	**(1.477)**	**(381)**	**(3.923)**
Controlador		**39**	**(45)**	**(2.059)**	**(1.477)**	**(381)**	**(3.923)**
Banco Daycoval S.A.		39	(45)	(2.059)	(1.477)	(381)	(3.923)
Depósitos interfinanceiros		-	**(2.033.709)**	-	-	-	**(2.033.709)**
Controlador		-	**(2.033.709)**	-	-	-	**(2.033.709)**
Banco Daycoval S.A.	100% CDI	-	(2.033.709)	-	-	-	(2.033.709)

c) Remuneração do pessoal-chave da administração, anualmente, quando da realização da assembleia geral ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o estatuto social. Para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024, foi fixado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024, o montante global de remuneração de até R$1,8 milhão (R$1,8 milhão em 2023).

	2024	2023
Remuneração (pró-labore)	1.256	1.196
Benefícios diretos e indiretos (assistência médica)	30	31
Total de remuneração	**1.286**	**1.228**

O Daycoval Leasing não possui outros benefícios de curto e longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave de sua Administração.

19 - VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Determinação e hierarquia do valor justo: O Daycoval Leasing utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros: • Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento; • Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "Fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e • Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado. **b) Método de apuração do valor justo:** Descrição do método de apuração do valor justo de instrumentos financeiros, consideram técnicas de valorização que incorporam estimativas do Daycoval Leasing sobre as premissas que um participante utilizaria para valorizar os instrumentos.

Classificação contábil	2024 Nível 2	2023 Nível 2
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo:		
Por meio do resultado (livre negociação)		
Derivativos		
Operações de swap	77.851	488
Passivos financeiros avaliados por seu valor justo:		
Por meio do resultado		
Derivativos		
Operações de swap	23	4.411

c) Valor justo de ativos e passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado: O valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado é estimado por comparação da taxa de juros do mercado corrente de instrumentos financeiros semelhantes. O valor justo estimado é baseado em fluxos de caixa descontados a valor presente, utilizando-se taxa de juros observáveis de mercado para instrumentos financeiros com risco de crédito e maturidade semelhantes. Para instrumentos de dívida cotados, o valor é determinado com base nos preços praticados pelo mercado. Para os títulos emitidos nos quais o preço de mercado não está disponível, um modelo de fluxo de caixa descontado é usado com base na curva da taxa de juros futuro adequada para o restante do prazo até seu vencimento. Para outros instrumentos com taxa variável, um ajuste é feito para refletir mudanças no spread de crédito requerido desde a data em que o instrumento foi inicialmente reconhecido. Comparação do valor dos instrumentos financeiros contabilizados por seu custo amortizado e a respectiva estimativa de seu valor justo:

Classificação contábil	2024 Custo amortizado	2024 Valor justo	2023 Custo amortizado	2023 Valor justo
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	3.555.063	3.510.118	3.104.636	3.181.529
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Depósitos interfinanceiros	2.220.973	2.262.815	2.033.709	2.033.264

Os instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado, para fins de avaliação de seu potencial valor justo, foram classificados em instrumentos de "Nível 2" e para esta avaliação foram considerados preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.

20 - GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Conglomerado Daycoval exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle para a tomada de decisões de sua Administração.

O Daycoval Leasing, como parte integrante do Conglomerado Daycoval, adota a mesma estrutura de gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, de conformidade e de responsabilidade social, ambiental e climática.

21 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Relacionamento com auditores: Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que a empresa contratada para a auditoria das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não prestou outros serviços ao Banco e às instituições integrantes do Consolidado que não o de auditoria independente. O Daycoval Leasing adota a mesma política de contratação de serviços da empresa de auditoria independente, utilizada pelo Banco Daycoval S.A., líder do Conglomerado Prudencial.

A ADMINISTRAÇÃO

Contador: LUIZ ALEXANDRE CADORIN - CRC 1SP243564/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas do
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Deloitte.

Daycoval | Leasing